

MIGUEL OLIVEIRA RODRIGUES

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
ENVOLVIMENTO PARENTAL NA ESCOLA:
PERSPETIVAS DE MÃES E FILHOS**

Orientadora: Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação**

**Lisboa
2017**

MIGUEL OLIVEIRA RODRIGUES

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ENVOLVIMENTO PARENTAL NA ESCOLA: PERSPETIVAS DE MÃES E FILHOS

Tese defendida em provas públicas para a obtenção do grau de Doutor em Educação na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 18 de dezembro de 2017, perante o júri nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º 387/2017, de 10 de novembro de 2017, com a seguinte composição:

Presidente:

Professor Doutor António Teodoro - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Arguentes:

Professora Doutora Isabel Dias - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Professora Doutora Marlene Matos - Escola de Psicologia da Universidade do Minho

Vogais:

Professora Doutora Rosa Serradas Duarte - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Professora Doutora Inês Jongenelen - Universidade Lusófona do Porto

Professor Doutor José António Oliveira - Politécnico do Porto

Orientadora:

Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins - Universidade Lusófona do Porto

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação**

**Lisboa
2017**

A casa é de facto, o lugar mais perigoso da sociedade moderna. Em termos estatísticos, seja qual for o sexo e a idade, uma pessoa estará mais sujeita à violência em casa do que numa rua à noite (Giddens, 2014, p. 196).

A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo (Mandela, 2003, p. 1).

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Alcina Martins, pela sua competência, força, coragem e, particularmente, perseverança.

Um especial e sentido agradecimento às duas mulheres vítimas de violência doméstica que foram assassinadas pelos seus companheiros, e que se haviam disponibilizado para participar neste estudo.

A todas as mulheres vítimas de violência doméstica, e às crianças e jovens que vivenciam esta violência interparental, do homem contra a mulher, especialmente, a todas e todos, os que se disponibilizaram para participar neste estudo.

À Polícia de Segurança Pública que se disponibilizou para participar da investigação, particularmente, a todos os elementos desta instituição que participaram na recolha de dados, possibilitando assim uma amostra única e abrangente a todo o território português.

À Professora Doutora Ana Isabel Leite de Freitas Pereira, autora da escala utilizada para avaliar o envolvimento parental na escola, pela autorização fornecida para a sua utilização.

À minha família, pelas minhas ausências e indisponibilidades.

RESUMO

Os impactos negativos causados pela violência doméstica contra a mulher, pelo seu companheiro masculino, são uma realidade conhecida e comprovada, a nível da vitimação, na maioria dos estudos, que se debruçam sobre este fenómeno. Os impactos podem afetar vários domínios da vida destas mulheres, incluindo as suas capacidades parentais, como, por exemplo, o seu envolvimento no processo educativo dos filhos. O nosso objetivo será o de analisar o impacto da vitimação da mulher vítima de violência conjugal, no seu envolvimento parental na escola dos filhos, e respetivas consequências nos comportamentos e desempenho escolar do filho, no contexto social português. Para tal, utilizamos uma abordagem metodológica quantitativa, envolvendo uma amostra de 700 indivíduos, correspondendo a 350 mulheres vítimas de violência doméstica e 350 crianças e jovens, filhos destas vítimas, sendo 50 de cada NUTS II, abrangendo todo o país. A recolha de dados inclui um questionário, o qual comporta os dados intrafamiliares e sociodemográficos, contexto familiar, contexto do crime e suas envolvências, contextos comportamentais e escolares dos filhos e a avaliação do envolvimento parental na escola da mulher vítima. Alguns dos resultados mais relevantes obtidos evidenciam que as mulheres vítimas de violência doméstica apresentam melhores avaliações de envolvimento parental na escola, que os seus filhos percecionam sobre si, em todas as dimensões deste envolvimento. As vítimas que apresentam melhores avaliações de envolvimento parental na escola são as mais jovens, que possuem apenas um filho e que trabalham, que são independentes economicamente, que foram vitimizadas durante menos tempo e sem consequências físicas, cujo agressor foi efetivamente preso, e que não mantêm coabitação pós-crime. Relativamente aos filhos destas vítimas, estas apresentam, maioritariamente, impactos negativos ao nível dos seus comportamentos quotidianos e escolares pós-crime, particularmente mais deprimidos e/ou agressivos. Neste contexto, mais de metade destes filhos apresenta um quadro de retenções no seu percurso escolar, com uma média cinco vezes superior quando comparado com a média nacional. Observamos igualmente uma relação direta entre os filhos, que são também vítimas deste crime, que costumam intervir no decorrer do mesmo e que não são sinalizados à CPCJ quando vítimas diretas ou indiretas, com impactos negativos nos seus comportamentos e desempenhos escolares.

Palavras-chave: Violência doméstica; Violência de género; Educação; Envolvimento parental na escola; Perceções de mães e filhos.

ABSTRACT

The negative impacts caused by domestic violence against women by their male partner are a well-known and proven fact of victimization in most of the studies that investigate this phenomenon. The referred impacts can affect many domains of these women's lives, including their parental capacities, such as their involvement in the educational process of their children. Our goal will be to analyze the impact of the victimization of the woman victim of marital violence on her parental involvement in the children's school and their consequences on the child's behavior and school performance in the Portuguese social context. Therefore, we resort to a quantitative methodological approach, involving a sample of 700 individuals, consisting in 350 women victims of domestic violence and 350 children and young people, children of these victims, being 50 of each NUTS II, covering the whole country. The data collection contains a questionnaire, which includes the intra-family and sociodemographic data, the family's context, the context of the crime and its implications, the behavioral and school contexts of the children, and an evaluation of the female victim's involvement in the school. Some of the most relevant results obtained highlight that women victims of domestic violence have better evaluations of parental involvement in school, which their children perceive about themselves, in all dimensions of this involvement. The victims who have the best ratings of parental involvement in school are the youngest, who have only one child and have a job, being economically independent, who were victimized for less time and without physical consequences, whose perpetrator was effectively arrested, and do not maintain post-crime cohabitation. Regarding the victims' children, the results show that there are negative impacts mostly on their daily and school behavior post-crime, particularly more depressed and/or aggressive. In a context where more than half of these children already exhibit retentions in their school career, they appear with an average five times higher to the national average. We also observe a direct relationship between the children, who are also victims of this crime, usually intervene in the course of it, and are not signaled to the CPCJ when direct or indirect victims, with negative impacts on their behaviors and school performance.

Keywords: Domestic violence; Gender violence; Education; Parental involvement in school; Mothers and children's perceptions.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC	Atividades de aprendizagem em casa
AERP	Atividades na escola e reuniões de pais
AEV	Atividades na escola e voluntariado
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
APEPL	Área de Planeamento Estratégico e Política Legislativa
CEF	Comunicação escola-família
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
CD	Comando Distrital (Polícia de Segurança Pública)
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPCJR	Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
CNPDPJ	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
COMETLIS	Comando Metropolitano de Lisboa (Polícia de Segurança Pública)
COMETPOR	Comando Metropolitano do Porto (Polícia de Segurança Pública)
CP	Código Penal
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CPP	Código Processual Penal
CR	Comando Regional
DGAI	Direção-Geral da Administração Interna
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGEM	Direção Regional de Estatística da Madeira
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais
DR	Diário da República
EIC	Esquadra de Investigação Criminal
EIFP	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial
EPAV	Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (PSP)
EPE	Envolvimento Parental na Escola
EPES	Equipas do Programa Escola Segura
ET	Esquadra de Trânsito
GAAF	Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família

GAIV	Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima (PSP)
GNR	Guarda Nacional Republicana
IAC	Instituto de Apoio à Criança
IAVE	Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (GNR)
INE	Instituto Nacional de Estatística
INMLCF	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
ISS	Instituto da Segurança Social
LPCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
MAI	Ministério da Administração Interna
MIPP	Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
MJ	Ministério da Justiça
NEAPSI	Núcleo de Estudos e Análise Prospetiva em Segurança Interna
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
OMA	Observatório de Mulheres Assassinadas em Portugal
OPC	Órgão de Polícia Criminal
OPP	Ordem dos Psicólogos Portugueses
PAVD	Programa para Agressores de Violência Doméstica
PGDL	Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa
PNPCVDG	Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género
PSP	Polícia de Segurança Pública
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
SEI	Sistema Estratégico de Informação
SGAI	Secretaria-Geral da Administração Interna
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SRE	Secretaria Regional de Educação
SREC	Secretaria Regional da Educação e Cultura
UMAR	União de Mulheres Alternativa e Resposta

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DESENVOLVIMENTOS RECENTES.....	28
Introdução.....	30
1.1. Família, estruturas e funcionamento.....	30
1.2. A violência doméstica nas relações intrafamiliares.....	38
1.2.1. Enquadramento legal.....	41
1.2.2. Políticas públicas e sociais de prevenção e apoio à vítima.....	44
1.3. Violência doméstica sobre a mulher em contexto português e mundial.....	53
1.3.1. Visibilidade da violência conjugal sobre a mulher.....	58
1.3.2. Representações e contextos da violência conjugal sobre a mulher.....	61
1.3.3. Impacto da violência conjugal na mulher.....	63
1.4. Contribuições para uma visão global da violência conjugal.....	66
Conclusão do capítulo.....	70
CAPÍTULO 2 - ENVOLVIMENTO PARENTAL NA ESCOLA.....	72
Introdução.....	74
2.1. A relação escola-família.....	74
2.2. Envolvimento parental na escola.....	76
2.2.1. Modelos explicativos do envolvimento parental na escola.....	82
2.2.2. O envolvimento parental no apoio escolar segundo PISA.....	85
2.2.3. Os modelos de referência para o estudo.....	88
2.3. Impacto da violência conjugal no percurso educativo e comportamentos da criança/jovem.....	91
Conclusão do capítulo.....	96
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA DA PESQUISA.....	98
Introdução.....	100
3.1. Problemática do estudo.....	100
3.2. Pergunta de partida.....	103
3.3. Hipóteses.....	104
3.4. Objetivos.....	104
3.5. Abordagem investigativa.....	106
3.6. População e amostra.....	107

3.6.1. Construção e recolha da amostra.....	107
3.6.2. Caracterização da amostra e relações associadas.....	115
3.6.2.1. Caracterização sociodemográfica e intrafamiliar da vítima.....	115
3.6.2.2. Caracterização pessoal e escolar do filho.....	120
3.6.2.3. Caracterização da relação vítima/crime (vitimação).....	122
3.6.2.4. Caracterização da relação vítima/agressor.....	123
3.6.2.5. Caracterização da relação filho/agressor.....	125
3.6.2.6. Caracterização da relação filho/crime.....	126
3.6.2.7. Caracterização da relação filho/crime/escola.....	128
3.6.2.8. Caracterização do processo-crime.....	130
3.6.2.9. Caracterização da dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor.....	130
3.7. Instrumento da recolha de dados.....	131
3.7.1. Questionário, versão mãe.....	132
3.7.2. Questionário, versão filho.....	141
3.7.3. Questionário, parte comum à versão mãe e filho.....	142
3.8. Procedimentos estatísticos.....	146
3.9. As questões de ética da investigação.....	149
CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	152
Introdução.....	154
4.1. Avaliação do envolvimento parental na escola da mulher vítima.....	154
4.1.1. Avaliação do envolvimento parental na escola da mulher vítima, em contexto nacional, na perspetiva da mãe e do filho.....	155
4.1.1.1. Apresentação dos resultados.....	155
4.1.1.1.1. Análise e discussão dos resultados.....	156
4.1.2. Avaliação do envolvimento parental na escola da mulher vítima, por NUTS, na perspetiva da mãe e do filho.....	157
4.1.2.1. Apresentação dos resultados.....	157
4.1.2.1.1. Análise e discussão dos resultados.....	160
4.2. Influência das características associadas à relação da vítima com o crime, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho.....	162

4.2.1. Influência das caraterísticas sociodemográficas e intrafamiliares da mulher vítima, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho.....	162
4.2.1.1. Apresentação dos resultados.....	163
4.2.1.1.1. Análise e discussão dos resultados.....	168
4.2.2. Influência das caraterísticas associadas à vitimação, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho.....	176
4.2.2.1. Apresentação dos resultados.....	176
4.2.2.1.1. Análise e discussão dos resultados.....	178
4.2.3. Influência das caraterísticas associadas à relação da vítima com o agressor, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho..	182
4.2.3.1. Apresentação dos resultados.....	182
4.2.3.1.1. Análise e discussão dos resultados.....	184
4.2.4. Influência do estado do processo-crime no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho.....	187
4.2.4.1. Apresentação dos resultados.....	187
4.2.4.1.1. Análise e discussão dos resultados.....	188
4.3. Influência da dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho...	191
4.3.1. Apresentação dos resultados.....	191
4.3.1.1. Análise e discussão dos resultados.....	192
4.4. Influência das caraterísticas associadas ao filho no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho.....	194
4.4.1. Influência das caraterísticas pessoais e escolares associadas ao filho, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho.....	194
4.4.1.1. Apresentação dos resultados.....	195
4.4.1.1.1. Análise e discussão dos resultados.....	196
4.4.2. Influência das caraterísticas associadas à relação entre o filho e o agressor, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho..	199
4.4.2.1. Apresentação dos resultados.....	199
4.4.2.1.1. Análise e discussão dos resultados.....	200
4.4.3. Influência das caraterísticas associadas à relação do filho com o crime, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho.....	202

4.4.3.1. Apresentação dos resultados.....	202
4.4.3.1.1. Análise e discussão dos resultados.....	204
4.4.4. Influência das caraterísticas associadas ao filho, e à sua relação com a escola e com o crime, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho.....	208
4.4.4.1. Apresentação dos resultados.....	208
4.4.4.1.1. Análise e discussão dos resultados.....	209
4.5. Influência das caraterísticas associadas ao tipo de relação entre a vítima e o agressor, e a coabitação entre vítima/agressor/filho, pós-crime, nos comportamentos pós-crime e retenções do filho, na perspetiva da mãe.....	212
4.5.1. Influência das caraterísticas associadas ao tipo de relação entre vítima e agressor, e a coabitação vítima/agressor/filho pós-crime, no comportamento quotidiano pós-crime do filho, na perspetiva da mãe.....	212
4.5.1.1. Apresentação dos resultados.....	213
4.5.2. Influência das caraterísticas associadas ao tipo de relação entre vítima e agressor, e a coabitação vítima/agressor/filho pós-crime, no comportamento escolar pós-crime do filho, na perspetiva da mãe.....	214
4.5.2.1. Apresentação dos resultados.....	214
4.5.3. Influência das caraterísticas associadas ao tipo de relação entre vítima e agressor, e a coabitação vítima/agressor/filho pós-crime, nas retenções escolares do filho no círculo do crime, na perspetiva da mãe.....	215
4.5.3.1. Apresentação dos resultados.....	215
4.5.4. Análise e discussão dos resultados.....	216
4.6. Influência das caraterísticas associadas ao agressor, nos comportamentos pós-crime e retenções do filho, na perspetiva da mãe.....	220
4.6.1. Influência das caraterísticas associadas à dependência de substâncias e posse de armas pelo agressor, no comportamento quotidiano pós-crime do filho, na perspetiva da mãe.....	220
4.6.1.1. Apresentação dos resultados.....	220
4.6.2. Influência das caraterísticas associadas à dependência de substâncias e posse de armas pelo agressor, no comportamento escolar pós-crime do filho, na perspetiva da mãe.....	221
4.6.2.1. Apresentação dos resultados.....	222

4.6.3. Influência das caraterísticas associadas à dependência de substâncias e posse de armas pelo agressor, nas retenções escolares do filho no círculo do crime, na perspetiva da mãe.....	222
4.6.3.1. Apresentação dos resultados.....	223
4.6.4. Análise e discussão dos resultados.....	224
4.7. Influência das caraterísticas associadas ao filho, à sua relação com o agressor e com o crime, nos seus comportamentos pós-crime e retenções, na perspetiva da mãe.....	227
4.7.1. Influência das caraterísticas pessoais e escolares do filho, no seu comportamento quotidiano pós-crime, na perspetiva da mãe.....	228
4.7.1.1. Apresentação dos resultados.....	228
4.7.2. Influência das caraterísticas pessoais e escolares do filho, no seu comportamento escolar pós-crime, na perspetiva da mãe.....	229
4.7.2.1. Apresentação dos resultados.....	230
4.7.3. Influência das caraterísticas das caraterísticas pessoais e escolares do filho, nas suas retenções escolares no círculo do crime, na perspetiva da mãe....	231
4.7.3.1. Apresentação dos resultados.....	231
4.7.4. Análise e discussão dos resultados.....	232
4.7.5. Influência das caraterísticas da relação entre filho e agressor, no seu comportamento quotidiano, na perspetiva da mãe.....	236
4.7.5.1. Apresentação dos resultados.....	236
4.7.6. Influência das caraterísticas da relação entre filho e agressor, no seu comportamento escolar pós-crime, na perspetiva da mãe.....	237
4.7.6.1. Apresentação dos resultados.....	237
4.7.7. Influência das caraterísticas da relação entre filho e agressor, nas suas retenções escolares no círculo do crime, na perspetiva da mãe.....	238
4.7.7.1. Apresentação dos resultados.....	238
4.7.8. Análise e discussão dos resultados.....	239
4.7.9. Influência das caraterísticas da relação entre filho e o contexto do crime, no seu comportamento quotidiano, na perspetiva da mãe.....	241
4.7.9.1. Apresentação dos resultados.....	241
4.7.10. Influência das caraterísticas da relação entre filho e o contexto do crime, no seu comportamento escolar, na perspetiva da mãe.....	242

4.7.10.1. Apresentação dos resultados.....	242
4.7.11. Influência das características da relação entre filho e o contexto do crime, nas suas retenções escolares no círculo do crime, na perspetiva da mãe..	243
4.7.11.1. Apresentação dos resultados.....	244
4.7.12. Análise e discussão dos resultados.....	245
CONSIDERAÇÕES FINAIS	250
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	260

APÊNDICES

Apêndice I - Quadro com as Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos II (NUTS II).....	I
Apêndice II - Quadro com os Comandos PSP/consentimentos/amostra recolhida por NUTS II/Comando.....	V
Apêndice III - Quadro com amostra recolhida por NUTS II / Comando / Divisão.....	XI
Apêndice IV - Documento: 1.º Pedido formal para o estudo ao Diretor Nacional da PSP.....	XIX
Apêndice V - Documento: 2.º Pedido formal para o estudo ao Diretor Nacional da PSP.....	XXVII
Apêndice VI - Documento: Procedimentos de recolha da amostra para o estudo a ser utilizado pelos elementos da PSP.....	XXXV
Apêndice VII - Documento: Termo de consentimento informado	XXXIX
Apêndice VIII - Documento: Dados da participante.....	XLIII
Apêndice IX - Questionário Envolvimento Parental na Escola (Mãe).....	XLVII
Apêndice X - Questionário Envolvimento Parental na Escola (Filho).....	LV
Apêndice XI - Tabela com as questões do envolvimento parental na escola (mãe/filho(a)).....	LIX
Apêndice XII - Tabelas com as pontuações das subescalas (AEV; AAC; CEF; AERP) do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características sociodemográficas e intrafamiliares da vítima.....	LXIII
Apêndice XIII - Tabelas com as pontuações das subescalas (AEV; AAC; CEF; AERP) do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação vítima/crime.....	LXXI

Apêndice XIV - Tabelas com as pontuações das subescalas (AEV; AAC; CEF; AERP) do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados da caracterização da relação vítima/agressor.....	LXXVI
Apêndice XV - Tabelas com as pontuações das subescalas (AEV; AAC; CEF; AERP) do EPE, de mãe e filho, de acordo com o estado do processo-crime.....	LXXXI
Apêndice XVI - Tabelas com as pontuações das subescalas (AEV; AAC; CEF; AERP) do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor do agressor....	LXXXV
Apêndice XVII - Tabelas com as pontuações das subescalas (AEV; AAC; CEF; AERP) do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características pessoais e escolares do filho.....	LXXXIX
Apêndice XVIII - Tabelas com as pontuações das subescalas (AEV; AAC; CEF; AERP) do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/agressor.....	XCIII
Apêndice XIX - Tabelas com as pontuações das subescalas (AEV; AAC; CEF; AERP) do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime.....	XCVII
Apêndice XX - Tabelas com as pontuações das subescalas (AEV; AAC; CEF; AERP) do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime/escola.....	CI

ANEXOS

Anexo I - Declaração de autorização da autora do Questionário de Envolvimento Parental na Escola - Versão Pais «QEPE-VPa» para utilização neste estudo.....	I
Anexo II - Versão original «QEPE-VPa».....	V
Anexo III - Declaração da PSP: Autorização/parceria no estudo.....	IX
Anexo IV - Declaração da PSP: Questões éticas.....	XIII

QUADROS

Quadro 1 - Constituição dos conteúdos e ligações da pergunta de partida, hipóteses, e objetivos do estudo.....	105
Quadro 2 - Amostra validada e características.....	114
Quadro 3 - Relações das dimensões e subescalas do EPE.....	144

TABELAS

Tabela 1 - Resultados dos testes de Alfa de Cronbach (consistência interna) da escala e subescala (EPE “Mãe” e “Filho”).....	147
Tabela 2 - Resultados dos testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov-Lilliefors e de Shapiro-Wilk das escalas e subescalas (EPE “Mãe” e “Filho”)....	148
Tabela 3 - Pontuações da escala global e subescalas do EPE, de mãe e filho, em contexto nacional.....	156
Tabela 4 - Pontuações da escala global e subescalas do EPE, de mãe e filho, por NUTS	159
Tabela 5 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características sociodemográficas e intrafamiliares da vítima.....	166
Tabela 6 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação vítima/crime.....	178
Tabela 7 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados da caracterização da relação vítima/agressor.....	184
Tabela 8 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com o estado do processo-crime.....	188
Tabela 9 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor.....	192
Tabela 10 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características pessoais e escolares do filho.....	196
Tabela 11 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/agressor.....	200
Tabela 12 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime.....	203
Tabela 13 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime/escola.....	209
Tabela 14 - Comportamento quotidiano do filho perante o tipo de relação vítima/agressor e coabitação vítima/agressor/filho, pós-crime.....	213
Tabela 15 - Comportamento escolar do filho perante o tipo de relação vítima/agressor e coabitação vítima/agressor/filho, pós-crime.....	215

Tabela 16 - Retenções escolares do filho no círculo crime perante o tipo de relação vítima/agressor e coabitação vítima/agressor/filho, pós-crime.....	216
Tabela 17 - Comportamento quotidiano do filho perante a dependência de substâncias e posse de armas pelo agressor.....	221
Tabela 18 - Comportamento escolar do filho perante a dependência de substâncias e posse de armas pelo agressor.....	222
Tabela 19 - Retenções escolares do filho no círculo crime perante a dependência de substâncias e posse de armas pelo agressor.....	223
Tabela 20 - Comportamento quotidiano do filho perante as suas características pessoais e escolares.....	229
Tabela 21 - Comportamento escolar do filho perante as suas características pessoais e escolares.....	230
Tabela 22 - Retenções escolares do filho no círculo crime perante as suas características pessoais e escolares.....	232
Tabela 23 - Comportamento quotidiano do filho perante as características da relação com o agressor.....	236
Tabela 24 - Comportamento escolar do filho perante as características da relação com o agressor.....	238
Tabela 25 - Retenções escolares do filho no círculo crime perante as características da relação com o agressor	239
Tabela 26 - Comportamento quotidiano do filho perante as características da sua relação com o crime.....	242
Tabela 27 - Comportamento escolar do filho perante as características da sua relação com o crime.....	243
Tabela 28 - Retenções escolares do filho no círculo do crime perante as características da sua relação com o crime.....	244

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Denúncias oficiais da violência doméstica reportadas às forças de segurança, 2000 - 2015.....	55
Gráfico 2 - Dados oficiais de femicídios em Portugal, 2004 - 2015.....	57
Gráfico 3 - Idade (vítima).....	116
Gráfico 4 - Estado civil (vítima).....	116

Gráfico 5 - Nacionalidade (vítima).....	116
Gráfico 6 - Escolaridade (vítima).....	116
Gráfico 7 - Situação profissional (vítima).....	117
Gráfico 8 - Profissão (vítima).....	117
Gráfico 9 - Remuneração familiar mensal (vítima).....	118
Gráfico 10 - Regime habitacional (vítima).....	118
Gráfico 11 - Área geográfica habitacional (vítima).....	118
Gráfico 12 - Religião (vítima).....	118
Gráfico 13 - Número de filhos (vítima).....	119
Gráfico 14 - Número de filhos a estudar (vítima).....	119
Gráfico 15 - Agregado familiar atual (vítima).....	120
Gráfico 16 - Dependência de substâncias (vítima).....	120
Gráfico 17 - Idade (filho).....	121
Gráfico 18 - Sexo (filho).....	121
Gráfico 19 - Ano de frequência na escola atual (filho).....	121
Gráfico 20 - Número de retenções (filho).....	121
Gráfico 21 - Tipos de vitimação (vítima).....	122
Gráfico 22 - Consequências da vitimação (vítima).....	122
Gráfico 23 - Relação temporal crime/denúncia (vítima).....	123
Gráfico 24 - Denúncia anteriores (vítima).....	123
Gráfico 25 - Relação temporal vítima/agressor (vítima).....	124
Gráfico 26 - Tipo de relação com o agressor (vítima).....	124
Gráfico 27 - Coabitação à data do crime (vítima).....	124
Gráfico 28 - Coabitação pós-crime/denúncia (vítima).....	124
Gráfico 29 - Dependência económica (vítima).....	125
Gráfico 30 - Paternidade agressor/filho.....	126
Gráfico 31 - Frequência contactos filho/agressor pós-crime/denúncia.....	126
Gráfico 32 - Papel do filho no crime.....	126
Gráfico 33 - Tipo de intervenção do filho no crime.....	126
Gráfico 34 - Sinalização CPCJ.....	127
Gráfico 35 - Sinalização/não sinalização CPCJ (1).....	128
Gráfico 36 - Sinalização/não sinalização CPCJ (2).....	128
Gráfico 37 - Comportamento quotidiano após o crime.....	129

Gráfico 38 - Comportamento escolar após o crime.....	129
Gráfico 39 - Retenções do filho em relação ao crime.....	129
Gráfico 40 - Estado do processo-crime.....	130
Gráfico 41 - Dependência de substâncias (agressor).....	131
Gráfico 42 - Posse, uso ou acesso a armas (agressor).....	131

INTRODUÇÃO

O presente estudo, intitulado “Violência doméstica e envolvimento parental na escola: Perspetivas de mães e filhos” versa a problemática da violência conjugal sobre a mulher, por parte do seu parceiro masculino, relacionando-a com o impacto dessa vitimação no envolvimento parental na escola do (s) seu(s) filho(s) e nos comportamentos e desempenhos escolares destes filhos.

Tendo em conta a terminologia exposição seguida pela legislação em vigor, que tutela e caracteriza a violência doméstica multidimensional, incluindo a conjugal, contra a criança, ou contra o idoso, optamos por, ao longo do nosso trabalho, utilizar o termo “violência doméstica” para caracterizar a violência conjugal, do homem contra a mulher. De uma forma geral, as causas da violência doméstica são multifatoriais, e, por isso, é necessário atuar em múltiplos níveis, para se atingir a máxima eficácia na prevenção e análise das situações de risco, considerando a combinação de fatores individuais com fatores culturais e transgeracionais.

É tido como um dos maiores paradoxos da existência humana, o facto da maioria da violência interpessoal surgir entre pessoas que estão ligadas entre si, e, prova disso, é a violência no contexto familiar. Muitas das casas de família são marcadas pela violência, o que torna a casa como “o lugar mais perigoso da sociedade moderna. Em termos estatísticos, seja qual for o sexo e a idade, uma pessoa estará mais sujeita à violência em casa do que numa rua à noite” (Giddens, 2014, p. 196).

A partir deste entendimento, surgiu a necessidade de analisar o impacto da violência doméstica na educação em Portugal. Assim, interessa aprofundar o conhecimento sobre o comportamento da mulher, mãe e encarregada de educação, vítima por parte do seu companheiro masculino, e relacioná-la com as questões do seu envolvimento parental na escola e impactos causados nos comportamentos e desempenhos escolares dos seus filhos.

O conceito de envolvimento parental na escola é um constructo que poderá assumir várias dimensões, subsequentes do número de tipologias e autores que se debruçam sobre a matéria, mas que se interligam e envolvem em características idênticas. Após a revisão da literatura sobre o tema, direccionamos o nosso estudo para a denominada tipologia de Joice Epstein (1987), que assenta em seis dimensões/categorias de fatores que predizem o conceito. Esta tipologia foi transportada para a nossa realidade por Ana Pereira et al. (2002, 2008) partindo de três das seis dimensões da teoria de Epstein: 1) comunicação escola-família; 2)

envolvimento em atividades na escola; e 3) envolvimento em atividades de aprendizagem em casa. O conceito de envolvimento parental na escola deste estudo adota assim esta vertente.

Em Portugal, e nos últimos anos, tem havido uma proliferação de estudos no domínio da intervenção da parentalidade na escola, em contexto de violência doméstica. No entanto, a literatura aponta uma insuficiência de estudos, no que diz respeito ao impacto da vitimação do envolvimento parental na escola do (s) seu(s) filho(s), tornando-se assim necessário investigações sobre esta problemática.

É preciso ter em conta que, atualmente, a violência doméstica se encontra, reiteradamente, entre os primeiros cinco tipos de crimes mais denunciados. Tal pode ser comprovado tendo por base a tipificação do crime “Violência Doméstica” na legislação nacional, tal como consta nos Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI), com a análise de todas as ocorrências criminais participadas às forças de segurança, a partir de 2008, e com a definição de «violência doméstica contra cônjuge ou análogos» como um crime público. Estes relatórios permitem-nos perceber que é o crime que mais vitimiza a mulher, desde que foi considerado crime público em contexto nacional. Desde 2008 a 2015, foram registados 213 016 casos em que estas são as vítimas maioritárias (82,5%), e, o homem, igualmente em maioria, o seu agressor (87,3%), sendo que, em cerca de 42% das situações, os filhos menores deste casal, presenciaram o crime (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna [SGMAI], 2016b; 2015b; Direcção-Geral da Administração Interna [DGAI], 2014b; 2013b; 2012b; 2011b; 2010b; 2009b). Desta forma, constitui o crime que em Portugal mais vitimiza o sexo feminino, desde crianças, jovens, e principalmente mulheres, continuando a destacar-se no cenário negro das estatísticas criminais portuguesas, numa perspetiva de violência de género.

A estes resultados juntam-se os dados das mulheres assassinadas em contexto de violência doméstica, pois os dados disponíveis, desde 2004, indicam que, até 2015, ocorreram 432 femicídios e 503 tentativas. Neste mesmo contexto, mas agora com dados analisados de 2012 a 2015, 78 crianças e jovens filhos destas vítimas mortais testemunharam o crime, e quatro foram igualmente assassinadas em conjunto com a sua progenitora (UMAR, 2016).

De igual forma, os relatórios das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que trabalham situações de crianças e jovens dos zero aos 21 anos, que se encontram em situação de risco ou perigo, apontam para um aumento de casos, desde os 3340 verificados em 1998, até aos 73 355 sinalizados em 2015 (espaço temporal onde se insere a nossa amostra) (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens [CNPDPJ],

2016; Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR], 2015, 2014, 2013, 2012, 2011a, 2010, 2009, 2008, 2007, 2006, 2005, 2004, 2003, 2002, 2001, 2000). Atualmente, e sendo comparável aos últimos anos, o principal motivo de intervenção das CPCJ envolve situações de exposição à violência doméstica, e como terceira causa, condições em que se encontra em causa o direito à educação (CNPDPJ, 2016).

Neste contexto, torna-se imprescindível uma análise aprofundada das complexidades deste fenómeno, com especial foco nas vertentes pouco exploradas, como a que este estudo se propõe. Apenas assim se podem objetivar mais-valias para a (re)definição e/ou avaliação das políticas públicas e sociais desenvolvidas neste domínio. Apesar do crescente número de participações de ocorrências de violência doméstica, maioritariamente com as mulheres como vítimas, é importante aprofundar as especificidades destes casos, como na área da educação, a que este estudo se propõe.

Nesta perspetiva, este estudo envolve-se na linha/grupo de investigação «Educação, Identidades e Políticas Públicas». Ao projeto inicial foi atribuída uma bolsa de investigação para este doutoramento em Educação da ULHT para o triénio 2013/16.

A pesquisa tem por base de sustentação, as Equipas do Programa Escola Segura (EPES)¹ da Polícia de Segurança Pública (PSP), e o V Plano nacional de prevenção e combate à violência doméstica e de género (V PNPCVDG -2014/2017)².

Trata-se de uma realidade próxima da ação profissional do investigador, fruto de observação direta, conhecimento interno e visão pessoal enquanto elemento da PSP, há cerca de doze anos. Além disso, é de salientar a sua passagem de cinco anos pelas EPES, num trabalho que envolveu vários agrupamentos escolares e cerca de 100 escolas com particularidades e características distintas, desde escolas inseridas em bairros sociais com uma elevada envolvimento criminal e socioeconomicamente baixa, a escolas em ambientes e áreas geográficas com elevado nível socioeconómico.

A missão das EPES comporta uma intervenção que abrange toda a comunidade escolar. Para além da vertente interventiva no espaço escolar, contempla, fora deste espaço, os alunos e familiares, sendo recorrente a deslocação ao espaço da casa de família. Esta visão possibilitou, um primeiro contacto com comportamentos inadequados e/ou desviantes, como o álcool ou as drogas, o conflito e a violência, os roubos e furtos, o *bullying*, cada vez mais o

¹ EPES - Equipas do Programa Escola Segura. Regulamento do Programa Escola Segura, Despacho n.º 25 650/2006, dos Ministérios da Administração Interna e da Educação.

² V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017), Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, Diário da República [DR], I Série, n.º 253, de 31 de dezembro de 2013.

ciberbullying, as próprias situações de menores em risco/perigo, faltas excessivas, atrasos constantes, absentismo/abandono escolar³, impossibilidade ou ausência total de contactos com a escola ou os professores por parte do encarregado de educação, entre outros. Estes comportamentos assumem maioritariamente consequências negativas, entre as quais ao nível do desempenho escolar, levando, muitas vezes, a uma intervenção conjunta entre a escola e as EPES⁴. Estas intervenções, de que o investigador fez parte, motivaram o interesse e empenho em pesquisar o tema, atendendo às consequências familiares e sociais, procurando averiguar qual o impacto da vitimação da mulher vítima deste crime, no seu envolvimento parental na escola dos filhos.

Um outro importante fio condutor do nosso estudo, assenta nos pressupostos das políticas públicas e sociais de combate à violência doméstica em Portugal, particularmente, as inseridas no atual Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género. Neste Plano, na sua «V Área Estratégica - Investigar e Monitorizar», anuncia a necessidade de “(...) promover estudos que permitam integrar lacunas de conhecimento existentes em matéria de violência doméstica e de género” (V PNPCVDG, 2014/17, pp. 7026-7027). Perante tais desideratos, é nossa preocupação ajudar a aprofundar a análise sobre o impacto causado pela vitimação da violência conjugal contra a mulher no envolvimento parental na escola do(s) seu(s) filho(s), num contexto nacional abrangente.

³ Analisando os ilícitos em ambiente escolar, e perspetivando o espaço temporal escolar da amostra de filhos que fazem parte do nosso estudo (anos letivos 2003/04 a 2014/15), encontramos cerca de 74 000 ocorrências, maioritariamente intervencionadas no âmbito do Programa Escola Segura da PSP e da GNR. Nesta análise, e sendo transversais à maioria dos anos letivos, cerca de 2/3 das ocorrências participadas são de natureza criminal, sendo que, cerca de 70%, ocorreram no interior dos estabelecimentos escolares, e, restante percentagem ocorreram nas imediações ou no trajeto escola-casa ou vice-versa (30%). Por norma, a grande prevalência recai em seis categorias criminais, e, maioritariamente, por esta ordem decrescente: “Ofensas à integridade física”, “Furto”, “Injúrias/ameaças”, “Vandalismo/dano”, “Roubo”, e, “Outros” (nesta última categoria inserem-se várias tipificações criminais, como por exemplo, o *ciberbullying*). Entre as restantes categorias observamos a “Posse/Consumo de Estupefacientes”, as “Ofensas sexuais”, a “Posse/Uso de arma”, e, a “Ameaça de Bomba”. As escolas dos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Faro, surgem, maioritariamente, com os maiores índices de ocorrências, e, em sentido contrário, encontramos os distritos de Bragança, Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Beja, e Évora (SGMAI, 2016b; 2015b; DGAI, 2014b; 2013b; 2012b; 2011b; 2010b; 2009b, MAI, 2008, 2007, 2006, 2005).

⁴ Em alguns casos, e referindo-nos a agrupamentos escolares que possuem Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), este trabalho conjunto (Escola e EPES) é, muitas vezes, consumado em articulação com estes gabinetes. O GAAF emprega uma abordagem e acompanhamento à criança/jovem e à família, em contexto informal e formal, procurando estabelecer uma relação de confiança e empatia com as mesmas. Através de uma articulação direta e permanente com professores e elementos da comunidade educativa, complementam o seu trabalho em parceria com entidades e organismos externos de apoio. Atualmente constituem-se por 22 GAAF (IAC, 2016), por norma dirigidos por profissionais do serviço social e/ou da psicologia. No entanto, estes GAAF apenas se encontram em funcionamento em algumas escolas, especificamente, nos contextos escolares TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), envolvendo assim 137 agrupamentos de escolas atualmente. Sendo que, 49 encontram-se inseridas no NUT Norte, 13 no NUT Centro, 46 no NUT Lisboa, 18 no NUT Alentejo, e no do NUT Algarve, não existindo nenhuma nos NUT Madeira e Açores (Direção-Geral da Educação [DGE], (2016).

Torna-se, assim, fundamental analisar os conceitos em uso para este tipo de crime, as próprias ambiguidades de envolvimento parental na escola, representado na ação das mulheres, a correspondência entre estes factos e a elaboração de ideias sobre identidades parentais na escola, de éticas parentais, de género ou morais. Afigura-se essencial triangular as visões de quem se encontrar em atuação, seja no papel de vítima, mãe, e encarregada de educação.

Tendo como objeto de estudo o envolvimento parental na escola da mulher vítima de violência conjugal, a **pergunta de partida** que orientará os objetivos deste estudo é:

- De que forma a vitimação da mulher, vítima de violência conjugal, influencia o seu envolvimento parental na escola (EPE) e os comportamentos e desempenho escolar dos seus filhos?

O **objetivo geral** do estudo visa:

- Analisar o impacto da vitimação da mulher vítima de violência conjugal no seu EPE, e respetivas consequências nos comportamentos e desempenho escolar do filho, no contexto social português.

A população do estudo é constituída por dois grupos. Um grupo constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, e outro, pelos filhos destas vítimas. Cada grupo possuiu 350 indivíduos, num total de 700. Foram delimitadas como variáveis comuns, na definição desta população, as seguintes características: mulher vítimas de violência conjugal por parte do seu companheiro masculino com denúncia criminal efetuada; vítima e filho(a) residem juntos; são estas o encarregado de educação do seu filho, e quem por norma assumem as tarefas inerentes ao seu processo educativo; e, que este filho se encontre a frequentar o 2.º ou 3.º ciclo do ensino básico.

Um processo de amostragem implica que as conclusões obtidas através da sua caracterização sejam generalizáveis para a respetiva população, e, como veremos ao longo deste nosso trabalho, apesar de este objetivo ser dificilmente alcançável, acreditamos possuir uma amostra suficientemente abrangente para nos poder fornecer dados razoavelmente consistentes do contexto nacional deste fenómeno. A definição geográfica da amostra regeu-se pelos NUTS II - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos⁵, que divide Portugal em sete partes: Norte; Centro; Área Metropolitana de Lisboa; Alentejo; Algarve;

⁵ Fonte: Instituto Nacional de Estatística [INE], 2015.

Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira. A amostra, de 700 indivíduos, divide-se em 100 por cada um dos sete NUTS, particularmente, 50 mulheres vítimas e 50 filhos destas, por cada NUTS.

Para a recolha da amostra tivemos o imprescindível papel da PSP, que se assumiu “parceira” da nossa investigação e sem a qual seria inviável, uma vez que a pesquisa tem um âmbito abrangente a todo o território nacional. A participação da PSP assentou numa das vertentes do V PNPCVDG, «Investigar e Monitorizar», adotando assim, um indispensável contributo na “(...) articulação com universidades ou centros de investigação” (V PNPCVDG, 2014/17, p. 7027).

Neste sentido, após autorização do Diretor Nacional da PSP, participaram na recolha da amostra 277 esquadras do total de 20 Comandos que completam a PSP, num espaço temporal de 17 meses, que decorreu entre abril de 2014 e agosto de 2015. Esta recolha assentou num termo de consentimento informado aquando os elementos desta força de segurança se deparavam com uma ocorrência de violência doméstica, perante as características já observadas da amostragem.

Quanto à metodologia, com uma etapa inicial assente numa pesquisa exploratória com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre os conceitos, adotámos uma abordagem quantitativa. Neste sentido, o estudo pretende aprofundar a análise sobre o fenómeno da violência doméstica, violência de género, violência conjugal sobre a mulher, no seu papel de mãe e encarregada de educação, e analisando-o sob a perspetiva de avaliação do envolvimento parental na escola, na visão de vítima sobre si e na visão do seu filho(a) sobre esta, bem como os impactos nos comportamentos e desempenhos escolares destes filhos, aqui, exclusivamente na perceção das mães. Para o efeito, foi utilizado como instrumento de recolha de dados, o inquérito por questionário, construído tendo por base a pergunta de partida, hipóteses e os objetivos do estudo. Para o tratamento dos dados recorremos ao «Statistical Package for the Social Sciences» (SPSS), tendo como técnica a análise estatística e a correlação de variáveis, para sistematização dos resultados.

Paralelamente, os resultados do tratamento estatístico, quando possível, foram complementados e relacionados com a análise de estudos e relatórios técnicos. Relativamente aos relatórios, destacamos os que analisam a problemática da violência doméstica, das crianças e jovens em risco, e da área da educação, particularmente os da CPCJ (CNPDPJ/CNPJCR), de segurança interna e de monitorização da violência doméstica (SGMAI/DGAI), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), do Ministério da

Educação (ME), do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA), entre outros, tendo em vista o aprofundamento da análise e discussão dos resultados.

No que se refere à estrutura, este trabalho divide-se em duas partes, o enquadramento teórico, e a apresentação da parte metodológica.

Na sua fase concetual, composta pelos dois primeiros capítulos, são analisados, através de uma revisão da literatura os principais autores e investigadores da área em estudo. Dentro desta fase encontra-se também delimitado, com pormenor, o quadro concetual, o qual contém os principais conceitos inerentes a esta problemática.

Quanto à fase metodológica, assente no terceiro e quarto capítulo, no qual são traçadas as diferentes fases do plano de investigação, incluindo a referência às questões éticas da investigação. Apresentamos a pergunta de partida, o método de pesquisa, a população, o contexto do estudo e, a amostra. Encontramos definidas as técnicas utilizadas para recolha dos dados, inerente apresentação, análise e discussão dos resultados, e verificação das hipóteses da investigação. Por fim, encontramos as conclusões gerais do nosso estudo, nas quais, expomos possibilidades para uma (re)orientação das políticas públicas e sociais que intervêm no fenómeno da violência doméstica.

Apesar do estudo procurar realizar uma análise das relações entre envolvimento educativo desta vítima específica, violência intrafamiliar e contexto escolar, o mesmo cinge-se a um recorte possível de análise, perante um fenómeno complexo e multifacetado, em que diferentes fatores se podem envolver.

Este estudo procura ajudar a melhorar e reforçar a atuação nesta área, nomeadamente quanto aos padrões gerais das políticas públicas e sociais de apoio à mulher vítima de violência conjugal, perpetuada pelo seu companheiro masculino, e às crianças e jovens que vivenciam, indireta ou diretamente. Em especial, interessa uma atuação mais eficaz na prevenção da violência doméstica, partindo das perceções dos envolvidos, de maneira a ajudar a diminuir os possíveis efeitos negativos no envolvimento parental destas mães, e nos comportamentos e desempenhos escolares dos seus filhos.

CAPÍTULO 1

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Introdução

Tendo em conta que a família é a primeira instituição responsável pela inserção dos sujeitos na cultura, interessa acompanhar as mudanças que ocorreram até este início de século, com o propósito de contextualizar a violência doméstica enquanto fenómeno social, caracterizado por um conjunto de modificações intrínsecas à família, que contrastam com o imaginário afetivo desta instituição e que resultam, frequentemente, em situações de violência doméstica

A situação de violência é, antes de tudo, uma questão de violação dos direitos humanos. Como tal, torna-se assim fundamental debruçar-nos sobre as dimensões da violência doméstica nas relações intrafamiliares, observando também o enquadramento legal deste crime e o olhar sobre as políticas públicas e sociais de prevenção e apoio a estas vítimas. Assim sendo, é igualmente importante a análise sobre os contornos deste crime perpetrado sobre a mulher, no contexto português, mas tendo em conta o enquadramento europeu e mundial.

Torna-se indispensável, conhecer as representações sociais das mulheres vítimas de violência doméstica e analisar como este conhecimento, produzido e partilhado por este grupo de pertença, cria uma realidade prática e quotidiana. É cada vez mais imprescindível conceber as mulheres vítimas de violência como sujeitos sociais que suportam em si as particularidades culturais do género, assente numa construção social que tem colocado o homem numa posição de domínio sobre a mulher, ao longo da história.

1.1. Família, estruturas e funcionamento

A família é considerada, na sociedade, a instituição social básica, ponto de partida para o desenvolvimento de todas as outras, assumida como a mais antiga e de extensão universal, embora em cada comunidade as formas de vida familiar se diversifiquem. Por isso, a família é hoje concebida como um lugar seguro, propício ao desenvolvimento psicossocial dos indivíduos e ao seu bem-estar (Giddens, 2011).

Esta imagem da família tem, por base, representações sociais que variam de acordo com a sociedade e uma visão específica da realidade. Por isso, é preciso ter em consideração as definições de representação social apresentadas por Denise Jodelet, entendendo a ideia de representação social como “(...) uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e

partilhada, com um objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1989, p. 35). Assim, estas formas de conhecimento manifestam-se através de imagens, conceitos e categorias, sendo socialmente compartilhadas, concorrendo para a construção de uma realidade comum. Desta maneira, as representações são fenómenos sociais (Moscovici, 2012).

Os estudos de autores como Anthony Giddens (2011, 2002, 2001), Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (2013, 2002, 1995), Elisabeth Beck-Gernsheim (2002), Zygmunt Bauman (2006, 2001, 1999) e Ulrich Beck (1992), que, tendo como ponto de partida o indivíduo, levaram-nos a debater temas como os das funções, contornos e futuro da “Instituição Família”. Nestes estudos, a mutação da e na família justificam-se por processos gerais de mudança social, como a maior igualdade, escolarização, globalização, entre outros, resultando numa individualização crescente que confere aos indivíduos o “poder” para ajustar a sua biografia (Beck, Giddens & Lash, 1994). Como tal, é no meio familiar que cada indivíduo constrói a sua “identidade individualizada” (Singly, 2000).

A família surge assim como um dos grupos mais importantes de aprendizagem e assimilação de conhecimentos, não apenas porque é o primeiro grupo com o qual um indivíduo contacta, mas também porque nos primeiros anos de vida se encontra mais permeável à reprodução social. Os valores adquiridos no lar, num ambiente de amor e de felicidade, aproximam e unem as pessoas e são aqueles que mais se enraízam, sendo, na maioria dos casos, os que resistem aos impactos mais severos e às provas mais duras (Francisco, Pinto & Pinto, 2016; Buehler & Gerard, 2013; Sousa, 2012).

As mudanças nas estruturas e funções da instituição família espelham as mudanças nas outras instituições com as quais estão relacionadas (Benvenuto & Ribeiro, 2016; Reis, 2008). Nisso percebemos as alterações sofridas com o decorrer dos séculos, onde a principal transformação surge perante a passagem de uma “(...) sociedade agrária à sociedade industrial” (Reis, 2008, p. 44), o que teve, naturalmente, repercussões na transformação da instituição familiar. Ou seja, não estando isolada ou imune às transformações que se vão verificando, necessita assim de ajustamentos e adaptações na sua estrutura.

A passagem de um mundo camponês patriarcal para a sociedade industrial, onde uma família extensa, úteis para o sustento do lar e adequada à sociedade tradicional, sentiu necessidade de se transformar numa família nuclear, onde as crianças deixam de constituir um bem económico para se tornar num encargo dispendioso, e assim corresponder melhor às

características socioeconómicas e culturais da sociedade industrial e urbana (Quingostas, 2011; Reis, 2008).

As obras de Philippe Ariès (1988, 1986), ao estudar a criança e a vida familiar, demonstram que a “invenção” da infância na vida da criança surge apenas no século XVII, e aponta a consciencialização desta etapa como fator preponderante para a redefinição do papel e representação da família.

Associado ao progresso industrial, desponta o Estado Providência, sustentado em reflexões e imposições de solidariedade, passando a ingressar na privacidade das famílias mais desprotegidas para estas encontrarem apoio (Silva, 2013a; Sousa, 2005).

Não só a sociedade, mas a própria comunidade onde a família se insere, pode dar origem a alterações familiares. O termo comunidade assenta, no entanto, numa dupla perspetiva, onde por um lado devemos compreender o próprio território, e, por outro, implica elementos menos palpáveis, assentes nas características e perceções da população face ao território, onde a própria comunidade é vista como um lugar onde o conflito é comum (Wildemeersch & Vandenabeele, 2007). A comunidade deve assim ser vista como não sendo homogénea, pelo contrário, é um espaço heterogéneo, e onde o conflito é parte fundamental do quotidiano (Biesta, 2014). Podemos afirmar que a comunidade é espaço para mudança, um espaço dinâmico, onde tensões e conflito são usuais, e assim mais um complemento capaz de moldar o próprio conceito da estrutura familiar.

Émile Durkheim mencionava sobre a “família de hoje” do início do século passado, que não era mais nem menos perfeita do que aquela de ontem, mas mudara, porque as circunstâncias eram outras (Durkheim, 1975). A “família de hoje”, referida por Durkheim, era a família do início do século XX, no entanto, a “família de hoje”, um século mais tarde, continua a ser “outra”, nem mais nem menos perfeita, e, de facto, as circunstâncias são muito diferentes. As inúmeras transformações que ocorreram desde então, de âmbito social, económico e cultural, alargaram o âmbito destas mudanças, a todas as famílias.

Neste aspeto, uma das realidades mais relevantes no impacto das alterações estruturais da família foca-se no papel da mulher na sociedade, criando novas mudanças e impactos na família, na organização familiar e nas formas de conjugalidade (Giddens, 2011; Singly, 2011; Ferry, 2008; Aboim, 2006; Alarcão, 2006; Bauman, 2006; Relvas & Alarcão, 2002).

Atualmente, estruturas familiares sofreram as transformações, e gradualmente, encontram-se bem patentes em distintas e diversas estruturas. É no artigo 1576º do Código Civil Português que se aborda as conceções da noção jurídica de “Família”, ao considerar

como fontes das relações familiares o casamento, o parentesco, a afinidade e a adoção. A família abrange os cônjuges, os filhos, os parentes, os afins, os adotandos e adotados.

As tipologias mais comuns, centram-se em estruturas como a nuclear ou conjugal, constituídas por um homem, uma mulher e os seus filhos (biológicos ou adotados), residindo num ambiente familiar comum. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2013), relativamente aos resultados dos últimos Censos realizados em Portugal (2011), apresenta uma estrutura familiar cada vez menos com descendência pouco numerosa. Nos últimos 50 anos, a dimensão média destas famílias reduziu-se significativamente, passando de 3,8 pessoas por família, em 1960, para 2,6 pessoas, em 2011. E, nesta mesma estrutura, com mais de cinco pessoas, teve um acentuado decréscimo, encontrando-se em 2011 com apenas 2%, contra os 17,1% de 1960 (INE, 2013).

Uma outra estrutura comum e atual, onde apenas um dos pais reside com os seus filhos, são as designadas famílias monoparentais. Nestas famílias predominam fatores assentes em fenómenos sociais como o divórcio, óbito, abandono de residência, ilegalidade ou adoção de crianças por uma só pessoa. No que concerne à monoparentalidade feminina, existem dados indicativos, que, em muitos casos, advém de uma gravidez precoce ou não planeada, instabilidade familiar e/ou abandono (Layne, 2015; Nixon, Greene & Hogan, 2015; Giddens, 2014; Pinto et al., 2011; Vieira, 2009; Krause, 2006; Singly, 2006). Desta forma, estas famílias, em grande parte, podem ser associadas a situações de vulnerabilidade económica, uma vez que esta mulher não só assume as funções do lar e o cuidado dos filhos, mas também passa a ser a provedora do sustento familiar, posição que muitas vezes as vinculam a trabalhos mal remunerados e com poucas regalias sociais (Cunico & Arpini, 2014). Verificamos que, nas últimas décadas, o número de núcleos familiares monoparentais no nosso país teve um aumento significativo, de 6% em 1960, para 9% em 2011. Na grande maioria dos casos, 90,9%, estes núcleos monoparentais são encabeçados por mulheres. Sendo que esta estrutura familiar, com filhos menores de 18 anos, é a mais afetada pelo desemprego, com 15,1% em 2011, facto esse mais elevado em casos das mães sós do que nos pais na mesma situação (INE, 2013).

Uma outra estrutura de família é a designada de família alargada, ampliada ou consanguínea, na qual coabitam outros parentes diretos ou colaterais, de diferentes gerações, com o casal e os seus filhos (e.g., os avós, primos, tios) (Giddens, 2014; INE, 2013; Paúl & Ribeiro, 2012). Os dados do INE indicam, no entanto, uma diminuição do peso destas famílias, de 15% em 1960, para 9% em 2011 (INE, 2013).

Temos também a família recomposta ou reconstituída, a qual consiste na união de duas famílias depois de uma separação ou divórcio. Este tipo de estrutura poderá implicar a existência de filhos do casamento anterior, existindo assim um progenitor biológico que vive fora da habitação dessa família (Aaltonen & Karvonen, 2016; Giddens, 2014; Faber & Wittenborn, 2010; Alarcão, 2006). Nesta estrutura, e em contexto nacional, verificamos um aumento do número de casos, encontrando-se em 2011 com 13,3%, quando em 2001 representavam apenas 5,6%. São os casais mais jovens os agentes da mudança, uma vez que é nas faixas etárias até aos 39 anos que as referidas tendências são mais evidentes (INE, 2013).

Um outro tipo de família hodierna são as famílias adotivas, onde, na maioria das situações, se distingue pelo facto de existir no seu seio crianças e jovens que não têm laços de sangue com aqueles pais, mas que lhes estão ligados por laços afetivos e legais (Delgado, 2010; Salvaterra & Veríssimo, 2008; Alarcão, 2006). Quando nos debruçamos no contexto desta estrutura, verificamos que é necessária uma maior exigência e esforço de ambas as partes, implicando a reformulação de um conjunto de papéis, funções e responsabilidades, quer a nível individual quer a nível conjugal (Atzaba-Poria & Pike, 2015; Palacios, 2007; Alarcão, 2006). Nesta estrutura, e muitas vezes em resultado de situações bastante graves, as crianças e jovens são retirados do seu meio natural de vida, à família, para a sua colocação junto de outros familiares, de pessoas idóneas ou em instituições. Estas famílias constituem-se, maioritariamente, devido a esta retirada de crianças e jovens vítimas de negligência, maus-tratos físicos e emocionais, abuso sexual e por famílias disfuncionais. A sua retirada do seu meio familiar, embora não seja a ideal, é, em muitas situações, a única forma transitória ou duradoura possível de ajuda (Matos, 2015; Fraga, 2012; Bjorkenstam et al., 2011; Strecht, 2004).

Os dados mais recentes, relativos a Portugal, indicam que no final de 2015, o universo de crianças e jovens em situação de acolhimento era de 8600. A maioria destas crianças e jovens, com 85% dos casos, encontram-se acolhidas com base em medidas aplicadas no âmbito de processos de promoção e proteção. Com valores muito abaixo, encontramos, com 3,8%, sob a medida de «confiança a instituição com vista a futura adoção»⁶, com 3,5%, sob a

⁶ Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). Lei n.º 147/99 - DR, I Série-A, n.º 204, de 1 de setembro de 1999. Alterada pela Lei n.º 142/2015 - DR, I Série, n.º 175, de 8 de setembro de 2015. Ver alínea g) do artigo 35º da LPCJP.

medida em «acolhimento familiar»⁷, e, apenas com 0,2%, por «medida de apoio para autonomia de vida»⁸ (Instituto da Segurança Social [ISS], 2016).

Em continuidade, do mais tradicional para o menos tradicional (idealizado), surgem as designadas famílias alternativas, onde prevalecem as famílias homossexuais/homoparentais (Gato & Fontaine, 2014; Giddens, 2014; Fernández, 2012). Nesta estrutura existe uma ligação conjugal entre duas pessoas do mesmo sexo, onde em um, ou ambos os parceiros, podem permanecer filhos biológicos de relações heterossexuais, ou apenas um pai ou mãe homossexuais e respetivos filhos, casais homossexuais que adotaram uma criança, ou que recorreram a métodos como a inseminação artificial para gerar uma criança. A primeira configuração, dada a dificuldade que os casais homossexuais têm no acesso a formas de parentalidade biológica, adotiva ou por inseminação artificial, será a mais frequente (Rahilly, 2015; Malmquist, 2015; Ordem dos Psicólogos Portugueses [OPP], 2013; Alarcão, 2006; Krause, 2006). As estimativas nacionais do número de famílias homossexuais/homoparentais, com dois pais ou duas mães, indicam que o número de pessoas homossexuais com filhos possa variar entre os 3% e os 10% (Costa, Pereira & Leal, 2012). Apesar das muitas dúvidas, perguntas e receios que se colocam sobre as capacidades parentais e o desenvolvimento psicológico das crianças e adolescentes que crescem numa família homoparental, têm sido respondidos por inúmeras investigações científicas realizadas em diversos países. É consensual que não existem diferenças, entre as crianças provenientes de famílias homoparentais e as crianças provenientes de famílias heteroparentais, no que diz respeito a aspetos desenvolvimentais, cognitivos, emocionais, sociais e educacionais, reforçando mesmo que as famílias homoparentais são um espaço seguro para a educação dos filhos (OPP, 2013). Os resultados sugerem também que a orientação sexual parental é menos importante do que a qualidade das relações familiares. Sendo mostrado que é mais importante para as crianças, não o género dos pais, mas a qualidade das interações diárias e a força das relações interpessoais, dado que, para a criança, esta diferença entre géneros poderá ser construída numa noção através das suas relações sociais alargadas, uma vez que os modelos de feminino e masculino não se restringem apenas às figuras físicas de pai e de mãe. Diversos estudos, comparativos sobre a capacidade de homossexuais femininos e masculinos para serem bons

⁷ Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). Lei n.º 147/99 - DR, I Série-A, n.º 204, de 1 de setembro de 1999. Alterada pela Lei n.º 142/2015 - DR, I Série, n.º 175, de 8 de setembro de 2015. Ver alínea e) do artigo 35º da LPCJP.

⁸ Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). Lei n.º 147/99 - DR, I Série-A, n.º 204, de 1 de setembro de 1999. Alterada pela Lei n.º 142/2015 - DR, I Série, n.º 175, de 8 de setembro de 2015. Ver alínea d) do artigo 35º da LPCJP.

pais e desempenharem eficazmente o papel parental, indicam não existirem diferenças significativas. No entanto, os resultados que favorecem as mães comparativamente aos pais homossexuais, podem dever-se ao facto das mulheres investirem mais do que os homens no papel parental, e isto é transversal à sua orientação sexual (Xavier, Alberto & Mendes, 2015; Abbott, 2012; Gato & Fontaine, 2011; Farr, Forssell & Patterson, 2010; Patterson, 2009, 2001; Golombock et al., 2003).

Quando nos debruçamos nos estudos das relações das famílias, que não as nucleares ou conjugais, em que existem padrastos/madrastas, percebemos que existe atualmente uma enorme relevância, particularmente no significado social da relação entre estes e os enteados. Os resultados indicam que os pais biológicos, em média, têm um contacto limitado com os seus filhos após uma separação, e os laços entre o pai biológico e as crianças fragilizam-se quando o vínculo conjugal se quebra, porventura devido ao significado do papel de paternidade (Ellison, Wolfinger, & Ramos-Wada, 2013; Wolfinger, Mason & Goulden, 2013; Fu & Wolfinger, 2011; Lobo, 2010; Cutsem, 2004; Mason et al., 2002; Singly, 2000). No entanto, independentemente da razão, esta fragilidade não deixa de ser inquietante.

Inegavelmente, estamos diante de uma realidade própria da modernidade, assente na diversidade e humanização dos modelos atuais de família, coexistentes e não excludentes. Em Portugal, apesar de ter diminuído, verificamos que continua a ser a família com casal, com e sem filhos, a forma predominante de organização da vida familiar, com 62% das famílias em 1960, e, 59% em 2011, sendo que, nos últimos 50 anos, o número de casais sem filhos passou de 15% em 1960, para 24% em 2011. Também se constata um grande aumento das pessoas que vivem sós (solteiros, separados e divorciados, viúvos), passando de 12% em 1960, para 20% em 2011 (INE, 2013).

Como principais linhas de transformação familiar é possível identificar um padrão familiar assente, generalizadamente, em famílias de menor dimensão devido ao menor número de filhos, e ao decréscimo das famílias alargadas. Segundo este relatório, as tendências demográficas registadas nas últimas décadas, são resultado do “(...) aumento da esperança de vida, queda da fecundidade, adiamento da parentalidade, aumento das uniões de facto e do divórcio” (INE, 2013, p. 1), implicando assim um processo de mudança progressivo e persistente, que têm culminado na direção destas novas formas de viver em casal e em família (INE, 2013).

Assim, a família moderna compõe-se, decompõe-se e recompõe-se na tensão entre o relacional e a autonomia (Portugal, 2014; Singly, 2011).

Na atual sociedade, verificamos, maioritariamente, que homens e mulheres trabalham separadamente todo o dia fora de casa, que as crianças frequentam infantários, escolas e atividades de tempos livres, verifica-se que cada vez mais os jovens optam por viver juntos, que existem cada vez mais pessoas a viverem sós, sobretudo pessoas idosas, e uma enorme percentagem dos casais se divorcia e casa novamente (Giddens, 2010).

O conceito de família tem assim sofrido alterações ao longo dos tempos, bem como nas funções enquanto sistema, e de todos os atores que as compõe. As transformações que ocorrem derivam das mudanças socioculturais e tecnológicas, cujas variáveis ambientais, sociais, económicas, culturais, políticas e religiosas, têm motivado as distintas estruturas e composições da família (Yasui, 2015; Sarmiento, Pinto & Monteiro, 2010; Smart, 2007). Estas alterações são cada vez mais visíveis ao analisarmos a realidade da sociedade moderna, onde os ciclos de vida são diferentes, a função dos pais e dos filhos sofreu alterações, os laços familiares são mais frágeis, e a família desagrega-se com facilidade (Sousa, 2012).

Tendo a família o papel da produção de um clima afetivo, a socialização, a transmissão de ideias, valores essenciais, sendo o espaço onde a criança aprende como se comportar, o que lhe é permitido e proibido, partilha os valores da sua época quanto à educação, ao mercado de trabalho, à competição, ao sucesso, entre outros (Delgado, 2006; Espada, Gambôa & Branco, 2004), estas alterações da estrutura familiar podem acarretar consequências para o bem-estar material e psicológico das crianças (López, 2008).

Para caracterizar as principais mudanças que ocorreram na família, e consequentemente na infância, podemos indicar um conjunto diverso e versátil de indicadores globais, designadamente: as famílias tendem a ser menores e a diversificar os tipos de estruturas familiares; o crescimento da mobilidade das famílias (migrações); a diminuição do tempo e coesão familiar; o aumento da pobreza e exclusão social; o desemprego; o alcoolismo; a toxicodependência; a violência familiar; a agressividade e os castigos corporais; falta de diálogo; o autoritarismo; ruturas familiares (divórcios/separações), e, entre outros, a incompatibilidade entre o horário de trabalho dos pais e os horários escolares dos filhos (Leung, Tsang & Heung, 2015; Glover & Reay, 2015; Nunes & Ayala-Nunes, 2015; Buehler & Gerard, 2013; Dias & Rodrigues, 2012; Bandeira, 2012; Bertuzzi, Paskulin & Morais, 2012; Pedroso & Branco, 2008; Cunha, 2007; Paugam, 2005).

Verificamos, assim, que na atualidade a individualização, desinstitucionalização e risco, hegemónicas no pensamento social contemporâneo a partir dos anos 80/90 do século passado, fazem a ligação entre a ordem social e a mudança na família (Costa, 2012; Brannen

& Nielsen, 2005). Estas explicam o conjunto de mudanças radicais a que assistimos na sociedade ocidental contemporânea. Esta visão encontra-se bem presente numa imagem da família na contemporaneidade, a de uma realidade em permanente mudança na estrutura familiar (Giddens, 2014; Newman, 2010). No entanto, e apesar dos conceitos de família e parentesco se encontrarem a ser reinventados e exigindo uma elasticidade conceptual e redefinição durável, com carácter mais ou menos efémero e frágil das relações contemporâneas e do contexto de risco que as circunda, os mecanismos de atração, e não apenas os de repulsa, continuam a existir (Costa, 2014).

Apesar da diversidade de modelos e estruturas familiares nas sociedades atuais, a família nuclear persiste como prevalente nos discursos e políticas sociais, tendo como imagem dominante associada de um grupo coeso, composto por um casal heterossexual e filho(s). No entanto, esta representação é investida de pressupostos morais e ideológicos que transfiguram a família num reduto de ambiguidades, pois esta é “(...) espaço de segurança, solidariedade e intimidade”, mas é também “(...) lugar de violência e de desigualdades entre os seus membros (Dias, 2010a, p. 247).

É com este propósito que passamos ao ponto seguinte, no sentido de perceber como a violência se insere na família.

1.2. A violência doméstica nas relações intrafamiliares

Apesar de a família ser representada como o lugar da estabilidade e do bem estar, propício à construção da identidade e um refúgio contra as pressões sociais diárias, de forma paradoxal, é igualmente uma das instituições mais violentas, pois a afetividade e a violência coexistem, frequentemente, no seio das relações familiares, sobretudo na relação conjugal.

Atualmente, em Portugal, e após o reconhecimento da violência doméstica como um problema social e criminal, a violência privada e íntima da família, que permaneceu oculta durante décadas na privacidade das famílias, desde a década de sessenta, e principalmente setenta do século passado, que lançou sobre si diversos olhares, transformando-a num problema à escala mundial. Neste contexto, passou a ser objeto de investigação científica e produziu a definição de políticas públicas para a combater (Matos et al., 2012; Machado, Gonçalves & Vila-Lobos, 2002). Neste âmbito, devemos ter em consideração que a violência doméstica deve ser sempre analisada perante considerações de onde esta se insere, onde se

inclui o contexto social, económico, político, religioso e até cultural (Salter, 2014; Duarte & Alencar, 2011).

Está provado que a violência doméstica é um fenómeno global, presente tanto nos países desenvolvidos, como nos subdesenvolvidos e nos que estão em desenvolvimento (Queiroga, 2014; Ribeiro, 2011). Fenómeno

Perante as muitas e distintas definições de violência doméstica, torna-se difícil compatibilizá-las, estando presentes na abundante literatura científica, na legislação específica, em documentos nacionais, da Organização das Nações Unidas e da União Europeia, entre outros. O termo violência doméstica apresenta-se assim abrangente, incluindo a violência conjugal, a violência contra crianças e idosos, no entanto, por se encontrar legalmente identificada como crime, é possível considerá-lo um conceito limitado (Sani, 2008). Martins e Carvalho referem que, entre as diversas formas de violência no tecido familiar, “(...) a violência de género, a violência doméstica e a violência familiar são termos utilizados como similares (...) e torna-se um problema complicado por entrar na privacidade familiar, agravado por não ter, regra geral, testemunhas” (Martins & Carvalho, 2009, p. 327).

Mas não podemos deixar de voltar a salientar o conceito de família, centro deste tipo de violência. Anthony Giddens refere que a constituição da família se baseia numa ligação emocional e de intimidade, construindo uma história própria, exclusiva, tornando-se a razão da sua existência enquanto casal, e onde esta “(...) ligação emocional começa por ser o meio de estabelecer a relação e, depois, é a principal razão para ela ser mantida” (Giddens, 2010, p. 63). Mas, é exatamente aqui, na família, nesta ligação emocional, que a violência doméstica se apresenta, integrando e ligando entre si vários e distintos tipos de abuso cometidos sobre os seus membros, e que

“(...) inclui qualquer acto, inclusive de omissão, por parte dos membros da família, e quaisquer condições que resultam de tais acções ou inacções, privando os outros membros da família de direitos e liberdades iguais, e/ou interferindo com o seu desenvolvimento normal e a sua liberdade de escolha” (Dias, 2010b, p. 92).

Esta forma de violência surge e insere-se, assim, dentro do conceito de família, no seu espaço íntimo, lugar dos afetos e de expressão dos sentimentos, lugar onde tudo se partilha e experiencia, lugar e espaço de bem-estar, mas, também lugar onde a coação física ou psicológica se manifestam através deste crime (Dias, 2010b). Aqui se inserem os comportamentos perpetrados com intenção de infligir dor ou injúrias nos membros da família,

comportamentos que podem ocorrer de forma repetida e continuada ao longo do tempo (Bender & Roberts, 2007).

Numa correspondência ao tipo ideal de família, sentida pela sociedade em geral, esta assume que os seus membros são bem alimentados, bem-educados, bem vestidos e bem-amados. Isabel Dias, no âmbito da problemática da violência doméstica, realça que, este espaço de intimidade e privacidade, de afeto, de solidariedade, autenticidade e confiança na família moderna, pode ser também, um espaço privilegiado de opressão, de angústia, de obrigação, de egoísmo, assumindo-se assim como um espaço de violência. Esta visão indica-nos que, ao lado da representação da família ideal, temos de encarar também a imagem realista da “família que mata” (Dias, 2015, 2010b).

Apesar de violência doméstica, violência familiar, maus-tratos familiares e violência conjugal terem presente a existência de um agressor, uma vítima, e o exercício de poder através do uso da força (Alarcão, 2006), onde esse exercício de poder se traduz em agressão física, psicológica, sexual, social ou económica, podendo mesmo culminar no homicídio (Matos, 2002), podemos compreender a distinção basilar entre estas. De facto, não é apenas o ato de violência em si próprio, mas há que ter em conta os indivíduos que o vivenciam, as funções desempenhadas, e o significado das representações desses atos de violência.

A violência conjugal considera atos ofensivos que são infringidos conscientemente por um elemento do casal contra o outro. Por seu lado, a violência doméstica será mais abrangente, e são decorrentes das dinâmicas familiares, podendo afetar e ocorrer com diferentes membros da família restrita ou alargada (Rodrigues, 2012).

A literatura que se debruça sobre a problemática da violência familiar, refere os valores enraizados nas culturas patriarcais, em que os homens controlam as mulheres, como a razão pela qual assistimos a um predomínio da violência masculina. A ideologia feminista sublinha e defende esta prevalência, na qual a violência está diretamente relacionada com a diferença de poder entre os membros do casal, visível, na submissão das mulheres (Santos, 2016b). No entanto, estudos recentes procuram explicar se homens e mulheres são ou não, nas suas relações heterossexuais, igualmente violentos ou sofrem consequências iguais. Segundo Machado e Matos (2014), esta resposta varia consoante o foco da investigação, os tipos de violência analisados, o tamanho e proveniência da amostra, e os instrumentos utilizados.

Estes estudos, indicam que a violência nas relações íntimas não são um problema homogéneo, no qual os homens são perpetradores e as mulheres vítimas (Machado, Hines & Matos, 2016; Costa, et al., 2015).

Segundo John Archer, que publicou vários estudos e análises meta-analíticas sobre temas relacionados com as diferenças de género nas agressões das relações conjugais e familiares, indica que homens e mulheres, enquanto membros de uma família, podem ser agressores e vítimas (Archer, 2013, 2009, 2006, 2002, 2000). Segundo os resultados da meta-análise de Archer, o “paradigma” de género não reflete a realidade atual do fenómeno. Este indica que a violência deve ser considerada como algo eminentemente humano. As redefinições do papel social da mulher, afastam a atribuição da exclusividade da perpetração ao homem, e da vitimação à mulher (Archer, 2000). Complementa que a violência conjugal constitui um problema humano, não de género, em que as agressões de que os homens são vítimas podem ser equiparadas, na sua natureza e extensão, à das mulheres vítimas, e mesmo no âmbito do homicídio conjugal, as mulheres podem ser igualmente violentas (Ibidem).

No entanto, e não descurando que o homem e mulher devem ser olhados como possíveis vítimas e/ou agressor de violência doméstica, a realidade da violência familiar e conjugal presente nos inúmeros relatórios criminais internacionais e nacionais, continuam a denunciar a prevalência do crime do homem contra a mulher, os quais analisaremos num dos pontos seguintes do nosso trabalho.

As progressivas evoluções nas últimas décadas da definição e das teorias explicativas da violência doméstica, os próprios tipos e formas de problematizações sociais, levam-nos a entender que a violência conjugal se apresenta como um dos tipos de violência doméstica, onde a atribuição das abordagens conceituais, as suas políticas e estratégias de prevenção e intervenção nesta se inserirem.

1.2.1. Enquadramento legal

Conscientes de que a família e os papéis sociais de género têm que ser desconstruídos, pois homens e mulheres não existem em contextos naturalmente criados, muito pelo contrário, tais espaços derivam de processos complexos de construção social. Na abordagem a tais pressupostos, é assim central uma intervenção apropriada nas questões da família e, em particular, da violência doméstica, por parte do sistema jurídico-legal e judicial.

Neste âmbito, e com relevância aos mais recentes e pertinentes passos dados no âmbito legal da violência doméstica em Portugal, temos, obrigatoriamente, de nos debruçarmos nos conteúdos do Código Penal (CP) e Código Processual Penal (CPP).

No contexto do CP, as principais aplicações que envolvem o presente crime, envolvem alterações consumadas no âmbito dos artigos 152º, 152º- A e 152º- B.

Assim, com a Lei n.º 7/2000, de 27 de maio⁹, surge a implementação da natureza do crime de maus tratos nas relações entre cônjuges e análogas às dos cônjuges, que passou a ser público. Esta lei procede assim à quinta alteração do CP, e coloca no contexto da violência doméstica o panorama jurídico português. No entanto, é apenas sete anos depois, com a Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro¹⁰, que são introduzidas alterações significativas. Desde logo, procedeu-se à autonomização do tipo legal de crime, intitulando-o de «Violência doméstica», que até então possuía a designação de «Maus tratos e infração de regras de segurança», apresentando-se no artigo 152º do CP. Num contexto mais recente, a Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro¹¹, procede a nova alteração do artigo 152º, alargando-o de forma a abranger a pessoa do mesmo sexo neste crime, e às relações de namoro, ainda que sem coabitação. Este artigo estabelece, atualmente, no seu n.º 1 que:

“Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge; b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite; é punido com pena de prisão de um a cinco anos (...)”.

Os números seguintes, do referido artigo, consagram a aplicação ao arguido de penas acessórias de proibição de contacto com a vítima, referindo que tais penas podem incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta. Proíbe ao arguido o uso e porte de armas, bem como da obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica. Ressalta ainda a possível inibição do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por parte do arguido.

Neste sentido, podemos caracterizar a violência doméstica no seu sentido estrito ou lato. No seu sentido estrito incluem-se os atos criminais enquadráveis neste artigo 152º: maus-tratos físicos; maus-tratos psíquicos; ameaça; coação; injúrias; difamação e crimes sexuais. No seu sentido lato inserem-se outros crimes em contexto doméstico: como a violação de domicílio; perturbação da vida privada; devassa da vida privada (e.g. imagens; conversas

⁹ Lei n.º 7/2000 - DR, I Série-A, n.º 123, de 27 de maio de 2000.

¹⁰ Lei n.º 59/2007 - DR, I Série, n.º 170, de 4 de setembro de 2007.

¹¹ Lei n.º 19/2013 - DR, I Série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2013.

telefónicas; emails; revelar segredos e factos privados; etc.); violação de correspondência/telecomunicações; violência sexual; subtração de menor; violação da obrigação de alimentos; homicídio (tentado/consumado); dano; furto e roubo (Marques, 2016).

Ainda no âmbito da mencionada Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, cumprem-se alterações aos artigos 152º-A (Maus tratos) e 152º-B (Violação de regras de segurança). Estas alterações, consumadas e relacionadas no âmbito deste crime, estabelecem igualmente envolverias do regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas.

No que respeita ao CPP, encontramos importantes alterações no âmbito deste crime, com alterações consumadas nos artigos 82º-A, 200º, 201º, 281º e 282º.

Numa primeira abordagem, as alterações surgem no âmbito da Lei n.º 59/98, de 25 de agosto¹², relativamente aos artigos 200º e 281º. Num primeiro, indica a proibição do agressor permanecer na área de uma determinada povoação, ou na residência onde tenha cometido o crime. Relativamente ao segundo, vem declarar a possibilidade da suspensão do processo, mediante a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta, e, indicando que para apoio e vigilância do cumprimento destas injunções e regras de conduta, podem ser acionados os serviços de reinserção social, os órgãos de polícia criminal e as autoridades administrativas.

Com a Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto¹³, verificamos várias alterações que emergem no âmbito da violência doméstica. No seu artigo 82º-A, relativo à reparação da vítima em casos especiais, expressa que em caso de condenação, e no âmbito da indemnização civil, o tribunal pode arbitrar uma quantia a título de reparação pelos prejuízos sofridos pela vítima. O artigo 200º comporta também uma nova redação, onde é anunciada a proibição e imposição de condutas ao arguido, entre outras, a de não permanecer na residência onde o crime tenha sido cometido, não contactar com determinadas pessoas, incluindo a sua vítima, não frequentar certos lugares ou certos meios, entregar armas ou outros objetos e utensílios que detiver, e de se sujeitar a tratamento de dependência de que padeça e haja favorecido a prática do crime. No artigo 201º inclui a possibilidade do juiz poder impor ao arguido a obrigação de permanecer na habitação, ou dela não se ausentar sem autorização. Proceda ainda a alterações no artigo 281º, referindo que ao arguido podem ser determinadas obrigações e regras de

¹² Lei n.º 59/1998 - DR, I Série-A, n.º 195, de 25 de agosto de 1998.

¹³ Lei n.º 48/2007 - DR, I Série, n.º 166, de 29 de agosto de 2007.

conduta, entre outras, a de indemnizar o lesado, de lhe dar satisfação moral adequada, de entregar quantia, de efetuar prestação de serviço de interesse público, ou de frequentar certos programas ou atividades. No seu artigo 282º a principal alteração reproduz-se na nos prazos da suspensão, que poderá ocorrer até ao prazo de cinco anos e que, se o arguido cumprir as injunções e regras de conduta, arquiva-se o processo, não podendo ser reaberto.

Posteriormente, surgem novas alterações ao CPP, previstas na Lei n.º 26/2010, de 30 de agosto¹⁴, que, entre outras medidas, salientamos a inclusão do crime da violência doméstica no conceito de criminalidade violenta. Mais recentemente, a Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro¹⁵, procede à alteração do artigo 281º, onde indica a possibilidade de impor ao arguido a proibição de conduzir veículos com motor.

A legislação portuguesa determina que este crime é de responsabilidade social, e não sujeito à sua arquivação apenas pela retirada da queixa por parte da vítima. A legislação assume que a vítima se defronta com numa situação de fragilidade e de exposição ao controle do agressor, onde o papel do Estado e da sociedade, através do Ministério Público, é que avalia a gravidade das ofensas, da necessidade e, determina os tipos de medidas a adotar judicialmente.

No ponto seguinte, e apesar de em muitos casos se abordarem igualmente bases legais, estes assumem agora uma causa consentânea às políticas públicas e sociais.

1.2.2. Políticas públicas e sociais de prevenção e apoio à vítima

No que se refere às políticas públicas e sociais de prevenção e apoio à vítima de violência doméstica, diversos diplomas têm assumido um papel preponderante, em particular, no acesso ao direito e aos tribunais (Lei n.º 47/2007, de 28 de agosto¹⁶; Resolução do Conselho, de 10 de junho de 2011¹⁷; Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 637/2013¹⁸; Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março¹⁹), no atendimento (Protocolo n.º 17/2000²⁰; Resolução do

¹⁴ Lei n.º 26/2010 - DR, I Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2010.

¹⁵ Lei n.º 20/2013 - DR, I Série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2013.

¹⁶ Lei n.º 47/2007 - DR, I Série, n.º 165, de 28 de agosto de 2007. Altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais da primeira Lei (Lei n.º 34/2004 - DR, I Série-A, n.º 177, de 29 de julho de 2004).

¹⁷ Resolução do Conselho, de 10 de junho de 2011 - Jornal Oficial da União Europeia C 187/1, de 28 de junho de 2011. Sobre um roteiro para o reforço dos direitos e da proteção das vítimas, nomeadamente em processo penal.

¹⁸ Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 637/2013, Processo n.º 88/13 - DR, I Série, n.º 203/2013, de 21 de Outubro de 2013. Declarada inconstitucional a interpretação segundo a qual o juiz pode conceder provimento à impugnação apresentada pela parte contrária, sem que ao beneficiário do apoio judiciário seja dado conhecimento da impugnação e sem que lhe seja dada possibilidade de a contraditar.

¹⁹ Lei n.º 7-A/2016 - DR, I Série, n.º 62, I série, de 30 de março de 2016. Altera o regulamento das custas processuais relativamente às pessoas a que tenha sido atribuído o Estatuto de Vítima de violência doméstica.

Conselho de Ministros n.º 35/2002²¹; Portaria n.º 1593/2007²²; Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro²³, no combate à violência sobre as mulheres (Resolução da Assembleia da República n.º 17/2007²⁴; Resolução do Parlamento Europeu de 5 de abril de 2011²⁵), no acesso a Casas de Abrigo (Lei n.º 107/99, de 3 de agosto²⁶, Decreto Regulamentar n.º 1/2006, de 25 de janeiro²⁷; Despacho n.º 32648/2008²⁸), e na área da saúde (Despacho n.º 20509/2008²⁹; Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de junho³⁰).

No panorama destas políticas públicas e sociais, podemos indicar como um dos mais importantes diplomas, na prevenção e apoio à vítima de violência doméstica, a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro³¹, apelidado como diploma “mãe” da violência doméstica. Esta lei estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas. Inicia-se, no seu 1º artigo, com a definição de todos os conceitos inerentes a esta problemática, essencialmente o conceito de vítima, vítima especialmente vulnerável, técnico de apoio à vítima, rede e organizações nacionais de apoio a estas vítimas e o de programa para autores de crimes no contexto da violência doméstica.

²⁰ Protocolo n.º 17/2000 - DR, II Série, n.º 118, de 22 de maio de 2000. Protocolo celebrado entre o Ministro da Justiça, a Ministra para a Igualdade, e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), relativo ao serviço de atendimento telefónico permanente às vítimas de violência doméstica.

²¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2002 - DR, I Série-B, n.º 39, de 15 de fevereiro de 2002. Mantém em funções a equipa de missão criada, na dependência do Ministério da Administração Interna, com o objetivo de implementar e aplicar o projeto INOVAR, tendo em vista uma nova ação das polícias e a proteção especial de grupos mais frágeis e de risco, onde se inserem as vítimas de violência doméstica.

²² Portaria n.º 1593/2007 - DR, I Série, n.º 242, de 17 de dezembro de 2007. Cria um balcão único virtual para apresentação de denúncias de natureza criminal e estabelece os procedimentos a adotar pela GNR, PSP e SEF com vista à prestação do novo serviço, onde se insere o crime de violência doméstica.

²³ Decreto-Lei n.º 114/2011, DR, I Série, n.º 230, de 30 de novembro de 2011. Diligência, através do Artigo 37º (Núcleos de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica), pelo cumprimento das obrigações resultantes de protocolos celebrados pelos governos civis relativos ao funcionamento dos Núcleos de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica.

²⁴ Resolução da Assembleia da República n.º 17/2007 - DR, I Série, n.º 81, de 26 de abril de 2007. Iniciativa “Parlamentos unidos para combater a violência doméstica contra as mulheres”.

²⁵ Resolução do Parlamento Europeu, de 5 de abril de 2011 - Jornal Oficial da União Europeia C 296E/26, de 2 de outubro de 2012. Sobre prioridades e definição de um novo quadro político comunitário em matéria de combate à violência contra as mulheres.

²⁶ Lei n.º 107/99 - DR, I Série-A, n.º 179, de 3 de agosto de 1999. Criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência. Alterada pela Lei n.º 112/2009 - DR, I Série, n.º 180, de 16 de setembro 2009. Com a Lei n.º 19/2013 - Diário da República, I Série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2013, veio alterar os artigos 35º e 36º desta última, a qual veio a ser retificada pela Declaração de Retificação n.º 15/2013 - DR, I Série, n.º 55, de 19 de março de 2013.

²⁷ Decreto Regulamentar n.º 1/2006 - DR, I Série-B, n.º 18, de 25 de janeiro de 2006.

²⁸ Despacho n.º 32648/2008 - DR, II Série, n.º 251, de 30 de dezembro de 2008. Aprova o Relatório da Avaliação das Condições Funcionamento das Casas de Abrigo.

²⁹ Despacho n.º 20509/2008 - DR, II Série, n.º 150, de 05 de agosto de 2008. Aplica o regime de isenção das taxas moderadoras às vítimas de violência doméstica.

³⁰ Decreto-Lei n.º 113/2011 - DR, I Série, n.º 229, de 29 de junho de 2011 (Ver artigo 8º, alínea h). Reforça, no âmbito da isenção das taxas moderadoras, o acesso a regimes especiais de benefícios, onde se incluem os atendimentos urgentes e atos complementares decorrentes de atendimentos a vítimas de violência doméstica.

³¹ Lei n.º 112/2009 - DR, I Série, n.º 180, de 16 de setembro de 2009.

O referido diploma estabelece um conjunto de medidas, entre as quais, o desenvolvimento de políticas de sensibilização nas áreas da educação, da informação, da saúde e do apoio social; a consagração dos direitos das vítimas, assegurando a sua proteção célere e eficaz; a criação de medidas de proteção com a finalidade de prevenir, evitar e punir a violência doméstica; a consagração de uma resposta integrada dos serviços sociais de emergência e de apoio à vítima; vêm tutelar os direitos dos trabalhadores vítimas; a garantia dos direitos económicos da vítima; o assegurar uma proteção policial e jurisdicional célere e eficaz às vítimas; o assegurar da aplicação de medidas de coação e reações penais adequadas aos autores do crime, incluindo a aplicação de medidas complementares de prevenção e tratamento; e a garantia de uma prestação de cuidados de saúde adequados, às vítimas de violência doméstica.

Na extensão deste primordial diploma, foram sendo consumadas determinadas alterações desde a sua primeira versão, com o intuito de o complementarem e aperfeiçoarem.

A segunda alteração, surge com a Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro³², em que particularizamos, a introdução das alterações ao artigo 152º do CP, com a inserção na categoria do crime, das relações entre pessoas do mesmo sexo, de namoro, ainda que sem coabitação. Uma terceira alteração, surge perante a Retificação n.º 15/2013, de 19 de março³³, em que uma das principais alterações prende-se com a determinação que o cumprimento das medidas e penas deve, sempre que se mostre imprescindível para a proteção dos direitos da vítima, ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância, a denominada «Vigilância Eletrónica». Uma ressalva a este contexto, no âmbito da Vigilância Eletrónica, em que apenas no ano seguinte, com a Portaria n.º 220-A/2010, de 16 de abril³⁴ que encontramos estabelecidas as condições de utilização dos meios técnicos de teleassistência e dos meios técnicos de controlo à distância aplicáveis à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência a estas vítimas. A quarta alteração, Lei n.º 82-B/2014, 31 de dezembro³⁵, vem indicar uma alteração no artigo 46º do referido diploma, indicando que para determinação do montante do rendimento social de inserção a atribuir a vítimas de violência doméstica, perante a atribuição do estatuto de vítima deste crime (que falaremos mais à frente), não serão considerados quaisquer rendimentos do trabalho de outros elementos do agregado familiar.

³² Lei n.º 19/2013 - DR, I Série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2013.

³³ Declaração de Retificação n.º 15/2013 - DR, I Série, n.º 55, de 19 de março de 2013.

³⁴ Portaria n.º 220-A/2010 - DR, I Série, n.º 74, de 16 de abril de 2010.

³⁵ Lei n.º 82-B/2014 - DR, I Série, n.º 252, 31 de dezembro de 2014.

Por fim, a sua quinta alteração, surge perante a Lei n.º 129/2015, de 3 de setembro³⁶, a última versão à data deste diploma, e que veio introduzir importantes e significativas alterações.

Não descurando outras alterações, pois todas são valorizadas, evidenciamos as principais transformações, desde logo, a reorganização da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, reforçando os mecanismos de articulação das diversas entidades que a integram, e formaliza a integração de respostas, que apesar de existirem na prática, não possuíam até aqui, previsão legal.

Neste mesmo campo de ação, foram criadas novas figuras, em que destacamos a equipa destinada a realizar a análise retrospectiva das situações de homicídio ocorrido neste contexto de violência doméstica. A intenção desta medida é obter dados que facultem a implementação de novas metodologias preventivas ao nível dos procedimentos das entidades que possuem competência na matéria. Recentemente, foi com a publicação da Portaria n.º 280/2016, de 26 de outubro³⁷, que se apresenta a matriz organizacional adaptada à natureza técnica das atribuições desta equipa de análise retrospectiva dos homicídios em violência doméstica.

Realçamos também a criação de uma “Base de Dados de Violência Doméstica”. O seu objetivo é de que se consiga comportar toda a informação sobre as ocorrências participadas às forças de segurança, as respetivas avaliações de risco, e as decisões correspondentes às matérias de suspensão da execução da pena de prisão. Espera-se, neste fundamento, que estes dados possam contribuir para um maior conhecimento do fenómeno, podendo assim desenvolver e atualizar as políticas criminais e de segurança interna em relação ao crime, e a sua prevenção e investigação criminal.

É igualmente de destacar, o evidente reforço da intervenção dos órgãos de polícia criminal (OPC) na matéria. Neste contexto, declara que os OPC, no âmbito judicial ou fora dele, deverão adotar sempre os procedimentos fundamentais que permitam assegurar o acompanhamento e a proteção das vítimas. Reitera que estes devem adotar orientações de autoproteção e/ou um plano individualizado de segurança. Ainda, neste encadeamento dos OPC, refere que perante situações em que o arguido/agressor seja detido em flagrante delito, manter-se-á detido até ao julgamento sob a forma sumária ou a primeiro interrogatório judicial para eventual aplicação de medida de coação ou de garantia patrimonial.

³⁶ Lei n.º 129/2015 - DR, I Série, n.º 172, de 03 de setembro de 2015.

³⁷ Portaria n.º 280/2016 - DR, I Série, n.º 206, de 26 de outubro de 2016. Apresenta o desenho de uma matriz organizacional adaptada à natureza essencialmente técnica das atribuições da equipa de análise retrospectiva dos homicídios em violência doméstica.

Complementa ainda que a detenção deste agressor poderá ser efetuada fora de flagrante delito. Neste caso, existe a possibilidade se ser executada tanto por mandado do juiz ou do Ministério Público, mas, igualmente, diante determinados pressupostos, pelas autoridades policiais. Para que este ato seja exequível, é necessário que se verifique a existência de perigo com a continuação da atividade criminosa ou, se tal se mostre imprescindível à proteção da vítima.

Relativamente ao âmbito do processo-crime, destacamos o parâmetro relativo à suspensão da execução de pena de prisão a este agressor, prevendo, sempre, que será subordinado ao cumprimento de deveres e regras de conduta, ou ao acompanhamento de regime de prova. Neste âmbito incluem-se regras que visam a proteção da vítima, bem como o reconhecimento de determinados direitos adicionais às vítimas deste crime (e.g., direito ao rendimento social de inserção; direito a apoio ao arrendamento; a prioridade no acesso às ofertas de emprego, etc.).

Perante a existência de filhos menores, o regime de visitas do agressor é agora avaliado, podendo ser suspenso ou condicionado, caso assim seja necessário em prol da proteção à vítima e a estes filhos.

No contexto da educação, salientamos a incumbência determinada ao Estado, para que sejam estabelecidos objetivos e linhas de orientação curricular da educação pré-escolar, dos ciclos do ensino básico e secundário, com princípios orientadores de um programa de prevenção do crime de violência doméstica.

Num entendimento de interpretação da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, que se julga ser a correta, destacamos igualmente a eliminação da figura do encontro restaurativo entre vítima e agressor.

De salientar o «Estatuto de Vítima», compreendido no já referido diploma “mãe” da violência doméstica (Lei n.º 112/2009, atualmente Lei n.º 129/2015), que se inicia no 14º artigo do referido diploma. Numa reestruturação, o seu n.º 1 deste 14º artigo, determina que, apresentada a denúncia da prática do crime de violência doméstica e não existindo fortes indícios de que a mesma é infundada, as autoridades judiciais ou os órgãos de polícia criminal competentes, atribuem à vítima o referido Estatuto de Vítima. Apesar de ter sido criado com este diploma em 2009, será apenas em 2010, com a Portaria n.º 229-A/2010, de 23 de abril³⁸, que se apresenta e aprova o modelo do documento «Estatuto de Vítima». Num conceito geral, a vítima de violência doméstica aquando adquire o Estatuto de Vítima deste

³⁸ Portaria n.º 229-A/2010 - DR, I Série, n.º 79, de 23 de abril de 2010.

crime, comporta seis “direitos” fundamentais e um “dever”, envolvendo e incorporando várias matérias em cada um deles, particularmente, o direito à informação; direito à audição e à apresentação de provas; direito às despesas resultantes da sua participação no processo penal; direito à proteção; direito a indemnização e a restituição de bens; direitos sociais; cessação do estatuto de vítima.

Importa salientar que este conjunto de medidas legislativas, apesar de terem surgido também da crescente consciencialização pública perante um fenómeno em que também se tornava necessário intervir ao nível legal, advieram ao encontro de um conjunto de recomendações internacionais que desde a década de oitenta do século passado se têm vindo a produzir neste domínio. Falamos da Organização das Nações Unidas que tem preconizando a necessidade de um tratamento adequado às vítimas, a sua privacidade e a proteção, bem como a formação específica para todos aqueles que com estas lidem diretamente. Também o Conselho da Europa, através de várias resoluções e recomendações investidas na problemática, visando a uma melhor salvaguarda dos direitos e interesses das vítimas no âmbito dos vários Estados Membros³⁹.

Pressionado pelo compromisso europeu com a «Igualdade de Género», Portugal passou a adotar Planos Nacionais para a Igualdade, e, em 1997, foi criado o Plano Nacional para a Igualdade de Oportunidades (1997-1999)⁴⁰, já com alusão à prevenção da violência contra a mulher. No entanto, um importante passo no combate à problemática da violência doméstica surge com a implementação dos Planos Nacionais Contra a Violência

³⁹ Neste âmbito, destacamos os seguintes instrumentos internacionais, que surgem essencialmente no final dos anos 70 do século passado e que prosperaram até à atualidade. Resolução (77) 27 de 28/9/77, sobre a indemnização das vítimas de crimes; Recomendação (83) 7 de 23/6/83, sobre a participação da população na elaboração e na aplicação da Política Criminal; Convenção Europeia de Estrasburgo, de 24/11/1983, relativa à Indemnização das Vítimas de Crimes Violentos. Portugal assinou a 6/3/1997 e ratificou apenas 18 anos depois, a 13/8/2001; Recomendação (85) 4, 26/03/1985, sobre a violência na família; Recomendação (85) 11, de 28/6/85, sobre o estatuto da vítima na lei penal e processual penal; Recomendação (06) 8, de 14/06/2006, sobre apoio a vítimas de crime; Recomendação (90) 2, de 15/01/1990, sobre as medidas sociais relativas à violência na família; Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Declaração de Viena de 1993), sobre as estratégias de combate à violência doméstica; Resolução A4-0250/97, de 06/10/1997, relativa à campanha europeia sobre tolerância zero na violência contra as mulheres; Resolução B4-0233/99, de 21/06/1999, sobre a violência contra as mulheres e o programa Daphne; Recomendação (2002) 5, de 30/04/2002, sobre a proteção das mulheres contra a violência; Resolução 2004/2220 (INI), 02/02/2006, sobre a atual situação e eventuais futuras ações em matéria de combate à violência contra as mulheres; Resolução 2008/2047 (INI), de 03/09/2008, sobre a igualdade entre mulheres e homens; Resolução P7-TA (2009) 0098, de 26/11/2009, sobre a eliminação da violência contra as mulheres; Diretiva 2012/29/EU, de 25/10/2012, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, apoio e proteção das vítimas de criminalidade; Convenção de Istambul, de 11/05/2011, Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, tendo sido ratificada por Portugal em 21 de janeiro de 2013.

⁴⁰ I Plano Global para a Igualdade de Oportunidades de Portugal (1997-1999). DR, I Série-B, n.º 70, de 24 de março de 1997; Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 6 de março de 1997.

Doméstica, com um primeiro a surgir em 1999, denotando que se vêm vindo a assumir como um dos objetivos nucleares para que se alcance uma sociedade mais justa e igualitária.

Desde 1999, até à atualidade, decorreram vários Planos⁴¹, decorrendo atualmente o «V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014 -2017» (V PNPCVDG). Este Plano enquadra-se nos compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, designadamente no âmbito da Organização das Nações Unidas, do Conselho da Europa, da União Europeia e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Fundado nos pressupostos da Convenção de Istambul⁴², assume-se como uma mudança de paradigma nas políticas públicas nacionais, de combate a todas estas formas de violação dos direitos humanos fundamentais, como o são os vários tipos de violência de género, incluindo a violência doméstica (V PNPCVDG).

No âmbito das Convenções Internacionais remetemo-nos aos anos 80, do século passado, apontando a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, com a sua ratificação em Portugal patente na Lei n.º 23/80, de 26 de julho⁴³. No entanto, só dez anos depois, com o Decreto do Presidente da República n.º 49/90, de 12 de setembro⁴⁴, reaparece uma legislação nacional a ratificar uma Internacional, a Convenção sobre os Direitos da Criança, que havia sido assinada em Nova Iorque a 26 de janeiro de 1990.

Mais recentemente, a referência à Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, adotada em Istambul, a 11 de maio de 2011, vindo a ser aprovada e ratificada em Portugal em janeiro de 2013, com o Decreto do Presidente da República n.º 13/2013, de 21 de janeiro⁴⁵. No seu conteúdo encontramos, entre outros, o foco na finalidade de proteção, prevenção e instauração do procedimento penal relativamente à violência contra as mulheres e à violência doméstica. A Convenção de Istambul, constitui o primeiro instrumento regional juridicamente vinculativo que aborda circunstanciadamente as diferentes formas de violência contra as mulheres: violência psicológica, perseguição (*stalking*), violência física, violência sexual e assédio sexual (European Union Agency for Fundamental Rights [FRA], 2014a).

⁴¹ I PNCVD - 1999-2002 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/1999, de 15 de junho); II PNCVD - 2003-2006 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 7 de julho); III PNCVD - 2007-2010 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007, de 22 de junho); IV PNCVD - 2011-2013 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, de 17 de dezembro).

⁴² Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Série de Tratados do Conselho da Europa - n.º 210, Istambul, 11 de maio de 2011.

⁴³ Lei n.º 23/80 - DR, I Série, n.º 171, de 26 de julho de 1980.

⁴⁴ Decreto do Presidente da República n.º 49/90 - DR, I Série-Suplemento, n.º 211, de 12 de setembro de 1990.

⁴⁵ Decreto do Presidente da República n.º 13/2013 - DR, I Série, n.º 14, de 21 de janeiro de 2013.

De salientar, neste campo de ação, o papel das forças de segurança, por norma a primeira instância do domínio social a ser confrontada com o problema, seja pela sua cobertura nacional, seja por estar presente em cada comunidade local, e também por se encontrar disponível a qualquer hora e todos os dias. As vítimas frequentemente procuram as polícias em manifesta fase de crise, onde o seu atendimento, procedimentos de atuação, apoio e encaminhamento neste crime em particular, pode condicionar positiva ou negativamente a recuperação dessa crise (Davies, Teitt & Nwokora, 2015; APAV, 2010). Neste propósito encontramos, atualmente, com a implementação desde 1 de novembro de 2014, uma nova abordagem ao crime de violência doméstica por parte das forças de segurança, PSP e GNR. Esta nova abordagem compreende dois instrumentos, «RVD - 1L⁴⁶» e «RVD - 2L⁴⁷», que envolvem diferentes fases de intervenção das forças de segurança⁴⁸ aquando se deparam com este crime.

Assim, as forças de segurança adotam, atualmente, um novo formato de procedimentos complementares à elaboração do «Auto de Notícia/Denúncia por Violência Doméstica», preenchendo, obrigatoriamente e numa primeira abordagem, a ficha designada «RVD - 1L: Avaliação de Risco para situações de Violência Doméstica». Neste contexto surge também o «RVD - Manual de Aplicação da Ficha de Avaliação de Risco»⁴⁹ (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa [PGDL], 2015), um importante manual para todos os elementos das forças de segurança no apoio e orientação do preenchimento do «RVD», podendo desta forma avaliar o nível atual de risco, incluindo de homicídio e de ofensas graves à integridade física da vítima, bem como auxiliar, numa análise longitudinal, a dinâmica deste fenómeno. Este instrumento pretende apoiar a intervenção dos elementos das forças de segurança na análise do «Nível de Risco» existente nestas situações de violência doméstica, elaborado como fator essencial para a promoção da segurança das vítimas, sendo preenchido mediante as informações então disponíveis (sejam provenientes da vítima, de terceiros ou de informações técnicas). Este instrumento contempla 20 itens, e para cada item, apenas se seleciona uma opção: «Sim ou Não», com todas as respostas de preenchimento obrigatório. Com a resposta a estes 20 itens o instrumento gera, automaticamente, um nível de risco, que

⁴⁶ Ficha RVD - 1L “Avaliação de risco para situações de violência doméstica”. Acedido em 15 de setembro de 2016 em http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha_rvd_1l.pdf.

⁴⁷ Ficha RVD - 2L “Avaliação de risco para situações de violência doméstica”. Acedido em 15 de setembro 2016 em http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha_rvd_2l.pdf.

⁴⁸ Instrução n.º 2/2014, da Procuradora-Geral da República. Inquéritos por crime de violência doméstica: Ficha de avaliação de risco de violência doméstica para uso pelas Forças de Segurança. Acedido em 15 de setembro 2016 em http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/instrucao2_2014.pdf.

⁴⁹ Fonte: Secretaria-Geral da Administração Interna [SGAI], 2014.

culmina em «Baixo, Médio ou Elevado». Este pressuposto, cede no entanto, ao elemento policial que o elabora, tendo em conta a informação recolhida e a sua experiência profissional, que nível de risco este atribui ao caso. Os resultados deste instrumento não constituem uma avaliação definitiva do risco, mas, é nesta fase inicial, que as forças de segurança alicerçam o seu trabalho com um vasto leque de medidas que podem ser adotadas. Medidas essas, que podem passar por procedimentos que incluam o reforço junto da vítima de orientações de proteção pessoal (Plano de Segurança), por sinalizar criança(s) ou jovens à CPCJ (menores de 18 anos), por propor ao Ministério Público medida(s) de coação ao ofensor, ou mesmo constatar que se encontram reunidos os pressupostos, para detenção do agressor fora de flagrante delito. Assim, e perante os resultados, o risco deve ser reavaliado num prazo máximo de 60 dias para situações de risco «Baixo», para uma validade não superior a 30 dias para os casos de risco «Médio», e, de 72h a uma semana, para os casos de risco «Elevado». Estes resultados, que assumem a decisão de reavaliar o risco até «X» dias após esta primeira avaliação, são então substituídos por uma outra ficha (RVD - 2L), que será realizada por elementos policiais com formação específica, particularmente, na PSP, as EPAV (Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima), e, na GNR, o IAVE (Investigação e Apoio a Vítimas Específicas). Com a consciência de que são conhecidos os inúmeros fatores de risco deste tipo de violência, estes prazos são analisados e, se outro prazo mais curto for aconselhável e recomendável, assim se procederá (Paulino & Rodrigues, 2016).

Apesar dos enormes avanços legislativos no sistema de justiça português, em matéria de prevenção e proteção à vítima de violência doméstica, onde predomina a violência do homem contra a mulher neste contexto íntimo, existe certamente ainda muito a fazer, onde a necessidade em relação ao exercício dos direitos da vítima será a mais visível.

Perante a construção e abordagem da temática da violência doméstica, focamo-nos numa abordagem social e criminal mais estreita e particular, pois, é aquela que continua a ter uma maior expressão, a violência conjugal sobre a mulher, a qual se assume como problemática deste trabalho.

Assim, é com o intuito de evitar erros ou sobreposições concetuais, que clarificamos sucintamente a problemática que adotamos na elaboração deste trabalho, a violência conjugal sobre a mulher por parte do seu companheiro masculino, a qual é baseada fundamentalmente no exercício de controlo sobre a vítima.

1.3. Violência doméstica sobre a mulher em contexto português e mundial

Os dados mundiais da violência doméstica contra a mulher, por parte do seu parceiro masculino íntimo, apresentam-se como uma epidemia global que ameaça as vidas de milhões de mulheres todos os dias. Prova disso são os dados do mais recente estudo a nível global de crimes, onde participaram 70 países, realizado pelas Nações Unidas (ActionAid, 2016). Os dados indicam um número estimado de 43 600 mulheres que são assassinadas todos os anos em consequência da violência doméstica, o que equivale a cinco mulheres por hora, uma mulher a cada 12 minutos. De realçar são também os chocantes resultados de previsão, indicando que mais de 500 mil mulheres serão mortas pelos seus parceiros até 2030, mas, para além desta terrível estimativa, é a evidência de quase um quarto dos países do mundo ainda não possuírem leis que protegem especificamente as mulheres da violência doméstica (ActionAid, 2016).

Segundo o Banco Mundial, nos países em desenvolvimento, estima-se que entre 5% a 16% de anos de vida saudável, são perdidos pelas mulheres em idade reprodutiva como resultado da violência doméstica (Helker, 2016).

Também, o último relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre os efeitos de prevalência e de saúde da violência contra as mulheres por parte do parceiro íntimo, indica que, a nível mundial, uma em cada três mulheres é vítima de violência doméstica ao longo da sua vida, incluindo a violência física ou sexual. A prevalência global de violência física e/ou sexual contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo é de 30%, numa prevalência que varia entre países, sendo o Japão que apresenta valores mais baixos com 15%, e, em sentido contrário, encontramos o Bangladesh, com 71%. No âmbito dos países da União Europeia, este estudo relata que 25% das mulheres experienciam ou experienciaram violência ao longo da vida na relação com o seu parceiro masculino. A idade de prevalência destas vítimas, ao encontro do contexto nacional, apresenta uma maior prevalência entre os 25 e os 49 anos (OMS, 2014).

Também, relativamente ao contexto europeu, o mais recente barómetro sobre a violência sobre a mulher, produzido em 2014, estima que cerca de 13 milhões de mulheres, com idades entre os 18 e os 74 anos, sofreram violência física pelo seu companheiro masculino, estimando que 3,7 milhões sofreram violência sexual, e, que 24 a 39 milhões de mulheres foram vítimas de assédio sexual (FRA, 2014a). No seu contexto mais preciso, o presente relatório, baseado em entrevistas realizadas a 42 000 mulheres do 28 Estados

Membros da União Europeia, incluindo Portugal, analisa a violência contra as mulheres. Os resultados demonstram, claramente, que a violência é maioritariamente baseada no género. Os resultados deste inquérito indicam que 33% das mulheres foram vítimas de violência física e/ou sexual, nos 12 meses anteriores aos inquéritos do estudo, 32% declara ter sido vítima de comportamentos psicologicamente abusivos por parte de um parceiro íntimo, e 5%, indica ter sido vítima de alguma forma de perseguição (stalking⁵⁰). Das que dizem ter sido violadas pelo parceiro, 31% afirmam ter sofrido seis ou mais incidentes de violação, e 42% declaram ter sofrido os atos de violência quando estavam grávidas. Os resultados estabelecem uma relação direta entre o consumo excessivo de álcool por parte do parceiro e o aumento da violência exercida sobre a mulher. Todavia, e este facto é significativo, apenas 14% das mulheres indicaram ter denunciado à polícia o incidente de violência mais grave exercida pelo parceiro íntimo (FRA, 2014a).

No círculo nacional, é a partir dos Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) que encontramos discriminados e analisados estatisticamente todos os crimes denunciados às forças de segurança, e, pela sensibilidade e enorme prevalência, encontramos uma particular análise do crime de violência doméstica, comportado pelos relatórios de anuais de monitorização da violência doméstica. Não só aqui, mas essencialmente através destes relatórios de monitorização, que tomamos a consciência criminal e social da enorme abrangência deste crime contra a mulher no âmbito nacional.

Toda a estatística sobre violência doméstica produzida a partir de 2000 pelas forças de segurança assentou num conceito que envolvia 21 ilícitos criminais previstos no Código Penal, os quais englobavam o tema da «Violência Doméstica» sempre que se verificassem as condições de relação entre agressor e vítima e de contexto com coabitação⁵¹. Assim, só em 2007, com a Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro⁵², lei que consagra o crime de violência doméstica como ilícito autónomo dos demais, se encontram análise mais particularizadas a este crime.

Neste contexto, surgem os anteriormente referidos, relatórios de monitorização anuais da violência doméstica, que se iniciaram em 2008. Desde esse ano, até 2015, observamos que, maioritariamente, com 85%, as vítimas pertencem ao sexo feminino, com uma média de 40 anos. No que concerne a denunciados, a taxa foi de 86% para elementos do sexo masculino

⁵⁰ Sobre o tema consultar: Matos, et al., 2011.

⁵¹ Despacho n.º 16/98, de 9 de Março, do Ministro da Administração Interna (O registo da violência doméstica pelas Forças de Segurança: Análise do período de 2000 a 2007).

⁵² Lei n.º 59/2007 - DR, I Série, n.º 170, de 4 de setembro de 2007.

(uma vez que, desde 2013, as relações entre o mesmo sexo também se inserem neste crime). A média de idades destes agressores situa-se nos 42 anos, verificando-se uma prevalência nos cônjuges/companheiros (60%), os quais foram sinalizados com a existência de problemas relacionados com álcool e drogas em 53% das ocorrências, e que possuem armas de fogo ou brancas, em 9% dos casos (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a).

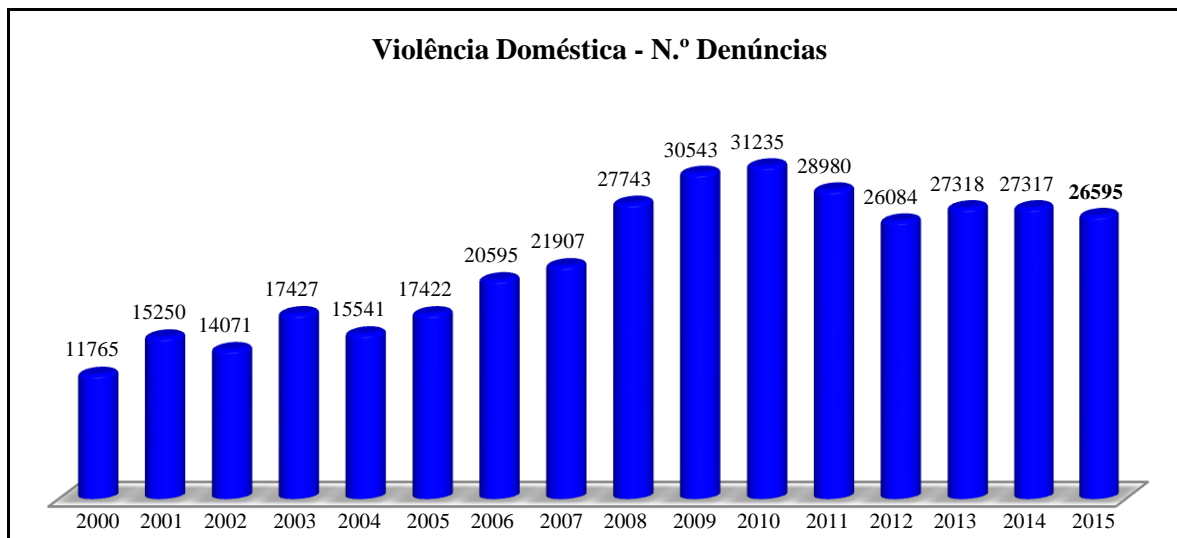


Gráfico 1 - Denúncias oficiais da violência doméstica reportadas às Forças de Segurança, 2000-2015

Fonte: Elaboração própria/2016, adaptado dos dados dos RASI (SGMAI/DGAI, 2008b-2016b)

Ao observar-se o tipo de violência praticado, segundo a tipologia de vitimação, comparando dados deste mesmo espaço temporal (2008-2015), em 81% das situações foi assinalada a existência de violência psicológica⁵³, em 70% violência física⁵⁴, em 13%

⁵³ Violência psicológica: Consiste em desprezar, menosprezar, criticar, insultar ou humilhar a vítima, seja em privado ou em público, podendo utilizar palavras e/ou comportamentos; criticar negativamente as suas ações, características da sua personalidade ou atributos físicos; gritar para a intimidar; destruir objetos seus com valor afetivo, rasgar-lhe fotografias, cartas e/ou outros documentos pessoais importantes; persegui-la no trabalho, na rua, nos seus espaços de lazer; acusá-la de ter amantes, de lhe ser infiel; ameaçar que vai maltratar ou maltratar efetivamente os filhos, outros familiares ou amigos da vítima; não a deixar descansar ou dormir (e.g., despeja-lhe água gelada ou a ferver, passar um isqueiro aceso frente às pálpebras quando esta adormece, etc.), entre muitas outras estratégias e comportamentos. Relativamente às últimas estratégias expostas, enquadram-se já nos contextos de ameaça e da intimidação, duas outras formas de violência frequentes, e que tem como objetivo o de impedir a vítima de reagir aos abusos perpetrados pelo companheiro (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG], 2016b).

⁵⁴ Violência física: Consiste no uso da força física com o objetivo de ferir e/ou causar danos físicos ou orgânicos, podendo ou não, deixar marcas evidentes. Envolve atos como empurrar, puxar o cabelo, dar estaladas, murros, pontapés, apertar os braços com força, apertar o pescoço, bater com a cabeça da vítima em vários locais ou superfícies, dar-lhe cabeçadas, empurrar pelas escadas abaixo, queimar. Dentro destes atos surgem ainda situações que envolvem o atropelamento, ou a sua tentativa, entre outros comportamentos que podem ir desde formas menos severas de violência física até formas muito mais severas, e, das quais podem resultar lesões graves, incapacidade permanente, ou, em ultimo caso, a própria morte da vítima (CIG, 2016b).

violência do tipo social⁵⁵, em 9% do tipo económica⁵⁶, e em 2%, violência sexual⁵⁷. De salientar que neste espaço temporal, em cerca de 42% das situações, o crime foi presenciado por menores (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a).

Relevantes são também os dados da maior instituição nacional de apoio às vítimas de crime, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Segundo os dados desta Associação, que compreendem uma análise estatística desde 2000, indicam que, desde esse ano até 2015, intervieram em 106 095 casos de apoio a vítimas de violência doméstica. Destas vítimas, cerca de 85% eram mulheres, maioritariamente compreendendo idades entre os 26 aos 55 anos (43%), com prevalência entre os 36 e os 55 (18%), tendo como agressor, na maioria dos casos, o seu cônjuge/ex-cônjuge, companheiro/ex-companheiro ou namorado (80%). Este agressor, maioritariamente, com cerca de 90%, compreendeu o sexo masculino, com idades sobretudo inseridas entre 26 e os 55 anos (37%), com prevalência entre os 36 e os 45 (17%) (APAV, 2016b, 2013). Ainda, segundo a APAV, relativamente aos 22 387 casos em que apoiaram entre 2013 e 2015, no contexto do crime de violência doméstica, a família nuclear com filhos, com 50% dos casos, compreendeu a maioria dos contextos familiares

⁵⁵ Violência do tipo social: Envolve e resulta das estratégias implementadas pelo agressor para afastar a vítima da sua rede social e familiar, pois estando esta isolada, mais facilmente a consegue manipular e controlar, ao invés de uma vítima com uma boa rede de apoio familiar e social. Estas estratégias tem como principal objetivo a proibição de que a vítima se ausente de casa sozinha, ou sem o consentimento do agressor, proibindo-a, particularmente quando é economicamente viável, que esta trabalhe fora de casa, afastando-a assim, do convívio com a família e/ou amigos. Nestes casos, é recorrente utilizarem a manipulação (“estamos tão bem os dois, para que precisas de mais alguém...”, “o teus pais não gostam de mim...””) (CIG, 2016b, p. 32), ou, por via da ameaça, seja a esta ou a terceiros com importância para esta vítima, caso esta mantenha contactos sem a sua autorização. Como resultado destes atos, é recorrente, que a própria vítima se acabe por afastar dos outros, seja por vergonha da situação de violência que experiencia e/ou de eventuais marcas físicas visíveis que resultam dos maus tratos sofridos, quer também por efeito das perturbações emocionais e psicossociais resultantes desta violência continuada (CIG, 2016b).

⁵⁶ Violência económica: Relacionado e maioritariamente associado ao isolamento social. Esta forma de controlo é conseguida através da negação ao acesso a dinheiro ou, em alguns casos, a bens de necessidade básica (e.g., “alimentos, aquecimento, uso dos eletrodomésticos para cozinhar, etc.”) (CIG, 2016b, p. 32). Quando esta vítima possui emprego, existem situações, este não lhe permite a gestão autónoma do vencimento, cativando-o e usando-o apenas agressor. Envolve também estratégias de controlo da alimentação e da higiene pessoal, não apenas da vítima, mas, por vezes, igualmente dos filhos (e.g., “como manter o frigorífico, armários ou dispensas fechados com cadeados, esconder as chaves de diversos compartimentos da casa, controlar as horas a que o aquecimento geral/local ou um esquentador ou cilindro pode ser ligado, manter aquecida apenas uma divisória da casa, na qual apenas o agressor pode entrar/permanecer, bloquear telefones, impedir a ida sozinha a supermercados ou cafés”) (CIG, 2016b, p. 32).

⁵⁷ Violência sexual: Envolve todas as formas de imposição de práticas de cariz sexual contra a vontade da vítima (“e.g., violação, exposição a práticas sexuais com terceiros, forçar a vítima a manter contactos sexuais com terceiros, exposição forçada a pornografia”) (CIG, 2016b, p. 32), podendo recorrer a ameaças e coação ou, em muitos casos, à força física para a obrigar. Pode compreender vários outros comportamentos, como amordaçar, atar contra a vontade da vítima, queimar os seus órgãos sexuais, englobando também a prostituição forçada pelo agressor. No contexto de violência doméstica, a violação e a coação sexual, envolvem os crimes sexuais mais praticados, mas que muitas das vítimas, devido a crenças erradas, ou por valores e mitos interiorizados, não o reconhecem como tal (CIG, 2016b).

destas mulheres vítimas, e, salientamos, que cerca de 61% destas vítimas, não fez queixa ou não informou se a iria realizar (APAV, 2016b).

Relativamente ao número de detenções no âmbito deste crime, efetuadas pelas forças de segurança, com dados oficiais disponíveis desde 2009, observa-se uma evolução gradual, com exceção do ano 2012, tendo-se registado em 2015, o seu valor mais elevado, com 750 detenções (SGMAI, 2016b).

Também de realçar, no âmbito deste crime, a enorme evolução de casos com a medida de Vigilância Eletrónica consumada para o agressor em contexto de violência doméstica, onde segundo os dados do Ministério da Justiça alusivos a 2015, existiam 474 casos. É perceptível esta evolução quando observamos as estatísticas desta medida desde 2010, onde nesse ano existiam apenas 20 casos, em 2011 tínhamos 51, em 2012 apresentavam-se 116, em 2013 conferiam-se 210, e, no ano de 2014, 288 casos (Ministério da Justiça [MJ], 2016).

Apresentado como uma das faces mais negras da violência doméstica, encontramos os homicídios conjugais, designado de femicídios por serem mulheres assassinadas por parte do homicida masculino no âmbito deste crime. Segundo os dados do Observatório de Mulheres Assassinadas em Portugal (OMA), produzido pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), indica resultados trágicos para a mulher, que são assassinadas nas relações de intimidade às mãos de maridos, companheiros, namorados, ex-maridos, ex-companheiros, e ex-namorados.

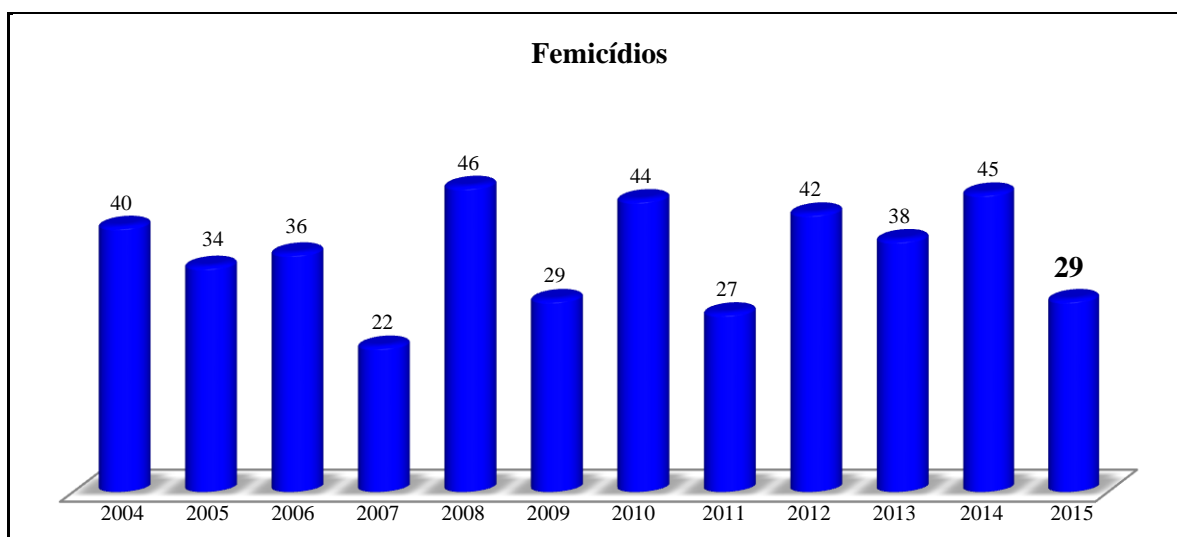


Gráfico 2 - Dados oficiais de femicídios em Portugal, 2004-2015

Fonte: Elaboração própria/2016, adaptado dos dados do OMA (UMAR, 2016)

Desde 2011 a 2015, período temporal que possuí dados oficiais sobre os meios utilizados nos femicídios, encontramos, com 39%, a arma de fogo, e, com 31%, a arma branca, a serem os meios mais comumente utilizados para a consumação deste crime (UMAR, 2016; 2015; 2014; 2013; 2012). Numa análise de 2004 a 2015, consumaram-se 432 femicídios e 503 tentativas. No que respeita à caracterização das vítimas de femicídios, entre os anos 2004 e 2015, encontramos uma maior prevalência no grupo das mulheres com idades compreendidas entre os 36 e os 50 anos, sendo que em 2015 verificamos que foram as mulheres com idades superiores a 65 anos as mais atingidas (31%), e, destas, 35%, já se encontrava separada do homicida. Desde 2004, que a residência do casal, com 62%, é o local privilegiado para a prática do crime, e os distritos de Lisboa (21,8%), Porto (14,1%) e Setúbal (10,4%), são os distritos onde mais incidiu este crime. No que respeita à análise sobre os filhos/as destas vítimas que participaram de alguma forma neste crime, desde 2012, verificamos que 78 assistiram ao assassinato, e, 17 destes, também foram vítimas de agressões físicas diretas (quatro deles mortais). Os valores indicam ainda que, desde esse ano de 2012, contabilizam-se 305 filhos destas vítimas, dos quais 163 ficaram órfãos (UMAR, 2016).

1.3.1. Visibilidade da violência conjugal sobre a mulher

Durante muitos séculos a violência contra a mulher, onde se insere a violência conjugal, era assumida como normal e aceitável no seio da sociedade.

Em Portugal, encontramos na Revolução de 1820, uma primeira inspiração de ideais de liberdade e de igualdade, no entanto, ainda nessa fase histórica, se manteve uma rígida definição dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres, e uma legitimação desta violência. Aquilo, que hoje compreendemos por violência conjugal contra a mulher, não era aceite como tal, e, não existia a nível legal, qualquer referência que tipifica-se a violência conjugal contra a mulher.

Com a Implantação da República, em 1910, ocorrem algumas alterações ligadas ao contexto da família, em que as sevícias e as injúrias graves podiam constituir fundamento para um divórcio litigioso (Marques, 2016). No entanto, apesar de algumas alterações legislativas, prevaleciam valores sociais patriarcais, ainda muito enraizados na sociedade sobre o conceito de família e o próprio estatuto da mulher, que não permitiram transformações relevantes que permitissem compreender o fenómeno da violência conjugal.

Em 1926, com a instauração do Estado Novo, ocorre um período de retrocesso na evolução legislativa, agravando, ainda mais, o estatuto jurídico da mulher. No seguimento deste momento, surge na V Constituição de 1933⁵⁸, que viria a vigorar até 1974, onde se consagra a igualdade dos cidadãos perante a lei, com exceção das mulheres, aqui “justificada” pelas “diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família”⁵⁹.

Também, a base legal, regulada pelo Código “Seabra” (Código Civil Português)⁶⁰, que vigorou de 1868 a 1967, obrigava a mulher casada a habitar no domicílio do marido e a prestar-lhe obediência. Esta não estava autorizada a administrar, adquirir ou alienar bens, publicar escritos e a apresentar-se em juízo, sem o consentimento do seu marido.

Podemos afirmar que apenas depois do 25 de Abril, a mulher passou a ser reconhecida legal e socialmente como uma cidadã com plenos direitos. Neste contexto, a mulher “começa” a tomar consciência destes direitos, e, encontramos a partir desta fase, as primeiras reações aos abusos que lhe eram conduzidos, começando a não ceder perante um papel até então, quase somente passivo. As mudanças políticas, económicas e sociais que surgem com esta fase vêm possibilitar significativas alterações legislativas, manifestadas na Constituição de 1976⁶¹ e no Código Civil de 1977⁶². Nestas matérias, surge e consagra-se, o princípio da igualdade entre os cônjuges, com direitos e deveres iguais quanto à capacidade civil e política, à manutenção e educação dos seus filhos, e onde vinculava entre si, através do dever de respeito, que viria a ser o primordial nos primeiros passos no combate contra a violência doméstica.

A violência contra a mulher é um “(...) fenómeno multicausal, multidimensional, multifacetado e intransparente” (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012, p. 308), e, será pela força dos movimentos feministas dos anos 60/70 no plano internacional, com destaque para os Estados Unidos, e num âmbito nacional a partir dos anos 80/90, que lançaram progressivamente, para a sociedade, um problema que até então se encontrava sem nome, dando-lhe visibilidade. Foi nesta fase que emergiram esforços em várias vertentes: sociais, políticas e académicas

⁵⁸ Constituição da República Portuguesa de 1933. Publicada no Diário do Governo, de 22 de fevereiro de 1933, nos termos do Decreto n.º 22 241, submetido a 19 de março de 1933, entrado em vigor em 11 de abril de 1933.

⁵⁹ Artigo 5º da Constituição da República Portuguesa de 1933.

⁶⁰ Código Civil Português. Aprovado por Carta de Lei em 1 de julho de 1867, e entrado em vigor em 22 de março de 1868. Este foi elaborado por António Luís de Seabra e Sousa, 1.º Visconde de Seabra, que foi Ministro, Juiz-Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, e Reitor da Universidade de Coimbra, derivado daqui ser também conhecido pelo “Código Seabra”.

⁶¹ Constituição da República Portuguesa, redigida pela Assembleia Constituinte, reunida em sessão plenária, aprovando-a em 2 de abril de 1976.

⁶² Código Civil Português de 1977. DR, I Série, n.º 273, de 25 de novembro de 1977 (Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de novembro de 1977).

(Marques, 2016; Azziz-Baumgartner et al., 2010; Samandari, Martin & Schiro, 2010; Machado & Matos, 2007; Machado, 2007).

Como visualizamos, a própria análise ao papel do Direito no âmbito da violência contra as mulheres depreendia, até não há muitos anos, uma situação em que a mulher no seio da família era discriminada em razão do sexo e da família.

A nível nacional, a tipificação da violência doméstica como crime público veio contribuir para uma abordagem da conduta criminalizante, diferenciada pelo âmbito das relações de intimidade em que este crime se perpetua (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG], 2011). No entanto, e apesar da grande exposição e visibilidade social que tem vindo a obter, não se tem assumido como a solução para o impedimento da prática deste crime. Temos assim assistido a um assustador escalar de violência nestas relações de intimidade, e que terminam, cada vez mais frequentemente, em homicídios seguidos de suicídios⁶³.

Segundo Moscovici (2012), dentro de qualquer família, de qualquer cultura, há pontos de tensão ou mesmo de fratura, declarando que esta forma de violência contra a mulher se apresenta à escala mundial, abrangendo uma grande variedade de países e culturas. Tratando-se assim de “(...) um fenómeno transversal (e.g., classe, estatuto social) e multidimensional, sendo que a violência infligida pode variar em termos de tipologia (e.g.,: abuso físico, sexual, psicológico/emocional) e severidade (e.g., empurrão, bofetada, violação (...))” e que perante uma consubstanciada escalada de frequência e gravidade pode culminar mesmo no homicídio (Matos, 2006, p. 27).

Aqui se incluem as relações íntimas, antes e após a vivência em conjunto, quer seja matrimonial ou de união de facto, abarcando atualmente as relações de namoro e entre pessoas do mesmo sexo. O contexto da violência conjugal contra a mulher ocorre quando o agressor tenta controlar o comportamento da parceira através de violência física, coação, ameaças, intimidação, isolamento, abuso emocional, sexual, psicológico e económico, e poderá, como já referido, terminar no femicídio (Amaral, Amaral & Amaral, 2013; Anderson & Lo, 2011; Echeburua et al., 2009; Echeburua & Fernandez-Montalvo, 2007; Alarcão, 2006).

A violência conjugal contra a mulher, assumida como uma violência de género, é assim adotada como uma grave violação dos direitos humanos na Declaração e Plataforma de

⁶³ Sobre o tema consultar: Direção Geral de Administração Interna [DGAI], 2013c.

Ação de Pequim da Organização das Nações Unidas (ONU, 1995), bem como um grave problema de saúde pública, como afirmou a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002).

1.3.2. Representações e contextos da violência conjugal sobre a mulher

A representação social sobre a violência conjugal, não está dissociada da maneira como as mulheres percebem o amor, o namoro, o casamento, ou a relação conjugal e o nascimento dos filhos. Todas estas vertentes se incluem na problemática da conjugalidade.

A variável a reter na violência conjugal é a desigualdade entre os sexos, encontrando-se intimamente enraizada na história e na tradição da sociedade ocidental, constituindo a família patriarcal uma das principais instituições em que se refletem (e.g., o casamento e a estrutura patriarcal que permite ao homem a manutenção do poder sobre a mulher e as crianças) (Russell, Chapleau & Kraus, 2015; Milani & Loureiro, 2008).

A violência intrafamiliar surge assim como consequência da dominação masculina que se enraíza na tradição histórico-cultural do casamento, da família, da mulher e do homem, e não apenas no tipo de interações desenvolvidas entre os membros da família (Dias, 2007). As causas da violência conjugal assentam na posição de subordinação que a mulher ocupa numa estrutura social patriarcal, sendo vista como um legado cultural inserida na estrutura familiar tradicional (Taylor & Jasinski, 2011), e onde a diferença de poder entre sexos, particularmente no espaço das relações íntimas, se manifesta, se reforça e se reproduz (Almeida, 2012).

No contexto da violência doméstica, é a violência conjugal que se revela como a situação mais prevalente, baseada fundamentalmente no exercício de controlo sobre a vítima (Paulino, 2016; Chaves & Sani, 2014), e onde ocorre associada aos papéis de género: feminino e masculino, papéis onde os atores se encontram claramente definidos, sendo a mulher a principal vítima deste crime e o homem o principal ofensor. Sendo passível de ocorrer em relações maritais e não maritais (e.g., namoro, coabitação, separação), que poderão ser atuais ou passadas, de carácter heterossexual ou homossexual (Santamarina, Ayerdi & Odriozola, 2015; Dias, 2015; Matos, 2006).

Magalhães refere mesmo que a “(...) violência contra as mulheres no seio familiar, doméstico ou das relações de intimidade, articula-se com a situação mais geral de subordinação das mulheres nas outras esferas da vida social (económica, política, simbólica, ideológica, etc.)” (Magalhães, 2005, p. 508), consumando-se num contexto ideológico e

simbólico no qual os homens “(...) mandam e têm poder sobre as mulheres” (Ibidem). Aqui encontramos o domínio e reforço da posição de líder do companheiro masculino, dono e senhor, refletindo-se no contexto em que este procura reduzir a vítima ao seu papel de pessoa submissa, usando para tal a agressão física, verbal, emocional, económica e política, como reflexo do uso de poder masculino (Alarcão, 2006).

Neste mesmo sentido, a violência conjugal sobre a mulher é um reflexo de uma cultura onde a mulher é vista como ser inferior e que deve subjugar-se às vontades, muitas vezes cruéis, dos seus parceiros masculinos (Gomes, 2016a; Tarrafa, 2015; Branco, 2008; Freitas, 2007).

Com já referido anteriormente, é assente que o primeiro fator que leva o homem a agredir a mulher, se encontra nas raízes históricas do casamento e nas suas fundações patriarcais, onde esta ideologia tem promovido a noção de que a mulher e o seu corpo são propriedade do marido, colocando assim na ótica do companheiro masculino que a violência no casamento se encontra à margem da lei (Evangelista et al., 2016; Lévy-Bruhl, 2015; Rao, 2015; Krizsan & Popa, 2014; Dias, 2010b).

Um fator relevante, relacionado e complementar à análise e reflexão dos autores referenciados, leva-nos aos motivos e razões pelas quais algumas vítimas que sofrem contínuas agressões, nas várias dimensões, e por vezes percebendo mesmo que a sua vida se encontra em risco, acabam por desculpabilizam o seu agressor, chegando mesmo a assumir a responsabilidade desses atos, ou assumindo-os como atitudes educativas. Qual será a razão? Porquê ser agredida e continuar nessa relação, naquela casa, com este companheiro? Aqui, deparamo-nos com o acreditar desta vítima, com a esperança na mudança desse comportamento por parte do agressor, com a esperança que um dia tudo mudará, também pela dependência económica, a apreensão e medo de abandonar a relação, uma gravidez, o receio de “perder” os filhos, as ameaças de morte ou suicídios, são os principais fatores que pesam no processo de decisão, e são encontrados na maioria dos motivos (Paulino, 2016; Straus, 2015; Andrade et al., 2015; Murray, Crowe & Flasch, 2015). Para este encobrimento da violência doméstica, e desculpabilização do agressor, concorre a representação social de violência conjugal das mulheres que procuram proteger a sua privacidade e os filhos, minimizando o problema e, como tal, vivendo na esperança e na inércia que o amanhã será bem melhor (Buchanan, Wendt & Moulding, 2015; VanderEnde et al., 2015).

Esta representação é também o resultado de uma sociedade que transmite a ideia de que as crianças “precisam” de um pai e de uma mãe. No entanto, a presença de filhos na

relação têm uma dupla preponderância, onde, por vezes, são causa para estas mulheres continuarem a relação, mas por outro lado, são também motivo pelo qual muitas abandonam a relação violenta, nomeadamente quando estes passam também a ser vítimas (Paulino, 2016; Costa & Duarte, 2000).

Importante será também compreender as dinâmicas desta problemática, onde as situações de violência física, psicológica, emocional, sexual, entre outras, que ocorrem entre o casal, se apresentam como cíclicas e crescentes no aumentando na agressividade (APAV, 2010; Walker, 2009; Alarcão, 2006). Usualmente, estes comportamentos abusivos resultam naquilo que foi concetualizado como o ciclo da violência doméstica, descrevendo três fases associadas ao abuso continuado: a da acumulação de tensão, a da ocorrência de agressão, e a da reconciliação, também designada por fase da “lua-de-mel” (CIG, 2016a).

Numa primeira fase, o agressor acumula tensões do quotidiano que ele não sabe resolver sem recorrer à violência, podendo a sua duração variar de semanas a anos. Esta fase é caracterizada principalmente em agressões menores (físicas ou verbais) e por ameaças. Com a atribuição a causas externas ao comportamento do agressor, a vítima usualmente culpa-se pelo sucedido. Na segunda fase, surge a ocorrência de agressão, onde a vítima é alvo de maus tratos físicos e/ou psicológicos, assumindo muitas vezes um papel de passividade não reagindo por vezes à violência. As tensões acumuladas na fase anterior são agora descarregadas, terminando apenas quando assim o ofensor entender. Associada à designação de “lua-de-mel”, surge a terceira e última fase, onde o ofensor se mostra arrependido e tenta desculpabilizar-se com motivos externos, demonstrando e invocando que não voltará a repetir tais comportamentos, onde, muitas vezes, com o próprio agressor a acreditar (CIG, 2016a; Gaspar, 2016; Diemer et al., 2015; Walsh & Tsilimpounidi, 2015; Walker, 2009; Alarcão, 2006).

Contudo, a violência repete-se e aumenta, com a continuidade dos episódios de violência, e, a fase “lua-de-mel” tende, em muitos casos, a ser mais breve (Paulino, 2016).

1.3.3. Impacto da violência conjugal na mulher

Estudos como os de Hitchens & Van Horn (2005), ou de Levendosky, Lynch, e Graham-Bermann (2000), que analisam os efeitos da violência sobre o companheiro, partindo das perceções de mulheres vítimas, concluíram que ao nível da parentalidade, estas

reconhecem, maioritariamente, a existência de efeitos negativos, mas, em alguns casos, também positivos.

Uma das conclusões mais reconhecidas pelos teóricos e investigadores que se debruçam nesta área, é a de que as mulheres que experienciam violência conjugal manifestam níveis de *stress* superiores às que não vivenciam esta condição (Berthold, 2015; Matos et al., 2014; Flury, Nyberg & Riecher-Rössler, 2010; Sani, 2008; Levendosky & Graham-Bermann, 2001). Entre variadas consequências negativas, a mulher vítima de violência conjugal, pode passar por situações de baixa autoestima, sentimentos de impotência e culpa, depressão, ansiedade, medo, transtornos de *stress* pós-traumático, isolamento social, afetando as suas competências de coping e as suas capacidades parentais (Freitas et al., 2015; Kulkarni, Herman-Smith & Ross, 2015; Kirkan et al., 2015; Holt, Buckley & Whelan, 2008).

A baixa autoestima, autoimagem e autoconfiança negativas, que é, em muitos casos proporcionado e utilizado como uma das estratégias do agressor, surge como pano de fundo em muitas das características associadas à mulher vítima deste crime, em que este lhe provoca a sensação de inferioridade e fazendo-a crer que não seria desejada por outro homem que não ele. Neste contexto, prevalece uma “carência afetiva” que leva a vítima a recusar a solidão, levando-a a insistir nesta relação “destrutiva” (Peixoto & Heilborn, 2016, Vieira, 2016).

A longo prazo, existem claras evidências de problemas ao nível da saúde mental e estados depressivos acentuados (Chang, Kahle & Hirsch, 2015; Shorey et al., 2015; Stuart et al., 2014; Chang et al., 2014).

A violência acarreta consequências gravíssimas para estas vítimas, e que vão muito além de traumas óbvios das agressões físicas. A violência conjugal contra a mulher tem sido associada com o aumento de diversos problemas de saúde, desde queixas ginecológicas, depressão, problemas de sono ou mesmo o suicídio. Também, e perante esta exposição de violência durante a gravidez, é apresentada como fator de risco assente em complicações neonatais e depressão pós-parto, podendo afetar as suas relações, não só com o seu bebê mas com outros adultos, bem como as suas capacidades para amamentar (Newton et al., 2016; Choi & Sikkema, 2015; Helene et al., 2014; Wright & Fagan, 2012; Kathleen, 2007).

Torna-se difícil para estas vítimas viver neste ambiente familiar hostil, adverso e violento, afetando-a de forma direta a nível físico e psicológico, e indiretamente ao interferir inevitavelmente na sua capacidade de gestão da relação com os filhos, com a qualidade da vinculação e o nível de ajustamento das crianças (Paulino, 2016; Gibson et al., 2015; Davidson & Gervais, 2015; Rivera, 2014; Schraiber et al., 2009; Sani, 2008).

No entanto, não obstante o elevado nível de *stress* causado pela experiência de vitimação, a vítima pode nem sempre vivenciar uma parentalidade dominada, contrariando as conceções teóricas que indicam a mulher vítima de violência conjugal como passiva, indefesa ou focada somente nas necessidades do ofensor.

Por vezes, as experiências de vida negativas podem originar novas aprendizagens e fortalecer competências. Alguns dos mesmos estudos que acima referimos, concluem alguns efeitos positivos, e, entre outros, encontramos a mobilização de recursos para responder à violência em defesa das suas crianças, o providenciar estruturas, a melhoria no afeto pelos filhos, a disponibilidade emocional para as crianças ou a orientação para as reforçar positivamente (Gonçalves, 2015; Holt, 2013; Hitchens & Van Horn, 2005; Van Horn & Lieberman, 2002; Levendosky, Lynch, & Graham-Bermann, 2000; Carlson, 2000).

Apesar de sofrerem violência pelo parceiro íntimo, com atos específicos de violência física, sexual, psicológica ou emocional, são identificadas várias perspetivas positivas das mulheres, com sentimentos de autoestima e um acentuado senso de empoderamento, fatores que propiciam e a incentivam a escapar desta relação em prol de virem a criar impactos positivos sobre o comportamento das crianças (Rasool, 2016; Greeson et al., 2014; Weinzimmer, Bach & Bhandari, 2013; Silva, 2012; Lima & Alberto, 2012).

No mesmo sentido, encontramos também várias estratégias positivas utilizadas por mulheres que experimentam esta violência, incluindo o tranquilizar dos filhos, dizendo-lhes que são amados e não têm qualquer culpa nos acontecimentos, fomentando um sentimento de esperança para o futuro, instruindo mesmo a estas estratégias para a prevenção deste tipo de violência numa fase adulta da sua vida (Haight et al., 2007).

O principal fator de proteção, encontrado nestes casos, assenta na capacidade de resiliência destas mulheres, onde estes fatores de proteção individuais, relacionais e sociais, se apresentam e contribuem para que haja resignação no padrão baseado na violência. Aqui, encontramos uma maior assertividade e autoproteção, sendo mais propensas a indicar a utilização de estratégias ativas, verbais e físicas, de autodefesa (Gidycz et al., 2015; Rodrigues & Chalhub, 2014; Bejenaru, 2011).

Estudos recentes indicam que estas mulheres vítimas, mesmo em situações graves, e em onde as próprias crianças são vítimas de violência pelo ofensor, particularmente sexual, enfrentam estas adversidades, transformam-se e acabam por denunciar o agressor, sempre numa atitude de proteção para com os seus filhos e filhas (Santoucy et al., 2014; Rodrigues & Chalhub, 2014; Lima & Alberto, 2012).

Como constatamos, apesar de alguns estudos indicarem alguns casos em que a mulher vítima de violência conjugal conseguem ultrapassar e abandonar esta vivência, a maioria da literatura indica impactos negativos em diferentes aspetos da sua vida, em que se incluem as suas capacidades parentais.

1.4. Contribuições para uma visão global da violência conjugal

Quando nos debruçamos sobre os estudos científicos a propósito da violência conjugal contra a mulher, constatamos o seu surgimento nos anos 80/90 do século passado em Portugal, emergindo como objeto de estudo de fenómeno social. Estes primeiros estudos e publicações, abordando dimensões da violência doméstica/conjugal, contribuíram para tornar visível um fenómeno social minimizado até então. Sobretudo, desvendaram representações sociais, problematizaram a violência intrafamiliar, discutiram as consequências para todos os envolvidos nos episódios desta violência, em especial as mulheres e os filhos, e abriram caminho à discussão pública e à prevenção do fenómeno.

Tendo por base os estudos que se realizaram num âmbito alargado ao território nacional, na linha em que este trabalho se pretende cumprir, é em 1995 que encontramos um primeiro inquérito inserido neste âmbito, de círculo nacional, não focado na violência doméstica, mas sobre a violência em geral contra as mulheres. Os seus resultados permitiram ter uma visão global da prevalência do fenómeno, da sua contextualização sociocultural, com uma análise simultânea das características das vítimas e dos tipos de atos praticados. Os resultados, perante uma amostra de 1000 mulheres, indicavam que a violência psicológica contra as mulheres era a que apresenta valores mais elevados, tendo sido referida por mais de metade das mulheres (50,7%). Por seu lado, 28,1%, indicaram terem sido vítimas de violência sexual, 6,7%, física, e, com 14,1%, de discriminação sociocultural (Lourenço, Lisboa & Pais, 1997).

Em 2003, dois estudos marcam uma nova abordagem, com a constatação dos custos sociais e económicos da violência contra as mulheres (Lisboa et al., 2003), e o contexto social da violência contra as mulheres detetada nos Institutos de Medicina Legal (Lisboa, Barroso & Marteleira, 2003). Estes estudos indicam resultados que permitem colocar definitivamente, como estatisticamente relevantes e objeto de investigação científica, com a constatação dos custos sociais e económicos que derivam desta problemática. Tal como a literatura internacional da altura, os resultados permitiram constatar que as mulheres expostas à

violência doméstica reportavam altos níveis de utilização dos cuidados de saúde, que estavam em risco de ter um baixo nível de saúde física e mental, incluindo dificuldades comportamentais, emocionais e relacionais, assim como o carácter destrutivo, como o homicídio e o suicídio. Estas mulheres vítimas apresentavam ainda uma probabilidade três a oito vezes superior de terem filhos doentes, de maior dificuldade em arranjar emprego, de recorrerem mais frequentemente aos serviços dos hospitais, bem como a consultas de psiquiatria por perturbações emocionais (Lisboa et al., 2003; Lisboa, Barroso & Marteleira, 2003).

No ano de 2005, um novo estudo foi realizado sobre as consequências para a saúde resultantes da violência contra as mulheres, particularmente a doméstica (Lisboa et al., 2005). Este estudo teve por base uma amostra de 2300 mulheres, com 18 ou mais anos, utilizando como local de recolha da amostra os Centros de Saúde do Continente, através de inquérito por entrevista. Os resultados indicaram que, 71,8% destas mulheres vítimas eram maioritariamente casadas ou em união de facto, tinham baixas habilitações académicas assentes no 1.º ciclo (41,4%), e, maioritariamente, entre 45 e 54 anos. Os maridos eram os principais autores da violência, com 28,6%, em 5,7%, o companheiro/ex-companheiro, com 4,0%, o ex-marido, e, em 2,9%, foram autoria do namorado/ex-namorado. Os atos de violência verificados predominavam na combinação de vários tipos de violência, com 49,5%, de situações que envolviam a dimensão física, sexual e psicológica, sendo que na dimensão isolada, destacava-se a violência psicológica, com 30,5%, e a violência física, com 12,8%. A análise dos espaços onde ocorreu a violência, prevalecia, com 68,5%, na casa de família, e, no que respeita à trajetória temporal, verificou-se, com 39% dos casos, que se prolongavam por um período superior a 10 anos. Os dados indicam também o tipo de reações das vítimas perante a violência, predominado, com 33,3%, as reações do tipo “passivo”, seguida do “desabafar com outra pessoa” (30,2%), o procurar “evitar a situação” (14,2%), e, por fim, a reação de defesa/proteção de âmbito violento (11,2%). De salientar a minoria das vítimas que denunciaram a situação à polícia (6,7%), que recorreram ao tribunal ou a advogados (2,8%), ou contactam instituições de apoio específico (1,6%) (Lisboa et al., 2005).

Surge, em 2007, um estudo aos custos económicos com a saúde às vítimas de violência, onde os resultados indicam, numa análise comparativa com as não vítimas, que uma mulher vítima de violência doméstica gastava anualmente mais 140 €, envolvendo gastos ao nível de consultas, exames, tratamentos, medicamentos, e transportes, em que 90% eram pagos pelo Serviço Nacional de Saúde, ou seja, por todos os contribuintes (Barros et al., 2008;

Lisboa et al., 2007). Neste mesmo ano um inquérito nacional sobre violência de género elenca vários objetivos para a investigação, incluindo uma análise comparativa entre 1995 e 2007 da violência exercida contra as mulheres através da avaliação da vitimação, das suas diferentes formas e tipos de violência, locais onde ocorre, reação das vítimas, autores e dinâmicas socioculturais. Num pressuposto comparativo com as não vítimas, a mulher vítima de violência doméstica perante as relações com familiares e amigos, apresentam resultados claramente indicativos de impactos negativos. Verificou-se que estas vítimas possuíam 98% de maior probabilidade de terem separações forçadas de pessoas que lhe são importantes, mais 90% de probabilidade de situações dos filhos adoecerem e terem insucesso escolar, mais 69% de condições de na sua vida profissional terem maior dificuldade em arranjar emprego, mais 74% de dificuldade em serem promovidas, e, mais 17% de possibilidade de serem mais facilmente despedidas (Lisboa et al., 2009).

Nos anos seguintes, os estudos sobre esta temática apresentam um novo paradigma, assente nos parâmetros dos dados dos Relatórios Anuais de Segurança Interna (IASI), agora num conceito mais pormenorizado. Assim, o Núcleo de Estudos e Análise prospetiva em Segurança Interna (NEAPSI) numa primeira fase e posteriormente com a Área de Planeamento Estratégico e Política Legislativa (APEPL), ambos sob tutela do Ministério da Administração Interna (MAI), começam a elaborar “Relatórios de Monitorização” específicos sobre esta problemática, mas agora, numa vertente mais criminal. Estes relatórios de monitorização, que surgem em 2008 e se prolongam até à data, indicam que ao longo destes oito anos, a violência doméstica encontram-se, por norma, entre as cinco primeiras tipologias criminal mais participadas em Portugal, mas, entre os crimes contra as pessoas, surge por norma em primeiro ou segundo lugar (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a).

No ano de 2010, um estudo faz uma análise exaustiva sobre a violência contra as mulheres, a doméstica e de género, tendo com o fio condutor a igualdade de género. Os resultados deste estudo demonstram um aumento significativo dos casos de violência doméstica participados às forças de segurança entre 2000 e 2009, com 12,3% ao ano. Os crescimentos mais significativos verificaram-se em 2002/2003, com 23,9%, e 2007/2008, com 25,7%. Procurando agora analisar a incidência do fenómeno por 10 000 habitantes, verifica-se, igualmente, que a participação da violência doméstica às forças de segurança não é homogénea a nível nacional, percebendo-se que em 2007, a incidência varia entre os 35 casos de valores máximos, ocorridos nos Açores, e os 15 casos de valores mínimos, estes a

ocorrerem na Guarda. No que respeita aos anos seguintes, 2008 e 2009, nota-se que, salvo poucas exceções, as maiores incidências das participações se situam mais no Litoral Norte, Algarve e algumas ilhas. No que respeita a dados exclusivos a 2009, revelam que os atos de violência física são os mais participados às forças de segurança, com uma média de 45%, seguidos, com 30%, dos referentes à combinação entre física e psicológica, apenas psicológica, com 25 %, e sexual, com 1%. O estudo faz ainda uma alusão às investigações que se têm vindo a elaborar desde 1995 no âmbito da caracterização das vítimas deste crime, indicando que a incidência se mantém no sexo feminino, sobretudo mulheres casadas, adultas, com idades compreendidas entre os 25 e os 65 anos, com particular incidência na faixa etária dos 25 aos 44 anos (Lisboa et al., 2010).

Salientamos, neste âmbito, um estudo recente sobre as Casas de Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, com ou sem filhos (Guerreiro et al., 2015). Foi preocupação dos autores saber sobre o processo de inclusão das mulheres vítimas de violência doméstica após a saída de uma Casa Abrigo, dando especial ênfase à educação, ao emprego, e à habitação. Verificou-se que, relativamente ao nível de ensino, aquelas mulheres, enquanto permaneceram no referido acolhimento, não demonstraram qualquer preocupação com a sua escolarização. Infelizmente, quando saíram da Casa, a grande maioria continuou a não se preocupar com a sua formação, tendo apenas uma aumentado o seu grau de ensino, o que demonstra que não existe um aumento das qualificações escolares e/ou profissionais que sustentem uma melhoria das integrações profissionais. No que respeita a emprego, apenas duas utentes se encontravam desempregadas à entrada, no entanto, após a saída, apenas três conseguiram manter os anteriores postos de trabalho, e somente duas conseguiram um novo emprego, três perderam um vínculo laboral estável e não o conseguiram recuperar. A subsistência da maioria da amostra é assegurada mediante prestações sociais, sobretudo o Rendimento Social de Inserção. A ida para este acolhimento implicou uma deslocação geográfica muito significativa, e que se conserva até ao momento. Contudo, apesar dos poucos casos, existem alguns planos de regresso à região de origem a curto/médio prazo. Segundo as entrevistadas, a habitação evidenciou-se como uma das principais dificuldades no momento da autonomização e, a médio prazo, da sustentabilidade económica de um projeto de vida autónomo (Guerreiro et al., 2015).

De salientar que a Casa Abrigo, envolve um processo que se iniciou em 1990, e, atualmente, contabilizam-se um total de 36 Casas de Abrigo, com 661 vagas no nosso país (Paulino & Rodrigues, 2016).

Ao longo deste ponto percebemos que, após uma primeira fase de estudos ocorridos na primeira década deste século, os anos mais recentes demonstram uma cobertura de estudos mais escassa, particularmente quando nos debruçamos em estudos de contexto nacional do fenómeno. Neste contexto, e de forma mais restrita, encontramos registo de inúmeros estudos, e em que, atualmente, apenas deparamos nos RASI e nos relatórios de monitorização de violência doméstica (SGMAI), alguma informação desta problemática em contexto abrangente a todo o território nacional. Não obstante, as principais necessidades em termos de investigações futuras devem circunscrever contextos mais abrangentes, não apenas de área geográfica, mas dos seus contornos e dinâmicas, designadamente, se queremos atender às dificuldades sentidas pelas vítimas de violência doméstica, com análises, interpretações e comparações dos resultados veiculados.

Conclusão do capítulo

A literatura mostra-nos, de forma bem vincada, como a violência doméstica deixa marcas profundas na relação familiar, qualquer que seja a sua constituição. Facilmente compreendemos que se trata de uma violência de género, onde a mulher se apresenta como principal vítima deste crime, e o homem como principal agressor.

Embora as políticas públicas atuais tenham tido a preocupação de prevenir e apoiar estas mulheres, essa ação ainda não é suficiente, pois os casos de violência doméstica continuam a ocorrer e a ganhar mais visibilidade.

A família é, reconhecidamente, o meio natural de desenvolvimento dos seus membros e, em especial, da criança, sob a responsabilidade dos pais, enquanto primeiros educadores e socializadores. Compete aos professores o desenvolvimento das potencialidades da criança, através de um ensino formal, nas escolas. Ao Estado compete fazer respeitar e garantir os direitos das crianças previstos na lei. A Educação constitui uma das componentes fundamentais do processo de socialização de qualquer indivíduo, tendo em vista a integração plena no seu ambiente. Por isso, família e escola encontram-se interligadas, num trabalho conjunto de socialização.

A escola tem, neste entendimento, cada vez mais, uma função social, com uma perceção clara da função de mediação e denúncia, neste caso concreto da violência doméstica, como veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

ENVOLVIMENTO PARENTAL NA ESCOLA

Introdução

O objetivo deste capítulo é o de perceber o envolvimento parental das famílias na vida escolar dos seus filhos, particularmente naquelas onde ocorre a violência interparental.

O meio familiar continua a ser encarado como um espaço privilegiado para o desenvolvimento físico, mental e psicológico dos seus membros. Um lugar que deveria ser desprovido de conflitos. Por isso mesmo, a criança e o adolescente necessitam de um ambiente familiar que lhes proporcione condições saudáveis de desenvolvimento, o que compreende incentivos positivos, estabilidade, boa relação familiar, vínculo afetivo, diálogo, entre outros. Partindo deste propósito, pode-se afirmar que, na maioria dos casos, um ambiente familiar adverso e desequilibrado, se reflete na aprendizagem e nos comportamentos das crianças e jovens. Por isso, interessa-nos analisar as consequências para as vítimas desta violência doméstica, especialmente em relação aos impactos causados no processo educativo, suscitando a reflexão sobre a família e a educação modernas.

Como tal, este capítulo equacionará as consequências, positivas e negativas, da relação escola e família, considerando o envolvimento parental na escola, particularmente de mulheres, mães e educadoras, vítimas de violência doméstica, e dos seus filhos.

2.1. A relação escola-família

A relação escola-família tem sido objeto de investigação e de debate por parte da comunidade científica de todo o mundo, e, é clara, a observação dos autores destas matérias ao citarem unanimemente que quanto mais estreita a relação entre escolas e famílias, maior o desempenho e/ou sucesso educativo das crianças e jovens (Bento, Mendes & Pacheco, 2016; Mateus, 2016; Saltmarsh, Barr & Chapman, 2015; Miller, 2015; Morrison, Storey & Zhang, 2015; Silva, Dias & Neves, 2015; Serrano, 2015).

Tanto a escola como a família tem responsabilidades na educação das crianças, razão pela qual é importante que ambas trabalhem juntas, sem que uma consagre à outra o papel que é seu.

A família funciona como o primeiro e mais importante agente socializador, na qual a criança constrói as suas bases de aprendiz, a partir do conhecimento recebido durante a sua experiência de vida primária, a aprofundar progressivamente, em ambiente de escolarização

formal. Por isso, a família precisa da escola, porque estas são “(...) duas instituições condenadas a cooperarem numa sociedade (altamente) escolarizada” (Perrenoud, 2001, p. 90).

A escola tem, cada vez mais, uma função social, com uma perceção clara da função de mediação. Quanto mais a escola reconhecer a família como parceira na educação escolar dos filhos e filhas, mais os pais e mães, enquanto atores sociais e coeducadores, se sentirão envolvidos e capazes de colaborar em atividades educativas (Mapp, 2003; Sheldon & Hopkins, 2002). Para que os pais e as mães cooperem, é essencial estreitar a ligação família-escola, de modo a que estes e estas sintam vontade de participar o mais possível na vida escolar, envolvendo-se na educação dos filhos e filhas. De facto, “(...) os pais que se envolvem têm maiores probabilidades de compreender os objectivos dos professores e das escolas e de serem mais apoiantes das mudanças propostas” (Perrenoud, 2001, p. 79).

Neste percurso colaborativo, é fulcral que família e escola se unam, na criação de sinergias, conducentes ao aperfeiçoamento de competências e capacidades, em áreas disciplinares selecionadas, de forma a tornar as crianças e os jovens cidadãos e cidadãs ativos (as) e capazes de agir na sociedade dos nossos dias. Neste percurso evolutivo, é essencial a autonomia e a reflexão, pois “(...) ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2005, p. 68)

Na década de 1960, Pierre Bordieu, com a sua teoria da reprodução cultural, teve uma grande importância no aprofundamento da relação da família e escola. Na sua análise às diferenças entre os grupos sociais e transmissão do património cultural entre gerações, entende que alguns dispositivos definiam a cultura de determinado grupo como legítima, indicando o sistema de ensino como um desses dispositivos. Segundo este, a herança cultural seria a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, consequentemente, pelas taxas de êxito (Bourdieu, 1998a; Bourdieu & Passeron, 1964). Na década seguinte, numa obra sobre as desigualdades sociais, descreve a escola como objeto de resistência social por parte de uma parcela das elites, motivo pelo qual não cumpria a função de criar relações com a família. Já na década de 90, lança nova obra onde volta a referir um papel discriminativo por parte da escola em relação aos alunos, famílias e comunidades, indicando a escola como instituição que se afasta da família quando esta se pretende aproximar, indicando-a como uma espécie de terra prometida semelhante ao horizonte, que recua na medida em que se avança em sua direção (Bourdieu, 1998b).

Mas, ainda hoje, em Portugal, e apesar da legislação em vigor permitir uma participação dos pais/encarregados de educação na vida escolar dos seus filhos, na prática,

essa participação continua a ser complexa. Ao diagnosticarmos os fatores condicionantes da relação efetiva dos pais com a escola encontramos novamente fatores culturais e económicos como os principais responsáveis. Segundo Pedro Silva (2010), a relação escola-família pode assim “(...) contribuir para reforçar, manter ou atenuar desigualdades sociais e diferenças culturais” (Silva, 2010, p. 450).

Na perspetiva de António Nóvoa (2009), existem duas questões fundamentais que urge resolver no âmbito da educação igualitária. Em primeiro lugar será necessário assegurar que todas as crianças adquiram uma base comum de conhecimentos, e, em segundo lugar, detém-se a necessidade de promover diferentes vias de escolaridade com a integração de percursos adaptados às inclinações e a projetos de cada um. Aqui, assenta a necessidade de todas as famílias de crianças e jovens, particularmente as mais desfavorecidas, possam reencontrar um sentido para a escola, pois só assim se conseguirá que todos os alunos tenham verdadeiramente sucesso e que as suas famílias se envolvam neste processo.

No entanto, no âmbito das práticas educativas, as perceções atuais permitem-nos perceber que existe nos últimos anos uma reformulação que para além de querer aproximar a família e a escola, procuram essencialmente o fortalecimento de uma prática pedagógica coletiva, promovendo uma corresponsabilização entre escola, família e comunidade, no ato de educar a criança (Cunha, 2016; Lopes, 2015; Craveiro, 2015; Sousa & Pereira, 2014; Pegorer, 2014; Sarmiento & Sousa, 2010; Sarmiento, 2005).

Existe assim fatores que nos obrigam a definir prioridades, a excluir caminhos e a ultrapassar compromissos, pois apesar das particularidades destas duas instituições, escola e família, com metodologias e filosofias diferentes, percebemos que quanto mais se diferenciam mais precisam uma da outra, pois o seu objetivo é o de preparar as crianças e os jovens para o mundo. Na revisão das bases teóricas deste conceito, percebemos que se torna cada vez mais necessário que os profissionais da educação, professores, coordenadores, e claro, as famílias, materializem a sua relação, no sentido de apreender novos olhares sobre a interação família-escola, para assim garantir aos alunos o direito de aprender.

2.2. Envolvimento parental na escola

O debate de questões sobre a educação das crianças no tecido familiar tem, provavelmente, uma história tão longa quanto a história da própria família.

Os primeiros conceitos apontam para as práticas e estilos parentais, onde a literatura destaca, como os primeiros estudos a serem produzidos, os de Esther Richards (1926), Robert Sears et al. (1957), Philippe Ariès (1962), ou Diana Baumrind (1971, 1966), onde, desde este impulso, tem vindo a despertar um crescente interesse por parte de vários investigadores, nomeadamente ao longo das últimas décadas.

Sendo o papel dos pais reconhecido enquanto primeiro e principal agente de socialização da criança, no qual estas visualizam os seus pais como os maiores prestadores de suporte emocional, instrumental, informacional, e de companhia, sendo figuras singulares no suporte dirigido à execução das tarefas desenvolvimentais desta fase (Pereira et al., 2008).

No âmbito particular, a investigação tem-se centrado na identificação das características parentais e nas consequências das suas opções educativas para o desenvolvimento das crianças, com abordagens na literatura de designações de modelos, tipologias, classificações, práticas ou estilos parentais, e termos referentes às cognições parentais, como crenças, ideais e valores parentais, e metas de socialização (Beato, 2016; Stasiak, Weber & Tucunduva, 2014; Muñoz et al., 2012; Bergamo & Bazon, 2012; Macarini et al., 2010).

Num conceito amplamente abrangente aos diversos autores que se debruçam nestas matérias, e apesar de alguns adotarem diferentes denominações, podemos apontar quatro estilos de educação parental: negligente, autoritário, permissivo, e democrático. Analisando estes estilos de uma forma sucinta, percebemos que o estilo negligente é adotado em condições onde os pais têm um baixo envolvimento e consequente baixa exigência. No estilo autoritário encontramos pais que dão bastante importância à exigência em termos de respeito pelos outros, no entanto o seu envolvimento é muito baixo. Perante o estilo permissivo compreendemos que, apesar dos pais terem um bom envolvimento, não existe uma igual exigência à criança. Por último, denominado na literatura com mais de uma denominação, entre elas, como estilo democrático, democrático-recíproco, persuasivo, autoritativo, autorizado ou participativo, envolve pais que se apresentam totalmente compreensivos, bastante envolvidos e exigentes, ensinando e disciplinando (Silva, 2016c; Martins, León & Seabra, 2016; Böing & Crepaldi, 2016; Araújo, 2015; Almeida, 2015; Simões et al., 2015; Carreteiro, 2014; Simões, Filipe & Farate, 2014; Weber, 2014; Prata et al., 2013; Patias, Siqueira & Dias, 2013; Cardoso & Veríssimo, 2013; Magalhães, Alvarenga & Teixeira, 2012; Gomide, 2006; Cruz, 2005; Baumrind, 2005; Weber, et al., 2004).

Não podemos deixar de mencionar os fatores ambientais estruturais da vida quotidiana das famílias, sejam como fontes estabilizadoras ou desestabilizadas, pró-sociais ou antissociais das funções parentais, pois são igualmente relevantes para a determinação das práticas educativas parentais, e, consequentemente, no desenvolvimento da criança.

Estudos neste âmbito comprovam que o comportamento parental influencia, positivamente ou negativamente, o desenvolvimento da criança durante o período escolar. Neste sentido, um estilo persuasivo e autoritativo, como apoiante e controlador que é, adota-se neste domínio da educação parental, como o mais equilibrado, pois os pais envolvem-se sem se demitirem de ser exigentes, contribuindo assim para a formação das crianças/jovens, seja no que respeita ao seu desenvolvimento, quer no que diz respeito à sua integração social (Antunes, 2016; Cardoso, 2013; Gomide, 2011a, b; Pereira et al., 2009; Montandon, 2005).

Verificamos que as mudanças ocorridas na estrutura tradicional da família, com percentagens cada vez mais elevadas de mães ativas no mercado de trabalho, famílias monoparentais, alargadas, adotivas, alternativas, ou reconstituídas, o crescente aumento da idade média do nascimento do primeiro filho (INE, 2013), bem como as transformações na visão dos papéis de género, conduziram à manifestação de diferentes expectativas dos papéis desempenhados por mães e pais no contexto familiar. Numa visão mais tradicional, na qual o papel do pai é entendido como suporte financeiro ou elemento disciplinador, e a mãe como cuidadora e responsável pela família, assume, atualmente, uma visão mais igualitária destes papéis (Monteiro et al., 2015; Lamb, 2010; Monteiro et al., 2010).

No entanto, como já observado, e como prática reconhecida na esfera do contexto educativo no nosso país, continua-se a perceber que a maior interação é um papel assumido pelas mães, não se estranhando assim, que os estudos apontem que o envolvimento parental na escola seja mais associado à mãe do que ao pai. Neste contexto, encontramos as atividades de contacto físico com a criança mais presente na relação com o pai, e, por sua vez, a relação com a mãe envolve mais os jogos com objetos, presença de conteúdos verbais e cognitivos, responsabilizando-se mais pelos cuidados à criança, como a higiene, alimentação e ajuda nos trabalhos da escola (Schulz, 2015; Paquette, Coyl-Shepherd & Newland, 2013; Dumont & Paquette, 2013; Vieira, Ávila & Matos, 2012).

Percebemos assim que os estilos educativos parentais têm impacto no desenvolvimento da criança, onde um padrão representado por altos níveis de envolvimento, afeto parental, controlo comportamental, impulsionador da autonomia psicológica, é a forma reconhecida como o que mais contribui para o ajustamento psicossocial, comportamental e

académico das crianças (Santos & Gonçalves, 2016; Shaheen, 2015; LaFleur, 2014; Besharata, Azizia & Poursharifi, 2011).

O resultado deste tipo de envolvimento parental educativo, descrito de positivo, preconiza, entre outras, melhores competências sociais, melhores estratégias de coping, uma maior autoestima e melhores resultados escolares (Menezes, Lemos & Rodrigues, 2016; Pereira & Alarcão, 2014; Abreu-Lima et al., 2010; Lopes, Catarino & Dixe, 2010; Turner, Chandler & Heffer, 2009).

Por isso mesmo, Joyce Epstein (2010), refere que a competência de trabalhar em conjunto no processo de socialização das crianças e jovens, é a única maneira de pais e professores os auxiliarem de forma segura para o sucesso escolar.

Em sentido contrário, estilos educativos parentais negativos, potenciadores de rejeição, insensibilidade parental, baixos níveis de afeto, a sobreproteção, uso de estratégias disciplinares ineficazes, evidenciada muitas vezes por meio da punição física, hostilidade e controlo psicológico, podem conduzir a problemas de ajustamento e de psicopatologias, comportamento antissociais, menor competência social na criança, problemas comportamentais e académicos (Fantinato & Cia, 2015; Abar et al., 2014; Bortolini & Andretta, 2013; Mulvaney, 2011; Lindhout et al., 2009).

Mas, não só os estilos parentais atrás observados designam o envolvimento dos pais no desenvolvimento dos filhos, e a relação com a escola envolve outras designações ou conceitos. Com os estilos parentais, surge na literatura nos anos 70 do século passado a designação de «*Envolvimento Parental na Escola*», com clara influência de Joyce Epstein (1987) e Don Davies (1987).

Os primeiros estudos sobre as relações escola-família, com clara influência destes autores, defenderam os benefícios do envolvimento parental nas escolas com a premissa de que com a qual todos beneficiavam, “(...) os alunos tinham melhor desempenho, os professores mais apoio e reconhecimento social e as famílias, um conhecimento melhor do processo educativo” (Simões, 2013, p. 79).

O envolvimento parental na escola, alicerçado aos estilos parentais educativos, é assim encarado como vantagem capital na estreita relação entre a família e a escola, numa base de parceria cooperante com vista ao desempenho e sucesso académico dos alunos.

É reconhecida a existência de uma diversidade de aspetos intrínsecos à abordagem do envolvimento parental na escola, e de distintas tentativas de delineação deste conceito. No entanto, percebemos que, no domínio educativo, o envolvimento parental é comumente

significado de atividades específicas, como a ajuda com os trabalhos de casa, contactos entre as famílias e as escolas, a adesão dos pais às atividades propostas pelas instituições educativas, das deslocações a acontecimentos escolares, a participação na tomada de decisões ou em pressões para influenciar a tomada de decisões, designadamente, no desempenho de funções de consulta e de decisão, tais como as Associações de Pais, Conselho Pedagógico, Conselho de Turma ou Conselho Geral.

Os resultados de estudos realizados nesta área por vários investigadores, expuseram um conjunto de estratégias e diferentes modelos a implementar junto das famílias para um benéfico envolvimento, tendo, no entanto, o mesmo objetivo, o de lhes proporcionar uma participação ativa na vida escolar, ou seja, no processo educativo dos seus educandos/filhos (Simões, 2013; McCormick et al., 2013).

O enquadramento legal da participação parental na escola no nosso país apresenta os primeiros passos a partir de 1974, com o Decreto-Lei n.º 735-A/74, de 21 de dezembro⁶⁴, o qual consagra “(...) o importante papel das associações de pais e encarregados de educação (...) com as quais os conselhos directivos dos estabelecimentos manterão estreitos contactos de cooperação, em assuntos de interesse comum”, sem que no entanto, esse papel seja regulado.

Avanços e recuos neste âmbito têm assumido diferentes papéis na legislação desta matéria, onde o percurso do envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida da escola assume atualmente um papel relevante na legislação, manifestado no Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho⁶⁵, o qual, no seu Artigo 47º do Capítulo V, reconhece aos pais, encarregados de educação e aos alunos, o direito de participação no circuito escolar e educativo.

Com a relação entre a escola e a família legalmente “definida”, a participação da família no processo ensino e aprendizagem assume, assim, não só um papel importante, como desejável, bem como um direito que legalmente lhes assiste.

Mas este papel dos pais, apesar de legalmente estabelecido, aceite e desejável, perpetua um real envolvimento parental na escola por estes? A ida frequente à escola, o direito de participar ativamente no processo de aprendizagem dos seus filhos e na vida da escola em geral, é assumida por todos? Ainda no início deste século, os estudos de Pedro

⁶⁴ Decreto-Lei n.º 735-A/74. Diário do Governo - I Série, 2.º Suplemento, n.º 297, de 21 de dezembro de 1974 (Criação de estruturas democráticas de gestão em estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário).

⁶⁵ Decreto-Lei n.º 137/2012 - DR, I Série, n.º 126, de 2 de julho de 2012.

Silva (2002), levantavam importantes questões sobre a percentagem de pais/encarregados de educação que participam regularmente processo educativo dos filhos; o que fazem; que iniciativas tomam? Na sua análise, aponta para uma participação retórica, “de faz de conta”, e que se apresenta significativa (Silva, 2002). Ainda de acordo com o autor, os pais sentem uma maior tensão para uma colaboração com os professores, a qual jamais chega a ser efetiva, manifestando-se somente numa maior exigência e controlo sobre os mesmos. O que obriga os professores a empregar uma linguagem politicamente correta, transformando a relação entre as famílias e a escola, algo muito politizada, numa relação “(...) com armadilhas múltiplas e uma resultante em aberto” (Silva, 2003, p. 390).

A literatura apresenta-nos, ainda atualmente, uma visão idêntica e consensual, de que ainda muitas distâncias e diferenças existem entre uma comunidade escolar que envolva escola e família. Para tal, é pronunciado como imprescindível que as escolas possam adequar as suas dinâmicas à sua realidade e ao seu público. Pois, só com esta perspetiva, reforçando a sua autonomia e reconhecendo a indubitável importância que as escolas e as escolhas por si tomadas, lhes permitirá trabalhar de forma habilitada pelo sucesso das suas crianças e jovens, e, conseqüentemente nas suas pretensões futuras. Mas claro, esta importância deverá ser mútua, onde as famílias e a relação inter e intra institucional que possam estabelecer com as escolas, deve ser valorizada e enquadrada, e que estas o considerem igualmente imprescindível e valorizado.

Sobe esta envolvimento das famílias nas escolas, não podemos deixar de fazer referência aos inúmeros estudos de sociologia da educação, que mostram uma exaustão das famílias que se encontram socioeconomicamente fragilizadas, o que lhes provoca inúmeras dificuldades, até impossibilidade, em conseguirem acompanhar a escolaridade dos seus filhos nos termos em que a escola o define, tendo também, baixas expectativas quanto aos seus resultados escolares (Benavente, Queiroz & Aníbal, 2015).

Visto como preponderante, devemos empenhar-nos cada vez na promoção de uma cultura de participação e de cidadania entre a escola e a família, para que exista uma maior integração social e inclusão social, prevenindo o insucesso e o abandono escolar, bem como percursos negativos e/ou criminais destas crianças e jovens (Silva, 2016a).

Nesta perspetiva, é maior ainda a responsabilidade da escola em proporcionar esta relação escola-família e, percebemos claramente, que pode e deve ser otimizada. Para além do sucesso dos alunos, as ações de aproximação entre escola, família, e a própria comunidade, ajudam os pais a entender melhor as crianças e jovens, a aperfeiçoar a

comunicação entre famílias e escola e entre famílias e alunos, a desenvolver mais ligações de parceria que envolvam até uma participação ativa nas decisões da escola (Freire, 2010; Epstein, 2009).

2.2.1. Modelos explicativos do envolvimento parental na escola

Como observado, o conceito de envolvimento parental na escola surge nos anos 70, mas será no final da década 80 e início de 90 que se introduzem progressos, agora também focado nas consequências das diferentes estratégias ou modelos. Neste contexto, era inicialmente problematizado em estudos de tipo sociológico, que detiveram como objetivo o de identificar alguns efeitos perversos do envolvimento parental e em que medida esses benefícios podem, em alguns casos, ser apropriados pelas famílias da classe média e alta, em desfavor das famílias afastadas da cultura escolar (Zenhas, Rocha & Silva, 2013; Silva, 2003, 2002), que se dispunham a identificar benefícios e subjetividades deste envolvimento.

Desde esse período que se produziu uma extensa pesquisa sobre o envolvimento dos pais na escola (Pomerantz & Monti, 2015; Wehman et al., 2015; Myers & Myers, 2015; Edwards & Kutaka, 2015; Desforges & Abouchaar, 2003; Henderson & Mapp, 2002; Marques, 2001a, b; Stöer & Cortesão, 1999; Epstein & Sanders, 1998; Davies, 1989; 1987; Henderson, 1987; Epstein, 1987), evolução essa que proporcionou estratégias para a melhoria dos resultados das crianças e jovens na educação: aos alunos, um melhor aproveitamento, aos professores, mais apoio e reconhecimento social, e, às famílias, um melhor conhecimento do processo educativo (Ferreira, 2011).

Uma primeira proposta de referência foi a de Carol Pateman (1970), mas, foram as propostas de Epstein (1987) e de Davies (1987), que se afiguraram, pela revisão da matéria neste âmbito, como aquelas que maior influência suscitaram no panorama da investigação que vem sendo produzida, em particular, no âmbito dos estudos contextualizados na realidade das escolas portuguesas.

Numa dimensão internacional, são assim distinguidas as propostas de Epstein e de Davies, e à escala nacional, encontramos como mais assinaladas as de Stöer & Cortesão (1999), e Marques (2001a), que se edificaram nos conteúdos destes autores internacionais.

Tendo por base um contexto internacional, que, como observaremos mais à frente, se transportou para estudos em todo o mundo, incluindo Portugal, desenvolvemos um dos modelos impulsionadores do envolvimento parental na escola, a tipologia de Joyce Epstein

(1987). A modalidade de Epstein assenta numa teoria de sobreposição de esferas de influência, esferas essas que representam a família, a escola, e a comunidade.

Esta tipologia de colaboração entre a escola, família e comunidade, compreende seis categorias, designadamente, “(...) obrigações básicas da família, obrigações básicas da escola, envolvimento em actividades na escola, envolvimento em actividades de aprendizagem em casa, participação na tomada de decisões e colaboração e intercâmbio com a comunidade” (Pereira et al., 2008, p. 92).

Segundo a autora, as seis categorias devem ser desenvolvida conjuntamente pelos pais, professores, estudantes, administração e membros da comunidade, para um sucesso educativo dos alunos. Percebendo o conteúdo das categorias, Epstein (1987), consegue adquirir dados para realizar uma avaliação do envolvimento parental na escola, delineando a partir desta análise as alterações necessárias para o objetivo, no entanto, segundo este modelo, apenas conseguido por esta parceria de esferas (Simões, 2013; Ferreira, 2011; Epstein, et al., 2002; Epstein & Sanders, 2006).

Esta modalidade será analisada num ponto seguinte de uma forma mais completa, uma vez que é a modalidade de referência para o nosso estudo.

Também perante um contexto internacional, debruçamo-nos num dos outros modelos impulsionadores do envolvimento parental na escola, a modalidade de Don Davies (1987). Esta modalidade valoriza uma atitude de parceria e de intervenção na escola, enquanto instituição, e apresenta quatro categorias que contribuem para a melhoria da qualidade de educação e consequentemente para o aumento do rendimento escolar do aluno, preocupando-se com a participação dos pais na tomada de decisão.

Estas categorias caracterizam-se por 1) tomada de decisão (reportando-se ao direito que os pais/encarregados de educação de participar na tomada de decisão durante a vida escolar dos seus filhos, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino destes); 2) coprodução (alude ao contributo da escola junto aos pais, quanto ao tipo de atividades desenvolvidas na escola que cooperam para a melhoria da qualidade da educação escolar dos seus educandos); 3) defesa dos pontos de vista (menciona as ações desempenhadas pela associação de pais com vista a incutir os pais a uma participação maior na escola); e 4) escolha da escola pelos pais (refere-se ao direito que os pais devem ter na escolha da escola dos seus filhos). Partindo da análise destas quatro categorias a modalidade avaliava o envolvimento parental na escola, apelando a uma conjugação das duas estruturas, escola e família, embora com a ideia que deveria partir da escola o “incentivo” principal para

determinar o sucesso do envolvimento destes. Encontramos assim bem patente na premissa de Don Davies, a importância numa estreita relação entre a escola e a família, assente numa parceria cooperante com vista ao sucesso académico dos alunos (Lyken-Segosebe & Hinz, 2015; Simões, 2013; Price-Mitchell, 2009; Marques, 1999; Davies, 1997, 1989, 1987; Davies & Johnson, 1996; Davies, Marques & Silva, 1993).

Num âmbito nacional, a modalidade de Stephen Stöer e Luísa Cortesão (1999), define uma caracterização de níveis de envolvimento partindo da análise de quatro categorias, 1) assentando na proximidade ou distância à cultura e linguagem da escola; 2) referindo-se à disponibilidade e frequência nos contactos com a escola pelos pais; 3) a interpretação da maior ou menor disponibilidade para colaborar com a escola pelos pais; e 4) correspondendo à importância atribuída à vida escolar. Perante esta análise, são descritos níveis de envolvimento parental na escola, segundo duas categorias, os pais os responsabilizáveis (indiferentes/hostis ou abordáveis) e os responsáveis (colaborador ou parceiro) (Santos, 2013; Veríssimo, 2013; Ferreira, 2011).

Também no contexto nacional, a modalidade de Ramiro Marques (2001a), assenta numa “avaliação à escola”, ou seja, à sua forma de trabalhar a relação com os pais. Com base numa tipologia em que considera necessário envolver os pais como parceiros de uma equipa educativa, e tendo por base a relação da colaboração escola-família, transportou para realidade portuguesa dois conceitos, os “pais difíceis de alcançar” e a “escola difícil de alcançar” (Marques, 2001a, p. 35). Aos “pais difíceis de alcançar” assenta o conceito dos pais que entregavam os filhos aos educadores demitindo-se dessas funções, mas, segundo o autor, progressivamente o conceito evoluiu para a “escola difícil de alcançar”, referindo-se os pais que a instituição afasta. Nesta linha de pensamento conclui que, na realidade, não existem pais difíceis, mas sim escolas difíceis, as quais dificultam a comunicação desta relação. Esta modalidade assenta na análise de duas categorias: 1) professores difíceis, referente a três perspetivas: formação insuficiente ou falta de recursos e equipamento; dificultam a participação (currículo rígido e ambiente fechado); pouco interesse no envolvimento dos pais (associados a um elevado índice de não participação); e 2) pais difíceis, assente em três pontos: regra geral, não podem ir à escola; mostram indiferença; têm necessidades especiais (ambiente, equipamentos ou professores especiais). Desta interpretação pretende diagnosticar e fornecer indícios para a escola determinar estes mecanismos negativos, para assim os inverter (Abreu, 2015; Martins, 2014; Oliveira, 2013; Ferreira, 2011; Escameia, 2008; Marques, 2001a, b).

A literatura consultada sobre esta temática demonstra que são diversos os modelos de envolvimento parental na escola, constituindo-se, quer em aspetos distintos, quer comuns. Neste fundamento existem modelos que se distinguem pela sua maior aplicação na literatura, e, por isso, empregados com maior predomínio quer numa dimensão internacional, quer nacional, onde têm sido utilizados no âmbito de estudos nas escolas portuguesas.

No que respeita aos modelos referenciados, e que refletem dimensões diferenciadas da intervenção parental na escola, encontramos modelos que defendem uma abordagem mais focada na comunicação com vista à participação e intervenção dos pais ao nível da construção curricular, por outro lado, existem modelos que identificam uma abordagem interativa de apelo à participação dos pais na organização e gestão escolar, ou, modelos que apontam para uma parceria mais efetiva residente numa atitude permanente. No entanto, é percebido que as vertentes se entrelaçam nos seus conteúdos, e se traduzem em pontos comuns.

Neste âmbito, as categorias compreendem o envolvimento na escolaridade dos filhos, a valorização na atitude de parceria e de intervenção na escola enquanto instituição, parcerias efetivas com uma atitude permanente e traduzida na atenção aos interesses parentais e na sua participação ativa, numa perspetiva de organização do ambiente educativo baseada na autonomia da escola, são apenas alguns dos pontos que se tocam, envolvem e sobrepõem.

Como percebemos, existem fundamentos comuns nos autores perante o conceito de “avaliação” do envolvimento parental na escola dos filhos. As vertentes dos modelos dos autores, embora não introduzidos em todos, encontram nas suas categorias e constructos a envolvimento de conceções de parceria, de ligação, de comunicação, entre família, escola, professores, e comunidade.

2.2.2. O envolvimento parental no apoio escolar segundo PISA

Um estudo PISA - Programa de Avaliação Internacional de Estudantes, realizado em 2012 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), é um ótimo indicador sobre os padrões de envolvimento parental na escola em vários países.

O estudo foi aplicado em 13 países participantes, de diferentes contextos económicos. Neste processo participaram oito países da OCDE (Portugal, Dinamarca, Alemanha, Hungria, Itália, Coreia, Nova Zelândia e) e seis países/economias parceiros (Croácia, Hong Kong-China, Lituânia, Macau-China, Panamá e Qatar).

Este estudo avalia o envolvimento dos pais ao nível do apoio prestado em casa (*home-based*) (atividades curriculares e extracurriculares), e do envolvimento que se manifesta no apoio prestado na escola (*school-based*) através de contactos com os professores ou atividades desenvolvidas na escola (OECD, 2012).

Entre outros, os seus resultados fornecem dados que indicam o envolvimento dos pais na escola, a importância para o sucesso do aluno, se este envolvimento varia entre os diferentes sistemas de ensino e entre diferentes grupos, e, se este envolvimento pode ajudar a compreender possíveis diferenças de resultados dos estudantes. Foi utilizado como instrumento metodológico um questionário, em que os estudantes com 15 anos de idade levaram para casa para ser preenchido pelos pais. As questões diziam respeito ao percurso escolar dos seus filhos, desde a sua entrada no primeiro ano de escolaridade. O questionário não tinha apenas como pretensão obter resultados isolados do envolvimento parental na escola, mas também envolver e relacionar informações sobre as características das famílias. Entre outras, foram pedidos dados dos níveis de realização e ocupação dos pais; os gastos com o ensino dos filhos; número de irmãos que vivem com o aluno sobre quem se baseia o estudo; prioridades na escolha de uma escola; e/ou, o próprio envolvimento e hábitos de leitura dos pais.

A pertinência deste estudo para a nossa investigação, para além de ser o único de âmbito internacional e com a inclusão de Portugal, que analisa as questões de envolvimento parental na escola dos pais, é, sobretudo, porque a maioria dos encarregados de educação que responderam ao questionário, são mães, indo assim ao encontro dos propósitos do nosso estudo.

A amostra indica que as mães representam 71% dos inquiridos, enquanto os pais representam apenas 19% (mães e pais completaram o questionário juntos em 7% dos casos, e 3% outro adulto do agregado familiar). Esta constatação, por abranger diferentes economias e diferentes *status* socioeconómicos dos pais, reflete assim um nível mais elevado de participação das mães nesta particular categoria de envolvimento.

No estudo, e no âmbito da iniciativa dos pais, algumas das principais atividades consideradas de apoio à criança/jovem em casa foram: o diálogo sobre o seu desempenho escolar; ajudar nos trabalhos de casa; dialogar sobre questões políticas ou sociais, sobre livros, filmes e programas da televisão; juntar a família à mesa na refeição principal; passar algum tempo apenas a dialogar com a criança/jovem; ida a uma livraria ou biblioteca com a criança/jovem; dialogar sobre o que ele/ela está a ler naquele momento.

No que diz respeito às atividades consideradas de apoio à criança/jovem na escola caracteriza-se por: dialogar sobre o progresso, aproveitamento e comportamento da criança/jovem com um professor, por iniciativa dos pais; dialogar sobre o progresso, aproveitamento e comportamento da criança/jovem com um professor, por iniciativa dos professores; voluntariar-se para atividades físicas (e.g., manutenção de espaços na escola, carpintaria, jardinagem, etc.); voluntariar-se para atividades extracurriculares (e.g., feiras do livro, peça de teatro da escola, desportos, visitas de estudo); voluntariar-se para apoiar atividades na biblioteca escolar ou com as novas tecnologias; auxiliar o professor na escola; participar em algum evento da escola como orador convidado e participar na gestão da escola (e.g., Associação de Pais ou Conselho Geral da escola).

Tendo por base os resultados do Relatório, os vários indicadores do envolvimento parental na escola focaram-se em duas grandes categorias, o do apoio prestado pelos pais baseado em casa (*home-based*), e baseado na escola (*school-based*). Indo de encontro ao nosso estudo, iremos debruçar-nos sobre alguns deles, com o intuito de perceber, a este nível, qual a realidade internacional e nacional.

Assim, e tendo por base uma análise média do *status* socioeconómico das famílias, no âmbito do apoio prestado pelos pais a partir de casa (*Home-based parental involvement*), e com valores em média com os restantes países intervencionados, os resultados dos pais portugueses indicam que, 41% declaram apoiar os seus filhos na realização dos trabalhos de casa, 93% dialogam sobre a vida escolar, 55% dialogam sobre questões sociais e políticas, 80% dialogam sobre livros, filmes e programas da televisão, e, 93% dedicam tempo para dialogar.

Apesar de valores baixo, mas com uma média ligeiramente acima dos países intervenientes no estudo, Portugal apresenta índices de 12% de pais que se deslocam com os seus filhos a livrarias ou bibliotecas, e 48% refere dialogar sobre o que estes se encontram a ler naquele momento.

Relativamente às questões associadas ao apoio prestado pelos pais a partir da escola (*School-based involvement*), Portugal apresenta valores com média semelhante ao dos restantes países que participaram no estudo. Apesar de serem considerados muito baixos, encontramos, com 2%, o voluntariar-se para apoiar atividades na biblioteca escolar ou com as novas tecnologias e, com 4%, a participação em algum evento da escola (e.g. projetos, palestras).

Com valores em que Portugal se encontra ligeiramente acima da média dos restantes países, encontramos o indicador do diálogo sobre progresso, aproveitamento e comportamento da criança/jovem com o professor (diretor de turma), com 73%, sendo que este diálogo por iniciativa dos professores, se situa nos 61%, e, com 19%, encontramos a colaboração na gestão da escola (e.g., Associação de Pais ou Conselho Geral da escola).

Apresentando resultados abaixo da média, com 8%, encontramos o auxílio ao professor na escola. E, muito abaixo da média dos restantes países, estando mesmo em último, Portugal indica que apenas 2% se voluntaria para atividades físicas (e.g., manutenção de espaços na escola, carpintaria, jardinagem, etc.), e, apenas 7% se voluntaria para atividades extracurriculares (e.g., feiras do livro, peça de teatro da escola, desportos, visitas de estudo).

No estudo, é salientado a existência de indicadores que transformam e envolvem os resultados adquiridos, essencialmente as diferenças económicas dos próprios países, bem como o próprio *status* socioeconómico das famílias. Por exemplo no que respeita à *school-based* concluiu-se que este envolvimento depende não só do interesse e vontade dos pais, mas também sobre a capacidade da escola para proporcionar oportunidades para esse envolvimento, bem como se o sistema escolar demanda que as escolas forneçam formas de participação, e essas oportunidades de participação variam, naturalmente, de país para país.

Este estudo PISA (2012), indica que os alunos mostram uma melhor capacidade de ler e aprender quando os seus pais estão envolvidos na sua educação. Neste sentido, o desenvolvimento educativo do aluno é certamente mais eficaz quando resulta da parceria entre a escola, os professores, os pais, e a comunidade (Epstein, 2010).

2.2.3. Os modelos de referência para o estudo

Joyce Epstein, investigadora norte-americana, desenvolveu a teoria da sobreposição das esferas de influência «*overlapping spheres of influence model*» (Epstein, 1987), oferecendo um programa abrangente de envolvimento dos pais, sendo o mais frequentemente citado nesta área de estudo, e cujo conteúdo mantém uma atualidade atestada.

A modalidade de Epstein é comumente reconhecido na literatura por conseguir captar as distintas componentes do conceito de envolvimento parental na escola, e, da qual a autora, desde a primeira apresentação da teoria em 1987, construiu uma vasta literatura sobre os conteúdos da sua modalidade (da qual destacamos, entre outros, Epstein, 2016, 2013a, b, 2011, 2010, 1992, 1991a, b; 1990a, b; 1989; 1988; 1987; Epstein & Sheldon, 2016; Epstein &

Sanders, 2012; Epstein & Elmore, 2014; Epstein & Karweit, 2014; Epstein & Hutchins, 2011; Epstein, Galindo & Sheldon, 2011; Epstein, Sanders & Sheldon, 2009, 2006).

Este modelo, constituído por três esferas fundamentais, simbolizando a escola, a família e a comunidade, numa interação focada na criança e na influência que exerce sobre ela, e é ativada quando as pessoas destas diferentes esferas comunicam entre si, numa conjugação de esforços coordenados e objetivos comuns de sucesso escolar, mais facilmente atingem essa finalidade (Epstein, 2011).

Segundo a autora, com base nas investigações para a construção da sua modalidade, refere que em algumas escolas encontrava professores que expressavam que se a família fizesse apenas o seu trabalho, eles poderiam fazer o deles de forma mais competente. Na mesma visão encontrou famílias que diziam terem criado a criança, e que agora, era a escola que a deveria de educar. Aqui, a autora define uma visão que personifica a separação das esferas de influência. Outros professores diziam não conseguir fazer o seu trabalho sem a ajuda das famílias dos seus alunos, e o apoio da comunidade. No mesmo sentido, encontrou pais que diziam sentir necessidade de perceber o que estava a acontecer na escola, para assim conseguirem ajudar os filhos. Neste último contexto, a autora refere que aqui se personifica a teoria da sobreposição de esferas de influência (Epstein, 2011).

A teoria da sobreposição das esferas de influência de Epstein, indica não ter dúvidas de que o contexto familiar e comunitário são determinantes no comportamento e no desempenho escolar dos alunos (Sampaio, 2016; Araújo, 2015; Manta, 2015; Singly, 2011).

Com já observamos, a modalidade enfatiza a necessidade de bases de planeamento envolvendo seis categorias para um plano de ação que se desenvolve numa ação em “equipa” composta pelos pais, professores, estudantes, administração e membros da comunidade, para este sucesso educativo dos alunos. Uma vez que, neste formato, permite estimular a solidariedade e as responsabilidades institucionais, melhorando a qualidade do trabalho realizado pelos professores (Epstein, 2011).

As seis categorias ou dimensões sugeridas nesta modalidade, agora de uma forma mais descritiva, indica que para que o envolvimento dos pais na escola seja eficaz, em conjunto com o trabalho coordenado desta “equipa”, caracterizam-se por: 1) obrigações básicas da família (*parenting*). Esta dimensão tem como fundamento o de apoiar e ajudar as famílias a fornecerem um ambiente propício à aprendizagem. Relevando o papel que compete às famílias e aos pais em criarem as condições desejáveis em casa visando a promoção, o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças ao longo do seu percurso escolar; 2)

obrigações básicas da escola - comunicação escola-família (*communicating*). Visa proporcionar à família informação sobre programas escolares e progressos do aluno, numa promoção de formas efetivas de comunicação entre a escola e a família; 3) envolvimento em atividades na escola (*volunteering*). Incide na promoção à participação dos pais de forma voluntária em atividades no espaço escolar, contribuindo desta forma para a concretização dos objetivos da escola; 4) envolvimento em atividades de aprendizagem em casa (*learning at home*). Visa apoiar e orientar às famílias fornecendo informações e ideias acerca de como ajudar os alunos com os trabalhos de casa e noutras atividades. Pode ser expresso na realização de fichas de trabalho em casa, podendo ser concebidas para desenvolver competências específicas na leitura ou na matemática a nível da resolução de exercícios; 5) envolvimento em tomada de decisão e gestão da escola (*decision making*). Refere-se à inclusão dos pais nas decisões da vida da escola, promovendo líderes e representantes de pais com objetivo que visem a melhoria da qualidade ensino; 6) colaboração e intercâmbio com organizações da comunidade (*collaborating with the community*). Foca-se na identificação e integração de recursos e serviços da comunidade com o objetivo de reforçar os programas das escolas, as atividades das famílias e a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, envolvendo as estruturas de poder local comunitárias e empresariais (Hirano & Rowe, 2016; Shashe, 2015; Smith et al., 2015; Hoge et al., 2014; Mavuso & Duku, 2014; Simões, 2013; Kimu & Steyn, 2013; Wagner et al., 2012; Epstein, 2011; 1992; Ferreira, 2011; Pereira et al., 2003).

O estudo com estas seis dimensões de Epstein para a definição do envolvimento parental na escola, tem crescido ao longo de muitos estudos, e ao longo de anos de trabalho por parte de professores e famílias, desde o ensino pré-escolar ao secundário. Esta modalidade apoia os professores a desenvolver programas mais críveis para as parcerias escola-família-comunidade, bem como apoia os investigadores a circunscrever as questões e os resultados por forma a desenvolver e a melhorar a prática (Pomerantz & Monti, 2015).

A modalidade de envolvimento parental na escola de Epstein tem sido implementada e aferida em vários países, sendo considerado um exemplo de boas práticas também em Portugal, presente em inúmeros estudos (Simões, 2013; Silva, 2013b). Esta importância da tipologia de Epstein no âmbito escolar do nosso país, fica bem patente na implementação por parte do Ministério da Educação, nomeadamente o Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento, que promoveu ações neste modelo com um projeto denominado “Parceria entre

a Escola a Família e a Comunidade”, sendo implementado em várias zonas do nosso país (Villas-Boas, São Pedro & Pinto, 2000).

Na nossa perspetiva, sendo um modelo desenvolvido para o contexto cultural português, e se adotar como exemplo de boas práticas, assente em inúmeras investigações (Marques, 2012; Gonçalves, 2010; Nunes et al., 2009; Escameia, 2008; Lopes & Paiva, 2008; Lopes, 2006; Marques, 2001b; Villas-Boas, São Pedro & Pinto, 2000; Diogo, 1998; Silva, 1996; Vieira, 1996; Epstein & Connors, 1994), e por permitir um enquadramento compreensivo das atividades a serem desenvolvidas pelos diferentes atores das parcerias na escola, será a modalidade utilizada no nosso estudo.

De entre as várias adaptações realizadas do modelo de Epstein, selecionamos, para o nosso estudo, após a autorização da autora (Anexo I), o «Questionário de Envolvimento Parental na Escola, versão para pais (QEPE-VPa)», desenvolvido por Ana Isabel Leite de Freitas Pereira (2002; Pereira et al., 2008, 2003), para pais de alunos do 1.º e 2.º ciclo (Anexo II).

Dado que este modelo será integrado no inquérito por questionário que foi elaborado para a nossa amostra “mães”, incluindo a adaptação deste modelo para a mostra “filhos”, optamos por fazer uma abordagem sucinta deste na fase em que expomos a caracterização do instrumento deste estudo.

2.3. Impacto da violência conjugal no percurso educativo e comportamentos da criança/jovem

A violência contra a criança ou jovem, muitas vezes, acontece dentro do lar, e podem ser diferentes as formas de violência doméstica ou intrafamiliar, desde a física, sexual, psicológica, ou mesmo a própria negligência, que encerra no seu âmbito diversas vertentes, incluindo ao nível da educação.

Neste contexto, a criança e jovem, como parte integrante da família, pode estar exposta a uma forma de agressão direta ou indireta. Na violência direta estamos perante situações em que esta é o alvo da agressão. No que respeita à indireta diz respeito a situações em que esta se encontra exposta, presencia, ouve ou convive em episódios de violência entre os pais, incluindo situações em que esta, no dia seguinte, visualiza as marcas da violência, ou testemunham a intervenção policial (Paulino, 2016; Jouriles & McDonald, 2015; Gracia, Mesa & Vila, 2013; Machado & Gonçalves, 2008; Holden, 2003). E, seja em que contornos

for vítima, ambas são prejudiciais, e ambas podem alterar ou prejudicar profundamente o seu desenvolvimento (Dias, 2013a; Machado & Gonçalves, 2008; Sani, 2008).

Como já observamos ao longo deste trabalho, a forma de violência doméstica mais comum é a violência sobre a mulher por parte do companheiro masculino, e, mesmo sendo a criança “apenas” testemunha desta violência, estudos comparativos de famílias violentas e não violentas, indicam que crianças e jovens que visualizam as suas mães a serem agredidas manifestam um quadro superior de distúrbios traumáticos, uma significativa prevalência de comportamentos agressivos, e reduzidas competências sociais (Moura, 2016a; Bock, Furtado & Teixeira, 2009).

Estudos indicam que crianças e jovens que sofreram diretamente a agressões ou a testemunharam a violência conjugal contra a mãe, apresentam efeitos nocivos sobre o seu bem-estar e desenvolvimento, com problemas físicos, psicológicos, sociais, cognitivos e/ou escolares, salientando-se no âmbito do desenvolvimento de comportamentos antissociais, a associação à delinquência juvenil (Poutiainen et al., 2015; Artello et al., 2015; Williams, Santini & D’Affonseca, 2014; Toni & Hecaveí, 2014; Del Prette & Del Prette, 2006; Salvador & Weber, 2005; Cecconello, De Antoni & Koller, 2003).

Nas descrições das próprias crianças e jovens que vivenciam esta violência interparental, são indicadas evidências a várias reações emocionais negativas, desde sentimentos de medo, tristeza e raiva, criando assim um impacto negativo ao nível do seu ajustamento (Mendes & Sani, 2015; Jiménez, 2009; Holt, Buckley & Whelan, 2008; Cunningham & Baker, 2007; Davies et al., 2006). Também há investigações que indicam existir uma relação direta entre a gravidade da violência conjugal sobre a mãe e o comportamento agressivo dos filhos, apontando que quanto mais grave são os episódios de violência, maiores são os problemas ao nível do comportamento dos seus filhos nos tempos imediatos (Domith & Lourenço, 2016; Greeson et al., 2014).

Salientamos, um recente estudo efetuado nos Estados Unidos, no qual os seus autores reclamam ser a análise mais completa até ao momento no âmbito dos efeitos das agressões intrafamiliares nas crianças. Este analisou os dados recolhidos de 75 investigações ocorridas nos últimos 50 anos, envolvendo um universo de 160 927 crianças. Os dados indicam que, quanto mais agredidas forem as crianças, maior será a probabilidade de posteriormente virem a desafiar estes pais agressores, bem como maior a probabilidade será de desenvolverem comportamentos antissociais e de agressividade, incluindo problemas de saúde mental e dificuldades cognitivas (Gershoff & Grogan-kaylor, 2016).

Igualmente é indicada uma relação direta entre esta forma de exposição à violência em contexto familiar, e o envolvimento em situações de *bullying* na escola, seja como agressor, ou como vítima (Oliveira et al., 2015). Também associado a esta forma de violência e sua exposição pelos filhos, indicando um maior risco de desenvolver transtornos derivados do consumo de substância psicotrópicas ou de álcool, vindo a exercer efeitos negativos sobre as capacidades cognitivas, incluindo o desempenho intelectual, memória e atenção (Edalati & Krank, 2015). Por seu lado, existem mesmo casos em que esta aprendizagem de comportamentos agressivos do pai para com a mãe, acabam futuramente também a ser dirigidos pelos filhos para estas mães, sofrendo estas uma dupla vitimação: pelo seu parceiro e pelos seu(s) filho/a (s) (Calvete et al., 2015; Matos, Conde & Peixoto, 2013).

Estudos que se debruçaram nas narrativas de mães vítimas, onde os seus filhos assistiram ao contexto desta violência, creem que os filhos estão, ou vão ser agressores nas relações de namoro. Por seu lado, no relato das próprias crianças e jovens, existe uma aceitação da violência no namoro, seja como vítimas ou como agressoras (Earnest & Brady, 2016; Fonseca, 2015; Unidade de Investigação em Ciências da Saúde - Enfermagem [UICS-E], 2013). Percebendo-se aqui um conceito de transmissão intergeracional, onde nesta mesma perspetiva, indivíduos que dizem ter sofrido esta forma de abuso infantil intrafamiliar, foram mais propensos a cometer violência contra o parceiro íntimo (Will, Loper & Jackson, 2016; Song et al., 2015; Foshee et al., 2015).

De realçar também as situações de parricídio ou matricídio, ato de matar o próprio pai (parricídio) ou a mãe (matricídio). Neste âmbito, em que crianças ou jovens vivenciam situações de violência intrafamiliar, e com uma predominância do sexo masculino (vítima e agressor), a existência destes casos, que, entre outros fatores, estão associados às tentativas para proteger a mãe da violência por parceiro íntimo (Dantas et al., 2014; Dias, 2013b).

Neste mesmo âmbito, e analisando o impacto de estudos longitudinais com mulheres que foram vítimas ou testemunhas de violência doméstica na sua infância, os resultados indicam que, as agora mulheres adultas, apresentam um índice de trauma duas vezes superior em comparação com o homem, e, em determinados casos, esta exposição afetou a sua maternidade, vindo a sentir uma menor satisfação em serem mães (Gill & Larsson, 2015; Waldman-Levi, Finzi-Dottan & Weintraub, 2015). Outros dados indicam que agora são elas as agressoras dos seus parceiros, perante condições em que o agressor em casa era a sua mãe (Bailey & Eisikovits, 2015).

No que respeita a estudos sobre o abuso sexual de mulheres, que sofreram este abuso na infância e em contexto familiar, em comparação com as que não sofreram estes abusos, os resultados indicam uma maior propensão a longo prazo de terem mais problemas de saúde em geral, desde física a mental, particularmente depressão, e encontram-se sobretudo mais expostas e vulneráveis a uma vitimação subsequente na vida adulta (Coles et al., 2015; Grubb & Bouffard, 2015; Tillyer, 2014).

Um estudo, igualmente recente, realizado nos Estados Unidos, com 740 agressores sexuais masculinos, sugere que as adversidades na infância, incluindo a violência doméstica, contribuíram e foram preditores significativos para a conduta antissocial e atividades delinquentes (Levenson & Socia, 2016). Um estudo idêntico, neste mesmo contexto, numa comparação entre 679 agressores sexuais e homens da população em geral, indica que os criminosos foram três vezes mais abusados sexualmente em crianças, sofreram quase o dobro de abusos físicos, 13 vezes mais abusos verbais, quatro vezes mais abusos emocionais e negligentes, numa análise direcionada ao contexto familiar violento onde ocorreu a sua infância (Levenson, Willis & Prescott, 2016).

Um outro estudo, com 1116 crianças, sobre como a exposição interparental durante a infância, direta ou indireta, poderia afetar o seu desenvolvimento neurocognitivo, levando a inteligência inferior, expôs resultados que suportam pesquisas anteriores. Estes dados indicam efeitos adversos desta exposição sobre a escolaridade, onde as crianças expostas a esta violência tinham QI que eram, em média, oito pontos mais baixos do que crianças não expostas a esta violência (Koenen et al., 2003). Estes efeitos adversos referem-se ao nível do desenvolvimento cognitivo da criança e, particularmente, no que respeita à capacidade de atenção, concentração e memória, conduzindo em diversos casos a um fraco desempenho académico, precoce insucesso académico, absentismo e/ou abandono escolar, incluindo a incapacidade de concluir futuramente o ensino (Tanaka et al., 2015; Carrel & Hoekstra, 2010; Pereira, Santos & Williams, 2009). São ainda associados casos em que estas crianças e jovens apresentam limitadas habilidades verbais e de alfabetização (Thornton, 2014).

Em situações relatadas pelas próprias escolas, indicam que estas crianças se apresentam em sala de aula traumatizadas, com altos níveis de excitação emocional e extrema ansiedade, sendo mesmo indicados casos em que se verifica uma relação das situações de exposição das crianças/jovens à violência familiar com o aumento de incidência de conflitos em sala de aula (Silva, 2014; Carrel & Hoekstra, 2010).

Também são indicadas situações em que estes filhos, a seu pedido, fingem doenças para não irem para a escola, e assim ficar perto das suas mães vítimas de violência doméstica, prejudicando assim o seu desenvolvimento educativo, neste caso, pela ausência. Existem ainda dados elucidativos de que esta exposição durante os anos pré-escolares é sustentada com efeitos negativos após entrada na escola, e, que podem permanecer ao longo do tempo, incluindo défices de habilidades sociais e comportamentos agressivos (Mendes & Sani, 2015; Holmes, Voith & Gromoske, 2015; Silva et al., 2015; Herrenkohl et al., 2008; Jouriles et al., 2008a).

Como já observado, as crianças podem ser vítimas diretas ou indiretas, e, mesmo nos casos em que não são vítimas diretas ou não observam diretamente esta violência parental, podem experienciar um ambiente violento no relacionamento dos pais, que pode deixar marcas em vários domínios do seu desenvolvimento e comportamento (Cummings, Koss & Davies, 2015; Cummings & Davies, 2010). Existe a tendência, mesmo não sendo estas crianças vítimas diretas, a exibir problemas comportamentais semelhantes às que foram vítimas de violência pelos pais. No entanto, quando elas mesmo são agredidas e testemunham a violência interparental, o nível de problemas externalizados tende a ser maior do que as experienciassem apenas um tipo de situação (Sani, 2011a).

Neste contexto de violência interparental, os efeitos diretos na criança ao nível comportamental, podem focar-se em níveis de problemas de internalização ou externalização (Mendes & Sani, 2015). Ao nível da internalização, são referenciados como mais comuns os casos de baixa autoestima, ansiedade, inibição, medo, depressão ou isolamento. Ao nível de externalização, encontramos maior referência na desobediência, hostilidade, oposição, comportamento agressivo, conflituoso, desafiante, desrespeitoso, e/ou delinquente, e o próprio abuso de álcool e drogas. Associado aos efeitos emocionais, encontramos maior menção ao medo, choro, tristeza, preocupação, raiva, vergonha, culpa, uma menor capacidade de empatia, e às maiores dificuldades em reconhecer emoções. No âmbito social encontramos uma maior alusão às dificuldades na interpretação das situações sociais, a uma visão hostil e negativa das interações sociais, a uma hostilidade interpessoal, a atitudes negativas em relação aos outros, bem como a uma incapacidade ou dificuldade em gerar soluções para os problemas interpessoais. No que respeita aos problemas ao nível cognitivo, encontramos associado o fraco rendimento escolar, maior dificuldade de concentração e de memória, atitudes propensas ou favoráveis ao uso da violência, e uma inerente dificuldade na resolução de problemas (Elemery, Omari & Wynade, 2016; Howe, 2015; Esfandyari & Nowzari, 2015;

Chaves & Sani, 2014; Cardoso, 2012; Sani, 2011a, b; Esfandyari, Baharudin & Nowzari, 2009; Coutinho & Sani, 2008; Sani, 2006a, b).

Por outro lado, importa ressaltar os estudos sobre o impacto desta exposição à violência por parte das crianças e jovens, que indicam que nem todas desenvolvem problemas como resultado desta exposição, revelando-se resilientes, muito capazes e com respostas bem conseguidas e maduras aquando de colocados perante estes estudos, numa clara associação ao papel fundamental da presença de fatores de proteção (Macdonald, 2016; Moreira-Malagolli & Sigolo, 2016; Sousa, 2016a; Izaguirre & Calvete, 2015; Murphy et al., 2013; Calvete & Orue, 2013; Lamers-Winkelmann, Willemen & Visser, 2012; Vega et al., 2011; Hamby et al., 2011; Murphy, 2010, Sani, 2008).

Não obstante, quando pretendemos avaliar os impactos desta vivência e exposição à violência interparental pela criança, devemos de ter em conta diversos fatores considerados mediadores do impacto, uma vez que permitem perceber a variabilidade experiencial destas crianças, traduzida em consequências diversas a curto, médio, e longo prazo (Sani & Almeida, 2016; Almeida & Sani, 2014).

A envolvimento de um contexto de violência doméstica, com o conjunto de resultados e fatores expostos, podem restringir severamente a capacidade e oportunidades dessas crianças e jovens para se conseguirem ouvir, para fazerem ouvir as suas necessidades. Como percebemos, apesar de alguns estudos indicarem dados contraditórios, a violência familiar perturba e causa um impacto que será maioritariamente negativo sobre a dinâmica da família, comprometendo assim a segurança, o desenvolvimento adequado, e o desenvolvimento educativo das crianças e jovens.

Conclusão do capítulo

A socialização e o conhecimento encontram-se interligados, ao longo da vida, principiando, desde logo, no meio familiar, e estendendo-se ao ensino formal, nas instituições educativas. Em famílias nas quais impera a violência doméstica, perante a vulnerabilidade das crianças e jovens acresce uma maior responsabilização da escola e dos professores. Face a estes desafios, há um acréscimo de exigência, no envolvimento parental, que nem sempre é cumprido pelos pais e que recai, com mais frequência, sobre a mãe, igualmente vítima.

A violência conjugal, afeta a estabilidade familiar e constitui um fator de insegurança e tensão emocional na mulher vítima, com impacto no envolvimento parental e no percurso educativo e comportamental da criança/jovem.

As várias teorias, estudos e modelos analisados no presente capítulo possibilitaram a seleção de modelos de referência para o nosso estudo, que apresentamos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DA PESQUISA

Introdução

Neste contexto, e após uma primeira parte que compreendeu um levantamento bibliográfico e documental da temática pertinente para o estudo, damos início à trajetória da investigação, compreendendo a segunda parte deste estudo.

A problemática do estudo já abordada ao longo do trabalho amplia-se nessa fase, seguida pela pergunta de partida e objetivos, condição que nos levou e impulsionou a procurar respostas.

Cientes de que só uma sustentação alicerçada conceitualmente, permite a seleção dos instrumentos necessários ao questionamento do real, e uma escolha ajustada das metodologias de investigação, procuramos, transpor a visão do senso comum para uma visão científica dos fenómenos a estudar (Amado, 2013), neste caso, sobre a vitimação da mulher vítima de violência conjugal e as repercussões no seu envolvimento parental escolar, no desempenho educativo e comportamentos dos seus filhos. Neste pressuposto, encontramos, num formato detalhado, as estratégias seguidas, assentes numa abordagem metodológica quantitativa. Nesta fase apresentamos ainda a indispensável constituição e caracterização da amostra, e os princípios éticos delimitados para o estudo.

Vamos assim dar início à apresentação do percurso metodológico que fundamenta a elaboração do nosso estudo, delineando o desenho investigativo.

3.1. Problemática do estudo

As consequências nefastas, para as mães que vivenciam diariamente uma situação de vitimação no seio da família, e para os filhos, enquanto vítimas diretas ou indiretas, apresentam-se concordantes na literatura. No entanto, não podemos indicar a violência como único fator que pode influenciar a parentalidade e os comportamentos e desempenhos escolares dos filhos, pois estaríamos perante uma visão redutora do problema em estudo. Neste âmbito, torna-se preponderante considerar as características individuais dos principais atores deste contexto familiar violento, os fatores situacionais, contextuais, socioeconómicos, culturais, entre outros, tendo que em conta que estes interagem em si, bem como os fatores protetores e de resiliência existentes.

É, nesta premissa que surge o nosso trabalho, tendo como intenção analisar o impacto que a violência conjugal, contra a mulher pelo parceiro masculino, causa no envolvimento

parental na escola dos filhos, percebido por estas, enquanto vítimas e pelos seus filhos, e as consequências para estes filhos ao nível dos seus comportamentos e desempenhos escolares. O nosso estudo incide assim na análise da relação entre violência doméstica e a educação.

Atendendo ao reforço educativo entre escola e família, mais premente em famílias destruturadas, esta problemática é prioritária, numa sociedade exigente e tecnologicamente evoluída, dado a educação abrir portas para crianças e jovens em risco, construindo o seu futuro pessoal e social.

Devido às mães se ocuparem, por norma, mais tempo com os filhos, devido ao maior tempo e interação que as mães em norma tendem a estar com os filhos, não se estranha que os estudos indiquem um envolvimento parental na escola mais associado à mãe do que ao pai (Bento, Mendes & Pacheco, 2016; Silva, 2015a; Gomes, 2015; Sousa & Pereira, 2014; Martins & Sarmiento, 2013; Lebreiro, 2012; Pinto, Faria & Vieira, 2012; Carvalho & Fadigas, 2009; Costa et al., 2008). Entre esses estudos, destaca-se os da OECD, que comprova a centralidade do envolvimento dos encarregados de educação, nomeadamente portugueses (OECD, 2012), bem como indicam o envolvimento parental na escola como um dos principais fatores que contribuem para os desempenhos escolares dos filhos (OECD, 2016). Os resultados apontam para uma maior preocupação e empenho das mães, como principais responsáveis pelo processo educativo dos seus filhos. Assim sendo, a nossa pesquisa focaliza as mães vítimas de violência doméstica e respetivos filhos, no enquadramento família e escola.

Relembremos que a mulher é a maior vítima nas estatísticas de violência doméstica em contexto nacional, pois é este o crime que mais a vitimiza, dada esta prevalência feminina das vítimas, idade acima dos 25 anos, e média de 40 anos (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a), o que vai de encontro à possibilidade, nos casos em que possuem filhos, de estes se encontrarem a frequentar o ensino básico, grau de ensino definido para a nossa amostra.

Relativamente às crianças e jovens, e diretamente relacionado com as consequências desta vivência no contexto interparental violento, salientamos os dados das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). No espaço temporal que envolve as idades da amostra de crianças e jovens que participaram no nosso estudo, o volume processual destas CPCJ apresenta um aumento, principalmente com a obrigação legal se serem sinalizadas todas as crianças quando são vítimas diretas ou indiretas desta violência interparental (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens [CNPDPJ], 2016;

Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR], 2015, 2014, 2013, 2012, 2011a, 2010, 2009, 2008, 2007, 2006, 2005, 2004, 2003, 2002, 2001, 2000). Desde 2011 que estas Comissões passaram a incluir o termo “violência doméstica” nos seus relatórios. E, neste período temporal (2011 a 2015), a exposição da criança ou jovem à violência doméstica, emerge, sempre, como a maior causa de perigo em que estas crianças e jovens se encontram, com valores médios de 95,5%, e inserida na categoria que se assume como primeiro motivo de intervenção da Comissão⁶⁶ (CNPDPJCJ, 2016; CNPCJR, 2015, 2014, 2013, 2012).

Importantes de destacar, são também os dados das retenções do ensino básico a nível nacional. Os relatórios que apresentam estas das taxas de retenção e desistência em Portugal no ensino básico (1.º, 2.º, e 3.º ciclo), compreendendo o possível espaço temporal escolar da nossa amostra (2003/04 a 2014/15), indicam uma média de 10,5%, apontando a uma subida, conforme sobe também o ciclo escolar (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC], 2016a, b; 2015; Conselho Nacional de Educação [CNE], 2015). Ou seja, os anos que compõem a nossa amostra, 2.º e 3.º ciclo, apresentam os maiores índices de retenções.

Embora não se trate de um problema novo, há contudo, uma consciencialização da sociedade em geral, quanto à vulnerabilidade de crianças e jovens que vivem expostas ao conflito entre os pais, num ambiente de violência doméstica, e consequente impacto no processo educativo (Machado & Gonçalves, 2008).

Na particularidade do envolvimento parental na escola, a literatura apresentou-nos estudos nacionais de âmbito geográfico restrito, maioritariamente referente a agrupamentos, escolas ou a distritos (Leal, 2014; Picanço, 2012; Alves, 2011; Rodrigues, 2011; Pereira et al., 2008; Reis, 2008; Gouveia, 2008; Rocha, 2006; Silva, 2003; Diogo, 1998; Davies, 1989). Este pressuposto indica-nos assim uma carência de resultados, pelo menos mais atuais e mais abrangentes, do grau de envolvimento dos encarregados de educação no processo educativo dos seus filhos em Portugal, particularmente, envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica.

A literatura mostrou-nos também uma diversidade de estudos no nosso país sobre a caracterização das vítimas de violência doméstica, dos tipos de vitimação, dos custos sociais e económicos originados ao crime, abrangendo áreas da saúde, comportamental, emocional e

⁶⁶ A categoria “Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança”, assume, desde 2011 a 2015, a primeira causa da intervenção da CPCJ em contexto nacional. Dentro desta categoria, a subcategoria “exposição da criança ou jovem à violência doméstica”, é, de longe, a mais prevalente, especificamente, a 96,2%, em 2015, a 95,3%, em 2014, a 94,5%, em 2013, a 93,7%, em 2012, e, a 97,9%, em 2011 (CNPDPJCJ, 2016; CNPCJR, 2015, 2014, 2013, 2012).

relacional, ao nível do emprego, efeitos sobre a produtividade económica, da justiça e das investigações policiais, fora o custo humano de dor e sofrimento que não pode ser determinado, entre outras. No entanto, as implicações causadas pela violência conjugal contra a mulher, maior vítima deste crime, na sua participação no processo educativo dos filhos, apresenta-se inovadora, particularmente, num estudo que abrange um âmbito nacional alargado.

Assim, e com o mote do V PNPCVDG 2014-2017⁶⁷, que promove a procura de lacunas de conhecimentos existentes em matéria de violência doméstica e de género, com o legado da Convenção de Pequim (1995)⁶⁸, e as orientações europeias e internacionais enunciadas nos pressupostos da Convenção de Istambul (2011)⁶⁹ para a prevenção e o combate à violência doméstica contra as mulheres, pensamos ter definido o interesse e pertinência do presente estudo.

Por fim, procuramos que os resultados possam contribuir para a melhoria das medidas e estratégias de atuação, e criar impacto nas políticas públicas e sociais da área de apoio à mulher vítima de violência conjugal pelo seu parceiro masculino, particularmente no domínio da educação, e, dos possíveis impactos negativos que possam causar nos comportamentos e desempenhos escolares dos filhos destas vítimas.

3.2. Pergunta de partida

A pergunta de partida reveste-se de grande importância, uma vez que é o fio condutor do trabalho de investigação (Tuckman, 2012). Assim, tendo por base o enquadramento teórico desenvolvido na primeira parte e a definição da problemática em estudo, relembremos então a nossa questão de partida:

- De que forma a vitimação da mulher, vítima de violência conjugal, influencia o seu envolvimento parental na escola (EPE) e os comportamentos e desempenho escolar dos seus filhos?

⁶⁷ V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014 - 2017), Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013 - DR, I Série, n.º 253, de 31 de dezembro de 2013.

⁶⁸ Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (Pequim, entre 4 e 15 de setembro de 1995).

⁶⁹ Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Série de Tratados do Conselho da Europa - n.º 210, Istambul, 11 de maio de 2011.

3.3. Hipóteses

Tendo por finalidade definir um conjunto de hipóteses coerentes, que possibilitem uma resposta à nossa pergunta de partida, entrecruzando conceitos e variáveis fundamentais neste estudo, tal como discutido no enquadramento teórico, elaboramos as seguintes asserções, a confirmar ou infirmar (Tuckman, 2012).

- **Hipótese 1** - Existem diferenças na avaliação do EPE da mulher vítima, na perspetiva da mãe e do filho, incluindo ao nível dos NUTS.
- **Hipótese 2** - As características associadas à vítima e ao crime condicionam o EPE da mulher vítima, na perspetiva da mãe e do filho.
- **Hipótese 3** - A dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor influenciam o EPE da mulher vítima, na perspetiva da mãe e do filho.
- **Hipótese 4** - As características associadas ao filho influenciam o envolvimento parental na escola da mulher vítima, na perspetiva da mãe e do filho.
- **Hipótese 5** - O tipo de relação vítima/agressor e a coabitação entre vítima/agressor/filho, pós-crime, influenciam os comportamentos pós-crime e o desempenho escolar do filho.
- **Hipótese 6** - A dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor influenciam os comportamentos pós-crime e o desempenho escolar do filho.
- **Hipótese 7** - As características interpessoais e escolares do filho influenciam os seus comportamentos e desempenho escolar.

3.4. Objetivos

O estudo que realizamos foi desenvolvido em função do seguinte **objetivo geral**, que relembramos:

- Analisar o impacto da vitimação da mulher vítima de violência conjugal no seu EPE, e respetivas consequências nos comportamentos e desempenho escolar do filho, no contexto social português.

Objetivos específicos:

Com vista à concretização da pesquisa, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Analisar comparativamente as diferenças na avaliação do EPE da vítima, na visão destas e dos filhos.
- Identificar o impacto que as características associadas à vítima e ao crime causam no seu EPE.
- Avaliar se a dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor influenciam o EPE da vítima.
- Verificar se as características associadas ao filho influenciam o EPE da vítima.
- Analisar o impacto que o tipo de relação e coabitação mantida entre vítima, agressor e filho, após o crime, causam nos comportamentos e desempenho escolar dos filhos.
- Verificar em que medida o consumo de substâncias e posse de armas pelo agressor influenciam os comportamentos e desempenho escolar dos filhos.
- Analisar se as características associadas ao filho, e a sua relação com o agressor e com o crime, influenciam os seus comportamentos e desempenho escolar.

De forma a explicar de forma mais clara os conteúdos e ligações constantes do inquérito por questionário, anteriormente expostos, elaboramos o quadro abaixo apresentado.

Quadro 1 - Constituição dos conteúdos e ligações da pergunta de partida, hipóteses, e objetivos do estudo

Pergunta de partida: De que forma a vitimação da mulher, vítima de violência conjugal, influencia o seu envolvimento parental na escola (EPE) e os comportamentos e desempenho escolar dos seus filhos?		
Hipóteses Funcionais (7)	Objetivos específicos (7)	Objetivo geral (1)
1 - Existem diferenças na avaliação do EPE da mulher vítima, na perspetiva da mãe e do filho, incluindo ao nível dos NUTS.	1 - Analisar comparativamente as diferenças na avaliação do EPE da vítima, na visão destas e dos filhos.	Analisar o impacto da vitimação da mulher vítima de violência conjugal no seu EPE, e respetivas consequências nos comportamentos e
2 - As características associadas à vítima e ao crime condicionam o EPE da mulher vítima, na perspetiva da mãe e do filho.	2 - Identificar o impacto que as características associadas à vítima e ao crime causam no seu EPE.	

3 - A dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor influenciam o EPE da mulher vítima, na perspetiva da mãe e do filho.	3 - Avaliar se a dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor influenciam o EPE da vítima.	desempenho escolar do filho, no contexto social português.
4 - As características associadas ao filho influenciam o EPE da mulher vítima, na perspetiva da mãe e do filho.	4 - Verificar se as características associadas ao filho influenciam o EPE da vítima.	
5 - O tipo de relação vítima/agressor e a coabitação entre vítima/agressor/filho, pós-crime, influenciam os comportamentos pós-crime e o desempenho escolar do filho.	5 - Analisar o impacto que o tipo de relação e coabitação mantida entre vítima, agressor e filho, após o crime, causam nos comportamentos e desempenho escolar dos filhos.	
6 - A dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor influenciam os comportamentos pós-crime e o desempenho escolar do filho.	6 - Verificar em que medida o consumo de substâncias e posse de armas pelo agressor influenciam os comportamentos e desempenho escolar dos filhos.	
7 - As características interpessoais e escolares do filho influenciam os seus comportamentos e desempenho escolar.	7 - Analisar se as características associadas ao filho, e a sua relação com o agressor e com o crime, influenciam os seus comportamentos e desempenho escolar.	

Fonte: Elaboração própria/2016

3.5. Abordagem investigativa

A escolha do método é importante, tendo por base os referenciais teóricos, essenciais ao desenvolvimento do trabalho científico (Punch, 2011). Assim, interessa fundamentar as opções metodológicas, de acordo com os procedimentos investigativos. Nesse sentido, será apresentada o tipo de pesquisa, as fontes e instrumentos aplicados na pesquisa.

Recorremos a uma metodologia quantitativa.

Na concretização de um estudo de natureza quantitativa, também denominado de positivista, a teoria orienta o investigador, que observa a realidade, a partir de uma amostra, e formula problemas e hipóteses, com variáveis a testar estatisticamente. Desta forma, as hipóteses formuladas, tendo em conta a representatividade, permitem a generalização dos resultados obtidos para a população (Sousa, 2010).

A abordagem quantitativa pretende analisar e explicar um fenómeno pela medida das variáveis e pela análise de dados numéricos (Gatti, 2004). Este tipo de abordagem utiliza instrumentos padronizáveis, os quais permitem uma atuação consistente, na identificação e apresentação de dados, a partir de recolha de medidas quantificáveis de variáveis, na análise relativa à amostra de uma população. Este método possibilita a generalização de resultados, pela sua validade externa, no conjunto da comunidade.

Assim, a análise de dados tem como base uma quantificação que “(...) abrange um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos destinados a auxiliar o pesquisador a extrair

de seus dados subsídios para responder à(s) pergunta(s) que o mesmo estabeleceu como objetivo(s) de seu trabalho” (Falcão & Régnier, 2000, p. 232). O facto de ser objetiva e mensurável, possibilita a recolha e análise de uma grande quantidade de dados, tornando-os comparáveis e possibilitando uma interpretação, realizada pelo investigador, partindo de estudos anteriores.

A linguagem matemática é a utilizada num estudo quantitativo, em especial quando são utilizadas questões fechadas, de resposta única ou selecionável, tal como sucede nos nossos inquéritos por questionário. A utilização de escalas nas asserções possibilita ainda direccionar as respostas dos inquiridos.

Quanto ao investigador, é valorizada a sua neutralidade e objetividade, de modo que as suas crenças e valores não têm qualquer influência na recolha de dados, o que já não acontece em métodos qualitativos (Gunther, 2006).

3.6. População e amostra

3.6.1. Construção e recolha da amostra

Na terminologia estatística, o termo população refere-se a um determinado grupo de pessoas que podem ser agregáveis e sobre as quais pretendemos generalizar (Marôco, 2014). Não sendo possível trabalhar com a totalidade da população teórica (e.g. todas as mulheres vítimas de violência doméstica por parte do seu companheiro masculino em Portugal), cingir-nos-emos um grupo mais restrito desta população alvo, definida como população do estudo. Neste contexto, a amostra, conforme inferência estatística, foi selecionada por amostragem probabilística não intencional.

O processo de amostragem é complicado, pois existe a necessidade desta constituir uma amostra que possibilite obter conclusões através da sua caracterização que possam ser generalizáveis para a população teórica (Marôco, 2014). Com este pressuposto, a população do estudo é constituída por dois grupos. Um grupo pertencente às mulheres vítimas de violência doméstica pelo seu companheiro masculino, outro, aos filhos destas vítimas. Na impossibilidade de considerar todos os indivíduos desta população, foi a mesma constituída por 350 indivíduos de cada grupo, num total de 700.

Para tal, e procurando que esta amostra seja o mais representativa possível da população do estudo, definindo como variáveis comuns as seguintes características:

- Mulher vítimas de violência conjugal por parte do seu companheiro masculino, com denúncia realizada à PSP;
- Vítima a residir com filho a inquirir (independentemente de outros elementos do agregado familiar);
- Serem encarregadas de educação do seu filho, e quem por norma seja responsável pelo processo educativo do filho;
- Filho que se encontre no 2.º ou 3.º ciclo do ensino básico (público ou privado).

Temos a clara perceção das enormes dificuldades do acesso à amostra utilizada neste nosso trabalho, onde, por norma, apenas se conseguem acessos a participantes já sinalizados por variados organismos e instituições que intervêm na área da violência doméstica. Estas enormes dificuldades advêm, não só por estas vítimas se encontrarem muitas vezes demasiado vulneráveis ou assustadas para se disponibilizarem a participarem em estudos, mas também, pelo receio de que a sua vida seja de alguma forma exposta, ou mesmo pela vergonha que sentem em relatar determinados factos desta vivência. De certa forma, quando nos debruçamos nos estudos que envolvem estas amostragens, por norma, encontramos vítimas sob a proteção e/ou acolhimento em Casas Abrigo, ou através de instituições de apoio à vítima, como a APAV ou a UMAR.

Relativamente à particularidade de se terem selecionado mães vítimas com crianças/jovens do 2.º e 3.º ciclo, que viemos a constatar, se encontram inseridos numa idade compreendida entre os 11 e os 18 anos, assentou essencialmente na idade média das mulheres vítimas de violência doméstica em Portugal, que é prevalente acima dos 25 anos, e que ronda a média dos 40 anos (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a), correspondendo assim, “grosso modo”, a filhos que poderiam frequentar o ensino básico. Também porque, foi nossa intenção que estes filhos pudessem já possuir as capacidades suficientes que os permitissem avaliar o EPE das suas mães, excluindo assim os mais jovens, ou seja, os do 1.º ciclo do ensino básico.

No que respeita ao número da amostra equitativa a recolher por áreas geográficas, e com estas particularidades, cumprimos a regra do anonimato científico, sendo as mencionadas idades médias destas vítimas, apenas um suposto ponto de partida. Assim, outro fator poderia ser utilizado para perceber esta possível equidade de vítimas e filhos por áreas geográficas, os dados de denúncias por distritos, conhecidos através dos relatórios de monitoramento da

violência doméstica advindos dos RASI. Para este espaço temporal, em que foi recolhida a nossa amostra (2014 e 2015), e em linha com os anos anteriores, visualizamos que as áreas com maior índice de denúncias do crime apresentam maior prevalência, por norma, nos distritos de Lisboa e Porto, e, em sentido contrário, surgem Beja e/ou Portalegre. Neste âmbito, e relativo ao mesmo espaço temporal, verificamos que em Lisboa e Porto cerca de 90% das denúncias são consumadas na PSP, e, em Beja ou Portalegre cerca de 70% são realizadas na GNR (SGMAI, 2016a; 2015a), resultados facilmente depreendidos por estas forças de segurança possuírem maior área de intervenção onde surgem, comparativamente, mais denúncias deste crime. No entanto, a título de exemplo, não existem dados que nos possibilitem concluir que, este maior volume de denúncias em Lisboa teria mais quantidade de amostragem com as características definidas para o estudo. Este parâmetro serve para fundamentar o porquê da inclusão dos NUTS II neste estudo, em detrimento de Distritos ou Comandos da PSP, bem como um número igual de amostra por cada NUTS, uma vez que os NUTS II abrangem uma área intrínseca aos vários Comandos da PSP, e mais que um Distrito/Município. Passamos assim a explicar a definição da área geográfica definida para a nossa amostragem.

Os NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos⁷⁰, foi criado pelo EUROSTAT⁷¹ em conexão com os Institutos Nacionais de Estatística dos diferentes países da União Europeia para efeitos de análise estatística de dados, com base numa divisão coerente e estruturada do território económico-comunitário. A NUTS é composta por níveis hierárquicos (NUTS I, II e III). O NUTS I divide Portugal em duas partes, Continente e Regiões Autónomas, o NUTS II divide em sete partes, cinco do Continente e duas das Regiões Autónomas, e o NUTS III divide em 25 partes, sendo 23 do Continente e duas das Regiões Autónomas (Apêndice I).

Sendo o NUTS I demasiado restrito, e o NUTS III demasiado amplo, foi pressuposto para direcionarmos a definição da amostra através do NUTS II, que divide Portugal em sete partes: Norte; Centro; Área Metropolitana de Lisboa; Alentejo; Algarve; Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira. Dentro de cada NUTS encontramos 25 regiões/ilhas que perfazem o total dos 308 concelhos/municípios do nosso país (INE, 2015).

A exequibilidade deste fundamento assenta igualmente na divisão da PSP a nível nacional, a qual comporta 20 Comandos, que correspondem aos 18 distritos e dois

⁷⁰ Fonte: Instituto Nacional de Estatística [INE], 2015.

⁷¹ EUROSTAT: Gabinete de Estatísticas da União Europeia.

arquipélagos. Sendo que estes Comandos se inserem e distribuem por todos os sete NUTS II, tornando assim exequível a abrangência da amostra.

Estes 20 Comandos da PSP (Apêndice II) constituem-se por dois Comandos Metropolitanos (Lisboa [COMETLIS] e Porto [COMETPOR]), dois Comandos Regionais (CR Madeira e CR Açores), e restantes 16, designados de Comandos Distritais (CD: Aveiro; Beja; Braga; Bragança; Castelo Branco; Coimbra; Évora; Faro; Guarda; Leiria; Portalegre; Santarém; Setúbal; Viana do Castelo; Vila Real e Viseu)⁷².

Os referidos 20 Comandos comportavam, à data, cerca de 320 Esquadras/Postos, das quais 277 participaram na recolha da amostra, abrangendo todos os NUTS (Apêndice III).

O número de esquadras e sua seleção advém da particularidade da sua valência e suas específicas competências, ou seja, móbil que motivou a exclusão das Esquadras de Trânsito (ET), específicas na fiscalização de procedimentos no âmbito do trânsito, e de Investigação e Fiscalização Policial (EIFP), constituída por Equipas de Intervenção Rápida e Equipas de Fiscalização a Organismos/Instituições.

No que respeitava às incluídas, assenta em todas as esquadras genéricas (a Esquadra “comum”), incluindo as inseridas em Aeroportos e nas áreas de Transportes Públicos (Metro/Gares), as Esquadras de Turismo (inserida numa vertente mais ligada aos crimes denunciados por estrangeiros/turistas), as Esquadras inseridas nos Hospitais (designadas quer por Esquadra ou Posto), as Esquadras de Investigação Criminal (EIC), e, por último, o GAIV (Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima) do Comando da PSP do Porto. O GAIV, inserido no COMETPOR, à data da recolha da amostra único no seio da PSP (atualmente existe em Lisboa o “Espaço Júlia”⁷³), é um gabinete criado para trabalhar unicamente casos de crimes mais sensíveis, suscetíveis de um apoio específico às vítimas, maioritariamente, casos de violência doméstica. Quanto às EIC, estas contêm a particularidade de possuírem atualmente equipas específicas para trabalhar unicamente com casos mais graves de violência doméstica. Estes, numa fase posterior ou consequente às queixas recebidas numa esquadra genérica, atuam numa competência específica e aposta à investigação. O pressuposto deste conteúdo levou-nos assim a incluí-las no nosso estudo. De salientar também a inclusão das

⁷² Fonte: Polícia de Segurança Pública [PSP], 2014.

⁷³ “Espaço Júlia”, situado em Lisboa (Alameda Santo António dos Capuchos). “Júlia” era vítima de violência doméstica e nunca terá denunciado o crime. Os vizinhos ouviam mas também nunca denunciaram o caso, e, um dia, o seu marido assassinou-a com várias facadas no pescoço. “Júlia” era uma mulher de 77 anos e vivia na Rua Luciano Cordeiro em Lisboa, e o “Espaço Júlia”, é assim chamado em homenagem à mulher cujo fim de vida chegou na sua própria casa. Trata-se de um espaço multidisciplinar de intervenção e acompanhamento às vítimas de violência doméstica. É um Equipamento pensado para dar às vítimas de violência doméstica, uma resposta integrada, onde polícias (PSP), afetos ao Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) e técnicos de ação social, trabalham em conjunto, 24 horas por dia, 365 dias por ano (Advirta, 2016).

EPAV (Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima) da PSP na recolha da amostra, onde em cada esquadra genérica se encontra pelo menos uma equipa. Como já observamos, as EPAV efetuam uma reavaliação do risco através do respetivo instrumento, tendo sido também bastante importantes na recolha da amostra conseguida.

Todo o processo, que culminou nesta “parceria” com a PSP, iniciou-se em janeiro de 2014 com um pedido formal ao Diretor Nacional da PSP (Apêndice IV). Este primeiro pedido incluía toda a explanação do estudo, no entanto pretendia-se autorização para poder consultar a base de dados nacional da PSP (SEI)⁷⁴ deste crime, onde desta consulta, e perante características pré-definidas, se contactaria as vítimas com o intuito de participarem. Este pedido teve pareceres negativos dos gabinetes de estudo e jurídico da PSP, tendo estes nos contactado, sugerindo a viabilidade do requerido, perante a utilização de um formato de recolha da amostra assente num “Termo de Consentimento Informado”, a ser presente pela PSP aquando exista o crime de violência doméstica. Neste fundamento, foi por nós realizado novo pedido (Apêndice V), nos contornos pela PSP sugeridos, o qual teve parecer positivo, datado de 5 de março de 2014 (Anexo III).

Uma vez que o acesso a estas vítimas, tomando não só em atenção todas as questões éticas e de confidencialidade associadas, também por a referida matéria se encontrar em segredo de justiça (Artigo 86º CPP), bem como o segredo de funcionário a que o autor deste estudo se encontra vinculado (artigo 136º CPP), foi elaborado um documento pelo Diretor Nacional Adjunto/UORH⁷⁵ da PSP, indicando que apenas o autor/investigador poderia contactar estas vítimas/filhos, bem como apenas este as poderia inquirir, ou seja, mantendo total sigilo dos dados por estas fornecidos para contacto (Anexo VI).

Assim, com as autorizações alcançadas desde março de 2014, seguiram indicações do Diretor Nacional da PSP a todos os Comandantes dos 20 Comandos da PSP, sendo para o efeito elaborados três documentos que seguiram para estes mesmos Comandos. Estes Comandantes de Comando encaminharam para os Comandantes de Esquadra sobre sua subordinação, que veio a aferir-se nas 277 esquadras já mencionadas, e estes Comandantes de Esquadra, procederam à explanação do conteúdo pelos seus elementos.

Um primeiro documento, designado de «Procedimento de recolha da Amostra para o estudo», continha os inerentes procedimentos que os elementos policiais estavam incumbidos

⁷⁴ SEI - Sistema Estratégico de Informação, Gestão e Controlo Operacional. Programa informático da PSP. Sistema no qual todas as denúncias/queixas/participações são inseridas, podendo ser consultados os dados inerentes às mesmas (PSP, 2014).

⁷⁵ UORH: Unidade Orgânica de Recursos Humano.

de realizar aquando na presença do crime de violência doméstica, explicando o conteúdo do estudo, investigador, objetivos, bem como as características específicas da amostra a recolher, atuação, contactos, e forma de devolução (Apêndice VI).

Num segundo documento, denominado de «Termo de Consentimento Informado», seria cedido por estes elementos à vítima, por forma a ser colocada ao corrente dos conteúdos do estudo (Apêndice VII). No que respeita à explicação do estudo pelo elemento policial, foi especificado, no documento anterior, que este iria gerir a forma de passar a informação deste consentimento informado, tendo em atenção a particular sensibilidade da situação com que se depara, só o fazendo se o contexto e condição daquele caso em particular, se verificasse exequível.

Um terceiro documento, designado por «Dados da Participante», seria então cedido pelo elemento policial, caso a vítima se predispusesse a participar, incluindo o seu filho (Apêndice VIII). Este seria preenchido por esta com o seu nome (não obrigatório) e contacto(s) de mail/telefone, para posteriormente ser contactada para responder ao inquérito, como devidamente explicado no consentimento informado por esta observado.

Posteriormente, e como indicado no documento dos «Procedimentos de recolha da Amostra para o estudo», este último documento seria «digitalizado/PDF», e enviado para o investigador. Havendo para tal a obrigatoriedade de estes procedimentos serem todos consumados, sempre, pelo correio eletrónico profissional da PSP.

Inicialmente, sem noção da participação da amostra, objetivou-se um espaço temporal de 1 de abril a 31 de dezembro desse ano de 2014, para se alcançar um número de 20 amostras por cada um dos 20 Comandos, por forma a perfazer 800 (400 mulheres vítimas + 400 filhos destas vítimas).

Com o decorrer do período de recolha, a definição dos NUTS em prol dos Distritos/Comandos, e a necessidade de possuir um número próximo do proposto, foi inevitável definir um valor que pudesse ser alcançado para cada um dos sete NUTS. E, com base na amostra recolhida até novembro de 2014, percebemos que o mais exequível a alcançar seria um valor próximo de 100 amostras por NUTS de forma a perfazer 700 (350 mulheres vítimas + 350 filhos destas vítimas), apesar de já alcançados nos NUTS de Lisboa e Norte, mas ainda abaixo para restantes NUTS, em particular do Alentejo e Algarve, tendo-se vindo a prolongar o período pré-definido.

Também tivemos de ter em conta o facto do espaço temporal que decorria entre a recolha da amostra e a inquirição desta, o que poderia invalidar a amostra por se encontrar já

fora dos anos escolares referenciados, 2.º ou 3.º ciclo. A estes pressuposto juntava-se ainda a possibilidade de nem todos os participantes virem a responder, bem como a necessidade de utilizar parte desta amostra para realizar um pré-teste do questionário a ser utilizado.

Com o propósito de prevenir estes possíveis obstáculos e dificuldades, percebemos, com o decorrer do estudo, que seria necessário alcançar um valor próximo dos 200 por NUTS [100 mães/vítimas e 100 filhos(as)], que iria compreender um total de 1400 indivíduos (700 mães e 700 filhos).

Assim, com o processo de recolha da amostra iniciado em abril de 2014 e o seu término em agosto de 2015, perfazendo 17 meses de recolha, tendo-se alcançado um total de 1414 respondentes (707 mulheres mães/vítimas + 707 filhos destas vítimas).

Podemos visualizar no Apêndice II, e de uma forma mais pormenorizada no Apêndice III, exatamente o número da amostra recolhida pelas Divisões da PSP que comportam as 277 esquadras que participaram neste processo.

No âmbito destas 1414 amostras recolhidas, quando contactadas para responder aos questionários, 226 não responderam. Assim, apenas 1188 (594 vítimas + 594 filhos) acabaram por responder, sendo que uma relativa proporção continha erros de preenchimento e/ou não estavam devidamente preenchidos, sendo por tal excluídos. Assim, no que respeita a questionários validados, com mães e filhos a responderam totalmente aos inquéritos, e esses filhos se encontrarem à data no 2.º ou 3.º ciclo, obtivemos 1052 (526 mulheres mães/vítimas + 526 filhos destas vítimas). Deste grupo da amostra com questionários validados, no que respeita ao sexo da amostra dos filhos, 302 eram do sexo feminino e 224 do sexo masculino. Tendo-se percebido que seria possível adquirir uma percentagem igual de filhos do sexo masculino e do sexo feminino por cada NUTS (25 do sexo masculino e 25 do sexo feminino), foi utilizada essa dimensão.

Salientamos que, e como anteriormente referido, o “Consentimento Informado” exponha que a amostra indicasse o meio para pode responder aos questionários, nomeadamente o correio eletrónico e/ou telefone. Neste contexto, os 1052 questionários validados são provenientes apenas da amostra que respondeu ao questionário por correio eletrónico. A amostra que indicou apenas o telefone para ser participar, uma minoria de casos, acabou por não ter sido contactada, uma vez que havíamos já alcançado a amostra validada suficiente.

Verificamos, no quadro abaixo apresentado, a amostra total recolhida e as suas características.

Quadro 2 - Amostra validada e características

NUTS	Total consentimentos	Total respostas	Total validados	Sexo filhos
Norte	236 (118 mães + 118 filhos)	196 (98 mães + 98 filhos)	174 (87 mães + 87 filhos)	36 masculino 51 feminino
Centro	194 (97 vítimas + 97 filhos)	176 (88 mães + 88 filhos)	162 (81 mães + 81 filhos)	32 masculino 49 feminino
Lisboa	264 (132 vítimas + 132 filhos)	226 (113 mães + 113 filhos)	208 (104 mães + 104 filhos)	41 masculino 63 feminino
Alentejo	164 (82 vítimas + 82 filhos)	130 (65 mães + 65 filhos)	118 (59 mães + 59 filhos)	28 masculino 31 feminino
Algarve	172 (86 vítimas + 86 filhos)	126 (63 mães + 63 filhos)	112 (56 mães + 56 filhos)	27 masculino 29 feminino
Açores	196 (98 vítimas + 98 filhos)	174 (87 mães + 87 filhos)	146 (73 mães + 73 filhos)	31 masculino 42 feminino
Madeira	188 (94 vítimas + 94 filhos)	160 (80 mães + 80 filhos)	132 (66 mães + 66 filhos)	29 masculino 37 feminino
Total	1414 (707 vítimas + 707 filhos)	1188 (594 vítimas + 594 filhos)	1052 (526 mães + 526 filhos)	224 masculino 302 feminino

Fonte: Elaboração própria/2016

Salientamos que, apesar dos NUTS II envolverem a maioria dos Comandos da PSP pela sua designação (e.g., NUTS Área Metropolitana de Lisboa - totalidade do Comando Metropolitano da PSP de Lisboa), existem determinados Comandos que envolvem e se distribuem por mais que um NUTS. Sendo poucos os casos aferidos (devidamente identificados no Apêndice II), explicitámo-los: O NUTS Norte, que se compõe por alguns concelhos de Viseu, não possui nenhuma esquadra do Comando Distrital de Viseu, encontrando-se todas inseridas no NUTS Centro. No mesmo sentido, o NUTS Centro não possui nenhuma esquadra do Comando Distrital da Guarda, encontrando-se todas inseridas no NUTS Norte. A esquadra de Torres Vedras, pertença do Comando Metropolitano de Lisboa (Divisão de Loures), insere-se por força da constituição dos NUTS II, no NUTS Centro.

Estes pressupostos foram devidamente analisados de forma a podermos contextualizar a amostra no seu “território”, sem erros. No entanto, devemos ter em conta que o crime de violência doméstica, tal como outro qualquer crime, pode ser denunciado em qualquer esquadra ou posto do país (e.g., crime ocorre na residência da vítima em Santarém, mas esta pode vir a Lisboa e apresentar a denúncia numa qualquer esquadra desta área). Na experiência profissional do investigador, é algo pouco comum neste crime, pois a maioria dos casos de violência doméstica decorrem com as polícias da área geográfica de intervenção a se

deslocarem ao local do crime, sendo aí consumados e executados todos os procedimentos inerentes da denúncia, no entanto, é uma possibilidade exequível.

Com esta amostra conseguida, tendo uma última perspetiva de 700 (350 vítimas + 350 filhos) que facultou 100 por NUTS, conseguimos assim ter conteúdo para poder realizar a nossa investigação, incluindo o pré-teste.

Pensamos assim, que este número da amostra contribuiu para o objetivo geral, e, apesar de não podermos generalizar a todo o contexto nacional, fornece-nos certamente um campo de resultados amplo, abrangente e variado.

3.6.2. Caracterização da amostra e relações associadas

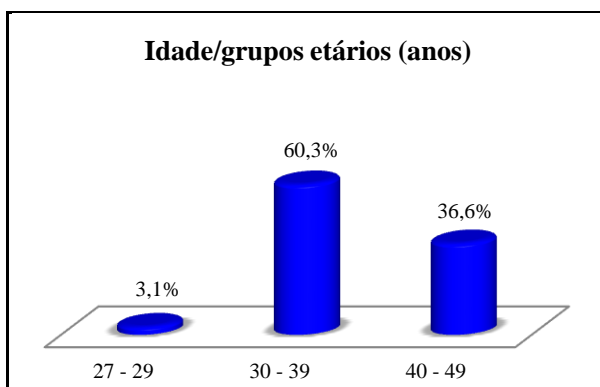
Neste ponto procedemos à caracterização da nossa amostra. No entanto, e pelas particularidades do nosso estudo, achamos conveniente caracterizar também os contornos das relações entre os indivíduos que envolvem as amostras, bem como as disposições e dinâmicas envolventes do crime, e com o processo educativo do filho.

3.6.2.1. Caracterização sociodemográfica e intrafamiliar da vítima

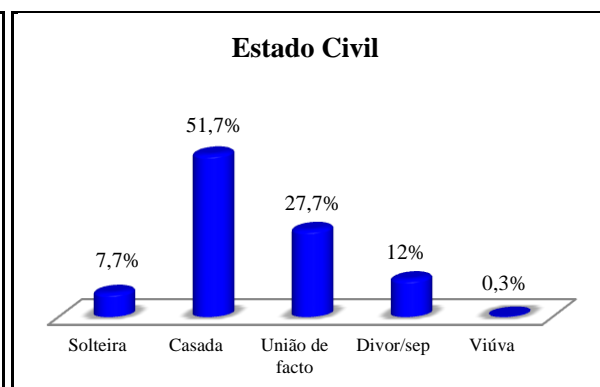
Neste primeiro momento procedemos à caracterização sociodemográfica e intrafamiliar da vítima.

Perante questões colocadas apenas à mulher vítima, iniciamos a sua caracterização pela idade, que se situa entre os 27 e os 49 anos, com a média de 37,66 anos. De forma a tornar mais viável a análise, criamos três grupos etários, incidindo nos vintes, trintas e quarentas anos. Assim, verificamos uma maior prevalência, com 60,3%, entre os 30 e os 39 anos. No grupo etário seguinte, com maior incidência, surge o grupo etário dos 40 aos 49 anos (36,6%), e a menor incidência apresenta-se no grupo etário que abrange dos 27 aos 29 anos (Gráfico 3).

Relativamente ao seu estado civil, reportando-se à data do crime/denúncia, encontramos a maior prevalência na situação de casada, comportando mais de metade da amostra total (51,7%). As relações de união de facto assumem a segunda maior percentagem, com 27,7%. Relevantes são as situações que indicam uma relação de divórcio/separação (12%), e igualmente de salientar as situações em que a vítima é solteira, onde se subentende uma situação de namoro ou ter em comum um filho com o agressor (7,7%) (Gráfico 4).

**Gráfico 3 - Idade**

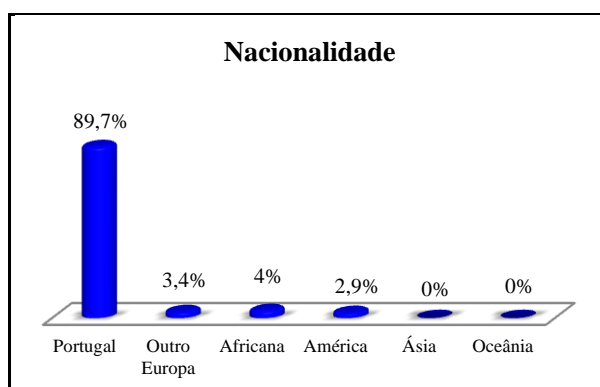
Fonte: Elaboração própria/2016

**Gráfico 4 - Estado Civil**

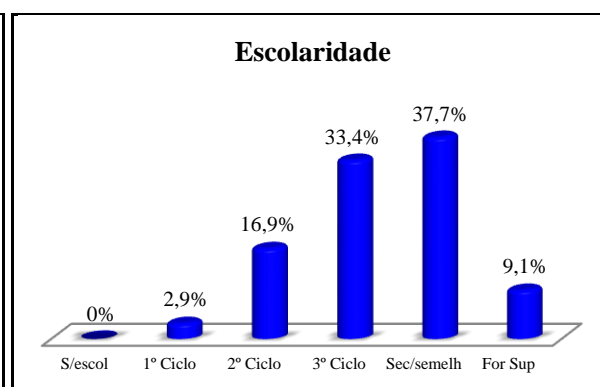
Fonte: Elaboração própria/2016

No que diz respeito à nacionalidade, e com uma quase total abrangência da amostra, 89,7% das vítimas são de nacionalidade Portuguesa. A restante percentagem reparte-se por outros países da Europa, continente Americano ou Africano, com uma ligeira incidência em nacionalidade Africana, com 4% (Gráfico 5).

No que respeita às habilitações académicas, e com uma ligeira prevalência, estas vítimas apresentam escolaridade ao nível do ensino secundário ou curso com essa equivalência (37,7%). O 3.º ciclo, com 33,4%, surge como segunda maior percentagem habilitacional, seguida do 2.º ciclo, com 16,9%. Num patamar inferior, encontramos vítimas com formação superior (9,1%), e por fim, apenas com 2,9%, ao nível do 1.º ciclo. Salientamos que uma maioria, com 53,2%, possui habilitações iguais ou inferiores ao 3.º ciclo (Gráfico 6).

**Gráfico 5 - Nacionalidade**

Fonte: Elaboração própria/2016

**Gráfico 6 - Escolaridade**

Fonte: Elaboração própria/2016

Ao nível da situação profissional, encontramos a maior prevalência nas situações em que as vítimas se encontram empregadas (incluindo trabalhadora-estudante), com 71,1%,

sendo que em estado de desemprego (incluindo doméstica) encontramos 28,8% da amostra (Gráfico 7).

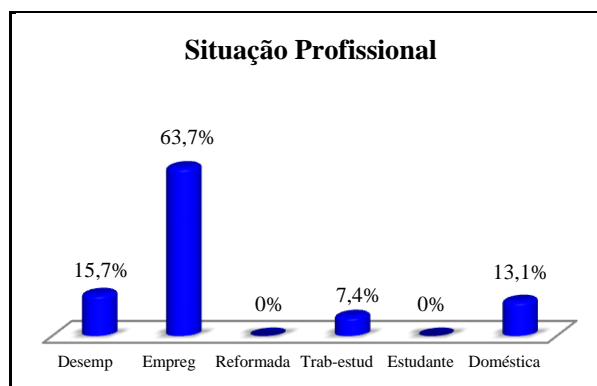


Gráfico 7 - Situação profissional

Fonte: Elaboração própria/2016

Para as vítimas que indicaram estarem empregadas ou na situação de trabalhadora-estudante, os dois grupos de profissões com uma maior prevalência, quase idêntica e que perfazem quase metade da amostra, surge nos trabalhadores não qualificados (25,7%) e no pessoal administrativo (24,1%). Num nível decrescente, surgem as profissões dos serviços pessoais, proteção e segurança, com 18,1%, seguindo-se técnicos e profissões de nível intermédio, com 11,2%. As profissões de especialidade científica surgem também com uma percentagem menor, de 8% (Gráfico 8).

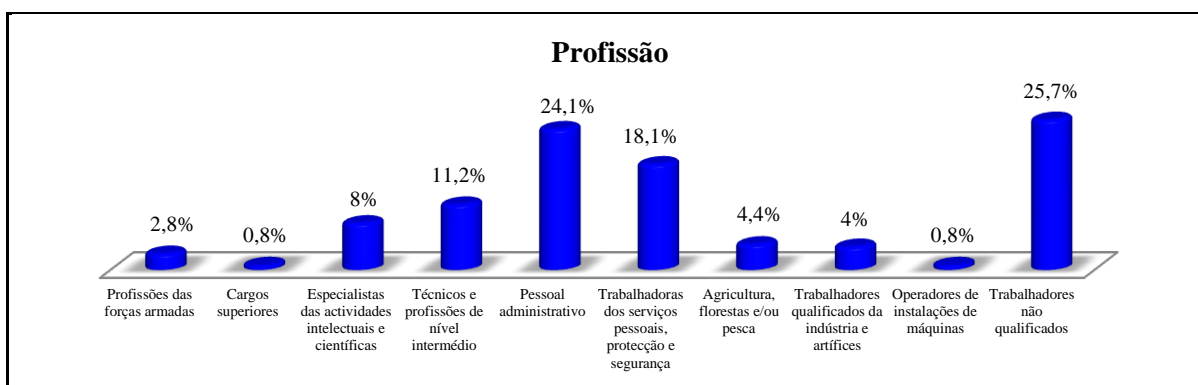


Gráfico 8 - Profissão

Fonte: Elaboração própria/2016

No âmbito da remuneração familiar mensal, que a vítima ou a família, onde se encontra inserida, auferem mensalmente, encontramos duas prevalências que correspondem a um valor superior ao salário mínimo mas inferior a 1000 € (33,1%), e a um valor entre 1001 € e 2000 € (27,7%). Num patamar inferior, surge o valor entre 2001 € e 3000 €, com 4,3%, sendo que ninguém indicou possuir acima deste valor. Uma pequena percentagem auferem uma

remuneração mensal muito baixa, ou seja, correspondente ao salário mínimo ou abaixo deste (4,8%) (Gráfico 9).

Quanto ao regime habitacional, apenas 27,1% indicou possuir residência própria. Uma restante prevalência surge assim em habitações das quais não são proprietárias, sendo a maior percentagem evidenciada no regime de renda (30%), de familiares/amigos (27,4%), e, em regime social, 15,4% da amostra (Gráfico 10).

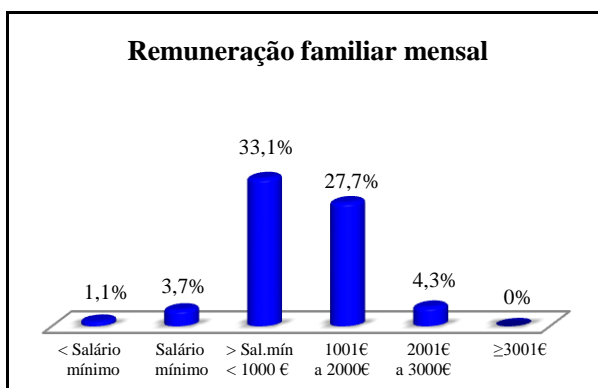


Gráfico 9 - Remuneração familiar mensal

Fonte: Elaboração própria/2016

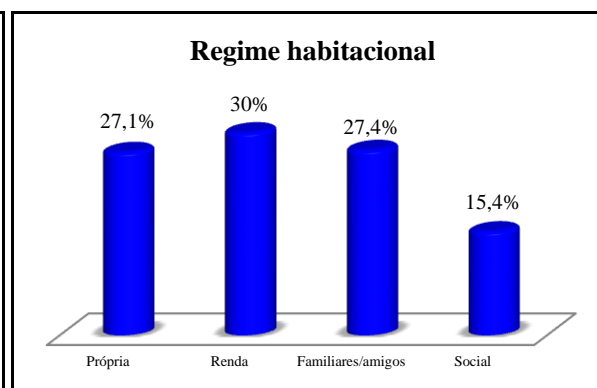


Gráfico 10 - Regime habitacional

Fonte: Elaboração própria/2016

Ao nível geográfico onde estas vítimas residiam (incluindo o filho por esta selecionado para participar no nosso estudo), os dados indicam uma maior prevalência do meio urbano, com mais de metade desta amostra (50,9%). O meio semiurbano surge com 38%, e apenas 11,1% indicou residir em meio rural (Gráfico 11).

A maioria destas vítimas professa a religião católica, com 86,6%, destacando-se largamente das respostas residuais em relação a outras possibilidades de resposta, como muçulmana (3,4%), outra cristã (3,1%) e ortodoxa (3,1%) (Gráfico 12).

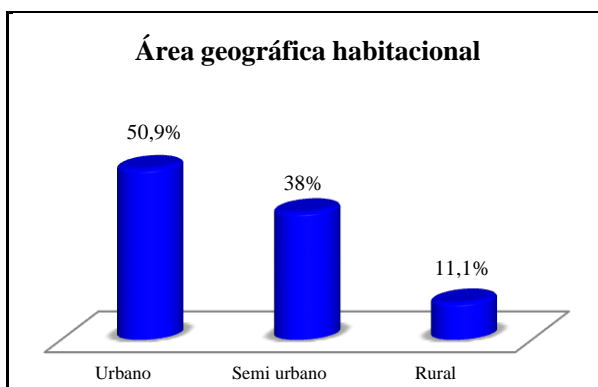


Gráfico 11 - Área geográfica habitacional

Fonte: Elaboração própria/2016

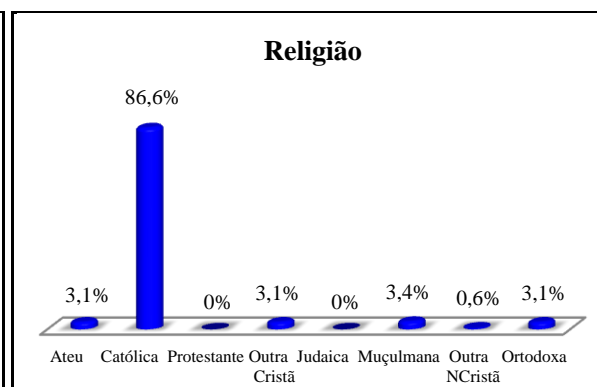


Gráfico 12 - Religião

Fonte: Elaboração própria/2016

Questionadas sobre o número de filhos, estas mulheres indicaram serem mães de dois filhos na maioria dos casos, com 43,2%. Surge de seguida o grupo de vítimas que possui apenas um filho, com 29,4%, e, por último, as vítimas que indicaram possuir três ou mais filhos, com 27,4% (Gráfico 13).

Neste contexto, mas sobre o número de filhos destas vítimas que se encontra a estudar, independente do ciclo que frequentem, verificamos que a maior prevalência indicou possuir apenas um filho a estudar, com 52%. Numa percentagem igualmente relevante, com 42%, possuem dois filhos na escola, e, apenas com 6%, surgem as que têm três ou mais filhos a estudar (Gráfico 14).

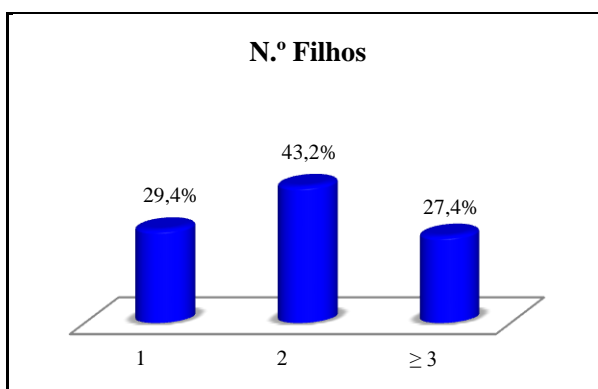


Gráfico 13 - Número de filhos

Fonte: Elaboração própria/2016

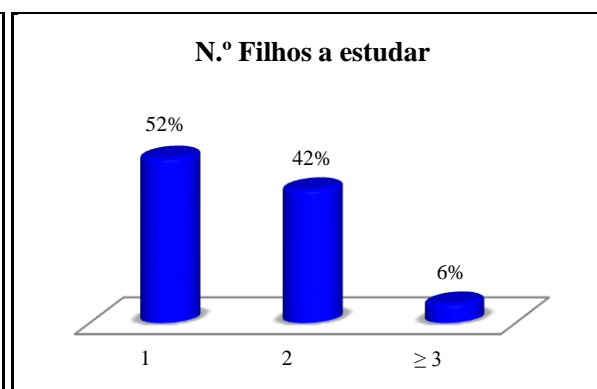


Gráfico 14 - Número de filhos a estudar

Fonte: Elaboração própria/2016

No que respeita ao agregado familiar em que estas vítimas atualmente se encontram, e apesar do crime, encontramos o regime nuclear com maior prevalência (42%). Num valor próximo ao anterior, encontramos a família monoparental (38,6%), seguida, bastante abaixo, pela família reconstruída (19,1%). Salientamos que apenas uma situação foi registada em família homoparental, ou seja, onde esta vítima se encontra atualmente numa relação com outra mulher (Gráfico 15).

Em resposta a serem dependentes ou abusarem de substâncias, onde apenas incluímos as hipóteses do álcool ou drogas, a maior prevalência, incidiu na resposta negativa a este contexto (98,6%). Com resultados residuais, apenas 1,1% indicou esta dependência ou abuso em relação ao álcool, e 0,3% em relação às drogas (Gráfico 16).

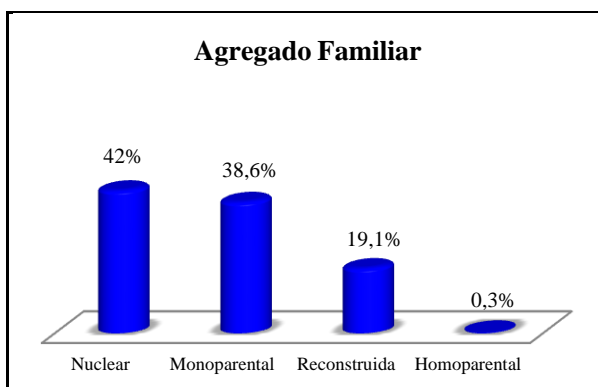


Gráfico 15 - Agregado familiar atual
Fonte: Elaboração própria/2016

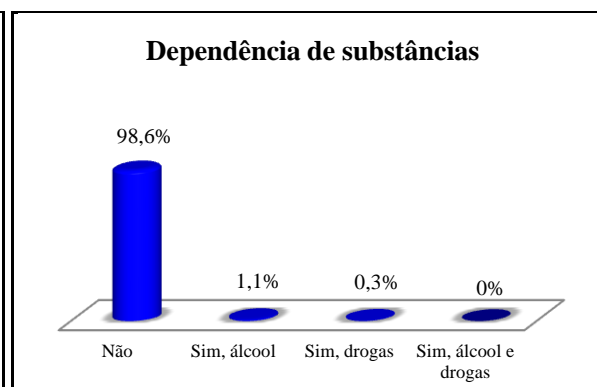


Gráfico 16 - Dependência de substâncias
Fonte: Elaboração própria/2016

3.6.2.2. Caracterização pessoal e escolar do filho

No que respeita à caracterização dos filhos, é importante referir que estes respondentes foram selecionados pela vítima, para o estudo, de modo que os dados que se seguem foram fornecidos por esses filhos.

Quanto aos dados fornecidos pelos filhos, os mesmos foram recolhidos a partir das suas respostas a quatro questões: a sua idade, o género, o ano escolar em que se encontram e o número de retenções (relativamente a esta última variável, foi colocada para serem relacionadas as respostas de mães e filhos, tendo assim se confirmado que o número de retenções destes filhos apresentava a mesma informação).

Relativamente à idade, verificamos que os filhos se situam entre os 11 e os 18 anos, com a média de 14,30 anos. No mesmo desígnio utilizado com as idades das vítimas, criamos dois grupos etários, utilizando o “conceito” de menor ou menor de idade, incidindo em menores e maiores de 16 anos. Assim, verificamos uma maior prevalência, com 79,7%, entre os 11 e os 15 anos, enquanto o restante grupo apresenta idades entre os 16 e os 18 anos, com 20,3% (Gráfico 24).

Numa análise de pormenor, utilizamos, por cada um dos sete NUTS, 25 amostras de crianças/jovens do mesmo sexo. Assim, encontramos na nossa amostra dos filhos, 50% de cada sexo (Gráfico 25).

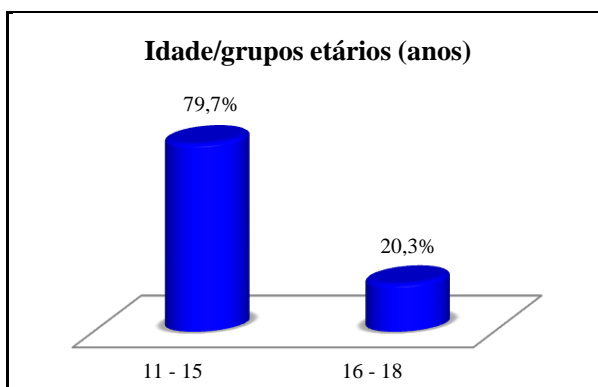


Gráfico 17 - Idade

Fonte: Elaboração própria/2016

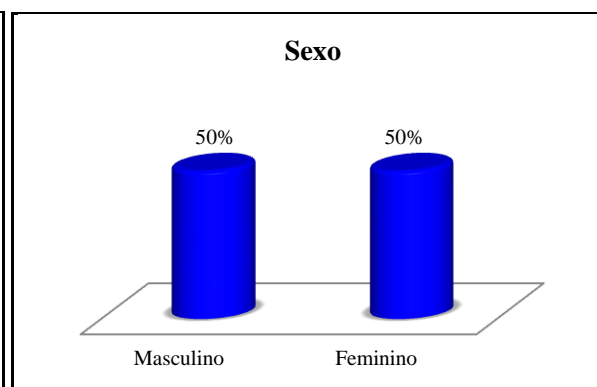


Gráfico 18 - Sexo

Fonte: Elaboração própria/2016

No que respeita ao ano escolar em que atualmente se encontram, perante a predefinição do estudo que abrangeu alunos do 2.º e 3.º ciclo, encontramos, uma maioria de filhos que se encontram inseridos no 2.º ciclo (75,2%). Relativamente aos anos escolares, observamos, com uma ligeira prevalência, alunos no 9º ano, com 28,9%. Surge, com a segunda maior percentagem, o 7º ano, com 26,3%, seguida do 6º ano, com 20,9%. Num patamar ligeiramente inferior, encontramos alunos no 8º ano (20%), e por fim, apenas com 4%, ao nível do 5º ano (Gráfico 26).

Em resposta a terem reprovado, uma maioria dos filhos indicou que sim, com 56,3%. No que respeita ao número de retenções, a prevalência incide em uma retenção, com 36%. Num patamar inferior, encontramos alunos com duas retenções (16,9%), e por fim, apenas com 3,4%, com três ou mais retenções (Gráfico 27).

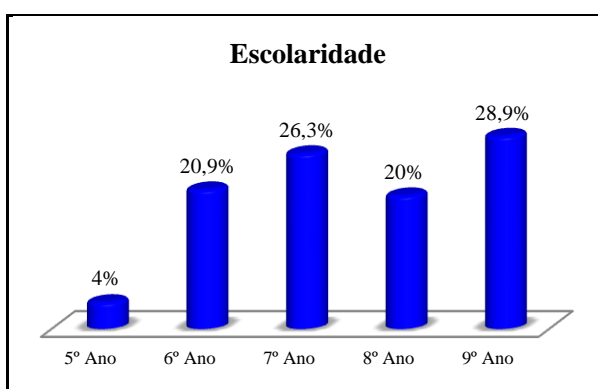


Gráfico 19 - Ano de frequência na escola

Fonte: Elaboração própria/2016

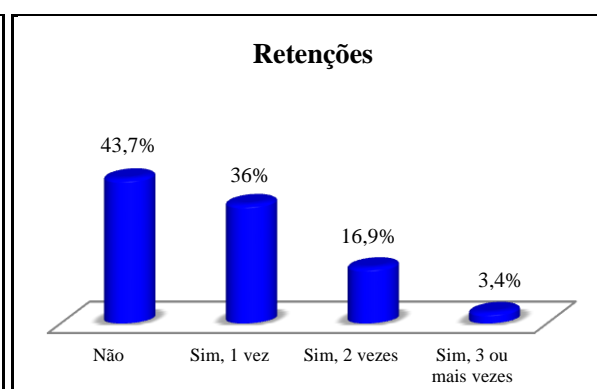


Gráfico 20 - Número de retenções

Fonte: Elaboração própria/2016

3.6.2.3. Caracterização da relação vítima/crime (vitimação)

Perante a caracterização sociodemográfica e intrafamiliar da vítima, apresentamos de seguida a caracterização da relação vítima/crime, igualmente perante questões colocadas apenas à vítima. Encontramos aqui os contornos que envolvem a vitimação, suas consequências, e fatores associados ao contexto do crime.

No que corresponde ao tipo de vitimação, verificamos que a violência física se encontra presente na maioria dos casos, com 94%, seguida pela violência psicológica, com 51,1%. Em valores inferiores, mas relevantes, surgem os casos onde existe a prevalência de violência social (37,1%) e económica (27,7%). Apesar de bastante inferior aos restantes tipos de violência, mas com contornos muito graves, encontramos a presença da violência sexual, com 4,9%. No que respeita às vítimas que sofreram todos estes tipos de vitimação encontramos 2% da nossa amostra (Gráfico 28).

As consequências da vitimação, por norma mais associada à violência física e/ou sexual, indicam a prevalência de ferimentos na maioria dos casos, sejam perante ferimentos ligeiros, com 52%, ou ferimentos graves, com 28%. Segundo estas vítimas, apenas em 20% das situações não resultaram quaisquer ferimentos (Gráfico 29).

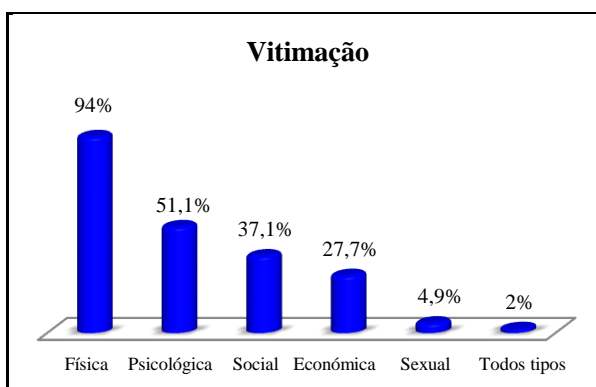


Gráfico 21 - Tipos de vitimação

Fonte: Elaboração própria/2016

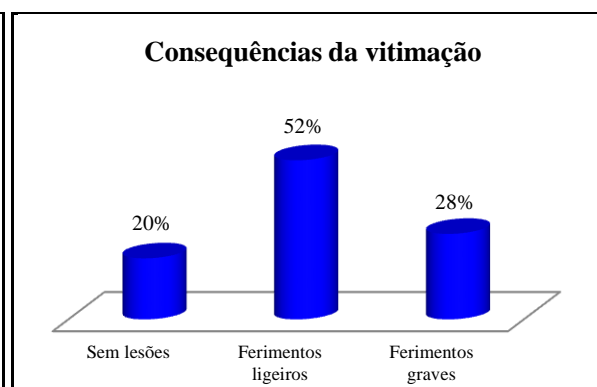


Gráfico 22 - Consequências da vitimação

Fonte: Elaboração própria/2016

Questionadas sobre o tempo que terá passado entre a primeira situação ocorrida neste crime e a denúncia, encontramos uma maior prevalência em situações que abrangem uma vitimação de seis a 10 anos, com 39,4%. Num patamar abaixo, surge o valor que corresponde a uma vitimação de um a cinco anos, com 27,4%. Também com valores relevantes encontramos uma vitimação de alguns meses, ou seja, inferior a um ano, com 15,7%, seguida de situações que ocorreram entre 11 a 20 anos (8%), e com mais de 21 anos, com 3,7%.

Ressaltamos a baixa incidência de casos em que estas vítimas denunciaram o crime, logo após a primeira situação ocorrida, sucedendo apenas em 5,7% dos casos (Gráfico 30).

Sobre se estas vítimas já haviam denunciado este crime, perante este mesmo agressor, a grande maioria indicou que não, com 84,9%. No entanto, com o valor de 15,1%, indicou que já havia denunciado este mesmo agressor no âmbito da violência doméstica (Gráfico 31).

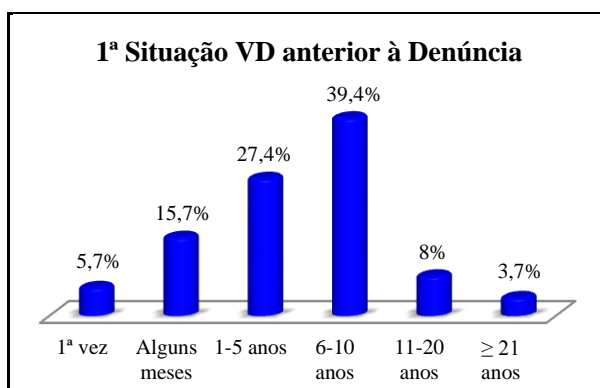


Gráfico 23 - Relação temporal crime/denúncia

Fonte: Elaboração própria/2016

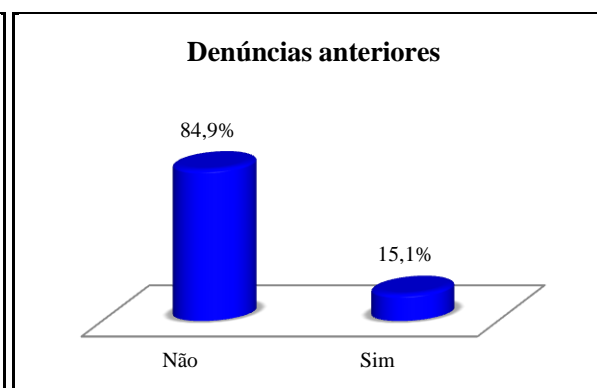


Gráfico 24 - Denúncia anteriores

Fonte: Elaboração própria/2016

3.6.2.4. Caracterização da relação vítima/agressor

Na fase que se segue apresentamos e caracterizamos a relação vítima/agressor, sendo os dados fornecidos das respostas da vítima. Analisamos os contornos que envolvem esta relação, numa perspetiva anterior e posterior ao crime.

No que respeita ao tempo que manteve ou mantém uma relação com este agressor, os dados indicam uma clara prevalência para relações com 11 a 20 anos, com 58,9%. Num patamar abaixo encontramos as relações que comportam seis a 10 anos (19,4%) e relações de um a cinco anos (14,9%). Os restantes valores, muito menores que os anteriores, recaem em relações com 21 ou mais anos (4%) e relações de apenas alguns meses, com apenas 2,9% (Gráfico 32).

Quando questionadas sobre o tipo de relacionamento pós-crime/denúncia, que mantiveram ou mantêm com este agressor, coabitando ou não com estes, encontramos alguns dados muito similares. Sendo que o valor com maior prevalência, com 25,4%, refere-se a uma relação muito má. Surgem, logo de seguida, aquelas que indicam uma relação razoável (24,6%) e uma boa relação (20,9%). Em valores muito abaixo surgem os casos em que não existe nenhuma relação atual, com 16,9%, e de relações mais más do que boas, com 8,6%. Com um valor mais residual surgem as relações muito boas, com 3,6%. De salientar que a

ausência de contactos/relação, e as relações que se podem classificar como mais negativas ou menos favoráveis (muito má; mais má que boa) compreendem a maioria dos casos, com 50,9% (Gráfico 33).

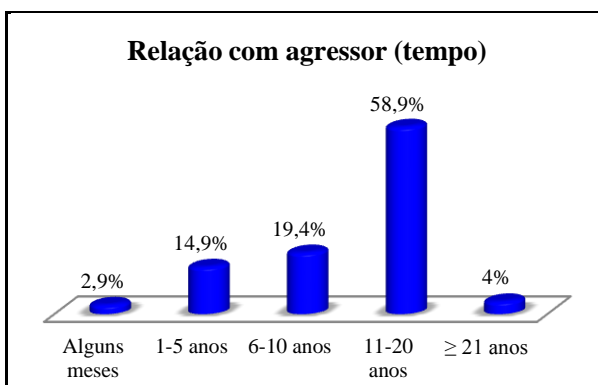


Gráfico 25 - Relação temporal vítima/agressor
Fonte: Elaboração própria/2016

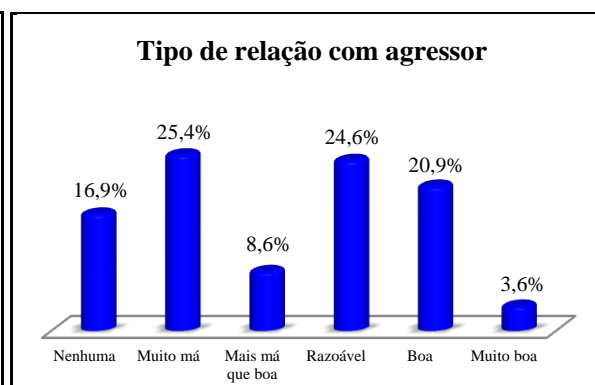


Gráfico 26 - Tipo de relação com o agressor
Fonte: Elaboração própria/2016

Relativamente à coabitação vítima/agressor à data do crime (incluindo o filho que participou neste estudo), verificamos que, maioritariamente, estas residiam com o agressor, com 97,4% (Gráfico 34).

No que respeita a esta coabitação após o crime, ou perante a sua denúncia, encontramos uma ligeira prevalência, mas que corresponde a mais de metade, com 52,9%, dado que verificamos que estas vítimas continuam a residir com o agressor (Gráfico 35).

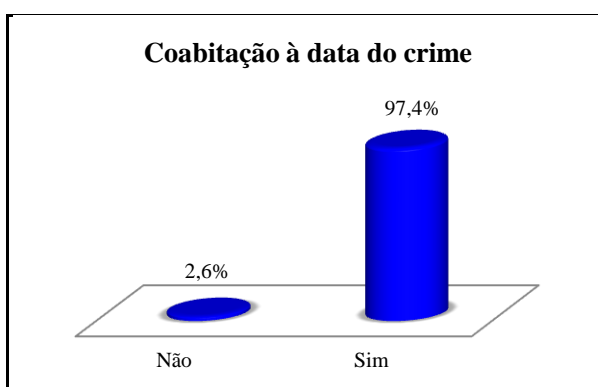


Gráfico 27 - Coabitação à data do crime
Fonte: Elaboração própria/2016

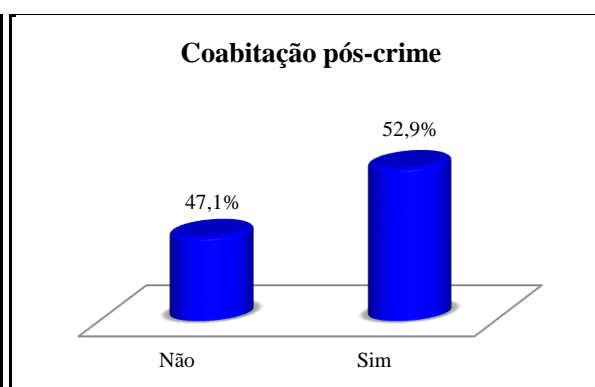


Gráfico 28 - Coabitação pós-crime/denúncia
Fonte: Elaboração própria/2016

Questionadas se dependem ou dependiam economicamente do agressor, encontramos uma maior prevalência nos casos em que a resposta foi que não existia dependência económica, com 68,9%. No entanto, o restante valor, com 31,1%, demonstra que muitas destas mulheres estão, ou estavam, dependentes economicamente deste agressor (Gráfico 36).

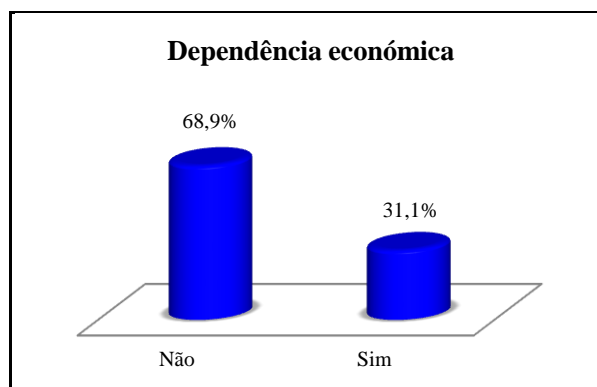


Gráfico 29 - Dependência económica

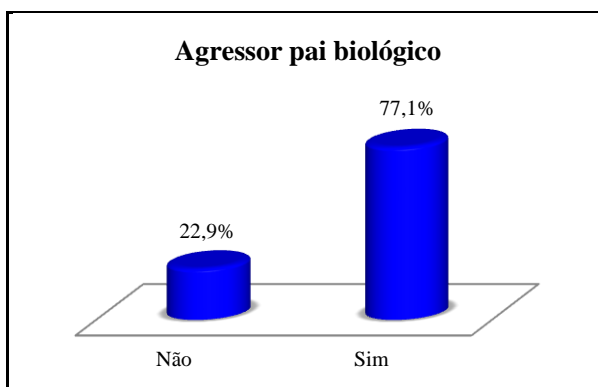
Fonte: Elaboração própria/2016

3.6.2.5. Caracterização da relação filho/agressor

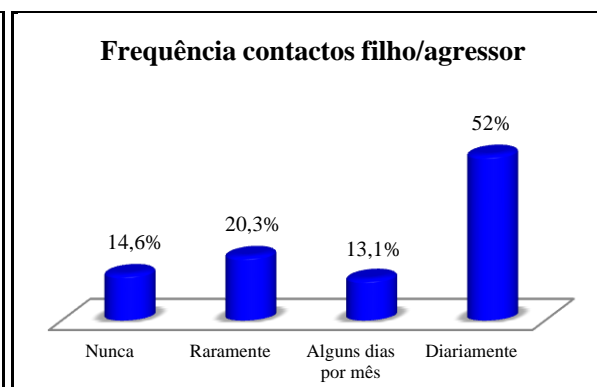
Por dados fornecidos apenas pela vítima apresentamos, de seguida, a caracterização da relação filho/agressor.

No que respeita ao agressor ser o pai biológico deste filho (filho selecionado para participar no nosso estudo), percebemos que uma maioria, com 77,1%, são filhos deste agressor, no entanto, 22,9% são crianças e jovens que se encontram inseridos, aparentemente, num contexto familiar reconstruído, onde possui o padrasto, companheiro ou namorado mãe, como agressor (Gráfico 37).

Ainda neste contexto familiar, e perante um contexto pós-crime/denúncia, a frequência com que estes filhos mantêm alguma forma de relacionamento com o agressor, verificamos uma maior prevalência nos que mantêm uma relação diária, com 52%. Na análise acima realizada, quanto à coabitação após o crime, essa percentagem foi de 52,9%, muito próxima do valor aqui observado. Assim, é possível constatar que apenas 0,9% dos que não residem com estes filhos, continuam a estar com estes, diariamente. Num valor muito abaixo desta frequência de presença ou relação, encontramos as situações em que raramente existe algum contacto (20,2%), seguindo-se a inexistência de contactos (14,6%), e, por fim, os contactos que envolvem apenas alguns dias por mês, com 13,1% (Gráfico 38).

**Gráfico 30** - Paternidade agressor/filho

Fonte: Elaboração própria/2016

**Gráfico 31** - Frequência contactos filho/agressor

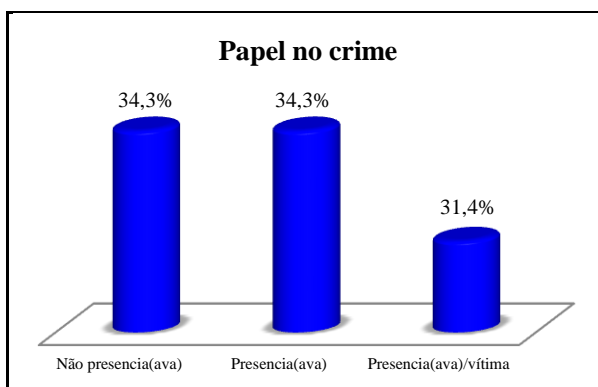
Fonte: Elaboração própria/2016

3.6.2.6. Caracterização da relação filho/crime

No âmbito da relação filho/crime, igualmente através de questões colocadas à vítima, apresentamos a sua caracterização.

Quanto ao papel deste filho no crime, encontramos valores muito idênticos, mas que não deixam de ser chocantes. Apesar de ser o valor mais baixo, 31,4% destes filhos para além de presenciarem o crime, eram ou são, também, vítimas. Num valor precisamente igual, com 34,3%, encontramos filhos que nunca presenciaram a violência exercida contra estas mães, e que presenciaram/presenciam ou têm conhecimento/consciência do crime. Salientamos que 65,7% presenciou ou foi também vítima do crime. (Gráfico 39).

Questionadas estas mães sobre a intervenção destas crianças e jovens perante o crime, com uma ligeira prevalência, mas que comporta mais de metade, com 54%, indicaram que os seus filhos intervêm, ou seja, que atuam, quer defendendo esta mãe quer se defendendo, caso em que estes também serão vítimas (Gráfico 40).

**Gráfico 32** - Papel do filho no crime

Fonte: Elaboração própria/2016

**Gráfico 33** - Tipo de intervenção do filho no crime

Fonte: Elaboração própria/2016

Relativamente à condição deste filho ter sido sinalizado à CPCJ, no enquadramento da denúncia, encontramos a maior prevalência nos casos em que estes não foram sinalizados, com 70%, pois “apenas” 30% destas crianças e jovens foram sinalizadas à CPCJ (Gráfico 41).

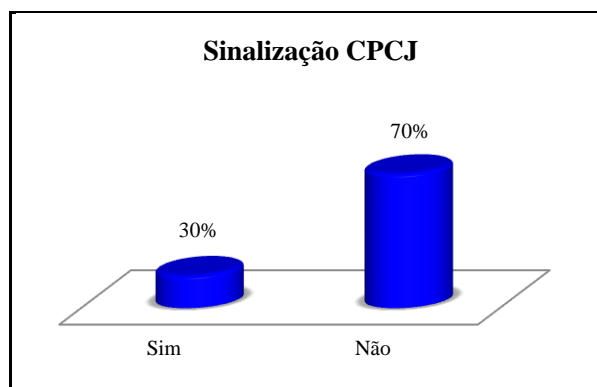


Gráfico 34 - Sinalização CPCJ

Fonte: Elaboração própria/2016

Analisando mais pormenorizadamente a condição das sinalizações à CPCJ, que efetivamente foram ou não consumadas, observamos que dos 65,7% dos filhos que presenciaram e foram também vítimas do crime (cf. Gráfico 39), apenas cerca de metade dos casos foi devidamente sinalizado (30%). Dos casos em que os filhos presenciaram (34,3%), apenas 16% foi sinalizado, e relativamente aos que presenciaram e foram também vítimas (31,4%), apenas 14% foi sinalizado (Gráfico 42).

Quanto à totalidade dos casos efetivamente sinalizados à CPCJ, menos de metade, com 45,7%, seguiu a prerrogativa legal e foram efetivamente sinalizados (podendo ou não ter sido intervencionados após o análise diagnóstica a cada caso). Neste âmbito, do total dos casos que deveriam ser sinalizados, 24,4% foram sinalizados por presenciarem o crime, e, 21,3% por assistirem e serem também vítimas. No que respeita aos que não foram devidamente sinalizados, 27,9% encontram-se associados aos casos em que presenciaram, e, 26,4%, aos casos em que estas crianças e jovens presenciaram e foram também vítimas deste agressor (Gráfico 43).

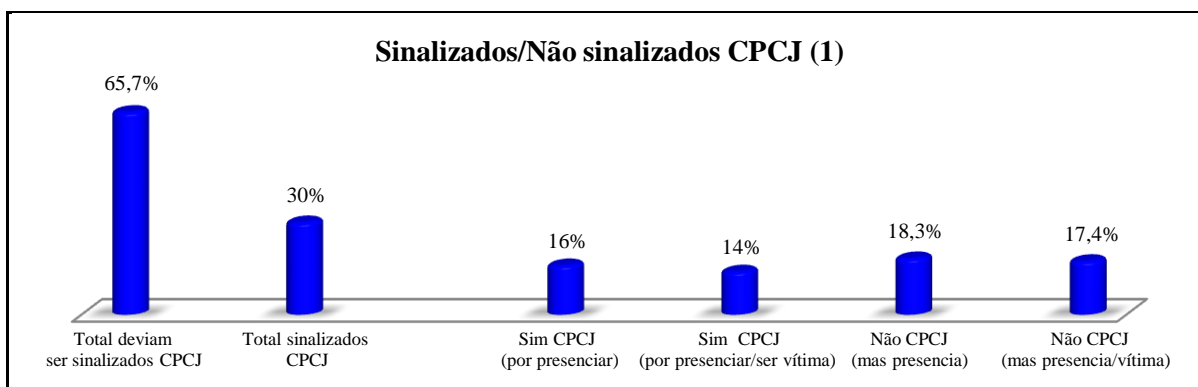


Gráfico 35 - Sinalização/Não sinalização CPCJ (1)

Fonte: Elaboração própria/2016

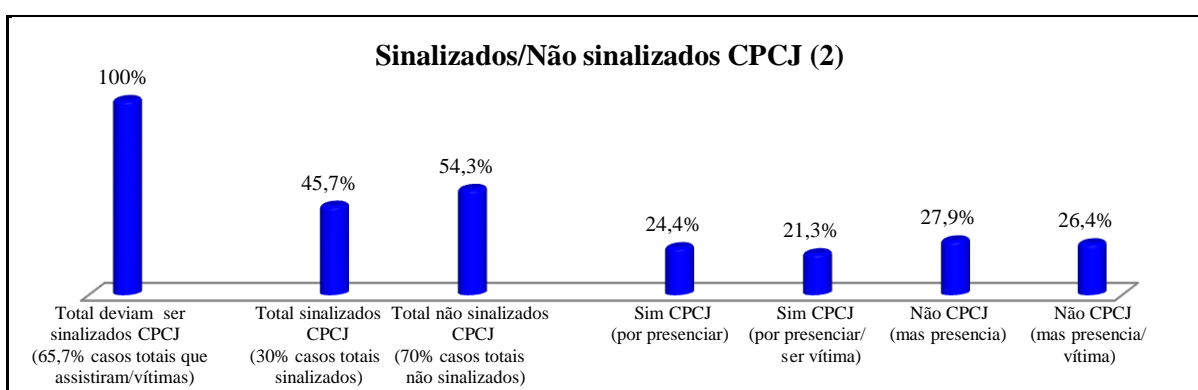


Gráfico 36 - Sinalização/Não sinalização CPCJ (2)

Fonte: Elaboração própria/2016

3.6.2.7. Caracterização da relação filho/crime/escola

No âmbito da relação filho/crime/escola, igualmente através de questões colocadas à vítima, apresentamos a caracterização de alguns fatores relacionados com o campo de ação do crime, compreendendo comportamentos e retenções no âmbito escolar.

Relativamente à perceção que estas mães possuem sobre o comportamento quotidiano (dia a dia) destes filhos, após o crime, tendo este presenciado, tido conhecimento ou consciência do crime, e na situação em que foram também vítimas, a grande prevalência encontra-se nas respostas que o indicaram como mais deprimido/isolado, com 64,6%. Num patamar inferior, encontramos os comportamentos mais agressivos/hostis, com 19,1%. Ressaltamos que apenas 16,3% indicou não ter verificado, ou percebido, alterações nos comportamentos quotidianos dos seus filhos (Gráfico 44).

No que respeita à perceção destas mães dos comportamentos no âmbito escolar após o crime, tendo este presenciado, tido o conhecimento ou consciência do crime, e na situação em que foram também vítimas, observamos, neste caso, dados similares, surgindo uma ligeira

prevalência nas respostas que indicaram como mais agressivo/hostil, com 38,3%, seguido muito próximo pelos comportamentos mais deprimidos/isolados, com 36%. Num patamar inferior, encontramos situações onde estas mães indicaram os comportamentos destes filhos se mantiveram semelhantes, com 25,7% (Gráfico 45).

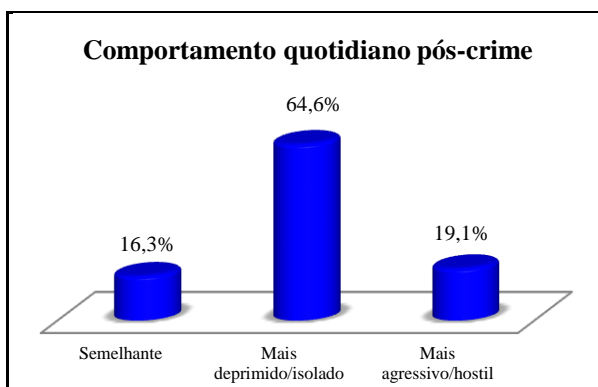


Gráfico 37 - Comportamento quotidiano após o crime
Fonte: Elaboração própria/2016

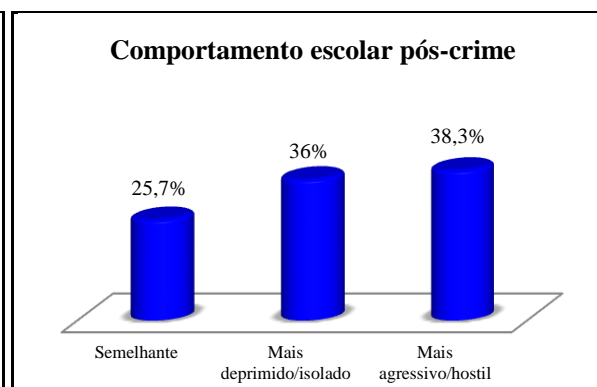


Gráfico 38 - Comportamento escolar após o crime
Fonte: Elaboração própria/2016

No contexto da relação entre as retenções escolares e o círculo do crime, e, lembrando a observação já anteriormente presenciada, 56,3% destes filhos já haviam ficado retidos ao longo do seu percurso escolar. Salientamos a prevalência destas situações de insucesso escolar, que, com 48,9%, sucedeu apenas após o crime ter ocorrido, segundo estas mães indicaram. Com valores bastante abaixo, estas retenções ocorreram, em 7,4% dos casos, antes e após o crime (Gráfico 46).

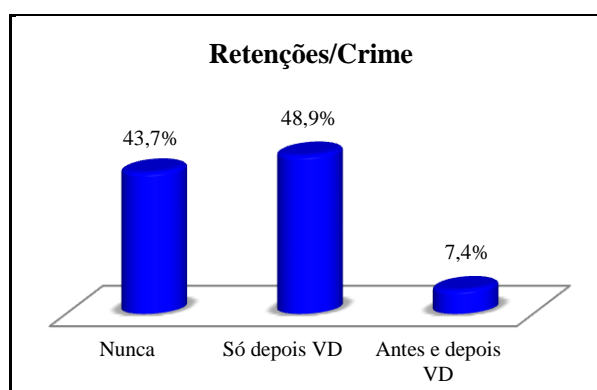


Gráfico 39 - Retenções do filho em relação ao crime
Fonte: Elaboração própria/2016

3.6.2.8. Caracterização do processo-crime

Nesta circunstância apresentamos e caracterizamos o estado atual do processo-crime, com resposta fornecida pela vítima.

Neste contexto, foi perceptível aferir que a grande prevalência incidu no arquivamento do processo, com 57,1%. Surgem de seguida dois resultados semelhantes, o da suspensão provisória do processo, com 16,9%, e dos casos em que o processo ainda decorre, com 15,4%. Com 9,1%, apesar de ter sido condenado com pena de prisão, encontramos a situação de pena suspensa, e, por fim, com apenas 1,4% dos casos, verificou-se pena de prisão efetiva (Gráfico 47).

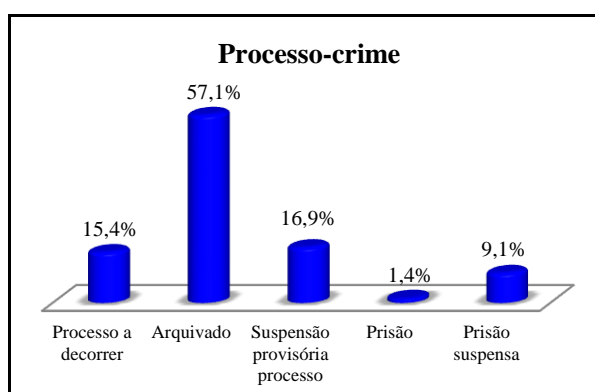


Gráfico 40 - Processo-crime

Fonte: Elaboração própria/2016

3.6.2.9. Caracterização da dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor

Apresentamos, de seguida, a caracterização sobre o agressor depender/abusar, ou não, de substâncias, nomeadamente álcool e/ou drogas, bem como se possui, costuma utilizar ou tem fácil acesso, ou não, de armas, segundo dados fornecidos pela mulher vítima.

Perante questões colocadas unicamente à vítima, em resposta a estes agressores serem dependentes ou abusarem de substâncias, e igualmente em relação às vítimas, incluímos as hipóteses do álcool ou drogas. Com a maior prevalência verificou-se uma resposta negativa a este contexto (49,4%). Neste panorama, percebemos que, apesar de quase idêntica, a prevalência é, assim maior quanto a agressores que dependem ou abusam destas substâncias (51,6%). O álcool, com 36,6%, surge como a substância mais comum nestes agressores, e ainda as drogas, com um resultado relativamente mais baixo, de 4,6%. Ressaltamos que a

dependência ou abuso de ambas as substâncias assume um valor relevante, com 9,4% (Gráfico 22).

No que se refere aos dados que correspondem à posse, uso ou fácil acesso a armas por parte deste agressor, a maior prevalência incidiu na resposta negativa a este contexto (74,3%). Perante as diferentes hipóteses para estas armas (armas de fogo, armas brancas, ambas, outras armas, ou todos os tipos mencionados), encontramos a arma de fogo, com 17,4%, como a arma mais comum nestes agressores. Num valor decrescente, encontramos a arma branca, com 4,3%, e a restante percentagem (4,1%), incide nos restantes tipos. Destacam-se os agressores que possuem todos os tipos de armas referidas na questão, com 2,6% (Gráfico 23).

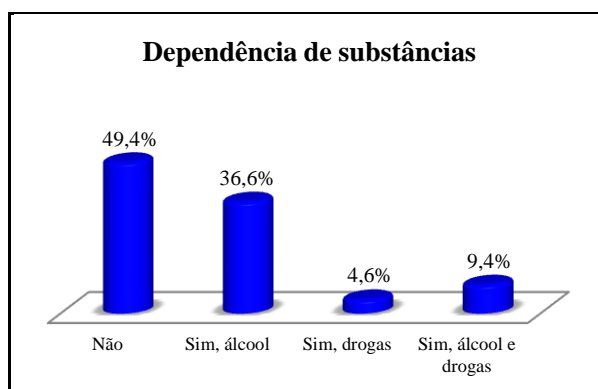


Gráfico 41 - Dependência de substâncias

Fonte: Elaboração própria/2016

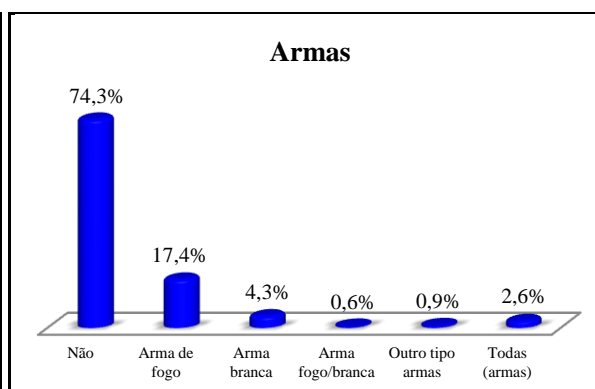


Gráfico 42 - Posse, uso ou acesso a armas

Fonte: Elaboração própria/2016

3.7. Instrumento da recolha de dados

O inquérito por questionário foi construído com questões breves, claras e objetivas, de maneira a facultar respostas às questões formuladas de forma rigorosa e que nos permitiu verificar as hipóteses predefinidas (Hill & Hill, 2012).

Para o nosso estudo construímos dois questionários, um para cada grupo da nossa amostra respondente, mães e filhos. Para a amostra da “mãe/vítima”, designamos de «Questionário Envolvimento Parental na Escola, Mãe» (Apêndice IX), e, para o grupo da amostra “filho/a” designamos de «Questionário Envolvimento Parental na Escola, Filho» (Apêndice X).

Os questionários, de mãe e filho, constituem-se em duas secções. Uma primeira secção, envolve os dados relativos à sua caracterização e características que envolvem o contexto do crime, e, uma segunda secção, em ambos os questionários, encontramos a avaliação do “envolvimento parental na escola”.

Os questionários foram concebidos para ser objeto de autoadministração, sendo constituído unicamente por questões fechadas, de fácil resposta, e posterior tratamento em SPSS para a análise estatística descritiva.

Em ambos os questionários, iniciam-se com um texto informativo aos inquiridos sobre o tema central do estudo, a finalidade e utilização da informação recolhida, bem como a garantia do anonimato.

3.7.1. Questionário, versão mãe

No que respeita à primeira seção do instrumento «Questionário Envolvimento Parental na Escola, Mãe», encontramos a sua caracterização sociodemográfica e intrafamiliar, inerentes vertentes da vitimação e do crime, questões relativas ao agressor e ao filho por si selecionado para este estudo. Para tal baseamo-nos na revisão da literatura apresentada, que se debruçou em estudos que envolveram a problemática deste crime. Numa vertente mais particularizada debruçamo-nos na literatura que comporta e representa as vítimas de violência doméstica, inerentes características e vítimas secundárias, tendo em conta as consequências do impacto desta violência na mulher, compreendendo o seu envolvimento parental na escola, impacto na criança/jovem, particularmente no domínio comportamental e percurso educativo.

O facto de não existir um instrumento devidamente adequado aos objetivos do estudo, no que respeita à primeira seção do questionário “mãe”, optou-se pela adaptação de questões de investigações, documentos, relatórios e legislação, com base na revisão da literatura, legislação específica a esta temática, relatórios e instrumentos técnicos (Auto de Notícia Padrão de Violência Doméstica utilizado pelas Forças de Segurança em Portugal⁷⁶ (conhecimento próprio); «RVD - 1L⁷⁷ e RVD - 2L⁷⁸»; Código Penal Português; APAV, 2016a, 2015, 2011, 2010; SGMAI, 2016a, b; 2015a, b; UMAR, 2016; Ministério da Economia [ME], 2015 (sobre salário nacional); FRA, 2015, 2014a, b, c, 2012; SGMAI, 2016a, b; Câmara Municipal do Porto, 2013; DGAI, 2012c; INE, 2011 (sobre classificação Portuguesa das profissões); Lei de Bases do Sistema Educativo Nacional, 1986-2015⁷⁹).

⁷⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2005 - DR, n.º 20, I Série-B, de 28 de janeiro de 2005.

⁷⁷ Ficha RVD - 1L “Avaliação de risco para situações de violência doméstica”. Acedido em 15 de setembro 2016 em http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha_rvd_1l.pdf.

⁷⁸ Ficha RVD - 2L “Avaliação de risco para situações de violência doméstica”. Acedido em 15 de setembro 2016 em http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha_rvd_2l.pdf.

⁷⁹ Lei de Bases do Sistema Educativo Português. Aprovada pela Lei n.º 46/86 - DR, I Série, n.º 237, de 14 de outubro de 1986. Alterada pelas Leis n.º 115/97 - DR, I Série-A, n.º 217, de 19 de setembro de 1997, 49/2005 -

De salientar que, por determinadas questões já se encontrarem previamente identificadas no Termo do Consentimento Informado (Apêndice VII), não foi necessário aplicar novamente essas mesmas aos inquiridos “mães”. A saber: sexo; grau de parentesco com a criança; se esta reside com a criança. Também uma ressalva aos casos em que a inquirida “mãe” tenha mais que um filho a estudar no 2.º ou 3.º ciclo, foi perante seleção desta, que apenas um(a) respondeu ao inquérito designado para estes. As questões tanto se referem a assuntos à data do crime/denúncia do crime, como à data atual, sendo para tal esse pressuposto devidamente identificado e explicado no questionário.

Sendo a variável dependente deste estudo o grau de envolvimento parental na escola destas mães/vítimas, as variáveis independentes que foram inseridas nas questões do inquérito por questionário desta primeira seção do questionário “mãe”, dividindo-se por oito grupos, e num total de 34 questões, sendo a segunda seção assumida pela 35ª questão e subsequentes, referentes à questão do “envolvimento parental na escola”.

Explicamos nesta fase o conteúdo deste questionário da “mãe/vítima”, onde todas as questões apresentadas neste grupo de 40 questões são por estas respondidas. Neste questionário, à exceção da primeira e 24ª questão (idade da vítima e do agressor), que assume a inserção da data de nascimento e/ou idade precisa, e da 15ª questão (tipo de vitimação), onde apesar de ser de resposta fechada, é permitido selecionar mais que uma opção, todas as outras questões são de resposta fechada a uma única opção.

No que respeita às variáveis de caracterização sociodemográfica da vítima foram definidas por 14 questões do questionário:

- Idade; (2) estado civil; (3) nacionalidade; (4) escolaridade (com base na legislação em vigor⁸⁰); (5) situação profissional/empregabilidade; (6) profissão, se empregada e/ou trabalhadora-estudante (com base na legislação em vigor⁸¹); (7) remuneração familiar

DR, I Série-A n.º 166, de 30 de agosto de 2005, 85/2009 - DR, I Série, n.º 166, de 27 de Agosto de 2009, e Lei n.º 65/15 - DR, I Série, n.º 128, de 3 de julho de 2015.

⁸⁰ A Lei de Bases do Sistema Educativo, estabelece o quadro geral do sistema educativo. A educação escolar desenvolve-se assim em três níveis: os ensinos básicos, secundário e superior. No que respeita aos níveis em que o nosso estudo se debruça, o ensino básico, compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º ciclo de quatro anos (1º ao 4º ano), o 2º ciclo de dois anos (5º e 6º) e o terceiro de três (7º, 8º e 9º).

⁸¹ A Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010), à data em vigor, da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística [INE], identifica os referidos grupos de profissões para fins estatísticos (Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2011). Classificação Portuguesa das Profissões - Grandes Grupos e Sub-Grandes Grupos. Lisboa: INE): Profissões das Forças Armadas (e.g., Oficiais, Sargentos, Praças e outros deste âmbito);

mensal⁸²; (8) regime habitacional; (9) área geográfica habitacional; (10) religião (com base na legislação em vigor⁸³); (11) número de filhos; (12) número de filhos a estudar; (13) agregado familiar atual; (14) dependência e/ou abuso de substâncias (direcionado ao álcool e/ou às drogas).

Para além dos dados, que em regra, são empregados para caracterizar uma amostra, como a idade (que se vieram a dividir em três grupos etários), o estado civil atual e a nacionalidade, tendo por base as particularidades específicas da amostra do nosso estudo, foram delineadas determinadas características que envolvem preditores essenciais para os objetivos da nossa investigação. Assim, no âmbito deste primeiro grupo de questões da mulher vítima de violência doméstica, sem esquecer os outros acima referidos e que serão igualmente inseridos no processo de análise, formulamos os preditores que achamos importantes para relacionar com o envolvimento parental na escola.

No que respeita às variáveis de caracterização da relação vítima/crime foram definidas por quatro questões do questionário:

- (15) Tipo de vitimação⁸⁴: física; psicológica; social; económica; sexual; ou todos os tipos; (16) consequências da vitimação (referente à consequência que mais vezes

Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (e.g., representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes superiores da Administração Pública, de organizações especializadas, diretor e gestor de empresas); Especialistas das atividades intelectuais e científicas (e.g., especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias, engenheira; arquiteta; médica, enfermeira; professora); Técnicos e profissões de nível intermédio (e.g., técnica de farmácia, auxiliar de enfermagem, pessoal de ambulâncias, agente de seguros); Pessoal administrativo (e.g., empregadas de escritório, caixas, rececionista, empregada de armazém, carteira); Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança (e.g., cozinheira, empregada de mesa, cabeleireira, vendedora em loja, bombeira, polícia, segurança); Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta (e.g., floricultora, apicultora, agricultora); Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (padeira, pasteleira, costureira, artesã de cestaria); Operadores de instalações e máquinas (e.g., operadora de máquinas de costura, de lavandaria, motorista); Trabalhadores não qualificados (e.g., empregada de limpeza, ajudante de cozinha, repositora de produtos, vendedora ambulante).

⁸² Segundo a legislação (Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro), à data do estudo, em vigor em Portugal referente ao valor do salário mínimo indica três variações. Sendo 530 € em Portugal Continental, na Região Autónoma da Madeira de 540 €, e, na Região Autónoma dos Açores de 556,30 €. Com este pressuposto, e sendo o nosso estudo abrangente a estes três parâmetros, optamos por não colocar opções de apenas numerário alusivo ao salário mínimo, mas sim pelas opções expostas no questionário “Mãe/Vítima”, por melhor se adaptarem aos fins da investigação.

⁸³ Segundo dados do INE para os censos 2011. Fonte: Instituto Nacional de Estatística [INE], 2012.

⁸⁴ Com base nos tipos definidos nos últimos RASI, os quais estas vítimas/agentes indicaram/identificaram, e foram inseridos no «Auto de Notícia/Denúncia por Violência Doméstica», motivo pelo qual as inquiridas mais facilmente os identificarão. Procedeu-se à inclusão de adaptações e vários exemplos de forma a melhor se adequar aos objetivos do estudo, e a estas vítimas terem uma melhor perceção e diferenciação dos tipos.

ocorre ou ocorreu); (17) duração da vitimação antes de denunciar (referente ao tempo que terá ocorrido a primeira situação de violência doméstica de que foi vítima deste agressor, antes de denunciar); (18) denúncias anteriores (referente ao caso de a vítima já ter apresentado anteriormente alguma queixa à Polícia contra o mesmo agressor, por situação de violência doméstica, excluindo a presente queixa).

Para este grupo de questões, e tendo como fundamento os RASI e o instrumento de avaliação de risco das forças de segurança (RVD - 1L⁸⁵ e RVD - 2L⁸⁶), foram selecionados os tipos de vitimação mais comumente expostos às mulheres vítimas deste crime no nosso país: física, psicológica, social, económica, sexual, ou todas as anteriores. Outra questão envolve as consequências da vitimação, onde a gravidade dos episódios de agressão se encontram, não só mas essencialmente, associados à violência física e/ou sexual. O espaço temporal que terá ocorrido, não sendo a primeira situação de violência doméstica de que foi vítima deste agressor, antes de denunciar, comporta outra questão. Os agressores que já tenham utilizado a violência física no passado, com esta ou outra vítima, apresentam uma maior taxa de reincidência e probabilidade de repetir este tipo de violência no futuro próximo. Constata-se ainda que os homicidas que mataram o parceiro íntimo têm mais probabilidade de ter usado violência em relações anteriores (SGAI, 2014). Excluindo a presente queixa, ou seja, aquela que proporcionou que fizesse parte do nosso estudo, quisemos perceber se esta vítima já havia denunciado anteriormente à Polícia o crime contra o mesmo agressor. A dependência emocional em relação ao agressor ainda é uma das principais dificuldades que a mulher enfrenta para denunciar a violência doméstica. Também a suspeita de uma potencial separação por parte da vítima é tido como um fator que aumenta significativamente o risco, e nos casos de parceiros extremamente controladores, este afastamento torna-se ainda muito arriscado (SGAI, 2014).

Neste contexto, vamos tentar perceber se como as características destes preditores influenciam o envolvimento parental na escola desta vítima.

⁸⁵ Ficha RVD - 1L “Avaliação de risco para situações de violência doméstica”. Acedido em 15 de setembro 2016 em http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha_rvd_1l.pdf.

⁸⁶ Ficha RVD - 2L “Reavaliação de risco para situações de violência doméstica”. Acedido em 15 de setembro 2016 em http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/ficha_rvd_2l.pdf.

No que respeita às variáveis de caracterização da relação vítima/agressor, foram definidas por cinco questões do questionário:

- (19) Tempo da relação com o agressor; (20) tipo de relação atual (referente ao tipo de relação que mantém atualmente com o agressor); (21) relação crime/coabitação (referente se à data do crime/denúncia residia com agressor, bem como com o filho menor que foi referenciado para este estudo); (22) relação crime/coabitação, pós-crime/denúncia (referente à situação pós-crime/denúncia, se manteve a coabitação com agressor, bem como com o filho menor que foi referenciado para este estudo); (23) dependência económica do agressor (referente, quer à fase anterior ou atual, em relação ao crime).

Neste grupo de questões delineamos as características da relação que envolve, ou envolveu, a vítima e o agressor, incluindo determinados pressupostos que compreendem também o filho que constitui a outra nossa amostra.

Para além do espaço temporal que vítima e agressor mantiveram ou mantêm uma relação, o contexto da atual relação, ou seja, se mantêm ou não, apesar do crime, alguma relação e em que contornos, parecem-nos pertinentes dados a utilizar como preditores a relacionar com o envolvimento parental na escola.

No que respeita a perceber se esta vítima, incluindo o filho que participou neste estudo, continuaram a residirem com o agressor após o crime/denúncia, parecem-nos importantes preditores. Neste contexto, e estando de certa forma relacionada com as questões anteriores, temos a dependência económica da vítima perante o agressor, que, pode determinar, e muito, a manutenção ou não da relação violenta.

No que respeita às variáveis de caracterização da dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor, foram definidas por duas questões do questionário:

- (24) dependência e/ou abuso de substâncias (direcionado ao álcool e/ou drogas); (25) posse, utilização, ou fácil acesso a armas [armas de fogo (ex: pistola); armas brancas (ex: facas); outro tipo de armas (ex: gás-pimenta, armas elétricas, bastão extensível)].

As questões que envolvem a caracterização de uma dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor de violência doméstica, contempla igualmente dados que servirão como preditores a empregar na nossa investigação.

O abuso/dependência de álcool ou drogas do agressor são, como já referido na caracterização da vítima, igualmente preditores de violência doméstica. Por fim, nesta caracterização do agressor questionamos se este é possuidor, utilizador ou se tem fácil acesso a armas. Tendo igualmente por base os instrumentos de avaliação de risco das forças de segurança em Portugal, para este crime em particular, inserimos as possibilidades da arma de fogo (ex: pistola), da arma branca (ex: facas), e/ ou outro tipo de armas (ex: gás-pimenta, armas elétricas, bastão extensível).

No que respeita às variáveis de caracterização da relação filho/agressor foram definidas por duas questões do questionário, onde todas as questões apresentadas eram relativas ao “filho/a” referenciado pela vítima para este estudo (aluno do 2.º ou 3.º ciclo):

- (26) Relação filho/agressor (referente ao agressor ser ou não o pai biológico deste filho); (27) frequência de contacto agressor/filho (referente à frequência com que o agressor está com este filho atualmente, seja ou não o seu pai biológico).

Neste grupo de questões expomos a necessidade perceber se o filho que participou no nosso estudo possui como pai o agressor, e qual o contexto de contactos que atualmente mantêm estes dois atores.

Os estudos apontam para uma manifesta predominância, no âmbito deste crime, de existirem filhos menores que coabitam no agregado onde são praticados estes atos. Estes menores são na maioria das vezes filhos comuns, e muitas vezes eles próprios vítimas do crime (Massena, 2016).

Estas questões, para além de nos virem a possibilitar se existem relações e influências no envolvimento parental na escola, perante situações em que o agressor é ou não o pai biológico destas crianças e jovens, permitira-nos perceber se estes contactos igualmente influenciam este envolvimento.

No que respeita às variáveis de caracterização da relação filho/crime foram definidas por três questões do questionário, igualmente com todas as questões apresentadas a serem relativas ao “filho/a” referenciado pela vítima para este estudo:

- (28) Tipo de exposição ao crime (referente a, na visão desta mãe, se este filho presencia/presenciava ou não, tendo consciência ou conhecimento de que a mãe é vítima, ou se também é/era vítima); (29) Intervenção perante o crime (referente à intervenção que o filho assume perante o crime, seja ou não vítima, tendo consciência ou conhecimento de que a mãe é vítima). Se intervêm (defende-a/defende-se), ou não tem qualquer tipo de intervenção; (30) Sinalização à CPCJ (se este filho, resultante da denúncia, sendo vítima direta ou indireta do crime, ter sido sinalizado à CPCJ).

O presente grupo de questões comporta importantes preditores relacionados com a violência interparental no âmbito deste filho. A literatura exposta ao longo deste nosso estudo permitiu-nos perceber que mesmo não intervindo, não quer isto dizer que não tenha consciência ou conhecimento da relação violenta que existe entre os seus progenitores, e, podendo mesmo ter este conhecimento sem que ambos os pais o percebam. Neste contexto podemos ter um filho como vítima direta ou indireta do crime, que pode ou não intervir, e que serão certamente importantes preditores a relacionar com o envolvimento parental na escola, com os seus comportamentos e desempenhos escolares. Como já supracitado, sendo o filho menor de 18 anos, vítima direta ou indireta do crime, questão que incorpora a denúncia criminal e o RVD, este é obrigatoriamente sinalizado à CPCJ da área de residência desta família. A sua sinalização determinará uma avaliação diagnóstica do caso pela Comissão, a qual determinará a necessidade ou não de intervir, depreendendo uma abordagem que visa o bem-estar da criança ou jovem.

No que respeita às variáveis de caracterização da relação filho/crime/escola foram definidas por três questões do questionário, igualmente com todas as questões apresentadas a serem relativas ao “filho/a” referenciado pela vítima para este estudo:

- (31) Comportamento quotidiano perante o crime (referente à perceção que a vítima têm em relação ao comportamento deste filho no quotidiano (dia a dia) depois de ocorrido o crime, tenha este presenciado ou não, tenha consciência ou conhecimento

do crime de que esta mãe é vítima, ter ou não sido este vítima também). Neste âmbito, utilizamos três hipóteses que pudessem ser claras e de fácil interpretação: semelhante; mais deprimido/isolado; mais agressivo/hostil. Para tal facultamos alguns exemplos. (32) Comportamento escolar perante o crime (referente à perceção que a vítima têm em relação ao comportamento deste filho em relação à escola depois de ocorrido o crime, tenha este presenciado ou não, tenha consciência ou conhecimento do crime de que esta mãe é vítima, ter ou não este sido vítima também. Optamos por colocar as mesmas três hipóteses de escolha: semelhante; mais deprimido/isolado; mais agressivo/hostil. No mesmo contexto anterior, expusemos alguns exemplos; (33) Relação crime/retenções escolares (referente à perceção que a vítima possui da ligação do espaço temporal da(s) retenção(ões) do filho(a), com o crime). Neste contexto, utilizamos três hipóteses: nunca; retenção pós-crime; retenção antes e pós-crime.

O grupo de questões colocadas neste contexto vai permitir relacionar o crime com o seu comportamento, sejam comportamentos quotidianos ou no contexto escolar, e com possíveis retenções do filho. No que respeita aos comportamentos escolares, temos de ter em consideração a relação “família-escola”, uma vez que, muito desta noção comportamental pode ser proveniente desta relação. Ou seja, do quanto esta mãe/vítima acompanha e se informa dos comportamentos escolares do seu filho, pois é perante a sua perceção que são avaliados estes comportamentos.

Como já observamos, existem variadas reações da criança a uma situação de violência interparental, seja esta ator direto ou indireto. Existem crianças que “sucumbem” à tensão e à agressividade e ficam fortemente afetadas, e outras que, perante o mesmo caso, ultrapassam os perigos, superando relativamente as consequências do trauma, ao que designamos de maior ou menor resiliência (Teixeira, 2015; Schaffer, 2010).

A literatura analisada reflete que os adolescentes que sofreram ou presenciaram maus-tratos familiares podem vir a sofrer ou a causar episódios de violência na escola e a transgredir mais as normas sociais. As reações destas crianças ou jovens ao presenciar ou vivenciarem esta violência doméstica pode passar por intervir, se isolarem ou se tornarem agressivas. Não podemos igualmente esquecer dos riscos físicos que correm quando intervêm nos conflitos entre os pais, sendo propositados ou não, pois podem ser envolvidas acidentalmente no “fogo cruzado” (Alves & Siqueira, 2013; Kitzmann, 2011; Faleiros & Faleiros, 2007).

Os estudos que envolvem este contexto demonstram ainda uma relação entre o ajustamento psicológico de crianças que testemunharam a violência doméstica, onde a criança que a vivencia apresenta piores resultados em vários aspetos do que a criança que não foi exposta à violência entre os pais. Os preditores analisados incluíram problemas de agressividade, ansiedade, dificuldades com os pares e problemas académicos, incluindo ao nível de retenções (CIG, 2015; Kitzmann et al., 2003). No que concerne às retenções, caso tenham existido, as mesmas poderão confirmar o sucesso ou o insucesso destes filhos e filhas, pois expressam o resultado de uma classificação interna final negativa. Atendendo a que a nossa amostra de estudantes se centra num percurso escolar desde o 1.º ao 3.º ciclo do ensino básico (público ou privado), essas retenções correspondem à “menção insuficiente”, para o 1.º ciclo (1.º ano do 1.º ciclo, só existe retenção por ter ultrapassado o limite de faltas), e de uma “classificação inferior a nível 3”, para o 2.º e 3.º ciclo, num conjunto de disciplinas, de acordo com a legislação em vigor⁸⁷.

Neste contexto, as questões aqui apresentadas serão igualmente importantes preditores a relacionar com o envolvimento parental na escola, os comportamentos e desempenhos escolares destes filhos.

No que respeita às variáveis de caracterização do estado do processo-crime (“Queixa/Tribunal”) foi definida apenas por uma questão do questionário:

- (34) Situação Processo-crime: Com base na legislação específica a este crime e ao Código Processo Penal, foram definidas as hipóteses possíveis (processo a decorrer; arquivado; suspensão provisória do processo; pena prisão (efetiva); pena de prisão suspensa/substituída).

Com apenas uma questão, e tendo por base a legislação analisada e atual onde este crime se insere, apresentamos as hipóteses possíveis perante o processo-crime após a denúncia do crime por esta vítima, dando para tal exemplos e facilitando o seu conteúdo que encerra uma linguagem jurídica não facilitada a toda a população em geral.

⁸⁷ Despacho normativo n.º 1-F/2016. DR, II Série, n.º 66, de 5 de abril de 2016 (Relativa ao Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril, onde se encontram redefinidos os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, afirmando a dimensão eminentemente formativa da avaliação, que se quer integrada e indutora de melhorias no ensino e na aprendizagem).

Esta questão será um dos preditores deste nosso estudo, quer para a mãe/vítima, quer para o filho que participou no nosso estudo, na sua relação com o envolvimento parental na escola.

Não só para a mulher vítima deste crime mas também para o filho, os contornos e o próprio estado em que se encontra o processo-crime de violência doméstica, podem causar nestes atores um *stress* psicológico envolvendo vários domínios da sua vida. Só por si, o ato de denunciar a violência às autoridades e, até mesmo, no caso da criança, quando têm de testemunhar contra um dos progenitores, são fatores que podem criar problemas e perturbações nos seus comportamentos (Kitzmann, 2011).

3.7.2. Questionário, versão filho

No mesmo pressuposto do questionário referente à “mãe/vítima”, encontramos, nesta fase, as questões que comportam o questionário dos “filhos/as” destas “mães/vítimas”. Numa primeira seção, encontramos um grupo de quatro questões, sendo a segunda seção composta pela quinta questão e subsequentes, referentes igualmente à questão do “envolvimento parental na escola”, neste caso, em que estes filhos avaliam o envolvimento parental da escola das suas mães.

Neste questionário, à exceção da segunda questão (idade), que assume a inserção da data de nascimento, todas as outras questões são de resposta fechada a uma única opção.

Neste pressuposto, o questionário do filho/a selecionado pela vítima para este estudo, foi respondido exclusivamente por estes (alunos do 2.º ou 3.º ciclo).

No que respeita às variáveis de caracterização criança/jovem foram definidas por quatro questões do questionário:

- Sexo; (2) Idade; (3) Ano de frequência escolar atual; (4) Retenções (referente ao número de retenções escolares que possuem até à data, caso existam).

No pressuposto em que as questões contendo matérias mais “pesadas”, relacionadas com o crime e envolvendo estas crianças e jovens, a serem respondidas pela mãe, e, no sentido de facilitar o questionário destes filhos, optamos por lhes colocar apenas questões de fácil compreensão e rápida resposta.

Sendo importantes preditores a relacionar com o envolvimento parental na escola, os seus comportamentos e resultados académicos, iniciamo-nos pelo sexo destes filhos.

Existem estudos onde os resultados indicam que as crianças que crescem no seio da violência interparental, onde a mulher é vítima e o homem o agressor, internalizam um conjunto de crenças e valores negativos que circunscrevem os estereótipos de género, as desigualdades entre homem e mulher, as relações com os outros, incluindo a legitimidade do uso da violência como meio de resolução de conflitos, e que podem mesmo formar a base do seu comportamento futuro nos relacionamentos. Neste contexto particular de violência, o âmbito do género das crianças mostra uma tendência para que as meninas se identifiquem com o papel materno, adotando comportamentos de submissão, passividade e obediência, e, os meninos, adotam o papel paterno, assumindo posições de poder e privilégio (Gracia, Mesa & Vila, 2013; Sepúlveda, 2006). Veremos, no caso deste nosso estudo, de que forma este preditor influencia as variáveis acima descritas.

Neste grupo de questões encontramos ainda a idade (que foi posteriormente agrupado em dois grupos etários, menores de idade e maiores de idade), o ano escolar atual em que se encontram, e o número de retenções escolares, caso tenham existido, o que poderá confirmar o sucesso ou o insucesso destes filhos e filhas.

3.7.3. Questionário, parte comum à versão mãe e filho

Na referida segunda seção dos questionários (“mãe” e “filho”), encontramos a análise ao envolvimento parental na escola (EPE), especificamente definidos na 35ª questão para a versão das “mães”, e, na 5ª questão, para a versão dos “filhos”.

Como anteriormente referido, o instrumento escolhido para avaliar este parâmetro foi o «Questionário de Envolvimento Parental na Escola para Pais (QEPE-VPa)» (Pereira et al., 2008, 2003) (Anexo II). Este instrumento foi criado pela autora para pais de alunos do ensino básico em contexto nacional, e já utilizado em inúmeros estudos (Soares, 2016a; Leal, 2014; Felizardo & Ribeiro 2013; Asanbe, Hall & Bolden, 2013; Ribeiro & Felizardo, 2013; Barradas, 2012; Marques, 2012; Vargues, 2011; Rodrigues, 2009; Reis, 2008).

De forma a adaptar as questões aos objetivos do estudo, no que se refere ao questionário direcionado para os filhos, a revisão da literatura na qual se utilizou este instrumento permitiu-nos identificar uma larga utilização do instrumento, incluindo a sua

reformulação e/ou utilização em vários graus de ensino, incluindo o ensino secundário (Tavares, 2016; Santos, 2015; Branco & Beja, 2014; Viegas, 2014; Pereira, 2014c; Pissarro, 2013; Sousa, 2012; Branco, 2012; Alves, 2011), conforme foi consumado neste nosso estudo.

Este instrumento (QEPE-VPa), parte do conceito de envolvimento parental enquanto constructo multidimensional, operacionalizando-o a partir de três dimensões da teoria de Epstein, descritas por:

- Envolvimento na comunicação escola-família;
- Envolvimento em atividades na escola;
- Envolvimento em atividades de aprendizagem em casa.

A versão deste questionário, que se encontra devidamente validado, sendo um instrumento composto por 24 itens (questões) a serem respondidos numa escala tipo Likert de quatro pontos (desde “Nada Verdade” a “Muito Verdade”), instrumento este que cumpre, na designação da autora, uma “avaliação” do envolvimento parental na escola.

Estas três dimensões compreendem quatro fatores (subescalas) que se correlacionam⁸⁸:

- O primeiro fator constitui-se por seis itens pertencentes à dimensão do envolvimento parental em «atividades na escola e voluntariado». Estes itens referem-se sobretudo à disponibilidade e vontade dos pais em participarem na organização de diferentes atividades no espaço escolar, prevendo um envolvimento mais proactivo do que reativo.
- O segundo fator constitui-se por oito itens da dimensão do envolvimento da família em «atividades de aprendizagem em casa».
- O terceiro fator pertence à «comunicação escola-família», e constitui-se por seis itens que dizem respeito à comunicação escola-família por iniciativa dos pais.
- O quarto fator denominado «atividades na escola e participação em reuniões de pais», reúne dois itens da dimensão da comunicação escola-família, que se referem a

⁸⁸ Todo o processo que culminou no desenvolvimento dos itens é apresentado com maior pormenor em Pereira et al. (2003), e seguiu os seguintes passos: 1) a descrição e identificação do conteúdo de cada uma das três dimensões do envolvimento parental: comunicação escola-família, envolvimento em atividades na escola, e, envolvimento em atividades de aprendizagem em casa; 2) a formulação de itens que cobrissem as diferentes áreas de conteúdo, bem como os dois tipos de envolvimento parental, reativo e proactivo, e, 3) a avaliação por parte de um especialista da adequabilidade do conjunto de itens inicialmente formulados para as diferentes áreas de conteúdo.

assiduidade e participação nas reuniões de pais, e dois itens da dimensão do envolvimento em atividades na escola, que se referem a assiduidade a atividades na escola e à disponibilidade para participar em atividades na sala de aula (Pereira et al., 2008).

No quadro seguinte apresentado, podemos perceber melhor o formato de como estas dimensões e inerentes fatores (subescalas) se interligam, totalizando um contexto de 24 questões.

Quadro 3 - Relações das dimensões e subescalas do EPE

Envolvimento Parental na Escola (Pais) - 24 questões			
3 Dimensões			
Comunicação escola-família		Envolvimento em atividades na escola	Envolvimento em atividades de aprendizagem em casa
4 Subescalas			
Envolvimento parental em atividades na escola e voluntariado (6 questões)	Envolvimento parental nas atividades de aprendizagem em casa (8 questões)	Comunicação escola-família (6 questões)	Envolvimento em atividades na escola e participação em reuniões de pais (4 questões)
<p>1. Dou ideias para organizar atividades na escola (ex. festas, atividades desportivas, jogos, ...).</p> <p>6. Procuro participar na resolução de problemas da escola (ex. dando ideias para resolver problemas de indisciplina e violência, ...).</p> <p>10. Quando sei que se vão realizar certas atividades na turma (ex. visitas de estudo, festas, jogos, ...), ofereço ajuda.</p> <p>12. Gostaria de trabalhar voluntariamente (ou trabalho) em atividades na escola (ex. pintar a escola, arranjar o recreio e o jardim, vigiar os recreios, ...).</p> <p>13. Dou ideias para organizar atividades na turma (ex. visitas de estudo, festas, jogos, ...).</p> <p>23. Quando sei que se vão realizar certas atividades na escola (ex. festas, atividades desportivas, jogos, ...), ofereço ajuda.</p>	<p>2. Procuro saber o que e que o meu filho necessita de aprender, para o poder ajudar em casa.</p> <p>4. Procuro que o meu filho realize atividades que o ajudam na aprendizagem (ex. encorajo o meu filho a ler, ...).</p> <p>5. Ajudo frequentemente o meu filho nos trabalhos para casa.</p> <p>9. Procuro fazer atividades com o meu filho que não são pedidas pelo professor, mas que sei que o ajudam nas aprendizagens (ex. leio-lhe histórias, vou com ele a uma biblioteca, ...).</p> <p>15. Converso com o meu filho acerca do que se passa na escola.</p> <p>19. Tenho por hábito verificar se o meu filho fez os trabalhos para casa.</p> <p>21. Tento ensinar o meu filho a planear e a organizar melhor o seu tempo.</p> <p>24. Procuro informar-me acerca das datas dos testes de avaliação, para poder ajudar o meu filho a estudar.</p>	<p>3. Quando há qualquer problema com o meu filho na escola, procuro informar o professor.</p> <p>14. Procuro informar-me sobre o regulamento e as normas de funcionamento da escola.</p> <p>17. Costumo pedir informações ao professor sobre os progressos/dificuldades do meu filho.</p> <p>18. Tenho por hábito procurar informações do professor na caderneta/caderno do meu filho.</p> <p>20. Procuro informar-me sobre o projeto educativo e o plano anual de atividades da escola.</p> <p>22. Quando há qualquer problema na escola com outros colegas, procuro informar o professor.</p>	<p>7. Vou às reuniões para pais convocadas pelo professor.</p> <p>8. Gostaria de participar (ou participo) em atividades na sala de aula (ex. ler historias as crianças, falar-lhes sobre a minha profissão, ajudar o professor a preparar materiais, ...).</p> <p>11. Costumo falar e dar opiniões nas reuniões de pais.</p> <p>16. Vou as atividades para pais organizadas pela escola.</p>

Fonte: Elaboração própria/2016, adaptado de Pereira et al., 2008

Nesta escala é possível obter quatro pontuações perante uma pontuação global, resultado da soma dos 24 itens (questões), que procedem à “avaliação” do envolvimento parental na escola. Esta escala possibilita três pontuações: uma pontuação global, que resulta do somatório dos 24 itens do questionário (que varia entre 24 e 96 pontos), e duas pontuações relativas às subescalas do questionário. Numa primeira subescala pode variar entre 13 e 52 pontos, e diz respeito às escalas inseridas nas dimensões que envolvem as atividades de aprendizagem em casa e a comunicação escola-família, e, a outra subescala, que diz respeito às escalas que envolvem a dimensão das atividades na escola, a qual varia entre os 11 e 44 pontos (Pereira et al., 2008).

No que respeita à estrutura fatorial deste instrumento, revela boas qualidades psicométricas, assim como correlações moderadas no que respeita à perceção dos pais (Pereira et al., 2008; 2003).

O (QEPE-VPa) foi, como referimos anteriormente, construído para “avaliar” este envolvimento por parte dos pais. Neste estudo, com as particularidades já apresentadas, é apenas dirigido a uma amostra de um dos encarregados de educação, a mãe, vítima de violência conjugal e principal representante na envolvimento do processo educativo da criança. Desta solicitada autoanálise do seu envolvimento parental na escola, encontramos também a “avaliação” sobre este envolvimento na visão dos seus filhos, alunos do 2.º e 3.º ciclo.

Tendo por base o objetivo geral, e seus complementares específicos, pretendemos emparelhar os resultados destes dois grupos da amostra (Marôco, 2014), o que só foi possível analisarmos perante a “avaliação” do envolvimento parental diante estes dois olhares distintos, o da mãe sobre si, e do seu filho sobre esta. Neste pressuposto realizamos uma adaptação à versão original do questionário «QEPE-VPa» para a amostra “filho”, com as mesmas 24 questões, construídas num formato interrogatório da visão destes em relação à sua mãe. Assim, construímos um questionário à luz das características da nossa população, com particular atenção à linguagem, para assim facilitar a leitura e interpretação do mesmo por estas crianças e jovens da nossa amostra (Apêndice XI).

Para a interpretação desta versão do questionário do «QEPE-VPa» direcionado ao “filho”, recorreremos à literatura de estudos e investigações com questionários que se debruçam nesta matéria do envolvimento parental na escola e inerentes envolvimento, incluindo questionários que adaptaram esta versão de Ana Pereira aos objetivos dos seus estudos (Pedro, Carapito & Ribeiro, 2015; Nunes & Ayala-Nunes, 2015; Carapito, Ribeiro & Pereira,

2015; Miranda & Veiga, 2014; Simões, 2013; Farate, Pocinho & Machado, 2010; Pereira et al., 2009; Coelho, 2007).

De modo a garantir a credibilidade do estudo e a diminuir os erros, procederemos à realização de um pré-teste, a ambos os grupos da amostra respondentes (mães e filhos), que decorreu no mês de fevereiro do presente ano de 2016. Este desígnio foi realizado com 10% da amostra final, ou seja, a 35 “mães/vítimas” e a 35 “filhos(as)”, sendo 10 [cinco “mães/vítimas” e cinco “filhos(as)”] de cada grupo da amostra, relativo a cada um dos sete NUTS.

Como resultado deste pré-teste foi apenas consumada uma alteração/complementação, referente à 34^a questão do questionário direcionado às “mães/vítimas” (caracterização do estado do processo-crime). Nesta questão foram demonstradas algumas dúvidas em selecionar a resposta “correta”. Sendo uma questão que assume um conteúdo de linguagem jurídica, e que não está no domínio de todos, optamos por apresentar respostas com uma linguagem que fosse facilmente compreendida, bem como a inserção de exemplos, o que se veio a confirmar estar ao alcance dos desígnios pretendidos

Relativamente à inquirição da nossa amostra, decorreu no espaço temporal entre março e junho de 2016.

3.8. Procedimentos estatísticos

A análise estatística foi realizada recorrendo ao programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 21 de 2012 para Windows (International Business Machines [IBM], 2012).

A análise de consistência interna das escalas utilizadas e respetivas subdimensões foi avaliada pelo Alfa de Cronbach. O teste do Alfa de Cronbach, permite determinar o limite inferior da consistência interna de um grupo de variáveis ou itens. Este limite corresponderá à correlação que se espera obter entre a escala usada e outras escalas hipotéticas, do mesmo universo e com igual número de itens utilizados para medir a mesma característica (Marôco, 2014; Coutinho, 2014; IBM, 2012). O índice alfa (α) estima o quanto uniformemente os itens contribuem para a soma não ponderada do instrumento, variando numa escala de 0 a 1. Esta propriedade é denominada por consistência interna da escala, sendo, o α , “(...) interpretado como coeficiente médio de todas as estimativas de consistência interna que se obteriam se todas as divisões possíveis da escala fossem feitas” (Marôco & Garcia-Marques, 2006, p. 73).

Este instrumento ou teste classifica-se como possuindo a fiabilidade apropriada quando o α é superior a 0,70, contudo, em cenários de investigação das ciências sociais, um α de 0,50 é considerado aceitável (Marôco, 2014). Como visualizamos na tabela seguinte, o alfa de Cronbach para as escalas em estudo possui valores acima de 0,60, comprovando a consistência interna das nossas escalas (Ibidem).

Tabela 1 - Resultados dos testes de Alfa de Cronbach (consistência interna) da escala e subescala (EPE “Mãe” e “Filho”)

	Subescala AEV	Subescala AAC	Subescala CEF	Subescala AERP	Escala Global EPE
Coeficiente alfa de Cronbach (Mãe)	0,884	0,821	0,681	0,601	0,906
Coeficiente alfa de Cronbach (Filho)	0,919	0,867	0,755	0,726	0,952

EPE, Envolvimento Parental na Escola; AEV, Atividades na escola e voluntariado; AAC, Atividades de aprendizagem em casa; CEF, Comunicação escola-família; AERP, Atividades na escola e reuniões de pais.

A estatística descritiva é apresentada na forma de média, desvio padrão, mínimo e máximo, para as variáveis quantitativas, e, na forma de frequências para as variáveis qualitativas. Antes da realização da análise inferencial foram realizados os testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov-Lilliefors e Shapiro-Wilk, para as variáveis quantitativas. Estes testes (Kolmogorov-Smirnov-Lilliefors e Shapiro-Wilk), destinam-se a averiguar se uma amostra pode ser considerada como proveniente de uma população com uma determinada distribuição (Marôco, 2014). Como podemos visualizar, na tabela seguinte, os valores de significância, para todas as escalas e subescalas, foi $p < 0,05$, indicando que é significativo, e revelando que os pressupostos de normalidade das variáveis quantitativas não foram observados (Ibidem), tendo-se aplicado testes não paramétricos, testes U-Mann-Whitney e Kruskal-Wallis, nas diferenças de grupos. Estes testes, não paramétricos, são aplicados para duas amostras independentes (U-Mann-Whitney) e para várias amostras independentes (Kruskal-Wallis), fornecendo a relação entre duas populações (Marôco, 2014; Coutinho, 2014; IBM, 2012).

Tabela 2 - Resultados dos testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov-Lilliefors e de Shapiro-Wilk das escalas e subescalas (EPE “Mãe” e “Filho”)

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Pontuação Total Escala EPE (Mãe)	0,076	350	0,000	0,986	350	0,001
Subescala AEV “ Mãe ” (6-24 pontos)	0,111	350	0,000	0,973	350	0,000
Subescala AAC “ Mãe ” (8-32 pontos)	0,162	350	0,000	0,901	350	0,000
Subescala CEF “ Mãe ” (6-24 pontos)	0,212	350	0,000	0,894	350	0,000
Subescala AERP “ Mãe ” (4-16 pontos)	0,129	350	0,000	0,967	350	0,000
Pontuação Total Escala EPE (Filho)	0,060	350	0,004	0,987	350	0,003
Subescala AEV “ Filho ” (6-24 pontos)	0,136	350	0,000	0,934	350	0,000
Subescala AAC “ Filho ” (8-32 pontos)	0,085	350	0,000	0,975	350	0,000
Subescala CEF “ Filho ” (6-24 pontos)	0,094	350	0,000	0,976	350	0,000
Subescala AERP “ Filho ” (4-16 pontos)	0,108	350	0,000	0,975	350	0,000

EPE, Envolvimento Parental na Escola; *AEV*, Atividades na escola e voluntariado; *AAC*, Atividades de aprendizagem em casa; *CEF*, Comunicação escola-família; *AERP*, Atividades na escola e reuniões de pais; ^aCorrelação de Significância de Lilliefors.

As diferenças nas proporções, nas variáveis qualitativas, foram analisadas através do teste de Qui-Quadrado ou o teste Exato de Fisher. Apesar de ambos os testes se destinarem a testar se dois ou mais grupos independentes diferem relativamente a uma determinada característica, o teste Exato de Fisher serve para ser utilizado como alternativa ao teste Qui-Quadrado, quando este não se pode aplicar. Foram ainda calculadas correlações de Spearman para averiguar a relação entre as escalas em estudo (Marôco, 2014).

Na grande maioria das áreas científicas, admite-se um valor crítico de p (nível de significância) menor ou igual a 0,05, ou seja, assume-se como margem de segurança 5% de probabilidades de erro, ou olhando por outro ângulo, 95% de probabilidades de estar certo. Neste âmbito, sendo p inferior a 0,05, a probabilidade dos resultados serem devidos a erros aleatórios é suficientemente baixa para ser desprezada e assim considerarem-se os resultados como “estatisticamente significativos”. Em sentido oposto, caso o valor seja superior a 0,05, consideram-se os resultados como “estatisticamente não significativos” (Ibidem). Assim, o nível de significância estatística aplicado para o estudo foi de $p < 0,05$.

3.9. As questões de ética da investigação

Todos os procedimentos adotados, ao longo deste estudo, regeram-se pela ética associada à investigação com sujeitos humanos (Dornelles & Fernandes, 2015; Lança, 2015; Tavares, 2015; Bogdan & Biklen, 2013, Linhares, 2013).

Como temos vindo a referir, a amostra deste estudo compreende mulheres vítimas de violência doméstica e os seus filhos, crianças e jovens, que em alguns casos, foram expostos à violência doméstica e/ou também foram vítimas. Logo, a importância de proteger os inquiridos é imprescindível, quer neste estudo, quer em qualquer outra circunstância da vida.

Com o apoio fundamental da PSP na recolha da amostra, e por forma a preservar as questões ética/jurídicas, por a referida matéria se encontrar em segredo de justiça (Artigo 86º CPP), foi elaborada a informação desta Entidade (PSP), que apenas o investigador poderia contactar/inquirir a amostra recolhida (Anexo IV). Para além disso, há ainda o pressuposto do investigador ser funcionário desta Entidade, devendo obrigação ao “segredo de funcionário” (artigo 136º CPP). Salientamos neste âmbito o Código Deontológico da PSP, que nos pressupostos particulares desta profissão enumera um conjunto de princípios e deveres que devem nortear a prática dos profissionais. Além de abordar aspetos jurídicos, enuncia princípios éticos fundamentais, com destaque para a defesa da dignidade humana, a igualdade e a responsabilidade, assente numa consciência ética⁸⁹.

Foi elaborado um consentimento informado (Apêndice VII) para a participação dos sujeitos, e a sua proteção foi orientada pelo princípio de uma adesão voluntária, conscientes da natureza do estudo, dos riscos inerentes e das obrigações a ela associada. Este princípio aplica-se quando se preservam as identidades dos sujeitos, quando são tratados com respeito, quando lhes é solicitada autorização para os incluir no estudo, e existe autenticidade na análise dos resultados (Bogdan & Biklen, 2013).

Numa sociedade democrática, quando existem restrições que se podem colocar à liberdade de cada um, o consentimento informado surge como um direito dos sujeitos à liberdade e à autodeterminação (Linhares, 2013). Neste pressuposto foi solicitado a esta população, que assinassem um termo de consentimento livre e informado. Como já referido, este termo referia as finalidades do estudo, a garantia de anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos. Viemos a aferir 1052 (526 mulheres mães/vítimas + 526 filhos destas

⁸⁹ Estatuto do Pessoal da PSP. Decreto-Lei n.º 299/2009 - DR n.º 199, Série I, de 14 de outubro de 2009.

vítimas), participantes (validados), que aceitaram participar no estudo e assinaram o documento de consentimento informado.

Desta forma, os seus direitos de autodeterminação e de recusa de participação foram respeitados. Quanto à proteção da identidade dos participantes, será assegurada através do anonimato e da confidencialidade dos dados, perante a utilização de um processo de codificação associado às respostas obtidas sem recorrer ao nome dos inquiridos ou qualquer outro meio de identificação, assegurando-se que não seja possível relacionar as informações obtidas com os participantes.

A relação entre investigador e investigados não foi presencial. No entanto, procuramos originar sentimentos de verdade, confiança e sinceridade, uma abertura essencial que se aferiu preponderante para o bom rumo da investigação.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Introdução

O propósito deste capítulo é responder à Pergunta de Partida, através da apresentação, análise e interpretação dos resultados obtidos, nos inquéritos por questionário. O processo de análise, referente aos questionários, encontra-se estruturado para dar resposta aos objetivos e hipóteses de investigação formulados, apresentando-se organizado em dois momentos por cada objetivo e hipótese. Num primeiro item de cada ponto, faremos a apresentação geral dos resultados, e, num segundo momento, encontramos a análise descritiva, discussão desses resultados e confirmação ou infirmação das hipóteses, tendo em conta não apenas os autores, e os seus estudos e reflexões, analisados na primeira parte desta investigação, como igualmente relatórios oficiais, particularmente, os que analisam e caracterizam a violência doméstica, as crianças e jovens em risco, e a área da educação em contexto nacional e internacional (CNPDPJ/CNPCJR; SGMAI/DGAI; APAV; ME; PISA).

4.1. Avaliação do envolvimento parental na escola da mulher vítima

Neste capítulo, principiamos a nossa análise com a avaliação do envolvimento parental na escola (EPE), na perspetiva da mãe e filho (Tabela 3 e 4).

As variáveis que fazem parte desta análise, incidem na avaliação da escala global e das subescalas do EPE, incluindo ao nível das nomenclaturas de unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS), na perspetiva das mães sobre si mesma, e, dos seus filhos, sobre estas. Como explicado anteriormente, a avaliação global do EPE compreende quatro subescalas, particularmente, a subescala de atividades na escola e voluntariado (AEV), das atividades de aprendizagem em casa (AAC), da comunicação escola-família (CEF), e das atividades na escola e reuniões de pais (AERP). Relativamente aos NUTS, dividem-se em sete (Norte; Centro; Lisboa; Alentejo; Algarve; Açores; Madeira).

Para cumprir esta análise, relembramos que selecionamos uma amostra constituída por igual número de mães/vítimas e filhos, 350 indivíduos de cada conjunto, num total de 700. No que respeita ao nível dos sete NUTS, consideramos igualmente uma mesma amostra por cada NUTS, ou seja, 100, sendo 50 mães e 50 filhos.

Num primeiro momento, encontramos a análise global do EPE em território nacional, na perspetiva das mães e dos filhos (Tabela 3). O segundo momento apresenta a análise deste

EPE, relacionando-o com os NUTS, igualmente na perspetiva dos conjuntos que comportam a nossa amostra (Tabela 4).

De seguida, passamos a apresentar e a analisar os dados, sendo que, numa última parte, desenvolvemos discussão dos resultados.

4.1.1. Avaliação do envolvimento parental na escola da mulher vítima, em contexto nacional, na perspetiva da mãe e do filho

Neste primeiro momento, efetuamos a análise das pontuações da avaliação do EPE da mulher vítima em território nacional, na perspetiva da mãe e do filho (Tabela 3).

4.1.1.1. Apresentação dos resultados

A pontuação total da escala e subescalas de EPE aplicada pelas vítimas foi estatisticamente superior à aplicada aos filhos. A pontuação total média da mãe foi de 79,90, com um mínimo de 54 pontos e um máximo de 96 pontos, enquanto que, a pontuação média do EPE referida pelos filhos, foi de 61,88, que variou entre 29 e 95 pontos.

Numa análise mais detalhada, que considera as quatro subescalas (quatro fatores) do EPE, a mesma tendência foi observada, com a mesma perspetiva de mães e filhos no que respeita às pontuações mais elevadas e mais baixas destas subescalas.

Verificamos que é na subescala das atividades de aprendizagem em casa (AAC), que os dados indicam pontuações mais elevadas de EPE (mãe, $M=29,09$; filho, $M=22,93$). A subescala da comunicação escola-família (CEF), assume a segunda maior média (mãe, $M=22,28$; filho, $M=18,27$), e, num patamar inferior, encontramos a subescala que envolve as atividades na escola e voluntariado (AEV) (mãe, $M=16,63$; filho, $M=11,30$). Por fim, as médias mais baixas estão presentes na avaliação da subescala das atividades na escola e reuniões de pais (AERP) (mãe, $M=11,90$; filho, $M=9,38$).

Em ambas as análises, global ou de subescalas de EPE, na relação entre a avaliação da perspetiva da mãe e da perspetiva do filho, são observadas diferenças estatisticamente significativas ($p<0,05$).

Tabela 3 - Pontuações da escala global e subescalas do EPE, de mãe e filho, em contexto nacional

Mãe/Vítima (n=350)				Filho (n=350)			
Escala Global EPE							
Variável	M	DP	Min-Máx	M	DP	Min-Máx	P
	79,90	8,16	54,00 - 96,00	61,88	13,39	29,00 - 95,00	<0,001
Subescalas EPE							
AEV	16,63	3,71	6,00 - 24,00	11,30	4,15	6,00 - 24,00	<0,001
AAC	29,09	2,67	19,00 - 32,00	22,93	4,95	9,00 - 43,00	<0,001
CEF	22,28	1,33	17,00 - 24,00	18,27	3,10	9,00 - 24,00	<0,001
AERP	11,90	1,79	7,00 - 16,00	9,38	2,50	4,00 - 16,00	<0,001

EPE, Envolvimento Parental na Escola; AEV, Atividades na escola e voluntariado; AAC, Atividades de aprendizagem em casa; CEF, Comunicação escola-família; AERP, Atividades na escola e reuniões de pais; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; Teste U Mann-Withney para duas amostras independentes.

4.1.1.1.1. Análise e discussão dos resultados

Quer num panorama global quer de subescalas do EPE, relacionando as perspetivas das mães e dos filhos, verificamos que as mães indicam possuir um maior EPE que os filhos indicam sobre estas. Sendo que as vítimas, segundo ambas as perspetivas de mães e filhos, se envolvem mais nas atividades de aprendizagem em casa (AAC), e, de forma decrescente, na comunicação escola-família (CEF), nas atividades na escola e voluntariado (AEV), e por fim, nas atividades que ocorrem na escola e nas reuniões de pais (AERP).

Nos estudos que envolveram estas escalas, realizados em contextos geográficos menores e direcionados do território nacional, mas sem o “preditor” violência doméstica, com avaliações indicadas pelos pais sobre si mesmos, e pelos filhos e/ou professores sobre estes pais, observamos bastantes semelhanças. Por norma, a sequência do nosso estudo é verificada, havendo apenas, em alguns casos, alterações entre as duas subescalas que apresentam as menores avaliações. Neste contexto, em alguns estudos surge a subescala de AEV com pontuações mais baixas, e, em outros, sendo maioritário, e tal como no nosso estudo, a escala de AERP (Leal, 2014; Pereira, 2014c; Pissarro, 2013; Sousa, 2012; Branco, 2012; Alves, 2011; Reis, 2008).

Assim sendo, estas mães percecionam um envolvimento maior nas atividades escolares dos filhos, o que não é percecionado pelos filhos. Num contexto em que existe falta de representatividade desta análise específica a nível nacional, para consumir comparações estatísticas, podemos subentender que esse diferencial pode significar uma visão diferenciada das responsabilidades e funções parentais, advinda não apenas da distância entre gerações, mas da necessidade, sentida pelos filhos, de uma presença e de um apoio escolar mais constantes da mãe, dado tratar-se de famílias onde existe violência doméstica.

No entanto, estes resultados são, segundo a literatura, previsíveis, porque os pais se sobrevalorizam e se classificam mais participativos no EPE dos seus filhos, ou seja, representam mais práticas do que as que os filhos percecionam (Espinho, 2014; Lopes, 2014; Branco, 2012; Alves, 2011; Williams, 2008; Deplanty, Coulter-Kern & Duchane, 2007).

4.1.2. Avaliação do envolvimento parental na escola da mulher vítima, por NUTS, na perspetiva da mãe e do filho

Neste segundo momento, efetuamos a análise das pontuações da avaliação do EPE da mulher vítima ao nível dos sete NUTS, na perspetiva da mãe e do filho (Tabela 4).

4.1.2.1. Apresentação dos resultados

Focalizando os NUTS, observamos, que a pontuação total da escala e subescalas de EPE indicada pelas vítimas é sempre estatisticamente superior à indicada pelos filhos.

Relativamente às médias das pontuações do EPE global, observamos a mesma perspetiva de mães e filhos relativamente às avaliações com as médias mais elevadas e mais baixas. No entanto, há diferenças no que respeita às médias intermédias. As mães indicaram avaliações mais elevadas no NUTS Centro (M=82,18), vindo a decrescer sucessivamente para os NUTS Norte (M=80,82), Alentejo (M=80,32), Lisboa (M=80,06), Algarve (M=79,00), Açores (M=78,48), surgindo os valores mais baixos, no NUTS Madeira (M=78,40). Por seu lado, os filhos indicaram que o EPE das mães/vítimas é maior no NUTS Centro (M=64,98), decrescendo, sucessivamente, para os NUTS Norte (M=63,90), Algarve (M=63,16), Alentejo (M=62,48), Lisboa (M=60,62), Açores (M=59,56), e, por fim, o NUTS Madeira (M=58,44).

Na análise às subescalas do EPE, e com uma abrangência transversal a todos os NUTS, e a ambas as perspetivas dos nossos conjuntos da amostra, observamos que a subescala AAC comporta a melhor avaliada. Num patamar inferior, surge a subescala CEF, seguida pela subescala AEV, e, por fim, com avaliações mais baixas, surge a subescala AERP. No entanto, as perspetivas de avaliação de mães e filhos, apresentam algumas diferenças ao nível dos NUTS.

Assim, relativamente à subescala AAC, que apresenta as melhores avaliações globais de EPE, encontramos diferentes perspetivas de mães e filhos nas avaliações médias mais elevadas e intermédias, no entanto, com a mesma perspetiva relativamente às médias mais baixas. A avaliação com a média mais elevada indicada pelas mães surge no NUTS Norte (M=29,68), decrescendo, sucessivamente, para os NUTS Centro (M=29,56), Lisboa

(M=29,14), Algarve (M=29,00), Alentejo (M=28,86), Açores (M=28,76), e, por fim, Madeira (M=28,62). Relativamente aos filhos, indicam a melhor média no NUTS Centro (M=24,52), vindo a decrescer, progressivamente, para os NUTS Norte (M=23,88), Lisboa (M=23,18), Alentejo (M=23,08), Algarve (M=22,92), Açores (M=21,92), e Madeira (M=21,04).

No que respeita à segunda subescala melhor avaliada, CEF, encontramos a mesma perspetiva nas avaliações mais elevadas, sendo, no entanto, diferentes ao nível das médias intermédias e mais baixas. No que respeita às médias indicadas pelas mães, a mais elevada surge no NUTS Centro (M=22,78), decrescendo, de forma sucessiva, para os NUTS Alentejo (M=22,44), Lisboa (M=22,40), Algarve (M=22,24), Norte (M=22,08), Madeira (M=22,04), e Açores (M=21,96). Os filhos, nesta subescala, apresentam valores médios mais elevados no NUTS Centro (M=18,78), decrescendo, de forma contínua, para os NUTS Algarve (M=18,58), Norte (M=18,52), Açores (M=18,44), Alentejo (M=18,22), Madeira (M=17,96), e Lisboa (M=17,38).

No contexto da subescala, que possui avaliação inferior à anterior, AEV, observamos diferentes perspetivas de avaliação nas médias mais elevadas e intermédias, indicadas pelos nossos conjuntos, mas a mesma perspetiva relativamente às mais baixas. Relativamente às médias mais elevadas indicadas pelas mães nesta subescala, ocorre no NUTS Centro (M=17,66), decrescendo continuamente para os NUTS Alentejo (M=17,04), Lisboa (M=16,86), Norte (M=16,70), Açores (M=16,16), Algarve (M=16,02), e Madeira (M=15,96). No que respeita à avaliação desta subescala pelos filhos, a média mais elevada surge no NUTS Norte (M=11,88), vindo a decrescer de forma contínua, para os NUTS Algarve (M=11,86), Alentejo (M=11,72), Centro (M=11,50), Lisboa (M=11,12), Açores (M=10,59), e Madeira (M=10,42).

Por fim, no âmbito da subescala que possui a mais baixa avaliação global, AERP, observamos, novamente, discrepâncias nas perspetivas das nossas amostras nas médias mais elevadas e intermédias, sendo conformes nas mais baixas. Assim, a avaliação com a média mais elevada indicada pelas mães surge no NUTS Norte (M=12,36), decrescendo progressivamente para os NUTS Centro (M=12,18), Alentejo (M=11,98), Madeira (M=11,78), Algarve (M=11,74), Lisboa (M=11,66), e Açores (M=11,60). No contexto da avaliação desta subescala pelos filhos, encontramos a média mais elevada no NUTS Centro (M=10,18), descendo igualmente de forma sucessiva para os NUTS Algarve (M=9,80), Norte (M=9,62), Alentejo (M=9,46), Madeira (M=9,02), Lisboa (M=8,94), e Açores (M=8,62).

Em ambas as análises, global ou de subescalas de EPE e ao nível dos NUTS, na relação entre a avaliação da perspetiva da mãe e da perspetiva do filho, são observadas diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 4 - Pontuações da escala global e subescalas do EPE, de mãe e filho, por NUTS

Mãe (n=350)				Filho (a) (n=350)			
Variável	M	DP	Min-Máx	M	DP	Min-Máx	P
Norte							
Escala Global EPE	80,82	7,61	60,00 - 91,00	63,90	13,50	35,00 - 86,00	<0,001
Subescalas EPE							
AEV	16,70	3,12	8,00 - 21,00	11,88	4,04	6,00 - 19,00	<0,001
AAC	29,68	2,49	22,00 - 32,00	23,88	4,80	12,00 - 31,00	<0,001
CEF	22,08	1,43	19,00 - 24,00	18,52	3,35	9,00 - 24,00	<0,001
AERP	12,36	1,66	9,00 - 15,00	9,62	2,81	4,00 - 14,00	<0,001
Centro							
Escala Global EPE	82,18	7,55	61,00 - 95,00	64,98	10,21	47,00 - 87,00	<0,001
Subescalas EPE							
AEV	17,66	3,56	12,00 - 24,00	11,50	3,39	6,00 - 19,00	<0,001
AAC	29,56	2,60	22,00 - 32,00	24,52	3,16	18,00 - 30,00	<0,001
CEF	22,78	1,33	17,00 - 24,00	18,78	2,52	13,00 - 24,00	<0,001
AERP	12,18	1,49	10,00 - 16,00	10,18	2,29	5,00 - 15,00	<0,001
Lisboa							
Escala Global EPE	80,06	6,70	63,00 - 95,00	60,62	14,44	32,00 - 84,00	<0,001
Subescalas EPE							
AEV	16,86	3,54	10,00 - 24,00	11,12	4,07	6,00 - 18,00	<0,001
AAC	29,14	2,11	25,00 - 32,00	23,18	5,79	10,00 - 43,00	<0,001
CEF	22,40	1,20	18,00 - 24,00	17,38	3,60	10,00 - 24,00	<0,001
AERP	11,66	1,42	9,00 - 15,00	8,94	2,38	4,00 - 13,00	<0,001
Alentejo							
Escala Global EPE	80,32	8,16	59,00 - 96,00	62,48	12,27	29,00 - 95,00	<0,001
Subescalas EPE							
AEV	17,04	3,71	9,00 - 24,00	11,72	4,23	6,00 - 23,00	<0,001
AAC	28,86	2,88	22,00 - 32,00	23,08	4,42	10,00 - 32,00	<0,001
CEF	22,44	1,03	20,00 - 24,00	18,22	2,81	9,00 - 24,00	<0,001
AERP	11,98	1,80	7,00 - 16,00	9,46	2,28	4,00 - 16,00	<0,001
Algarve							
Escala Global EPE	79,00	9,60	54,00 - 96,00	63,16	14,68	35,00 - 88,00	<0,001
Subescalas EPE							<0,001
AEV	16,02	4,28	6,00 - 24,00	11,86	4,58	6,00 - 21,00	<0,001
AAC	29,00	2,96	19,00 - 32,00	22,92	5,48	12,00 - 32,00	<0,001
CEF	22,24	1,38	19,00 - 24,00	18,58	2,99	12,00 - 24,00	<0,001
AERP	11,74	2,29	7,00 - 16,00	9,80	2,66	5,00 - 15,00	<0,001
Açores							
Escala Global EPE	78,48	7,47	63,00 - 94,00	59,56	14,77	36,00 - 95,00	<0,001
Subescalas EPE							
AEV	16,16	3,37	11,00 - 24,00	10,59	4,62	6,00 - 24,00	<0,001
AAC	28,76	2,73	22,00 - 32,00	21,92	6,64	9,00 - 32,00	<0,001
CEF	21,96	1,26	18,00 - 24,00	18,44	3,27	11,00 - 24,00	<0,001
AERP	11,60	1,83	8,00 - 16,00	8,62	2,47	5,00 - 15,00	<0,001
Madeira							
Escala Global EPE	78,40	9,41	58,00 - 96,00	58,44	12,70	38,00 - 87,00	<0,001
Subescalas EPE							
AEV	15,96	4,18	6,00 - 24,00	10,42	4,00	6,00 - 20,00	<0,001
AAC	28,62	2,82	23,00 - 32,00	21,04	4,30	14,00 - 30,00	<0,001
CEF	22,04	1,52	18,00 - 24,00	17,96	3,04	12,00 - 24,00	<0,001
AERP	11,78	1,92	7,00 - 16,00	9,02	2,39	5,00 - 14,00	<0,001

NUTS, Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos; EPE, Envolvimento Parental na Escola; AEV, Atividades na escola e voluntariado; AAC, Atividades de aprendizagem em casa; CEF, comunicação escola-família; AERP, Atividades na escola e reuniões de pais; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; Teste U Mann-Withney para duas amostras independentes.

4.1.2.1.1. Análise e discussão dos resultados

Observamos, quer num contexto global, quer no contexto de subescalas do EPE de todos os NUTS, que a avaliação do EPE fornecida pelos filhos sobre a mãe é sempre inferior em relação à autoavaliação, que as mães indicam do EPE.

Relativamente à avaliação global e ao nível das subescalas do EPE, observamos, de forma transversal a ambos os conjuntos, a mesma perspetiva dos resultados, ao nível dos sete NUTS, sendo a subescala AAC a que melhores avaliações apresenta, seguida da subescala CEF, da subescala AEV, e, por fim, a subescala AERP. No entanto, dentro destas subescalas, existem diferentes perspetivas quando relacionadas com os NUTS. Regista-se uma conformidade em ambos os conjuntos, no que respeita aos NUTS, que melhores avaliações apresentam, o mesmo sucedendo com os NUTS Centro e Norte. Também os NUTS piores avaliados, pelos dois conjuntos, apresentam muitas semelhanças, sendo os NUTS dos Açores e Madeira, aqueles que apresentam a maior prevalência.

Desta forma, podemos confirmar, através de uma análise mais detalhada, por regiões, que se confirma o diferencial entre a perspetiva das mães e dos seus filhos, relativamente às responsabilidades e ao envolvimento parental das mães na escola.

Para uma possível explicação, devemos nos posicionar nos anos letivos escolares, em que a nossa amostra de filhos se pode intercalar, que incidirá, por força das suas idades, entre os 11 e os 18 anos, à data da sua inquirição, entre os anos letivos 2003/04 e 2014/15. Realizando uma retrospectiva das taxas de retenção e desistência de Portugal no ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclo), incluindo ensino público e privado, entre estes anos, observamos uma média de 10,5%. Estas médias vão subindo, acompanhando o ciclo escolar, apresentando uma média de 4,6% no 1.º ciclo, de 10,4% no 2.º ciclo, e de 16,5% no 3.º ciclo (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC], 2016a, b; 2015a, b; Conselho Nacional de Educação [CNE], 2015).

No nosso estudo encontramos uma amostra de 56,3% de alunos que já reprovaram, pelo menos uma vez, sendo que destes, 48,9%, reprovaram apenas após o crime/denúncia. Neste sentido, é possível observar que na nossa amostra de filhos apresentam cinco vezes mais reprovações, em comparação com a média nacional.

Analizando as taxas de retenção e desistência por NUTS II no ensino básico, para este mesmo espaço temporal letivo (2003/04 - 2014/15), encontramos, como já referido, uma taxa

global de retenções de aproximadamente 10,5%, no entanto, ao nível dos NUTS existem diferenças:

- NUTS Norte apresenta uma média de 8,2%;
- NUTS Centro apresenta uma média de 7,9%;
- NUTS Lisboa apresenta uma média de 10,6%;
- NUTS Alentejo apresenta uma média de 10,4%;
- NUTS Algarve apresenta uma média de 10,8%;
- NUTS Açores apresenta uma média de 13,7%;
- NUTS Madeira apresenta uma média de 12,3% (DGEEC, 2016c, d, e, f, g; Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação [GEPE], 2011a, b, c, d, e; Secretaria Regional da Educação e Cultura [SREC], 2016, 2015; 2014; Secretaria Regional de Educação [SRE], 2016; Direção Regional de Estatística da Madeira [DGEM], 2016).

Apesar de diferenças nos NUTS e subescalas intermédias, estes resultados vão de encontro às médias nacionais das retenções ao nível dos NUTS, apresentadas para este grupo etário, tendo em conta o referido espaço temporal em que os filhos se inserem. Ou seja, encontramos, em regra, o menor índice de retenções nos NUTS Norte e Centro, nos quais surgem as melhores avaliações do EPE, indicadas pelos nossos conjuntos. Em sentido contrário, os NUTS Açores e Madeira surgem, habitualmente, com os maiores índices de retenções, sendo nestes que surgem os piores desempenhos de EPE, indicados pelos nossos inquiridos.

Como já referido, encontramos-nos num contexto onde apuramos a ausência de representatividade significativa da realidade desta análise específica a nível nacional, para podermos completar comparações estatísticas, assim, a relativa coerência destas relações podem, de certa forma, ajudar a explicar os resultados verificados no nosso estudo.

Como já referido, as variáveis correlacionadas com EPE da vítima (conferida pelas Tabelas 3 e 4), apresentam diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$). Assim, podemos concluir que a **hipótese 1**, “Existem diferenças na avaliação do EPE da mulher vítima, na perspetiva da mãe e do filho, incluindo ao nível dos NUTS”⁹⁰, se encontra confirmada.

⁹⁰ No que respeita às diferenças de perspetivas entre mães e filhos, surgem apenas algumas discrepâncias residuais. Compreendem, particularmente, quer ao nível da escala global e subescalas de EPE, com os NUTS, diferenças nos NUTS intermédios. Maioritariamente, os melhores desempenhos envolvem os NUTS Centro e/ou Norte e os piores, os NUTS Açores e/ou Madeira, em ambas as perspetivas.

4.2. Influência das características associadas à relação da vítima com o crime, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho

Nesta análise, selecionamos e relacionamos um conjunto de variáveis, com o intuito de observar em que medida podem ou não influenciar o envolvimento parental na escola da mulher vítima, na perspetiva de mães e filhos (Tabelas 5 a 8, e Apêndice XII a XV).

As variáveis que fazem parte desta análise, correspondem a quatro grupos de características, que se relacionam com a avaliação do EPE.

Num primeiro ponto, encontramos as características sociodemográficas e intrafamiliares da vítima, especificamente, a sua idade, estado civil, nacionalidade, escolaridade, situação profissional, profissão (se empregada ou trabalhadora-estudante), remuneração familiar mensal, regime habitacional, condição geográfica habitacional, religião, número de filhos, número de filhos a estudar, composição do agregado familiar, e, se abusa ou depende de substâncias (álcool/drogas) (Tabela 5).

Um segundo ponto, envolve as características associadas à vitimação, especificamente, os tipos de vitimação que sofreu, as consequências, o espaço temporal que decorreu entre a primeira situação de violência doméstica e a sua denúncia, e, se existiam ou não queixas anteriores à polícia, por este mesmo crime e contra este mesmo agressor (Tabela 6).

Um terceiro ponto, incide nas características associadas à relação da vítima com o agressor, particularmente, o espaço temporal desta relação, o tipo de relação que mantiveram após o crime, se coabitavam à data do crime, se mantiveram essa coabitação posteriormente, e, se esta dependia economicamente do agressor (Tabela 7).

Por fim, o quarto e último ponto, corresponde ao estado ou à decisão do processo-crime (Tabela 8).

Para analisar estas relações, elaboramos as quatro tabelas seguintes, que passamos a apresentar e a analisar, sendo que, numa última parte, desenvolvemos a análise e discussão dos resultados.

4.2.1. Influência das características sociodemográficas e intrafamiliares da mulher vítima, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho

Neste primeiro ponto, apresentamos a análise da influência das características da mulher vítima, no que se refere à participação na vida escolar dos seus filhos.

Especificamente, será feita a análise da relação entre as características sociodemográficas e intrafamiliares da vítima com a pontuação global da escala do EPE, na perspetiva de mães e filhos (Tabela 5 e Apêndice XII).

4.2.1.1. Apresentação dos resultados

Na relação entre a idade da vítima com o seu EPE, observamos uma avaliação do EPE das vítimas com a mesma perspetiva de pontuações, desde as médias mais elevadas às mais baixas, indicadas por mães e filhos. Nesta relação, as vítimas mais novas, dos 27 aos 29 anos, apresentam um maior EPE (mãe, $M=81,81$; filho, $M=66,18$), decrescendo consoante aumenta a idade, surgindo a média mais baixa no grupo etário entre os 40 e os 49 anos (mãe, $M=73,91$; filho, $M=57,86$). Na relação desta variável com o EPE, observamos diferenças estatisticamente significativas nas avaliações, indicadas por ambos os grupos ($p<0,05$).

No que respeita à relação entre o estado civil destas vítimas (à data do crime/denúncia) com o seu EPE, observamos algumas diferenças nas perspetivas indicadas por mães e filhos, relativamente às avaliações do EPE da vítima. Quanto às médias mais elevadas, nas perspetivas de mães e filhos, estas surgem nos casos em que se encontram divorcias/separadas (mãe, $M=83,66$; filho, $M=65,63$). Em sentido inverso, as mães indicaram piores desempenhos no seu EPE quando se encontram numa relação de união de facto ($M=68,86$), os filhos, por seu lado, indicam avaliações mais baixas nos casos em que a mãe se encontra viúva ($M=53,33$). A variável aqui analisada apresenta diferenças estatisticamente significativas, na sua relação com o EPE, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

No contexto da relação entre a nacionalidade da vítima e o seu EPE, verificamos as mesmas perspetivas desde as médias mais elevadas às mais baixas do EPE da vítima, indicadas por ambos os conjuntos. As médias mais elevadas de EPE surgem nas vítimas de nacionalidade Portuguesa (mãe, $M=83,21$; filho, $M=64,47$), sendo menor, nas outras nacionalidades, surgindo os resultados mais baixos nas de nacionalidade Africana (mãe, $M=73,14$; filho, $M=49,93$). Esta variável assume diferenças estatisticamente significativas, na sua relação com o EPE, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Quanto à relação entre as habilitações académicas das vítimas e o seu EPE, encontramos uma avaliação com a mesma perspetiva nas classificações do EPE, desde as médias mais elevadas às mais baixas, indicadas por mães e filhos. A avaliação onde a média surge mais elevada, refere-se às mães que possuem formação superior (mãe, $M=84,59$; filho,

M=73,00), vindo a decrescer quando estas habilitações igualmente decrescem, sendo mais baixa nas que possuem habilitações ao nível do 1.º ciclo (mãe, M=74,30; filho, M=50,40). Esta variável apresenta diferenças estatisticamente significativas na sua relação com o EPE, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Relativamente à relação entre a situação profissional da vítima e o seu EPE, encontramos a mesma perspetiva, desde as médias mais elevadas às mais baixas, indicadas por mães e filhos. A avaliação com a média mais elevada surge nas que são trabalhadoras-estudantes (mãe, M=82,58; filho, M=64,23), e a mais baixa nas que se encontram desempregadas (mãe, M=75,93; filho, M=56,34). A variável aqui analisada, na sua relação com o EPE, apresenta diferenças estatisticamente significativas em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

No âmbito da relação entre as profissões destas vítimas com o seu EPE, para as que se encontravam empregadas ou na situação de trabalhadora-estudante, observam-se avaliações com algumas diferenças na classificação do EPE destas vítimas pelos diferentes grupos da nossa amostra, particularmente ao nível das médias intermédias de ambos os conjuntos, embora, no contexto das pontuações mais elevadas e mais baixas, assumam as mesmas perspetivas. Apesar da baixa prevalência em ambas as profissões (0,8%), a avaliação com a média mais elevada para ambas surge nas profissões que envolvem “especialistas das atividades intelectuais e científicas” (mãe, M=93,50; filho, M=83,50), e, as mais baixas, nas profissões “trabalhadores não qualificados” (mãe, M=71,50; filho, M=57,50). A variável analisada apresenta diferenças estatisticamente significativas na sua relação com o EPE, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

No que concerne à relação entre a remuneração familiar mensal do agregado familiar da vítima e o seu EPE, constatamos uma avaliação do EPE da vítima com as mesmas perspetivas, desde a média mais elevada à mais baixa. Nestas perspetivas das avaliações, a avaliação com a média mais elevada indicada surge num contexto com maior remuneração familiar, 2001€-3000 € (mãe, M=86,80; filho, M=77,53), vindo a decrescer, consoante decresce o valor remuneratório mensal, e, surgindo a mais baixa, no contexto de remunerações abaixo do salário mínimo (mãe, M=74,75; filho, M=46,25). Nesta variável observam-se diferenças estatisticamente significativas na sua relação com o EPE, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

No que diz respeito à relação entre o regime habitacional da vítima e o seu EPE, verificamos uma avaliação do EPE com a mesma perspetiva nas classificações dos EPE das

vítimas, desde as médias mais elevadas às mais baixas, indicadas por mães e filhos. No âmbito da avaliação que corresponde à média mais elevada, esta surge num contexto em que residem em habitações próprias (mãe, $M=81,56$; filho, $M=65,77$), e mais baixa nos casos em que residem em habitações sociais (mãe, $M=76,61$; filho, $M=56,43$). Esta variável apresenta diferenças estatisticamente significativas na sua relação com o EPE, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Na relação entre o contexto geográfico das vítimas com o seu EPE, verifica-se uma avaliação do EPE destas vítimas com a mesma perspetiva nas classificações, desde as médias mais elevadas às mais baixas. A avaliação com a média mais elevada surge, assim, num contexto urbano (mãe, $M=80,74$; filho, $M=62,25$), e mais baixa nos casos em que residem em contextos rurais (mãe, $M=67,87$; filho, $M=51,05$). A variável apresenta diferenças estatísticas significativas, na sua relação com o EPE, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Quanto à relação entre a religião da vítima com o seu EPE, percebemos, no geral, uma avaliação do EPE destas vítimas com as mesmas perspetivas ao nível das médias mais elevadas e mais baixas, no entanto revelando diferenças ao nível das categorias intermédias. A avaliação com a média mais elevada encontra-se nos casos em que não professam qualquer religião (mãe, $M=82,45$; filho, $M=67,09$), sendo a mais baixa, nas que indicaram professar a religião muçulmana (mãe, $M=72,08$; filho, $M=37,00$), com uma elevada diferença de pontuações, entre as médias mais altas e mais baixas. A variável aqui analisada apresenta diferenças estatisticamente significativas na sua relação com o EPE, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

No âmbito da relação entre o número de filhos da vítima e o seu EPE, observamos uma avaliação com as mesmas perspetivas nas classificações do EPE da vítima, desde as médias mais elevadas às mais baixas, indicadas por mães e filhos. A avaliação com a média mais elevada, surge nas vítimas que possuem apenas um filho (mãe, $M=84,09$; filho, $M=68,94$), vindo a decrescer este EPE consoante aumenta o número de filhos, e surgindo a média mais baixa, nos casos em que estas vítimas possuem três ou mais filhos (mãe, $M=77,43$; filho, $M=57,25$). Em ambos os conjuntos observamos diferenças estatisticamente significativas, na relação desta variável com o EPE ($p<0,05$).

Relativamente à relação entre o número de filhos da vítima que se encontram a estudar e o seu EPE, observamos uma avaliação com as mesmas perspetivas nas classificações do EPE da vítima, desde as médias mais elevadas às mais baixas, indicadas por mães e filhos. A avaliação com a média mais elevada surge nas vítimas que possuem apenas um filho (mãe,

M=84,10; filho, M=66,49), vindo a decrescer este EPE consoante aumenta o número de filhos a estudar, e, surgindo a média mais baixa, nos casos em que estas vítimas possuem três ou mais filhos a estudar (mãe, M=75,72; filho, M=54,90). Em ambos os conjuntos observamos diferenças estatisticamente significativas, na relação desta variável com o EPE ($p<0,05$).

Quanto à relação entre o contexto do agregado familiar pós-crime, e o EPE da vítima, observamos as mesmas perspetivas nas avaliações indicadas por mães e filhos. Relativamente à avaliação com a média mais elevada, encontramos um contexto monoparental (mãe, M=81,91; filho, M=64,83), sendo mais baixa, nos casos em que atualmente mantêm a família nuclear (mãe, M=70,82; filho, M=57,23). Na variável analisada e relacionada com o EPE, observamos diferenças estatisticamente significativas, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Passando à relação entre possíveis dependências ou abusos de substâncias pela vítima (álcool/drogas), com o seu EPE, verificamos uma avaliação com a mesma perspetiva nas classificações do EPE da vítima, desde as pontuações médias mais elevadas às mais baixas, indicadas por mães e filhos. No que respeita à avaliação com a média mais elevada, surgem as situações em que estas vítimas não indicaram qualquer dependência (mãe, M=79,94; filho, M=62,02), sendo mais baixa, nos casos em que estão presentes a dependências, sendo a mais baixa nos casos em que existem abusos ou dependências de drogas (mãe, M=60,00; filho, M=32,00). Na presente variável, são observadas diferenças estatisticamente significativas na sua relação com o EPE, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Tabela 5 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características sociodemográficas e intrafamiliares da vítima

Variável	Escala Global EPE-Mãe/Vítima				Escala Global EPE - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Grupos etários (anos)				0,034				0,040
27 - 29 (n=11/3,1%)	81,81	4,96	72,00-87,00		66,18	11,44	49,00-83,00	
30 - 39 (n=211/60,3%)	79,50	7,43	60,00-96,00		62,93	12,85	32,00-88,00	
40 - 49 (n=128/36,6%)	73,91	7,96	54,00-96,00		57,86	14,18	29,00-95,00	
Estado civil				<0,001				0,001
Solteira (n=27/7,7%)	79,30	8,13	62,00-93,00		61,85	13,84	38,00-83,00	
Casada (n=181/51,7%)	80,43	8,52	54,00-96,00		62,43	13,61	29,00-95,00	
União de facto (n=97/27,7%)	68,86	7,55	49,00-83,00		60,46	13,00	32,00-85,00	
Divorciada/separada (n=42/12%)	83,66	6,63	63,00-94,00		65,63	13,40	33,00-88,00	
Viúva (n=3/0,3%)	79,67	4,04	76,00-84,00		53,33	2,52	51,00-56,00	
Nacionalidade				0,001				<0,001
Portugal (n=314/89,7%)	83,21	8,28	71,00-95,00		64,47	13,71	45,00-83,00	
Outro País da Europa (n=12/3,4%)	74,50	8,45	62,00-90,00		52,58	10,50	38,00-73,00	
Africana (n=14/4%)	73,14	5,70	61,00-83,00		49,93	12,75	36,00-83,00	
América (n=10/2,9%)	80,32	8,04	54,00-96,00		62,71	13,16	29,00-95,00	
Escolaridade				<0,001				<0,001
1.º Ciclo (n=10/2,9%)	74,30	7,13	61,00-82,00		50,40	20,65	35,00-63,00	
2.º Ciclo (n=59/16,9%)	76,29	9,67	54,00-96,00		54,94	13,15	29,00-95,00	
3.º Ciclo (n=117/33,4%)	78,89	7,34	58,00-96,00		61,22	13,07	36,00-88,00	
Ensino Secundário/semelhante (n=132/37,7%)	81,69	7,72	62,00-96,00		63,73	12,38	32,00-95,00	
Formação Superior (n=32/9,1%)	84,59	5,52	73,00-94,00		73,00	9,81	54,00-88,00	

Variável	Escala Global EPE-Mãe/Vítima				Escala Global EPE - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Situação profissional				0,035				0,040
Desempregada (n=55/15,7%)	75,93	8,75	62,00-96,00		56,34	15,12	32,00-95,00	
Empregada (n=223/63,7%)	80,17	8,15	54,00-96,00		62,39	13,19	29,00-88,00	
Trabalhadora-Estudante (n=26/7,4%)	82,58	6,27	66,00-95,00		64,23	10,70	42,00-82,00	
Doméstica (n=46/13,1%)	79,63	8,02	61,00-96,00		60,80	13,50	35,00-95,00	
Profissão (se empregada ou trab-estudante)				<0,001				<0,001
Profissões das forças armadas (n=7/2,8%)	83,29	6,72	73,00-90,00		69,86	7,89	59,00-80,00	
Cargos superiores (n=2/0,8%)	85,45	4,32	76,00-91,00		75,90	8,11	57,00-88,00	
Especialistas das atividades intelectuais e científicas (n=20/8%)	93,50	0,71	93,00-94,00		83,50	3,54	81,00-86,00	
Técnicos e profissões nível intermédio (n=28/11,2%)	78,93	7,69	64,00-89,00		61,50	12,93	38,00-81,00	
Pessoal administrativo (n=60/24,1%)	81,93	7,11	63,00-96,00		64,02	11,91	33,00-88,00	
Trabalhadoras dos serviços pessoais, proteção e segurança (n=45/18,1%)	80,53	7,50	62,00-96,00		60,00	13,42	38,00-87,00	
Agricultura, florestas e/ou pesca (n=11/4,4%)	73,73	12,08	54,00-93,00		59,29	12,94	35,00-73,00	
Trabalhadores qualificados da indústria e artífices (n=10/4%)	81,40	9,57	63,00-93,00		63,10	14,46	29,00-81,00	
Operadores de instalações e máquinas (n=2/0,8%)	78,56	7,57	58,00-96,00		58,61	11,81	36,00-83,00	
Trabalhadores não qualificados (n=64/25,7%)	71,50	17,68	59,00-84,00		57,50	16,26	46,00-69,00	
Remuneração familiar mensal				<0,001				<0,001
Abaixo do salário mínimo (n=4/1,1%)	74,75	2,87	71,00-78,00		46,25	2,22	28,00-65,00	
Salário mínimo (n=118/33,7%)	78,47	7,65	58,00-96,00		58,67	3,54	29,00-95,00	
Acima do salário mínimo mas inferior a 1000 € (n=116/33,1%)	79,16	7,89	59,00-95,00		61,11	3,88	28,00-95,00	
1001 € - 2000 € (n=97/27,7%)	81,66	8,55	54,00-96,00		64,93	4,37	33,00-95,00	
2001 € - 3000 € (n=15/4,3%)	86,80	7,46	73,00-96,00		77,53	2,22	53,00-85,00	
Regime habitacional				0,004				0,001
Própria (n=95/27,1%)	81,56	9,72	54,00-96,00		65,77	14,07	29,00-95,00	
Renda (n=105/30%)	80,10	7,24	62,00-96,00		62,35	12,62	35,00-88,00	
Familiares/amigos (n=96/27,4%)	79,86	6,72	58,00-95,00		60,57	11,90	33,00-85,00	
Social (n=54/15,4%)	76,61	8,44	61,00-96,00		56,43	14,19	32,00-83,00	
Condição geográfica habitacional				0,001				0,001
Urbano (n=178/50,9%)	80,74	8,10	59,00-96,00		62,25	13,90	29,00-95,00	
Semiurbano (n=133/38%)	75,37	7,85	56,00-96,00		59,61	13,14	35,00-88,00	
Rural (n=39/11,1%)	67,87	9,11	54,00-87,00		51,05	11,99	36,00-73,00	
Religião				0,001				0,001
Ateu (n=11/3,1%)	82,45	8,05	69,00-96,00		67,09	10,89	47,00-79,00	
Católica (n=303/86,6%)	80,31	8,00	54,00-96,00		62,70	13,21	29,00-95,00	
Outra cristã (n=11/3,1%)	79,54	8,21	71,00-95,00		57,27	13,59	32,00-77,00	
Muçulmana (n=12/3,4%)	72,08	6,49	61,00-83,00		37,00	1,41	36,00-38,00	
Outra não Cristã (n=2/0,6%)	74,50	6,36	70,00-79,00		52,17	13,08	36,00-83,00	
Ortodoxa (n=11/3,1%)	73,64	8,29	62,00-90,00		53,73	10,20	38,00-73,00	
Filhos				0,002				<0,001
1 (n=103/29,4%)	84,09	6,76	59,00-96,00		68,94	11,41	40,00-87,00	
2 (n=151/43,2%)	80,16	7,62	59,00-96,00		62,32	12,96	33,00-88,00	
3+ (n=96/27,4%)	77,43	9,69	54,00-96,00		57,25	14,72	29,00-95,00	
Filhos a estudar				0,044				0,042
1 (n=182/52%)	84,10	7,64	54,00-96,00		66,49	12,91	29,00-88,00	
2 (n=147/42%)	79,40	8,47	58,00-96,00		61,46	13,78	36,00-95,00	
3+ (n=21/6%)	75,72	9,94	62,00-94,00		54,90	14,14	32,00-87,00	
Agregado familiar atual				0,026				0,038
Nuclear (pais e filhos) (n=147/42%)	70,82	9,31	52,00-84,00		57,23	12,95	29,00-88,00	
Monoparental (n=135/38,6%)	81,91	7,26	58,00-95,00		64,83	13,33	38,00-84,00	
Reconstruída (n=67/18,1%)	79,75	7,29	62,00-94,00		63,05	13,93	32,00-95,00	
Homoparental (n=1/0,3%)	77,00	-	77,00-77,00		62,00	-	62,00-62,00	
Dependência de substâncias				0,019				0,041
Não (n=345/98,6%)	79,94	8,04	58,00-96,00		62,02	13,14	29,00-95,00	
Sim, álcool (n=4/1,1%)	70,75	12,84	54,00-96,00		54,44	17,92	36,00-95,00	
Sim, drogas (n=1/0,3%)	60,00	-	60,00-60,00		32,00	-	32,00-32,00	

EPE, Envolvimento Parental na Escola; *M*, Média; *DP*, Desvio-padrão; *Min*, Mínimo; *Máx*, Máximo; *P*, p-value; Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

4.2.1.1.1. Análise e discussão dos resultados

Neste momento, vamos proceder a uma análise mais específica destas relações, em que, comparando as perspetivas de mães e de filhos, observamos, de forma transversal a todas variáveis que compõem esta caracterização, que as mães indicam possuir um maior EPE que os filhos indicam sobre estas.

Analisando num primeiro momento, a relação entre a idade da vítima e o seu EPE, verificamos, no nosso estudo, vítimas com uma média de 37,66 anos. Estes resultados aproximam-se da média nacional indicada no perfil destas vítimas, que se encontra nos 40 anos, desde que existem dados oficiais no contexto nacional (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Estudos realizados anteriormente mostram-nos que a idade das mães, quanto ao envolvimento no processo educativo dos filhos, sejam ou não vítimas de violência doméstica, não é consensual. Por um lado, algumas pesquisas mostram que, quando as mães vivenciam uma maternidade mais cedo, demonstram estar mais envolvidas no desenvolvimento dos seus filhos, incluindo o escolar, e que, com o aumento da idade deixam de ser tão protetoras e estabelecem menos contacto direto com os filhos, incluindo ao nível do seu envolvimento escolar, por outro lado, outros estudos observam uma maior envolvimento parental em idades mais avançadas, em detrimento de idades mais jovens (Pereira, 2016; Carvalho, Loges & Senkevics, 2016; Moreira-Malagolli & Sigolo, 2016; Soares et al., 2015; Pereira, 2014a, b, c). No caso do nosso estudo, onde vítimas mais jovens apresentam um melhor desempenho no seu EPE dos filhos, decrescendo à medida que aumenta a idade, tal pode dever-se à justificação acima mencionada. No entanto, não podemos afastar a possibilidade, de nas famílias com vítimas mais velhas, poder estar presente uma vitimação prolongada, prejudicando assim as suas competências parentais, incluindo ao nível do EPE.

No que respeita à relação entre o estado civil destas vítimas e o seu EPE, à data do criem/denúncia, observamos, no nosso estudo, uma amostra de vítimas maioritariamente casadas ou numa união de facto (79,4%), valores acima das estatísticas nacionais, que ronda os 50% (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Nos nossos resultados, o contexto de família nuclear aparenta não ser o que apresenta melhores desempenhos de EPE destas vítimas. Muito pelo contrário, os melhores resultados surgem em contextos familiares que envolvem novas relações ou recasamentos, com vítimas divorciadas/separadas. Curiosamente, na literatura encontramos resultados diferentes quando

se relaciona estado civil dos pais com o seu EPE, embora alguns estudos indiquem uma qualidade do EPE que não apresenta diferenças relevantes consoante o seu estado civil (Silva, 2016e; Simões, 2011; Pleck & Hofferth, 2008; Adamsons, O'Brien & Pasley, 2007). De salientar que, nesta situação, podemos encontrar mães que podem ser vítimas deste novo companheiro ou do anterior, pois o crime de violência doméstica pode se manter após o término da relação. Não sendo dissociado da violência doméstica, a tradição da sociedade ocidental do casamento e da união de facto entrelaçasse na noção da família patriarcal (Covolan & Oliveira, 2015; Cavaleiro, 2015). Esta pode ser a explicação para os melhores resultados do EPE destas vítimas se observarem nos casos em que a mesma se encontrava separada, ou seja, não permanecendo legalmente ou culturalmente “amarrada” por estes laços. Relativamente aos piores desempenhos de EPE destas vítimas, onde prevalece a relação de união de facto (indicado pela vítima) ou um contexto em que estas mães se encontram viúvas (indicado pelo filho), e que podem compreender os mesmos “tipos” de agressores apresentados no contexto de divórcio/separação, podemos encontrar a justificação nos estudos que referem mães com inferiores EPE quando se encontram perante novas relações (Jensen & Shafer, 2013; McGoldrick & Carter, 2008), podendo estas advir do seu estado de viuvez ou da atual relação de união de facto.

Relativamente à relação entre a nacionalidade da vítima e o seu EPE, encontramos no estudo uma maioria de vítimas portuguesas (89,7%), e idêntica aos dados nacionais, que se situa nos 86% (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Avaliar o contexto familiar e o seu papel na aprendizagem dos filhos deve ter conta vários fatores, entre os quais as transformações sociais do momento em que se insere, a própria classe social, o contexto cultural, dos seus costumes ou da sua religião, bem como a disposição ou conhecimentos da família para o envolvimento no processo educativo dos filhos (Gomes, 2016b; Smith & Strick, 2012; Fernandes, 2015, 2013). Neste contexto, constatamos que é maioritariamente nas vítimas de nacionalidade portuguesa que encontramos as pontuações mais elevadas de EPE das vítimas, ao invés das vítimas de outras nacionalidades, podendo a justificação destes resultados ser encontrada nos fatores acima descritos.

No que respeita à relação entre as habilitações académicas das vítimas e o seu EPE, no nosso estudo encontramos vítimas com uma maior incidência na baixa escolaridade, entre o 1.º e 3.º ciclo (53,2%), sendo no entanto, ligeiramente inferiores às estatísticas nacionais, que apresentam vítimas com estas habilitações, até ao 3.º ciclo, em cerca de 60% (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Estudos recentes realizados em

Portugal, onde são relacionados os resultados escolares dos alunos com as qualificações académicas das suas mães, e utilizando os dados relativos aos alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino público, demonstram que existe uma clara associação entre os melhores percursos escolares em alunos com mães que possuem mais habilitações. A título de exemplo, alunos cujas mães possuem licenciatura, mestrado ou doutoramento, a percentagem de “percursos de sucesso” nestes 2.º e 3.º ciclo é de 75% e 71%, respetivamente, enquanto entre os alunos cujas mães têm habilitação escolar mais baixa, equivalente ao 1.º ciclo, a mesma percentagem de percursos de sucesso é de apenas 14 % e 19%, respetivamente (DGEEC, 2016h, i). Estes resultados vão ao encontro dos verificados no nosso estudo, onde vítimas que possuem maior formação académica, melhores desempenhos de EPE apresentam, comportados pela literatura, onde refere que mães com maiores habilitações académicas possuem, em norma, uma maior informação, predisposição e conhecimentos para se envolverem no processo educativo dos seus filhos (Bento, Mendes & Pacheco, 2016; Semedo, 2006; Silva, 2003).

Ao se debruçarmos sobre a relação entre a situação profissional da vítima e o seu EPE, encontramos um conjunto de vítimas maioritariamente empregadas e/ou trabalhadoras-estudantes (71,1%), acima da média em Portugal, que se fixa nos 55% (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). A construção de uma identidade profissional é fonte de *status*, poder e autoestima, contribuindo para uma melhor saúde mental da mulher, o que pode favorecer relacionamentos interpessoais mais positivos na esfera familiar, inclusive com os filhos, principalmente durante a infância e adolescência destes (D’Affonseca, Cia & Barham, 2014). Esta situação de empregabilidade, associada à condição destas vítimas possivelmente não se encontrarem economicamente dependentes deste agressor, pode explicar o melhor EPE nas vítimas que se encontram empregadas, particularmente na situação de trabalhadora-estudante, em detrimento das que se encontrem desempregadas.

No âmbito da relação entre as profissões destas vítimas com o seu EPE, observamos prevalência nas trabalhadoras não qualificadas (25,7%) e no pessoal administrativo (24,1%), sendo que, existe falta de representatividade significativa da variável a nível nacional, para consumir comparações estatísticas. Apesar de a profissão não ser um preditor taxativo de que mães possuem melhores ou piores competências de EPE, alguns estudos sobre o estatuto social como fator determinante das práticas parentais, concluem que as questões ligadas às suas profissões determinam as competências das mesmas, face à socialização dos filhos, incluindo o seu grau de envolvimento escolar (Soares, 2016b). Isto traduz-se no facto de

quanto mais independente, valorizada ou enaltecida for a profissão dos pais, ou que possuam mais habilitações, mais fácil é criar maior sustentabilidade económica, e maiores competências terão para educar os seus filhos (Ruivo, 2014; Pedro, 2010; Rose, Harrison & Pevalin, 2010). Estes resultados vão de encontro aos resultados do nosso estudo, onde observamos que as vítimas com profissões que implicam competências com mais habilitações, caso de especialistas das atividades intelectuais e científicas e cargos superiores, melhores resultados apresentam ao nível do EPE, em detrimento de profissões, onde não são exigidas competências mais específicas e que possam exigir mais habilitações.

Relativamente à relação entre a remuneração familiar mensal do agregado familiar da vítima e o seu EPE, encontramos a prevalência em mensalidades que se situam entre o salário mínimo e os 999 € (66,8%), numa ausência de dados nacionais extensivos para realizar comparações no âmbito desta variável. Apesar da literatura não ser homogênea, os estudos apontam o nível socioeconómico familiar como um dos preditores que influenciam o ambiente familiar. As famílias com mais baixo nível socioeconómico manifestam uma maior tendência para eventos geradores de *stress*, de risco, onde se pode incluir a violência doméstica. O nível socioeconómico da família está, na maioria da literatura, relacionado com a estabilidade familiar, incluindo as práticas parentais e o desenvolvimento infantil (OECD, 2016; Human et al., 2016; Gomes, 2016b; Gonçalves, 2015; Almeida, 2014; Repetti, Taylor & Seeman, 2002). Estudos que relacionam fatores socioeconómicos com a parentalidade, indicam que pais com um baixo estatuto socioeconómico, particularmente as mães, apresentam comportamentos de afeto e suporte mais baixos, sendo mais punitivos, e com maiores dificuldades de EPE (Santos, 2016a; Vilar, 2015; Almeida, 2014). No caso do nosso estudo, a literatura parece explicar a razão pela qual as mães com maior apoio financeiro mensal apresentarem um maior EPE.

Na relação entre o regime habitacional da vítima e o seu EPE, verificamos que estas vítimas residem em habitações maioritariamente arrendadas, de familiares/amigos, e sociais (72, 9%), ou seja, das quais não são proprietárias, e, onde igualmente encontramos uma ausência de dados para consumir comparações estatísticas em contexto nacional desta variável. Verificando-se, no entanto, que, neste contexto, as estatísticas demonstram que a maioria dos casos denunciados, com 85%, decorre na residência particular do casal (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Apesar das diferenças de EPE não advirem unicamente das desigualdades económicas, uma vez que outros aspetos culturais e familiares podem influenciar este envolvimento, as zonas mais degradadas e

associadas a bairros sociais estão, muitas vezes, ligadas a condições disfuncionais, seja de vizinhança, seja de qualidade das habitações, que podem ser pouco propícias à aquisição de hábitos culturais e de estudo. Em sentido inverso, normalmente, nos bairros mais abastados, e onde as boas práticas e as normas de convivência estão de acordo com os processos de escolarização, são mais propícios a um melhor EPE (Rodrigues, 2009; Faria, Pinto & Taveira, 2007; Mendonça, 2007). Esta relação aparenta estar assim relacionada com o contexto socioeconómico familiar, em consequência do próprio poder económico da vítima, da presença ou não de uma rede familiar que a possa acolher num caso de emergência ou numa situação em que esta decida abandonar a relação violenta. Os dados do nosso estudo parecem ir ao encontro da literatura apresentada, pois encontramos as melhores avaliações nos casos em que estas vítimas possuem habitação própria e, as mais baixas, em residentes sociais.

A relação entre o contexto geográfico das vítimas com o seu EPE, e embora as diferentes zonas de residência, rural, semiurbana e urbana estejam representadas, encontramos vítimas que habitam maioritariamente em zonas urbanas (50,9%), e, onde igualmente, existe uma ausência de representatividade da realidade da variável a nível nacional para consumir comparações estatísticas, sendo no entanto possível verificar que o maior número de denúncias deste crime ocorre nas áreas da PSP, com cerca de 60%, ou seja, presumivelmente, áreas mais urbanas (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Apesar de nestas áreas existir uma maior densidade populacional, nada parece indicar que existam mais casos de violência doméstica em contexto urbano, ou que uma vítima residente em contexto rural ou semiurbano não venha a denunciar o crime no meio urbano, e vice-versa. No entanto, é certo que este crime abrange todas as áreas, sejam mais rurais ou urbanas. Nesta vertente, a literatura indica-nos que é perfeitamente viável que estas vítimas, residentes em áreas mais rurais e longe das sociedades mais urbanas, possam ter um menor conhecimento ou acesso aos seus direitos, e que esse isolamento social e geográfico contribua para a não denúncia deste crime e/ou “consentimento” do seu estado de vítima (Griboski, Guilhem, & Moura, 2015; Grossi et al., 2015), fatores estes, que podem explicar os resultados do nosso estudo, onde melhores desempenhos de EPE da vítima são indicados quando residem em meios mais urbanos, em detrimento dos meios mais rurais.

No que respeita à relação entre a religião da vítima com o seu EPE, observamos que estas vítimas professam maioritariamente a religião católica (86,6%), que, apesar de ser igualmente maioritária em contexto nacional (81%) (INE, 2012), são desconhecidas estas características em contexto de violência doméstica. Nesta relação, do EPE com a religião, é

nas vítimas que não professam qualquer religião que encontramos os melhores desempenhos de EPE. Apesar da religião ser por natureza contemplativa e espiritual, no entanto, muitas vezes, por questões culturais, determinados discursos religiosos podem provocar ou proporcionar desigualdades e, conseqüentemente, facilitar a produção das violências que dela decorrem, como é o caso da violência de gênero (Maçalai & Nielsson, 2016; Maraschin, 2010). Neste contexto, encontramos situações em que a ideia do casamento é para toda a vida, mesmo quando há contextos de violência, o que pode influenciar uma cultura de silêncio e de omissão, com a mulher a recusar-se a denunciar os atos de violência e os seus autores (Maçalai, Strücker & Nielsson, 2015; Krob, 2014). Por outro lado encontramos estudos que indicam um maior envolvimento no processo educativo dos filhos em pais que aderem ou professam alguma religião (Silva, 2016b; Becker, Maestri & Bobato, 2015; Walsh, 2016; Weber, Brandenburg & Salvador, 2006). Por sua vez, filhos de pais com relações positivas que professam um credo religioso, indicaram melhores EPE destes pais (Jiménez, Andrade & Bianchini, 2016; Carvalho, 2016; Priotto, Ferriani & Silva, 2015; McNamara et al., 2010). No caso do nosso estudo, e num panorama de diferentes religiões verificadas na nossa amostra, não podemos deixar de salientar que é nas vítimas que não professam um credo religioso que encontramos um melhor desempenho no EPE. No que respeita aos valores mais fracos de EPE das mães, vítimas que professam a religião muçulmana, podemos estar perante a perda de referências culturais coletivas de origem, onde se insere a sua religião (Figueiredo & Santi, 2010), podendo assim distanciar estas mães do EPE dos filhos.

Na relação entre o número de filhos da vítima e o seu EPE, observamos uma prevalência nos casos com dois ou mais filhos (70,6%), e, onde existe uma ausência representativa de dados estatísticos nacionais sobre esta variável, no contexto de violência doméstica. Existem muitos fatores que podem dificultar o processo de abandonar a relação pela mulher agredida, sendo os filhos um dos fatores mais determinantes. Como verificamos na revisão da literatura, tanto existem casos em que pode ser fator de imediata separação, como, na maioria dos casos, fator preponderante para a sua conservação. Muitos destes agressores, usando várias estratégias, podem utilizar os filhos como forma de obrigar a vítima a manter a relação, e, a importância do número de filhos, incluindo as suas idades, é igualmente um fator muito importante (Paulino, 2016). Estes fatores, bem como uma menor disponibilidade económica, física ou psicológica destas mães vítimas de violência doméstica, em virtude de um maior número de filhos e da sua vitimação, podem explicar os resultados do nosso estudo, onde quanto maior o número de filhos, menor se apresenta o seu EPE.

Relativamente à relação entre o número de filhos que a vítima possui ainda a estudar e o seu EPE, observamos valores semelhantes dos casos em que possuem apenas um, dois ou mais filhos ainda a estudar, mas a prevalência surge nos casos em que possuem apenas um (52%), igualmente sem dados nacionais que possam ser utilizados para comparações estatísticas, neste específico contexto do crime. Neste fundamento a literatura refere ser comum, que quanto maior for o número de filhos numa família, mais difícil se torna a supervisão, incluindo o EPE (Sousa, 2016b; Lima, Serôdio & Cruz, 2011; Pedro, 2010), e, certamente muito mais o será num contexto de violência doméstica. Tal como a análise anterior, este fator, associado a outros, pode desencadear uma menor disponibilidade da mãe vítima deste crime, em virtude de um maior número de filhos a estudar e da sua vitimação, e assim, explicar os nossos resultados, onde o maior número de filhos a estudar demonstra menor EPE da vítima.

Relativamente à relação entre o contexto do agregado familiar com o EPE da vítima, referente à atualidade, e num contexto pós-crime/denúncia, encontramos maioritariamente contextos familiares monoparentais, reconstruídos e homoparentais (58%), apesar de a prevalência acentuar em contextos nucleares (42%), e, onde igualmente, surge uma ausência de dados desta variável em contexto nacional. Neste âmbito, encontramos na literatura importantes referências direcionadas para o contexto do agregado familiar, indicando-o como um dos fatores que pode influenciar tanto os comportamentos parentais, como os comportamentos dos filhos (Bianchessi, 2013; Martins, 2010), muito mais em contextos de violência interparental. Alguns estudos sobre a matéria, quando estes indicam que as vítimas que abandonam a relação violenta e permanecem sozinhas com os filhos, quando comparadas com as famílias cujos dois progenitores continuam presentes, parecem possuir mais dificuldades em exercer seus papéis parentais, ficam menos disponíveis física e emocionalmente para os seus filhos, e podendo assim comprometer o exercício da parentalidade e do seu envolvimento no processo educativo dos filhos (Melo & Marin, 2016; Parke & Buriel, 2007; Hetherington & Stanley-Hagan, 2002; Woodward, et al., 2000). Contrariando alguns estudos da literatura, os nossos resultados, indicam que a separação desta família, após o crime, possibilita à mulher vítima melhores resultados de EPE, e, em sentido contrário, mantendo esta família nuclear pós-crime, denuncia piores índices de EPE pela vítima. Efetivamente, em ambas as perspetivas, apresenta melhores resultados em contextos monoparentais e/ou reconstruídos, ou seja, quando a vítima, em conjunto com o seu filho(s), abandonam a relação violenta.

Por fim, relativamente à relação entre a possibilidade de dependências ou abuso de substâncias pela vítima (álcool/drogas), com o seu EPE, observamos na nossa pesquisa, uma quase totalidade de vítimas que não possui qualquer dependência (98,6%). Quanto às estatísticas nacionais, apenas são feitas referências às dependências e abusos dos agressores, não sendo assim possível realizar comparações. No entanto, este preditor é, de forma inequívoca, assumido como um fator de risco no contexto de violência doméstica, seja para a vítima, pela sua necessidade de se manter na relação perante um agressor que lhe proporcione estas substâncias, seja por um agressor dependente, tornando-o mais perigoso (Barros et al., 2016; Almeida, Pasa & Scheffer, 2009). Mães com comportamentos de risco, incluindo estes abusos ou dependências, possuem, no âmbito da literatura em geral, práticas parentais e educativas negativas, incluindo ao nível do EPE (Grabicoski, 2016; Amaral et al., 2016; Zart, Scortegagna & Pibic, 2015; Singh, Singh & Singh, 2014; Parke & Buriel, 2007). O nosso estudo vai de encontro à maioria desta literatura, onde um melhor desempenho no EPE destas vítimas é assumido, por ambos os conjuntos, quando estas não são dependentes ou abusam de álcool ou drogas.

Relativamente às variáveis aqui relacionadas com EPE da vítima, apresentam diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$)⁹¹.

⁹¹ De uma forma geral, as vítimas do nosso estudo indicam melhores desempenhos no seu EPE, na maioria das perspetivas das mães e dos seus filhos, quando são mais jovens (27 aos 29 anos), se encontram divorciadas/separadas no momento do crime/denúncia, são de nacionalidade portuguesa, possuem formação superior, são trabalhadoras-estudantes, possuem profissões da área “especialistas das atividades intelectuais e científicas”, encontram-se em contextos familiares com elevada remuneração mensal, possuem habitação própria, residem em meios urbanos, não professam qualquer religião, possuem apenas um filho, e onde apenas um filho estuda, encontram-se em contexto monoparental pós-crime, e, não possuem dependências de substâncias. Em sentido inverso, estas vítimas indicaram piores resultados no seu EPE, quando são mais velhas (40 aos 49), se encontram numa união de facto ou viúvas à data do crime/denúncia, têm nacionalidade dos países de África, possuem habilitações ao nível do 1º ciclo, se encontram desempregadas, e, estando empregadas, estão inseridas no grupo de profissões “trabalhadores não qualificados”, possuem remuneração familiar abaixo do salário mínimo, habitam em residências sociais, residem em contextos rurais, professam a religião muçulmana, têm três ou mais filhos, e, em mesmo número, encontram-se a estudar, mantêm-se numa relação nuclear pós-crime, e, dependem ou abusam de substâncias, especialmente, drogas. Existem apenas algumas diferenças de perspetivas entre mães e filhos, quando relacionamos estas características com o EPE, especificamente, relativamente ao estado civil da vítima à data do crime, em que as mães indicaram desempenhos mais baixos em contextos que se encontram numa união de facto, os filhos, por seu lado, indicaram que ocorre quando as suas mães que se encontravam viúvas. Encontramos ainda diferentes perspetivas relativamente às profissões da vítima, envolvendo apenas as médias intermédias, uma vez que pontuações mais elevadas e mais baixas assumem as mesmas perspetivas.

4.2.2. Influência das características da vitimação, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho

Em continuação, apresentamos a análise da influência das características da relação da mulher vítima com o crime, no que se refere à participação na vida escolar dos seus filhos. Particularmente, será feita a análise da relação entre as características da relação desta vítima com o crime, com a pontuação global da escala do EPE, na perspetiva de mães e filhos (Tabela 6 e Apêndice XIII).

4.2.2.1. Apresentação dos resultados

No que respeita à relação entre o tipo de vitimação sofrida por estas mães e o seu EPE, e analisando os resultados, num panorama transversal das avaliações do EPE das vítimas indicadas por estas e pelos filhos, observamos que as pontuações são sempre mais elevadas quando a vítima não sofreu determinado tipo de vitimação. Nas várias categorias de vitimação percecionamos que as pontuações do EPE, indicadas pelos conjuntos, contêm diferentes perspetivas ao nível das médias mais elevadas (quando existe a presença de determinado tipo de violência sofrida), sendo que, relativamente às médias mais baixas, indicam a mesma perspetiva. Como já mencionado, a não existência de determinado tipo de violência apresenta sempre melhores resultados no EPE indicado por mães e filhos, no entanto, existem determinados tipos de violência que apresentam avaliações de EPE mais elevadas em detrimento de outros tipos. No caso das pontuações mais elevadas indicadas pela mãe (quando sofre determinado tipo de violência), num patamar muito próximo, mas decrescente, surgem quatro categorias, a vítima que vivenciou a violência económica (M=73,65), social (M=72,25), psicológica (M=71,84), e física (M=70,06). No patamar abaixo, encontramos as que vivenciaram violência sexual (M=67,85), e, por fim, a vitimação que apresenta a média mais baixa, surge perante as vítimas que vivenciaram todos os tipos de violência (M=62,88). Relativamente aos filhos, e numa representação igualmente decrescente, observamos também quatro categorias muito próximas, e que apresentam os valores mais elevados. Com valores muito próximos entre si, encontramos a violência social (M=59,63), económica (M=59,23), psicológica (M=58,73), e física (M=57,19). Num padrão idêntico às pontuações indicadas pelas mães, encontramos num patamar abaixo, a violência sexual (M=52,52), e, por fim, com as pontuações muito abaixo das restantes, todos os tipos de violência (M=48,33). Nesta

variável, e em todas as suas categorias, na sua relação com o EPE, observamos diferenças estatisticamente significativas, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Relativamente à relação entre as consequências da vitimação destas mães e o seu EPE, que neste contexto são, por norma, resultado da violência física ou sexual, observamos, por indicação de ambos os conjuntos, que a sequência das pontuações do EPE das vítimas, desde a mais elevada até à mais baixa, possui a mesma perspetiva. Assim, observamos as pontuações mais elevadas, num contexto em que a vítima não teve lesões (mãe, $M=83,19$; filho, $M=67,57$), seguida, no patamar abaixo, pelas que tiveram ferimentos ligeiros (mãe, $M=79,16$; filho, $M=60,93$), e, por fim, as médias mais baixas surgem em vítimas com ferimentos mais graves (mãe, $M=74,01$; filho, $M=55,56$). São observadas diferenças estatisticamente significativas na relação desta variável com o EPE, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Analisando a relação entre o tempo que terá ocorrido, entre a primeira situação de violência doméstica de que esta mãe foi vítima, e a sua denúncia, com o seu EPE, observamos, desde as médias mais elevadas às mais baixas do EPE das vítimas, a mesma perspetiva dos nossos conjuntos. A média mais elevada é observada num contexto em que a vítima denunciou logo à primeira situação ocorrida (mãe, $M=83,55$; filho, $M=69,40$), vindo a decrescer, consoante aumenta o número de anos que esta vítima demorou a denunciar o crime, surgindo as médias mais baixas quando estas mães foram vítimas deste crime durante mais de 21 anos antes de o denunciar (mãe, $M=67,70$; filho, $M=55,23$). Na relação desta variável com o EPE, são observadas diferenças estatisticamente significativas, nas pontuações de ambos os grupos ($p<0,05$).

No que respeita à relação entre a existência ou não de denúncias anteriores, à polícia, por parte desta vítima, contra este mesmo agressor, e no âmbito deste crime, com o seu EPE, observamos que as pontuações das médias mais elevadas e mais baixas do EPE das vítimas, indicadas por ambos os conjuntos, possuem a mesma perspetiva. No que respeita à pontuação com a média mais elevada, encontramos as situações em que esta vítima nunca havia denunciado (mãe, $M=80,39$; filho, $M=63,03$), e, mais baixa, nos casos em que esta havia já denunciado este crime, uma ou mais vezes (mãe, $M=72,83$; filho, $M=54,21$). Na relação desta variável com o EPE, são observadas diferenças estatisticamente significativas, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Tabela 6 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação vítima/crime

Variável	Escala Global EPE - Mãe/Vítima				Escala Global EPE - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Tipo de vitimação								
Física				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=21/6%)	81,04	8,52	46,00-96,00		68,13	12,32	30,00-95,00	
Sim (n=329/94%)	70,06	9,64	43,00-96,00		57,19	13,05	29,00-94,00	
Psicológica				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=171/48,9%)	81,12	7,04	59,00-96,00		68,05	12,53	32,00-96,00	
Sim (n=179/51,1%)	71,84	8,49	49,00-96,00		58,73	13,07	29,00-94,00	
Social				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=220/62,9%)	80,56	7,31	60,00-96,00		67,76	14,06	45,00-95,00	
Sim (n=130/37,1%)	72,25	8,71	49,00-96,00		59,93	12,13	29,00-94,00	
Económica				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=253/72,3%)	82,63	7,42	67,00-96,00		66,81	12,06	43,00-96,00	
Sim (n=97/27,7%)	73,65	8,22	52,00-96,00		59,23	13,17	29,00-95,00	
Sexual				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=333/95,1%)	79,96	8,24	54,00-96,00		61,96	13,33	29,00-95,00	
Sim (n=17/4,9%)	67,85	6,79	49,00-83,00		52,52	14,18	29,00-84,00	
Todos os tipos de vitimação				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=343/98%)	79,99	8,20	60,00-96,00		62,08	13,27	29,00-96,00	
Sim (n=7/2%)	62,88	6,58	49,00-76,00		48,33	14,22	32,00-78,00	
Consequências da vitimação				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Sem lesões (n=70/20%)	83,19	7,52	63,00-96,00		67,57	11,91	37,00-95,00	
Ferimentos ligeiros (n=182/52%)	79,16	7,20	58,00-96,00		60,93	13,21	35,00-88,00	
Ferimentos graves (n=98/28%)	74,01	8,13	49,00-96,00		55,56	10,06	29,00-88,00	
Tempo 1ª situação de Violência Doméstica antes de denunciar				0,004 ^a				0,010 ^a
Primeira vez (n=20/5,7%)	83,55	8,15	62,00-94,00		69,40	13,17	41,00-88,00	
Alguns meses (n=55/15,7%)	81,46	7,31	59,00-96,00		64,13	11,84	38,00-87,00	
1 - 5 anos (n=96/27,4%)	79,60	10,08	59,00-96,00		60,85	13,16	36,00-85,00	
6 - 10 anos (n=138/39,4%)	76,56	7,71	54,00-96,00		59,33	13,13	29,00-89,00	
11 - 20 anos (n=28/8%)	72,03	7,21	54,00-96,00		57,53	13,55	29,00-90,00	
21 + anos (n=13/3,7%)	67,70	8,14	54,00-96,00		55,23	14,38	35,00-90,00	
Queixas anteriores à Polícia				<0,001 ^b				<0,001 ^b
Não (n=297/84,9%)	80,39	8,24	54,00-96,00		63,03	12,92	36,00-95,00	
Sim (n=53/15,1%)	72,83	7,28	54,00-94,00		54,21	14,03	32,00-88,00	

EPE, Envolvimento Parental na Escola; *M*, Média; *DP*, Desvio-padrão; *Min*, mínimo; *Máx*, máximo; *P*, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bTeste U Mann-Whitney para duas amostras independentes.

4.2.2.1.1. Análise e discussão dos resultados

Apresentamos neste ponto uma análise mais particular destas relações, em que, comparando as perspetivas de mães e de filhos, observamos, igualmente, que as mães indicam possuir um maior EPE que os filhos indicam sobre estas, em todas as variáveis que compõem esta caracterização.

Relativamente à relação entre o tipo de vitimação sofrida por estas mães e o seu EPE, embora os diferentes tipos, física, psicológica, social, económica, sexual, e todos estes tipos, estejam representados, a prevalência surge na violência física (94%) e psicológica (51,1%). Em sentido contrário, surgem as situações em que sofreram todos os tipos de violência (2%), e violência sexual (4,9%), com menor predomínio, indo assim de encontro das estatísticas

nacionais, sendo que, por norma, a violência psicológica chega a possuir dados ainda superiores ao da física (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Por norma, a violência física é identificada em quase todos os crimes de violência doméstica. No entanto, a violência psicológica é uma realidade silenciosa presente no âmbito doméstico deste crime (Souza et al., 2016; Ferreira, 2016). Quando falamos de violência social, percebemos que se trata de uma das estratégias que o agressor utiliza, para promover o controlo sobre estas mulheres vítimas, com o intuito de as afastar da sua rede social e familiar, promovendo o seu isolamento e tornando-as mais facilmente manipuláveis e controláveis (CIG, 2016b). Por seu lado, a violência económica, outra estratégia utilizada pelo agressor para a manutenção na relação, ao restringir a autonomia económica da mulher, aumenta a probabilidade de que esta continue dependente dele, retendo assim o controlo de comportamento dentro do relacionamento (Socorro, 2016; Puente-Martínez et al., 2016; Sanders, 2015). Relativamente à violência sexual, é vista como uma das mais graves, não só porque deixa marcas profundas que podem acompanhar a vítima por toda a vida, mas também porque causam consequências de ordem física, emocional, mental e social. Neste âmbito, os efeitos podem alterar completamente a rotina de vida da vítima, tais como o aborto, a gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, depressão, ansiedade, isolamento social ou mesmo sentimentos de culpa (Ribeiro & Leite, 2016; Araújo et al., 2016). Existem mesmo casos de vítimas que têm relações sexuais com este agressor, por medo (Barros et al., 2016), bem como a natural dificuldade e resistência para falar sobre o tema, que pode incluir a não denúncia desta forma de violência (Costa & Piber, 2016). No entanto, os estudos defendem que a violência mais grave está associada à sobreposição de diversas formas de violência, originando a associação da violência física, psicológica e sexual, situações extremamente graves (Amaral et al., 2016; Almeida, Pasa & Scheffer, 2009; Schraiber et al., 2007). Segundo os resultados do nosso estudo, aparentemente a violência económica, social, psicológica e física, parecem não causar um impacto tão negativo no EPE da vítima como causa a violência sexual, ou quando são vítimas de todos os tipos de violência, na perspetiva de ambos os grupos da amostra. Conforme a literatura indica, a violência sexual e a sobreposição de vários tipos de violência surgem como as mais graves, pois são aquelas que causam um maior impacto negativo nas vítimas, e, aparentemente, no seu EPE na escola dos filhos, conforme indicam os resultados do nosso estudo.

No que respeita à relação entre as consequências da vitimação destas mães e o seu EPE, o nosso estudo mostra-nos uma maioria de vítimas que sofreram, ou sofrem, ferimentos

ligeiros (52%) como resultado da vitimação, mas, não podemos deixar de salientar a presença de uma relativa percentagem de casos com ferimentos graves (28%), e, em sentido contrário, um menor número de casos com ausência de lesões (20%). Nas estatísticas nacionais estes resultados são aparentemente menos graves, uma vez que, desde que existem dados oficiais, a ausência de lesões abrange mais de metade dos casos, com cerca de 55%, 44% são ligeiros, e, com apenas 1%, graves (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Apesar dos dados fornecidos pelas vítimas deste crime, temos de ter em conta que existem situações em que as vítimas, seja por vergonha ou medo, não recorrem a cuidados clínicos. Neste contexto, encontramos também situações, em que mesmo recorrendo a tratamento hospitalar, escondem a verdadeira razão das lesões que apresentam. Aqui podemos encontrar lesões que vão desde situações, que apesar de não proporcionarem lesões, comprometem a sua integridade física (e.g., bofetada, empurrão), a lesões que obriguem ao internamento hospitalar. De salientar os casos em que a lesão pode comprometer as atividades diárias da vítima, incluindo faltar ao trabalho e à escola, incapacitando-a de desempenhar determinadas tarefas, como cozinhar, pegar em pesos ou conseguir escrever (SGAI, 2014). Nesta interpretação, facilmente depreendemos que as suas capacidades no EPE podem também ser afetadas em virtude destas lesões, o que pode explicar os resultados do nosso estudo, onde as piores avaliações de EPE surgem perante vítimas que vivenciaram lesões, sejam ligeiras ou graves, diminuindo proporcionalmente com a gravidade destas lesões.

Relativamente à relação entre a primeira situação de violência doméstica de que esta mãe foi vítima, e a sua denúncia, com o seu EPE, observamos uma prevalência nos casos em que demorou entre seis a 10 anos (39,4%). Uma menor percentagem refere-se a casos em que vivenciaram a violência mais de 21 anos antes de a denunciarem (3,7%) e a denunciaram logo após a primeira ocorrência (5,7%). Nesta relação, apenas a Associação de Apoio à Vítima (APAV) indica alguns dados, relativamente às 22 387 vítimas de violência doméstica que procuraram apoio da associação entre 2013 e 2015, maioritariamente, vítimas mulheres casadas e com filhos. Destas, a maior prevalência, com 35,7%, fizeram-nos após consentiram os abusos sofridos, em média, entre dois a seis anos, e, apenas com 5,8%, o realizaram nos primeiros seis meses (APAV, 2016b). No processo de validação do instrumento de avaliação de risco para as polícias portuguesas «RVD», observou-se, perante um estudo realizado de 20 casos de homicídios em relações de intimidade, que existiam episódios anteriores de violência física em 73,7% dos casos, e em que em 47,4%, o primeiro episódio de violência ocorreu um ano antes do homicídio (SGAI, 2014). Podemos depreender, desta análise, o elevado risco em

que estas vítimas se encontram, ao não denunciar o crime, pois no nosso estudo encontramos uma elevada percentagem de vítimas que sofreram lesões ligeiras ou graves (80%), e que, maioritariamente, continuam a residir com este agressor (52,9%) (cf. Gráfico 29 e 35). Em ambos os conjuntos encontramos a indicação de um melhor desempenho no EPE das vítimas quando estas denunciam o crime logo após a primeira situação de ocorrência, e, em sentido contrário, os piores desempenhos surgem em situações onde vivenciaram esta violência mais de 21 anos, antes de denunciarem. Estes resultados demonstram o que a maioria da literatura indica sobre este contexto, em que a continuação e manutenção de uma relação violenta, no contexto de violência doméstica, causa implicações e consequências negativas na vítima (Paulino & Rodrigues, 2016), podendo assim estar diretamente relacionado com o pior desempenho ao nível do EPE destas vítimas.

No âmbito da relação entre a existência ou não de denúncias anteriores às entidades competentes por parte desta vítima, com o seu EPE, o nosso estudo aponta para uma maioria de casos, onde esta terá sido a primeira denúncia por violência doméstica (84,9%), no entanto, 15,1% indicam uma reincidência deste crime com estes mesmos intervenientes. Na perspetiva nacional, encontramos valores superiores, com uma média de 35% de casos com ocorrências anteriores que já haviam sucedido, tenham ou não sido reportadas às forças de segurança (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Não sendo taxativo que a ausência de denúncias anteriores indique que não tenham já ocorrido situações de violência doméstica, como podemos apurar na análise à variável anterior, a explicação para um melhor desempenho de EPE por estas vítimas sugere uma relação direta com a reincidência ou não de ocorrências. O melhor desempenho de EPE é, assim, observado nas situações em que não se verificaram denúncias anteriores, no entanto, na nossa opinião, as conclusões não podem ser apenas desenvolvidas e baseadas numa análise direta e simplista da variável, mas sim num panorama mais abrangente. O facto das denúncias, sucederem, maioritariamente, após ter ocorrido mais de uma situação de violência doméstica (94,3%), com algumas das denúncias a ocorrerem apenas ao fim de mais de 21 anos de vitimação, invalida assim, uma ausência do crime, quando o relacionamos com as denúncias anteriores. Podemos apresentar outras justificações, como por exemplo, a inexistência de denúncias anteriores por a vítima considerar que não seria muito grave, ou que este agressor poderia modificar o seu comportamento agressivo. Existe também a possibilidade da denúncia suceder apenas após se verificaram situações mais graves, ou perante uma reiteração continuada no tempo e agravada nas consequências (Paulino & Rodrigues, 2016). Assim,

assente nestas perspetivas, podemos constatar, de uma forma mais abrangente, o porquê desta ausência de denúncias anteriores indicarem um impacto positivo no desempenho do EPE destas vítimas.

Como verificamos, todas as variáveis aqui relacionadas com EPE da vítima, apresentam diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$)⁹².

4.2.3. Influência das características associadas à relação da vítima com o agressor, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho

Prosseguindo, apresentamos neste ponto, a análise da influência das características da relação entre a mulher vítima e o agressor, no que se refere ao envolvimento parental na escola dos seus filhos. Será realizada a análise da relação entre as características da relação desta vítima e o agressor, com a pontuação global da escala do EPE, na perspetiva de mães e filhos (Tabela 7 e Apêndice XIV).

4.2.3.1. Apresentação dos resultados

No que respeita à relação entre o espaço temporal da relação entre esta vítima e o agressor, com o seu EPE, observamos uma avaliação com a mesma perspetiva de classificações, desde as médias mais elevadas às mais baixas de EPE da vítima, indicadas por ambos os conjuntos. No que respeita às avaliações mais elevadas do EPE, estas são observadas num contexto onde esta vítima manteve, ou mantém, com o agressor, uma relação curta, ou seja, de apenas alguns meses (mãe, $M=81,86$; filho, $M=64,43$), vindo a decrescer, consoante aumenta o tempo desta relação, surgindo as avaliações com a média mais baixa, no contexto em que as relações vítima/agressor perduram há mais tempo, 21 ou mais anos (mãe,

⁹² De uma forma geral, e com perspetivas semelhantes indicadas por mães e filhos, as vítimas do nosso estudo apresentam melhores desempenhos de EPE, quando não sofrem determinado tipo de violência, e, sofrendo, a violência económica e/ou social, apresentam-se como as que menor impacto no EPE causam, não sofrem lesões, quando denunciam o crime logo à primeira situação ocorrida, e, quando não existem denúncias anteriores. Em sentido inverso, estas vítimas apresentaram piores desempenhos no seu EPE, quando sofrem determinado tipo de violência, sendo os casos em que sofrem “todos os tipos de violência”, que mais impacto negativo causam no EPE, quando sofrem lesões graves, quando denunciam o crime apenas após decorrer durante 21 ou mais anos, e, quando existem denúncias anteriores contra este mesmo agressor. Neste contexto, apesar de consonâncias das médias mais baixas em abrangerem, de forma crescente, a vitimação que envolve todos os tipos de violência, sexual, física e psicológica, encontramos mães a indicarem, de seguida, a violência social e, por fim a económica, como a que menor impacto negativo aparenta causar no seu EPE. Por seu lado, o filho, após esta mesma perspetiva inicial (todos os tipos de violência, sexual, física e psicológica), indica, de seguida, a violência económica, e, por fim, a social.

M=73,13; filho, M=56,49). Nesta variável observamos diferenças estatísticas significativas em ambos os conjuntos, na sua relação com o EPE ($p<0,05$).

Relativamente à relação entre o tipo de ligação que vítima e agressor mantiveram, ou mantêm, após o crime/denúncia, com o seu EPE, os resultados do estudo indicam que as pontuações, desde as médias mais elevadas às mais baixas, revelam a mesma perspetiva em ambos os conjuntos. A avaliação mais elevada surge, assim, num contexto onde a atual relação da vítima com o agressor será “muito boa” (mãe, M=84,11; filho, M=67,11), decrescendo, para situações que envolvem relações boas, mais más que boas, ausência de contactos, mais má que boa, e, por fim, as médias mais baixas são observadas perante uma relação “muito má” (mãe, M=64,89; filho, M=55,01). Nesta variável observamos diferenças estatísticas significativas, na sua relação com o EPE, entre as avaliações de ambos os conjuntos ($p<0,05$).

No contexto em que analisamos a relação entre uma coabitação ou não à data do crime, entre vítima, agressor e o filho que participou neste estudo, observamos a mesma perspetiva dos nossos conjuntos, onde a não coabitação à data do crime envolve as médias mais elevadas de EPE (mãe, M=79,87; filho, M=61,91). Por sua vez, as médias mais baixas, surgem em situações em que coabitavam (mãe, M=72,88; filho, M=55,50). Nesta variável observamos diferenças estatísticas significativas, na sua relação com o EPE, entre as avaliações de ambos os conjuntos ($p<0,05$).

No que diz respeito à relação entre esta coabitação ou não, após o crime/denúncia, entre estes mesmos atores, e o EPE da vítima, verificamos a mesma perspetiva de avaliações indicadas por ambos os conjuntos. Neste âmbito, os melhores desempenhos surgem quando não mantêm a coabitação pós-crime (mãe, M=80,21; filho, M=62,00), declinando, assim, nos casos em que se manteve esta coabitação (mãe, M=73,82; filho, M=56,20). A variável apresenta diferenças estatísticas significativas, na sua relação com o EPE, entre as avaliações de ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Quanto à relação entre a dependência económica da vítima perante o agressor, e o seu EPE, observamos uma avaliação com a mesma perspetiva de mães e filhos, surgindo as pontuações mais elevadas, quando esta vítima não dependia economicamente deste agressor (mãe, M=80,41; filho, M=62,14), e, mais baixas, perante esta dependência (mãe, M=73,77; filho, M=54,24). Na relação desta variável com o EPE, observamos diferenças estatísticas significativas, entre as avaliações de ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Tabela 7 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados da caracterização da relação vítima/agressor

Variável	Escala Global EPE - Mãe/Vítima				Escala Global EPE - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Tempo relação vítima/agressor				0,028^a				0,003^a
Alguns meses (n=10/2,9%)	81,86	8,57	64,00-95,00		64,43	12,33	32,00-88,00	
1 - 5 anos (n=52/14,9%)	80,94	7,77	60,00-96,00		62,96	15,05	38,00-85,00	
6 - 10 anos (n=68/19,4%)	79,10	8,71	62,00-90,00		61,06	12,86	38,00-86,00	
11 - 20 anos (n=206/58,9%)	78,98	6,89	65,00-94,00		60,50	13,23	38,00-79,00	
21 + anos (n=14/4%)	73,13	9,42	54,00-96,00		56,49	15,23	29,00-95,00	
Relação vítima/agressor pós-crime				0,035^a				0,024^a
Nenhuma (n=59/16,9%)	80,05	7,13	58,00-96,00		61,23	11,70	36,00-81,00	
Muito má (n=89/25,4%)	64,89	9,11	54,00-96,00		55,01	12,74	35,00-79,00	
Mais má do que boa (n=30/8,6%)	79,73	8,65	61,00-91,00		60,93	11,73	29,00-83,00	
Razoável (n=86/24,6%)	80,20	7,47	63,00-95,00		63,29	15,06	33,00-88,00	
Boa (n=73/20,9%)	81,09	8,20	61,00-96,00		64,29	14,69	32,00-95,00	
Muito boa (n=13/3,6%)	84,11	9,72	65,00-96,00		67,11	16,08	38,00-95,00	
Coabitação à data do crime/denúncia				0,040^b				0,041^b
Não (n=9/2,6%)	80,78	5,70	73,00-94,00		61,91	13,44	29,00-95,00	
Sim (n=341/97,4%)	72,88	8,22	54,00-90,00		55,50	11,56	42,00-79,00	
Coabitação pós-crime/denúncia				0,042^b				0,044^b
Não (n=165/47,1%)	80,21	7,14	58,00-95,00		62,00	12,91	29,00-88,00	
Sim (n=185/52,9%)	73,82	8,98	54,00-90,00		56,20	13,83	23,00-95,00	
Dependência económica				0,026^b				0,036^b
Não (n=241/68,9%)	80,41	7,87	54,00-96,00		62,14	13,17	29,00-88,00	
Sim (n=109/31,1%)	73,77	8,71	60,00-96,00		54,24	13,90	35,00-95,00	

EPE, Envolvimento Parental na Escola; *M*, Média; *DP*, Desvio-padrão; *Min*, mínimo; *Máx*, máximo; *P*, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bTeste U Mann-Whitney para duas amostras independentes.

4.2.3.1.1. Análise e discussão dos resultados

Nestas relações, comparando as perspetivas de mães e de filhos, observamos igualmente que as mães indicam possuir um maior EPE que os filhos indicam sobre estas, em todas as variáveis que compõem esta caracterização.

Analisando mais particularmente estas relações, a partir da relação entre o tempo que vítima e agressor mantiveram, ou mantêm uma relação, e o seu EPE, observamos, no nosso estudo, relações maioritárias entre os intervenientes dos 11 aos 20 anos (58,9%), e, em sentido contrário, as relações menos comuns, referem-se a uniões com apenas alguns meses (2,9%), sendo que não existem dados nacionais sobre este crime numa vertente mais abrangente para comparações estatísticas. Como já mencionado anteriormente, as consequências de uma relação mantida e prolongada, no contexto de violência doméstica, acarreta implicações negativas para a vítima (Paulino, 2016), e, aparentemente, no seu desempenho do EPE, pois os casos onde são indicadas relações mais curtas, apresentam melhores desempenhos, decrescendo conforme aumenta o tempo de relação.

Relativamente à relação entre o tipo de ligação que vítima e agressor mantêm pós-crime, e o seu EPE, observamos, no estudo, uma ligeira prevalência de relações que podemos

designar de mais negativas ou menos favoráveis, e ausentes (nenhuma; muito má; mais má que boa), com 50,9%, numa igual ausência de dados abrangente em contexto nacional que possibilite utilizar para comparações estatísticas. Chegar ao fim de um relacionamento nunca é fácil para o casal, e a dificuldade aumenta quando se tem filhos. Conciliar a educação e a rotina da criança em famílias diferentes, pode ser complicado, já que em cada ambiente vão existir regras e costumes diferentes. A literatura refere a importância de pais separados se relacionarem e conversarem sobre a educação dos filhos (Silva, 2016d; Ceza-Ferreira & Macedo, 2016; Santos & Angonese, 2016), mas nem sempre esta situação será possível, como é o caso do nosso estudo, no qual o contexto dos acontecimentos poderia colocar em perigo, não apenas a vítima, mas em alguns casos, os filhos. A nossa pesquisa revelou, quase em percentagens semelhantes, relações pós-crime mantidas num aparente contexto favorável, supostamente, em circunstâncias em que é possível manter uma relação com alguma proximidade ou mesmo manter o contacto diário ou constante (razoável; boa; muito boa). No entanto, encontramos, com uma ligeira prevalência, de casos em que não existe qualquer contacto, ou este não se apresenta conciliador ou pacífico (ausência; muito má; mais má que boa). Num contexto no qual a relação é indicada como muito boa, boa ou razoável, que pode traduzir ou não a manutenção da relação, parece-nos razão suficiente para justificar o porquê de apresentar vítimas com melhores desempenhos de EPE. Em sentido contrário, as situações em que esta relação se afigura muito má, mais má que boa ou sem contactos, apresentaram os piores desempenhos deste envolvimento.

No que respeita à relação entre a coabitação ou não à data do crime entre os intervenientes, com o EPE destas vítimas, observamos um quase total de casos em que existia essa coabitação (97,4%). Como sabemos, este crime não ocorre apenas em situações que envolvam coabitação entre os intervenientes. Não obstante, e tendo por base os dados deste crime em contexto nacional, verificamos que a grande maioria dos crimes, com cerca de 82%, ocorrem na residência do casal (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Apesar da diminuta diferença nas pontuações entre o melhor e o pior desempenho de EPE, perante a coabitação ou não à data do crime, observamos que existe um impacto negativo no EPE das vítimas, quando coabitavam com o agressor, melhorando, moderadamente, quando são vítimas num contexto no qual não existe coabitação. A explicação destes resultados pode ser fundamentada no pressuposto que a não coabitação pode transmitir à vítima um sentimento de maior segurança e poder sobre o seu espaço, e assim conseguir exercer melhor as suas competências de EPE.

No âmbito da relação entre esta coabitação pós-crime/denúncia entre estes mesmos intervenientes, e o EPE da vítima, observamos, apesar de valores muito próximos, uma ligeira prevalência de coabitação entre os intervenientes após o crime ocorrer (52,9%), num contexto em que existe falta de representatividade da realidade da variável a nível nacional para consumir comparações estatísticas. A rutura conjugal e inerente separação da compartilha da residência pode ser uma saída perante a vitimação, contudo, podem existir fatores que não determinem uma separação habitacional. Para além dos previsíveis casos da dependência económica, que “obrigam” à coabitação pós-crime, podem existir situações em que a vítima permaneça na relação conjugal por iniciativa própria, casos em que esta apenas deseje que a violência seja interrompida, pretendendo conseguir uma forma de alterar o comportamento do companheiro (CIG, 2016c). No entanto, as dinâmicas deste crime, na qual a vítima tem a esperança numa mudança de atitude do agressor, aceitando a manutenção de coabitação ou que o homem agressor retorne à família, mostram que as agressões tendem a continuar e a se agravarem (Garcia & Silva, 2016; Monteiro, 2016; Paulino & Rodrigues, 2016), numa análise bem presente no denominado ciclo da violência doméstica (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009). O impacto negativo causado no desempenho destas vítimas no âmbito do EPE dos seus filhos, perante uma coabitação pós-crime, encontra-se, aparentemente, justificado por esta análise.

Por fim, no que respeita à relação entre a dependência económica da vítima perante o agressor, e o seu EPE, encontramos, no nosso estudo, uma situação em que maioritariamente a vítima não depende economicamente do agressor (68,9%), valores próximos da realidade nacional, com 78% (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Num aspeto já associado a outras variáveis, a dependência económica da vítima diante do agressor, num ambiente de violência doméstica, é, sem dúvida, uma razão pela qual se pode determinar a manutenção ou não da relação violenta. Tal como outros preditores, na violência doméstica contra a mulher, quando a vítima se encontre numa posição social delicada, onde se inclui a ausência de emprego que lhes faculte a autonomia em relação aos companheiros, pode colocá-la dependente do mesmo (Zorzella & Celmer, 2016). Assim, o suporte económico de uma vítima que não dependa economicamente do agressor parece influenciar o seu EPE positivamente, conforme os resultados do nosso estudo indicam, em detrimento das piores avaliações de EPE, quando estas possuem esta dependência.

Como anteriormente observado, em todas as variáveis aqui relacionadas com EPE da vítima, encontramos diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$)⁹³.

4.2.4. Influência do estado do processo-crime no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho

Nesta análise apresentamos a influência do estado do processo-crime, relativamente à participação na vida escolar dos filhos destas vítimas. Designadamente, será realizada a análise da relação entre o estado deste processo-crime com a pontuação global da escala do EPE, na perspetiva de mães e filhos (Tabela 8 e Apêndice XV).

4.2.4.1. Apresentação dos resultados

Perante a relação entre o estado do processo-crime, e o EPE da vítima, percecionamos uma avaliação do EPE da vítima com a mesma perspetiva ao nível das pontuações médias mais elevadas, indicadas por mães e filhos, no entanto, com diferenças ao nível das categorias intermédias e da média mais baixa.

Segundo a avaliação, a média mais elevada indicada pelas mães, surge perante as situações em que o processo se encontra suspenso provisoriamente ($M=80,93$), decrescendo, sucessivamente, para os casos em que o agressor foi condenado com pena prisão efetiva ($M=79,84$), suspensa ($M=77,69$), arquivado ($M=74,99$), e, surgindo a mais baixa, quando o processo decorre ($M=68,31$). Relativamente ao filho, e, sendo igual à perspetiva da mãe no que respeita à avaliação mais elevada, ocorre nos casos em que o processo foi provisoriamente suspenso ($M=64,29$), decrescendo, consecutivamente, para as situações em que foi arquivado ($M=62,19$), ainda a decorrer ($M=59,84$), agressor condenado com pena de prisão suspensa ($M=58,33$), surgindo, a média mais baixa, nos casos em que o agressor foi condenado com pena de prisão efetiva ($M=52,55$). Nesta variável são observadas diferenças estatisticamente significativas, na sua relação com o EPE, nas pontuações de ambos os conjuntos ($p < 0,05$).

⁹³ Num contexto geral, e com a mesma perspetiva de mães e filhos, as vítimas do nosso estudo apresentam melhores desempenhos de EPE, quando mantiveram com o agressor uma relação curta (poucos meses), mantêm, pós-crime, uma relação que podemos designar de mais favorável (muito boa, boa, ou razoável), não coabitavam à data do crime com o agressor, não coabitam pós-crime, e, não dependiam economicamente deste agressor. Em sentido oposto, estas vítimas apresentaram piores desempenhos no seu EPE quando mantiveram com o agressor relações longas (21 ou mais anos), mantêm, após o crime, uma relação negativa (muito má, mais má que boa) ou não existem contactos, coabitavam à data do crime, mantêm essa coabitação pós-crime, e, dependiam economicamente do agressor.

Tabela 8 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com o estado do processo-crime

Variável	Escala Global EPE - Mãe				Escala Global EPE - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Processo-Crime				0,042				0,025
Processo a decorrer (n=54/15,4%)	68,31	5,55	69,00-84,00		59,84	13,43	29,00-83,00	
Arquivado (n=200/57,1%)	74,99	6,37	67,00-90,00		62,19	11,98	41,00-88,00	
Suspensão provisória processo (n=59/16,9%)	80,93	7,03	60,00-93,00		64,29	13,58	35,00-95,00	
Agressor condenado com prisão efetiva (n=5/1,4%)	79,84	8,79	54,00-96,00		52,55	13,32	33,00-77,00	
Condenado com prisão suspensa (n=32/9,1%)	77,69	8,02	58,00-95,00		58,33	13,51	32,00-86,00	

EPE, Envolvimento Parental na Escola; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value, Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

4.2.4.1.1. Análise e discussão dos resultados

Também nestas relações, comparando as perspetivas de mães e de filhos, constatamos que as mães indicam possuir um maior EPE que os filhos indicam sobre estas, em todas as variáveis que compõem esta caracterização.

Procedendo a uma análise mais detalhada desta relação, entre o estado do processo-crime, e o EPE destas vítimas, observamos uma maioria de casos arquivados (57,1%), e, em sentido contrário, nos que terminaram com a condenação do agressor com pena de prisão efetiva (1,4%).

O estudo mais recente sobre decisões judiciais no âmbito do crime de violência doméstica em Portugal, realizado por investigadores do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, indica que apenas cerca de 20% resultaram numa sentença em tribunal. Desta minoria, apenas 14% são condenados, e apenas 10% destes condenados cumprem pena de prisão efetiva, num contexto onde a maior parte das condenações de agressores conjugais resultam em penas suspensas (Gomes et al., 2015). Também, segundo os dados mais recentes da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), do total de resultados de inquéritos de violência doméstica, relativos ao espaço temporal entre 2012 e 2015, observou-se que 77% referiam-se a arquivamento, 18% a acusação, e, 5% a suspensão provisória do processo. Entre os inquéritos arquivados, a grande maioria (73%) decorreu de falta de prova. E, das sentenças proferidas e transitadas em julgado, mais de metade resultou em condenação (58,3%), onde em 59% dos casos as penas foram de prisão entre 2 a 3 anos, no entanto, na sua esmagadora maioria, suspensas (96%), com a indicação da existência de pena(s) acessória(s). Estas penas acessórias, refletem-se em diferentes formatos, essencialmente traduzidos na proibição de

contactos com a vítima, afastamento do local de residência e de trabalho da mesma, proibição de uso e porte de arma, obrigação de frequentar consultas de alcoologia, com fiscalização pela Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais (DGRSP), frequência de um programa de prevenção de violência doméstica⁹⁴, e inibição das responsabilidades parentais⁹⁵ (SGMAI, 2016b). Neste âmbito, verificamos que a nossa amostra apresenta valores abaixo da realidade nacional, no que respeita a casos arquivados, valores superiores no que respeita aos casos suspensos provisoriamente, no entanto, relativamente às penas de prisão, suspensas e efetiva, que são uma minoria, são idênticos.

Os contornos e o próprio estado em que se encontra o processo-crime de violência doméstica, não só para a mulher vítima deste crime, mas também para os filhos, podem causar um *stress* psicológico envolvendo vários domínios da sua vida (Paulino, 2016; Pereira, 2014a; Trindade & Sani, 2013). Num panorama onde o processo se encontra suspenso, observamos os melhores desempenhos de EPE da vítima, indicado por estas e pelos filhos, e, podemos encontrar a razão destes resultados, devido ao facto de esta suspensão provisória apenas poder ser aplicada quando vítima e arguido concordem. Ou seja, estamos perante uma situação em que podem ser impostas ao agressor/arguido, uma ou várias obrigações, que podem passar, entre outras, por não a contactar, não residir em certos lugares, ou não ter em seu poder determinados objetos capazes de facilitar a prática de outro crime (e.g., arma de fogo, entre outras) (Fernandes, 2016; Paulino, 2016). Esta imposição, de deveres e regras de conduta, pode criar na vítima um sentimento de maior segurança, promovendo assim um melhor EPE neste contexto. Relativamente ao pior panorama de desempenho das vítimas no EPE, os nossos resultados indicam a sua presença em situações diferentes. As mães referiram casos no qual o processo se encontra a decorrer, seguido pelo seu arquivamento e, os filhos, apontam agressores condenados a pena de prisão efetiva e suspensa. Relativamente às mães, podemos encontrar esta justificação nos contornos pós-denúncia, visto muitas vezes como um momento sensível e perigoso, dado que há um agressor em liberdade, estando ou não em coabitação,

⁹⁴ Programas para Agressores de Violência Doméstica (PAVD). Sobre o tema consultar: Manita & Matias, 2016; Moura, 2016b; Ribeiro, 2016; Igualdade de Género & PAVD. Sobre o tema consultar: Fernandes, 2016.

⁹⁵ A legislação permite, no âmbito da violência doméstica, e no momento seguinte à denúncia, a inibição do exercício das responsabilidades parentais (anteriormente designado por poder paternal), da tutela ou curatela, pelo agressor/suspeito deste crime, e, neste caso particular, pode envolver um espaço temporal de um a 10 anos. (Nota: Tutela, consiste no encargo de cuidar de pessoa menor que estejam sem a autoridade parental. Pode suceder em situações em que os pais daqueles menores estejam falecidos, ausentes ou foram destituídos do “poder paternal”. Curatela, consiste no encargo de cuidar de uma pessoa maior de idade que não possa gerir os seus bens em virtude de uma incapacidade). As responsabilidades parentais referem-se ao “(...) conjunto de poderes e deveres que asseguram o bem-estar moral e material do(s) filho(s), ou seja, os cuidados diários, a relação pessoal, a educação, o sustento, a representação legal e a administração dos seus bens” (Artigos 1878º, n.º 1, 1905º e 1906º, n.ºs 2, 5 e 7 do Código Civil Português).

podendo assim direcionar as suas energias para a vigilância da sua segurança e, aparentemente, criando este impacto negativo no seu EPE. Note-se que a maioria dos homicídios conjugais ocorre, justamente após a denúncia e cessação da vida em comum (Montez, 2016; Paulino, 2016). No caso dos filhos, a justificação desta escolha pode prender-se pela própria envolvimento da denúncia, que levou à prisão do seu pai/padrasto, podendo levá-lo a sentir-se culpado ou culpabilizar a sua mãe por este desfecho (Gonçalves & Sani, 2015; Galvão, 2012; Quintas, 2009; Paixão & Oltramari, 2005). Por si só, o ato da denúncia da violência às autoridades pode criar impactos negativos, mais ainda em casos nos quais a criança tem de testemunhar contra um dos progenitores, fatores que podem criar problemas, conflitos e perturbações nos comportamentos destas crianças (Sottomayor, 2016; Kitzmann, 2011; Instituto de Apoio à Criança [IAC], 2009). Estes fatores apresentados, parecem ser os mais relevantes para explicar os resultados mais negativos indicados pelos filhos em relação ao EPE das suas mães, quando o agressor ficou preso no âmbito do crime.

Perante o exposto, constatamos que a variável aqui relacionada com EPE da vítima encontra diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$)⁹⁶.

Neste ponto, que envolveu a análise a estes quatro grupos de características (características sociodemográficas e intrafamiliares da vítima; características associadas à vitimação; características associadas à relação da vítima com o agressor; estado ou à decisão do processo-crime), observamos diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) quando relacionadas com a avaliação do EPE. Assim, podemos concluir que a **hipótese 2**, “As características associadas à vítima e a crime condicionam o EPE da mulher vítima, na perspetiva da mãe e do filho”, se encontra confirmada.

⁹⁶ Num âmbito geral, encontramos as mesmas perspetivas de mães e filhos no que respeita aos melhores desempenhos no EPE destas vítimas relacionado com o estado do processo-crime, ocorrendo quando este se encontra provisoriamente suspenso. Em sentido contrário, os piores desempenhos são verificados quando ainda decorre o referido processo, na perspetiva da própria vítima, e, quando o agressor foi condenado a pena de prisão efetiva, na perspetiva do filho. Neste contexto, as diferenças de perspetivas envolvem as médias intermédias e mais baixas deste EPE da vítima. Segundo as mães indicaram, este desempenho decresce, consoante se verifica que o agressor foi condenado com pena de prisão efetiva, suspensa, arquivado, surgindo a mais baixa, quando o processo decorre. Por seu lado o filho, após a mesma perspetiva de desempenhos superiores, indica um decréscimo de envolvimento, conforme o processo foi arquivado, ainda decorre, agressor condenado com pena de prisão suspensa, e, indicando a média mais baixa, nas situações em que o agressor foi condenado com pena de prisão efetiva.

4.3. Influência da dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho

Na presente análise, selecionamos e relacionamos um conjunto de variáveis com o intuito de observar em que medida podem ou não influenciar o envolvimento parental na escola da mulher vítima, na perspetiva de mães e filhos (Tabela 9 e Apêndice XVI).

As variáveis que fazem parte desta análise, correspondem a características do agressor, que se relacionam com a avaliação do EPE. Estas características do agressor são, especificamente, se abusa ou depende de substâncias (álcool/drogas), e, se possui, usa ou têm acesso a armas.

Para analisar estas relações, desenvolvemos a tabela seguinte, que passamos a apresentar e a analisar, sendo que, numa última parte, desenvolvemos a análise e discussão dos resultados.

4.3.1. Apresentação dos resultados

No que respeita à relação entre dependência ou abuso de substâncias por parte do agressor, e o EPE da vítima, observamos que os resultados apresentam a mesma perspetiva nas classificações do EPE da vítima, desde as pontuações médias mais elevadas às mais baixas. No que respeita à avaliação do EPE da vítima com a média mais elevada, encontramos contextos nos quais o agressor não possui qualquer dependência (mãe, $M=82,65$; filho, $M=67,09$), e, sendo as médias muito mais baixas, nos casos em que está presente a associação que envolve o abuso ou dependência de álcool e/ou drogas (mãe, $M=71,63$; filho, $M=53,44$). Na relação da presente variável com o EPE, são observadas diferenças estatisticamente significativas, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Relativamente à relação entre a posse, utilização ou acesso a armas por parte deste agressor, e o EPE da vítima, constatamos uma avaliação com a mesma perspetiva nas pontuações indicadas por mães e filhos, desde as médias mais elevadas às mais baixas. Quanto à avaliação com a média mais elevada, surgem as situações em que estes agressores não possuem/utilizam qualquer tipo de arma (mãe, $M=80,32$; filho, $M=74,14$). Num panorama onde as pontuações mais baixas envolvem as diferentes opções que incluem arma(s), a média mais baixa é atingida em situações onde o agressor possui arma de fogo ($M=71,94$; $M=55,94$). Na relação da presente variável com o EPE, são observadas diferenças estatisticamente significativas, em ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Tabela 9 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor

Variável	Escala Global EPE-Mãe/Vítima				Escala Global EPE - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Dependência de substâncias				<0,001				<0,001
Não (n=173/49,4%)	82,65	7,34	65,00-96,00		67,09	12,18	38,00-95,00	
Sim, álcool (n=128/36,6%)	76,84	8,39	54,00-94,00		56,79	12,72	29,00-85,00	
Sim, drogas (n=16/4,6%)	78,88	7,03	62,00-93,00		58,91	12,04	36,00-83,00	
Sim, álcool e drogas (n=33/9,4%)	71,63	7,13	62,00-87,00		53,44	11,75	32,00-81,00	
Utilização de armas				0,040				0,031
Não (n=260/74,3%)	80,32	7,90	60,00-96,00		74,14	5,17	67,00-90,00	
Arma de fogo (n=61/17,4%)	71,94	8,92	58,00-90,00		55,94	2,12	54,00-60,00	
Arma branca (n=15/4,3%)	77,55	8,74	54,00-93,00		61,40	15,28	40,00-85,00	
Arma de fogo e arma branca (n=2/0,6%)	74,00	2,83	76,00-80,00		58,50	12,43	29,00-81,00	
Outro tipo de armas (n=3/0,9%)	78,62	6,24	60,00-84,00		64,01	19,47	33,00-95,00	
Todas as opções com arma (n=9/2,6%)	73,78	8,56	67,00-96,00		57,81	13,35	32,00-95,00	

EPE, Envolvimento Parental na Escola; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

4.3.1.1. Análise e discussão dos resultados

Neste ponto, procedemos a uma análise mais particular destas relações, sendo igualmente observado que, ao compararmos as perspetivas de mães e de filhos, e de forma transversal a todas variáveis que compõem esta caracterização, que as mães manifestam possuir um maior EPE que os filhos indicam sobre estas.

No que respeita à relação entre a dependência ou abuso de substâncias, por parte do agressor, e o EPE da vítima, encontramos no nosso estudo, uma ligeira de prevalência de agressores que possuem estas dependências, de álcool e/ou drogas (51,6%), com maior incidência para o álcool (36,6%). Estes dados, são assim, substancialmente superiores aos das vítimas que fazem parte da pesquisa, e vão de encontro aos dados nacionais, nos quais os agressores que dependem ou abusam do consumo de álcool, se encontram presentes em 41% dos casos, e 12% com o consumo de estupefacientes (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Como já referido anteriormente, agressores que abusam ou possuem dependência de álcool ou drogas, potenciam o risco no contexto da violência doméstica. Contudo, muitos estudos indicam que o álcool e as drogas, legais ou ilegais, por si só, não são causadores de violência. Não obstante, predominam os resultados em que estas vítimas, cujos agressores têm estes problemas, têm quatro vezes mais probabilidade de serem mortas (SGAI, 2014; Galvani, 2006). A literatura apresenta-nos casos em que mães com parceiros alcoólicos ou dependentes de drogas se revelaram menos atentas e carinhosas, durante as interações lúdicas com os seus filhos (Gonçalves, 2015; Eiden, Edwards &

Leonard, 2007), podendo esta ser a justificação que para os piores desempenhos do seu EPE, de acordo com os resultados apresentados no nosso estudo.

Analisando a relação entre a posse, utilização ou acesso a armas por parte do agressor, e o EPE da vítima, observamos uma maioria de agressores que não possui armas (74,3%), e, possuindo, a arma de fogo é a que mais prevalece (17,4%). Estes resultados encontram-se muito acima da média nacional, em que apenas 9% possuem armas, sendo a arma de fogo apenas indicada em 1% das situações (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Tal como o fator do álcool e das drogas, os agressores com acesso a armas, particularmente armas de fogo, são muito mais propensos a ferir gravemente ou matar uma vítima, do que outros sem acesso a armas (Tracy, Braga & Papachristos, 2016; Paulino, 2016; Cerdá, 2016; Zeoli, Malinski & Turchan, 2016). Os estudos indicam que mulheres vítimas deste crime, ameaçadas ou agredidas por agressores que possuem armas, têm 20 vezes mais probabilidade de serem mortas que outras mulheres. E, existindo armas de fogo em casa, as mulheres agredidas têm seis vezes mais probabilidade de serem mortas, do que outras mulheres vítimas de violência (Garcia & Silva, 2016; Cardoso, 2016; Klein, 2015, 2009; Folkes, Hilton & Harris, 2013; Goralski, 2013; Campbell et al., 2003). De salientar, no que respeita ao contexto nacional, os dados mais recentes sobre o femicídio, indicam que em cerca de 39% dos casos a mulher foi assassinada com arma de fogo, e, em 31%, com arma branca (UMAR, 2016; 2015; 2014; 2013; 2012). Os dados do nosso estudo são então concordantes com a literatura, pois estas vítimas encontram-se num contexto de violência doméstica com preocupações acrescidas pela existência de armas, particularmente arma de fogo, estando presumivelmente mais preocupadas com ataques futuros, pois as ameaças e lesões são uma possibilidade iminente ou constante, o que influencia negativamente o seu EPE.

Como anteriormente observado, em todas as variáveis aqui relacionadas com EPE da vítima encontramos diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$). Perante a análise realizada, podemos constatar que a **hipótese 3**, “A dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor influenciam o EPE da mulher vítima, na perspetiva da mãe e do filho”⁹⁷, se confirma.

⁹⁷ Numa perspetiva geral, as vítimas do nosso estudo indicam melhores desempenhos de EPE quando o crime ocorre com agressores não possuem qualquer dependência de álcool e/ou drogas, e, não possuem, utilizam ou têm acesso a armas. Em sentido inverso, estas vítimas apresentam piores resultados no seu EPE, quando se relacionam com agressores que são dependentes ou abusam de substâncias, prevalecendo os que associam álcool e drogas, e, os que possuem armas, particularmente, arma de fogo.

4.4. Influência das caraterísticas associadas ao filho no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho

Com o mesmo padrão anterior, na presente análise, selecionamos e relacionamos um conjunto de variáveis com o intuito de observar em que medida podem ou não influenciar o envolvimento parental na escola da mulher vítima, na perspetiva de mães e filhos (Tabelas 10 a 13, e Apêndice XVII a XX).

As variáveis que fazem parte desta análise, correspondem a quatro grupos de características que se relacionam com a avaliação do EPE.

Num primeiro ponto, encontramos as características pessoais e escolares do filho, particularmente, o seu sexo, a sua idade, o ano letivo em que encontram atualmente, se possui retenções, e caso positivo, quantas (Tabela 10).

Um segundo ponto, envolve as características da relação do filho com o agressor, especificamente, se este agressor é ou não o seu pai biológico do filho, e a frequência de contactos entre estes após o crime (Tabela 11).

Relativamente a um terceiro ponto, que incide nas características da relação entre o filho e o contexto do crime, nomeadamente, sobre o seu papel (não presenciaram; presenciaram; presenciarem, e foram também vítimas), sobre a sua intervenção (intervém; não intervém), e perante os casos em que deveriam ser sinalizados à CPCJ (Tabela 12).

O quarto e último ponto, corresponde às características da relação entre o filho, o crime e a escola, particularmente, os seus comportamentos quotidianos e escolares pós-crime, e as retenções destes no círculo do crime (Tabela 13).

Para analisar estas relações, desenvolvemos assim as quatro tabelas seguintes, que passamos a apresentar e a analisar, sendo que, numa última parte, desenvolvemos a análise e discussão dos resultados.

4.4.1. Influência das caraterísticas pessoais e escolares associadas ao filho, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho

Neste ponto apresentamos a análise da influência das características do filho, no que se refere à participação da vítima na vida escolar dos seus filhos. Especificamente, será realizada a análise da relação entre as características pessoais e escolares dos filhos com a pontuação global da escala do EPE, na perspetiva de mães e filhos (Tabela 10 e Apêndice XVII).

4.4.1.1. Apresentação dos resultados

Analisando a relação entre o sexo dos filhos e o EPE das vítimas, observamos uma avaliação do EPE das vítimas com a mesma perspetiva nas classificações das médias mais elevadas e mais baixas, indicadas por mães e filhos. A avaliação do EPE, com a média mais elevada, surge perante filhos do sexo feminino (mãe, $M=81,31$; filho, $M=65,25$), e, a média mais baixa, perante filhos do sexo masculino (mãe, $M=78,47$; filho, $M=58,51$). Na relação desta variável com o EPE são observadas diferenças estatisticamente significativas, nas pontuações de ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Perante a relação entre a idade destes filhos e o EPE das vítimas, observamos uma avaliação que corresponde à mesma perspetiva de EPE das vítimas indicada por mães e filhos, das pontuações médias mais elevadas e mais baixas. Uma avaliação com a média mais elevada surge em relação aos filhos mais jovens, dos 11 aos 15 anos (mãe, $M=81,22$; filho, $M=64,74$), surgindo as médias mais baixas no outro grupo etário, dos 16 aos 18 anos (mãe, $M=74,70$; filho, $M=50,52$). A presente variável quando relacionada com o EPE, apresenta diferenças estatisticamente significativas nas pontuações de ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Relativamente à relação entre o ano letivo em que estes filhos se encontram à data da inquirição, e o EPE da vítima, os resultados revelam-nos uma avaliação do EPE da vítima com a mesma perspetiva de pontuações, desde as médias mais elevadas às mais baixas, alcançadas por mães e filhos. A avaliação com a média mais elevada surge nos casos em que estas crianças/jovens se encontram no 1.º ciclo, particularmente, no 5.º ano (mãe, $M=84,26$; filho, $M=68,36$), vindo a decrescer consoante vai aumentando o ano letivo em que estes filhos se encontram, surgindo as médias mais baixa perante os filhos que frequentam o 2.º ciclo, nomeadamente, o 9.º ano (mãe, $M=73,43$; filho, $M=56,38$). Na relação desta variável com o EPE, verificamos diferenças estatisticamente significativas, nas pontuações de ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Na análise da relação entre as retenções destes filhos e o EPE das vítimas, observamos uma avaliação do EPE da vítima com a mesma perspetiva, desde as médias mais elevadas às mais baixas, fornecidas por ambos os conjuntos. O estudo apresenta as médias mais elevadas nos casos em que não existem retenções (mãe, $M=84,26$; filho, $M=72,21$), decrescendo conforme aumenta o número de retenções, com as médias mais baixas a serem atingidas nos casos em que existiram três ou mais retenções (mãe, $M=71,59$; filho, $M=37,09$). A relação desta variável com o EPE, apresenta diferenças estatisticamente significativas, verificadas nas pontuações de ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Tabela 10 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características pessoais e escolares do filho

Variável	Escala Global EPE - Mãe/Vítima				Escala Global EPE - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Sexo				0,001^b				<0,001^b
Masculino (n=175/50%)	78,47	8,49	54,00-96,00		58,51	13,51	29,00-95,00	
Feminino (n=175/50%)	81,31	7,58	61,00-96,00		65,25	12,41	40,00-95,00	
Grupos Etários (anos)				<0,001^b				<0,001^b
11-15 (n=279/79,7%)	81,22	7,65	61,00-96,00		64,74	12,40	38,00-95,00	
16-18 (n=71/20,3%)	74,70	8,09	54,00-90,00		50,52	11,01	29,00-77,00	
Escolaridade				0,001^a				0,001^a
5º Ano (n=14/4%)	84,26	6,53	66,00-94,00		68,36	10,16	46,00-83,00	
6º Ano (n=73/20,9%)	80,14	7,63	60,00-95,00		63,05	12,89	32,00-95,00	
7º Ano (n=92/26,3%)	78,93	7,71	54,00-96,00		62,10	13,51	38,00-86,00	
8º Ano (n=70/20%)	76,93	7,85	54,00-90,00		60,52	12,42	35,00-88,00	
9º Ano (n=101/28,9%)	73,43	9,39	54,00-89,00		58,38	13,15	29,00-95,00	
Retenções				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=153/43,7%)	84,26	6,94	65,00-96,00		72,21	9,06	45,00-95,00	
Sim, 1 vez (n=126/36%)	77,81	7,26	59,00-93,00		57,49	8,81	41,00-83,00	
Sim, 2 vezes (n=59/16,9%)	74,67	11,09	54,00-89,00		49,22	8,49	36,00-77,00	
Sim, 3 ou mais vezes (n=12/3,4%)	71,59	6,52	54,00-87,00		37,09	4,72	29,00-44,00	

EPE, Envolvimento Parental na Escola; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^b Teste U Mann-Whitney para duas amostras independentes.

4.4.1.1.1. Discussão dos resultados

Neste ponto procedemos a uma análise mais individualizada destas relações, onde voltamos a constatar, comparando as perspetivas de mães e de filhos, e de forma transversal a todas variáveis que compõem esta caracterização, que as mães indicam possuir um maior EPE que os filhos indicam sobre estas. Neste âmbito, e num contexto nacional, não observamos representatividade da realidade de todas as variáveis aqui relacionadas, para concretizar possíveis comparações estatísticas.

Iniciamo-nos pela relação entre o sexo destes filhos e o EPE da vítima, onde encontramos, e definimos, um grupo com iguais proporções quanto ao sexo, 50% de filhos e filhas. Em contextos e estudos onde não se inclui o “preditor” violência doméstica, encontramos na literatura uma discordância quanto ao menor ou maior envolvimento escolar dos pais, quando confrontados com o género dos filhos, pois, se por um lado encontramos estudos que não referem estas divergências perante o sexo dos filhos, outros indicam que os pais tendem a adotar comportamentos em função do género dos filhos (Nogueira, Romanelli & Zago, 2015; McGilloway et al., 2012; Borges, 2010; Rodrigues et al., 2011; Dubeau, Devault & Paquette, 2009; Gouyon & Guérin, 2006; Lundahl, Risser & Lovejoy, 2006). Estudos clássicos em Psicologia do desenvolvimento relatam que, apesar das inúmeras mudanças nos papéis de género em diversas culturas, os pais continuam a estereotipar o

processo educativo dos filhos consoante o seu gênero, num facto visível desde o pré-escolar, que se extrapola, muitas vezes, aos anos seguintes, e onde, muitas vezes, são encontrados e associados parâmetros de expectativas de escolarização baseado no gênero destes filhos (Cerqueira-Santos & Bourne, 2016). Particularizando este envolvimento escolar para a mãe, surgem igualmente contradições. Encontramos estudos nos quais os resultados mostram mães com um maior envolvimento e presença na escolaridade dos filhos do sexo masculino (Carvalho, Loges & Senkevics, 2016; Faria, Santos & Fuertes, 2014; Gouyon & Guérin, 2006), no entanto, outros estudos, indicam que estas se envolvem mais neste processo educativo perante filhos do sexo feminino (Seabra-Santos et al., 2015; Conceição, 2012; Michiels et al., 2010; Nishikawa, Sundbom & Hägglöf, 2010; Simões, 2011; Kerns, Tomich, & Kim, 2006; Volling et al., 2002; Carter & Wojtkiewicz, 2000). Neste mesmo âmbito, encontramos ainda estudos onde este envolvimento é considerado igualitário em função do gênero dos filhos (Barroso, 2008; Grossmann et al., 2008; Manlove & Vernon-Feagans, 2002), tornando-se difícil fazer comparações ou generalizações em termos da sua medição. Assim, em relação aos resultados do nosso estudo, as mães vítimas de violência doméstica parecem mais empenhadas no EPE com as suas filhas, numa visão indicada por ambos os grupos, em detrimento dos filhos do sexo masculino.

Relativamente à relação entre a idade destes filhos e o EPE da vítima, verificamos um conjunto no qual encontramos crianças e jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 18 anos, surgindo a maior representação no grupo etário entre os 11 e os 15 anos (79,7%), numa média de 14,3 anos. Encontramos, na mesma visão do preditor sexo dos filhos, e em contextos sem a presença do “preditor” violência doméstica, estudos que demonstram diferentes visões, relativamente ao grau de EPE dos pais, quando confrontados com as idades dos filhos. No entanto, verificamos um predomínio na literatura onde se defende que quanto mais novos são os filhos, maior é o EPE dos pais (Ramalho, 2016; Vasconcelos-Raposo et al., 2015; Coimbra, 2015; Ruivo, 2014; Papalia, Olds & Feldman, 2009; Ducharme et al., 2006; Teixeira, Bardagi & Gomes, 2004), indo assim de encontro aos resultados do nosso estudo, onde é verificado um melhor desempenho do EPE nas vítimas perante filhos mais novos, decrescendo com o aumento da idade destes filhos.

No que respeita à relação entre o ano de escolaridade em que se encontram estes filhos, e o EPE das suas mães/vítimas, e embora os diferentes anos letivos definidos para o nosso estudo estejam representados (2.º e 3.º ciclo), encontramos uma prevalência de filhos a frequentar o 2.º ciclo (75,2%). A literatura mostra, em contextos familiares presumivelmente

“normais”, que o aumento da escolaridade leva, tendencialmente, a uma diminuição da envolvimento por parte de pais na vida académica dos filhos, e, onde os próprios filhos percecionam um menor EPE à medida que os seus anos escolares aumentam (Pestana, 2015; Lopes, 2014; Sahil, 2010). O nível de ensino da criança parece assim ter impacto no envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos, e, este facto parece estar relacionado com a percepção que estes pais possuem de um conhecimento que pode ser insuficiente para apoiar os seus filhos, perante uma maior complexidade de anos letivos mais avançados dos mesmos (Grzybowski & Wagner, 2010; Salonen et al., 2009; Anderson & Minke, 2007; Hoover-Dempsey et al., 2005; Deslandes & Bertrand, 2005; Klem & Connel, 2004). A explicação para os resultados da nossa investigação no âmbito desta variável parecem ir de encontro aos resultados destes estudos, pois estas vítimas, demonstram um maior EPE com filhos que se encontram nos anos letivos mais baixos, diminuindo à medida que estes vão transitando para os anos escolares seguintes.

No âmbito da relação entre as retenções destes filhos, e o EPE da vítima, observamos uma maioria de filhos que já reprovaram, pelo menos vez (56,3%). Encontramos referências na literatura sobre os pais que possuem um maior EPE com filhos que não reprovaram, em detrimento dos que já reprovaram, e, os próprios filhos que nunca reprovaram, percecionam um maior EPE do que os filhos que já reprovaram (Espinho, 2014; Paz, 2014; Carvalho, Teixeira & Vasconcelos-Raposo, 2012), isto em contextos onde não se introduz o “contexto” de violência doméstica. Os resultados nosso estudo parecem justificados pela literatura referida, pois ter um filho que já reprovou ou não, aparenta influenciar a um menor ou maior EPE na mulher vítima de violência doméstica. Neste caso, contextos onde encontramos filhos que já reprovaram parecem causar impactos negativos no EPE das vítimas, aparentando melhores desempenhos de EPE perante filhos nunca reprovaram, na visão de ambos os nossos grupos.

Como verificamos, de todas as variáveis aqui relacionadas com EPE da vítima, encontramos diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$)⁹⁸.

⁹⁸ Com a mesma perspetiva de mães e filhos, de forma transversal, observamos que as vítimas apresentam melhores desempenhos de EPE, com os filhos do sexo feminino, mais jovens (11 a 15 anos), de anos escolares mais baixos (1º ciclo/5º ano), e que nunca reprovaram. Em sentido inverso, estas vítimas apresentaram um EPE com menor desempenho, quando os filhos são do sexo masculino, são mais velhos (16 a 18 anos), de anos escolares mais avançados (2º ciclo/9º ano), e que já reprovaram.

4.4.2. Influência das características associadas à relação entre o filho e o agressor, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho

Neste ponto apresenta-se a análise da influência das características da relação entre o filho e o agressor, no que se refere à participação da vítima na vida escolar dos seus filhos. Particularmente, realizamos a análise da relação entre as características da relação entre filho e agressor com a pontuação global da escala do EPE, na perspetiva de mães e filhos (Tabela 11 e Apêndice XVIII).

4.4.2.1. Apresentação dos resultados

No âmbito da possibilidade deste agressor ser ou não o pai biológico do filho destas vítimas, relacionado com o EPE desta, observamos avaliações do EPE da vítima, com uma mesma perspetiva de mães e filhos. O estudo indica-nos que as médias mais elevadas de EPE surgem nos casos onde este agressor é o pai biológico de filho (mãe, $M=80,31$; filho, $M=62,25$), e, a média mais baixa, perante os casos em que este agressor não é pai biológico (mãe, $M=74,71$; filho, $M=56,46$). A variável, quando relacionada com o EPE, apresenta diferenças estatisticamente significativas nas pontuações de ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Relativamente à relação entre a frequência de contactos entre filho e agressor pós-crime, e o EPE da vítima, observamos uma avaliação do EPE da vítima com a mesma perspetiva de mães e filhos, desde as médias mais elevadas às mais baixas. Uma avaliação com a média mais elevada surge nos casos onde estes contactos nunca ocorrem (mãe, $M=84,08$; filho, $M=66,77$), decrescendo para os que ocorrem raramente e alguns dias por mês, surgindo as médias mais baixas perante situações em que estes contactam diariamente (mãe, $M=73,36$; filho, $M=55,38$). Quando relacionada esta variável com o EPE, encontramos diferenças estatisticamente significativas, nas pontuações de ambos os grupos ($p<0,05$).

Tabela 11 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/agressor

Variável	Escala Global EPE - Mãe/Vítima				Escala Global EPE - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Agressor pai biológico deste filho				0,015^b				0,036^b
Não (n=80/22,9%)	74,71	7,45	49,00-92,00		56,46	13,02	29,00-91,00	
Sim (n=270/77,1%)	80,31	8,08	54,00-96,00		62,25	13,14	29,00-96,00	
Frequência de contacto filho/agressor				0,001^a				0,001^a
Nunca (n=51/14,6%)	84,08	6,35	62,00-96,00		66,77	14,11	29,00-95,00	
Raramente (n=71/20,3%)	79,79	8,98	54,00-96,00		62,05	13,06	36,00-86,00	
Alguns dias por mês (n=46/13,1%)	77,48	7,02	56,00-94,00		59,88	13,71	29,00-95,00	
Diariamente (n=182/52%)	73,36	7,12	58,00-95,00		55,38	11,20	33,00-96,00	

EPE, Envolvimento Parental na Escola; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bU Mann-Whitney para duas amostras independentes.

4.4.2.1.1. Análise e discussão dos resultados

Procedendo a uma análise mais particular destas relações, onde igualmente verificamos, comparando as perspetivas de mães e de filhos, e de forma transversal a todas variáveis que compõem esta caracterização, que as mães indicam possuir um maior EPE que os filhos indicam sobre estas. Nos mesmos moldes da anterior análise, não verificamos, num contexto nacional, representatividade da realidade de todas as variáveis aqui relacionadas, para completar possíveis comparações estatísticas.

Relativamente à relação entre o parentesco destes filhos com o agressor, e o EPE da vítima, verificamos que uma maioria destes agressores são os pais biológicos destes filhos (77,1%). As referências na literatura são divergentes sobre os resultados em que se compara o EPE entre pais e padrastos/madrastas. Por um lado, existem estudos onde são observados menores desempenhos de EPE em mães recasadas, e os filhos destas famílias recasadas apresentam um maior insucesso escolar dos que aqueles que permanecem em famílias nucleares (Leme, Marturano & Fontaine, 2014; Jeynes, 2006). Por outro lado, encontramos estudos onde se refere que a qualidade do EPE e a parentalidade não diferem dramaticamente, quando confrontamos famílias com pais biológicos e os padrastos/madrastas, embora os padrastos maioritariamente se envolvam menos nos comportamentos parentais, incluindo de EPE, em relação aos enteados (Walsh, 2016; Fisher et al., 2003). No nosso estudo, e apesar da ténue diferença entre as médias das pontuações de EPE percecionadas nos conjuntos em análise, quando confrontados agressores que são os pais biológicos ou padrastos destes filhos, é nos casos em que há filhos biológicos dos agressores que se verificam as pontuações mais

elevadas do EPE da vítima, indo assim ao encontro da literatura que se refere a estes resultados.

No que respeita à relação entre os contactos que estes filhos mantêm com agressor após o crime e o EPE da vítima, e, apesar de presenciarmos todas as opções disponibilizadas, a prevalência surge, na qual estes contactos são diários (52,9%), entre estes dois intervenientes. Neste contexto, encontramos resultados significativos. Por um lado, os contactos diários pós-crime surgem como os que aparentam proporcionar piores desempenhos deste EPE em mulheres vítimas de violência doméstica, e, por outro lado, a total ausência destes contactos aparenta ser a possibilidade mais benéfica, dado que encontramos os melhores resultados. Esta análise leva a debruçar-nos na questão sobre o marido agressor poder ou não ser um pai que cuida, e se um ex-marido violento deve ou não perder o direito de conviver com os filhos. A questão sobre pais acusados e/ou condenados pelo crime de violência doméstica deverem continuar a ter direitos de visita e de responsabilidades parentais continuam a não ter uma resposta taxativa, de sim ou não. Segundo a justiça, e apesar da possível interdição das responsabilidades parentais pelo agressor deste crime, continua a apresentar dois papéis distintos, e, aparentemente, possíveis de conciliar, pois algumas decisões judiciais continuam a admitir e/ou decretar estes contactos. Mas a questão continua a declarar-se controversa entre os especialistas, uma vez que uns acham que um companheiro violento não é, necessariamente mau pai, e, outros, compreendem exatamente o contrário. No entanto, devemos reconhecer que a violência perpetrada contra a mãe é uma forma de violência contra a criança/jovem, mesmo em situações nas quais estes filhos não a percecionem ou tenham conhecimento. Não podemos assim deixar de abordar as situações em que, apesar da separação, e mesmo no âmbito da violência doméstica, se verificam exigências parentais e coparentais que podem de alguma forma “obrigar” à manutenção destes contactos, sejam mais ou menos frequentes, com o agressor/ex-companheiro, por causa dos filhos. A literatura também aqui mostra diferentes perspetivas, referindo que estas “obrigações” são avaliadas pelas mães como um fator que as impossibilita de concretizar novos objetivos de vida, aumentando os problemas de ajustamento psicológico e qualidade da parentalidade (Hack & Ramires, 2010; Hetherington & Kelly, 2002). Alguns estudos indicam ainda que o afastamento dos pais após a separação gera, por norma, ressentimentos, propícios a aumentar a possibilidade de consequências negativas para os filhos, gerar conflitos emocionais e sentimentos de abandono (Negrão & Giacomozzi, 2015; Gómez-Díaz, 2011; Brito, 2007; Schabbel, 2005). Desta análise à literatura não encontramos dados que permitam estabelecer

uma relação de causa e efeito linear quanto a estes contactos serem positivos ou negativos, seja para a vítima ou para os filhos (Souza & Ramires, 2006), mas é indicado e aceite na literatura uma concordância de que, neste contexto de separação dos pais no âmbito desta violência parental, os filhos, ao transitarem deste ambiente familiar violento, para uma situação mais harmoniosa, mostram uma diminuição de problemas após a separação, incluindo ao nível académico (Montez, 2016; Austin et al., 2013; Kelly, 2007; Kelly & Emery, 2003). O reflexo dos menores desempenhos, perante a manutenção diária de contactos entre filhos e agressores, poderá estar assim relacionado com este risco, a insegurança que esta mãe vivencia, focando-se, assim, na manutenção da sua segurança, ou numa superproteção dos filhos (Patuleia & Alberto, 2016; Barros, 2016; Valentini & Alchieri, 2009; Motta, 2008), acabando por descuidar o EPE destes filhos. Relativamente aos melhores desempenhos, o estudo mostrou-nos que ocorrem quando os contactos pós-crime entre filho e agressor deixam de existir ou são escassos, proporcionados por uma possível separação entre vítima e agressor, e aparentemente criando impactos positivos no EPE destas mulheres vítimas.

Como verificamos, as variáveis aqui relacionadas com EPE da vítima apresentam diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$)⁹⁹.

4.4.3. Influência das características associadas à relação do filho com o crime, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho

Este ponto apresenta a análise da influência das características da relação do filho com o crime, no que se refere à participação da vítima na vida escolar dos seus filhos. Especificamente, efetuamos a análise da relação entre as características da relação entre filho e o crime com a pontuação global da escala do EPE, na perspetiva de mães e filhos (Tabela 12 e Apêndice XIX).

4.4.3.1. Apresentação dos resultados

No que respeita à relação entre o papel do filho perante o crime, e o EPE da vítima, observamos que as pontuações da avaliação do EPE destas vítimas possuem a mesma

⁹⁹ Observamos, assim, com a mesma perspetiva de mães e filhos, que as vítimas revelam melhores desempenhos de EPE, quando o agressor é o pai biológico destes filhos, e, os contactos pós-crime entre estes (filho/agressor), deixam de ocorrer num momento pós-crime/denúncia. Em sentido oposto, estas vítimas apresentaram menores desempenhos no seu EPE, quando o seu agressor não é o pai biológico destes filhos, e quando os contactos entre estes após o crime ocorrem diariamente.

perspetiva, desde as médias mais elevadas às mais baixas, atingidas por mães e filhos. Esta avaliação com a média mais elevada surge assim perante os casos em que estes filhos não presenciaram o crime (mãe, $M=83,36$; filho, $M=71,28$), decrescendo para os que apenas presenciaram, e, surgindo a média mais baixa, perante os casos em que estes filhos assistiram e foram/são também vítimas deste agressor (mãe, $M=72,85$; filho, $M=53,59$). Na relação desta variável com o EPE são apresentadas diferenças estatisticamente significativas, nas pontuações de ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Relativamente à relação entre a intervenção do filho perante o crime (quer tenha ou não assistido, tenha consciência ou conhecimento do crime, ou se sendo também este vítima), e o EPE da vítima, os resultados observados indicam-nos uma avaliação com a mesma perspetiva de mães e filhos, na avaliação das médias mais elevadas e mais baixas deste EPE da vítima. Uma avaliação com a média mais elevada ocorre nos casos em que estes filhos não intervêm (mãe, $M=81,68$; filho, $M=66,46$), surgindo as médias mais baixas, perante situações em que estes intervêm (mãe, $M=71,78$; filho, $M=57,98$). Esta variável, quando relacionada com o EPE da vítima, apresenta diferenças estatisticamente significativas, em ambas as pontuações dos nossos conjuntos ($p<0,05$).

Quanto à relação entre os filhos que, presenciando e/ou sendo vítimas, tenham ou não sido sinalizados à CPCJ, e o EPE da vítima, observamos a mesma perspetiva de mães e filhos, na avaliação das médias mais elevadas e mais baixas do EPE da vítima. A avaliação com a média mais elevada surge nos casos em que estes filhos foram efetivamente sinalizados e/ou intervencionados pela CPCJ (mãe, $M=81,18$; filho, $M=64,70$), surgindo as médias mais baixas, nas situações em que estes, apesar de terem presenciado e/ou sido vítimas, não foram sinalizados (mãe, $M=74,40$; filho, $M=54,60$). Esta variável, quando relacionada com o EPE da vítima, apresenta diferenças estatisticamente significativas, em ambas as pontuações dos nossos conjuntos ($p<0,05$).

Tabela 12 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime

Variável	Escala Global EPE-Mãe/Vítima				Escala Global EPE - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Papel do filho perante o crime				<0,001^a				<0,001^a
Não presencia/presenciava ($n=120/34,3\%$)	83,36	7,24	62,00-96,00		71,28	9,22	43,00-95,00	
Presencia/presenciava ($n=120/34,3\%$)	78,14	7,59	58,00-94,00		57,04	13,75	29,00-95,00	
Presencia(ava) e era vítima ($n=110/31,4\%$)	72,85	8,45	52,00-96,00		53,59	11,24	31,00-96,00	

Variável	Escala Global EPE-Mãe/Vítima				Escala Global EPE - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Intervenção do filho no crime (presenciando/consciência/conhecimento e/ou vítima)				<0,001 ^b				<0,001 ^b
Não Intervém (n=161/46%)	81,68	7,86	62,00-96,00		66,46	12,51	32,00-95,00	
Intervém (defende-a/defende-se) (n=189/54%)	71,78	8,13	52,00-96,00		57,98	12,90	29,00-95,00	
Sinalização/Intervenção CPCJ (correlação com 65,7% da amostra total / assume 100% dos casos presença/vítima)				<0,001 ^b				<0,001 ^b
Sim (por presenciar/vítima) (n= 105/45,7%)	81,18	7,61	54,00-96,00		64,70	12,36	32,00-96,00	
Não (mas presença/vítima) (n= 125/54,3%)	74,40	8,16	52,00-96,00		54,60	13,41	29,00-96,00	

EPE, Envolvimento Parental na Escola; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bU Mann-Withney para duas amostras independentes.

4.4.3.1.1. Análise e discussão dos resultados

Procedemos, neste ponto, a uma análise mais individualizada destas relações, observando-se, como nas anteriores, ao compararmos perspetivas de mães e filhos, e de forma transversal a todas variáveis que compõem esta caracterização, que as mães indicam possuir um maior EPE que os filhos indicam sobre estas.

Relativamente à relação entre o papel deste filho no contexto do crime com o EPE da vítima, encontramos no nosso estudo, filhos que presenciavam (34,3%) ou presenciavam e foram também vítimas do crime (31,4%), totalizando 65,7% dos casos em que estes filhos foram vítimas indiretas e diretas do crime. No contexto nacional deste crime, relembramos que, desde que este se tornou público, os dados incidem apenas sobre a existência de filhos menores (18 anos) que tenham presenciado o crime (cerca de 42%), sendo que sobre “outras vítimas”, indicam a sua existência em cerca de 14% dos casos. No entanto, a análise não as identifica, podendo assim ser respeitantes aos filhos, ou outros atores, como familiares ou conhecidos (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a), desconhecendo-se, assim, se são, para além de vítimas indiretas, também diretas. No entanto, triangulando com os dados da CPCJ, respeitantes ao espaço temporal que pode ter determinado a sinalização à Comissão, por vitimação direta ou indireta destas crianças e jovens, em virtude da denúncia de violência doméstica (2014 com 73 019 casos; 2015 com 73 355)¹⁰⁰, observamos que a primeira causa, que motiva a intervenção da CPCJ, com 28,9% da

¹⁰⁰ Apresentamos, por ordem decrescente das 13 categorias de causas de intervenção, da totalidade de casos, que motivou a intervenção das CPCJ em 2015 e 2014, com 146 374 sinalizações, com particular análise às cinco principais categorias sinalizadas, expondo a média destes dois anos. **1.ª Causa de intervenção** - “Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança” (2015: 31,5%) (2014: 26,2%) (média dos 2 anos: 28,9%). Subcategorias: “Situações de violência doméstica” (2015: 96,2%) (2014: 95,3%) [média: 95,8%]; “Consumo de álcool” (2015: 1,4%) (2014: 2,6%) [média: 2%]; “Consumo de estupefacientes” (2015: 1,2%) (2014: 2,1%) [média: 1,7%]. (Nota: Em 2015, 33,8% das comunicações não possibilitaram especificar as subcategorias, sendo as percentagens apresentadas, a totalidade da mesma) / **2.ª** -

totalidade de sinalizações, prevalece na categoria “Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança”, em que a subcategoria da exposição a “Situações de violência doméstica”, assume, amplamente, com 95,8%, a maioria dos casos, sendo assim a maior causa da sinalização das crianças e jovens à CPCJ, em contexto nacional (CNPDP CJ, 2016; CNPCJR, 2015). Como já observamos na literatura, não apenas as competências parentais da vítima sofrem impactos prejudiciais no contexto deste crime, mas também o ajustamento da criança é influenciado negativamente pela vivência desta violência interpaparental, muito mais quando estas, para além de presenciarem, são também vítimas (D’Affonseca & Williams, 2011; Jouriles et al., 2009; Jouriles 2008b; Graham-Bermann et al.,

“Negligência” (2015: 19,4%) (2014: 23,2%) [média média dos 2 anos: 21,3%]. Subcategorias: “Falta de supervisão e acompanhamento/familiar” (2015: 40,4%) (2014: 43,6%) [média: 42%]; “Negligência ao nível educativo” (2015: 17,2%) (2014: 17,2%) [média: 17,2%]; “Negligência ao nível da saúde” (2015: 17%) (2014: 21,6%) [média: 19,3%]; “Negligência ao nível psicoafetivo” (2015: 11,7%) (2014: 9,8%) [média: 10,8%]; “Negligência grave” (apenas verificado em 2015: 8,4%); “Negligência face a comportamentos da criança/jovem” (2015: 5,3%) (2014: 6,6%) [média: 6%]. (Nota: Em 2015, 74,9% das comunicações não possibilitaram especificar estas subcategorias, sendo as percentagens apresentadas, a totalidade da mesma) / **3.^a** - “Perigo em que esteja em causa o direito à educação” (2015: 17,4%) (2014: 17,5%) [média dos 2 anos: 17,5%]. Subcategorias: “Absentismo escolar” (2015: 61%) (2014: 57,3%) [média: 59,2%]; “Abandono escolar” (2015: 35,6%) (2014: 41%) [média: 38,3%]; “Insucesso escolar” (2015: 1,3%) (2014: 1,3%) [média: 1,3%]; “Assiduidade em idade Pré-escolar” (apenas verificado em 2014: 0,4%) / **4.^a** - “Criança/jovem assume comportamentos que afeta o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada” (2015: 14,5%) (2014: 13,1%) [média dos 2 anos: 13,8%]. Subcategorias: “Comportamentos graves, antissociais ou/e de indisciplina” (2015: 55%) (2014: 54,9%) [média: 55%]; “Outros comportamentos” (2015: 21,6% do total) (2014: 19,8%) [média: 20,7%]; “Situações de Bullying” (2015: 12%) (2014: 14,4%) [média: 13,2%]; “Consumo de estupefacientes” (2015: 7,7%) (2014: 7,1%) [média: 7,4%]; “Consumo de bebidas alcoólicas” (2015: 6%) (2014: 3,7%) [média: 4,9%]. (Nota: Em 2015, 49,1% das comunicações não possibilitaram especificar estas subcategorias, sendo as percentagens apresentadas, a totalidade da mesma) / **5.^a** - “Mau trato físico” (2015: 5,2%) (2014: 5,6%) [média dos 2 anos: 5,4%]. Subcategorias: “Ofensa física” (2015: 42,5%) (2014: 42,9%) [média: 42,7%]; “Ofensa física em contexto de violência doméstica” (2015: 31,2%) (2014: 31,8%) [média: 31,5%]; “Ofensa física por castigo corporal” (2015: 25,8%) (2014: 25,3%) [média: 25,5%]; “Mutilação genital feminina” (apenas verificado em 2015: 0,5%). (Nota: Em 2015, 81,7% das comunicações não possibilitaram especificar estas subcategorias, sendo as percentagens apresentadas, a totalidade da mesma) / **6.^a** - “Outras situações de perigo não categorizadas” (2015: 5%) (2014: 5,2%) [média dos 2 anos: 5,1%]. Sem subcategorias. / **7.^a** - “Mau trato psicológico ou indiferença afetiva” (2015: 2,3%) (2014: 3%) [média dos 2 anos: 2,7%]. Compreende as seguintes subcategorias: “Privação de relações afetivas e de contacto sociais próprios do estágio de desenvolvimento da criança”; “Hostilização e ameaças”; “Castigos não corporais que afetem o bem-estar a integridade da criança”; “Exercício abusivo de autoridade”; “Depreciação/humilhação”; “Instigação a condutas da criança contrária a valores morais e sociais”; “Discriminação” / **8.^a** - “Abuso sexual” (2015: 2%) (2014: 1,8%) [média dos 2 anos: 1,9%]. Compreende as seguintes subcategorias: “Aliciamento sexual”; “Importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de carácter exibicionista ou constrangimento a contacto”; “Violação ou outro ato sexual”; “Prostituição infantil”; “Pornografia infantil” / **9.^a** - “Criança abandonada ou entregue a si própria” (2015: 1,8%) (2014: 1,9%) [média dos 2 anos: 1,9%]. Compreende as seguintes subcategorias: “Ausência temporária de suporte familiar ou outro”; “Crianças e jovens não acompanhados”; “Comunicações por ausência permanente de suporte familiar ou outro”; “Comunicações por abandono após os 6 meses de vida”; “Abandono à nascença ou nos primeiros meses de vida (6 meses)” / **10.^a** - “Prática de facto qualificado pela lei penal como crime, para crianças com idade inferior a 12 anos” (2015: 0,7%) (2014: 0,7%) [média dos 2 anos: 0,7%]. Sem subcategorias / **11.^a** - “Mendicidade” (2015: 0,2%) (2014: 0,2%) [média dos 2 anos: 0,2%]. Compreende as seguintes subcategorias: “Prática de mendicidade”; “Utilização da criança na prática da mendicidade” / **12.^a** - “Criança que está aos cuidados de terceiros em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais” [Apenas referente a 2015: 0,1%]. Sem subcategorias / **13.^a** - “Exploração do trabalho infantil” (2015: 0,1%) (2014: 0,04%) [média dos 2 anos: 0,07%]. Sem subcategorias (CNPDP CJ, 2016; CNPCJR, 2015).

2009; Zerk, Mertin & Proeve, 2009). O nosso estudo indica-nos que é num contexto, onde os filhos presenciam e também são vítimas, que surgem os piores resultados de EPE, e, em sentido contrário, melhoram quando estes filhos não presenciam, percebendo-se assim o impacto negativo que esta condição causa no EPE destas mulheres vítimas, indo ao encontro da literatura mencionada.

No âmbito da relação entre a intervenção do filho perante o crime com o EPE da vítima, tendo apenas consciência ou conhecimento, tenha ou não presenciado, e/ou sendo vítima, verificamos uma ligeira prevalência nos casos onde este por norma intervém, seja defendendo a sua mãe e/ou defendendo-se (54%). Neste contexto, relativamente ao contexto nacional, constatamos uma falta de representatividade da realidade desta variável aqui relacionada, para completar possíveis comparações estatísticas. No que respeita aos resultados do nosso estudo, indicam que quando os filhos intervêm no âmbito do crime, seja para defender a sua mãe e/ou se defenderem perante atos violentos do agressor, aparenta causar impactos negativos no EPE destas vítimas, em detrimento dos que não intervêm. A literatura mostra-nos que mães vítimas de violência doméstica, apresentavam, maioritariamente, uma menor eficácia parental, quando sabem que os filhos vivenciam a violência de que esta é vítima. No entanto, a sua intervenção e atuação perante estes casos baseia-se essencialmente nas consequências para estes filhos, vivenciando ou sendo também vítimas desta violência interpaparental (Gonçalves, 2015; Pinto, 2014; Sani, 2008). Perante estes resultados podemos inferir as consequências da intervenção destes filhos. Ou seja, essa intervenção pode ter como consequências que atos violentos sejam também direcionados contra estes, em detrimento dos que não intervêm. Estes contornos podem, aparentemente, levar a vítima a culpabilizar-se (Devaney, 2015; Øverlien, 2010; Øverlien & Hydén, 2009), e, causar impactos negativos no seu EPE, em detrimento dos que não intervêm, que indicam melhores EPE.

No que respeita à relação entre a sinalização ou não à CPCJ, nos casos em que estes filhos foram vítimas diretas ou indiretas do crime, com o EPE da vítima, encontramos, em triangulação com o nosso estudo, uma ligeira prevalência de casos que não foram devidamente sinalizados (54,3%). Já anteriormente referido, sobre realidade nacional deste contexto, apenas existem referências aos filhos que são vítimas indiretas nas estatísticas da violência doméstica. Neste encadeamento, relembramos a obrigatória sinalização à CPCJ pela força de segurança que toma conhecimento do crime, quando a criança ou jovem menor de 18 anos, é vítima direta ou indireta deste crime. Esta questão, que tanto é colocada à vítima no âmbito da elaboração Auto de Notícia padronizado, como é, “reiterada”, no contexto do

instrumento de avaliação de risco (RVD), com campos específicos em ambos os formulários policiais. Caso afirmativo, para além de outras diligências que podem e/ou devem ser tomadas consoante o grau de risco em que este menor se encontra¹⁰¹, a polícia é assim, no mínimo, obrigada a sinalizar automaticamente esta criança/jovem à CPCJ. Como observamos, no nosso estudo há uma diferença entre o número de filhos que foram vítimas, diretas ou indiretas, com os que foram efetivamente sinalizadas à CPCJ (cf. Gráfico 43). Esta situação pode decorrer quer das forças de segurança, que, como outros profissionais que trabalham na área, podem ter desvalorizado a situação¹⁰², quer das próprias mães/vítimas, que podem ter omitido, procurando que os seus filhos não fossem sinalizados e/ou intervencionados, no âmbito do processo-crime pela referida Comissão. Neste contexto, é possível subentender que, devido ao nosso estudo ser anónimo, pode ter determinado que a informação fosse mais exposta por estas mães/vítimas, ao contrário do ato da denúncia. Como é do conhecimento geral, a CPCJ tem por missão promover os direitos e proteção das crianças e jovens em perigo, na efetivação dos Direitos Humanos, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral (CNPDPJ, 2016). A Comissão, como em outra qualquer sinalização, procede a uma avaliação diagnóstica, perante a qual delibera pelo arquivamento (por não se confirmar ou já não subsistir o perigo) ou pela abertura de um processo, visando a aplicação de medida(s) de promoção e proteção¹⁰³, consoante se verifique existência ou não de perigo (Ibidem). O reconhecimento dos efeitos negativos decorrentes desta situação (não sinalização/intervenção da CPCJ), é assim por demais evidente nos impactos no EPE da mulher vítima, uma vez que, diante dos casos em que os filhos não foram devidamente

¹⁰¹ As forças de segurança, ou qualquer outra das entidades referidas no artigo 7º da LPCJP, com apoio policial, nos casos de perigo atual ou iminente para a vida, ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou jovem, acionam o artigo 91º (Procedimentos urgentes na ausência do consentimento) da referida lei, retirando a criança ou o jovem do perigo em que se encontra e asseguram a sua proteção de emergência em casa de acolhimento, nas instalações das entidades referidas no mesmo artigo 7º, ou em outro local adequado (LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Lei n.º 147/99 - DR, I Série-A, n.º 204, de 1 de setembro de 1999. Alterada pela Lei n.º 142/2015 - DR, I Série, n.º 175, de 8 de setembro de 2015).

¹⁰² Sobre o tema consultar: Melo & Alarcão, 2011.

¹⁰³ As medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e dos jovens em perigo, designadas por “medidas de promoção e proteção”, visam: a) Afastar o perigo em que estes se encontram; b) Proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; c) Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso. Estas medidas de promoção e proteção são as seguintes: a) Apoio junto dos pais; b) Apoio junto de outro familiar; c) Confiança a pessoa idónea; d) Apoio para a autonomia de vida; e) Acolhimento familiar; f) Acolhimento residencial; g) Confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção. As medidas destingem-se ainda por poderem ser executadas no meio natural de vida (as previstas nas alíneas a, b, c, e d), e as medidas de colocação (as previstas nas alíneas e, e f), sendo que a medida prevista na alínea g, pode ser executada em ambos, consoante os casos (Artigos 34.º e 35.º da LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Lei n.º 147/99 - DR, I Série-A, n.º 204, de 1 de setembro de 1999. Alterada pela Lei n.º 142/2015 - DR, I Série, n.º 175, de 8 de setembro de 2015).

sinalizados à CPCJ, por terem sido vítimas diretas ou indiretas, tendo ou não sido posteriormente intervencionados, indicam vítimas com substanciais menores desempenhos de EPE, em ambas as perspetivas.

Como anteriormente verificado, todas as variáveis aqui relacionadas com EPE da vítima apresentam diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$)¹⁰⁴.

4.4.4. Influência das características associadas ao filho, e à sua relação com a escola e com o crime, no envolvimento parental na escola, na perspetiva da mãe e do filho

Em continuação, apresentamos a análise que envolve as características da relação do filho com o crime e com a escola, no que se refere à participação da vítima na vida escolar dos seus filhos. Particularmente, efetuamos a análise da relação entre as características da relação entre o filho, o crime e a escola, com a pontuação global da escala do EPE, na perspetiva de mães e filhos (Tabela 13 e Apêndice XX).

4.4.4.1. Apresentação dos resultados

No que respeita à relação entre os comportamentos quotidianos destes filhos após o crime, e o EPE da vítima, observamos a mesma perspetiva de mães e filhos, desde as médias mais elevadas às mais baixas nas avaliações do EPE destas vítimas. A avaliação com a média mais elevada surge nos casos em que estes filhos apresentam comportamentos quotidianos semelhantes aos anteriores ao crime (mãe, $M=82,77$; filho, $M=68,30$), decrescendo este EPE perante filhos com estes comportamentos mais deprimidos/isolados, surgindo a média mais baixa perante comportamentos mais agressivos/hostis (mãe, $M=75,61$; filho, $M=53,36$). Na relação desta variável com o EPE da vítima, são apresentadas diferenças estatisticamente significativas, em ambas as pontuações dos nossos conjuntos ($p < 0,05$).

No âmbito da relação entre os comportamentos destes filhos no contexto escolar, pós-crime, e o EPE das vítimas, encontramos a mesma perspetiva quanto às avaliações, desde as

¹⁰⁴ Num aspeto geral, e com a mesma perspetiva de mães e filhos, as vítimas do nosso estudo revelam melhores desempenhos de EPE, quando os seus filhos não presenciam o crime de que esta é vítima, quando estes não intervêm quando confrontados com o crime, e quando são sinalizados à CPCJ nas situações em que são vítimas diretas ou indiretas. Em sentido contrário, estas vítimas apresentaram inferiores desempenhos no seu EPE, quando os seus filhos presenciam e também são vítimas do crime, quando estes intervêm, e nos casos em que, apesar de terem sido vítimas diretas ou indiretas, não foram sinalizados e/ou intervencionados pela CPCJ.

médias mais elevadas às mais baixas do EPE das vítimas, indicadas por mães e filhos. Uma avaliação média mais elevada surge nos casos em que estes filhos apresentam comportamentos semelhantes aos anteriormente verificados perante o crime (mãe, $M=82,86$; filho, $M=70,60$), decrescendo igualmente para os casos onde se verificam estes comportamentos mais deprimidos/isolados, surgindo a média mais baixa perante comportamentos mais agressivos/hostis (mãe, $M=78,17$; filho, $M=57,61$). A variável, quando relacionada como EPE, apresenta diferenças estatisticamente significativas nas pontuações de ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Relativamente à relação entre as retenções destes filhos no círculo do crime, e o EPE da vítima, encontramos uma avaliação do EPE das vítimas com a mesma perspetiva de mães e filhos, incluindo relativamente às médias mais elevadas e mais baixas. A avaliação com a média mais elevada ocorre nos casos em que estes filhos nunca reprovaram (mãe, $M=84,26$; filho, $M=72,31$), surgindo as médias mais baixas nos casos em que estes filhos reprovaram, particularmente, após haver violência doméstica (mãe, $M=71,83$; filho, $M=43,50$). A relação desta variável com o EPE da vítima, apresenta-nos diferenças estatisticamente significativas nas pontuações de ambos os conjuntos ($p<0,05$).

Tabela 13 - Pontuações da escala global do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime/escola

Variável	Escala Global EPE-Mãe/Vítima				Escala Global EPE - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Comportamento quotidiano pós-crime				<0,001				<0,001
Semelhante ($n=57/16,3\%$)	82,77	8,66	60,00-96,00		68,30	12,69	35,00-95,00	
Mais deprimido/isolado ($n=226/64,6\%$)	80,44	7,70	54,00-96,00		62,78	12,75	32,00-95,00	
Mais agressivo/hostil ($n=67/19,1\%$)	75,61	7,74	58,00-93,00		53,36	12,03	29,00-85,00	
Comportamento escolar pós-crime				<0,001				<0,001
Semelhante ($n=90/25,7\%$)	82,86	8,32	60,00-96,00		70,60	11,70	35,00-95,00	
Mais deprimido/isolado ($n=126/36\%$)	79,61	7,82	54,00-96,00		60,18	12,20	32,00-88,00	
Mais agressivo/hostil ($n=134/38,3\%$)	78,17	7,88	58,00-96,00		57,61	12,89	29,00-95,00	
Retenções na escola/crime				<0,001				<0,001
Nunca ($n=153/43,7\%$)	84,26	6,92	65,00-96,00		72,31	9,06	45,00-95,00	
Após haver violência doméstica ($n=171/48,9\%$)	71,83	7,21	60,00-84,00		43,50	8,91	32,00-57,00	
Antes/após violência doméstica ($n=26/7,4\%$)	76,99	7,03	58,00-93,00		54,81	9,56	29,00-83,00	

EPE, Envolvimento Parental na Escola; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

4.4.4.1.1. Análise e discussão dos resultados

Numa análise mais particular a estas relações, e sendo abrangente a todo o estudo, comparando as perspetivas de mães e de filhos, observamos, de forma transversal a todas

variáveis que compõem esta caracterização, que as mães indicam possuir um maior EPE que os filhos indicam sobre estas. Percebemos que neste contexto, na realidade nacional, se constata alguma falta de representatividade desta variável aqui relacionada, para completar possíveis comparações estatísticas.

Relembramos que, tendo por base a percepção que as mães indicaram sobre os comportamentos dos filhos, verificamos, no que respeita à relação entre os comportamentos quotidianos destes filhos pós-crime, com o EPE da vítima, uma maioria dos casos em que prevaleceu uma alteração deste tipo de comportamentos, seja para mais deprimidos ou agressivos (83,7%), com um predomínio nos comportamentos mais deprimidos ou isolados (64,6%). A literatura mostra-nos referências dos impactos negativos causados neste tipo de comportamentos dos filhos, indicados maioritariamente como causa e efeito desta vivência à violência interparental (Gracia, Mesa & Vila, 2013; Band-Winterstein, 2014; Carrel & Hoekstra, 2010). Na análise aos resultados desta relação devemos considerar uma visão mais abrangente, pois, aparentemente, a alteração de comportamentos dos filhos encontra-se relacionada com a sua vivência no contexto familiar violento, mas, poderá não ser a única razão. Uma outra possibilidade pode estar também associada a uma alteração das competências maternas, em função da vitimação, uma vez que existem referências a casos onde estas mães vitimizadas passam a apresentar comportamentos mais coercivos, agressivos ou negligentes no cuidado dos seus filhos, incluindo ao nível do EPE (Lamela & Figueiredo, 2015). Os resultados no nosso estudo indicam que estas vítimas apresentam piores desempenhos no seu EPE quando os seus filhos alteram o seu comportamento quotidiano pós-crime, seja para mais deprimido ou mais agressivo, sendo este último, o que mais impacto negativo aparenta causar no seu EPE, podendo esta justificação ser encontrada nos pressupostos acima indicados.

Relativamente à relação entre os comportamentos pós-crime destes filhos no contexto escolar, e o EPE das vítimas, encontramos o mesmo desfecho da análise anterior, ou seja, observamos uma maioria de casos nos quais as alterações dos comportamentos escolares são um facto, segundo estas mães percecionam, seja para mais deprimidos ou agressivos (74,3%), aqui, com um predomínio em comportamentos mais agressivos/hostis (38,3%). À semelhança da anterior análise, as consequências nos comportamentos em contexto escolar desta vivência por filhos de vítimas de violência doméstica, são maioritariamente negativas (Frota et al., 2016; Sousa, 2013; Saraiva et al., 2012; Miranda, Paul & Bordin, 2010). Perante resultados idênticos aos observados, nesta mesma relação e relativamente aos comportamentos

quotidianos, visualizamos vítimas com desempenhos inferiores de EPE, quando os seus filhos alteram os seus comportamentos escolares pós-crime, seja para mais deprimidos ou mais agressivos, mais presentes nestes piores resultados do EPE da vítima. Tal como referido anteriormente, devemos considerar uma visão alargada dos possíveis fatores justificativos destes resultados, com esta alteração de comportamentos dos filhos verificando-se perante a vivência neste contexto familiar violento, no qual podemos encontrar mães com as suas competências negligenciadas fruto da vitimação, podendo igualmente criar este impacto negativo no seu EPE.

No que respeita à relação entre as retenções destes filhos no círculo do crime, ou seja, na ligação que realizamos entre estas retenções na envolvimento do crime, e o EPE da vítima, o nosso estudo comprovou uma maioria de filhos que reprovaram apenas após o crime ocorrer (48,9%). A literatura apresenta, maioritariamente, uma clara evidência de impactos negativos ao nível académico nas crianças e jovens, que sofrem ou presenciam maus-tratos familiares do pai contra a mãe, incluindo ao nível de retenções (Barros & Freitas, 2015; Preto & Moreira, 2012; Pereira, Santos & Williams, 2009). Nesta relação parece-nos estar novamente presente o impacto negativo que esta vitimação causa nestas mães, uma vez que, aparentemente, existe uma relação direta entre os resultados inferiores do EPE destas vítimas, com as retenções dos filhos, particularmente, às ocorridas após o crime, e avaliações do EPE superiores, quando estes filhos nunca reprovaram.

Como constatamos, todas as variáveis aqui relacionadas com EPE da vítima apresentam diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$)¹⁰⁵.

No presente ponto, que envolveu a análise a quatro grupos de características (características pessoais e escolares do filho; características da relação do filho com o agressor; características da relação entre o filho e o contexto do crime; características da relação entre o filho, o crime e a escola), observamos diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) quando relacionadas com a avaliação do EPE. Nesse contexto, podemos concluir que a **hipótese 4**, “As características associadas a filho influenciam o EPE da mulher vítima, na perspetiva da mãe e do filho”, se encontra confirmada.

¹⁰⁵ Numa visão geral, e com a mesma perspetiva de mães e filhos, as vítimas do nosso estudo revelam melhores desempenhos de EPE, quando os seus filhos não sofreram alterações comportamentais pós-crime, quotidianas ou escolares, e quando nunca reprovaram. Em sentido oposto, os desempenhos mais baixo no EPE destas vítimas, surgem quando os seus filhos sofreram alterações nos seus comportamentos quotidianos e escolares, após o crime, para mais agressivos e/ou hostis, e, quando reprovaram, particularmente, os que reprovaram apenas após o crime ocorrer.

4.5. Influência das caraterísticas associadas ao tipo de relação entre a vítima e o agressor, e a coabitação entre vítima/agressor/filho, pós-crime, nos comportamentos pós-crime e retenções do filho, na perspetiva da mãe

Continuando a apresentação e análise, selecionamos e relacionamos um conjunto de variáveis, com o intuito de observar em que medida podem ou não influenciar os comportamentos pós-crime e o desempenho escolar destes filhos (Tabelas 14 a 16).

As variáveis que fazem parte desta análise, incidem no tipo de relação que vítima e agressor mantiveram, ou mantêm, após o crime (nenhuma; muito má; mais má do que boa; razoável; boa; muito boa), e a subsistência ou não de coabitação entre vítima/agressor/filho após o crime (não; sim). Estas variáveis relacionam-se com outras três. Num primeiro momento, as que compreendem os comportamentos pós-crime dos filhos (semelhante; mais deprimido/isolado; mais agressivo/hostil), que se encontram divididos em duas vertentes, os comportamentos quotidianos (Tabela 14), e os comportamentos escolares (Tabela 15). Por fim, encontramos a variável que comporta o desempenho escolar destes filhos, no âmbito do crime, o qual é analisado através das retenções destes (nunca; depois de haver violência doméstica; antes e depois de haver violência doméstica) (Tabela 16).

Para analisar estas relações, desenvolvemos as três tabelas seguintes, que passamos a apresentar e a analisar, sendo que, numa última parte, desenvolvemos a análise e discussão dos resultados (Tabelas 14, 15 e 16).

4.5.1. Influência das caraterísticas associadas ao tipo de relação entre vítima e agressor, e a coabitação vítima/agressor/filho pós-crime, no comportamento quotidiano pós-crime do filho, na perspetiva da mãe

Neste primeiro ponto, apresentamos a análise que envolve as características do tipo de relação que vítima e agressor mantiveram ou mantêm e a subsistência ou não de coabitação entre vítima/agressor/filho, após o crime/denúncia ter ocorrido, no que se refere ao comportamento quotidiano destes filhos após o crime/denúncia ter ocorrido. Particularmente, efetuamos a análise da relação entre as características da relação entre a vítima e o agressor, a coabitação entre vítima/agressor/filho, pós-crime, com o comportamento quotidiano destes filhos pós-crime, na perspetiva das mães (Tabela 14).

4.5.1.1. Apresentação dos resultados

Nos casos em que as mães indicaram que os filhos apresentam um comportamento quotidiano semelhante pós-crime, observamos uma maior prevalência nos casos em que a vítima referiu manter com o agressor relações pós-crime, as quais podemos considerar como mais positivas ou favoráveis, ou seja, razoável/boa/muito boa (70,2%). Nesta mesma categoria de comportamento, a prevalência ocorre nos casos em que não existe coabitação pós-crime, entre os intervenientes do nosso estudo (52,6%).

Num contexto onde indicaram filhos mais deprimidos/isolados, observamos a prevalência nas situações em que vítima e agressor não mantêm qualquer relação, ou, existindo, são mais negativas ou menos favoráveis, muito má/mais má do que boa (52,7%), e em que existe coabitação pós-crime (53,1%).

Relativamente aos filhos que manifestam comportamentos mais agressivos/hostis, observamos a prevalência quando estas relações não existem ou são igualmente mais negativas, muito má/mais má do que boa, entre vítima e agressor (62,8%), e, quando continuam a coabitar após este crime ocorrer (56,7%).

Na relação destas variáveis com os comportamentos quotidianos pós-crime destes filhos, são observadas diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 14 - Comportamento quotidiano do filho perante o tipo de relação vítima/agressor e coabitação vítima/agressor/filho, pós-crime

Variável	Comportamento quotidiano pós-crime/denúncia			P
	Semelhante (n=57/16,3%)	Deprimido/isolado (n=226/64,6%)	Agressivo/hostil (n=67/19,1%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Tipo de relação vítima/agressor pós-crime				0,003
Nenhuma (n=59/16,9%)	3 (5,3)	36 (15,9)	20 (29,9)	
Muito má (n=89/25,4%)	8 (14,0)	65 (28,8)	16 (23,9)	
Mais má do que boa (n=30/8,6%)	6 (10,5)	18 (8,0)	6 (9,0)	
Razoável (n=86/24,6%)	16 (28,1)	56 (24,8)	14 (20,9)	
Boa (n=73/20,9%)	19 (33,3)	44 (19,5)	10 (14,9)	
Muito boa (n=13/3,6%)	5 (8,8)	7 (3,1)	1 (1,5)	
Coabitação pós-crime/denúncia				<0,001
Não (n=165/47,1%)	30 (52,6)	106 (46,9)	29 (43,3)	
Sim (n=185/52,9%)	27 (47,4)	120 (53,1)	38 (56,7)	

P, p-value; Teste de Qui-Quadrado.

4.5.2. Influência das características associadas ao tipo de relação entre vítima e agressor, e a coabitação vítima/agressor/filho pós-crime, no comportamento escolar pós-crime do filho, na perspetiva da mãe

Apresentamos de seguida a análise que envolve as características do tipo de relação entre a vítima e o agressor e a coabitação entre vítima/agressor/filho, após o crime ter ocorrido, no que se refere ao comportamento escolar destes filhos pós-crime. Especificamente, efetuamos a análise da relação entre as características da relação entre a vítima e o agressor, a coabitação entre vítima/agressor/filho, pós-crime, com o comportamento escolar destes filhos pós-crime, na perspetiva das mães (Tabela 15).

4.5.2.1. Apresentação dos resultados

Para os casos em que as vítimas declaram que os seus filhos apresentam um comportamento escolar semelhante pós-crime, observamos uma prevalência nos casos onde vítima e agressor mantêm relações consideradas mais positivas ou favoráveis (razoável; boa; muito boa) (74,4%). Nesta mesma categoria de comportamento, observamos uma maior prevalência quando não existe coabitação pós-crime (55,6%) entre vítima, agressor e filho.

Nos casos em que estes filhos se encontram mais deprimidos/isolados neste tipo de comportamento, observamos uma prevalência quando vítima e agressor não mantêm qualquer relação ou, aquando existam, são mais negativas (muito má; mais má do que boa) (58%), e onde existe coabitação pós-crime (54%).

Perante a condição na qual estes filhos apresentam comportamentos mais agressivos/hostis, verifica-se uma prevalência nos casos em que vítima e agressor não mantêm qualquer relação ou são negativas (muito má; mais má do que boa) (61,2%), e onde coabitam após este crime (57,5%).

Na relação destas variáveis com os comportamentos escolares pós-crime destes filhos, são verificadas diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 15 - Comportamento escolar do filho perante o tipo de relação vítima/agressor e coabitação vítima/agressor/filho, pós-crime

Variável	Comportamento em contexto escolar pós-crime/denúncia			P
	Semelhante (n=90/25,7%)	Deprimido/isolado (n=126/36%)	Agressivo/hostil (n=134/38,3%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Tipo de relação vítima/agressor pós-crime				<0,001
Nenhuma (n=59/16,9%)	6 (6,7)	21 (16,7)	32 (23,9)	
Muito má (n=89/25,4%)	4 (4,4)	45 (35,7)	40 (29,9)	
Mais má do que boa (n=30/8,6%)	13 (14,4)	7 (5,6)	10 (7,4)	
Razoável (n=86/24,6%)	28 (31,1)	30 (23,8)	28 (20,9)	
Boa (n=73/20,9%)	31 (34,4)	20 (15,9)	22 (16,4)	
Muito boa (n=13/3,6%)	8 (8,9)	3 (2,4)	2 (1,5)	
Coabitação pós-crime/denúncia				<0,001
Não (n=165/47,1%)	50 (55,6)	58 (46,0)	57 (42,5)	
Sim (n=185/52,9%)	40 (44,4)	68 (54,0)	77 (57,5)	

P, p-value; Teste de Qui-Quadrado.

4.5.3. Influência das características associadas ao tipo de relação entre vítima e agressor, e a coabitação vítima/agressor/filho pós-crime, nas retenções escolares do filho no círculo do crime, na perspetiva da mãe

Passamos de seguida para a análise que envolve as características do tipo de relação entre a vítima e o agressor, e a coabitação entre vítima/agressor/filho após o crime ter ocorrido, no que se refere às retenções escolares destes filhos no círculo do crime. Especificamente, efetuamos a análise da relação entre as características da relação entre a vítima e o agressor, a coabitação entre vítima/agressor/filho, pós-crime, com as retenções escolares destes filhos relacionadas com o crime, na perspetiva das mães (Tabela 16).

4.5.3.1. Apresentação dos resultados

No que respeita aos filhos que nunca reprovaram, observamos que é mais recorrente nos casos em que existe ou se mantêm após o crime, entre vítima e agressor, relações consideradas mais positivas ou favoráveis, particularmente, razoável/boa/muito boa (59,4%). Nesta mesma análise, observamos uma maior prevalência quando não existe coabitação pós-crime entre os intervenientes do nosso estudo (56,9%).

Nos casos em que estes filhos reprovaram após existir violência doméstica, observamos que surge uma maior prevalência quando vítima e agressor não mantêm qualquer

relação ou existindo, são consideradas mais negativas (muito más; mais más que boas) (63,2%), e que coabitam pós-crime (61,4%).

Relativamente aos filhos que reprovaram, quer antes, quer após existir o crime, a maioria incide nas relações mais favoráveis, razoável/boa/muito boa (69,2%), e que mantêm coabitação pós-crime (57,7%).

Na relação destas variáveis com as retenções escolares no âmbito do crime, observam-se diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 16 - Retenções escolares do filho no círculo crime perante o tipo de relação vítima/agressor e coabitação vítima/agressor/filho, pós-crime

Variável	Retenções escolares/crime			P
	Nunca (n=153/43,7%)	DVD (n=171/48,9%)	AVD e DVD (n=26/7,4%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Tipo de relação vítima/agressor pós-crime				0,002
Nenhuma (n=59/16,9%)	20 (13,1)	36 (21,1)	3 (11,5)	
Muito má (n=89/25,4%)	25 (16,3)	61 (35,7)	3 (11,5)	
Mais má do que boa (n=30/8,6%)	17 (11,1)	11 (6,4)	2 (7,7)	
Razoável (n=86/24,6%)	40 (26,1)	37 (21,6)	9 (34,6)	
Boa (n=73/20,9%)	43 (28,1)	23 (13,5)	7 (26,9)	
Muito boa (n=13/3,6%)	8 (5,2)	3 (1,8)	2 (7,7)	
Coabitação pós-crime/denúncia				<0,001
Não (n=165/47,1%)	87 (56,9)	67 (39,2)	11 (42,3)	
Sim (n=185/52,9%)	66 (43,1)	104 (60,8)	15 (57,7)	

DVD, Depois de haver violência doméstica; AVD, Antes de haver violência doméstica; P, p-value; Teste Exato de Fisher.

4.5.4. Análise e discussão dos resultados

Analisando mais particularmente estas relações, debruçando-nos, num primeiro momento, nas variáveis aqui relacionadas. Observamos, de uma forma geral, uma prevalência de casos com alteração de ambos os tipos de comportamentos dos filhos, após o crime ter ocorrido, segundo as perceções indicadas por estas mães. Particularmente, os comportamentos quotidianos, sofreram alterações, em 83,7%, para mais deprimido e/ou agressivos, com prevalência nos mais deprimidos/isolados (64,6%). Para os comportamentos escolares, igualmente com uma maioria de casos mais deprimidos e/ou agressivos, com 74,3%, surgindo a prevalência nos mais agressivos/hostis (38,3%). Num contexto em que estes filhos maioritariamente reprovaram (56,3%), pelo menos uma vez, apresentam uma prevalência em retenções que ocorreram após o crime/denúncia ter ocorrido (48,9%). Relativamente às outras variáveis relacionadas, constata-se em ambas ténues diferenças percentuais, de vítimas e

agressores que mantiveram relações pós-crime/denúncia, maioritariamente negativas ou menos favoráveis, incluindo a ausência de contactos (50,9%). No que respeita à coabitação pós-crime, de todos os intervenientes, encontramos uma maioria de casos em que mantiveram essa coabitação (52,9%).

A literatura aponta evidências empíricas de que a manutenção de contactos positivos entre pais com filhos ainda crianças ou jovens em comum, após a separação, é um importante fator para estes filhos apresentem desenvolvimentos favoráveis ao nível comportamental, emocional e escolar (Silva, 2016b; Anderson & Greene, 2013). Em sentido contrário, uma ausência de contactos e relações conflituosas entre os pais, com a rutura, não só conjugal mas também parental, pode proporcionar efeitos de instabilidade e negativos nestes níveis de desenvolvimentos dos filhos (Lebow & Stroud, 2016; Copetti et al., 2015; Philip, 2012; Alarcão & Gaspar, 2007). No entanto, e tendo em conta as particularidades do nosso estudo, um contexto de violência doméstica, possa tornar a possibilidade de contactos positivos entre vítima e agressor, pouco viável.

Muitas vezes, as mulheres vítimas deste crime, mantêm-se na relação violenta, incluindo conservando a coabitação, e, nestes casos, encontramos na literatura três pressupostos, isolados ou que se interligam. Por um lado, encontramos a vertente ligada às questões socioeconómicas, culturais, religiosas, e que obrigam, de alguma forma, à manutenção da relação. Por outro lado, envolve posições em que estas vítimas pensam que o problema é delas, numa situação em que não há uma consciência de que a responsabilidade da violência é do agressor. Nestes casos encontramos mulheres que acreditam serem elas que provocam, que irritaram o agressor, ou que não fizeram tudo o que era suposto. E, sendo talvez a posição mais recorrente, as estratégias que o agressor utiliza para conseguir manter a relação e o poder sobre a vítima, levando-nos a lançar um olhar sobre o já comentado ciclo da violência doméstica (CIG, 2016a; Paulino, 2016; Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009).

Os resultados apontam para um contexto no qual os contactos pós-crime/denúncia possam indicar, ou não, uma separação entre esta mãe/vítima com o agressor, ou que este agressor possa ou não ser o pai destes filhos, bem como, no caso de separação, ser esta vítima que ficou titular das responsabilidades parentais deste filho, e assim, que tipo de “relações/contactos” serão legalmente obrigatórias entre agressor e este filho.

Particularizando os comportamentos quotidianos destes filhos após o crime, quer envolva ou não uma separação entre a sua mãe e o agressor (pai ou não), estes aparentam indicar que quando vítima e agressor mantêm razoáveis, boas, ou muito boas relações, estes

comportamentos permanecem, maioritariamente, semelhantes aos anteriores ao crime. Por outro lado, quando estas relações prevalecem muito má/mais má do que boa, ou não existem, os comportamentos alteram-se para mais deprimidos ou agressivos, respetivamente. No que respeita à subsistência ou não de uma coabitação entre vítima/agressor/filho, numa fase pós-crime, aparenta ser outro importante preditor para a manutenção ou não dos comportamentos quotidianos destes filhos, onde a não coabitação indica ser a opção que proporciona que este tipo de comportamentos se mantenha semelhantes. Ao invés, mantendo a coabitação pós-crime, desencadeia que estes comportamentos específicos se alterem negativamente, seja para mais deprimidos ou agressivos, com prevalência em comportamentos mais agressivos.

Ao nível dos comportamentos escolares destes filhos, após o crime, encontramos resultados idênticos à anterior análise. Assim, observamos que quando estas mães/vítimas conseguem manter com o agressor razoáveis, boas, ou muito boas relações, os comportamentos escolares destes filhos permanecem semelhantes aos anteriores ao crime, e, em sentido contrário, quando se retêm relações muito más/mais más que boas, e não existe qualquer relação, os comportamentos alteram-se, para mais deprimidos ou agressivos, respetivamente. O contexto de coabitação entre vítimas e agressores numa fase pós-crime aparenta ser outro importante preditor para a manutenção, ou não, dos comportamentos escolares destes filhos. A não coabitação indica que estes comportamentos se mantêm semelhantes, e, em sentido oposto, mantendo a coabitação, aparenta ser uma opção que despoleta que estes comportamentos específicos se alterem negativamente, seja para mais deprimidos ou agressivos, numa prevalência em comportamentos agressivos.

Relativamente ao nível das retenções no círculo do crime, ou seja, na relação que se fez entre as possíveis retenções escolares do filho e o contexto do crime, estas indicam que estes filhos não reprovam, quando vítima e agressor mantêm razoáveis, boas, ou muito boas relações, após o crime/denúncia. No entanto, este tipo de relações, apontadas como mais favoráveis, encontram-se também associadas a situações em que estes filhos reprovaram, quer antes, ou após o crime. Em sentido contrário, retenções que surgem apenas após o crime ocorrer, indicam estar intimamente relacionadas com as relações mais negativas entre vítima e agressor pós-crime (muito más; mais más que boas). No que respeita ao contexto de coabitação ou não, entre vítima/agressor/filho, após o crime/denúncia ocorrer, verificamos que, quando mantêm esta coabitação sucedem mais retenções, com uma maior prevalência no contexto das retenções ocorridas após o crime, do que quando esta coabitação não acontece.

Em divergência, encontramos estudos que mostram que os comportamentos escolares e quotidianos fora do contexto escolar podem ser idênticos, sejam favoráveis ou negativos (Silva & Vaz, 2015; Bicho, 2015). Não obstante, verificamos no nosso estudo, e na envolvimento das suas particularidades, que estes comportamentos, pós-crime, apresentam diferenças, sendo maioritariamente mais deprimidos num contexto quotidiano, e mais agressivos no contexto escolar. Em concordância, apesar de resultados diferentes, a literatura mostra-nos a possibilidade das crianças e jovens se comportarem de diferente modo em família e na escola (Dayrell & Jesus, 2016; Villas-Boas, 2015; Silva, 2015b; Leme, Marturano & Fontaine, 2014).

De uma forma geral, os resultados destas relações, possibilitam-nos observar que os comportamentos quotidianos e escolares, pós-crime/denúncia, mais deprimidos e/ou agressivos destes filhos, e as suas retenções, estão diretamente relacionados com um contexto de relações consideradas negativas e/ou ausência de contactos entre vítima e agressor, e, onde se manteve a coabitação pós-crime, entre vítima, agressor e este filho. Em sentido contrário, as relações assumidas como mais favoráveis entre vítima e agressor (razoável, boa e muito boa) e onde não se manteve coabitação pós-crime/denúncia, aparentam ser a melhor opção para que estes comportamentos se mantenham semelhantes, e possibilitem uma menor taxa de retenção dos filhos.

Como anteriormente verificado, e compreendendo o conjunto das três tabelas apresentadas, todas as variáveis aqui relacionadas apresentam diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$). Podemos assim constatar que a **hipótese 5**, “O tipo de relação vítima/agressor e a coabitação entre vítima/agressor/filho, pós-crime, influenciam os comportamentos pós-crime e o desempenho escolar do filho”¹⁰⁶, se confirma, perante a análise realizada.

¹⁰⁶ De uma forma geral, os filhos destas vítimas não sofrem alterações comportamentais, quotidianas e escolar pós-crime, e reprovam menos, quando, após o crime, vítima e agressor mantêm uma relação que podemos considerar de positiva (razoável; boa; muito boa), e os intervenientes não mantêm coabitação. Em sentido oposto, estes filhos sofrem alterações comportamentais negativas (mais deprimidos e/ou agressivos), quotidianas e escolares, e reprovam mais, quando, após o crime, vítima e agressor não mantêm qualquer contacto e/ou mantêm uma relação negativa (muito má; mais má do que boa), e os intervenientes conservam a coabitação.

4.6. Influência das características associadas ao agressor, nos comportamentos pós-crime e retenções do filho, na perspetiva da mãe

Na presente análise, selecionamos e relacionamos um conjunto de variáveis, com o objetivo de observar em que medida podem ou não influenciar os comportamentos pós-crime e o desempenho escolar destes filhos (Tabela 17 a 19).

As variáveis que fazem parte desta análise compreendem determinadas características do agressor. Particularmente, a sua dependência ou abuso de substâncias (não; álcool; drogas; álcool e drogas), e a posse, utilização ou acesso a armas (não; arma de fogo; arma branca; arma de fogo e arma branca; outro tipo de armas; todas as opções com arma).

Tal como a anterior análise, estas variáveis relacionam-se com as mesmas três da anterior análise. Num primeiro momento, encontramos as variáveis que assimilam os comportamentos pós-crime dos filhos (semelhante; mais deprimido/isolado; mais agressivo/hostil), que se dividem em duas vertentes, os comportamentos quotidianos (Tabela 17), e os comportamentos escolares (Tabela 18). Num último momento, encontramos a variável que compreende o desempenho escolar destes filhos no círculo do crime (Tabela 19), o qual é observado através das retenções destes (nunca; depois de haver violência doméstica; antes de haver violência doméstica; antes e depois de haver violência doméstica).

Com o propósito de analisar estas relações desenvolvemos as três tabelas que se seguem, que passamos a apresentar e a analisar de seguida, e onde, numa última parte, encontramos a análise e discussão dos resultados.

4.6.1. Influência das características associadas à dependência de substâncias e posse de armas pelo agressor, no comportamento quotidiano pós-crime do filho, na perspetiva da mãe

De seguida, efetuamos a análise da relação entre as características da dependência ou abuso de substâncias e posse, uso ou acesso a armas pelo agressor, com o comportamento quotidiano destes filhos pós-crime, na perspetiva das mães (Tabela 17).

4.6.1.1. Apresentação dos resultados

No que respeita aos filhos onde as suas mães indicaram que apresentam um comportamento quotidiano semelhante, após existir violência doméstica, percebemos que é

mais recorrente perante os casos em que o agressor não é dependente ou abusa de substâncias (93%), e não possui, usa ou têm acesso a armas (98,2%).

Numa mesma conjuntura, indicaram que estes filhos apresentam este tipo de comportamentos mais deprimidos/isolados, quando os agressores dependem de substâncias (55,8), com uma prevalência no álcool (46%), e que não possuem armas (82,8%).

Nos casos onde as vítimas observaram estes comportamentos mais agressivos/hostil, encontramos associados agressores que possuem dependências (70,2%), com prevalência no álcool (32,8%), e que possuem armas (74,4%), aqui, com uma prevalência nas armas de fogo (65,7%).

Na relação destas variáveis com os comportamentos quotidianos pós-crime destes filhos, são observadas diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 17 - Comportamento quotidiano do filho perante a dependência de substâncias e posse de armas pelo agressor

Variável	Comportamento quotidiano pós-crime/denúncia			P
	Semelhante (n=57/16,3%)	Deprimido/isolado (n=226/64,6%)	Agressivo/hostil (n=67/19,1%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Dependência/abuso de substâncias				<0,001^a
Não (n=173/49,4%)	53 (93,0)	100 (44,2)	20 (29,8)	
Álcool (n=128/36,6%)	2 (3,5)	104 (46)	22 (32,8)	
Drogas (n=16/4,6%)	1 (1,8)	9 (4,0)	6 (9,0)	
Álcool e drogas (n=33/9,4%)	1 (1,8)	13 (5,8)	19 (28,4)	
Posse/uso/acesso a armas				0,022^b
Não (n=260/74,3%)	56 (98,2)	187 (82,8)	17 (25,3)	
Arma de fogo (n=61/17,4%)	0 (0,0)	17 (7,5)	44 (65,7)	
Arma branca (n=15/4,3%)	0 (0,0)	15 (6,7)	0 (0,0)	
Arma de fogo e arma branca (n=2/0,6%)	0 (0,0)	1 (0,4)	1 (1,5)	
Outro tipo de armas (n=3/0,9%)	0 (0,0)	1 (0,4)	2 (3)	
Todas as opções com arma (n=9/2,6%)	1 (1,8)	5 (2,2)	3 (4,5)	

P, p-value; ^aTeste de Qui-Quadrado; ^bTeste Exato de Fisher.

4.6.2. Influência das características associadas à dependência de substâncias e posse de armas pelo agressor, no comportamento escolar pós-crime do filho, na perspetiva da mãe

Neste segundo ponto, consumamos a análise da relação entre as características da dependência ou abuso de substâncias e posse, uso ou acesso a armas pelo agressor, com o comportamento escolar destes filhos pós-crime, na perspetiva das mães (Tabela 18).

4.6.2.1. Apresentação dos resultados

Nos casos em que as estas mães indicaram filhos com um comportamento escolar semelhante, pós-crime, observamos situações em que surgem agressores que, maioritariamente, não dependem ou abusam de substâncias (70%) e não possuem, usam ou têm acesso a armas (97,8%).

Nesta mesma circunstância, indicaram que estes filhos apresentam comportamentos mais deprimidos/isolados, quando os agressores dependem de substâncias (54,8%), com uma prevalência no álcool (42,1%), e que não possuem armas (84,9%).

Relativamente às situações onde indicaram percecionam comportamentos mais agressivos/hostil destes filhos, verificou-se a existência de agressores que possuem dependências (60,4%), particularmente os que dependem ou abusam de álcool (39,6%), e que possuem armas (51,5%), nesta situação, com uma prevalência nas armas de fogo (37,3%).

Na relação destas variáveis com os comportamentos escolares pós-crime destes filhos, são observadas diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 18 - Comportamento escolar do filho perante a dependência de substâncias e posse de armas pelo agressor

Variável	Comportamento em contexto escolar pós-crime/denúncia			P
	Semelhante (n=90/25,7%)	Deprimido/isolado (n=126/36%)	Agressivo/hostil (n=134/38,3%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Dependência/abuso de substâncias				<0,001^a
Não (n=173/49,4%)	63 (70,0)	57 (45,2)	53 (39,6)	
Álcool (n=128/36,6%)	22 (24,4)	53 (42,1)	53 (39,6)	
Drogas (n=16/4,6%)	3 (3,3)	6 (4,8)	7 (5,2)	
Álcool e drogas (n=33/9,4%)	2 (2,2)	10 (7,9)	21 (15,7)	
Posse/uso/acesso a armas				0,023^b
Não (n=260/74,3%)	88 (97,8)	107 (84,9)	65 (48,5)	
Arma de fogo (n=61/17,4%)	1 (1,1)	10 (7,9)	50 (37,3)	
Arma branca (n=15/4,3%)	1 (1,1)	4 (3,2)	10 (7,5)	
Arma de fogo e arma branca (n=2/0,6%)	0 (0,0)	1 (0,8)	1 (0,7)	
Outro tipo de armas (n=3/0,9%)	0 (0,0)	1 (0,8)	2 (1,5)	
Todas as opções com arma (n=9/2,6%)	0 (0,0)	3 (2,4)	6 (4,5)	

P, p-value; ^aTeste de Qui-Quadrado; ^bTeste Exato de Fisher.

4.6.3. Influência das características associadas à dependência de substâncias e posse de armas pelo agressor, nas retenções escolares do filho no círculo do crime, na perspetiva da mãe

Neste terceiro e último ponto, completamos a análise da relação entre as características da dependência ou abuso de substâncias e posse, uso ou acesso a armas por parte do agressor,

com as retenções escolares destes filhos no círculo do crime, na perspetiva das mães (Tabela 19).

4.6.3.1. Apresentação dos resultados

Na relação das retenções do filho com o círculo do crime, no que respeita aos filhos que nunca reprovaram, observamos uma prevalência nos casos em que o agressor não é dependente ou abusa de substâncias (72,5%), e, não possui, usa ou têm acesso a armas (98,7%).

Relativamente aos filhos que reprovaram, apenas após a existência do crime, a prevalência recai sobre contextos em que os agressores possuem dependências (67,3%), com predomínio nos que dependem de álcool (46,8%), e que possuem armas (50,3%), com predomínio nos que possuem armas de fogo (35,1%).

Por fim, as situações em que encontramos filhos que reprovaram, quer antes, quer após o crime, a prevalência encontra-se nas situações em que existem agressores que dependem de substâncias (76,9%), com relevância no álcool (53,9%), e que não possuem armas (92,3%).

Na relação destas variáveis com as retenções escolares no âmbito do crime, observam-se diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 19 - Retenções escolares do filho no círculo crime perante a dependência de substâncias e posse de armas pelo agressor

Variável	Retenções escolares/crime			P
	Nunca (n=153/43,7%)	DVD (n=171/48,9%)	AVD e DVD (n=26/7,4%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Dependência/abuso de substâncias				<0,001^a
Não (n=173/49,4%)	111 (72,5)	56 (32,7)	6 (23,1)	
Álcool (n=128/36,6%)	34 (22,2)	80 (46,8)	14 (53,9)	
Drogas (n=16/4,6%)	1 (0,7)	12 (7,0)	3 (11,5)	
Álcool e drogas (n=33/9,4%)	7 (4,6)	23 (13,5)	3 (11,5)	
Posse/uso/acesso a armas				0,024^b
Não (n=260/74,3%)	151 (98,7)	85 (49,7)	24 (92,3)	
Arma de fogo (n=61/17,4%)	1 (0,7)	60 (35,1)	0 (0,0)	
Arma branca (n=15/4,3%)	1 (0,7)	12 (7,0)	2 (7,7)	
Arma de fogo e arma branca (n=2/0,6%)	0 (0,0)	2 (1,2)	0 (0,0)	
Outro tipo de armas (n=3/0,9%)	0 (0,0)	3 (1,7)	0 (0,0)	
Todas as opções com arma (n=9/2,6%)	0 (0,0)	9 (5,3)	0 (0,0)	

DVD, Depois de haver violência doméstica; AVD, Antes de haver violência doméstica; P, p-value; ^aTeste de Qui-Quadrado; ^bTeste Exato de Fisher.

4.6.4. Análise e discussão dos resultados

Procedendo à análise de forma mais particular destas relações, inclinamo-nos, num primeiro momento, nas variáveis aqui relacionadas, e, em parte, já na anterior análise observadas, na percepção das mães. Encontramos uma prevalência de filhos que, segundo as suas mães, alteraram os seus comportamentos quotidianos e escolares, após o crime ter ocorrido, para mais deprimidos/isolados (64,6%), e para mais agressivos/hostil (38,3%), respetivamente. No que respeita às retenções, encontramos um conjunto de filhos que, maioritariamente, possuem pelo menos uma retenção (56,3%), sendo que a maior percentagem ocorreu em contexto pós-crime (48,9%). Relativamente às outras variáveis que fazem parte destas relações, relativas ao agressor, encontramos, maioritariamente, agressores com dependências ou abuso de substâncias (50,6%), com maior incidência no álcool (36,6%), e que não possuem, usam, ou tem acesso a armas (74,3%), aqui, quando existem armas, prevalece a arma de fogo (17,4%).

A análise da literatura mostrou-nos que o abuso/dependência de álcool ou drogas, e o uso, posse, ou acesso a armas por parte do agressor de violência doméstica, são preditores que indicam um elevado grau de risco para a vítima e filhos, caso existam. E, este fator, aparenta estar igualmente relacionado com o declínio das competências parentais da vítima, e com consequências negativas no desenvolvimento dos filhos.

Relativamente ao agressor de violência doméstica dependente de álcool e/ou drogas, em Portugal, conforme dados já referidos, encontramos uma maioria de agressores associados a abusos ou dependências de álcool e/ou drogas, com 53% (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a), próximos dos valores do grupo de agressores do nosso estudo (50,6%). Neste contexto, a maioria da literatura salienta a sua interferência negativa no convívio familiar e no crescimento e desenvolvimento dos filhos (Mangueira et al., 2015; Lopes et al., 2015; Medeiros et al., 2015). Inúmeras são as investigações que indicam que filhos de dependentes destas substâncias, apresentam um maior risco de vir a ter transtornos psiquiátricos, desenvolvimento de problemas físico-emocionais, dificuldades escolares, e contribui para uma maior probabilidade de virem a ser futuros consumidores de substâncias psicoativas, como o álcool ou as drogas (Aguirre et al., 2010; Schenker & Minayo, 2005; Figlie et al., 2004; Cabral, 2004). O álcool é sem dúvida, um dos fatores desencadeantes de agressões físicas e psicológicas, em contexto familiar, condicionando a

qualidade de vida dos membros do núcleo familiar, incluindo os comportamentos e desempenho escolar dos filhos.

No que respeita à posse, uso ou acesso a armas por parte do agressor, no contexto nacional, e recordando os dados sobre o femicídio, a arma de fogo e arma branca apresentam-se como as mais utilizadas pelo homem agressor/homicida, em 70,2% dos casos (UMAR, 2016; 2015; 2014; 2013; 2012). Igualmente, os dados oficiais sobre esta característica por parte do agressor, indicam que, 9% possuíam armas, em que 1% constitui a arma de fogo (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a), menos de metade dos agressores do nosso estudo, na qual 25,7%, segundo indicação das vítimas, possuem armas, maioritariamente arma de fogo (17,4%). Neste contexto, em que os homens agressores de violência doméstica possuem armas, a literatura expõe-nos como mais propícios à existência de repercussões físicas, psicológicas e profissionais, não só para as mulheres vitimizadas, mas também nos mais próximos, particularmente, os filhos. Os filhos que se encontram expostos a esta violência interpaparental em que o agressor possui armas, com ênfase na arma de fogo, encontram-se mais propensos a sofrerem impactos negativos no seu desenvolvimento, incluindo ao nível comportamental, baixo rendimento escolar, além de uma maior probabilidade de reproduzirem comportamentos violentos (Nagib, Mousinho & Salles, 2016; Henriques, 2014; Fonseca, 2004; Torres, 2002; Lima, 2000). Ainda nestes contextos, a probabilidade de um jovem adolescente cometer atos violentos com armas de fogo, é sensivelmente o dobro quando em criança testemunhou estes atos em ambiente familiar (Bandeira & Bourgois, 2005). Complementamos, assim, que no contexto de violência doméstica, onde encontramos agressores que utilizam armas para intimidar, agredir ou matar (Soares et al., 2016; Cardoso, 2015), surge com maior prevalência a utilização da arma de fogo ou arma branca. Um estudo que analisou o tipo de armas utilizadas nos femicídios em todo o mundo, observou que as armas de fogo foram usadas em um terço dos casos (Moraes, Ota & Rita, 2013). No entanto, a literatura indica-nos outro tipo de armas envolvidas, como arma elétrica, bastão extensível ou o gás-pimenta, e, muitas das vezes, são também utilizados outros objetos que possam servir de armas (Paulino, 2016; Paulino & Rodrigues, 2016).

No que respeita aos resultados destas relações no âmbito do nosso estudo, e particularizando os comportamentos quotidianos destes filhos após o crime, observamos que, nos contextos em que o agressor não possui dependências e armas, estes comportamentos permanecem, maioritariamente, semelhantes aos anteriores ao crime. Em sentido contrário, os comportamentos que se alteraram após o crime para mais deprimidos/isolados, indicam a

presença de agressores que possuem dependências, mas que não possuem armas. Por seu lado, comportamentos mais agressivos/hostil, encontra-se associado a agressores dependentes de substâncias, e que possuem, usam ou têm acesso a armas.

No mesmo contexto, mas no que respeita aos comportamentos escolares destes filhos, surgem maioritariamente semelhantes, igualmente associado a agressores sem dependências e armas. Com resultados idênticos, estes comportamentos escolares que se transformaram após o crime para mais deprimidos/isolados, encontram-se associados a contextos em que os agressores dependem ou abusam de substâncias, mas que não possuem armas. Para os comportamentos que surgem mais agressivos/hostil neste contexto escolar, voltamos a verificar agressores com dependências de substâncias, e que possuem armas.

Quanto ao contexto das retenções no círculo do crime, encontramos os filhos que nunca reprovaram associados a contextos em que, maioritariamente, o agressor não possui dependências e armas. Por outro lado, e em todos os panoramas em que existem retenções, encontramos agressores com dependências, no entanto, a posse de armas encontra-se apenas associada aos filhos que reprovaram após o crime ocorrer.

Os resultados do nosso estudo, de uma forma geral, indicam que os filhos que apresentam comportamentos quotidianos e escolares semelhantes, e reprovam menos, são aqueles que coabitam com agressores sem dependências de substâncias e que não possuem armas. Por outro lado, demonstram uma relação direta entre as alterações comportamentais pós-crime dos filhos destas vítimas, quando se encontram inseridos no contexto de violência doméstica com agressores que possuem dependências ou armas, em ambas as categorias comportamentais definidas para o estudo. Neste âmbito, encontramos a dependência de substâncias associada, maioritariamente, a comportamentos mais deprimidos e/ou agressivos, sempre com prevalência para o álcool. Por seu lado, a posse de armas encontra prevalência nos comportamentos mais agressivos, não parecendo ter importância nos comportamentos que se apresentam mais isolados. No mesmo contexto, mas relativamente às retenções no círculo do crime, as dependências surgem diretamente associadas às retenções, no entanto, a posse de armas pelo agressor, apenas nas retenções ligadas ao momento pós-crime, observamos a existência de uma relação direta.

Desta análise podemos depreender, que as crianças e jovens que se encontram inseridos nestes contextos de violência intrafamiliar, e onde se encontra um agressor que possui estas dependências, e, usa, possui, ou tem fácil acesso a armas, se encontram em maior risco. As consequências negativas, nos vários contextos do seu desenvolvimento, são assim

mais factíveis, particularmente ao nível dos seus comportamentos e desempenho escolar, como comprovam estes resultados do nosso estudo.

Como verificado na análise a este ponto, que compreende o conjunto das três tabelas apresentadas, verificamos que todas as variáveis aqui relacionadas apresentam diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$). Assim, podemos constatar que a **hipótese 6**, “A dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor influenciam os comportamentos pós-crime e o desempenho escolar do filho”¹⁰⁷, se confirma, perante a análise realizada.

4.7. Influência das características associadas ao filho, à sua relação com o agressor e com o crime, nos seus comportamentos pós-crime e retenções, na perspetiva da mãe

Para esta análise, e, no mesmo conceito das anteriores, selecionamos e relacionamos um conjunto de variáveis com o intuito de observar em que medida podem ou não influenciar os comportamentos pós-crime e o desempenho escolar destes filhos (Tabelas 20 a 28).

As variáveis que fazem parte desta análise apresentam-se em três fases distintas.

Numa primeira fase, incidem nas características pessoais e escolares dos filhos, particularmente, o seu sexo, idade, ano escolar em que atualmente se encontram, e a existência ou não de retenções (nenhuma; uma; duas; três ou mais) (Tabelas 20, 21 e 22).

Para uma segunda fase, incorrem nas características da relação entre o filho e o agressor, nomeadamente, se este agressor é ou não o pai do biológico deste filho, e, a

¹⁰⁷ Num âmbito geral, estes filhos apresentam comportamentos quotidianos e escolares semelhantes, e reprovam menos, quando encontramos agressores sem dependências ou armas. No que respeita aos filhos destas vítimas que surgem com comportamentos quotidianos e escolares mais deprimidos/isolados, pós-crime, observamos contextos em que os agressores possuem dependências, particularmente o álcool, mas que, maioritariamente, não possuem armas. Por seu lado, e igualmente em ambas as categorias comportamentais (quotidianas e escolares), apenas nas alterações comportamentais mais agressivas, se encontram associadas aos agressores que possuem dependências e armas, maioritariamente, álcool e arma de fogo, respetivamente. Relativamente às retenções, sejam anteriores ou posteriores ao crime, observamos agressores com dependência de substâncias, sobretudo o álcool. No entanto, no que respeita à relação destas retenções com a posse de armas pelo agressor, apenas nos casos em que as retenções surgem após a existência do crime, apresentam prevalência, não se verificando nos restantes casos em que existem retenções, ou seja, a posse de arma aparenta não ter grande importância nos restantes contextos de retenções (antes; antes e depois do crime ocorrer). Podemos assim concluir, a existência apenas de algumas diferenças de resultados que contrariam o âmbito geral. A primeira, surge no contexto das relações entre as dependências e posse de armas pelo agressor, com os comportamentos e retenções destes filhos no círculo do crime. Observamos que os comportamentos quotidianos e escolares mais deprimidos, e as retenções no círculo do crime, indicam uma relação direta com agressores dependentes de substâncias, mas que não possuem armas. Por seu lado, aos mesmos tipos de comportamentos, quando se alteram para mais agressivos, e, em que as retenções ocorrem apenas após o crime, apontam a uma relação direta com as dependências e posse de armas do agressor. Ou seja, aparentemente, contextos com agressores que possuem dependências, demonstra uma relação direta com todos os comportamentos mais negativos e com as retenções, no entanto, a posse de armas, aparenta não ter impacto nos comportamentos mais deprimidos, mas apenas nos mais agressivos.

frequência de contactos entre estes intervenientes (nunca; raramente; alguns dias por mês; diariamente) (Tabelas 23, 24 e 25).

Numa terceira e última fase, incidem nas características da relação do filho com o crime, especificamente, sobre o seu papel (não presencia(ava); presencia(ava); presencia(ava) e é (era) vítima), a sua intervenção no crime (não intervém; intervém (defende-a/defende-se); e relativamente aos casos em que estes filhos, presenciando ou tendo sido também vítimas do crime, se foram ou não sinalizados à CPCJ (Tabelas 26, 27 e 28).

No mesmo pressuposto da anterior análise, as variáveis que comportam estas três fases, relacionam-se com outras três variáveis. Num primeiro momento, as que compreendem os comportamentos pós-crime dos filhos (semelhante; mais deprimido; mais agressivo), divididos nas mesmas duas tipologias de comportamentos, os quotidianos, e os escolares. Num último momento, encontramos a variável que comporta o desempenho escolar destes filhos, na sua associação com o crime e analisado através das suas retenções (nunca; depois de haver violência doméstica; antes de haver violência doméstica; antes e depois de haver violência doméstica).

Com o objetivo de analisar estas relações, desenvolvemos os seguintes três conjuntos de tabelas, que passamos a apresentar e a analisar de seguida, e, no final de cada conjunto/fase, encontramos a análise e discussão dos resultados.

4.7.1. Influência das características pessoais e escolares do filho, no seu comportamento quotidiano pós-crime, na perspetiva da mãe

Neste primeiro ponto, da primeira fase, efetuamos a análise da relação entre as características pessoais e escolares destes filhos, com o seu comportamento quotidiano pós-crime, na perspetiva das mães (Tabela 20).

4.7.1.1. Apresentação dos resultados

Relativamente aos filhos onde as suas mães indicaram que apresentam um comportamento quotidiano semelhante, após existir o crime, observamos que é mais recorrente nos filhos do sexo feminino (52,6%), com idades entre os 16 e os 18 anos (78,9%), que se encontram maioritariamente no 2.º ciclo (87,7%), e que nunca reprovaram (78,9%).

Num mesmo padrão, indicaram que é mais recorrente os seus filhos apresentam este tipo de comportamento mais deprimido/isolado quando são do sexo feminino (60,6%), com idades entre os 11 e os 15 anos (90,3%), que se encontram maioritariamente no 2.º ciclo (71,3%), e que já reprovaram, pelo menos uma vez (54%).

Nos casos onde as vítimas observaram estes comportamentos dos filhos como mais agressivos/hostis, encontramos prevalência nos filhos do sexo masculino (88,1%), com idades entre os 11 e os 15 anos (94%), inseridos maioritariamente no 2.º ciclo (77,7%), e que já possuem, pelo menos, uma retenção (94%).

Na relação destas variáveis com os comportamentos quotidianos pós-crime destes filhos, são observadas diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 20 - Comportamento quotidiano do filho perante as suas características pessoais e escolares

Variável	Comportamento quotidiano pós-crime/denúncia			P
	Semelhante (n=57/16,3%)	Deprimido/isolado (n=226/64,6%)	Agressivo/hostil (n=67/19,1%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Sexo				<0,001
Masculino (n=175/50%)	27 (47,4)	89 (39,4)	59 (88,1)	
Feminino (n=175/50%)	30 (52,6)	137 (60,6)	8 (11,9)	
Grupos Etários (anos)				<0,001
11-15 (n=279/79,7%)	12 (21,1)	204 (90,3)	63 (94,0)	
16-18 (n=71/20,3%)	45 (78,9)	22 (9,7)	4 (6,0)	
Escolaridade				0,020
5º Ano (n=14/4%)	0 (0,0)	10 (4,4)	4 (6,0)	
6º Ano (n=73/20,9%)	7 (12,3)	55 (24,3)	11 (16,4)	
7º Ano (n=92/26,3%)	18 (31,6)	54 (23,9)	20 (29,9)	
8º Ano (n=70/20%)	13 (22,8)	42 (18,6)	15 (22,4)	
9º Ano (n=101/28,9%)	19 (33,3)	65 (28,8)	17 (25,4)	
Nº Retenções				<0,001
Não (n=153/43,7%)	45 (78,9)	104 (46,0)	4 (6,0)	
Sim, 1 vez (n=126/36%)	8 (14,0)	87 (38,5)	31 (46,3)	
Sim, 2 vezes (n=59/16,9%)	2 (3,5)	32 (14,2)	25 (37,3)	
Sim, 3 ou mais vezes (n=12/3,4%)	2 (3,5)	3 (1,3)	7 (10,4)	

P, p-value; Teste de Qui-Quadrado.

4.7.2. Influência das características pessoais e escolares do filho, no seu comportamento escolar pós-crime, na perspetiva da mãe

Neste segundo ponto da segunda fase, efetuamos igualmente a análise da relação entre as características pessoais e escolares destes filhos, agora com o seu comportamento escolar pós-crime, na perspetiva das mães (Tabela 21).

4.7.2.1. Apresentação dos resultados

Nos casos onde as mães indicaram que os seus filhos apresentam um comportamento escolar semelhante, pós-crime, observamos uma prevalência em filhos do sexo feminino (63,3%), compreendendo o grupo de idades entre os 16 e os 18 anos (55,6%), que se encontram maioritariamente no 2.º ciclo (83,3%), e que nunca reprovaram (90%).

Relativamente aos casos em que indicaram que os filhos apresentam este tipo de comportamento mais deprimido/isolado, observamos uma prevalência nos filhos do sexo feminino (74,6%), com idades entre os 11 e os 15 anos (88,9%), que se encontram maioritariamente no 2.º ciclo (66,6%), e que já reprovaram, pelo menos uma vez (69,9%).

Quanto aos filhos sobre os quais as mães indicaram que manifestam este tipo de comportamento como mais agressivo/hostil, apresentam a prevalência em filhos do sexo masculino (82,1%), inseridos no grupo etário entre os 11 e os 15 anos (94,8%), que se encontram maioritariamente no 2.º ciclo (77,6%), e que já possuem retenções (74,6%).

Na relação destas variáveis com os comportamentos escolares pós-crime destes filhos, observamos em todas as variáveis diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 21 - Comportamento escolar do filho perante as suas características pessoais e escolares

Variável	Comportamento em contexto escolar pós-crime/denúncia			P
	Semelhante (n=90/25,7%)	Deprimido/isolado (n=126/36%)	Agressivo/hostil (n=134/38,3%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Sexo				<0,001
Masculino (n=175/50%)	33 (36,7)	32 (25,4)	110 (82,1)	
Feminino (n=175/50%)	57 (63,3)	94 (74,6)	24 (17,9)	
Grupos Etários (anos)				<0,001
11-15 (n=279/79,7%)	40 (44,4)	112 (88,9)	127 (94,8)	
16-18 (n=71/20,3%)	50 (55,6)	14 (11,1)	7 (5,2)	
Escolaridade				0,035
5º Ano (n=14/4%)	1 (1,1)	5 (4,0)	8 (6,0)	
6º Ano (n=73/20,9%)	14 (15,6)	37 (29,3)	22 (16,4)	
7º Ano (n=92/26,3%)	28 (31,1)	26 (20,6)	38 (28,4)	
8º Ano (n=70/20%)	20 (22,2)	21 (16,7)	29 (21,6)	
9º Ano (n=101/28,9%)	27 (30,0)	37 (29,3)	37 (27,6)	
Nº Retenções				<0,001
Não (n=153/43,7%)	81 (90,0)	38 (30,1)	34 (25,4)	
Sim, 1 vez (n=126/36%)	5 (5,6)	68 (54,0)	53 (39,5)	
Sim, 2 vezes (n=59/16,9%)	3 (3,3)	17 (13,5)	39 (29,1)	
Sim, 3 ou mais vezes (n=12/3,4%)	1 (1,1)	3 (2,4)	8 (6,0)	
<i>P, p-value; Teste de Qui-Quadrado.</i>				

4.7.3. Influência das características das características pessoais e escolares do filho, nas suas retenções escolares no círculo do crime, na perspetiva da mãe

Num último ponto, da primeira fase, completamos a análise da relação entre as características pessoais e escolares destes filhos, com suas retenções escolares no círculo do crime, na perspetiva das mães (Tabela 22).

4.7.3.1. Apresentação dos resultados

No que respeita aos filhos que nunca reprovaram, na sua relação com o crime, observamos uma prevalência em filhos do sexo feminino (67,3%), inseridos no grupo etário entre os 11 e os 15 anos (66,7%), do 2.º ciclo no (81,1%), e, por conformidade estatística, totalmente incluídos no grupo dos que não apresentam retenções no seu percurso escolar até à data (100%).

No que concerne aos filhos que reprovaram, apenas após a existência do crime, a prevalência surge sobre os filhos do sexo masculino (60,8%), maioritariamente do grupo etário entre os 11 e os 15 anos (91,2%), do 2.º ciclo no (68,5%), e que reprovaram (100%), maioritariamente, com uma retenção (69%).

Por fim, os casos onde encontramos filhos que reprovaram, quer antes, quer após o crime, a prevalência ocorre também em filhos do masculino (80,7%), agora inseridos maioritariamente no grupo etário mais velho, entre os 11 e os 15 anos (80,7%), do 2.º ciclo (84,6%), e que reprovaram (100%), com prevalências idênticas, no entanto, ligeiramente mais acentuada, no que diz respeito a duas e/ou a três ou mais retenções (34,6%).

Na relação destas variáveis com retenções no círculo do crime, são observadas diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 22 - Retenções escolares do filho no círculo crime perante as suas características pessoais e escolares

Variável	Retenções escolares/crime			P
	Nunca (n=153/43,7%)	DVD (n=171/48,9%)	AVD e DVD (n=26/7,4%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Sexo				<0,001^a
Masculino (n=175/50%)	50 (32,7)	104 (60,8)	21 (80,7)	
Feminino (n=175/50%)	103 (67,3)	67 (39,2)	5 (19,3)	
Grupos Etários (anos)				<0,001^a
11-15 (n=279/79,7%)	102 (66,7)	156 (91,2)	21 (80,7)	
16-18 (n=71/20,3%)	51 (33,3)	15 (8,8)	5 (19,3)	
Escolaridade				0,019^a
5º Ano (n=14/4%)	4 (2,6)	10 (5,8)	0 (0,0)	
6º Ano (n=73/20,9%)	25 (16,3)	44 (25,7)	4 (15,4)	
7º Ano (n=92/26,3%)	39 (25,5)	47 (27,5)	6 (23,1)	
8º Ano (n=70/20%)	37 (24,2)	27 (15,8)	6 (23,1)	
9º Ano (n=101/28,9%)	48 (31,4)	43 (25,2)	10 (38,4)	
Nº Retenções				<0,001^b
Não (n=153/43,7%)	153 (100)	0 (0,0)	0 (0,0)	
Sim, 1 vez (n=126/36%)	0 (0,0)	118 (69,0)	8 (30,8)	
Sim, 2 vezes (n=59/16,9%)	0 (0,0)	50 (29,2)	9 (34,6)	
Sim, 3 ou mais vezes (n=12/3,4%)	0 (0,0)	3 (1,8)	9 (34,6)	

DVD, Depois de haver violência doméstica; AVD, Antes de haver violência doméstica; P, p-value; ^aTeste Exato de Fisher; ^bTeste de Qui-Quadrado.

4.7.4. Análise e discussão dos resultados

Observando mais particularmente estas relações, debruçamo-nos igualmente, num primeiro instante, nas variáveis aqui relacionadas, as quais tiveram por base a perceção manifestadas por estas mães. Nestas relações, onde voltamos novamente a inserir os comportamentos e retenções no círculo do crime, encontramos no nosso conjunto de filhos, maioritariamente, alterações comportamentais, quotidianas e escolares, pós-crime. Assim, os comportamentos quotidianos, sofreram alterações para mais deprimidos/isolados (64,6%), e, os escolares, para mais agressivos/hostis (38,3%). Relativamente às retenções, relacionadas com o círculo do crime, encontramos uma maioria de filhos que já reprovou (56,3%), em que prevalecem retenções sucedidas após o crime/denúncia (48,9%). No que respeita às outras variáveis que compreendem estas relações, referem-se às características pessoais e escolares destes filhos. Estas características indicaram filhos com iguais percentagens de masculino e feminino (50%), com prevalência nos que se encontram inseridos no grupo etário mais jovem, entre os 11 e os 15 anos (79,7%), no 2.º ciclo (75,2%), e que já reprovaram, pelo menos uma vez (56,3%).

De forma a podermos triangular os nossos resultados com os das instituições nacionais, que se debruçam sobre o mesmo problema, apresentamos de seguida, uma síntese

relativa aos relatórios da CPCJ e da APAV, bem como outros organismos, incluindo a DGEEC, relativamente à educação.

No que diz respeito à CPCJ, estas características dos filhos, que vivenciam esta violência interparental, surgem como primeira causa de sinalização e intervenção com as crianças e jovens, ocorre, devido a vivenciarem violência doméstica (CNPDPJCJ, 2016; CNPCJR, 2015, 2014, 2013, 2012). Relativamente ao contexto 2014 e 2015, possível espaço temporal da nossa amostra, e traçando o perfil das 146 374 crianças e jovens acompanhadas e caracterizadas, em função do sexo, idade, escolaridade e retenções, referem que, com uma ligeira prevalência, são rapazes (54,2%), com idades entre os 11 e os 18 anos (51%), descriminando que, entre os 11 e 14 anos, surge a maior incidência, abrangendo 36,6% do total de casos. A sua caracterização escolar indica o 2.º, 3.º ciclo e secundário, como os anos escolares, nos quais a maioria destes jovens se insere, com 72,9% dos casos. No âmbito do grupo que possui entre 11 e 14 anos, em que neste escalão etário seria expectável que os jovens se encontrassem a frequentar o 2.º ciclo, constata-se que 41,8% ainda não atingiram este nível de escolaridade. E, dos 15 ou mais anos, onde seria igualmente expectável que frequentassem o 3.º ciclo ou um nível de escolaridade superior, verifica-se que 25,6%, ainda não atingiu este nível de escolaridade. Ainda quanto aos resultados divulgados pela CPCJ, e no que se refere à categoria “Situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação”, terceira maior causa de sinalizações, constatamos um aumento diretamente proporcional das comunicações, relativamente à idade, em que o escalão dos jovens dos 11 aos 18 anos abrange a maior percentagem (77,7%), especificando que no escalão dos 15 aos 18, é o que apresenta maior expressão (52,1%) (CNPDPJCJ, 2016; CNPCJR, 2015).

Considerando também os dados fornecidos pela APAV, sobre as crianças e jovens vítimas de crimes e violência, no espaço temporal entre 2013 e 2015, é possível abranger, grosso modo, o espaço temporal da nossa amostra de filhos, indica que perante as 3051 crianças e jovens vítimas de crime, observa-se uma maioria de casos, com 80,6%, provenientes de situações de violência doméstica¹⁰⁸. Estes dados indicam uma prevalência na violência contra as crianças e jovens do sexo feminino (54%), maioritariamente, entre a faixa etária dos 11 aos 17 anos (48%), provenientes de famílias nucleares com filhos (44,3%), em que a vítima é, maioritariamente, filho/filha do agressor (66,7%), e este, do sexo masculino e pai da vítima (85%) (APAV, 2016c).

¹⁰⁸ Os maus tratos, as ofensas à integridade física grave, a ameaça/coação, o abuso sexual de crianças (idade <14 anos), e a violação, apresentam, por norma, maior prevalência, neste contexto de violência doméstica contra estas crianças e jovens (APAV, 2016c).

Neste contexto, são igualmente pertinentes os casos de maus tratos a crianças e jovens até aos 18 anos por familiar próximo ou cuidador, analisados pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF), relativamente ao total dos chamados «Exames de Direito Penal». Com indicação de um claro aumento nos últimos cinco anos, desde os 371 casos em 2011, aos 550 em 2015, com o agressor a ser frequentemente o pai da vítima, e, estas vítimas, são, maioritariamente, do sexo feminino, possuem entre os 15 e 18 anos, encontram-se inseridas em contexto de violência doméstica, numa família desestruturada (sobretudo o divórcio dos pais), e com conflitos e agressão prévios. Por norma, as lesões são traumatismos de “natureza contundente”, maioritariamente localizados na cabeça, tórax e abdómen, braço, mão e dedos (Barata, Silva & Pinheiro, 2016).

Importantes de destacar, são também os dados das retenções do ensino básico a nível nacional. Os relatórios que apresentam estas das taxas de retenção e desistência em Portugal no ensino básico (1.º, 2.º, e 3.º ciclo), compreendendo o possível espaço temporal escolar da nossa amostra (2003/04 a 2014/15), indicam uma média de 10,5%, a qual aumenta, conforme sobe também o ciclo escolar (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC], 2016a, b; 2015; Conselho Nacional de Educação [CNE], 2015). Neste contexto, encontramos, nesta taxa, por sexo¹⁰⁹, sempre valores superiores de retenções no sexo masculino (12,5%), em relação ao sexo feminino (8,3%) (DGEEC, 2016a, b; 2015a, b; CNE, 2015).

Triangulando os dados anteriormente apresentados, com os resultados obtidos no nosso estudo, é possível observar semelhanças, quanto às crianças e jovens caracterizadas num contexto em que se vêm envolvidas e/ou vitimizadas no decurso da violência doméstica. Destacamos e relembramos, que, muitos destes jovens, tanto na caracterização da CPCJ e da DGEEC, como no nosso estudo, apresentam uma taxa de retenções muito superior à média nacional.

No que respeita aos comportamentos semelhantes pós-crime, quotidianos e escolares, é nos filhos do sexo feminino que prevalecem, bem como nos que são mais velhos (16 aos 18 anos), inseridos no 2.º ciclo, e que não possuem retenções. Nas mesmas tipologias comportamentais, agora nos casos em que se apresentam mais deprimidos/isolados, surgem igualmente as filhas, agora em grupos etários mais jovens (11 aos 15 anos), igualmente no 2.º

¹⁰⁹ Neste período escolar, entre 2003/04 e 2014/15, e analisando ao nível dos ciclos deste ensino básico, observamos que, relativamente ao 1.º ciclo, os alunos do sexo masculino apresentam uma média de 5% de retenções, e o sexo feminino 3,7%. No 2.º ciclo, eles surgem com 13,3%, e elas com 7,1%, e, por fim, no 3.º ciclo, eles com 19,2%, e elas com 13,3%. Esta diferença acentua-se, assim, no 2.º ciclo, em que as taxas de retenção e desistência dos alunos do sexo masculino (13,3%), são quase o dobro das taxas relativas ao sexo feminino (7,1%) (DGEEC, 2016a,b; 2015a, b; CNE, 2015).

ciclo, e que já reprovaram. Exatamente com as mesmas características desta última análise, à exceção do sexo, que agora prevalece no sexo masculino, encontram-se associados aos comportamentos mais agressivos/hostis.

Quanto às retenções no círculo do crime, encontramos os filhos que não possuem retenções, maioritariamente, associados ao sexo feminino, mais jovens (12-15 anos), do 2.º ciclo, e que, por inerência estatística, sem retenções. Por seu lado, e em todos os encadeamentos com retenções, antes e/ou pós-crime, encontramos filhos do sexo masculino, mais jovens (12-15 anos), do 2.º ciclo, e, conforme conexão estatística, com retenções.

Os resultados do nosso estudo, demonstram, no que respeita aos únicos dados que possibilitam estabelecerem uma relação estatística em contexto nacional, comparativamente ao sexo dos alunos com as taxas de retenção acima referidos, resultados semelhantes. Assim, são os filhos do sexo feminino que menos reprovam, e, estes resultados, são observados em todos os contextos de retenções no âmbito do crime, quer antes e/ou após o crime.

Podemos assim concluir a existência de uma relação direta, entre os comportamentos pós-crime e as retenções no âmbito do crime, com a maioria das características pessoais e escolares que definimos para esta análise, sendo apenas exceção, o ano letivo em que os filhos destas vítimas se encontram atualmente.

A análise a este ponto, das três tabelas apresentadas, evidenciou, em todas as variáveis relacionadas, diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$)¹¹⁰.

¹¹⁰ Num contexto geral, os filhos que mantiveram os comportamentos quotidianos e escolares semelhantes, pós-crime, surgem, maioritariamente, associados ao sexo feminino, mais velhos (16 aos 18 anos), do 2º ciclo, e, que nunca reprovaram. Por seu lado, e em ambas as tipologias comportamentais definidas no estudo, mas com alterações para mais deprimidos/isolados, surgem igualmente associados ao sexo feminino, agora no grupo etário mais jovem, entre os 11 aos 15, do 2º ciclo, e que possuem retenções. No que respeita aos comportamentos que se alteraram para mais agressivos/hostis, também em ambas as tipologias comportamentais, surgem maioritariamente perante o sexo masculino, igualmente nos que se encontram entre os 11 e os 15 anos, no 2º ciclo, e com retenções. No âmbito das retenções no círculo do crime, para os que nunca reprovaram, observamos, maioritariamente, filhos do sexo feminino, mais jovens (11-15 anos), do 2º ciclo, e que, por inerência estatística, nunca reprovaram. Por seu lado, em todos os contextos, antes e/ou pós-crime, em que existem retenções, a prevalência surge em filhos do sexo masculino, mais jovens (11-15 anos), do 2º ciclo, e, igualmente por inerência estatística, com retenções. Também nesta análise, encontramos apenas algumas diferenças de resultados que contrariam o âmbito geral. Observamos que, nas relações das características escolares dos filhos, particularmente, o ano letivo em que se encontram atualmente, com estes comportamentos e retenções, não apresentam uma relação direta, uma vez que, em ambos os resultados das tipologias comportamentais e retenções no círculo do crime, surge sempre associado o 2º ciclo.

4.7.5. Influência das características da relação entre filho e agressor, no seu comportamento quotidiano, na perspetiva da mãe

Neste primeiro ponto, de uma segunda fase, efetuamos a análise da relação entre as características relacionais entre os filhos e os agressores, com o seu comportamento quotidiano pós-crime, na perspetiva das mães (Tabela 23).

4.7.5.1. Apresentação dos resultados

Nos casos onde as mães indicaram que os seus filhos mantiveram um comportamento quotidiano semelhante, após existir o crime, observamos uma prevalência nas situações em que o agressor é o pai biológico destes filhos (73,7%), e onde, os contactos entre filho e agressor ocorrem apenas alguns dias por mês (63,2%).

Num mesmo contexto, indicaram que é mais recorrente os seus filhos apresentarem este tipo de comportamento mais deprimido/isolado, quando o agressor é o seu pai biológico (81,4%), e que mantêm atualmente um contacto diário (58%).

Com resultados idênticos à anterior análise, os casos onde as vítimas observaram estes comportamentos dos filhos como mais agressivos/hostis, presenciamos uma prevalência nos filhos em que os agressores são o seu pai biológico (65,7%), e onde o contacto diário é o mais recorrente (53,7%).

Na relação destas variáveis com os comportamentos quotidianos pós-crime destes filhos, não observamos diferenças estatisticamente significativas na variável que caracteriza o agressor como sendo ou não o pai biológico ($p > 0,05$), no entanto, na variável que compreende a frequência de contactos entre filho e agressor, são verificadas diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 23 - Comportamento quotidiano do filho perante as características da relação com o agressor

Variável	Comportamento quotidiano pós-crime/denúncia			P
	Semelhante (n=57/16,3%)	Deprimido/isolado (n=226/64,6%)	Agressivo/hostil (n=67/19,1%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Agressor pai biológico do filho				0,245
Não (n=80/22,9%)	15 (26,3)	42 (18,6)	23 (34,3)	
Sim (n=270/77,1%)	42 (73,7)	184 (81,4)	44 (65,7)	

Variável	Comportamento quotidiano pós-crime/denúncia			P
	Semelhante (n=57/16,3%)	Deprimido/isolado (n=226/64,6%)	Agressivo/hostil (n=67/19,1%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Frequência contactos filho/agressor				<0,001
Nunca (n=51/14,6%)	2 (3,5)	35 (15,5)	14 (20,9)	
Raramente (n=71/20,3%)	4 (7,0)	53 (23,4)	14 (20,9)	
Alguns dias por mês (n=46/13,1%)	36 (63,2)	7 (3,1)	3 (4,5)	
Diariamente (n=182/52%)	15 (26,3)	131 (58,0)	36 (53,7)	

P, p-value; Teste de Qui-Quadrado.

4.7.6. Influência das características da relação entre filho e agressor, no seu comportamento escolar pós-crime, na perspetiva da mãe

Neste segundo ponto desta segunda fase, efetuamos a análise da relação entre as características relacionais entre os filhos e os agressores, com o seu comportamento escolar pós-crime, na perspetiva das mães (Tabela 24).

4.7.6.1. Apresentação dos resultados

Nos casos onde as mães indicaram que os seus filhos manifestam um comportamento escolar semelhante, pós-crime, observamos uma prevalência nas situações em que estes filhos têm como pai biológico o agressor (76,7%), e que, filho e agressor, mantêm atualmente contactos que ocorrem apenas alguns dias por mês (44,5%).

Relativamente a este tipo de comportamentos alterados para mais deprimidos/isolados, observamos uma prevalência nos casos em que estes filhos têm o agressor como seu pai biológico (73%), e onde estes mantêm um contacto diário (67,5%).

Os comportamentos observados como mais agressivos/hostil, encontram a sua prevalência nos casos em que o agressor é o pai biológico destes filhos (81,3%), e onde o contacto entre estes é diário (50,8%).

Na relação destas variáveis com os comportamentos escolares pós-crime destes filhos, não observamos diferenças estatisticamente significativas na variável que caracteriza o agressor como sendo ou não o seu pai biológico ($p>0,05$), no entanto, na variável que compreende a frequência de contactos entre filho e agressor, são observadas diferenças estatisticamente significativas ($p<0,05$).

Tabela 24 - Comportamento escolar do filho perante as características da relação com o agressor

Variável	Comportamento em contexto escolar pós-crime/denúncia			P
	Semelhante (n=90/25,7%)	Deprimido/isolado (n=126/36%)	Agressivo/hostil (n=134/38,3%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Agressor pai biológico do filho				0,185
Não (n=80/22,9%)	21 (23,3)	34 (27,0)	25 (18,7)	
Sim (n=270/77,1%)	69 (76,7)	92 (73,0)	109 (81,3)	
Frequência contactos filho/agressor				<0,001
Nunca (n=51/14,6%)	10 (11,1)	10 (7,9)	31 (23,1)	
Raramente (n=71/20,3%)	11 (12,2)	28 (22,2)	32 (23,9)	
Alguns dias por mês (n=46/13,1%)	40 (44,5)	3 (2,4)	3 (2,2)	
Diariamente (n=182/52%)	29 (32,2)	85 (67,5)	68 (50,8)	

P, p-value; Teste de Qui-Quadrado.

4.7.7. Influência das características da relação entre filho e agressor, nas suas retenções escolares no círculo do crime, na perspetiva da mãe

Neste terceiro e último ponto, desta segunda fase, efetuamos a análise da relação entre as características relacionais dos filhos e os agressores, com as suas retenções escolares no círculo do crime, na perspetiva das mães (Tabela 25).

4.7.7.1. Apresentação dos resultados

Nas situações em que estas mães indicaram que os seus filhos nunca reprovaram, na sua relação com o crime, observamos uma prevalência nos casos em que o agressor é pai biológico destes filhos (80,4%), e onde, após o crime ter ocorrido, filho e agressor não contactam ou são escassos estes contactos (77,8%), ocorrendo maioritariamente apenas em alguns dias por mês (28,8%).

Nos casos em que estes filhos reprovaram após a existência de violência doméstica, a prevalência surge nas situações em que o agressor é o pai biológico destes filhos (74,3%), e que mantêm um contacto diário (76,6%).

No contexto em que estes filhos reprovaram, quer antes, quer após ocorrer o crime, a sua prevalência surge perante um agressor que é pai biológico (76,9%), e onde mantêm um contacto diário (65,4%).

Na variável que caracterizava se este agressor seria ou não o pai biológico dos filhos, não são observadas diferenças estatisticamente significativas ($p>0,05$), no entanto, na variável

que caracteriza a frequência de contactos entre filho e agressor, observamos diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 25 - Retenções escolares do filho no círculo crime perante as características da relação com o agressor

Variável	Retenções escolares/crime			P ^c
	Nunca (n=153/43,7%)	DVD (n=171/48,9%)	AVD e DVD (n=26/7,4%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Agressor pai biológico do filho				0,152 ^a
Não (n=80/22,9%)	30 (19,6)	44 (25,7)	6 (23,1)	
Sim (n=270/77,1%)	123 (80,4)	127 (74,3)	20 (76,9)	
Frequência contactos filho/agressor				<0,001 ^b
Nunca (n=51/14,6%)	33 (21,6)	12 (7,0)	6 (23,1)	
Raramente (n=71/20,3%)	42 (27,4)	27 (15,8)	2 (7,7)	
Alguns dias por mês (n=46/13,1%)	44 (28,8)	1 (0,6)	1 (3,8)	
Diariamente (n=182/52%)	34 (22,2)	131 (76,6)	17 (65,4)	

DVD, Depois de haver violência doméstica; AVD, Antes de haver violência doméstica; P, p-value; ^aTeste Exato de Fisher; ^bTeste de Qui-Quadrado.

4.7.8. Análise e discussão dos resultados

Procedendo a uma análise mais particular destas relações, voltamos a iniciar-nos, na abordagem às variáveis aqui relacionadas. Assim, e onde repetimos a inserção das variáveis dos comportamentos e retenções no círculo do crime, observamos filhos, maioritariamente, com alterações comportamentais, quotidianas e escolares, pós-crime, segundo a perceção observada pelas suas mães. Os comportamentos quotidianos mais deprimidos/isolados (64,6%), e, os escolares, mais agressivos/hostil (38,3%). Quanto às retenções, relacionadas com o círculo do crime, demonstrou uma maioria de filhos com retenções (56,3%), prevalecendo as que ocorreram após o crime/denúncia (48,9%). Relativamente às outras variáveis que completam estas relações, dizem respeito a características da relação entre estes filhos e os agressores. Particularmente, se este agressor é ou não o pai biológico deste filho, onde observamos uma prevalência em agressores que são pais biológicos (77,1%), e a frequência de contactos entre estes, após o crime/denúncia, onde encontramos, maioritariamente, contactos diários (52%).

Alguns estudos, realizados nestes contextos de violência doméstica, indicam que, vítimas que possuem filhos com outro parceiro que não o agressor, são apontados como um fator de maior risco, para esta e para os filhos (Medeiros, 2015; Campbell et al., 2009, Campbell et al., 2003). No entanto, outros, em que comparam agressores “pai” com

“padrasto/namorado/companheiro” da mãe, e que agredem também os filhos/enteados, maioritariamente, surgem o pai biológico como maior agressor (Cesaro et al., 2016; Nunes & Sales, 2016; Hockenberry & Wilson, 2014; Pfeiffer, Rosário & Cat, 2011; Fukumoto, Corvino & Olbrich, 2011; Martins & Mello, 2009; Gawryszewski et al., 2009), particularmente, quando envolvem abusos sexuais contra estas crianças e jovens.

Relembremos também, que, perante uma suspensão provisória do processo, ou uma pena suspensa na sua execução, podem ser introduzidas imposições de regras de conduta e sujeição a deveres, ao agressor de violência doméstica. Entre outras, pode ser introduzida a pena acessória de proibição de contactos com a vítima, e, perante um agressor que comete o crime na presença dos filhos, ou que também o agride, pode ser inibido do exercício das responsabilidades parentais, ou seja, determinando assim um afastamento e/ou ausência de contactos entre agressor e filho(s) (Fernandes, 2016; Paulino & Rodrigues, 2016), enquanto esta figura jurídica se encontra ativa. No nosso estudo, com prisão efetiva ou suspensa, e suspensão provisório do processo, encontramos 27,4% dos casos, em que estas medidas podem ter sido decretadas, e impedido estes contactos.

Analizando mais particularmente estes resultados, observamos, de forma transversal, que os filhos manifestam comportamentos semelhantes após o crime, em ambas as categorias, quotidianas e escolares, e que nunca reprovaram, um agressor que é, maioritariamente, o seu pai biológico, e os contactos entre estes, ocorrem maioritariamente apenas alguns dias por mês. Por outro lado, e igualmente de forma transversal, os comportamentos mais deprimidos e/ou agressivos, e que possuem retenções em todas as suas categorias no âmbito do crime, encontramos, igualmente, filhos de agressores que são, maioritariamente, o seu pai biológico, e os contactos são diários.

Neste âmbito, percebemos que existe uma relação direta entre os contactos mantidos entre o filho com o agressor, após o crime/denúncia ocorrerem, pois, em todas as situações em que estes contactam diariamente, indicam alterações comportamentais negativas e retenções. Por seu lado, no que respeita ao agressor ser o pai biológico ou não destes filhos, aparenta não ter qualquer relação, uma vez que, em todos os casos, com impactos positivos ou negativos, encontramos como agressor, o pai biológico destes filhos.

Assim, ao conjunto das três tabelas apresentadas, ficou evidente que na variável que corresponde à relação deste filho possuir ou não como pai biológico o agressor, com os seus comportamentos quotidianos/escolares e as retenções no círculo do crime (Tabela 23, 24 e 25), não apresenta diferenças estatisticamente significativas ($p>0,05$). No entanto, apesar

desta ausência de significância estatística, observamos diferenças ao nível das percentagens entre as diferentes categorias das variáveis relacionadas¹¹¹.

4.7.9. Influência das características da relação entre filho e o contexto do crime, no seu comportamento quotidiano, na perspetiva da mãe

Neste primeiro ponto de uma terceira e última fase, efetuamos a análise da relação entre as características relacionais dos filhos com o crime, com o seu comportamento quotidiano pós-crime, na perspetiva das mães (Tabela 26).

4.7.9.1. Apresentação dos resultados

Quando as mães indicaram que os seus filhos mantiveram um comportamento quotidiano semelhante, após existir o crime, observamos uma maior prevalência nas situações em que estes não presenciaram o crime (61,4%), onde não tiveram, ou têm, qualquer intervenção (78,9%), e foram sinalizados e/ou intervencionados pela CPCJ, por terem presenciado ou presenciado e sido também vítimas do crime (81,9%).

Num mesmo contexto de comportamento, indicaram que é mais recorrente os seus filhos apresentarem este tipo de comportamento como mais deprimido/isolado quando, para além de presenciaram o crime de que esta é vítima, foram também estes vítimas do crime (35,4%), onde estes intervieram ou intervêm, seja defendendo-a, ou defendendo-se do agressor (56,2%), e nos casos em que, apesar de terem presenciado/vítimas, não foram sinalizados à CPCJ, tendo sido vítimas diretas ou indiretas (57,1%).

Com resultados semelhantes à anterior análise, os casos onde as mães indicaram estes comportamentos dos filhos como mais agressivos/hostis, observamos uma prevalência nos filhos que assistem e são também vítimas do crime (41,8%), onde costumam intervir (74,6%), e nos casos em que não foram sinalizados à CPCJ, apesar de terem presenciado/vítimas do crime (61,5%).

¹¹¹ Num contexto geral, os filhos que mantiveram os comportamentos quotidianos e escolares semelhantes, pós-crime, e nunca reprovaram, surgem, maioritariamente, associados a agressores que são o seu pai biológico, e, os contactos entre estes, pós-crime, ocorrem apenas em alguns dias por mês. Por seu lado, igualmente em ambas as tipologias comportamentais definidas, quando se verificam alterações negativas (mais deprimidos e/ou agressivos), com retenções antes e/ou após o crime, encontramos igualmente pais biológicos como agressor, e, em que estes contactos, são diários. Nesta análise, encontramos apenas uma diferença de resultados que contrariam o âmbito geral. Quando se inserem nestas relações a variável que caracteriza se os agressores são ou não, pais biológicos destes filhos, indicam uma ausência de relação direta com os resultados, uma vez que o agressor que é pai biológico, surge com prevalência em todos os resultados.

Em todas as relações destas variáveis com os comportamentos quotidianos pós-crime destes filhos, são observadas diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 26 - Comportamento quotidiano do filho perante as características da sua relação com o crime

Variáveis	Comportamento quotidiano pós-crime/denúncia			P
	Semelhante (n=57/16,3%)	Deprimido/isolado (n=226/64,6%)	Agressivo/hostil (n=67/19,1%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Papel do filho no crime				<0,001
Não presencia(ava) (n=120/34,3%)	35 (61,4)	70 (31,0)	15 (22,4)	
Presencia(ava) (n=120/34,3%)	20 (35,1)	76 (33,6)	24 (35,8)	
Presencia(ava) e é (era) vítima (n=110/31,4%)	2 (3,5)	80 (35,4)	28 (41,8)	
Intervenção do filho no crime (presenciando/consciência/conhecimento e/ou vítima)				<0,001
Não intervém (n=161/46%)	45 (78,9)	99 (43,8)	17 (25,4)	
Intervém (defende-a/defende-se) (n=189/54%)	12 (21,1)	127 (56,2)	50 (74,6)	
Sinalização/Intervenção CPCJ (correlação com 65,7% da amostra total - assume 100% dos casos presença/vítima)				<0,001
Sim (por presenciar/vítima) (n=105/45,7%)	18 (81,9)	67 (42,9)	20 (38,5)	
Não (mas presença/vítima) (n=125/54,3%)	4 (18,1)	89 (57,1)	32 (61,5)	

P, p-value; Teste de Qui-Quadrado.

4.7.10. Influência das características da relação entre filho e o contexto do crime, no seu comportamento escolar, na perspetiva da mãe

Neste segundo ponto da terceira fase, efetuamos a análise da relação entre as características relacionais dos filhos com o crime, com o seu comportamento escolar pós-crime, na perspetiva das mães (Tabela 27).

4.7.10.1. Apresentação dos resultados

Relativamente aos casos onde as mães indicaram que os seus filhos apresentaram um comportamento escolar semelhante, após existir o crime, observamos que é mais recorrente nas situações em que estes não presenciaram o crime (51,1%), onde, maioritariamente, não tiveram, ou têm, qualquer intervenção (56,7%), e nos casos em que, tendo presenciado e/ou presenciado e sido também vítimas, foram sinalizados e/ou intervencionados pela CPCJ (79,5%).

Neste mesmo contexto comportamental, indicaram que é mais recorrente os seus filhos apresentarem este tipo de comportamento como mais deprimido/isolado, quando, para além

de presenciaram o crime de que esta é vítima, foram também vítimas do crime (36,5%), onde intervieram ou intervêm, defendendo-a ou defendendo-se do agressor (57,9%), e nas situações, em que apesar de terem presenciado/vítimas, não foram sinalizados à CPCJ (55%).

Com resultados similares à anterior análise, as situações nas quais as mães indicaram que estes comportamentos dos filhos surgem mais agressivos/hostis, observamos uma prevalência nos filhos que assistem e são também vítimas do crime (36,6%), onde costumam intervir (57,5%), e nos casos em que não foram sinalizados à CPCJ, apesar de terem presenciado/vítimas (69,5%).

Em todas as relações destas variáveis com os comportamentos escolares pós-crime destes filhos, são observadas diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 27 - Comportamento escolar do filho perante as características da sua relação com o crime

Variáveis	Comportamento em contexto escolar pós-crime/denúncia			P
	Semelhante (n=90/25,7%)	Deprimido/isolado (n=126/36%)	Agressivo/hostil (n=134/38,3%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Papel do filho no crime				<0,001
Não presencia(ava) (n=120/34,3%)	46 (51,1)	35 (27,8)	39 (29,1)	
Presencia(ava) (n=120/34,3%)	29 (32,2)	45 (35,7)	46 (34,3)	
Presencia(ava) e é (era) vítima (n=110/31,4%)	15 (16,7)	46 (36,5)	49 (36,6)	
Intervenção do filho no crime (presenciando/consciência/conhecimento e/ou vítima)				<0,001
Não intervém (n=161/46%)	51 (56,7)	53 (42,1)	57 (42,5)	
Intervém (defende-a/defende-se) (n=189/54%)	39 (43,3)	73 (57,9)	77 (57,5)	
Sinalização/Intervenção CPCJ (correlação com 65,7% da amostra total - assume 100% dos casos presença/vítima)				<0,001
Sim (por presenciar/vítima) (n=105/45,7%)	35 (79,5)	41 (45)	29 (30,5)	
Não (mas presença/vítima) (n=125/54,3%)	9 (20,5)	50 (55)	66 (69,5)	

P, p-value; *Teste de Qui-Quadrado.

4.7.11. Influência das características da relação entre filho e o contexto do crime, nas suas retenções escolares no círculo do crime, na perspetiva da mãe

Neste terceiro e último ponto desta terceira fase, efetuamos a análise da relação entre as características relacionais dos filhos no crime, com as suas retenções escolares no círculo do crime, na perspetiva das mães (Tabela 28).

4.7.11.1. Apresentação dos resultados

Nos casos em que as mães indicaram que os seus filhos nunca reprovaram, na sua relação com o crime, observamos uma prevalência nos casos em que estes filhos não presenciam o crime (41,2%), não intervêm (71,9%), e foram sinalizados à CPCJ pela vitimação direta ou indireta (65,6%).

Quando estes filhos reprovaram após a existência de violência doméstica, a prevalência surge nas situações em que estes filhos presenciam e são também vítimas deste crime (38,6%), que intervêm no crime (74,3%), e que não foram sinalizados à CPCJ, apesar de terem presenciado ou sido igualmente vítima do crime (65,9%).

Com resultados idênticos à anterior análise, os casos em que estes filhos reprovaram, quer antes, quer após ocorrer o crime, a sua prevalência surge perante filhos que presenciam o crime (57,7%), onde intervêm (73,1%), e que não foram sinalizados à CPCJ pelo motivo de terem presenciado e/ou sido também vítimas (76,5%).

Em todas as relações destas variáveis com as retenções destes filhos no círculo do crime, são observadas diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

Tabela 28 - Retenções escolares do filho no círculo do crime perante as características da sua relação com o crime

Variável	Retenções escolares/crime			P
	Nunca (n=153/43,7%)	DVD (n=171/48,9%)	AVD e DVD (n=26/7,4%)	
	n (%)	n (%)	n (%)	
Papel do filho no crime				0,014^a
Não presencia(ava) (n=120/34,3%)	63 (41,2)	48 (28,1)	9 (34,6)	
Presencia(ava) (n=120/34,3%)	48 (31,4)	57 (33,3)	15 (57,7)	
Presencia(ava) e é (era) vítima (n=110/31,4%)	42 (27,4)	66 (38,6)	2 (7,7)	
Intervenção do filho no crime (presenciando/consciência/conhecimento e/ou vítima)				<0,001^b
Não intervém (n=161/46%)	110 (71,9)	44 (25,7)	7 (26,9)	
Intervém (defende-a/defende-se) (n=189/54%)	43 (28,1)	127 (74,3)	19 (73,1)	
Sinalização/Intervenção CPCJ (correlação com 65,7% da amostra total - assume 100% dos casos presença/vítima)				<0,001^b
Sim (por presenciar/vítima) (n=105/45,7%)	59 (65,6)	42 (34,1)	4 (23,5)	
Não (mas presença/vítima) (n=125/54,3%)	31 (34,4)	81 (65,9)	13 (76,5)	

DVD, Depois de haver violência doméstica; AVD, Antes de haver violência doméstica; P, p-value; ^aTeste Exato de Fisher; ^bTeste de Qui-Quadrado.

4.7.12. Análise e discussão dos resultados

Relativamente à análise deste último conjunto de relações, e observando-as mais particularmente, debruçamo-nos novamente, num primeiro momento, nas variáveis aqui relacionadas. Neste contexto, repetimos a inclusão de um mesmo conjunto de variáveis iniciais, os comportamentos e retenções no círculo do crime destes filhos. Assim, segundo as perceções indicadas pelas mães, observamos filhos que maioritariamente sofreram alterações comportamentais, quotidianas e escolares, pós-crime. Os comportamentos quotidianos, para mais deprimidos/isolados (64,6%), e, os escolares, para mais agressivos/hostis (38,3%). No que respeita às retenções, analisadas no círculo do crime, uma maioria de filhos surge com retenções (56,3%), prevalecendo as ocorridas após o crime/denúncia (48,9%). No que respeita às outras variáveis que compreendem estas relações, refletem-se nas características da relação do filho com o crime, particularmente, sobre o seu papel, intervenção no crime, e a sua sinalização ou não à CPCJ, por terem sido vítimas diretas ou indiretas. Neste âmbito, observamos, relativamente ao seu papel, a prevalência nos casos em que os filhos presenciaram e/ou foram também vítimas deste crime (65,7%). No que respeita à sua intervenção, e com uma ligeira prevalência, surge nos casos em que estes filhos intervieram no crime (54%). Perante a sua sinalização ou não à CPCJ, casos em que estes filhos foram vítimas diretas ou indiretas do crime, a prevalência surge nos casos em que não foram devidamente sinalizados (54,3%).

Apesar de não existirem dados concretos em contexto nacional sobre o papel ou intervenção das crianças ou jovens perante o crime, os dados associados à denúncia da violência doméstica, indicam que, desde 2008, cerca de 42% dos filhos menores de 18 anos, presenciaram o crime (SGMAI, 2016a; 2015a; DGAI, 2014a; 2013a; 2012a; 2011a; 2010a; 2009a). Relembremos também que, nos casos de femicídio em contexto nacional, cerca de 47% dos filhos destas vítimas mortais assistiram ao crime, 10% foi também vítima de agressões físicas diretas, e quatro, foram também assassinadas (pelo pai ou padrasto) (UMAR, 2016; 2015; 2014; 2013; 2012). E, das intervenções da CPCJ com crianças e jovens em perigo, a primeira razão de intervenção nos últimos anos, com cerca de 89%, surge associada à sua exposição na violência doméstica (CNPDPJ, 2016; CNPCJR, 2015, 2014, 2013, 2012). Recapitulamos que apesar da obrigatória sinalização à CPCJ quando a criança ou jovem menor de 18 anos é vítima direta ou indireta do crime de violência doméstica, o nosso estudo apresentou cerca de metade de casos em que estes filhos não foram sinalizados (cf.

Gráfico 43). Desconhecendo-se este pressuposto em contexto nacional, bem como as reais razões desta omissão da legal e obrigatória sinalização¹¹², levanta, no entanto, a questão sobre o verdadeiro número de crianças e jovens que são efetivamente sinalizados à CPCJ, por se encontrem em perigo pela vivência a esta violência interpaparental. Tendo a sinalização à CPCJ o objetivo de garantir o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças e jovens em perigo, torna-se um procedimento imprescindível. Esta Comissão, avaliando e diagnosticando a necessidade de intervenção, promove as inerentes medidas de promoção e proteção, direcionadas a cada caso concreto. Neste contexto, e envolvendo os anos da nossa amostra de filhos, estas medidas de intervenção assumem, com grande prevalência (75%), um maior volume de medidas em meio natural de vida com apoio junto dos pais (CNPDPJC, 2016; CNPCJR, 2015, 2014, 2013, 2012, 2011, 2010, 2009, 2008, 2007, 2006, 2005, 2004, 2003, 2002, 2001, 2000), a qual “(...) consiste em proporcionar à criança ou jovem apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessário, de ajuda económica” (Artigo 39º da LPCJP¹¹³), e podem abranger os pais, beneficiando de um programa que vise o melhor exercício das funções parentais (Artigo 41º da LPCJP), definidos em projetos de educação parental e entendidos como medida preventiva à institucionalização (Carvalho, 2013). Vejamos que a nível de recursos humanos, a CPCJ inclui, sempre que possível, uma composição interinstitucional e multidisciplinar de técnicos com formação nas áreas da educação e saúde, serviço social, psicologia e direito (Artigos 18º e 20º da LPCJP), em que existe uma equipa educativa que integra colaboradores com formação profissional específica para as funções de acompanhamento socioeducativo das crianças e jovens e de cuidados das crianças (Artigo 54º da LPCJP). Neste contexto, integra ainda parcerias (que podem envolver o seu acolhimento), às quais recorre sempre que, pelas circunstâncias do caso, vise o desenvolvimento da personalidade e potencialidades, o aproveitamento escolar e/ou a progressão em outras aprendizagens. Neste âmbito, tanto as crianças e jovens que são sinalizados e intervencionados pela CPJC pela sua vivência à violência doméstica, como, no caso do nosso estudo, as suas mães vítimas deste crime, encontram-se naturalmente mais protegidos e apoiados, incluindo no que respeita à envolvimento do processo escolar, em

¹¹² O n.º 1 do artigo 66º, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) estabelece, que qualquer pessoa que tenha conhecimento de situações de risco ou perigo para as crianças e jovens, onde se incluem os maus tratos e/ou vivência num contexto de violência doméstica, pode comunicá-las e denunciá-las às entidades competentes para intervir, mesmo que não existam certezas dessa ocorrência (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Lei n.º 147/99 - DR, I Série-A, n.º 204, de 1 de setembro de 1999. Alterada pela Lei n.º 142/2015 - DR, I Série, n.º 175, de 8 de setembro de 2015).

¹¹³ LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Lei n.º 147/99 - DR, I Série-A, n.º 204, de 1 de setembro de 1999. Alterada pela Lei n.º 142/2015 - DR, I Série, n.º 175, de 8 de setembro de 2015.

contraste com estes mesmos atores e mesma condição, não sejam devidamente sinalizadas a esta Comissão.

Os resultados do nosso estudo, e analisando inicialmente os comportamentos quotidianos e escolares, observamos, de forma transversal, que estes comportamentos não sofrem alterações pós-crime, quando estes filhos não presenciaram, não intervêm, e são sinalizados à CPCJ por terem sido vítimas diretas ou indiretas. Por outro lado, e igualmente de forma transversal, estes filhos sofrem alterações comportamentais negativas (mais deprimidos e/ou agressivos) quando, para além de presenciarem o crime de que a sua mãe é vítima, foram também estes vítimas do crime, em que intervieram ou intervêm, seja defendendo-a a sua mãe, ou defendendo-se do agressor, e nos casos em que não foram sinalizados à CPCJ, apesar de terem sido vítimas diretas ou indiretas.

No entanto, e sendo relevante, nos casos em que estas mães indicaram que estes filhos não presenciaram o crime, podem ter este conhecimento/noção, pois mesmo nestes casos, observamos que em algumas situações as suas mães percecionam neles um comportamento diferente pós-crime, ou seja, mais deprimido ou agressivo.

As alterações comportamentais pós-crime, quotidianas e escolares, estão na base dos fracassos e retenções dos filhos. Este insucesso indicia, por vezes, fracassos da família, uma vez que a criança se sente desmotivada e vulnerável, não se empenhando nos trabalhos escolares. O impacto da violência doméstica emerge, então, como impeditivo do sucesso educativo e da motivação intelectual, dado que a criança depende grandemente da família.

Relativamente às retenções no círculo do crime, os filhos que nunca reprovaram, maioritariamente, não presenciam, não intervêm, e são sinalizados à CPCJ, por terem sido vítimas diretas ou indiretas. Presenciando e sendo também vítimas, intervindo, e não sendo sinalizados à Comissão (sendo vítimas diretas ou indiretas), surgem os filhos com retenções, quer tenham ocorrido antes e/ou pós-crime.

Reforçamos, novamente, que a maioria da literatura é clara ao afirmar que o impacto da violência doméstica contra a mulher apresenta, maioritariamente, consequências negativas nos vários domínios do desenvolvimento dos filhos, crianças e jovens que testemunham e, muitas vezes, são também vítimas destas agressões. Neste contexto dos impactos negativos, encontramos, entre outros, repercussões negativas ao nível dos comportamentos e da sua vida escolar (Cunha & Borges, 2016; Ma, Grogan-Kaylor & Delva, 2016; Lira & Diógenes, 2014; Colossi & Falcke, 2013). Por outro lado, e apesar da literatura documentar estas consequências negativas das crianças expostas à violência interparental, existem alguns

estudos que indicam que nem todas as crianças são afetadas da mesma forma, em que algumas evidenciam poucos ou até mesmo nenhuns problemas de ajustamento (Soares & Sani, 2015; Caprichoso, 2010; Coutinho & Sani, 2008).

No entanto, os resultados da nossa investigação vão ao encontro dos estudos, que, maioritariamente, indicam estes impactos negativos. Uma vez que, mostram uma relação direta entre estas ligações analisadas, pois, em todos os comportamentos quotidianos e escolares que se alteraram para mais deprimidos e/ou agressivos, e onde existem retenções, encontramos filhos que presenciaram e foram também vítimas desta violência, que entrevistaram, e que não foram devidamente sinalizados à CPCJ por terem presenciado ou sido igualmente vítimas. E, em sentido contrário, quando não presenciaram, não entrevistaram, e são sinalizados à CPCJ por terem sido vítimas diretas ou indiretas, observamos uma manutenção dos seus comportamentos, e surgem com menos retenções.

Na procura de uma a solução possível, e considerando todos os envolvidos no processo educativo, é importante encontrar possibilidades de superação, na relação escola-família. Destaca-se que, no nosso estudo as mães, sujeitas a violência doméstica, apresentam, apesar das circunstâncias adversas, um relativo apoio aos seus filhos.

Em triangulação com os dados, igualmente a nível nacional, da CPCJ, que tem vindo a acompanhar, registar e avaliar, entre outras ações, o problema do abandono, absentismo e insucesso escolar, de crianças e jovens sinalizados, verificam-se altos níveis de abandono e retenções escolares, atingidos nos últimos anos, particularmente com a constatação de muitas crianças e jovens que ainda não se encontram no ciclo de estudos expectável para a sua idade (CNPDPJ, 2016; CNPCJR, 2015).

Face aos resultados preocupantes de jovens e crianças em risco, que não se encontram a frequentar o ciclo de ensino e ano de escolaridade, expectável para o seu escalão etário, a CPCJ pretende a obtenção de:

“(…) alguma melhoria no que respeita ao perigo em que esteja em causa o direito à educação e os relativos ao nível elevado das situações em que a criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada” (CNPDPJ, 2016, p. 6).

Essa melhoria, atendendo aos resultados obtidos no nosso estudo, poderá advir de uma intervenção a montante, ainda no núcleo familiar, porquanto o apoio da mãe, que sofre de violência doméstica, se mantém e até revela um maior empenho, como responsável principal pelo processo educativo dos filhos.

Como anteriormente observado, em todas as variáveis aqui relacionadas encontramos diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$)¹¹⁴, compreendendo o conjunto das três tabelas apresentadas.

Neste último ponto, que envolveu a análise a estes três grupos de características (características pessoais e escolares dos filhos; características da relação entre o filho e o agressor; características da relação do filho com o crime), observamos diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) quando relacionadas com os seus comportamentos e desempenho escolar (ficando a nota para segundo grupo de características analisadas, nomeadamente, a relação deste filho possuir ou não como pai biológico o agressor). Nesse contexto, podemos concluir que a **hipótese 7** “As características interpessoais e escolares do filho influenciam os seus comportamentos e desempenho escolar”, se encontra confirmada.

¹¹⁴ Num contexto geral, os filhos que mantiveram comportamentos quotidianos e escolares semelhantes, pós-crime, e nunca reprovaram, surgem, com maior prevalência, nos casos em que estes filhos não presenciaram o crime de que a sua mãe foi vítima, não intervêm, e são sinalizados à CPCJ por terem presenciado ou sido também vítimas (direta ou indireta). Em sentido contrário, também em ambas as tipologias comportamentais definidas, quando observamos alterações negativas, sejam mais deprimidos e/ou agressivos, e que reprovaram após o crime, observamos filhos que, para além de presenciaram, foram também vítimas do crime, que intervêm no crime, seja defendendo a sua mãe, ou defendendo-se deste agressor, e não são sinalizados à CPCJ por terem sido também vítimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o impacto da violência doméstica, no desempenho das crianças e jovens, em contexto escolar, e nos seus comportamentos, em relação com o envolvimento parental, tem sido mais visível, lançando a discussão em torno deste flagelo social. A violência em contexto familiar é então tida como paradoxal e condicionadora do bem-estar e do desenvolvimento harmonioso dos filhos de mães sujeitas a algum tipo de violência, em contexto familiar. Assim, o mais importante é atuar em casos prioritários, na assunção do direito a uma infância feliz e à educação, por parte de crianças e jovens que crescem em ambientes familiares hostis, adversos e violentos. A natureza e qualidade do ambiente físico e relacional, que se vivem em família, são decisivas, no que concerne a um percurso escolar com sucesso.

No enquadramento de estudos internacionais, relativos ao envolvimento dos pais na escola, é evidenciada a influência positiva das atividades de apoio à criança/jovem em casa, nomeadamente o diálogo sobre o seu desempenho escolar, a ajuda nos trabalhos de casa e o acompanhamento à escola (OECD, 2012; 2016). Desta forma, são consideradas tanto as atividades curriculares como extracurriculares, para o sucesso do aluno, bem como as características das próprias famílias. O último estudo PISA (OECD, 2016), indica que os alunos apresentam uma melhor capacidade de ler e aprender, quando os seus pais estão envolvidos na sua educação. Em oposição, num quadro de violência doméstica, a criança e o jovem ficam desprotegidos e muitas vezes perdidos, com consequências imediatas no seu desenvolvimento cognitivo e no seu percurso escolar.

Recorrentemente, a violência intrafamiliar surge como resultado da dominação masculina, que enraíza a diferença de poder entre sexos, baseada no exercício de controlo sobre a vítima. A mulher continua a ser a principal vítima deste crime e o homem o principal ofensor. Entre as várias consequências negativas, a mulher vítima de violência conjugal, experiencia, por norma, baixa autoestima, sentimentos de culpa, depressão, ansiedade, medo, entre outros distúrbios, o que afeta as suas capacidades parentais.

Paralelamente, estas mulheres revelam uma grande capacidade de resiliência, individual, relacional e social. Mesmo nas situações graves, nas quais as crianças são vítimas de violência por parte do ofensor, muitas enfrentam as adversidades e acabam por denunciar o agressor, manifestando uma atitude de proteção para com os seus filhos. De facto, em famílias que apresentam um quadro de violência doméstica, os filhos presenciam e convivem com

episódios de violência entre os pais, que alteram ou prejudicam o seu desenvolvimento, tanto pessoal como social. Frequentemente, é afetado o seu desempenho escolar, emergindo comportamentos disruptivos e antissociais, bem como o insucesso escolar, frequentemente com retenções sucessivas. Desta forma, as crianças expostas à violência doméstica, apresentam, como efeitos adversos, uma menor capacidade de atenção, concentração e memória, bem como ansiedade, indisciplina, absentismo e/ou abandono escolar.

Numa visão global deste problema, complexo e multifacetado, foi nossa intenção centrarmo-nos no envolvimento parental na escola, por parte de mães vítimas de violência doméstica, considerando a díade mãe-filho, e os impactos nos comportamentos e desempenhos escolares dos filhos destas vítimas, tal como enunciado na **pergunta de partida**, que relembramos:

- De que forma a vitimação da mulher, vítima de violência conjugal, influencia o seu envolvimento parental na escola (EPE) e os comportamentos e desempenho escolar dos seus filhos?

Na procura de respondermos a esta pergunta de partida, formulamos as hipóteses de investigação e os objetivos específicos, que corresponderam aos desdobramentos e diferentes especificidades comportadas pelo objetivo geral do nosso estudo.

Após a recolha dos questionários, a nível nacional, procedeu-se à análise dos dados, envolvendo na discussão outros resultados, igualmente a nível nacional, com destaque especial para os relatórios anuais das CPCJ, pela importância de uma focalização mais abrangente. As hipóteses da pesquisa foram confirmadas, os objetivos foram atingidos e, de seguida, enumeram-se as conclusões.

De forma transversal, em todas as relações das variáveis produzidas no estudo relativamente à avaliação do Envolvimento Parental na Escola (EPE), comparativamente entre perspetivas de mães e filhos, as mães indicam possuir um maior EPE que os filhos indicam sobre estas. Quanto às mulheres vítimas de violência doméstica, que apresentam melhores desempenhos de EPE, destacam-se as do NUTS Centro e Norte, surgindo os NUTS Madeira e Açores, maioritariamente, com as avaliações mais baixas.

Estas vítimas apresentam melhores avaliações na subescala das atividades de aprendizagem em casa (AAC), decrescendo para a comunicação escola-família (CEF), as atividades na escola e voluntariado (AEV), e, por fim, com piores avaliações, nas atividades na escola e reuniões de pais (AERP).

O impacto negativo no EPE das vítimas é menor quando são mais jovens (27 aos 29 anos), se encontram divorciadas/separadas no momento do crime/denúncia, têm nacionalidade portuguesa, possuem formação superior, são trabalhadoras-estudantes, têm profissões da área dos especialistas das atividades intelectuais e científicas, estão inseridas em contextos familiares com elevada remuneração mensal, residem em habitação própria e em meios urbanos, não professam qualquer religião, possuem apenas um filho, apenas um filho estuda, encontram-se em contexto monoparental pós-crime, e, não dependem ou abusam de substâncias.

Em contraste, o impacto negativo no seu EPE é mais elevado quando são mais velhas (40 aos 49), se encontram numa união de facto ou viúvas à data do crime/denúncia, têm nacionalidade africana, possuem habilitações ao nível do 1.º ciclo, se encontram desempregadas, e, estando empregadas, estão inseridas no grupo de profissões “trabalhadores não qualificados”, possuem remuneração familiar abaixo do salário mínimo, habitam em residências sociais, residem em contextos rurais, professam a religião muçulmana, têm três ou mais filhos, e, em mesmo número de filhos que se encontram a estudar, mantêm-se numa relação nuclear pós-crime, e, dependem ou abusam de substâncias, especialmente, drogas.

Quando estas vítimas sofrem, cumulativamente, “todos os tipos de violência”, com lesões graves, denunciam o crime apenas após decorrer durante 21 ou mais anos, e, quando já existem denúncias anteriores contra este mesmo agressor, apresentaram piores desempenhos no seu EPE.

As vítimas que mantiveram com o agressor relações longas (21 ou mais anos), mantêm, após o crime, uma relação negativa ou ausência de contactos, coabitavam à data do crime e mantêm essa coabitação pós-crime, e, dependem economicamente do agressor, apresentam piores desempenhos de EPE.

Quando o estado ou decisão do processo-crime se encontra provisoriamente suspenso, as vítimas apresentam melhores desempenhos de EPE, e, em sentido oposto, os piores desempenhos são verificados quando ainda decorre o referido processo, na perspetiva da própria vítima, e, quando o agressor foi condenado a pena de prisão efetiva, na perspetiva do filho.

Sempre que o agressor não abusa ou depende de álcool e/ou drogas, e, não utiliza armas, aparenta não causar um impacto tão negativo no seu EPE, uma vez que, quando este agressor é dependente ou abusa de substâncias, particularmente álcool e drogas, e possui sobretudo armas de fogo, as vítimas apresentam um EPE mais fraco.

As vítimas atingem melhores desempenhos de EPE com os filhos do sexo feminino, mais jovens (11 a 15 anos), de anos escolares mais baixos (1.º ciclo/5.º ano), e que nunca reprovaram. Em sentido inverso, apresentaram um EPE com menor desempenho, quando os filhos são do sexo masculino, são mais velhos (16 a 18 anos), de anos escolares mais avançados (2.º ciclo/9.º ano), e que já reprovaram.

Estas vítimas revelam melhores desempenhos de EPE quando o agressor é o pai biológico destes filhos, e, os contactos pós-crime entre filho e agressor são ausentes. Em sentido oposto, evidenciam menores desempenhos no seu EPE, quando o seu agressor não é o pai biológico destes filhos, e quando são diários os contactos entre estes após o crime ocorrer.

Quando os filhos destas vítimas não presenciam o crime, não intervêm quando confrontados com o crime, e são sinalizados à CPCJ por terem sido vítimas diretas ou indiretas, apresentam melhores desempenhos de EPE. Em sentido contrário, estas vítimas apresentaram inferiores desempenhos no seu EPE, quando os seus filhos presenciam e são também vítimas do crime, quando intervêm, e não são sinalizados à CPCJ quando são vítimas diretas ou indiretas.

Nos casos em que estes filhos não sofreram alterações comportamentais pós-crime, quotidianas ou escolares, e nunca reprovaram, as vítimas revelam melhores desempenhos de EPE. Em sentido oposto, os desempenhos mais baixo no EPE destas vítimas, surgem quando os seus filhos sofreram alterações nos seus comportamentos quotidianos e escolares, após o crime, para mais deprimidos e/ou agressivos, e, quando reprovaram apenas após o crime ocorrer.

Os filhos destas vítimas, pós-crime, apresentam, maioritariamente, impactos negativos ao nível dos seus **comportamentos** quotidianos e escolares, em que as filhas apresentam maioritariamente comportamentos quotidianos e escolares mais deprimidos/isolados (internalizantes), e, os filhos apresentam estes comportamentos mais agressivos/hostis (externalizantes). Mais de metade dos filhos que integram a amostra do estudo já ficou retida, ao longo do seu percurso escolar, com uma média cinco vezes superior à média nacional. A maioria destas retenções ocorreu num contexto pós-crime. Convém salientar que estes resultados significativos foram obtidos exclusivamente através da perceção das mães destas crianças e jovens, sem recursos a outros dados confirmativos.

Os filhos destas vítimas sofrem alterações comportamentais negativas (mais deprimidos e/ou agressivos), quotidianas e escolares, e reprovam mais, quando, após o crime,

vítima e agressor mantêm uma relação negativa e/ou não mantêm qualquer contacto, e, continuam a coabitar.

Os resultados são similares, em casos de dependências substâncias e uso de armas pelo agressor.

No estudo confirma-se, igualmente, alguma similitude entre os diferentes sexos, níveis etários e anos escolares dos filhos, com as alterações comportamentais negativas e retenções escolares. Estes apresentam, maioritariamente, relações diretas com os filhos do sexo masculino, mais jovens (11-15 anos), e do 2.º ciclo. Sendo que, quanto ao sexo feminino encontram-se uma maior associação às alterações comportamentais para mais deprimido/isolado, e, ao sexo masculino, para mais agressivos/hostis.

Os filhos, terem ou não como pai biológico o agressor, não apresenta relação direta com as suas alterações comportamentais quotidianas e escolares, pós-crime.

No que diz respeito ao contacto com o agressor, os filhos, que após o crime contactam apenas em alguns dias por mês com o agressor, apresentam comportamentos quotidianos e escolares semelhantes, e menores níveis de retenções. Por seu lado, quando filho e agressor contactam diariamente após o crime, apresentam alterações comportamentais negativas (mais deprimidos e/ou agressivos), e maior nível de retenções.

Por sua vez, nos casos em que estes filhos não presenciaram o crime de que a sua mãe foi vítima, não intervêm, e são sinalizados à CPCJ por terem sido também vítimas diretas ou indiretas, apresentam, maioritariamente, comportamentos quotidianos e escolares semelhantes, e menor índice de retenções, pós-crime.

Quando estes filhos, para além de presenciaram, são também vítimas do crime, intervêm no crime (seja defendendo a sua mãe, ou defendendo-se deste agressor), e não são sinalizados à CPCJ quando são igualmente vítimas diretas ou indiretas, apresentam, maioritariamente, alterações comportamentais negativas (mais deprimidos e/ou agressivos), e maior número de retenções, pós-crime.

Destas conclusões emerge o facto de mais de metade das crianças e jovens, vítimas diretas ou indiretas do crime de violência doméstica contra a sua mãe, não serem sinalizadas à CPCJ, o que constitui parte do problema e terá de fazer parte da prevenção.

Em síntese, os resultados quanto às mulheres vítimas, permitem-nos afirmar que existem determinadas características em que se observam impactos mais negativos, em contraste de outros, que aparentam não criar impactos tão negativos, no seu EPE. Estes resultados, demonstram uma maior envolvimento, por parte da mãe vítima, com o receio, o

perigo, o medo, características supressoras dentro das dinâmicas da violência doméstica, e que se refletem, na sua disponibilidade parental, em virtude de se preocupar mais, ou menos, com a sua segurança e dos filhos. No que concerne às crianças e jovens, a pesquisa comprovou que estas transportam para a escola as vivências violentas da família, as quais conduzem, maioritariamente, a alterações comportamentais negativas, limitadoras do sucesso académico e da progressão escolar.

Proposta de re(orientação) das políticas públicas e sociais que atuam na violência doméstica

As medidas de políticas públicas e sociais direcionadas para a problemática da violência doméstica, como verificamos ao longo do nosso trabalho, revelam uma evolução nos apoios a estas vítimas. Mesmo estando em questão um bem maior, que é o da segurança destas mulheres vítimas e dos seus filhos, muitas vezes também vítimas diretas ou indiretas, ainda falta percorrer um longo caminho de prevenção e de apoio, que assegure o bem-estar e a segurança das vítimas.

Neste entendimento, a recuperação dos índices de bem-estar e das competências parentais, incluindo do envolvimento parental na escola, destas mulheres vítimas, encontra-se centrado em três fatores principais: Prevenção; Relação escola-família; Implementação de grupos de ação.

Prevenção:

O nível e sentimento de segurança que a denúncia pode proporcionar às mulheres vítimas e aos seus filhos, com um competente apoio psicossocial, influenciam o nível das suas competências parentais, onde se inclui o envolvimento parental na escola.

A investigação realizada nestes contextos, indicam que estas vítimas pretendem, na maioria dos casos, que a denúncia do crime, conduza à intervenção da justiça e permita a recuperação da normalidade possível, e de uma vida em segurança e sem violência. No entanto, como visualizamos ao longo do nosso trabalho, continuam a não ser aplicadas integralmente as medidas de afastamento do agressor. As ameaças, as agressões, as perseguições, e as próprias mortes, continuam a ocorrer em contextos pós-denúncia. A este pressuposto junta-se ainda, em alguns casos, a obrigação legal da vítima ter de “entregar” os filhos ao agressor, em determinados dias estipulados pelo tribunal. Por vezes, os filhos

também são vítimas deste mesmo agressor, o que não é, atempadamente acutelado pelas entidades responsáveis. A fim de prevenir que a violência doméstica persista e que o sentimento de segurança seja mantido, seria preponderante uma mais efetiva aplicação das medidas de coação e de afastamento do agressor, de forma mais rígida e devidamente fiscalizadas, nomeadamente a retirada e afastamento do agressor da residência de família, afastamento do local de trabalho da vítima, a proibição de contactos, maior proteção policial (caso se necessário), a inibição das responsabilidades parentais (pelo menos enquanto decorre o processo), condenações mais efetivas, e uma maior e mais efetiva intervenção conducente à mudança da conduta deste agressor.

As circunstâncias pós-denúncia e, particularmente, quando estas vítimas decidem abandonar a relação violenta, é indicado como um dos momentos mais perigosos para estas, e para os seus filhos. Caso as vítimas apenas tenham como preocupação maior a sua segurança física, bem como a dos filhos, muitas vezes acabam por descurar, mesmo que de forma involuntária, as suas competências parentais, incluindo ao nível do seu EPE. É, neste pressuposto, que as políticas públicas e sociais devem reiterar as abordagens e intervenções de apoio, já plasmadas na legislação, para que sejam adequadamente implementadas na prática.

Relação escola-família:

Com estas políticas de prevenção, acreditamos que a estas vítimas lhes seria proporcionado condições, que, para além de as ajudar a reconstituírem a sua vida livre de violência, e em maior segurança, se iria refletir, de forma positiva, nas suas competências parentais, incluindo num apoio e acompanhamento mais capaz no processo educativo dos seus filhos, com repercussões igualmente mais favoráveis no desenvolvimento e comportamentos dos mesmos.

A escola, espaço privilegiado para a construção da cidadania, a par com a família, possui, entre outras, a função de proteger as crianças e jovens. Como tal, tem a obrigação de atuar, denunciando às autoridades competentes os casos de violência.

Em Portugal, as forças de segurança, com 30,4%, e os estabelecimentos de ensino, com 24,5%, são os principais sinalizadores das situações de perigo comunicadas às CPCJ, num contexto geral e atual. No entanto, quando particularizamos as entidades ou grupos de pessoas que sinalizam ou denunciam situações de crianças e jovens expostos à violência

doméstica¹¹⁵, primeira causa de sinalização, os estabelecimentos de ensino são dos que menos sinalizam (2,9%) (CNPDP CJ, 2016).

Estes dados, indicam, assim, ainda uma falta de preparação dos professores, e da própria comunidade escolar, assim como acontece com outros profissionais que lidam com estas crianças e jovens, não apenas para denunciarem, mas também, para detetarem estas situações. Quando nos debruçamos na própria formação pedagógica destes professores, ou de outros intervenientes da comunidade educativa (serviços e profissionais de apoio, assistentes operacionais, associações de pais, entre outros), são notórias lacunas relacionadas com o conhecimento e prevenção da violência intrafamiliar.

Nos Estados Unidos, por exemplo, uma das formas encontradas pela Escola para ajudar no combate a este flagelo, foi a criação programas de treino para educadores, capacitando-os de ferramentas capazes de identificar os problemas e atuarem com as crianças e os seus pais no problema da violência intrafamiliar, numa estratégia para ajudar a minimizar o flagelo da violência.

Este modelo poderia funcionar nas escolas portuguesas, pois assenta na formação dos atores educativos, tornando-os capazes de observar alterações comportamentais dos alunos, sejam escolares ou quotidianas, dificuldades de aprendizagem e de rendimento académico, cansaço, dificuldades de convívio e interação social com os pares e intervenientes educativos. A própria inadaptação às normas, ou crenças estereotipadas acerca de homens enquanto agressores e mulheres enquanto vítimas, podem indicar que as crianças e jovens vivenciam ou são vítimas de violência doméstica. Estas informações privilegiadas, de que a escola dispõe sobre as características da criança e do jovem, particularmente o professor, pelo maior tempo de relação que usufrui com os seus alunos, são valiosas e podem favorecer e facilitar a deteção de vítimas de violência doméstica.

Implementação de grupos de ação:

Em maio de 2016, foi criado o “Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania”¹¹⁶, que tem a missão de conceber uma estratégia de educação para a cidadania, com o intuito de

¹¹⁵ Entidades sinalizadoras das situações de “Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança”, em que a “exposição à violência doméstica” surge como a subcategoria maioritária (96,2%): Forças de segurança (55,6%); Ministério Público (7,2%); Pais (mãe ou pai) (6,2%); CPCJ (5,7%); Anónimos (4,2%); Estabelecimentos de saúde (4,1%); Estabelecimentos de ensino (2,9%); Vizinhos ou particulares (2,7%); Tribunal (2,4%); Familiares (2%); Serviços da Segurança Social (1,6%); Instituições de Apoio à Infância e Juventude (1,4%); Projetos (1,4%); Autarquia (0,7%); Núcleo Local de Inserção (Rendimento Social de Inserção) (0,5%); Instituição de Acolhimento Residencial (0,3%); Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco (0,2%); Próprio (0,2%); Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais (0,1%); e Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais (0,1%) (CNPDP CJ, 2016).

ser implementado em todas as escolas do ensino público, tendo como objetivo incluir nas saídas curriculares, de carácter obrigatório, e em todos os graus de ensino, um conjunto de competências e conhecimentos em matéria de cidadania. Este grupo de trabalho, de âmbito nacional, seria, no nosso entender, o ponto de partida para se poderem delinear consistentes “grupos de trabalho especializados”, a nível dos agrupamentos escolares, para ajudar a combater esta problemática.

Assim, numa primeira possibilidade, e inserido no referido “Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania”, depreenderia a inclusão dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) neste projeto, com um gabinete implementado a nível nacional por cada agrupamento. Uma outra alternativa, passaria pela criação de uma “Comissão” específica para esta problemática, igualmente, ao nível de agrupamento. Com a direção do agrupamento a indicar as pessoas que deveriam fazer parte desta Comissão, baseado em critérios adequados ao seu funcionamento, devendo, pelo menos, de ser composta por um professor de cada estabelecimento do agrupamento, da direção e coordenação, e do corpo operacional de cada estabelecimento, isto, num contexto mais restrito.

Estas possibilidades seriam importantes para desenvolver um projeto capaz de prestar um serviço de prevenção e combate a esta problemática, apoiando os alunos e respetivas famílias, corpo docente e não docente e a toda a comunidade escolar, funcionando em estreita articulação com os serviços e instituições da comunidade envolvente.

Num formato mais alargado, direcionado a ambas as possibilidades referidas (GAAF e Comissão), e de forma a complementar as ações de prevenção e intervenção, criar parcerias com vista a um trabalho em rede e multidisciplinar, no sentido de prestar um serviço de apoio aos alunos e respetivas famílias, corpo docente e não docente e a toda a comunidade escolar, funcionando em estreita articulação com os serviços e instituições da comunidade envolvente. Aqui, seriam importantes as parcerias com elementos das forças de segurança (especificamente, elementos do Programa Escola Segura), elementos da associação de pais e de alunos de cada estabelecimento, e, entidades específicas da comunidade local (ex: câmara; junta de freguesia; instituições, públicas ou privadas, de apoio a vítimas de crime e/ou de apoio às crianças e jovens, como a CPCJ).

Estes modelos, seguem assim o fio condutor do nosso estudo, onde encontramos as três esferas fundamentais de Joice Epstein (Epstein, 2011), simbolizando a escola, a família e

¹¹⁶ Despacho n.º 6173/2016 - DR, II Série, n.º 90, de 10 de maio de 2016.

a comunidade, numa interação focada na criança/jovem e na influência que exerce sobre ela. Aqui, não apenas direcionada ao sucesso escolar, mas em prol do seu desenvolvimento genérico, do seu bem-estar e, principalmente longe de um meio familiar violento.

Qualquer intervenção, em contexto familiar e escolar, deverá ser realizada através da investigação científica na área da violência doméstica e da violência de género, se alarguem e aprofundem os conhecimentos sobre as dimensões estruturais do fenómeno, como preconizado pelo V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG), base e inspiração para a pesquisa efetuada. Com a clara noção de que a informação, a sensibilização e a educação são vetores capitais para prevenir e combater a violência doméstica, desde a sua raiz a toda a sua dimensão.

Neste sentido, pensamos ter contribuído para os desígnios do referido V PNPCVDG, fornecendo resultados e análises, pela sua abrangência geográfica e suporte de amostragem, com uma visão única e particular dos principais atores desta problemática, mulheres vítimas de violência doméstica por parte do seu companheiro íntimo masculino, as crianças e jovens filhos destas vítimas, e, estes agressores. Assim, parecem-nos, não apenas inovadores em contexto nacional, mas capacitados de dados que se inserem nos desígnios requeridos no referido plano, trazendo a público lacunas em conhecimentos específicos do fenómeno em contexto nacional, podendo ser preponderantes numa mudança de atuação e orientação das políticas públicas e sociais que intervêm neste vasto problema.

Assim, é com a expectativa de que a escola se constitua como espaço ideal de identificação, sensibilização, prevenção e mudança quanto à violência doméstica, que consideramos essencial reforçar a informação, os instrumentos e as ferramentas que possibilitem intervir e encaminhar de forma competente os casos diagnosticados, corresponsabilizando toda a comunidade educativa.

De entre as diversas possibilidades, anteriormente enumeradas, para dar continuidade ao estudo que agora se conclui, fica a certeza de que é imperativo um trabalho colaborativo, de forma a erradicar este problema, que continua a subsistir, mercê de toda uma ambiência sociocultural que tolera e não intervém, como devia, na erradicação da violência doméstica. Tal só será possível através de uma atuação consertada, envolvendo a família, a escola e as entidades vocacionadas para esta problemática, privilegiando a via da educação e da consciencialização de todos os intervenientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aaltonen, S., & Karvonen, S. (2016). Floating downstream? Parental support and future expectations of young people from less privileged backgrounds. *Sociology*, 50(4), 714-730.
- Abar, C., Jackson, K., Colby, S., & Barnett, N. (2014). Parent-child discrepancies in reports of parental monitoring and their relationship to adolescent alcohol-related behaviors. *Journal of Youth and Adolescence*. 44(9), 1688-1701.
- Abbott, D. (2012). Do lesbian couples make better parents than heterosexual couples?. *International Journal of Humanities and Social Science*, 2(13), 30-46.
- Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em mudança*. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais.
- Abreu, S. (2015). *O educador e/ou professor como principal impulsionador da autoestima da criança*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti para a obtenção do grau de mestre, orientada por Ana Maria Paula Marques Gomes, Porto.
- Abreu-Lima, I., Alarcão, M., Almeida, A., Brandão, M., Cruz, O., Gaspar, M., et. al., (2010). *Avaliação de intervenções de educação parental: Relatório 2007-2010*. Lisboa: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).
- ActionAid. (2016). *Fearless women and girls - Leading the way, transforming lives*. London: ActionAid.
- Adamsons, K., O'Brien, M., & Pasley, K. (2007). An ecological approach to father involvement in biological and stepfather families. *Fathering*, 5(2), 129-147.
- Advirta, I. (2016). Espaço Júlia: Acolher, ouvir e ajudar vítimas. *Lisboa - Revista Municipal*, 16, 9.
- Aguirre, A., Castillo, M., Garcia, K., Almanza, S., Castillo, B., & Rafael, F. (2010). La investigación cualitativa en el fenómeno de las drogas: El caso del programa regional de capacitación em investigación para enfermeiros em el estudio del fenómeno de las drogas en América Latina. *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 6(1), 1-10.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios familiares: Uma visão sistémica* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Alarcão, M., & Gaspar, M. (2007). Imprevisibilidade, família e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar. *Paideia*, 17(36), 89-102.

- Almeida, D. (2015). *Parentalidade e a sua avaliação: Contributo para a validação do inventário sobre parentalidade de adultos e adolescentes, para a população*. Dissertação apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de mestre, orientada por Maria Teresa Perlico Machado Brandão, Lisboa.
- Almeida, F. (2014). *Violência na gravidez? Prevalência e alguns fatores associados*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Saúde de Viseu do Instituto Politécnico de Viseu para a obtenção do grau de mestre, orientada por Emília Coutinho, Viseu.
- Almeida, I. (2012). *Avaliação de risco de femicídio: Poder e controlo nas dinâmicas das relações íntimas*. Tese apresentada ao Departamento de Psicologia Social e das Organizações do Instituto Universitário de Lisboa para obtenção do grau de doutor, orientada por Cristina Branco Bento de Matos Soeiro Correia Teles, Lisboa.
- Almeida, R., Pasa, G., & Scheffer, M. (2009). Álcool e violência em homens e mulheres. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(2), 252-260.
- Almeida, T., & Sani, A. (2014). Violência entre pais: Efeitos e transmissão entre gerações. In F. Almeida & M. Paulino (Coord.), *Psicologia, Justiça e Ciências Forenses* (pp. 135-150). Lisboa: Pactor.
- Alves, C., & Siqueira, A. (2013). Os direitos da criança e do adolescente na percepção de adolescentes dos contextos urbano e rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 460-473.
- Alves, M. (2011). *Envolvimento parental na escola: Estudo efetuado na Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância de Góis*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga para a obtenção do grau de mestre, orientada por Luísa Rolim, Coimbra.
- Amado, J. (2013). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amaral, L., Vasconcelos, T., Sá, F., Silva, A., & Macena, R. (2016). Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: Perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. *Estudos Feministas*, 24(2), 521-540.
- Amaral, N., Amaral, C., & Amaral, T. (2013). Mortalidade feminina e anos de vida perdidos por homicídio/agressão em capital brasileira após promulgação da Lei Maria da Penha. *Texto & Contexto Enfermagem*, 22(4), 980-988.
- Anderson, A., & Lo, C. (2011). Intimate partner violence within law enforcement families. *Journal of Interpersonal Violence*, 26, 1176-1193.
- Anderson, E., & Greene, S. (2013). Beyond divorce: Research on children in repartnered and remarried families. *Family Court Review*, 51(1), 119-130.

- Anderson, K., & Minke, K. (2007). Parental involvement in education: Toward an understanding of parent's decision making. *The Journal of Educational Research*, 100(5), 311-323.
- Andrade, L., & Filho, H. (2016). A interiorização da violência social: Uma análise do interior Paulista. *DRD - Desenvolvimento Regional em Debate*, 6(1), 192-217.
- Andrade, R., Araújo, M., Vieira, L., Reis, C., & Miranda, A. (2015). Violência por parceiro íntimo após diagnóstico de doenças sexualmente transmissíveis. *Revista de Saúde Pública*, 49(3), 1-9.
- Antunes, S. (2016). *As crianças perante as novas famílias: Famílias monoparentais Vs Famílias tradicionais. Um estudo exploratório*. Dissertação apresentada à Escola das Ciências Sociais da Universidade de Évora para a obtenção do grau de mestre, orientada por Heldemerina Samutelela Pires, Évora.
- Araújo, M. (2015). *Família, escola e sucesso escolar*. Lisboa: Coisa de Ler Edições.
- Araújo, R., Sousa F., Feitosa, V., Coêlho, D., & Sousa, M. (2016). Perfil sociodemográfico e epidemiológico da violência sexual contra as mulheres em Teresina/Piauí. *Revista de Enfermagem UFSM*, 4(4), 739-750.
- Archer, J. (2013). Can evolutionary principles explain patterns of family violence?. *Psychological Bulletin*, 139(2), 403-440.
- Archer, J. (2009). Does sexual selection explain human sex differences in aggression? *Behavioral and Brain Sciences*, 32(3-4), 249-266.
- Archer, J. (2006). Cross-cultural differences in physical aggression between partners: A social-role analysis. *Personality and Social Psychology Review*, 10(2), 133-153.
- Archer, J. (2002). Sex differences in physically aggressive acts between heterosexual partners. A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior*, 7, 313-351.
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126(5), 651-680.
- Ariès, P. (1988). *A criança e a vida familiar no antigo regime*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Ariès, P. (1986). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Ariès, P. (1962). *Centuries of childhood*. New York: Vintage Books.
- Artello, K., Hayes, H., Muschert, G., & Spencer, J. (2015). What do we do with those kids? A critical review of current responses to juvenile delinquency and an alternative. *Aggression and Violent Behavior*, 24, 1-8.

- Asanbe, C., Hall, C., & Bolden, C. (2013). Toxic environment: Outcomes of parental methamphetamine addiction on child psychological health. In INPACT 2013 - *International Psychological Applications Conference and Trend, Book of Proceedings* (pp. 112-116). Madrid: World Institute for Advanced Research and Science (WIARS).
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2016a). *Relatório anual 2015 - Estatísticas APAV*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2016b). *Estatísticas APAV - Vítimas de Violência Doméstica, 2013-2015*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2016c). *Estatísticas APAV - Crianças e Jovens Vítimas de Crime e de Violência, 2013-2015*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2015). *Observatório de crimes de homicídio*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2013). *Estatísticas APAV - Crimes de Violência Doméstica, 2000-2012*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2011). *Manual crianças e jovens vítimas de violência: Compreender, intervir e prevenir*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2010). *Manual Alcipe: Para o atendimento de mulheres vítimas de violência*. Lisboa: APAV.
- Atzaba-Poria, N., & Pike, A. (2015). Through a cultural lens: Links Between maternal and paternal negativity and children's self-esteem. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 46(5), 702-712.
- Austin, W., Pruett, M., Kirkpatrick, H., Flens, J., & Gould, J. (2013). Parental gatekeeping and child custody/child access evaluation. *Family Court Review*, 51(3), 485-501.
- Azziz-Baumgartner, E., McKeown, L., Melvin, P., Dang, Q., & Reed, J. (2010). Rates of femicide in women of different races, ethnicities, and places of birth: Massachusetts, 1993-2007. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(10), 1-14.
- Bailey, B., & Eisikovits, Z. (2015). Violently reactive women and their relationship with an abusive mother. *Journal of Interpers Violence*, 30(11), 1905-1928.
- Band-Winterstein, T. (2014). The impact of lifelong exposure to ipv on adult children and their aging parents. *Journal of Family Issues*, 35(4), 439-461.
- Bandeira, A., & Bourgois, J. (2005). *Armas de fogo: Proteção ou risco*. Rio de Janeiro: Viva Rio.
- Bandeira, M. (2012). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa: Evolução e perspetivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Barata, J., Silva, R., & Pinheiro, J. (2016). Maus tratos de crianças e adolescentes em Portugal: Estudo de 5 anos (2011-2015). *III Conferência do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF)* (pp. 27-28), Universidade de Coimbra. Resumos das comunicações orais. Coimbra: INMLCF.
- Barradas, M. (2012). *Envolvimento parental e sucesso escolar: Estudo de caso*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre, orientada por Marta Mendonça, Lisboa.
- Barros, A., & Freitas, M. (2015). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Consequências e Estratégias de Prevenção com Pais Agressores. *Pensando Famílias*, 19(2), 102-114.
- Barros, E., Silva, M., Falbo N., Gilliatt H., Lucena, S., Ponzo, L., et. al., (2016). Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(2), 591-598.
- Barros, M. (2016). *Amor que vai, desamor que vem Maus tratos nas relações de intimidade: Aleatoriedade ou prévia (de)limitação da herança parental?*. Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade de Évora par obtenção do grau de mestre, orientada por Isabel Maria Marques Mesquita, Évora.
- Barroso, M. (2008). Fratrias e gênero: Contributos para uma análise sociológica das relações fraternais. *VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas* (pp. 1-12), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. Atas. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Barros, P., Lisboa, M., Cerejo, D., & Barrenho, E. (2008). Health care costs of domestic violence against women: Evidence from Portugal. *SSRN Electronic Journal*, pp, 1-27.
- Bauman, Z. (2006). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Bauman, Z. (2001). *The individualized society*. Cambridge: Polity.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições.
- Baumrind, D. (2005). Patterns of parental authority and adolescent autonomy. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 108, 61-69.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monographs*, 4(1, Parte 2), 1-103.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37(4), 887-907.
- Beato, A. (2016). *Estilos, estratégias e crenças de pais e mães e ansiedade infantil: O pai é importante?*. Tese apresentada à Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de doutor, orientada por Ana Isabel Pereira, Lisboa.

- Beck, U. (1992). *Risk society: Towards a new modernity*. London: Sage Publications.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2013). *Distant love*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2002), *Individualization. Institutionalized individualism and its social and Political consequences*. London: Sage Publications.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (1995) *The normal chaos of Love*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, U., Giddens, A., & Lash, S. (1994). *Reflexive modernization*. Cambridge: Polity.
- Beck-Gernsheim, E. (2002). *Reinventing the family: In search of new lifestyles*. Cambridge: Polity.
- Becker, A., Maestri, T., & Bobato, S. (2015). Impacto da religiosidade na relação entre pais e filhos adolescentes. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(1), 84-98.
- Bejenaru, A. (2011). Battered women: Victims or survivors?. *Social Change Review*, 9(1), 41-66.
- Benavente, A., Queiroz, S., & Aníbal, G. (2015). Crise, austeridade e educação em Portugal (2011-2014). *Investigar em Educação*, 3(2), 49-62.
- Bender, K., & Roberts, A. (2007). Battered women versus male batterer typologies: Same or different based on evidence-based studies?. *Aggression and Violent Behavior*, 12(5), 519-530.
- Bento, A., Mendes, G., & Pacheco, D. (2016). Relação escola-família: Participação dos encarregados de educação na escola. *CIAIQ - Investigação Qualitativa em Educação*, 1, 603-612.
- Benvenuto, F., & Ribeiro, R. (2016). Da alienação parental: Um dano psíquico indenizável. In Moraes, C., Dias, J. & Munekata, L. (Org.º), *Temas Jurídicos Atuais*, 4, 11-50.
- Bergamo, L., & Bazon, M. (2012). Abuso físico infantil: Avaliando fatores de risco psicológicos em cuidadores notificados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 256-264.
- Bertuzzi, D., Paskulin, L., & Morais, E. (2012). Arranjos e rede de apoio familiar de idosos que vivem em uma área rural. *Texto & Contexto Enfermagem*, 21(1), 158-166.
- Berthold, M. (2015). Intimate partner violence and a rights-based approach to healing. *SpringerBriefs in Rights-Based Approaches to Social Work*, 4, 85-113.
- Besharata, M., Azizia, K., & Poursharifi, H. (2011). The relationship between parenting styles and children's academic achievement in a sample of Iranian families. *Procedia Social & Behavioral Sciences*, 15, 1280-1283.
- Biesta, G. (2014). Learning in public places: Civic learning for the 21th century. In Biesta, G., De Bie, M. & Wildemeersch, D. (Eds.), *Civic learning, democratic citizenship and the public sphere* (pp. 1-13). London: Springer.

- Bianchessi, S. (2013). *O Impacto do divórcio nas crianças e adolescentes: Consequências psicológicas*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga para obtenção do grau de mestre, orientada por Carolina Henriques, Coimbra.
- Bicho, M. (2015). *Comportamentos agressivos entre pares e competências emocionais em estudantes de 2º e 3º ciclos de escolaridade*. Dissertação apresentada à Escola de Ciências Sociais do Departamento de Psicologia da Universidade de Évora para obtenção do grau de mestre, orientada por Madalena Melo, Évora.
- Bjorkenstam, C., Weitoft, G., Hjern, A., Nordström, P., Hallqvist, J., & Ljung, R. (2011). Research report: School grades, parental education and suicide-a national register based cohort study. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 65(11), 993-998.
- Bock, A., Furtado, O., & Teixeira, M. (2009). *Psicologias: Uma introdução ao estudo da Psicologia*. São Paulo: Saraiva - Livreiros Editores.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (2013). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Böing, E., & Crepaldi, M. (2016). Relação pais e filhos: Compreendendo o interjogo das relações parentais e coparentais. *Educar em Revista*, 59, 17-33.
- Borges, I. (2010). *Qualidade da parentalidade e bem-estar da criança*. Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre, orientada por Maria da Conceição Taborda, Coimbra.
- Bourdieu, P. (1998a). A escola conservadora: As desigualdades frente à escola e à cultura. In P. Bourdieu, *Escritos de Educação* (pp. 39-64). Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (1998b). Os excluídos do interior. In *Escritos de educação* (pp. 217-227). Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. (1964). *Les héritiers: Les étudiants et la culture*. Paris: Minuit.
- Bortolini, M., & Andretta, I. (2013). Práticas parentais coercitivas e as repercussões nos problemas de comportamento dos filhos. *Psicologia Argumento*, 31(73), 227-235.
- Branco, P. (2008). Do género à interseccionalidade: Considerações sobre mulheres, hoje e em contexto europeu. *Revista Julgar*, 4, 103-117.
- Branco, S. (2012). *O envolvimento parental no ensino secundário: Perceções de pais e diretores de turma em duas escolas da RAM*. Dissertação apresentada à Universidade da Madeira para obtenção do grau de mestre, orientada por Maria João Gouveia Pereira Beja, Madeira.

- Branco, S., & Beja, M. (2014). O envolvimento parental no secundário: Perceções de pais e professores em duas escolas da RAM. *I Congresso Internacional Envolvimento dos Alunos na Escola: Perspetivas da Psicologia e Educação* (pp. 718-733), Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Atas. Lisboa: IEUL.
- Brannen, J., & Nielsen, A. (2005). Individualisation, choice and structure: A discussion of current trends in sociological analysis. *Sociological Review*, 53(3), 412- 428.
- Brito, L. (2007). Família pós-divórcio: A visão dos filhos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 27(1), 32-45.
- Buchanan, F., Wendt, S., & Moulding, N. (2015). Growing up in domestic violence: What does maternal protectiveness mean?. *Qualitative Social Work*, 14(3), 399-415.
- Buehler, C., & Gerard, J. (2013). Cumulative family risk predicts increases in adjustment difficulties across early adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 42(6), 905-920.
- Cabral, L. (2004). Alcoolismo juvenil. *Millenium*, 30(9), 172-188.
- Calvete, E., & Orue, I. (2013). Cognitive mechanisms of the transmission of violence: Exploring gender differences among adolescents exposed to family violence. *Journal of Family Violence*, 28(1), 73-84.
- Calvete, E., Orue, I., Gamez-Guadix, M., & Bushman, B. (2015). Predictors of child-to-parent aggression: A 3-year longitudinal study. *Developmental Psychology*, 51(5), 663-676.
- Câmara Municipal do Porto. (2013). *Plano municipal contra a violência doméstica do município do Porto, 2013-2015*. Porto: Câmara Municipal do Porto/Fundação Porto Social.
- Campbell, J., Webster, D., & Glass, N. (2009). The danger assessment: Validations of a lethality risk assessment instrument for intimate partner femicide. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(4), 653-674.
- Campbell, J., Webster, D., Koziol-McLain, J., Block, C., Campbell, D., Curry, M., et. al., (2003). Risk factors for femicide in abuse relationships: Results of a multisite case control study. *American Journal of Public Health*, 93(7), 1089-1097.
- Caprichoso, D. (2010). *Percepção de crianças expostas à violência interparental*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa para obtenção do grau de mestre, orientada por Ana Isabel Sani, Porto.
- Carapito, E., Ribeiro, M., & Pereira, A. (2015). Questionário de Envolvimento Parental no Jardim-de-Infância (QEPJI): Estudo de validação da versão para pais. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación - e Avaliação Psicológica (RIDEP)*, 40 (2), 83-93.
- Cardoso, D. (2012). *A percepção social da violência interparental*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa para obtenção do grau de mestre, orientada por Ana Isabel Sani, Porto.

- Cardoso, G. (2015). *Violência doméstica: O que a realidade ensina?*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília para obtenção do grau de mestre, orientada por Laura Frade, Brasília.
- Cardoso, J. (2013). *O Professor do Futuro*. Lisboa: Guerra e Paz Editores.
- Cardoso, J., & Veríssimo, M. (2013). Estilos parentais e relações de vinculação. *Análise Psicológica*, 4(31), 393-406.
- Cardoso, R. (2016). *Homens autores de violência contra parceiros íntimos: Estudo com policiais militares do Distrito Federal*. Dissertação apresentada ao Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília para obtenção do grau de mestre, orientada por Leides Barroso Azevedo Moura, Brasília.
- Carlson, B. (2000). Children exposed to intimate partner violence: Research findings and implications for intervention. *Trauma, Violence & Abuse*, 1(4), 321-342.
- Carrel, S., & Hoekstra, M. (2010). Externalities in the classroom: How children exposed to domestic violence affect everyone's kids. *American Economic Journal: Applied Economics*, 2(1), 211-228.
- Carreteiro, R. (2014). *Estilos parentais, dificuldades de leitura e psicopatologia infantil*. Tese apresentada à Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de doutor, orientada por João Manuel Rosado de Miranda Justo, Lisboa.
- Carter, R., & Wojtkiewicz, R. (2000). Parental involvement with adolescents' education: Do daughters or sons get more help?. *Adolescence*, 35(137), 29-44.
- Carvalho, A., & Fadigas, N. (2009). *Os manuais escolares na relação escola-família*. Porto: Observatório dos Recursos Educativos.
- Carvalho, M. (2016). *A violência no espaço escolar: Representações dos professores de Simões-PI*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração do Instituto de Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de mestre, orientada por Gislene Farias de Oliveira, Lisboa.
- Carvalho, M. (2013). *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, M., Loges, T., & Senkevics, A. (2016). Famílias de setores populares e escolarização: acompanhamento escolar e planos de futuro para filhos e filhas. *Estudos Feministas*, 24(1), 81-99.
- Carvalho, R., Teixeira, C., & Vasconcelos-Raposo, J. (2012). Clima motivacional induzido pelos pais de jovens praticantes de Futebol: Efeitos da posição ocupada no campo, do ano escolar, do número de reprovações escolares e do tempo e frequência de prática. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 12(3), 110-127.

- Cavaleiro, T. (2015). *A união de facto no ordenamento jurídico português: Análise de alguns aspetos de índole patrimonial*. Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre, orientada por Sandra Passinhas, Coimbra.
- Cecconello, A., De Antoni, C., & Koller, S. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.
- Cerdá, M. (2016). Gun violence-risk, consequences, and prevention. *American Journal Epidemiology*, 183(6), 516-517.
- Cerqueira-Santos, E., & Bourne, J. (2016). Estereotipia de gênero nas brincadeiras de faz de conta de crianças adotadas por casais homoparentais. *Psico-USF*, 21(1), 125-133.
- Cesaro, B., Bonamigo, A., Silva, H., & Oliveira, F. (2016). Alterações na comunicação em crianças vítimas de violência: Reflexões para a Fonoaudiologia. *Revista Distúrbios da Comunicação*, 28(3), 462-472.
- Ceza-Ferreira, A., & Macedo, R. (2016). *Guarda compartilhada: Uma visão psicojurídica*. Porto Alegre: Artmed.
- Chang, E., Kahl, E., & Hirsch, J. (2015). Understanding how domestic abuse is associated with greater depressive symptoms in a community sample of female primary care patients: Does loss of belongingness matter?. *Violence Against Women*, 21(6), 700-711.
- Chang, E., Kahle, E., Yu, E. & Hirsch, J. (2014). Understanding the relationship between domestic abuse and suicide behavior in adults receiving primary care: does forgiveness matter?. *Social Work*, 59(4), 315-320.
- Chaves, E., & Sani, A. (2014). Violência familiar: Da violência conjugal à violência sobre a criança. *Revista Eletrônica de Educação e Psicologia*, 1(1), 1-10.
- Choi, K., & Sikkema, K. (2015). Childhood maltreatment and perinatal mood and anxiety disorders: A systematic review. *Trauma, Violence & Abuse*, 17(5), 427-453.
- Coimbra, A. (2015). *Percepção das relações pais-filhos e a sua relação com o sucesso escolar: Estudo com crianças do 4º ano de escolaridade*. Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre em, orientada por Ana Cristina Ferreira de Almeida, Coimbra.
- Coles, J., Lee, A., Taft, A., Mazza, D., & Loxton, D. (2015). Childhood sexual abuse and its association with adult physical and mental health: Results from a national cohort of young Australian women. *Journal of Interpers Violence*, 30(11), 1929-1944.
- Colossi, P., & Falcke, D. (2013). Gritos do silêncio: A violência psicológica no casal. *Revista PSICO*, 44(3), 310-318.

- Conceição, L. (2012). *Estilos Educativos parentais, sintomatologia depressiva/ansiosa, stress e autoestima, numa amostra de adolescentes*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga para obtenção do grau de mestre, orientada por Mariana Marques. Coimbra.
- Conselho Nacional de Educação [CNE]. (2015). *Relatório Técnico da retenção escolar nos ensinos básico e secundário*. Lisboa: CNE.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens [CNPDPJC]. (2016). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) no ano de 2015*. Lisboa: CNPDPCJ.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR]. (2015). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2014*. Lisboa: CNPCJR.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR]. (2014). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2013*. Lisboa: CNPCJR.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR]. (2013). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2012*. Lisboa: CNPCJR.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR]. (2012). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2011*. Lisboa: CNPCJR.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR]. (2011). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2010*. Lisboa: CNPCJR.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR]. (2010). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2009*. Lisboa: CNPCJR.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR]. (2009). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ em 2008*. Lisboa: CNPCJR.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNCPCJ]. (2008). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ em 2007*. Lisboa: CNCPCJ.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNCPCJ]. (2007). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ em 2006*. Lisboa: CNCPCJ.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNCPCJ]. (2006). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2005*. Lisboa: CNCPCJ.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNCPCJ]. (2005). *Relatório de Atividades das CPCJ em 2004*. Lisboa: CNCPCJ.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNCPCJ]. (2004). *Avaliação da Atividade das CPCJ em 2003*. Lisboa: CNCPCJ.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNCPCJ]. (2003). *Avaliação da Atividade das CPCJ em 2002*. Lisboa: CNCPCJ.

- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNCPCJ]. (2002). *Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2001*. Lisboa: CNCPCJ.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNCPCJ]. (2001). *Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2000*. Lisboa: CNCPCJ.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco [CNCPCJ]. (2000). *Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 1999*. Lisboa: CNCPCJ.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG]. (2016a). Processos e dinâmicas abusivas. In Centro de Estudos Judiciários [CEJ] & Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG], *Violência Doméstica - Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno* (pp.37-39). Lisboa: CEJ & CIG.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG]. (2016b). Tipos de violência. In Centro de Estudos Judiciários [CEJ] & Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG], *Violência Doméstica - Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno* (pp.31-33). Lisboa: CEJ & CIG.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG]. (2016c). A proteção da vítima. In Centro de Estudos Judiciários [CEJ] & Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG], *Violência Doméstica - Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno* (pp.43-66). Lisboa: CEJ & CIG.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG]. (2015). *Manual para a educação de Infância - Crianças expostas à violência doméstica: Conhecer e qualificar as respostas na comunidade*. Lisboa: CIG.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género [CIG]. (2011). *Violência doméstica: Intervenção em grupo com mulheres vítimas. Manual para profissionais*. Lisboa: CIG.
- Copetti, C., Mattei, M., Pavei, F., Carvalho, F., Marino, M., & Souza, K. (2015). Guarda compartilhada: Direito dos filhos, problema para os pais. *Viver Universidade: Experiências de Ensino Pesquisa e Extensão*, 24, 438- 462.
- Costa, D., Soares, J., Lindert, J., Hatzidimitriadou, E., Sundin, Ö., Toth, O., et. al., (2015). Intimate partner violence: A study in men and women from six European countries. *International Journal Public Health*, 60(4), 467- 478.
- Costa, F., Serrote, C., Vaz, A., Messias, A., Gaboleiro, A., & Marques, E. (2008). *Estudo de satisfação nas escolas da rede pública do concelho de sesimbra: Alunos, famílias/encarregados de educação e professores*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- Costa, J., & Piber, L. (2016). Compreensões do fenómeno violência: A voz dos profissionais da atenção básica em saúde no bairro nova. *Congresso Estadual de Teologia: O fazer teológico e os direitos humanos em diálogo com outras vozes* (Vol. 2, pp. 458-466), São Leopoldo, Brasil. Atas. São Leopoldo: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

- Costa, M., & Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto: Âmbar.
- Costa, R. (2014). Rituais familiares: práticas e representações sociais na construção da família contemporânea. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 28, 81-102.
- Costa, R. (2012). Pequenos e grandes dias: Os rituais na construção da família contemporânea. *VII Congresso Português de Sociologia* (pp. 1-19), Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Atas. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Costa, P., Pereira, H., & Leal, I. (2012). Homoparentalidade: O estado da investigação e a procura de normalização. *Psicologia*, 26(1), 55-69.
- Coutinho, C. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Coutinho, M., & Sani, A. (2008). A experiência de vitimação de crianças acolhidas em casa abrigo. *Revista da Faculdade de Ciência Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 5, 188-201.
- Covolan, N., & Oliveira, D. (2015). *Educação & diversidade: A questão de gênero e suas múltiplas expressões*. Rio de Janeiro: Editora Autografia.
- Craveiro, A. (2015). *O diretor de turma: Contributos para a melhoria dos resultados escolares dos alunos*. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre, orientada por José Joaquim Ferreira Matias Alves, Lisboa.
- Coelho, I. (2007). Género e envolvimento parental na escola: Implicações para a educação de adultos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(3), 359-373.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- Cunha, S. (2016). Promoção de habilidades sociais, comunicacionais e de mediação: reflexão sobre práticas. In A. M. C. Silva; M. L. Carvalho & L. R. Oliveira (Eds.), *Sustentabilidade da Mediação Social: processos e práticas* (pp. 129-140). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade [CECS].
- Cunha, M., & Borges, L. (2016). The Trauma from the perspective of mothers of juvenile victims of family violence. *Journal of Human Growth and Development*, 26(1), 101-111.
- Cunha, V. (2007). *O lugar dos filhos. Ideias, práticas e significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cunico, S., & Arpini, D. (2014). Conjugalidade e parentalidade na perspectiva de mulheres chefes de família. *Psicologia em Estudo*, 19(4), 693-703.

- Cummings, E., Koss, K., & Davies, P. (2015). Prospective relations between family conflict and adolescent maladjustment: Security in the family system as Mediating Process. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 43(3), 503-515.
- Cummings, E., & Davies, P. (2010). *Marital conflict and children: An emotional security perspective*. New York: The Guilford Press.
- Cunningham, A., & Baker, L. (2007). *Little eyes, little ears: How violence against a mother shapes a children as they grow*. London: Centre for Children & Families in the Justice Systems of the London Family Court Clinic.
- Cutsem, C. (2004). *A família recomposta. Entre o desafio e a incerteza*. Lisboa: Instituto Piaget.
- D'Affonseca, S., Cia, F., & Barham, E. (2014). Trabalhadora feliz, mãe feliz? Condições de trabalho que influenciam na vida familiar. *Psicologia Argumento*, 32(76), 129-138.
- D'Affonseca, S., & Williams, L. (2011). Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: Uma revisão da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 236-251.
- Dall'Orto, H. (2016). O exercício conjunto do poder familiar após a ruptura: Em defesa da guarda compartilhada. *Revista JurES*, 8(16), 46-58.
- Dantas, S., Santos, A., Dias, I., Dinis-Oliveira, R., & Magalhães, T. (2014). Parricide: A forensic approach. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 22, 1-6.
- Davidson, M., & Gervais, S. (2015). Violence against women through the lens of objectification theory. *Violence Against Women*, 21(3), 330-354.
- Davies, D. (1997). Crossing boundaries: How to create successful partnership with families and communities. *Early Childhood Education Journal*, 25(1), 73-77.
- Davies, D. (1989). *As escolas e as famílias em Portugal: Realidade e perspectivas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Davies, D. (1987). Parent involvement in the public schools: Opportunities for administrators. *Education and Urban Society*, 19(2), 147-163.
- Davies, D., & Johnson, V. (1996). Crossing boundaries with action research: A multinational study of school-family-community collaboration. *International Journal of Education Research*, 25(1), 75-105.
- Davies, D., Marques, R., & Silva, P. (1992). *Os professores e as famílias a colaboração possível*. Lisboa: Edições Livros Horizonte.
- Davies, P., Sturge-Apple, M., Winter, M., Cummings, E., & Farrell, D. (2006). Child adaptational development in contexts of interparental conflict over time. *Child Development*, 77(1), 218-233.

- Davies, S., Teitt, S., & Nwokora, Z. (2015). Bridging the gap: Early warning, gender and the responsibility to protect. *Cooperation and Conflict*, 50(2), 228-249.
- Dayrell, J., & Jesus, R. (2016). Juventude, Ensino Médio e os processos de exclusão escolar. *Educação & Sociedade*, 37(135), 407-423.
- Delgado, P. (2010). A reforma do acolhimento familiar de crianças: Conteúdo, alcance e fins do novo regime jurídico. *Análise Social*, 45(196), 555-580.
- Delgado, P. (2006). *Os direitos da criança, da participação à responsabilidade: O sistema de proteção e educação das crianças e jovens*. Porto: Editora Profedições.
- Deplanty, J., Coulter-Kern, R., & Duchane, K. (2007). Perceptions of parent involvement in academic achievement. *The Journal of Educational Research*, 100(6), 361-368.
- Desforges, C., & Abouchaar, A. (2003). *The impact of parental involvement, parental support and family education on pupil achievement and adjustment: A literature review*. Nottingham, UK: Department for Education and Skills.
- Deslandes, R., & Bertrand, R. (2005). Motivation of parent involvement in secondary-level schooling. *Journal of Educational Research*, 98(3), 164-175.
- Devaney, J. (2015). Research review: The Impact of domestic violence on children. *Irish Probation Journal*, 12, 79-94.
- Dias, I. (2015). *Sociologia da família e do género*. Lisboa: Pactor.
- Dias, I. (2013a). (Con)viver com a violência doméstica: Fatores de risco e impacto sobre as crianças. *Rediteia - Revista de Política Social da Rede Europeia Anti-Pobreza*, 46, 30-43.
- Dias, I. (2013b). Violência doméstica e parricídio: Quando os filhos matam. In, Paula, Sandra Leila de (Org.), *Violências. Género, famílias e gerações* (Vol. 1, pp. 129-144). Campinas: Mercado de Letras.
- Dias, I. (2010a). Violência doméstica e justiça: Respostas e desafios. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 245-262.
- Dias, I. (2010b). *Violência na família: Uma abordagem sociológica* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Dias, I. (2007). Uma abordagem feminista dos maus tratos as mulheres. In Amâncio, L., Tavares, M., Joaquim, T. & Almeida, T. (Orgs.), *O longo caminho das mulheres: Feminismos 80 anos depois* (pp. 395-407). Lisboa: Dom Quixote.
- Dias, I., & Rodrigues, E. (2012). Demografia e sociologia do envelhecimento. In Ribeiro, Óscar e Paúl, Maria Constança (Coord.), *Manual de Gerontologia* (pp. 179-201). Lisboa-Porto: Edições Lidel.

- Diemer, D., Humphreys, C., Laming, C., & Smith, J. (2015). Researching collaborative processes in domestic violence perpetrator programs: Benchmarking for situation improvement. *Journal of Social Work*, 15(1), 65-86.
- Diogo, J. (1998). *Parceria escola-família. A caminho de uma educação participada*. Porto: Porto Editora.
- Direção-Geral da Administração Interna [DGAI]. (2014a). *Violência Doméstica 2013. Relatório Anual de Monitorização*. Lisboa: DGAI.
- Direção-Geral da Administração Interna [DGAI]. (2014b). *Relatório Anual de Segurança Interna, análise das ocorrências participadas às Forças de Segurança durante o ano de 2013*. Lisboa: DGAI.
- Direção-Geral da Administração Interna [DGAI]. (2013a). *Violência Doméstica 2012. Relatório Anual de Monitorização e Caracterização das ocorrências participadas segundo a tipo de relação vítima-denunciado/a*. Lisboa: DGAI.
- Direção-Geral da Administração Interna [DGAI]. (2013b). *Relatório Anual de Segurança Interna, análise das ocorrências participadas às Forças de Segurança durante o ano de 2012*. Lisboa: DGAI.
- Direção Geral de Administração Interna [DGAI]. (2013c). *Análise retrospectiva de homicídios ocorridos em relações de intimidade*. Lisboa: DGAI.
- Direção-Geral da Administração Interna [DGAI]. (2012a). *Violência Doméstica 2011. Relatório Anual de Monitorização. Ocorrências participadas às Forças de Segurança (FS); Estruturas especializadas-FS; Atribuição do estatuto de vítima e decisões finais em processos-crime*. Lisboa: DGAI.
- Direção Geral da Administração Interna [DGAI]. (2012b). *Relatório Anual de Segurança Interna, análise das ocorrências participadas às Forças de Segurança durante o ano de 2011*. Lisboa: DGAI.
- Direção-Geral de Administração Interna [DGAI]. (2012c). *Violência Doméstica: Da participação da ocorrência à investigação criminal*. Lisboa: DGAI.
- Direção-Geral da Administração Interna [DGAI]. (2011a). *Violência Doméstica 2010. Ocorrências Participadas às Forças de Segurança*. Lisboa: DGAI.
- Direção Geral da Administração Interna [DGAI]. (2011b). *Relatório Anual de Segurança Interna, análise das ocorrências participadas às Forças de Segurança durante o ano de 2010*. Lisboa: DGAI.
- Direção-Geral da Administração Interna [DGAI]. (2010a). *Violência Doméstica 2009. Ocorrências Participadas às Forças de Segurança*. Lisboa: DGAI.
- Direção Geral da Administração Interna [DGAI]. (2010b). *Relatório Anual de Segurança Interna, análise das ocorrências participadas às Forças de Segurança durante o ano de 2009*. Lisboa: DGAI.

- Direção-Geral da Administração Interna [DGAI]. (2009a). *Violência Doméstica 2008. Ocorrências Participadas às Forças de Segurança*. Lisboa: DGAI.
- Direção Geral da Administração Interna [DGAI]. (2009b). *Relatório Anual de Segurança Interna, análise das ocorrências participadas às Forças de Segurança durante o ano de 2008*. Lisboa: DGAI.
- Direção-Geral da Educação [DGE]. (2016). *Distribuição de Agrupamentos de Escolas/Escolas não Agrupadas TEIP por NUT II - 2016*. Lisboa: DGE.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC]. (2016a). *Educação em números - Portugal 2016*. Lisboa: DGEEC.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC]. (2016b). *Perfil do Aluno 2014/2015*. Lisboa: DGEEC.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC]. (2016c). *Regiões em números 2014/2015 - Norte - Volume I*. Lisboa: DGEEC.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC]. (2016d). *Regiões em números 2014/2015 - Centro - Volume II*. Lisboa: DGEEC.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC]. (2016e). *Regiões em números 2014/2015 - Área Metropolitana de Lisboa - Volume III*. Lisboa: DGEEC.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC]. (2016f). *Regiões em números 2014/2015 - Alentejo - Volume IV*. Lisboa: DGEEC.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC]. (2016g). *Regiões em números 2014/2015 - Algarve - Volume V*. Lisboa: DGEEC.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC]. (2016h). *Desigualdades socioeconómicas e resultados escolares - 3.º Ciclo do Ensino Público Geral*. Lisboa: DGEEC.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC]. (2016i). *Desigualdades socioeconómicas e resultados escolares II - 2.º Ciclo do Ensino Público Geral*. Lisboa: DGEEC.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC]. (2015a). *Educação em números - Portugal 2015*. Lisboa: DGEEC.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência [DGEEC]. (2015b). *Perfil do Aluno 2013/2014*. Lisboa: DGEEC.
- Direção Regional de Estatística da Madeira [DGEM]. (2016). *Série Retrospectiva das Estatísticas da Educação da Região Autónoma da Madeira - 1999/2000 - 2014/2015*. Região Autónoma da Madeira: DGEM.

- Del Prette, Z., & Del Prette, A. (2006). Psicologia educacional, forense e com adolescente em risco: prática na avaliação e promoção de habilidades sociais. *Avaliação Psicológica*, 5(1), 99-104.
- Domith, X., & Lourenço, L. (2016). Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes: Na linha do tempo. *Psicologia: O portal dos Psicólogos*, 1, 1-22.
- Dornelles, L., & Fernandes, N. (2015). Estudos da criança e pesquisa com crianças: Nuances luso-brasileiras acerca dos desafios éticos e metodológicos. *Currículo sem Fronteiras*, 15(1), 65-78.
- Duarte, M., & Alencar, M. (2011). *Família e famílias: Práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen-Juris Editora.
- Dubeau, D., Devault, A., & Paquette, D. (2009). L'engagement paternel, un concept aux multiples facettes. In D. Dubeau, A. Devault, & G. Forget (Eds.), *La paternité au XXI e siècle* (pp. 71-98). Québec, Canada: Les Presses de l'Université Laval.
- Ducharne, M., Cruz, O., Marinho, S., & Grande, C. (2006). Questionário de estilos educativos parentais (QEEP). *Psicologia e Educação*, 5(1), 63-75.
- Dumont, C., & Paquette, D. (2013). What about the child's tie to the father? A new insight into fathering, father-child attachment, children's socio-emotional development and the activation relationship theory. *Early Child Development and Care*, 183(1), 430-446.
- Durkheim, E. (1975). La famille conjugale. In E. Durkheim, *Textes III* (pp. 35-49). Paris: Minuit.
- Earnest, A., & Brady, S. (2016). Dating violence victimization among high school students in Minnesota: Associations with family violence, unsafe schools, and resources for support. *Journal of Interpersonal Violence*, 31(3), 383-406.
- Echeburua, E., & Fernandez-Montalvo, J. (2007). Male batterers with and without psychopathy: An exploratory study in Spanish prisons. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 51(3), 254-263.
- Echeburua, E., Fernandez-Montalvo, J., Corral, P., & Lopez-Goni, J. (2009). Assessing risk markers in intimate partner femicide and severe violence: A new assessment instrument. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(6), 925-939.
- Edalati, H., & Krank, M. (2015). Childhood maltreatment and development of substance use disorders: A review and a model of cognitive pathways. *Trauma, Violence & Abuse*, 17(5), 454-467.
- Edwards, C., & Kutaka, T. (2015). Diverse perspectives of parents, diverse concepts of parent involvement and participation: What can they suggest to researchers?. *Research on Family-School Partnerships*, 1, 35-53.

- Eiden, R., Edwards, E., & Leonard, K. (2007). A conceptual model for the development of externalizing behavior problems among kindergarten children of alcoholic families: Role of parenting and children's self-regulation. *Developmental Psychology*, 43(5), 1187-1201.
- Elemery, F., Omari, O., & Wynaden, D. (2016). The perception of adolescents' inter-parental conflict and accompanied emotional security: A descriptive study. *Journal of Nursing Education and Practice*, 6(5), 84-90.
- Ellison, C., Wolfinger, N., & Ramos-Wada, A. (2013). Attitudes toward marriage, divorce, cohabitation, and casual sex among working-age latinos: Does religion matter?. *Journal of Family*, 34(3), 295-322.
- Epstein, J. (2016). Searching for equity in education: Finding school, family, and community partnerships. In A. R. Sadovnik & R. W. Coughlan (Eds.), *Leaders in the Sociology of Education* (pp. 69-85). Boston: Sense Publishers.
- Epstein, J. (2013a). Ready or not? Preparing future educators for school, family, and community partnerships. *Teaching Education*, 24(2), 115-118.
- Epstein, J. (2013b). *Programas efectivos de involucramiento familiar en las escuelas: Estudios y prácticas*. Santiago, Chile: Hueders Ltda.
- Epstein, J. (2011). *School, family, and community partnerships: Preparing educators and improving schools* (2ª ed.). Boulder, CO: Westview Press.
- Epstein, J. (2010). School, family, community partnerships: Caring for the children we share. *Phi Delta Kappan*, 92(3), 81-96.
- Epstein, J. (2009) School, family, and community partnerships: Caring for the children we share. In J. Epstein, (Org.), *School, family and community partnerships: Your handbook for action*. Thousand Oaks, CA: Corwin Press.
- Epstein, J. (1992). *School and family partnerships*. Baltimore, US Department of Education: Center on Families, Communities, Schools, and Children's Learning.
- Epstein, J. (1991a). School programs and teacher practices of parent involvement in inner-city elementary and middle schools. *The Elementary Journal*, 91(3), 289-305.
- Epstein, J. (1991b). Effects on student achievement of teachers' practices of parent involvement. In S. Silvern (Ed.), *Advances in reading/language research: Literacy through family, community, and school interaction* (Vol. 5, pp. 261-276.). Greenwich, CT: JAI Press.
- Epstein, J. (1990a). Single parents and the schools: Effects of marital status on parent and teacher interaction. In M. Hallinan, D. Klein, & J. Glass (Ed.), *Changes in societal institutions* (pp. 91-121). New York: Plenum.

- Epstein, J. (1990b). School and family connections: Theory, research, and implications for integrating sociologies of education and family. *Marriage & Family Review*, 15(1-2), 99-126.
- Epstein, J. (1989). Family structures and student motivation: A developmental perspective. In C. Ames & R. Ames (Eds.), *Research on Motivation in Education* (pp. 259-295). New York: Academic Press.
- Epstein, J. (1988). *How do we improve programs for parental involvement? Educational Horizons*. New York: DeGruyter.
- Epstein, J. (1987). Toward a theory of family-school connections: Teacher practices and parent involvement. In K. Hurrelmann, F. Kaufmann, & F. Losel (Eds.), *Social intervention: Potential and constraints* (pp. 121-136). New York: DeGruyter.
- Epstein, J., & Connors, L. (1994). A colaboração escola e família no 3º ciclo e no ensino secundário. *Revista da Escola Superior de Educação de Santarém - ESES*, 5, 17-22.
- Epstein, J., & Elmore, J. (2014). *Annual NNPS report: 2013 district data*. Baltimore: Center on School, Family, and Community Partnerships at Johns Hopkins University.
- Epstein, J. Galindo, C., & Sheldon, S. (2011). Levels of leadership: Effects of district and school leaders on the quality of school programs of family and community involvement. *Educational Administration Quarterly*, 47, 462-495.
- Epstein, J., & Hutchins, D. (2011). Family involvement. In C. Weiland (Ed.), *This we believe in action: Implementing successful middle level schools* (pp. 181-198). Westerville, OH: Association for Middle Level Education.
- Epstein, J., & Karweit, N. (2014). *Friends in school: Patterns of selection and influence in secondary schools*. Baltimore: Elsevier.
- Epstein, J., & Sanders, M. (2012). What we learn from international studies of school-family-community partnerships. *Childhood Education*, 74(6), 392-394.
- Epstein, J., & Sanders, M. (2006). Prospects for change: Preparing educators for school, family, and community partnerships. *Peabody Journal of Education*, 81(2), 81-120.
- Epstein, J., & Sanders, M. (1998). What we learn from international studies of schoolfamily-community partnerships. *Childhood Education*, 74(6), 392-394.
- Epstein, J., Sanders, M., & Sheldon, S. (2009). *School, family, and community partnership: Your handbook for action*. Thousand Oaks, CA: Corwin Press.
- Epstein, J., Sanders, M., Simon, B., Salinas, K., Jansorn, N., & Voorhis, F. (2002). *School, family, and community partnerships: Your handbook for action*. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications/Corwin Press.

- Epstein, J., & Sheldon, S. (2016). Necessary but not sufficient: The role of policy for advancing programs of school, family, and community partnerships. *The Russell Sage Foundation Journal of the Social Sciences*, 2(5), 202-219.
- Epstein, J., & Sheldon, S. (2006). Moving forward: Ideas for research on school, family, and community partnerships. In C. F. Conrad & R. Serlin (Eds.), *SAGE Handbook for research in education: Engaging ideas and enriching inquiry* (pp. 117-137). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Escaraméia, B. (2008). *Relação escola-família em contextos multiculturais: Perceção dos professores do 1º Ciclo do Ensino Básico face à participação das famílias na vida da escola*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve para obtenção do grau de mestre, orientada por Jorge Manuel Bento Pinto, Faro.
- Esfandyari, B., & Nowzari, L. (2015). Inter-Parental conflict and antisocial behavior among middle adolescents: Mediating effect of mother-adolescent conflict. *International Journal of Review in Life Sciences*, 5(4), 1676-1687.
- Esfandyari, B., Baharudin, R., & Nowzari, L. (2009). The Relationship between inter-parental conflicts and externalizing behaviour problems among adolescents. *European Journal of Social Sciences*, 12(1), 121-126.
- Espada, C., Gambôa, E., & Branco, J. (2004). *Família e Políticas Públicas*. Cascais: Principia.
- Espinho, R. (2014). *Envolvimento parental e emoções*. Dissertação apresentada ao Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida para obtenção do grau de mestre, orientada por Maria de Lourdes Mata, Lisboa.
- European Union Agency for Fundamental Rights [FRA]. (2015). *Victims of crime in the EU: The extent and nature of support for victims*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- European Union Agency for Fundamental Rights [FRA]. (2014a). *Violence against women: an EU-wide survey: Main results*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- European Union Agency for Fundamental Rights [FRA]. (2014b). *Violence against women: an EU-wide survey: Survey methodology, sample and fieldwork. Technical report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- European Union Agency for Fundamental Rights [FRA]. (2014c). *Violência contra as mulheres: Um inquérito à escala da União Europeia - Síntese dos resultados*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- European Union Agency for Fundamental Rights [FRA]. (2012). *Survey on women's well-being and safety in Europe: Questionnaire*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

- Evangelista, R., Kaneta, C., Olavo, D., Silva, E., & Chaves, J. (2016). Até que a morte nos separe: Um olhar para o criminoso passional sob o aporte psicanalítico. *Psicologia: O Portal dos Psicólogos*, 1, 1-20.
- Faber, A., & Wittenborn, A. (2010). The role of attachment in children's adjustment to divorce and remarriage. *Journal of Family Psychotherapy*, 21(2), 89-104.
- Falcão, J., & Régnier, J. (2000). Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: Riscos e benefícios para o pesquisador. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 81(198), 229-243.
- Faleiros, V., & Faleiros, E. (2007). *Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- Fantinato, A., & Cia, F. (2015). Habilidades sociais educativas, relacionamento conjugal e comportamento infantil na visão paterna: Um estudo correlacional. *Psicologia Clínica*, 46(1), 120-128.
- Farate, C., Pocinho, M., & Machado, P. (2010). *Repercussions of tobacco, alcohol and drugs on adolescent' health: Modalities of interaction and reciprocal influence*. United Kingdom: Lambert Academic Publishing.
- Faria, A., Santos, P., & Fuertes, M. (2014). Pais e mães protegem, acarinham e brincam de formas diferentes. *Análise Psicológica*, 32(4), 419-437.
- Faria, L., Pinto, J., & Taveira, M. (2007). Família e aconselhamento parental: Trajectórias de carreira saudáveis. *II Congresso Família, Saúde e Doença: Modelos, Investigação e Prática em Diversos Contextos de Saúde* (pp. 1-13), Universidade do Minho. Atas. Braga: Centro de investigação em Psicologia (CIPsi) da Universidade do Minho.
- Farr, R., Forssell, S., & Patterson, C. (2010). Parenting and child development in adoptive families: Does parental sexual orientation matter?. *Applied Developmental Science*, 14(3), 164-178.
- Felizardo, S., & Ribeiro, E. (2013). Envolvimento parental e suporte social em contextos inclusivos. *I Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação / III Encontro de Sociologia da Educação "O não-formal e o informal em educação: Centralidades e periferias"* (pp. 1453-1459), Universidade do Minho. Atas. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd), Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- Fernandes, C. (2016). A suspensão provisória do processo. In Centro de Estudos Judiciários [CEJ] & Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG], *Violência Doméstica - Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno* (pp. 210-221). Lisboa: CEJ & CIG.
- Fernandes, E. (2013). Um olhar pedagógico sobre a participação da família no contexto escolar. *Maiêutica - Pedagogia*, 1(1), 97-112.

- Fernandes, I. (2015). *Será do género dos filhos ou dos pais? Estudo sobre o efeito do género das crianças e dos pais na qualidade da interação, comunicação e atividade conjunta*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa para obtenção do grau de mestre, orientada por Marina Fuertes, Lisboa.
- Fernández, M. (2012). Ser madres y padres en familias homoparentals: Análises del discurso de sus percepciones sobre la educación de sus hijos e hijas. Ensayos, *Revista de la Facultad de Educación de Albacete*, 27, 143-158.
- Ferreira, D. (2016). Violência psicológica contra a mulher: A realidade de um crime silencioso. *Revista Jurídica UNIRAXÁ*, 19(18), 155-178.
- Ferreira, S. (2011). *Envolvimento parental e práticas dos educadores na rede privada*. Dissertação apresentada ao Departamento de Educação da Universidade de Aveiro para obtenção do grau de mestre, orientada por José Alexandre da Rocha Ventura Silva, Aveiro.
- Ferry, L. (2008). *Famílias: Amo-vos*. Mafra: Temas e Debates.
- Figueiredo, L. & Santi, P. (2010). *Psicologia: Uma (nova) introdução*. São Paulo: EDUC - Série Trilhas.
- Figlie, N., Fontes, A., Moraes, E., & Payá, R. (2004). Filhos de dependentes químicos com fatores de risco bio-psicossociais: Necessitam de um olhar especial. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 31(2), 53-62.
- Fisher, P., Leve, L., O'Leary, C., & Leve, C. (2003). Parental monitoring of children's behavior: Variation across stepmother, stepfather, and two-parent biological families. *Family Relations*, 52(1), 45-52.
- Flury, M., Nyberg, E., & Riecher-Rössler, A. (2010). Domestic violence against women: definitions, epidemiology, risk factors and consequences. *Swiss Medical Weekly, The European Journal of Medical Sciences*, 140, 1-6.
- Folkes, S., Hilton, N., & Harris, G. (2013). Weapon use increases the severity of domestic violence but neither weapon use nor firearm access increases the risk or severity of recidivism. *Journal Interpersonal Violence*, 28(6), 1143-1156.
- Fonseca, A. (2004). *Comportamento antissocial e crime: Da infância à idade adulta*. Coimbra: Almedina.
- Fonseca, C. (2015). *Violência no namoro e atitudes associadas: Estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados e adolescentes não-institucionalizados*. Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre, orientada por Luiza Nobre Lima, Coimbra.
- Fonseca, D., Ribeiro, C., & Leal, N. (2012). Violência doméstica contra a mulher: Realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307-314.

- Foshee, V., Dixon, K., Ennett, S., Moracco, K., Bowling, M., Chang, L., et. al., (2015). The process of adapting a universal dating abuse prevention program to adolescents exposed to domestic violence. *Journal of Interpers Violence*, 30(12), 2151-2173.
- Fraga, I. (2012). *Adolescentes vítimas de maus-tratos: Memórias de práticas educativas parentais, (des)adaptação e suporte social*. Dissertação apresentada ao Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida para obtenção do grau de mestre, orientada por Judite Côrte-Real, Lisboa.
- Francisco, R., Pinto, J., & Pinto, H. (2016). *Família e Psicologia - Contributos para a investigação e intervenção*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Freire, I. (2010). Mediação em educação em Portugal. In J. A. Correia & A. M. Silva (Orgs.), *Mediação: (d)os contextos e (d)os actores* (pp. 59-70). Porto: Edições Afrontamento.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, A. (2007). *Novas leis de violência doméstica contra a mulher e de tóxico*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris.
- Freitas, R., Fernandes, B., Freitas, T., Cantuária, V., Damasceno, R., & Lessa, A. (2015). Consequências físicas e psicológicas da violência doméstica para a saúde da mulher e para a vida escolar dos filhos. *Revista Desenvolvimento Social*, 16(1), 19-32.
- Frota, M., Lima, L., Oliveira, M., Nobre, C., Couto, C., & Noronha, C. (2016). Perspectiva materna acerca da repercussão da violência doméstica infantil no desenvolvimento humano. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, 6(2), 2180-2189.
- Fu, V., & Wolfinger, N. (2011). Broken boundaries or broken marriages? Racial intermarriage and divorce. *Social Science Quarterly*, 92(4), 1096-1111.
- Fukumoto, A., Corvino, J., & Olbrich, J. (2011). Perfil dos agressores e das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Revista Ciência em Extensão*, 7(2), 71-83.
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação [GEPE]. (2011a). *Regiões em Números 2008/2009: Volume I - Norte*. Lisboa: GEPE.
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação [GEPE]. (2011b). *Regiões em Números 2008/2009: Volume II - Centro*. Lisboa: GEPE.
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação [GEPE]. (2011c). *Regiões em Números 2008/2009: Volume III - Lisboa*. Lisboa: GEPE.
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação [GEPE]. (2011d). *Regiões em Números 2008/2009: Volume IV - Alentejo*. Lisboa: GEPE.
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação [GEPE]. (2011e). *Regiões em Números 2008/2009: Volume V - Algarve*. Lisboa: GEPE.

- Galvão, J. (2012). Guarda compartilhada: Uma análise de compatibilidade frente ao princípio da proteção integral. *Revista Digital FAPAM - SYNTHESIS*, 3, 86-98.
- Galvani, S. (2006). Alcohol and domestic violence: Womens views. *Violence Against Women*, 12(7), 641-662.
- Garcia, L. & Silva, G. (2016). *Mortalidade de mulheres por agressões no Brasil: Perfil e estimativas corrigidas (2011-2013)*. Brasília: Ipea.
- Gaspar, S. (2016). *Vítimas silenciosas: Crianças expostas à violência interparental*. Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia e Sociologia da Universidade Autónoma de Lisboa para obtenção do grau de mestre, orientada por Tito Laneiro, Lisboa.
- Gatti, B. (2004). Estudos quantitativos em educação. *Educação e Pesquisa*, 30(1), 11-30.
- Gato, J., & Fontaine, A. (2014). Homoparentalidade no masculino: Uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 312-322.
- Gato, J., & Fontaine, A. (2011). Impacto da orientação sexual e do género na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. *Revista Ex-Aequo*, 23, 83-89.
- Gawryszewski, V., Valencich, D., Carnevalle, C., & Marcopito, L. (2009). Maus-tratos contra a criança e o adolescente no Estado de São Paulo. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 58(6), 659-665.
- Gershoff, E., & Grogan-kaylor, A. (2016). Spanking and child outcomes: Old controversies and new meta-analyses. *Journal of Family Psychology*, 30(4), 453-469.
- Gibson, C., Callands, T., Magriples, U., Divney, A., & Kershaw, T. (2015). Intimate partner violence, power, and equity among adolescent parents: Relation to child outcomes and parenting. *Maternal and Child Health Journal*, 19(1), 188-195.
- Giddens, A. (2014). *Sociologia* (9ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, A. (2011). *Transformação da intimidade: A sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (2ª ed.). São Paulo: Editora UNESP.
- Giddens, A. (2010). *O mundo na era da globalização* (7ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A. (2002). *As consequências da modernidade* (4ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2001). *Modernidade e identidade pessoal* (2ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Gidycz, C., Orchowski, L., Probst, D., Edwards, K., Murphy, M., & Tansill, E. (2015). Concurrent administration of sexual assault prevention and risk reduction programming: Outcomes for women. *Violence Against Women*, 21(6), 780-800.

- Gill, P., & Larsson, P. (2015). Incident-Level analysis of 703 retrospective self-reports of ordinary violence recalled by 334 Swedes aged 6 to 45 years. *Journal of Interpers Violence*, 30(12), 2129-2150.
- Glover, J., & Reay, T. (2015). Sustaining the family business with minimal financial rewards: How do family farms continue?. *Family Business Review*, 28(2), 163-177.
- Golombock, S., Perry, B., Burston, A., Murray, C., Mooney-Somers, J., Stevens, M., et. al., (2003). Children with lesbian Parents: A community study. *Developmental Psychology*, 39(1), 20-33.
- Gomide, P. (2011a). *Pais presentes pais ausentes: Regras e limites*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Gomide, P. (2011b). *Inventário de estilos parentais - IEP: Modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Gomide, P. (2006). *Inventário de estilos parentais: Modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Vozes.
- Gomes, C., Fernando, P., Ribeiro, T., Oliveira, A., & Duarte, M. (2015). *Estudo avaliativo das decisões judiciais em matéria de violência doméstica*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género [CIG].
- Gomes, J. (2016b). Os recursos do ambiente familiar e a influência no rendimento académico. *Revista Lugares de Educação*, 6(12), 103-124.
- Gomes, M. (2015). *Processo de decisão de compra de serviços de explicações: Perspetiva do encarregado de educação*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão para obtenção do grau de mestre, orientada por Maria Margarida de Melo Coelho Duarte, Lisboa.
- Gomes, R. (2016a). Teorias da dominação masculina: Uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. *Libertas: Revista de Pesquisa em Direito*, 2(1), 11-34.
- Gómez-Díaz, J. (2011). Fenomenologia del divorcio. *Psicologia & Sociedad*, 23(2), 391-397.
- Gonçalves, E. (2015). *Perceção de competência parental e estilos parentais em mulheres vítimas de violência doméstica*. Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto da Universidade Lusófona do Porto para obtenção do grau de mestre, orientada por Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva, Porto.
- Gonçalves, E. (2010). *Envolvimento parental nos trajetos escolares dos filhos nas escolas integradas e escolas segmentadas: A influência sobre os resultados escolares dos alunos*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de mestre, orientada por David Justino, Lisboa.

- Gonçalves, M., & Sani, A. (2015). A participação da criança na justiça: Estudo com crianças expostas à violência doméstica. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(1), 157-169.
- Goralski, C. (2013). Domestic violence: Firearm seizures & lethality assessments: Enhancing the police response. *The Police Journal*, 86(3), 235-248.
- Gouveia, T. (2008). *Vivências escolares e envolvimento parental: Implicações nas atitudes face á escola e no sucesso académico de alunos do ensino secundário*. Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de mestre, orientada por Paula Mena Matos, Porto.
- Gouyon, M., & Guérin, S. (2006). L'implication dès parents dans la scolarité dès filles et des garçons: Desintentions à la pratique. *Économie et Statistique*, 398-399, 59-84.
- Grabicoski, B. (2016). *Avaliação de pais de adolescentes em conflito com a lei*. Dissertação apresentada à Universidade Tuiuti do Paraná para obtenção do grau de mestre, orientada por Paula Inez Cunha Gomide, Curitiba- Paraná.
- Gracia, J., Mesa, C., & Vila, D. (2013). A intervenção com crianças vítimas de violência doméstica interparental em Aragão (Espanha): Resposta judicial e assistência social integrada. *E-Cadernos Centro de Estudos Sociais - Acesso ao direito e à justiça da família e das crianças*, 20, 105-136.
- Graham-Bermann, S., Gruber, G., Howell, K., & Girz, L. (2009). Factors discriminating among profiles of resilience and psychopathology in children exposed to intimate partner violence (IPV). *Child Abuse and Neglect*, 33(9), 648-60.
- Greeson, M., Kennedy, A., Bybee, D., Beeble, M., Adams, A., & Sullivan, C. (2014). Beyond deficits: Intimate partner violence, maternal parenting, and child behavior over time. *American Journal of Community Psychology*, 54(1/2), 46-58.
- Griboski, R., Guilhem, D., & Moura, L. (2015). Occurrence of violence caused by intimate partners in brazilian rural working women: A descriptive study. *Brazilian Journal of Nursing*, 14(2), 151-160.
- Grossi, P., Clos, M., Duarte, J., Coutinho, A., & Gasparotto, G. (2015). O enfrentamento da violência contra a mulher rural: Desafio para as políticas públicas. *VII Jornadas das Políticas Públicas* (pp. 1-13), Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atas. São Luís, Brasil: Centro de Ciências Sociais da UFMA.
- Grossmann, K., Grossmann, K., Kindler, H., & Zimmermann, P. (2008). A wider view of attachment and exploration: The influence of mothers and fathers on the development of psychological security from infancy to young adulthood. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 857-879). New York: Guilford Press.
- Grubb, J., & Bouffard, L. (2015). The influence of direct and indirect juvenile victimization experiences on adult victimization and fear of crime. *Journal of Interpers Violence*, 30(18), 3151-3173.

- Grzybowski, L., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: A coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 77-87.
- Guerreiro, M., Patrício, J., Coelho, A., & Saleiro, S. (2015). *Processos de inclusão de mulheres vítimas de violência doméstica*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Universitário de Lisboa [CIES-IUL].
- Gunther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-210.
- Hack, S., & Ramires, V. (2010). Adolescência e divórcio parental: Continuidades e rupturas dos relacionamentos. *Psicologia Clínica*, 22(1), 85-97.
- Haight, W., Shim, W., Linn, L., & Swinford, L. (2007). Mothers' strategies for protecting children from batterers: The perspectives of battered women involved in child protective service. *Child Welfare*, 86(4), 41-62.
- Hamby, S., Finkelhor, D., Turner, H., & Ormrod, R. (2011). *Children's exposure to intimate partner violence and other family violence. Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention* (pp. 1-11). Washington, DC: U.S. Department of Justice.
- Helene, H., Mason, R., Hall, J., Rodger, S., Classen, C., Evans, M., et. al., (2014). Laboring to mother in the context of past trauma: The transition to motherhood. *Qualitative Health Research*, 24(9), 1253-1264.
- Helker, M. (2016). *Da violência doméstica fatal contra a mulher: Evolução e tipificação*. Monografia apresentada ao Departamento Acadêmico de Direito da Universidade Federal de Rondônia para obtenção do grau de bacharel, orientada por Simone Maria Gonçalves de Oliveira Ulian, Rondônia.
- Henderson, A., & Mapp, K. (2002). *A new wave of evidence: The impact of school, family, and community connections on student achievement*. Austin, Texas: National Center for Family and Community Connections with Schools.
- Henderson, A. (1987). *The evidence continues to grow: Parent involvement improves student achievement. An annotated bibliography*. Columbia, MD: National Committee for Citizens in Education Special Report.
- Henriques, B. (2014). Comportamento antissocial na infância e adolescência. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 4(1), 83-92.
- Herrenkohl, T., Sousa, C., Tajina, E., Herrenkohl, R., & Moylan, C. (2008). Intersection of child abuse and children's exposure to domestic violence. *Trauma, Violence & Abuse*, 9(2), 84-99.
- Hetherington, E., & Kelly, J. (2002). *For better or for worse. Divorce reconsidered*. New York: W. W. Norton & Company.

- Hetherington, E., & Stanley-Hagan, M. (2002). Parenting in divorced and remarried families. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting. Volume 3: Being and becoming a parent* (pp. 287-315). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Hill, M., & Hill, A. (2012). *Investigação por questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Hirano, K., & Rowe, D. (2016). A conceptual model for parent involvement in secondary special education. *Journal of Disability Policy Studies*, 27(1), 43-53.
- Hitchens, D., & Van Horn, P. (2005). The Court's Role in supporting and protecting children exposed to domestic violence. *Journal of the Center for Families, Children & the Courts*, 6, 31-52.
- Hockenberry, M., & Wilson, D. (2014). *Wong: Fundamentos enfermagem pediátrica*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Hoge, M., Liaupsin, C., Umbreit, J., & Ferro, J. (2014). Examining placement considerations for students with emotional disturbance across three alternative schools. *Journal of Disability Policy Studies*, 24(4), 218-226.
- Holden, G. (2003). Children exposed to domestic violence and child abuse: Terminology and taxonomy. *Clinical Child & Family Psychology Review*, 6(3), 151-160.
- Holmes, M., Voith, L., & Gromoske, A. (2015). Lasting effect of intimate partner violence exposure during preschool on aggressive behavior and prosocial skills. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(10), 1651-1670.
- Holt, A. (2013) *Adolescent-to-parent abuse: Current understandings in research, policy and practice*. Bristol: Policy Press.
- Holt, S., Buckley, H., & Whelan, S. (2008). The impact of exposure to domestic violence on children and young people: A review of the literature. *Child Abuse & Neglect*, 32(8), 797-810.
- Hoover-Dempsey, K., Walker, J., Sandler, H., Whetsel, D., Green, C., Wilkins, A., et. al., (2005). Why do parents become involved? Research findings and implications. *The Elementary School Journal*, 106(2), 105-130.
- Howe, T. (2015). *Marriages & Families in the 21st century: A Bioecological approach*. Oxford, UK: Wiley-Blackwell.
- Human, L., Dirks, M., DeLongis, A., & Chen, E. (2016). Congruence and incongruence in adolescents' and parents' perceptions of the family: Using response surface analysis to examine links with adolescents' psychological adjustment. *Journal of Youth and Adolescence*, 45(10), 2022-2035.
- International Business Machines [IBM]. (2012). *IBM SPSS Statistics 21 Brief Guide*. U.S. (Government Users Restricted Rights): IBM Corporation.
- Instituto de Apoio à Criança [IAC]. (2016). *Relatório Rede GAAF, 2015/16*. Lisboa: IAC.

- Instituto de Apoio à Criança [IAC]. (2009). *O superior interesse da criança na perspectiva do respeito pelos seus direitos* (3ª ed.). Lisboa: IAC.
- Instituto da Segurança Social [ISS]. (2016). *CASA 2015: Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa: ISS.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2015). *As novas Unidades Territoriais para Fins Estatísticos*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2013). *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos - Portugal*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2011). *Classificação Portuguesa das Profissões - Grandes Grupos e Sub-Grandes Grupos*. Lisboa: INE.
- Izaguirre, A., & Calvete, E. (2015). Children who are exposed to intimate partner violence: Interviewing mothers to understand its impact on children. *Child Abuse & Neglect*, 48, 58-67.
- Jensen, T., & Shafer, K. (2013). Stepfamily functioning and closeness: Children's view on second marriages and stepfather relationships. *Social Work*, 58(2), 127-136.
- Jiménez, B. (2009). Menores expuestos a violencia contra la pareja: Notas para una práctica clínica basada en la evidencia. *Clínica y Salud*, 20(3), 261-27.
- Jiménez, L., Andrade, E., & Bianchini, L. (2016). Uso de drogas e ato infracional: Revisão integrativa de artigos brasileiros. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14(2), 939-955.
- Jeynes, W. (2006). The impact of parental remarriage on children: A meta-analysis. *Marriage & Family Review*, 40(4), 75-102.
- Jodelet, D. (1989). Représentations sociales: Un domain en expansion. In D. Jodelet (Org.), *Les Représentations Sociales* (pp. 31-61). Paris: Presses Universitaires de France.
- Jouriles, E. & McDonald, R. (2015). Intimate partner violence, coercive control, and child adjustment problems. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(3), 459-474.
- Jouriles, E., McDonald, R., Rosenfield, D., Stephens, N., Corbitt-Shindler, D., & Miller, P. (2009). Reducing conduct problems among children exposed to intimate partner violence: A randomized clinical trial examining effects of project support. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 77(4), 705-717.
- Jouriles, E., McDonald, R., Slep, A., Heyman, R., & Garrido, E. (2008a). Child abuse in the context of domestic violence: Prevalence, explanations, and practice implications. *Violence and Victims*, 23(2), 221-235.

- Jouriles, E., Brown, A., McDonald, R., Rosenfield, D., Leahy, M., & Silver, C. (2008b). Intimate partner violence and preschoolers' explicit memory functioning. *Journal of Family Psychology*, 22, 420-428.
- Kathleen, A. (2007). Violence against women and the perinatal period: The impact of lifetime violence and abuse on pregnancy, postpartum, and breastfeeding. *Trauma, Violence & Abuse*, 8(3), 344-353.
- Kelly, J. (2007). Children's living arrangements following separation and divorce: Insights from empirical and clinical research. *Family Process*, 46(1), 35-52.
- Kelly, J., & Emery, R. (2003). Children's adjustment following divorce: Risk and resilience perspectives. *Family Relations*, 52(4), 352-362.
- Kerns, K., Tomich, P., & Kim, P. (2006). Normative trends in children's perceptions of availability and utilization of attachment figures in middle childhood. *Social Development*, 15(1), 1-22.
- Kimu, A., & Steyn, G. (2013). Applying the Epstein model to investigate parent involvement in public primary schools in Kenya. *Journal of Asian and African Studies*, 48(5), 607-622.
- Kirkan, T., Aydin, N., Yazici, E., Akcali, A., Acemoglu, H., & Daloglu, A. (2015). The depression in women in pregnancy and postpartum period: A follow-up study. *International Journal of Social Psychiatry*, 61(4), 343-359.
- Kitzmann, K. (2011). Violência doméstica e seu impacto sobre o desenvolvimento social e emocional de crianças pequenas In: Tremblay RE, Boivin M, PetersRDeV (Eds), *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância* (pp. 61-65). Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development.
- Kitzmann, K., Gaylord, N., Holt, A., & Kenny, E. (2003). Child witnesses to domestic violence: A meta-analytic review. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71(2), 333-352.
- Klein, A. (2015). *Practical implications of current domestic violence research for Probation Officers and Administrators*. Minneapolis: Advocates for Human Potential for the Technical Assistance Project on Probation Responses to Domestic Violence & Battered Women's Justice Project.
- Klein, A. (2009). *Practical implication of current domestic violence research: For Law Enforcement, Prosecutors and Judges*. Washington: Department of Justice, National Institute of Justice.
- Klem, A., & Connel, J. (2004). Relationship matter: Linking teacher support to student engagement an achievement. *Jornal of School Health*, 74(7), 262-273.
- Krause, I. (2006). *Culture and system in family therapy: Systemic thinking and practice series*. London: Karnac Books.

- Krizsan, A., & Popa, R. (2014). Frames in contestation: Gendering domestic violence policies in five central and eastern european countries. *Violence Against Women*, 20(7), 758-782.
- Koenen, K., Moffitt, T., Caspi, A., Taylor, A., & Purcell, S. (2003). Domestic violence is associated with environmental suppression of IQ in young children. *Development and Psychopathology*, 15(2), 297-311.
- Krob, D. (2014). A Igreja e a violência doméstica contra as mulheres. *II Congresso Internacional da Faculdades EST Brasil: Religião, Mídia e Cultura* (Vol. 2, pp. 208-216), São Leopoldo, Brasil. Atas. São Leopoldo: Faculdades EST Brasil.
- Kulkarni, S., Herman-Smith, R., & Ross, T. (2015). Measuring intimate partner violence (IPV) service providers' attitudes: The development of the survivor-defined advocacy scale (SDAS). *Journal of Family Violence*, 30(7), 911-921.
- LaFleur, L. (2014). *Does parenting style moderate the association between parental monitoring and adolescent problem behavior?*. Dissertação apresentada ao Colégio de Ciências da Universidade de New Orleans para obtenção do grau de mestre, orientada por Robert Laird, New Orleans-Louisiana.
- Lamb, M. (2010). *The role of the father in child development*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2015). A Cumulative risk model of child physical maltreatment potential: Findings from a community-based study. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(21), 1 - 19.
- Lamers-Winkelmann, F., Willemen, A., & Visser, M. (2012). Adverse childhood experiences of referred children exposed to intimate partner violence: Consequences for their wellbeing. *Child Abuse & Neglect*, 36(2), 166-179.
- Lança, H. (2015). A condição jurídica da mulher quarenta anos depois do 25 de Abril. *Revista Jurídica Data Venia*, 2(3), 353-398.
- Leung, C., Tsang, S., & Heung, K. (2015). The effectiveness of healthy start home visit program: Cluster randomized controlled trial. *Research on Social Work Practice*, 25(3), 322-333.
- Layne, L. (2015). I Have a fear of really screwing it up: The fears, doubts, anxieties, and judgments of one American single mother by choice. *Journal of Family Issues*, 36(9), 1154-1170.
- Leal, L. (2014). *A percepção do envolvimento parental escolar nas perspetivas dos pais e dos filhos*. Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia e Educação da Universidade Portucalense para obtenção do grau de mestre, orientada por José Carlos Rocha, Porto.

- Lebow, J., & Stroud, C. (2016). Avaliação do funcionamento conjugal e familiar. *Processos Normativos da Família: Diversidade e Complexidade*. In Walsh, F. (Eds.), *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (Capítulo 21, pp. 501-528). Porto Alegre: Artmed.
- Lebreiro, M. (2012). Relação entre perceção das atitudes parentais, a autoestima e a maturidade vocacional em alunos do ensino básico e secundário. *II Seminário Internacional: Contributos da Psicologia em Contextos Educativos* (pp. 262-271), Universidade do Minho. Atas. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIE), Instituto de Educação da Universidade Minho.
- Leme, V., Marturano, E., & Fontaine, A. (2014). Habilidades sociais, problemas de comportamento e competência académica de crianças de famílias nucleares e recasadas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(3), 854-876.
- Levendosky, A., & Graham-Bermann, S. (2001). Parenting battered woman: the effects of domestic violence on woman and their children. *Journal of Family Violence*, 16(2), 171-192.
- Levendosky, A., Lynch, S., & Graham-Bermann, S. (2000). Mothers' perceptions of the impact of woman abuse on their parenting. *Violence Against Women*, 6(3), 247-271.
- Levenson, J., & Socia, K. (2016). Adverse childhood experiences and arrest patterns in a sample of sexual offenders. *Journal Interpers Violence*, 31(10), 1883-1911.
- Levenson, J., Willis, G., & Prescott, D. (2016). Adverse childhood experiences in the lives of male sex offenders: Implications for trauma-informed care. *Sex Abuse, A Journal of Research and Treatment*, 28(4), 340-359.
- Lévy-Bruhl, L. (2015). *As funções mentais nas sociedades inferiores*. Rio de Janeiro: Niterói.
- Linhares, E. (2013). *A discussão como metodologia de educação em ciências no ensino superior*. Tese apresentada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de doutor, orientada por Pedro Guilherme Rocha dos Reis, Lisboa.
- Lima, J., & Alberto, M. (2012). Abuso sexual intrafamiliar: As mães diante da vitimação das filhas. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 412-420.
- Lima, R. (2000). *Conflitos sociais e criminalidade urbana: Uma análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de mestre, orientada por Sérgio Adorno, São Paulo.
- Lima, J., Serôdio, R., & Cruz, O. (2011). Pais responsáveis, filhos satisfeitos: As responsabilidades paternas no quotidiano das crianças em idade escolar. *Análise Psicológica*, 39(4), 567-578.
- Lindhout, I., Markus, M., Hoogendijk, T., & Boer, F. (2009). Temperament and parental child-rearing style: Unique contributions to clinical anxiety disorders in childhood. *European Child and Adolescent Psychiatry*, 18(7), 439-446.

- Lira, A., & Diógenes, M. (2014). Bullying as seen by its student victims, perpetrators and witnesses: A case study conducted in a school near the Brazilian capital. *Journal of Modern Education Review*, 4(4), 260-272.
- Lisboa, M., Barros, P., Cerejo, S., & Barrenho, E. (2007). *Custos económicos da prestação de cuidados de saúde às vítimas de violência*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde [DGS].
- Lisboa, M., Barroso, Z., & Marteleira, J. (2003). *O contexto social da violência contra as mulheres detetada nos Institutos de Medicina Legal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres [CIDM].
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J. & Leandro, A. (2009). *Violência e género: Inquérito nacional sobre a violência contra as mulheres e homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género [CIG].
- Lisboa, M., Dias, A., Roque, A., Barroso, Z., Favita, A., Cerejo, D., et. al., (2010). *Igualdade de género e tomada de decisão, a violência contra as mulheres, doméstica e de género. Sistema Integrado de Informação e Conhecimento*. Lisboa: SociNova/CesNova-FCSH-UNL.
- Lisboa, M., Vicente, L., Barroso, Z., Alfarroba, A., Amândio, S., Cerejo, S., et. al., (2005). *Saúde e violência contra as mulheres: Estudo sobre as relações existentes entre a saúde das mulheres e as várias dimensões da violência de que tenham sido vítimas*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde [DGS].
- Lisboa, M., Vicente, L., Carmo, I., & Nóvoa, A. (2003). *Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres [CIDM].
- Lobo, C. (2010). *As recomposições familiares: Dinâmicas de um processo de transição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lopes, A. (2014). *Percepções do envolvimento parental em alunos dos 2º e 3º ciclos de escolaridade*. Dissertação apresentada ao Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida para obtenção do grau de mestre, orientada por Maria de Lourdes Estorninho Neves Mata, Lisboa.
- Lopes, A., Ganassin, G., Marcon, S., & Decesaro, M. (2015). Alcoholic beverage abuse and its relationship in the family context. *Estudos de Psicologia*, 20(1), 22-30.
- Lopes, J. (2006). *Professores envolvendo pais nos trabalhos de casa de ciências naturais: Uma experiência usando a Web*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto para obtenção do grau de mestre, orientada por João Carlos de Matos Paiva, Porto.
- Lopes, J., & Paiva, J. (2008). Professores envolvendo pais nos trabalhos de casa de ciências naturais: uma experiência usando a web. *Educação, Formação & Tecnologias*, 1(1), 116-136.

- Lopes, M. (2015). Cultura organizacional de boas escolas: O sentido e as práticas de lideranças. *Revista Iberoamericana de Educación*, 67, 71-88.
- Lopes, M., Catarino H., & Dixe, M. (2010). Parentalidade positiva e enfermagem: Revisão sistemática da literatura. *Referência*, 3(1), 109-118.
- López, F. (2008). *Necesidades en la infancia y en la adolescencia: Respuesta familiar, escolar y social*. Madrid: Pirámide.
- Lourenço, N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). *Violência Contra as Mulheres. Cadernos da Condição Feminina, n.º 48*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres [CIDM].
- Lundahl, B., Risser, H., & Lovejoy, M. (2006). A meta-analysis of parent training: Moderators and follow-up effects. *Clinical Psychology Review*, 26(1), 86-104.
- Lyken-Segosebe, D., & Hinz, S. (2015). The politics of parental involvement: How opportunity hoarding and prying shape educational opportunity. *Peabody Journal of Education*, 90(1), 93-112.
- Ma, J., Grogan-Kaylor, A., & Delva, J. (2016). Behavior problems among adolescents exposed to family and community violence in Chile. *Family Relations*, 65(3), 502-516.
- Maçalai, G., & Nielsson, J. (2016). A violência de gênero e o discurso religioso: Entre a opressão e a inclusão. *IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião: História, Saúde e Direitos* (Vol. 4, pp. 201-219), São Leopoldo, Brasil. Atas. São Leopoldo: Faculdades EST.
- Maçalai, G., Strücker, B., & Nielsson, J. (2015). Discursos religiosos: Promotores da violência de gênero ou da inclusão. *Revista Direito e Sociedade: Reflexões Contemporâneas*, 6(2), 48-68.
- Macarini, S., Martins, G., Minetto, M., & Vieira, M. (2010). Práticas parentais: Uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 119-134.
- Macdonald, G. (2016). Domestic Violence and Private Family Court Proceedings: Promoting Child Welfare or Promoting Contact?. *Violence Against Women*, 22(7), 832-52.
- Machado, A., Hines, D., & Matos, M. (2016). Help-seeking and needs of male victims of intimate partner violence in Portugal. *Psychology of Men & Masculinity*, 17(3), 255-264.
- Machado, A., & Matos, M. (2014). Homens vítimas na intimidade: Análise metodológica dos estudos de prevalência. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 726-736.
- Machado, C., & Matos, M. (2007). Intervenção narrativa com grupo de mulheres maltratadas: Da desconstrução da posição de vítima à reconstrução de identidades preferenciais. In M. Gonçalves & Ó. Gonçalves (Coord.), *Psicoterapia, Discurso e Narrativa* (pp. 209-233). Coimbra: Quarteto.

- Machado, H. (2007). *Moralizar para identificar. Cenários da investigação judicial de paternidade*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Machado, C., & Gonçalves, R. (2008). *Violência e vítimas de crimes: Crianças* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto.
- Machado, C., Gonçalves, M., & Vila-Lobos, A. (2002). Crianças expostas a múltiplas formas de violência. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coord.), *Violência e vítimas de crimes: Crianças* (Vol. 2, pp. 133-168). Coimbra: Quarteto.
- Magalhães, M. (2005). *Mulheres, espaços e mudanças: O pensar e o fazer na educação das novas gerações*. Tese apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de doutor, orientada por Helena Costa Araújo, Porto.
- Magalhães, M., Alvarenga, P., & Teixeira, M. (2012). Relação entre estilos parentais, instabilidade de metas e indecisão vocacional em adolescentes. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13(1), 15-25.
- Malmquist, A. (2015). Women in lesbian relations: Construing equal or unequal parental roles?. *Psychology of Women Quarterly*, 39(2), 256-267.
- Mandela, N. (2003). Lighting your way to a better future. *Discurso de Nelson Mandela no lançamento da "Mindset Network"* (p. 1), a 16 de julho de 2003 na Universidade de Witwatersrand, Johannesburg, África do Sul.
- Mangueira, S., Guimarães, F., Mangueira, J., Fernandes, A., & Lopes, M. (2015). Health promotion and public policies of alcohol in Brazil: Integrative literature review. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 157-168.
- Manita, C., & Matias, M. (2016). Programas para Agressores: Modificar comportamentos abusivos no âmbito das relações de intimidade e prevenir a reincidência. In A. Sani & S. Caridade (Org.), *Práticas de intervenção na violência e no crime* (pp. 149-164). Lisboa: PACTOR.
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: Compreender para intervir*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).
- Manlove, E., & Verno-Feagans, L. (2002). Caring for infants, daughters and sons in dual-earner households: Maternal reports of father involvement in weekday time and tasks. *Infant and Child Development*, 11(4), 305- 320.
- Manta, A. (2015). *Motivar os filhos para o estudo*. Lisboa: Clube do Autor.
- Mapp, K. (2003). Having their say: Parents describe how and why they are engaged in their children's learning. *School Community Journal*, 13(1), 35-64.
- Maraschin, J. (2010). *Da leveza e de beleza: Liturgia na pós-modernidade*. São Paulo: ASTE.

- Marques, D. (2012). *Relação família-escola: A importância do envolvimento parental*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve para obtenção do grau de mestre, orientada por Carla Vilhena, Faro.
- Marques, M. (2016). *Análise do discurso jurisdicional do Tribunal da Relação de Évora nos casos de violência doméstica. Serão as decisões influenciadas pelo sexo do relator?*. Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de mestre, orientada por Helena Pereira de Melo, Lisboa.
- Marques, R. (2001a). *Educar com os pais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Marques, R. (2001b). *Professores, família e projeto educativo*. Porto: ASA Editores.
- Marques, R. (1999). *A escola e os Pais. Como colaborar?*. Lisboa: Texto Editora.
- Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Marôco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?. *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90.
- Martins, A. (2010). *Impacto do divórcio parental no comportamento dos filhos. Fatores que contribuem para uma melhor adaptação. Implicações médico-legais*. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto para obtenção do grau de mestre, orientada por Joana Oliveira, Porto.
- Martins, A., & Carvalho, C. (2009). No crepúsculo da vida: Um olhar sentido sobre a vivência conjugal. *Revista de Ciències de l'Éducación*, 30(3), 319-337.
- Martins, C., & Mello, J. (2009). Desfecho dos casos de violência contra crianças e adolescentes no poder judiciário. *Acta Paulista de Enfermagem*, 22(6), 800-807.
- Martins, G., León, C., & Seabra, A. (2016). Estilos parentais e desenvolvimento das funções executivas: estudo com crianças de 3 a 6 anos. *PSICO*, 47(3), 216-227.
- Martins, L. (2014). *Práticas de ensino supervisionado e os contextos socioculturais no 1º CEB*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu para obtenção do grau de mestre, orientada por Henrique Ramalho, Viseu.
- Martins, M., & Sarmento, T. (2013). Associações de pais e participação coletiva: Oportunidade perdida?. *Gestão e Desenvolvimento*, 21, 167-184.
- Massena, A. (2016). Articulação entre as várias intervenções: O processo penal, o processo tutelar educativo, o processo de promoção e proteção e as providências tutelares cíveis. In Centro de Estudos Judiciários [CEJ] & Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG], *Violência Doméstica - Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno* (pp. 323-336). Lisboa: CEJ & CIG.
- Mason, M., Harrison-Jay, S., Svare, G., & Wolfinger, N. (2002). Stepparents: De facto parents or legal strangers?. *Journal of Family Issues*, 23(4), 507-522.

- Mateus, M. (2016). Perceções da relação escola e família. *Revista interdisciplinaria sobre Imaginarios Sociales*, 7, 44-61.
- Matos, F. (2015). *Bullying: Quem merece? Os caminhos escondidos da infância*. Faro: GREI-Grupo de Estudos Interdisciplinares.
- Matos, M. (2006) *Violência nas relações e intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Tese apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho para obtenção do grau de doutor, orientada por Miguel Gonçalves, Braga.
- Matos, M. (2002). Violência Conjugal. In R. A. Gonçalves & C. Machado (Coord.), *Violência e vítimas de crimes, Vol. 1 - Adultos* (pp. 81-130). Coimbra: Quarteto Editora.
- Matos, M., Conde, R., Santos, A., & Gonçalves, R. (2014). Multiple victimization and social exclusion: A grounded analysis of the life stories of women. *Journal of Humanistic Psychology*, 55(2), 223-246.
- Matos, M., Conde, R., & Peixoto, J. (2013). Vitimação múltipla feminina ao longo da vida: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 602-611.
- Matos, M., Grangeia, H., Ferreira, C., & Azevedo, V. (2011). *Inquérito de vitimação por stalking: Relatório de Investigação*. Braga: Grupo de Investigação sobre Stalking em Portugal (GISP).
- Matos, M., Machado, A., Santos, A., & Machado, C. (2012). Intervenção em grupo com vítimas de violência doméstica: Uma revisão da sua eficácia. *Análise Psicológica*, 30(1-2), 79-91.
- Mavuso, M., & Duku, N. (2014). African parents as partners in school governance in South Africa?. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 5(16), 427-434.
- McCormick, M., Cappella, E., O'Connor, E., & McClowry, S. (2013). Parent involvement, classroom emotional support, and student behaviors: An ecological approach. *The Elementary School Journal*, 114(2), 277-300.
- McGilloway, S., Ni Mhaille, G., Bywater, T., Furlong, M., Leckey, Y., Kelly, P., et. al., (2012). A parenting intervention for childhood behavioral problems: A randomized controlled trial in disadvantaged community-based settings. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 80(1), 116-127.
- McGoldrick, M., & Carter, B. (2008). Constituindo uma família recasada. In B. Carter & McGoldrick, M. (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 291-321). Porto Alegre: Artmed.
- McNamara, P., Burns, J., Johnson, P., & McCorkle, B. (2010). Personal religious practice, risky behavior, and implementation intentions among adolescents. *Psychology of Religion and Spirituality*, 2(1), 30-34.

- Medeiros, K., Maciel, S., Sousa, P., & Vieira, G. (2015). Experiences and Representations about Crack: An approach to female drug-users. *PSICO-USF*, 20(3), 517-528.
- Medeiros, M. (2015). *Avaliação de risco em casos de violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo*. Tese apresentada ao Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília para obtenção do grau de doutor, orientada por Marcelo Tavares, Brasília.
- Melo, A., & Alarcão, M. (2011). Avaliações em situações de risco e perigo para as crianças: Um roteiro organizador. *Análise Psicológica*, 29(3), 451-466.
- Melo, S., & Marin, A. (2016). Influência das composições familiares monoparentais no desenvolvimento da criança: revisão de literatura. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 17(1), 4-13.
- Mendes, T., & Sani, A. (2015). Representações de crianças expostas à violência interpaparental através de provas projetivas. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(1), 171-192.
- Mendonça, A. (2007). Era uma vez... A reforma educativa dos adultos. *III Colóquio do Departamento de Investigação em Educação da Universidade da Madeira: Educação em Tempo de Mudança* (pp. 1-10), Funchal, Madeira. Atas. Funchal: Departamento de Ciências da Educação Universidade da Madeira.
- Menezes, H., Lemos, M., & Rodrigues, L. (2016). A multidimensionalidade da adaptação escolar na pré-adolescência. *Análise Psicológica*, 34(4), 403-422.
- Michiels, D., Grietens, H., Onghena, P., & Kuppens, S. (2010). Perceptions of maternal and paternal attachment security in middle childhood: Links with positive parental affection and psychosocial adjustment. *Early Child Development and Care*, 180(1-2), 211-225.
- Milani, G., & Loureiro, R. (2008). Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do conselho tutelar. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28(1), 50-67.
- Miller, P. (2015). Families' experiences in different homeless and highly mobile settings: Implications for school and community practice. *Education & Urban Society*, 47(1), 3-32.
- Ministério da Economia [ME]. (2015). *Boletim Estatístico - Março 2015*. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE), Direção de Serviços de Estatística (DSE), Equipa Multidisciplinar Estatísticas do Emprego (EMEE).
- Ministério da Justiça [MJ]. (2016). *Vigilância Eletrónica: Indicadores estatísticos mensais. Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)*. Lisboa: MJ.
- Miranda, M., Paula, C., & Bordin, I. (2010). Violência conjugal física contra a mulher na vida: Prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 27(4), 300-308.

- Miranda, V., & Veiga, F. (2014). Consumo de substâncias psicoativas em agregados familiares e envolvimento escolar dos alunos. *I Congresso Internacional Envolvimento dos Alunos na Escola: Perspetivas da Psicologia e Educação* (pp. 85-100), Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Atas. Lisboa: IEUL.
- Montandon, C. (2005). As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educação e Sociedade*, 26(91), 485-507.
- Monteiro, A. (2016). *Grupos de reflexão para autores de violência doméstica e familiar: Avanço ou retrocesso?*. Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília para obtenção do grau de especialista, orientada por Breitner Luiz Tavares, Brasília.
- Monteiro, L., Torres, N., Veríssimo, M., Costa, I., & Freitas, M. (2015). Análise fatorial confirmatória do questionário “O Papel do Pai” numa amostra de pais e mães portuguesas. *Análise Psicológica*, 33(1), 113-120.
- Monteiro, L., Veríssimo, M., Vaughn, B., Santos, A., Torres, N., & Fernandes, M. (2010). The organization of children’s secure base behavior in two parent portuguese families and father’s participation in child related activities. *European Journal of Developmental Psychology*, 7(5), 545-560.
- Montez, R. (2016). *Vidas suspensas: Histórias de mulheres vítimas de violência doméstica, que lutam nos tribunais pelos direitos dos seus filhos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Mulheres Juristas [APMJ].
- Moraes, M., Ota, K., & Rita, A. (2013). *Relatório da comissão parlamentar mista de inquérito da violência contra a mulher no brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Moreira-Malagolli, G., & Sigolo, S. (2016). Conceito de resiliência e o campo da educação. *Perspectivas, Práticas e Reflexões Educacionais - Série Diálogos*, 1(4), 131-146.
- Morrison, J., Storey, P., & Zhang, C. (2015). What strategies enable families to be full and active participants in their young children’s educations? This practical framework can be implemented in classrooms serving today’s diverse families. *Dimensions of Early Childhood*, 43(1), 33-40.
- Motta, M. (2008). *SAP e a tirania do guardião: Aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*. São Paulo: Equilíbrio.
- Moscovici, S. (2012). *A Psicanálise, sua imagem e seu público* (9ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Moura, R. (2016a). *Problemáticas de sinalização de crianças e jovens em perigo: Perfil psicológico dos progenitores*. Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia e Educação da Universidade Portucalense para obtenção do grau de mestre, orientada por Ana Conde, Porto.

- Moura, C. (2016b). Custo económico para o estado português do crime de homicídio em contexto de violência doméstica. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna para obtenção do grau de mestre, orientada por Sónia Maria Aniceto Morgado, Lisboa.
- Muñoz, S., Castro, E., Fiscal, L., Vallejo, L., Cuéllar, J., & Meneses, M. (2012). Conocimientos, actitudes y prácticas de las mujeres con VIH durante la gestación y crianza. *Investigación en Enfermería*, 14(1), 45-55.
- Mulvaney, M. (2011). Narrative processes across childhood. *Early Child Development and Care*, 181(9), 1153-1661.
- Murray, C., Crowe, A., & Flasch, P. (2015). Turning Points: Critical Incidents Prompting Survivors to Begin the Process of Terminating Abusive Relationships. *The Family Journal*, 23(3), 228-238.
- Murphy, C., Paton, N., Gulliver, P., & Fanslow, J. (2013). *Understanding connections and relationships: Child maltreatment, intimate partner violence and parenting*. Auckland, New Zealand: New Zealand Family Violence Clearinghouse - The University of Auckland.
- Murphy, R. (2010). Multi-system responses in the context of child maltreatment and intimate partner violence. *Child Abuse & Neglect*, 34(8), 555-557.
- Myers, S., & Myers, C. (2015). Family structure and school-based parental involvement: A family resource perspective. *Journal of Family and Economic Issues*, 36(1), 114-131.
- Nagib, L., Mousinho, R., & Salles, G. (2016). Caracterização do bullying em estudantes que gaguejam. *Revista Psicopedagogia*, 33(102), 235-250.
- Negrão, N., & Giacomozzi, A. (2015). A separação e disputa de guarda conflitiva e os prejuízos para os filhos. *Liberabit*, 21(1), 103-114.
- Newman, D. (2010). *Sociology: Exploring the architecture of everyday life*. London: Sage Publications.
- Newton, T., Burns, V., Miller, J., & Fernandez-Botran, R. (2016). Subjective sleep quality in women with divorce histories: The role of intimate partner victimization. *Journal of Interpersonal Violence*, 31(8), 1430-1452.
- Nishikawa, S., Sundbom, E., & Häggblöf, B. (2010). Influence of perceived parental rearing on adolescent self-concept and internalizing and externalizing problems in Japan. *Journal of Child and Family Studies*, 19(1), 57-66.
- Nixon, E., Greene, S., & Hogan, D. (2015). It's what's normal for me: Children's experiences of growing up in a continuously single-parent household. *Journal of Family Issues*, 36(8), 1043-1061.
- Nogueira, M., Romanelli, G., & Zago, N. (2015). Família e escola: Novas perspectivas de análise. *Revista Brasileira de Educação*, 20(62), 797-800.

- Nóvoa, A. (2009). Educación 2021: Para una historia del futuro. *Revista Iberoamericana de Educación*, 49, 181-199.
- Nunes, A., & Sales, M. (2016). Violência contra crianças no cenário brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(3), 871-880.
- Nunes, C., & Ayala-Nunes, L. (2015). Famílias em risco psicossocial: Desafio para a avaliação e intervenção. *Revista Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(1), 95-107.
- Nunes, M., Cipriano, P., Ribeiro, G., Melo, S., Alves, T., Conceição, E., et. al., (2009). *Relação escola-família: Mediação intercultural catálise da ação*. X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia (pp. 2184-2197), Universidade do Minho. Atas. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd), Instituto de Educação da Universidade Minho.
- Oliveira, T. (2013). *Perspetiva dos pais quanto à sua participação na creche*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Santa Maria do Instituto Superior Politécnico Gaya para obtenção do grau de mestre, orientada por Isabel Carvalho, Vila Nova de Gaia.
- Oliveira, W., Silva, J., Yoshinaga, A., & Silva, M. (2015). Interfaces entre família e bullying escolar: Uma revisão sistemática. *Psico-USF*, 20(1), 121-132.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses [OPP]. (2013). *Relatório de evidência científica psicológica sobre relações familiares e desenvolvimento infantil nas famílias homoparentais*. Lisboa: OPP.
- Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD]. (2012). *Parental involvement in selected PISA countries and economies*. Paris: OECD Publishing.
- Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD]. (2016). *PISA. Low-Performing students: Why they fall behind and how to help them succeed*. Paris: OECD Publishing.
- Organização Mundial de Saúde [OMS - World Health Organization]. (2014). *Global and regional estimates of violence against women: Prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. Italy: OMS.
- Organização Mundial de Saúde [OMS]. (2002). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: OMS.
- Øverlien, C. (2010). Children exposed to domestic violence: Conclusions from the literature and challenges ahead. *Journal of Social Work*, 10(1), 80-97.
- Øverlien, C., & Hydén, M. (2009). Children's actions when experiencing domestic violence. *Childhood*, 16(4), 479-496.
- Paixão, E., & Oltramari, F. (2005). Guarda compartilhada de filhos. *Revista Brasileira de Direito de Família*, 7(32), 50-71.

- Palacios, J. (2007). Después de la adopción: Necesidades y niveles de apoyo. *Anuario de Psicología*, 38(2), 181-198.
- Paquette, D., Coyl-Shepherd, D., & Newland, L. (2013). Fathers and development: New areas for exploration. *Early Child Development and Care*, 183(6), 735-745.
- Papalia, D., Olds, S., & Feldman, R. (2009). *O mundo da criança* (11^a ed.). Lisboa: McGraw Hill.
- Parke, R., & Buriel, R. (2007). Socialization in the family: Ethnic and ecological perspectives. In W. Damon & N. Eisenberg (Ed.), *Handbook of child Psychology, Vol. 3. Social, emotional, and personality development* (pp. 429-504). New York: Wiley.
- Pateman, C. (1970). *Participation and democracy theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Patias, N., Siqueira, A., & Dias, A. (2013). Práticas educativas e intervenção com pais: A educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. *Mudanças - Psicologia da Saúde*, 21(1), 29-40.
- Patterson, C. (2009). Children of lesbian and gay parents: Psychology, law and policy. *American Psychologist*, 64(8), 727-736.
- Patterson, C. (2001). Families of the lesbian baby boom: Maternal mental health and child adjustment. *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 4(3/4), 91-107.
- Patuleia, N., & Alberto, I. (2016). Narrativas e representações sobre violência filioparental numa amostra de profissionais. *Miscellanea APAV*, 1, 6-16.
- Paulino, M. (2016). *Forensic psychology of spousal violence: Psychodynamics, forensic mental health issues and research*. San Diego: Elsevier Academic Press.
- Paulino, M., & Rodrigues, M. (2016). *Violência doméstica: Identificar, avaliar, intervir*. Estoril: Primebooks.
- Paugam, S. (2005). *Les formes élémentaires de la pauvreté*. Paris: PUF.
- Paúl, C., & Ribeiro, O. (2012). *Manual de gerontologia: Aspectos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento*. Lisboa: Lidel.
- Paz, T. (2014). *Estilos parentais e o rendimento escolar*. Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia e Sociologia da Universidade Autónoma de Lisboa para obtenção do grau de mestre, orientada por Mónica Pires, Lisboa.
- Peixoto, M., & Heilborn, M. (2016). Mulheres que amam demais: Conjugalidades e narrativas de experiência de sofrimento. *Revista Estudos Feministas*, 24(1), 45-62.
- Pedro, I. (2010). *Funções parentais no processo educativo e de escolarização dos filhos*. Tese apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de doutor, orientada por Gabrielle Anny Poeschl, Porto.

- Pedro, M., Carapito, E., & Ribeiro, T. (2015). Parenting styles and dimensions questionnaire - Versão Portuguesa de Autorrelato. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 28(2), 302-312.
- Pedroso, J., & Branco, P. (2008). Mudam-se os tempos, muda-se a família. As mutações do acesso ao direito e à justiça de família e das crianças em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 82, 53-83.
- Pegorer, V. (2014). *Educação integral um sonho possível e de realização necessária*. São Paulo: Texto Novo.
- Pereira, A. (2014a). *Psicologia do testemunho infantil: Verdades e mentiras na cena judicial*. Dissertação apresentada à Escola de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de mestre, orientada por Carlos Alberto Poiares, Lisboa.
- Pereira, A. (2002). *Questionário de envolvimento parental na escola. Instrumento não publicado*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Pereira, F. (2016). Idade das mães e estilo educacional na interação com os filhos (as) que sofrem de perturbação neurótica. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 34(1), 157-174.
- Pereira, F. (2014b). *Educação e neuroses*. Lisboa: Sinapis.
- Pereira, J. (2014c). *Relação entre a percepção do envolvimento parental e a regulação para a aprendizagem em alunos do 5º e 6º anos de escolaridade*. Dissertação apresentada ao Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida para obtenção do grau de mestre, orientada por Vera Monteiro, Lisboa.
- Pereira, A., Canavarro, C., Cardoso, M. & Mendonça, D. (2009). Patterns of parental rearing styles and child behaviour problems among Portuguese school-aged children. *Journal of Child and Family Studies*, 18, 454-464.
- Pereira, A., Canavarro, C., Cardoso, M., & Mendonça, D. (2008). Envolvimento parental na escola e ajustamento em crianças do 1º ciclo do ensino básico. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 42(1), 91-110.
- Pereira, A., Canavarro, C., Cardoso, M., & Mendonça, D. (2003). Desenvolvimento da versão para professores do Questionário de Envolvimento Parental na Escola (QEPE-VPr). *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 37(2), 109-132.
- Pereira, D., & Alarcão, M. (2014). Parentalidade minimamente adequada: Contributos para a operacionalização do conceito. *Análise Psicológica*, 2(32), 157-171.
- Pereira, P., Santos, A., & Williams, L. (2009). Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 25(1), 19-28.
- Perrenoud, P. (2001). O que a escola faz às famílias. In C. Montandon & P. Perrenoud, (Org.), *Entre pais e professores, um diálogo impossível?* (pp. 57-112). Oeiras: Celta Editora.

- Pestana, C. (2015). *Perceções de suporte social e envolvimento na escola: Um estudo com adolescentes de 3º ciclo*. Dissertação apresentada à Escola de Ciências Sociais do Departamento de Psicologia da Universidade de Évora para obtenção do grau de mestre, orientada por Madalena Melo, Évora.
- Pfeiffer, L., Rosário, N., & Cat, M. (2011). Violência contra crianças e adolescentes: Proposta de classificação dos níveis de gravidade. *Revista Paulista de Pediatria*, 29(4), 477-482.
- Picanço, A. (2012). *A relação entre escola e família - As suas implicações no processo de ensino-aprendizagem*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação João de Deus para obtenção do grau de mestre, orientada por José Maria de Almeida, Lisboa.
- Pinto, J., Faria, L., & Vieira, M. (2012). Estilos educativos parentais e exploração vocacional de jovens: A influência de fatores sociodemográficos. *II Seminário Internacional: Contributos da Psicologia em Contextos Educativos* (pp. 17-27), Universidade do Minho. Atas. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd), Instituto de Educação da Universidade Minho.
- Pinto, R., Micheletti, F., Bernardes, L., Fernandes, J., Monteiro, G., Silva, M., et. al., (2011). Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Serviço Social & Sociedade*, 105, 167-179.
- Pinto, V. (2014). *A construção dos sentimentos de insegurança em mulheres vítimas de violência conjugal*. Dissertação apresentada ao Instituto Universitário da Maia para obtenção do grau de mestre, orientada por Helena Grangeia, Maia.
- Pissarro, S. (2013). *Variáveis cognitivas, cognitivas-motivacionais e rendimento escolar em alunos com dificuldades de aprendizagem*. Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Lusíada do Porto para obtenção do grau de mestre, orientada por Joana Oliveira, Porto.
- Philip, T. (2012). The influence of family structure vs family climate on adolescent wellbeing. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 29(2), 103-110.
- Pleck, J., & Hofferth, S. (2008). Mother involvement as an influence on father involvement with early adolescents. *Fathering*, 6(3), 267-286.
- Polícia de Segurança Pública [PSP]. (2014). *Plano de atividades para 2015*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento Direção Nacional da PSP.
- Pomerantz, E., & Monti, J. (2015). Measuring parents' involvement in children's education. *Research on Family-School Partnerships*, 1, 55-75.
- Portugal, S. (2014). *Famílias e redes sociais. Ligações fortes na produção de bem-estar*. Coimbra: Almedina.
- Poutiainen, H., Holopainen, A., Hakulinen-Viitanen, T., & Laatikainen, T. (2015). School nurses' descriptions of concerns arising during pupils' health check-ups: A qualitative study. *Health Education Journal*, 74(5), 544-556.

- Prata, A., Barbosa-Ducharne, M., Gonçalves, C., & Cruz, O. (2013). O impacto dos estilos educativos parentais e do desenvolvimento vocacional no rendimento escolar de adolescentes. *Análise Psicológica*, 31(3), 235-243.
- Preto, M., & Moreira, P. (2012). Autorregulação da aprendizagem em crianças e adolescentes filhos de vítimas de violência doméstica contra mulheres. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2(4), 730-737.
- Price-Mitchell, M. (2009). Boundary dynamics: Implications for building parent-school partnerships. *The School Community Journal*, 19(2), 9-26.
- Priotto, E., Ferriani, M., & Silva, M. (2015). Practical education in family coexistence of adolescents from Brazil, Paraguay and Argentina. *Journal of Nursing - UFPE*, 9(11), 9688-9698.
- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa [PGDL]. (2015). *Relatório Violência Doméstica 2015*. Lisboa: PGDL.
- Puente-Martínez, A., Ubillos-Landa, S., Echeburúa, E., & Páez-Rovira, D. (2016). Factores de riesgo asociados a la violencia sufrida por la mujer en la pareja: Una revisión de meta-análisis y estudios recientes. *Anales de Psicología*, 32(1), 295-306.
- Punch, K. (2011). *Introduction to social research: Quantitative & qualitative approaches* (2ª ed.). London: SAGE Publications.
- Queiroga, A. (2014). *Violência contra a mulher: Dos números à legislação*. Dissertação apresentada ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual da Paraíba para obtenção do grau de bacharel, orientada por Aline Lobato Costa, Campina Grande-Paraíba.
- Quingostas, A. (2011). *Um programa de educação/treino parental - Parentalidade positiva: Pais atentos pais presentes*. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa para obtenção do grau de mestre, orientada por Marina Pignatelli, Lisboa.
- Quintas, M. (2009). *Guarda compartilhada*. São Paulo: Forense.
- Rahilly, E. (2015). The gender binary meets the gender-variant child: Parents' negotiations with childhood gender variance. *Gender & Society*, 29(3), 338-361.
- Ramalho, E. (2016). *Intervenção nas práticas parentais num grupo de cuidadores*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa para obtenção do grau de mestre, orientada por Joaquim Ramalho, Porto.
- Rao, N. (2015). Marriage, violence, and choice: Understanding dalit women's agency in rural Tamil Nadu. *Gender & Society*, 29(3), 410-433.
- Rasool, S. (2016). Help-Seeking after domestic violence: The critical role of children. *Journal of Interpers Violence*, 31(9), 1661-1686.

- Reis, P. (2008). *A relação entre pais e professores: Uma construção de proximidade para uma escola de sucesso*. Tese apresentada ao Departamento de Didática da Língua e da Literatura da Universidade de Málaga e à Escola Superior de Educação João de Deus para obtenção do grau de doutor, orientada por Ángeles Gervilla Castillo, Málaga-Espanha.
- Relvas, A., & Alarcão, M. (2002). *Novas formas de família*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Repetti, R., Taylor, S., & Seeman, T. (2002). Risky families: Family social environments and the mental and physical health of offspring. *Psychological Bulletin*, 128(2), 330-336.
- Ribeiro, E., & Felizardo, S. (2013). Contextos inclusivos e envolvimento parental. *XII Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp. 1815-1821), Universidade do Minho. Atas. Braga: Universidade Minho & Universidade da Corunha.
- Ribeiro, M. (2011). *Violência contra a mulher: Uma visão multideterminada*. Monografia apresentada à Universidade Cândido Mendes para obtenção do grau de pós-graduada, orientada por Eduardo Brandão, Rio de Janeiro.
- Ribeiro J., & Leite W. (2016). Aspectos da violência sexual contra a mulher: Perfil do agressor e do ato violento. *Revista de Enfermagem UFPE*, 10(1), 289-295.
- Ribeiro, S. (2016). O lado B da violência doméstica. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria do Instituto Politécnico de Leiria para obtenção do grau de mestre, orientada por Ricardo Manuel das Neves Vieira, Leiria.
- Richards, E. (1926). Practical aspects of parental love. *Mental Hygiene*, 10, 225-241.
- Rivera, E. (2014). *A longitudinal examination of mothers' depression and PTSD symptoms as impacted by partner-abusive men's harm to their children*. Tese apresentada à Universidade do Estado do Michigan para obtenção do grau de doutor, orientada por Cris Sullivan, Michigan.
- Rocha, H. (2006). *O envolvimento parental e a relação escola-família*. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro para obtenção do grau de mestre, orientada por Luís de Jesus Ventura de Pinho, Aveiro.
- Rodrigues, B. (2011). *O envolvimento do pai num contexto educativo TEIP*. Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de mestre, orientada por José Albino Rodrigues Lima, Porto.
- Rodrigues, M. (2012). *Diagnóstico de necessidades de competências do agente da PSP no atendimento à mulher vítima de violência conjugal*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de mestre, orientada por António Amaro, Lisboa.

- Rodrigues, M. (2009). *Envolvimento parental e nível sociocultural das famílias: Estudo comparativo num agrupamento escolar*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga para obtenção do grau de mestre, orientada por Carlos Farate, Coimbra.
- Rodrigues, L., & Chalhub, A. (2014). Contextos familiares violentos: Da vivência de filho à experiência de pai. *Pensando Famílias*, 18(2), 77-92.
- Rodrigues, O., Altafim, E., Schiavo, R., & Valle, T. (2011). Estilos e práticas parentais de mães adolescentes: Um programa de intervenção. *Pediatria Moderna*, 47(2), 58-62.
- Rose, D., Harrison, E., & Pevalin, D. (2010). The European socio-economic classification: A prolegomenon. In David Rose & Eric Harrison (Eds.), *Social Class in Europe: An introduction to the European Socio-economic Classification* (pp. 3-38). Abingdon, Oxon: Routledge.
- Ruivo, M. (2014). *Envolvimento Parental na Escolaridade dos filhos Emoções e qualidades percebidas por alunos de 2º e 3ºciclo*. Dissertação apresentada Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção do grau de mestre, orientada por Lourdes Mata, Lisboa.
- Russell, B., Chapleau, K., & Kraus, S. (2015). When is it abuse? How assailant gender, sexual orientation, and protection orders influence perceptions of intimate partner abuse. *Partner Abuse*, 6(1), 47-64.
- Sahil, S. (2010). *A structural model of the relationship between teacher, peer, and parental support, behavioral engagement, academic. Efficacy and cognitive engagement of secondary school adolescents*. Tese apresentada ao Colégio de Artes e Ciências da Universidade Utara Malásia para obtenção do grau de doutor, orientada por Norshuhada Shiratuddin, Sintok-Malásia.
- Salonen, A., Kaunonen, M., Astedt-Kurki, P., Jarvenpaa, A., Isoaho, H., & Tarkka, M. (2009). Parenting self-efficacy after childbirth. *Journal of Advanced Nursing*, 65(11), 2324-2336.
- Salter, M. (2014). Multi-Perpetrator domestic violence. *Trauma, Violence & Abuse*, 15(2), 102-112.
- Saltmarsh, S., Barr, J., & Chapman, A. (2015). Preparing for parents: How Australian teacher education is addressing the question of parent-school engagement. *Asia Pacific Journal of Education*, 35(1), 69-84.
- Salvador, A. & Weber, L. (2005). Práticas educativas parentais: Um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. *Interação em Psicologia*, 9(2), 341-353.
- Salvaterra, F., & Veríssimo, M. (2008). A adopção: O direito e os afectos. Caracterização das famílias adoptivas do distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, 3(26), 501-517.

- Samandari, G., Martin, S., & Schiro, S. (2010). Homicide among pregnant and postpartum women in the United States: A review of the literature. *Trauma, Violence & Abuse*, 11(1), 42-54.
- Sampaio, J. (2016). *Porque não vou (mais) à escola? Do pai que apoia à mãe que acompanha*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa para obtenção do grau de mestre, orientada por Maria da Piedade Gonçalves Lopes Alves, Porto.
- Sanders, C. (2015). Economic abuse in the lives of women abused by an intimate partner: A qualitative study. *Violence Against Women*, 21(1), 3-29.
- Sani, A. (2011a). *Crianças vítimas de violência: Representações e impacto do fenómeno*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sani, A. (2011b). *Temas de vitimologia: Realidades emergentes e respostas sociais*. Coimbra: Editora Almedina.
- Sani, A. (2008). Mulher e mãe no contexto de violência doméstica. *Ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as mulheres*, 18, 123-133.
- Sani, A. (2006a). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, 41(180), 849-864.
- Sani, A. (2006b). Avaliação de crianças expostas à violência interparental em processos de separação e divórcio. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 3, 289-296.
- Sani, A., & Almeida, T. (2016). Versão Portuguesa da Escala de Percepção da Criança sobre os Conflitos Interparentais - Versão para crianças dos 7 aos 9 anos (EPCCI-C). *Análise Psicológica*, 34(4), 457-468.
- Santamarina, D., Ayerdi, K., & Odriozola, L. (2015). Intragender violence, a new challenge for correct news coverage. *Contemporânea, Comunicação e Cultura*, 13(3), 636-658.
- Santos, A. (2016b). *Percepção das práticas educativas parentais e personalidade*. Dissertação apresentada à Escola de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de mestre, orientada por Bárbara Gonzalez, Lisboa.
- Santos, M. (2016a). *Representações mentais da violência entre íntimos: Estudo das ideologias associadas ao género*. Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre, orientada por Rui Paixão, Coimbra.
- Santos, C. (2015). *Envolvimento parental nas classes populares e papel do diretor de turma*. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade dos Açores para obtenção do grau de mestre, orientada por Ana Isabel Santos Matias Diogo, Ponta Delgada.

- Santos, D., & Angonese, A. (2016). O impacto da figura paterna no desenvolvimento emocional e da personalidade dos filhos. *UNOESC & Ciência-ACBS*, 7(1), 97-104.
- Santos, I. (2013). *Todos diferentes ou todos iguais? Lógicas de ação de educadores de infância face à diversidade cultural*. Dissertação apresentada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de mestre, orientada por Luís Miguel Carvalho, Lisboa.
- Santos, N., & Gonçalves, O. (2016). Pátria mãe: A relação entre o papel do estado e estilos parentais. *Revista Direito & Paz*, 2(35), 234-255.
- Saraiva, R., Rosas, A., Valente, G., & Viana, L. (2012). Qualificação do enfermeiro no cuidado a vítimas de violência doméstica infantil. *Ciência & Enfermeria*, 18(1), 17-27.
- Sarmiento, E., Pinto, P., & Monteiro, S. (2010). *Cuidador do idoso: Dificuldades dos familiares*. Coimbra: Formasau.
- Sarmiento, T. (2005). (Re)Pensar a interacção escola-família. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(1), 53-75.
- Sarmiento, T., & Sousa, M. (2010). Escola-Família-Comunidade: Uma relação para o sucesso educativo. *Gestão e Desenvolvimento*, 17-18, 141-156.
- Santoucy, L., Santos, V., Conceição, M., & Costa, L. (2014). Mulheres que denunciam violência sexual intrafamiliar. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 731-754.
- Schenker, M., & Minayo, M. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciências e Saúde Coletiva*, 10(3), 707-717.
- Schabbel, C. (2005). Relações familiares na separação conjugal: Contribuições da mediação. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 13-20.
- Schraiber, L., Oliveira, A., Couto, M., Hanada, H., Kiss, L., Durand, J., et. al., (2007). Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, 41(3), 359-367.
- Schraiber, L., Oliveira, A., Portella, A., & Menicucci, E. (2009). Violência de gênero no campo da saúde coletiva: Conquistas e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1019-1027.
- Schulz, M. (2015). *A função paterna de abertura ao mundo na percepção de adolescentes*. Dissertação apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de mestre, orientada por Mauro Luís Vieira, Florianópolis.
- Seabra-Santos, M., Major, S., Pimentel, M., Gaspar, M., Antunes, N., & Roque, V. (2015). Escala de sentido de competência parental (PSOC): Estudos psicométricos. *Avaliação Psicológica*, 14(1), 97-106.

- Sears, R., Maccoby, E., & Levin, H. (1957). *Patterns of child rearing*. Evanston, Illinois: Row, Peterson & Company.
- Secretaria-Geral da Administração Interna [SGAI]. (2014). *RVD - Manual de Aplicação da Ficha de Avaliação de Risco: Risco em situações de Violência Doméstica*. Lisboa: SGAI (Manual apenas disponível para os profissionais das Forças de Segurança).
- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna [SGMAI]. (2016a). *Violência Doméstica 2015. Relatório Anual de Monitorização*. Lisboa: SGMAI.
- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna [SGMAI] (2016b). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) - Análise das ocorrências participadas às Forças de Segurança durante o ano de 2015*. Lisboa: SGMAI.
- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna [SGMAI]. (2015a). *Violência Doméstica 2014. Relatório Anual de Monitorização*. Lisboa: SGMAI.
- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna [SGMAI] (2015b). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) - Análise das ocorrências participadas às Forças de Segurança durante o ano de 2014*. Lisboa: SGMAI.
- Secretaria Regional de Educação [SRE]. (2016). *Taxa de Retenção e Desistência na RAM - Ensino Básico*. Região Autónoma da Madeira: SRE.
- Secretaria Regional da Educação e Cultura [SREC]. (2016). *Estatísticas da Educação 2014/2015 - Região Autónoma dos Açores*. Açores: SREC.
- Secretaria Regional da Educação e Cultura [SREC]. (2015). *Estatísticas da Educação 2013/2014 - Região Autónoma dos Açores*. Açores: SREC.
- Secretaria Regional da Educação e Cultura [SREC]. (2014). *Estatísticas da Educação 2012/2013 - Região Autónoma dos Açores*. Região Autónoma dos Açores: SREC.
- Semedo, S. (2006). *A participação dos pais e/ou encarregados de educação na escola: Caso "Escola Secundária do Palmarejo"*. Lisboa: Instituto Superior de Educação.
- Sepúlveda, A. (2006). La violencia de género como causa de maltrato infantil. *Cuadernos de Medicina Forense*, 12(43-44), 149-164.
- Serrano, O. (2015). A participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola. *Profforma*, 15, 1-4.
- Shaheen, F. (2015). Role of parental attitude in development of aggressive behavior among adolescents. *The International Journal of Indian Psychology*, 2(3), 36-48.
- Schaffer, H. (2010). *Key concepts in developmental psychology*. London: Sage.
- Shashe, D. (2015). *Migration and parent involvement: Ethiopian immigrants in Chicago*. Tese apresentada ao Colégio de Educação da Universidade DePaul para obtenção do grau de doutor, orientada por Karen Monkman, Chicago.

- Sheldon, S., & Hopkins, J. (2002). The parents' social nets and convictions as predictors of parents' involvement. *Elementary School Chicago*, 102(4), 301-316.
- Shorey, R., McNulty, J., Moore, T., & Stuart, G. (2015). Emotion regulation moderates the association between proximal negative affect and intimate partner violence perpetration. *Prevention Science*, 16(6), 873-880.
- Silva, A. (2016a). Formação, investigação e práticas de Mediação para a Inclusão Social (MIS) em Portugal. In A. M. C. Silva; M. L. Carvalho & L. R. Oliveira (Eds.), *Sustentabilidade da mediação social: Processos e práticas* (pp. 35-51). Braga: CECS.
- Silva, D. (2016b). *Relações entre bem-estar subjetivo, religiosidade e relacionamentos interpessoais na adolescência*. Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do grau de mestre, orientada por Débora Dalbosco Dell'Aglío, Porto Alegre.
- Silva, L. (2016c). *Reflexão sobre a parentalidade em contexto comunitário: Avaliação das necessidades em educação parental*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa para obtenção do grau de mestre, orientada por Glória Jóluskin, Porto.
- Silva, M. (2016d). *A crise, a família e a crise da família* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Silva, S. (2016e). *Ruturas da parentalidade e da conjugalidade, práticas parentais e comportamentos transgressivos na adolescência*. Dissertação apresentada à Escola de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de mestre, orientada por Valentina Chitas, Lisboa.
- Silva, A. (2015a). *A leitura e a aprendizagem no 1º e 2º ciclos do ensino básico*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra para obtenção do grau de mestre, orientada por Lola Geraldés Xavier, Coimbra.
- Silva, D. (2015b). *A Perceção da aceitação-rejeição interpessoal, os comportamentos disruptivos, as condutas antissociais e o desenvolvimento da empatia*. Dissertação apresentada ao Instituto Universitário da Maia para obtenção do grau de mestre, orientada por a Márcia Machado, Maia.
- Silva, C. (2013b). *"Pai, como eras quando eras como eu?": O confronto entre o brincar tradicional e o brincar contemporâneo como meio de promoção do envolvimento parental no jardim-de-infância*. Dissertação apresentada ao Instituto de Educação da Universidade do Minho para obtenção do grau de mestre, orientada por Maria Helena Gonçalves Leal Vieira, Braga.
- Silva, F. (2013a). *O futuro do Estado Social*. Lisboa: Editora: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Silva, J. (2012). *As competências emocionais em mulheres vítimas de violência conjugal*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa para obtenção do grau de mestre, orientada por Ana Isabel Sani, Porto.

- Silva, L., Costa, B., Freitas, R., Santos, G., Reis, V., Passos, B., et. al., (2015). Agressividade infantil. *ConScientiae Saúde*, 14(1), 40-46.
- Silva, L., Dias, M., & Neves, A. (2015). Estudo exploratório sobre a perceção dos pais e encarregados de educação sobre a necessidade de formação parental. *Psicologia: O Portal dos Psicólogos*, 1, 1-18.
- Silva, M. (2014). Os efeitos da violência intrafamiliar sobre as relações interpessoais em sala de aula. *Estação Científica (UNIFAP)*, 4(1), 79-95.
- Silva, P. (2010). Análise sociológica da relação escola-família: Um roteiro sobre o caso português. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 443-464.
- Silva, P. (2003). *Escola-família: Uma relação armadilhada*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, P. (2002). Escola-família: Tensões e potencialidades de uma relação. In Jorge Ávila de Lima (Ed.), *Pais e professores: Um desafio à cooperação* (pp. 97-132). Porto: Edições ASA.
- Silva, P. (1996). Escola-família, uma relação entre culturas. In L. Barbeiro & R. Vieira (Ed.), *A criança, a família e a escola: Vamos brincar? Vamos aprender?* (pp. 21-30). Leiria: Escola Superior de Educação.
- Silva, R., & Vaz, J. (2015). Quando os problemas de comportamento criam necessidades educativas especiais: Intervenção comportamental numa perspetiva sistémica. *EXEDRA - Revista Científica da Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra (ESEC)*, 1, 27-45.
- Simião, D. (2015). Reparação, justiça e violência doméstica: Perspectivas para reflexão e ação. *Revista de Antropologia*, 1(46), 53-74.
- Simões, M. (2013). *Formação parental em contexto escolar: Promoção da construção de pontes entre escola e família*. Tese apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de doutor, orientada por Maria Filomena Ribeiro da Fonseca Gaspar, Coimbra.
- Simões, S. (2011). *Influência dos estilos educativos parentais na qualidade da vinculação de crianças em idade escolar em diferentes tipos de família*. Tese apresentada ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto para obtenção do grau de doutor, orientada por Carlos Manuel da Cruz Farate, Porto.
- Simões, S., Ferreira, J., Braga, S., & Vicente, H. (2015). Bullying, vinculação e estilos educativos parentais em adolescentes do 3º ciclo do ensino básico. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, 1(1), 30-41.
- Simões, S., Filipe, F., & Farate, C. (2014). Qualidade da vinculação percebida por mães e crianças em idade escolar provenientes de diferentes tipos de família. *Análise Psicológica*, 3(32), 289-306.

- Smith, C., Katsiyannis, A., Losinski, M., & Ryan, J. (2015). Eligibility for students with emotional or behavioral disorders: The social maladjustment dilemma continues. *Journal of Disability Policy Studies*, 25(4), 252-259.
- Smith, C., & Strick, L. (2012). *Dificuldades de aprendizagem de A - Z: Guia completo para educadores e pais*. São Paulo: Penso.
- Singly, F. (2011). *Sociologia da família contemporânea*. Lisboa: Edições Texto & Grafia.
- Singly, F. (2006). *Uns com os outros. Quando o individualismo cria laços*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Singly, F. (2000). *O EU, o casal e a família*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Singh, B., Singh, K., & Singh, N. (2014). Couple interaction and predicting vulnerability to domestic violence in Uttar Pradesh, India. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(12), 2304-2324.
- Smart, C. (2007). *Personal life: New directions in sociological thinking*. Cambridge: Polity Press.
- Soares, E., Silva, N., Matos, M., Araújo, E., Silva, L., & Lago, E. (2016). Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Interdisciplinar*, 9(1), 87-96.
- Soares, L., & Sani, A. (2015). O impacto da exposição à violência interparental nas crenças: Variáveis mediadoras. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(2), 155-169.
- Soares, M. (2016b). *A Psicologia da construção da vida incursões no conceito de adaptabilidade para o estudo da influência parental na construção de carreira em adolescentes*. Tese apresentada à Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de doutor, orientada por Maria Eduarda Duarte, Lisboa.
- Soares, S. (2016a). *Envolvimento parental e sua relação com o sucesso escolar: Estudo efetuado em duas escolas TEIP*. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre, orientada por Joaquim Machado, Porto.
- Soares, T., Fernandes, N., Nóbrega, M., & Nicolella, A. (2015). Factors associated with dropout rates in public secondary education. *Educação e Pesquisa*, 41(3), 757-772.
- Socorro, T. (2016). Direitos humanos da mulher: Considerações acerca do desconhecimento da lei maria da penha. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, 4(3), 21-32.
- Song, A., Wenzel, S., Kim, J., & Nam, B. (2015). Experience of domestic violence during childhood, intimate partner violence, and the deterrent effect of awareness of legal consequences. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(3), 357-372.
- Sottomayor, M. (2016). *Regulação do exercício das responsabilidades parentais nos casos de divórcio* (6ª ed.). Coimbra: Almedina.

- Sousa, A. (2010). *Investigação em educação* (3ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Sousa, M. (2016a). *Violência conjugal percebida por um menor em contexto familiar e suas consequências psicossociais: Estudo de caso*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa para obtenção do grau de mestre, orientada por José Soares Martins, Porto.
- Sousa, P. (2016b). Problemas de comportamento e envolvimento com a escola. Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Lusíada para obtenção do grau de mestre, orientada por Paulo Alexandre Soares Moreira, Porto.
- Sousa, T. (2013). *Os filhos do silêncio: Crianças e jovens expostos à violência conjugal - Um estudo de casos*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de mestre, orientada por Maria Irene Lopes de Carvalho, Lisboa.
- Sousa, M. (2012). *O papel da família e da escola no apoio às crianças com Trissomia 21*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre, orientada por Lúcia do Rosário Cerqueira de Miranda, Braga.
- Sousa, L. (2005). *Famílias multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto.
- Sousa, M., & Pereira, M. (2014). A percepção de encarregados de educação e de professores sobre a relação escola-família nas escolas do 2º e 3º ciclo de um Concelho da região centro de Portugal. *Revista Eletrônica de Educação*, 8(2), 321-344.
- Souza, J., Almeida, A., Alves, S., Ekuni, R., Garcia, L., Lopes, S., et. al., (2016). Programa BASTA: Relatos e reflexões sobre a violência contra a mulher. *Revista Conexão UEPG*, 12(1), 156-165.
- Souza, R., & Ramires, V. (2006). *Amor, casamento, família, divórcio... e depois, segundo as crianças*. São Paulo: Summus.
- Stasiak, G., Weber, L., & Tucunduva, C. (2014). Qualidade na Interação Familiar e Estresse Parental e suas Relações com o Autoconceito, Habilidades Sociais e Problemas de Comportamento dos Filhos. *PSICO*, 45(4), 494-501.
- Stöer, S., & Cortesão, L. (1999). *“Levantando a pedra”: Da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de tansnacionalização*. Porto: Edições Afrontamento.
- Straus, M. (2015). Dyadic concordance and discordance in family violence: A powerful and practical approach to research and practice. *Aggression and Violent Behavior*, 24, 83-94.
- Strecht, P. (2004). *Crescer vazio*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Stuart, G., McGeary, J., Shorey, R., & Knopik, V. (2014). Further investigation of genetics and intimate partner violence. *Violence Against Women*, 20(4), 420-436.

- Tanaka, M., Georgiades, K., Boyle, M., & MacMillan, H. (2015). Child maltreatment and educational attainment in young adulthood: Results from the Ontario child health study. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(2), 195-214.
- Tarrafa, C. (2015). *A Mulher, a Política e os Media*. Dissertação apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre, orientada por Isabel Maria Nobre Vargues, Coimbra.
- Tavares, B. (2016). *Relatório final de estágio realizado na Escola Secundária Fernando Namora*. Dissertação apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de mestre, orientada por Fernanda Maria Castanheira Costa Marques Santinha, Lisboa.
- Tavares, P. (2015). O novo processo especial de tutela dos direitos de personalidade. *Revista Jurídica Data Venia*, 2(3), 399-414.
- Taylor, R., & Jasinski, J. (2011). Femicide and the feminist perspective. *Homicide Studies*, 15(4), 341-362.
- Teixeira, C. (2015). *Violência doméstica: Intervenção no impacto resultante da sua exposição às crianças*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa para obtenção do grau de licenciada, orientada por Rute Meneses, Porto.
- Teixeira, M., Bardagi, M., & Gomes, W. (2004). Refinamento de um instrumento para avaliar responsividade e exigência parental percebidos na adolescência. *Avaliação Psicológica*, 3(1), 1-12.
- Thornton, V. (2014). Understanding the emotional impact of domestic violence on young children. *Educational & Child Psychology*, 31(1), 90-100.
- Tillyer, M. (2014). Violent victimization across the life course: Moving a “Victim Careers” agenda forward. *Criminal Justice & Behavior*, 41(5), 593-612.
- Toni, C., & Hecaveí, V. (2014). Relações entre práticas educativas parentais e rendimento académico em crianças. *Psico-USF*, 19(3), 511-521.
- Torres, G. (2002). *Interrelações entre a violência na infância e adolescência e o uso de armas de fogo*. Monografia apresentada à Universidade Federal Fluminense para obtenção do grau de licenciada, orientada por Antonino Barros Filho, Niterói-Rio de Janeiro.
- Tracy, M., Braga, A., & Papachristos, A. (2016). The transmission of gun and other weapon-involved violence within social networks. *Epidemiologic Reviews*, 38(1), 70-86.
- Trindade, J., & Sani, A. (2013). Sistema de proteção à infância em casos de crianças envolvidas em processo-crime por violência doméstica. *Revista Brasileira de Direito - IMED*, 9(2), 130-164.

- Tuckman, B. (2012). *Manual de investigação em educação: Metodologia para conceber e realizar o processo de investigação científica* (4^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Turner, E., Chandler, M., & Heffer, R. (2009). The influence of parenting styles, achievement motivation, and self-efficacy on academic performance in college students. *Journal of College Student Development*, 50(3), 337-346.
- União de Mulheres Alternativa e Resposta [UMAR]. (2016). *Observatório de mulheres assassinadas (OMA): Dados 2015*. Lisboa: UMAR.
- União de Mulheres Alternativa e Resposta [UMAR]. (2015). *Observatório de mulheres assassinadas (OMA): Dados 2014*. Lisboa: UMAR.
- União de Mulheres Alternativa e Resposta [UMAR]. (2014). *Observatório de mulheres assassinadas (OMA): Dados 2013*. Lisboa: UMAR.
- União de Mulheres Alternativa e Resposta [UMAR]. (2013). *Observatório de mulheres assassinadas (OMA): Dados 2012*. Lisboa: UMAR.
- União de Mulheres Alternativa e Resposta [UMAR]. (2012). *Observatório de mulheres assassinadas (OMA): Dados 2004-2011*. Lisboa: UMAR.
- Unidade de Investigação em Ciências da Saúde - Enfermagem [UICS-E]. (2013). *Prevenir a violência no namoro - n(amor)o (im)perfeito - Fazer diferente para fazer a diferença*. Coimbra: Unidade de Investigação em Ciências da Saúde - Enfermagem & Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.
- United Nations Organization [ONU]. (1995). *Beijing Declaration and Platform for Action: The Fourth World Conference on Women*. Beijing: ONU.
- Valentini, F., & Alchieri, J. (2009). Modelo clínico de estilos parentais de Jeffrey Young: revisão da literatura. *Contextos Clínicos*, 2(2), 113-123.
- Van Horn, P., & Lieberman, A. (2002). *Domestic violence and a parenting: A review of literature*. San Francisco: Judicial Council of California, Administrative Office of the Court, Center for Families, Children & the Courts.
- VanderEnde, K., Sibley, L., Cheong, Y., Naved, R., & Yount, K. (2015). Community economic status and intimate partner violence against women in Bangladesh: Compositional or contextual effects?. *Violence Against Women*, 21(6), 679-699.
- Vargues, P. (2011). *Representações sociais de professores sobre o envolvimento parental em famílias com crianças com necessidades educativas especiais*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve para obtenção do grau de mestre, orientada por Cristina Nunes, Faro.
- Vasconcelos-Raposo, J., Teixeira, C., Lima, A., & Monteiro, I. (2015). Atividade física e estilos educativos parentais. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 16(2), 129-147.

- Vega, A., Osa, N., Ezpeleta, L., Granero, R., & Domènech, J. (2011). Differential effects of psychological maltreatment on children of mothers exposed to intimate partner violence. *Child Abuse & Neglect*, 35(7), 524-531.
- Veríssimo, M. (2013). A Mediação Escolar: O caso do projeto EPIS na Escola Secundária Daniel Faria - Baltar. Tese apresentada ao Departamento de Didática e Organização Escolar da Universidade de Santiago de Compostela para obtenção do grau de doutor, orientada por Quintín Álvarez Núñez, Santiago de Compostela.
- Viegas, A. (2014). *O envolvimento parental na educação pré-escolar: Percepções de pais, professores e direcção escolar*. Dissertação apresentada ao ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa para obtenção do grau de mestre, orientada por Ricardo Filipe Pinto Borges Rodrigues, Lisboa.
- Vieira, J., Ávila, M., & Matos, M (2012). Attachment and parenting: The mediating role of work-family balance in Portuguese parents of preschool children. *Family Relations*, 61(1), 31- 50.
- Vieira, M. (2009). *Famílias de acolhimento: Cuidar e proteger em tempo de dificuldades*. Relatório de Projeto apresentado ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro para obtenção do grau de mestre, orientada por Doutor Manuel Ferreira Rodrigues, Aveiro.
- Vieira, R. (1996). Professores e pais: Diálogo de surdos e relações de poder na comunicação. In C. Rocha, P. Silva. & R. Vieira (1996), *Diálogos sobre o vivido. Educação Sociedade e Cultura* (pp. 173-178). Porto: Edições Afrontamento.
- Vieira, S. (2016). *A satisfação conjugal, a personalidade e a satisfação com a vida na conjugalidade*. Dissertação apresentada à Escola de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de mestre, orientada por Bárbara Gonzalez, Lisboa.
- Vilar, J. (2015). *A percepção do envolvimento parental na regulação da aprendizagem*. Dissertação apresentada ao Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida para obtenção do grau de mestre, orientada por Vera Monteiro, Lisboa.
- Villas-Boas, M., São Pedro, M. & Pinto, M. (2000). *Uma Visão Prospetiva da Relação Escola/Família/Comunidade: Relatório Final*. Lisboa: Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento/Ministério da Educação.
- Villas-Boas, S. (2015). *Avaliação da eficácia de um programa de promoção de práticas educativas parentais implementadas na Clínica Pedagógica de Psicologia da Universidade Fernando Pessoa*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa para obtenção do grau de mestre, orientada por Sónia Alves, Porto.
- Volling, B., McElwain, N., Notaro, P., & Herrea, C. (2002). Parents' emotions availability and infant emotional competence: Predictors of parent-infant attachment and emerging self-regulation. *Journal of Family Psychology*, 16(4), 447-465.

- Wagner, A., Tronco, C., Gonçalves, J., & Demarchi, K. (2012). Projetos para os filhos e estratégias de socialização: A perspectiva de pais e mães. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 122-129.
- Waldman-Levi, A., Finzi-Dottan, R., & Weintraub, N. (2015). Attachment security and parental perception of competency among abused women in the shadow of PTSD and childhood exposure to domestic violence. *Journal of Child and Family Studies*, 24(1), 57-65.
- Walker, L. (2009). *The battered woman syndrome*. New York: Springer Publishing Company.
- Walsh, A., & Tsilimpounidi, M. (2015). Virtues of violence: A testimonial performance, or an affidavit of lies, excuses, and justifications. *Cultural Studies - Critical Methodologies*, 15(3), 180-189.
- Walsh, F. (2016). *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (4ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Weber, L. (2014). *Eduque com carinho: Equilíbrio entre amor e limites* (5ª ed.). Curitiba. Editora Juruá.
- Weber, L., Brandenburg, O., & Salvador, A. (2006). Programa de qualidade na interação familiar (PQIF): Orientação e treinamento para pais. *Revista PSICO*, 37(2), 139-149.
- Weber, L., Prado, P., Viezzer, A., & Brandenburg, O. (2004). Identificação de estilos parentais: O ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 323-331.
- Wehman, P., Sima, A., Ketchum, J., West, M., Chan, F., & Luecking, R. (2015). Predictors of successful transition from school to employment for youth with disabilities. *Journal of Occupational Rehabilitation*, 25(2), 323-334.
- Weinzimmer, J., Bach, R., & Bhandari, S. (2013). Motherhood, Empowerment, and Resilience within the context of intimate partner violence. *Sociation Today: The Official Journal of the North Carolina Sociological Association*, 11(2), 1-6.
- Wildemeersch, D., & Vandenabeele, J. (2007). Relocating social learning as a democratic practice. In Van der Veen, R., Wildemeersch, D., Youngblood, J. & Marsick, V. (Eds.), *Democratic practices as learning opportunities* (pp. 19-32). Rotterdam: Sense Publisher.
- Will, J., Loper, A., & Jackson, S. (2016). Second-Generation prisoners and the transmission of domestic violence. *Journal of Interpers Violence*, 31(1), 100-121.
- Williams, L. (2008). *Parental perceptions and involvement*. Tese apresentada ao Colégio de Educação da Universidade Walden para obtenção do grau de doutor, orientada por Peter Hoffman-Kipp, Minneapolis-Minnesota.

- Williams, L., Santini, P., & D'Affonseca, S. (2014). The parceria project: A brazilian parenting program to mothers with a history of intimate partner violence. *International Journal of Applied Psychology*, 4(3), 101-107.
- Woodward, L., Fergusson, D., & Belsky, J. (2000). Timing of parental separations and attachment to parents in adolescence: Results from a prospective study from birth to 16 years. *Journal of Marriage and the Family*, 62(1), 162-174.
- Wolfiger, N., Mason, M., & Goulden, M. (2013). *Do babies matter? Gender and family in the ivory tower*. New Jersey: Rutgers University Press.
- Wright, E., & Fagan, A. (2012). Exposure to intimate partner violence: Does the gender of the perpetrator matter for adolescent mental health outcomes?. *Criminal Justice and Behavior*, 39(1), 26-41.
- Xavier, P., Alberto, I., & Mendes, F. (2015). Lesbian and gay parenting: From scientific evidence to legal dispositions in Portugal. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 179-188.
- Yasui, M. (2015). The culturally-enhanced videofeedback engagement (CEVE) framework: Qualitative findings in families of children with disruptive behavior problems. *Transcultural Psychiatry*, 52(3), 417-443.
- Zart, L., Scortegagna, S., & Pibic, P. (2015). Perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência doméstica e circunstâncias do crime. *Perspectiva - Erechim*, 39(148), 85-93.
- Zenhas, A., Rocha, C., & Silva, P. (2013). The social relationship of research in a study about the agency of children in school-family interface. *International Journal about Parents in Education*, 7(2), 91-99.
- Zeoli, A., Malinski, R., & Turchan, B. (2016). Risks and targeted interventions: Firearms in intimate partner violence. *Epidemiologic Reviews*, 38(1), 125-139.
- Zerk, D., Mertin, P., & Proeve, M. (2009). Domestic violence and maternal reports of young children's functioning. *Journal of Family Violence*, 24(7), 423-432.
- Zorzella, V., & Celmer, E. (2016). Grupos de reflexão sobre gênero com homens acusados de violência doméstica: Percebendo vulnerabilidades e repensando polarizações. *Revista Gênero & Direito*, 5(1), 92-111.

APÊNDICE I

Quadro com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos II (NUTS II).

Quadro com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos II (NUTS II)

NUTS II (7)	Região/Ilha (25)	Concelhos/Município (308)		Distritos Envolventes
Norte	Alto Minho	10	Arcos de Valdevez; Caminha; Melgaço; Monção; Paredes de Coura; Ponte da Barca; Ponte de Lima; Valença; Viana do Castelo ; Vila Nova de Cerveira	Totalidade Distritos: Viana do Castelo; Braga; Porto; Vila Real; Bragança. Parte dos Distritos: Aveiro; Viseu; Guarda.
	Cávado	6	Amares; Barcelos; Braga ; Esposende; Terras de Bouro; Vila Verde	
	Ave	8	Cabeceiras de Basto; Fafe; Guimarães; Mondim de Basto; Póvoa de Lanhoso; Vieira do Minho; Vila Nova de Famalicão; Vizela	
	Área Metropolitana do Porto	17	Arouca; Espinho; Gondomar; Maia; Matosinhos; Oliveira de Azeméis; Paredes; Porto ; Póvoa de Varzim; Santa Maria da Feira; Santo Tirso; São João da Madeira; Trofa; Vale de Cambra; Valongo; Vila do Conde; Vila Nova de Gaia	
	Alto Tâmega	6	Boticas; Chaves; Montalegre; Ribeira de Pena; Valpaços; Vila Pouca de Aguiar;	
	Tâmega e Sousa	11	Amarante; Baião; Castelo de Paiva; Celorico de Basto; Cinfães; Felgueiras; Lousada; Marco de Canaveses; Paços de Ferreira; Penafiel; Resende	
	Douro	19	Alijó; Armamar; Carraceda de Ansiães; Freixo de Espada à Cinta; Lamego; Mesão Frio; Moimenta da Beira; Murça; Penedono; Peso da Régua; Sabrosa; Santa Marta de Penaguião; São João da Pesqueira; Sernancelhe; Tabuaço; Tarouca; Torre de Moncorvo; Vila Nova de Foz Côa; Vila Real	
	Terras de Trás-os-Montes	9	Alfândega da Fé; Bragança ; Macedo de Cavaleiros; Miranda do Douro; Mirandela; Mogadouro; Vila Flor; Vimioso; Vinhais	
Centro	Região de Aveiro	11	Águeda; Albergaria-a-Velha; Anadia; Aveiro ; Estarreja; Ílhavo; Murtosa; Oliveira do Bairro; Ovar; Sever do Vouga; Vagos	Totalidade Distritos: Coimbra; Leiria; Castelo Branco. Parte dos Distritos: Lisboa; Aveiro; Viseu; Guarda; Santarém; Lisboa.
	Região de Coimbra	19	Arganil; Cantanhede; Coimbra ; Condeixa-a-Nova; Figueira da Foz; Góis; Lousã; Mealhada; Mira; Miranda do Corvo; Montemor-o-Velho; Mortágua; Oliveira do Hospital; Pampilhosa da Serra; Penacova; Penela; Soure; Tábua; Vila Nova de Poiares	
	Região de Leiria	10	Batalha; Leiria ; Marinha Grande; Pombal; Porto de Mós; Alvaiázere; Ansião; Castanheira de Pêra; Figueiró dos Vinhos; Pedrógão Grande;	
	Viseu Dão Lafões	14	Aguiar da Beira; Carregal do Sal; Castro Daire; Mangualde; Nelas; Oliveira de Frades; Penalva do Castelo; Santa Comba Dão; São Pedro do Sul; Sátão; Tondela; Vila Nova de Paiva; Viseu ; Vouzela	
	Beiras e Serra da Estrela	15	Almeida; Belmonte; Celorico da Beira; Covilhã; Figueira de Castelo Rodrigo; Fornos de Algodres; Fundão; Gouveia; Guarda ; Manteigas; Meda; Pinhel; Sabugal; Seia; Trancoso	
	Beira Baixa	6	Castelo Branco ; Idanha-a-Nova; Oleiros; Penamacor; Proença-a-Nova; Vila Velha de Ródão	
	Oeste	12	Alcobaça; Alenquer; Arruda dos Vinhos; Bombarral; Cadaval; Caldas da Rainha; Lourinhã; Nazaré; Óbidos; Peniche; Sobral de Monte Agraço; Torres Vedras.	
	Médio Tejo	13	Abrantes; Alcanena; Constância; Entroncamento; Ferreira do Zêzere; Mação; Ourém; Sardoal; Sertã; Tomar; Torres Novas; Vila de Rei; Vila Nova da Barquinha	
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	18	Amadora; Cascais; Lisboa ; Loures; Mafra; Odivelas; Oeiras; Sintra; Vila Franca de Xira; Alcochete; Almada; Barreiro; Moita; Montijo; Palmela; Seixal; Sesimbra; Setúbal	Parcialmente: Grande Lisboa. Totalidade Distritos:

				Península Setúbal.
Alentejo	Alentejo Litoral	5	Alcácer do Sal; Grândola; Odemira; Santiago do Cacém; Sines	Totalidade Distritos: Beja; Évora; Portalegre. Parte do Distrito: Santarém.
	Alto Alentejo	15	Alter do Chão; Arronches; Avis; Campo Maior; Castelo de Vide; Crato; Elvas; Fronteira; Gavião; Marvão; Monforte; Nisa; Ponte de Sor; Portalegre ; Sousel	
	Alentejo Central	14	Alandroal; Arraiolos; Borba; Estremoz; Évora ; Montemor-o-Novo; Mourão; Portel; Redondo; Reguengos de Monsaraz; Vendas Novas; Viana do Alentejo; Vila Viçosa	
	Baixo Alentejo	13	Aljustrel; Almodôvar; Alvito; Barrancos; Beja ; Castro Verde; Cuba; Ferreira do Alentejo; Mértola; Moura; Ourique; Serpa; Vidigueira	
	Lezíria do Tejo	11	Almeirim; Alpiarça; Azambuja; Benavente; Cartaxo; Chamusca; Coruche; Golegã; Rio Maior; Salvaterra de Magos; Santarém	
Algarve	Algarve	16	Albufeira; Alcoutim; Aljezur; Castro Marim; Faro ; Lagoa; Lagos; Loulé; Monchique; Olhão; Portimão; São Brás de Alportel; Silves; Tavira; Vila do Bispo; Vila Real de Santo António	Totalidade Distrito: Faro
Região Autónoma dos Açores	Santa Maria	19	Vila do Porto	9 Ilhas
	São Miguel		Vila Franca do Campo; Ribeira Grande; Povoação; Ponta Delgada ; Nordeste; Lagoa	
	Terceira		Praia da Vitória; Angra do Heroísmo	
	Graciosa		Santa Cruz da Graciosa	
	São Jorge		Velas; Calheta	
	Pico		Madalena; São Roque do Pico; Lajes do Pico	
	Faial		Horta	
	Flores		Santa Cruz das Flores; Lajes das Flores	
Região Autónoma da Madeira	Madeira	11	Calheta; Câmara de Lobos; Funchal ; Machico; Ponta do Sol; Porto Moniz; Ribeira Brava; Santa Cruz; Santana; São Vicente	2 Ilhas
	Porto Santo		Porto Santo	

Fonte: Elaboração própria/2016, adaptado dos dados do INE (INE, 2015)

APÊNDICE II

Quadro com os Comandos da PSP/Número de Consentimentos Recolhidos por NUTS/Divisão.

COMETLIS - Comando Metropolitano de Lisboa da PSP

COMETPOR - Comando Metropolitano do Porto da PSP

CD - Comando(s) Distrital(ais)

Quadro com os Comandos PSP/Consentimentos/Amostra recolhida por NUTS II/Comando

NUTS II (7)	Consentimentos (Amostra)	Região/Ilha	Divisão/Esquadra/Concelho		Comandos/ Distritos Envolventes
Norte	118 (236)	Alto Minho	3	CD Viana do Castelo: Divisão de Viana do Castelo - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão de Ponte de Lima - 1 Esquadra.	COMETPOR (Total de Divisões/Esquadras neste NUTS); CD Viana do Castelo (Total de Divisões/Esquadras neste NUTS); CD Braga (total de Divisões/Esquadras neste NUTS); CD Vila Real (Total de Divisões/Esquadras neste NUTS); CD Bragança (Total de Divisões/Esquadras); CD Aveiro (Espinho; Santa Maria da Feira; São João da Madeira. (Divisões de Aveiro e Ovar fazem parte do NUTS “Centro/Região de Aveiro”)); CD Viseu (Total de Divisões/Esquadras neste NUTS); CD Guarda (não tem esquadras neste NUTS).
		Cávado	4	CD BRAGA: Divisão de Braga - 2 Esquadra/1 EIC. Divisão de Barcelos - 1 Esquadra.	
		Ave	3	CD BRAGA: Divisão Guimarães - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão de Vila Nova de Famalicão - 1 Esquadra.	
		Área Metropolitana do Porto	46	COMETPOR: Divisão do Aeroporto - 2 Esquadras (uma é Esquadra de Turismo). 1 Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima (GAIV). 1ª Divisão - 6 Esquadras. 2ª Divisão - 5 Esquadras. 3ª Divisão - 5 Esquadras. Divisão de Gondomar - 3 Esquadras/1 EIC. Divisão da Maia - 2 Esquadras. Divisão de Matosinhos - 3 Esquadras/1 EIC. Divisão da Póvoa de Varzim - 1 Esquadra; Divisão de Santo Tirso - 1 Esquadra. Divisão de Valongo - 2 Esquadras. Divisão de Vila do Conde - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão de Vila Nova de Gaia - 6 Esquadras/1 EIC. CD AVEIRO: Divisão de Espinho - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão de Santa Maria da Feira - 1 Esquadra. Divisão de São João da Madeira - 1 Esquadra.	
		Alto Tâmega	2	CD Vila Real: Divisão de Chaves - 1 Esquadra/1 EIC.	
		Tâmega e Sousa	0	Sem Esquadras da PSP.	
		Douro	4	CD Viseu: Divisão de Lamego - 1 Esquadra/1 EIC. CD Vila Real: Divisão de Vila Real - 1 Esquadra/1 EIC.	
		Terras de Trás-os-Montes	3	CD Bragança: Divisão de Bragança - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão de Mirandela - 1 Esquadra.	
Centro	97 (194)	Região de Aveiro	4	CD AVEIRO: Divisão de Aveiro - 2 Esquadras/1 EIC. Divisão de Ovar - 1 Esquadra.	CD Coimbra (Total de Divisões/Esquadras neste NUTS); CD Leiria (Total de Divisões/Esquadras neste NUTS); CD Castelo Branco (Total de Divisões/Esquadras neste NUTS); CD Guarda (Total de Divisões/Esquadras neste NUTS); CD Santarém [Abrantes; Entroncamento; Ourém; Torres Novas; Tomar (restantes Divisões deste CD,
		Região de Coimbra	5	CD Coimbra: Divisão de Coimbra - 2 Esquadra/1 EIC. Divisão da Figueira da Foz - 1 Esquadra/1 EIC.	
		Região de Leiria	5	CD Leiria: Divisão de Leiria - 2 Esquadra/1 EIC. Divisão da Marinha Grande - 1 Esquadra. Divisão de Pombal - 1 Esquadra.	
		Viseu Dão Lafões	2	CD Viseu: Divisão de Viseu - 1 Esquadra/1 EIC.	
		Beiras e Serra da Estrela	5	CD Castelo Branco: Divisão da Covilhã - 1 Esquadra/1 EIC. CD Guarda: Divisão da Guarda - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão de Gouveia - 1 Esquadra.	
		Beira Baixa	2	CD Castelo Branco: Divisão de Castelo Branco - 1 Esquadra/1 EIC.	

		Oeste	6	CD Leiria: Divisão de Alcobaça - 1 Esquadra. Divisão das Caldas da Rainha - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão da Nazaré - 1 Esquadra. Divisão de Peniche - 1 Esquadra. COMETLIS: Esquadra de Torres Vedras da Divisão de Loures.	Santarém e Cartaxo, faz parte do NUTS “Alentejo/Lezíria do Tejo”); CD de Aveiro [Aveiro; Ovar (Divisões de Espinho, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, fazem parte do NUT “Norte/Área Metropolitana do Porto”)]; COMETLIS (Esquadra de Torres Vedras, Divisão de Loures, faz parte deste NUTS).
		Médio Tejo	6	CD Santarém: Divisão de Abrantes - 1 Esquadra. Divisão do Entroncamento - 1 Esquadra. Divisão de Ourém - 1 Esquadra. Divisão Tomar - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão de Torres Novas - 1 Esquadra.	
Área Metropolitana de Lisboa	132 (264)	Área Metropolitana de Lisboa	11 1	COMETLIS: Divisão do Aeroporto - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão de Investigação Criminal - 1 EIC. Divisão de Segurança a Transportes Públicos - 5 Esquadras (uma é Esquadra de Turismo)/1 EIC. 1ª Divisão - 7 Esquadras/1 EIC. 2ª Divisão - 5 Esquadras/1 EIC. 3ª Divisão - 12 Esquadras/1 Posto Hospital/1 EIC. 4ª Divisão - 5 Esquadras/1 EIC. 5ª Divisão - 4 Esquadras/1 EIC. Divisão da Amadora - 8 Esquadras/1 EIC/1 Esquadra/Posto Hospital. Divisão de Cascais - 5 Esquadras/1 EIC. Divisão de Loures - 10 Esquadras/1 EIC. Divisão de Oeiras - 6 Esquadras/1 EIC. Divisão de Sintra - 8 Esquadras/1 EIC. Divisão de Vila Franca de Xira - 4 Esquadras/1 EIC. CD SETÚBAL: Divisão de Setúbal - 2 Esquadras/1 EIC. Divisão de Almada - 2 Esquadras/1 EIC. Divisão de Barreiro - 5 Esquadras/1 EIC. Divisão do Seixal - 2 Esquadras/1 EIC.	COMETLIS (Todas as Divisões fazem parte deste NUTS, à exceção da Esquadra de Torres Vedras pertencente à Divisão de Loures, a qual entra no NUTS “Centro/Oeste”; CD SETÚBAL (Total de Divisões/Esquadras neste NUTS).
Alentejo	82 (164)	Alentejo Litoral	0	Sem Esquadras da PSP	CD BEJA (Total de Divisões/Esquadras neste NUTS); CD Évora (Total de Divisões/Esquadras neste NUTS); CD Portalegre (Total de Divisões/Esquadras neste NUTS); CD Santarém [Santarém e Cartaxo (Abrantes, Entroncamento, Ourém, Torres Novas e Tomar, fazem parte do NUTS “Centro/Médio Tejo”)].
		Alto Alentejo	4	CD Portalegre: Divisão de Portalegre - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão de Elvas - 1 Esquadra/1 EIC.	
		Alentejo Central	4	CD Évora: Divisão Évora - 2 Esquadras/1 EIC. Divisão de Estremoz - 1 Esquadra.	
		Baixo Alentejo	3	CD BEJA: Divisão de Beja - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão de Moura - 1 Esquadra.	
		Lezíria do Tejo	3	CD Santarém: Divisão Santarém - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão do Cartaxo - 1 Esquadra.	
Algarve	86 (172)	Algarve	9	CD Faro: Divisão do Aeroporto - 1 Esquadra. Divisão de Faro - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão de Lagos - 1 Esquadra. Divisão de Olhão - 1 Esquadra. Divisão Portimão - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão de Tavira - 1 Esquadra. Divisão de Vila Real de Santo António - 1 Esquadra.	CD de Faro (Total de Divisões/Esquadras neste NUTS)
Região Autónoma dos Açores	98 (196)	São Miguel	29	Divisão de Ponta Delgada - 9 Esquadras (uma é do Aeroporto) /1 EIC.	CR dos Açores 8 Ilhas (Ilha do Corvo não tem PSP)
		Santa Maria		Divisão de Vila do Porto - 1 Esquadra.	
		Terceira		Divisão de Angra do Heroísmo - 4 Esquadras (uma é do Aeroporto) /1 EIC.	
		Graciosa		Divisão de Santa Cruz da Graciosa - 1 Esquadra.	
		São Jorge		Divisão de São Jorge - 2 Esquadras.	
		Pico		Divisão do Pico - 3 Esquadras/1 EIC.	

		Faial		Divisão da Horta - 2 Esquadras (uma é do Aeroporto) /1 EIC.	
		Flores		Divisão de Santa Cruz das Flores - 2 Esquadras/1 EIC.	
		Corvo		Sem Esquadras da PSP.	
Região Autónoma Madeira	94 (188)	Madeira	15	Divisão do Aeroporto - 1 Esquadra. Divisão do Funchal - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão da Calheta - 1 Esquadra. Divisão de Câmara de Lobos - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão do Machico - 1 Esquadra/1 EIC. Divisão de Ponta do Sol - 1 Esquadra. Divisão de Porto Moniz - 1 Esquadra. Divisão da Ribeira Brava - 1 Esquadra. Divisão de Santa Cruz - 2 Esquadras. Divisão de Santana - 1 Esquadra. Divisão de São Vicente - 1 Esquadra.	CR da Madeira 2 Ilhas
		Porto Santo	3	Divisão do Aeroporto - 1 Esquadra. Divisão de Porto Santo - 1 Esquadra/1 EIC.	

Fonte: Elaboração própria/2016

APÊNDICE III

Quadro com o número da Amostra recolhida por cada NUTS/Comando/Divisão das 277 Esquadras que participaram no estudo

Quadro com a Amostra recolhida por NUTS/Comando/Divisão

Comando (20) (Distrito/Arquipélago)	Divisão	Esquadra (277)	N.º Esquadras por Divisão	Nº Consentimentos	
				Divisão	Comando
Comando Metropolitano de Lisboa	Divisão do Aeroporto	Esquadra de Investigação Criminal (EIC)	2	3	107 (4 Torres Vedras NUTS Centro)
		Esquadra do Aeroporto			
	Divisão de Segurança a Transportes Públicos	EIC	6	5	
		Esquadra de Turismo			
		Marques de Pombal-Estação			
		Esquadra da GIL (Gare do Oriente)			
		Esquadra CP Oeiras			
	Divisão de Investigação Criminal	Esquadra CP Monte Abraão	1	2	
		EIC			
	1ª Divisão	EIC	8	6	
		Baixa Pombalina			
		Bairro Alto			
		Santa Marta			
		Cais do Sodré - Boavista			
		Mouraria			
		Rossio			
	2ª Divisão	Rato	6	8	
		EIC			
		Chelas Zona I			
		Chelas Zona J			
		Olivaís			
	3ª Divisão	Campo Grande	14	14	
		Parque das Nações			
		EIC			
		Posto Hospital de Santa Maria			
		Telheiras			
		Benfica			
		Campolide			
		Praça de Espanha			
		Bairro da Horta Nova			
		Bairro Padre cruz			
		Serafina			
	4ª Divisão	Musgueira	6	5	
		Carnide			
		Bairro da Boavista			
		Alta de Lisboa			
		EIC			
	5ª Divisão	Campo de Ourique	5	7	
		Belém			
		Calvário			
		Quinta da Cabrinha			
		Lapa			
	Divisão da Amadora	EIC	10	16	
		Arroios			
		Penha de França			
		Olaíais			
		Caminhos-de-ferro			
Posto Hospital Fernando da Fonseca					
Mina					
Casal de São Brás					
Reboleira					
Damaia					
Alfragide					
Brandoa					

	Divisão de Cascais	Alfornelos	6	6	
		Venda Nova			
		EIC			
		Cascais			
		Estoril			
		Parede			
		Carcavelos			
		Trajouce			
	Divisão de Loures	EIC	11	17	
		Sacavém			
		Moscavide (Comando)			
		Loures			
		Odivelas			
		Pontinha			
		Caneças			
		São João da Talha			
		St.º António Cavaleiros			
		Camarate			
	Torres Vedras				
	Divisão de Oeiras	EIC	7	6	
		Oeiras			
		Miraflares			
		Porto Salvo			
		Carnaxide			
		Caxias - Laveiras			
	Divisão de Sintra	Queijas	9	8	
		EIC			
		Queluz			
		Agualva - Cacém			
		São Marcos			
		Algueirão/Mem Martins			
		Casal de Cambra			
		Mira-Sintra			
	Divisão de Vila Franca de Xira	Massamá	5	4	
		Rio de Mouro			
		EIC			
		Vila Franca de Xira			
		Alverca			
Comando Distrital de Setúbal	Divisão de Setúbal	Alhandra	3	9	29
		Póvoa Santa Iria			
		EIC			
	Almada	1ª Esquadra	3	6	
		2ª Esquadra			
		EIC			
	Seixal	Pragal	4	7	
		Laranjeiro			
		EIC			
		Seixal			
Barreiro	Corroios	4	7		
	Cruz de Pau				
	EIC				
	Barreiro				
Comando Metropolitano do Porto	Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima (GAIV)	Baixa da Banheira	1	26	80
		Montijo			
	Divisão do Aeroporto	GAIV	2	3	
		Esquadra Aeroporto			
	1ª Divisão	Turismo	6	3	
		Bonfim			
		Paraíso			
		Infante D. Henrique			
		Cedofeita			
		Boavista			
2ª Divisão	Paranhos	5	4		
Coronel Pacheco					

		Carvalhido			
		Foz do Douro			
		Aldoar			
		Viso			
	3ª Divisão	Pinheiro Manso	5	6	
		São Roque			
		Lagarteiro			
		Naulila			
	Divisão de Gondomar	Bom Pastor	4	7	
		EIC			
		Gondomar			
		Rio Tinto			
	Divisão da Maia	Balbom	2	3	
		Maia			
	Divisão de Matosinhos	Águas Santas	4	8	
		EIC			
		Matosinhos			
São Mamede de Infesta					
Divisão da Póvoa de Varzim	Custóias	1	2		
	Póvoa de Varzim				
Divisão de Santo Tirso	Santo Tirso	1	2		
Divisão de Valongo	Valongo	2	3		
	Ermesinde				
Divisão de Vila do Conde	EIC	2	4		
	Vila do Conde				
Divisão de Vila Nova de Gaia	EIC	7	9		
	Esquadra de Segurança Ferroviária				
	Oliveira do Douro				
	Vila Nova de Gaia				
	Afurada				
	Canidelo				
Valadares					
Comando Distrital de Aveiro	Divisão de Aveiro	EIC	3	15	24 (7 NUTS Norte / 17 NUTS Centro)
		Marquês			
		Griné			
	Divisão de Espinho	EIC	2	5	
		Espinho			
Divisão de Ovar	Ovar	1	2		
Divisão de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	1	2		
Divisão de São João da Madeira	São João da Madeira	1	0		
Comando Distrital de Beja	Divisão de Beja	EIC	2	8	12
		Beja			
Divisão de Moura	Moura	1	4		
	Comando Distrital de Braga	Divisão de Braga	EIC	3	5
Braga					
Braga - Souto Maior					
Divisão de Guimarães		EIC	2	1	
		Guimarães			
Divisão de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão	1	2		
Divisão de Barcelos	Barcelos	1	1		
Comando Distrital de Bragança	Divisão de Bragança	EIC	2	4	5
		Bragança			
Divisão de Mirandela	Mirandela	1	1		
	Comando Distrital de Castelo Branco	Divisão de Castelo Branco	EIC	2	9
Castelo Branco					
Divisão da Covilhã		EIC	2	3	
	Covilhã				
Comando Distrital de Coimbra	Divisão de Coimbra	EIC	3	11	15
		1ª Esquadra - Coimbra			
		2ª Esquadra - Coimbra			
	Divisão da Figueira da Foz	EIC	2	4	
Figueira da Foz					
Comando Distrital de Évora	Divisão de Évora	EIC	3	18	21
		Évora			
		Cruz da Picada			

	Divisão de Estremoz	Estremoz	1	3	
Comando Distrital de Faro	Divisão do Aeroporto Faro	Esquadra do Aeroporto	1	3	86
	Divisão de Faro	EIC Faro	2	22	
	Divisão de Lagos	Lagos	1	18	
	Divisão de Olhão	Olhão	1	9	
	Divisão Portimão	EIC Portimão	2	16	
	Divisão de Tavira	Tavira	1	10	
	Divisão de Vila Real de Stº António	Vila Real de Santo António	1	8	
Comando Distrital da Guarda	Divisão da Guarda	EIC Guarda	2	7	10
	Divisão de Gouveia	Gouveia	1	3	
Comando Distrital de Leiria	Divisão de Leiria	EIC Leiria Marrazes	3	5	19
	Divisão das Caldas da Rainha	EIC Caldas da Rainha	2	2	
	Divisão de Pombal	Pombal	1	3	
	Divisão da Marinha Grande	Marinha Grande	1	2	
	Divisão da Nazaré	Nazaré	1	5	
	Divisão de Peniche	Peniche	1	2	
Comando Distrital de Portalegre	Divisão de Portalegre	EIC Portalegre	2	14	23
	Divisão de Elvas	EIC Elvas	2	9	
Comando Distrital de Santarém	Divisão de Santarém	EIC Santarém	2	21	46 (20 NUTS Centro / 26 NUTS Alentejo)
	Divisão de Tomar	EIC Tomar	2	4	
	Divisão de Torres Novas	EIC Torres Novas	2	6	
	Divisão de Entroncamento	Entroncamento	1	4	
	Divisão de Cartaxo	Cartaxo	1	5	
	Divisão de Ourém	Ourém	1	3	
	Divisão de Abrantes	Abrantes	1	3	
Comando Distrital de Viana do Castelo	Divisão de Viana do Castelo	EIC Viana do Castelo	2	5	6
	Divisão de Ponte de Lima	Ponte de Lima	1	1	
Comando Distrital de Vila Real	Divisão de Vila Real	EIC Vila Real	2	3	6
	Divisão de Chaves	EIC Chaves	2	3	
Comando Distrital de Viseu	Divisão de Viseu	EIC Viseu	2	3	6
	Divisão de Lamego	EIC Lamego	2	3	
Comando Regional da Madeira	Divisão do Aeroporto da Madeira	Esquadra do Aeroporto	1	3	94
	Divisão do Funchal	EIC Funchal	2	25	
	Divisão de Câmara de Lobos	EIC Câmara de Lobos	2	9	
	Divisão do Machico	EIC Machico	2	9	
	Divisão de Santa Cruz	Santa Cruz Camacha	2	9	
	Divisão de Calheta	Calheta	1	3	
	Divisão da Ponta do Sol	Ponta do Sol	1	2	
	Divisão de Porto Moniz	Porto Moniz	1	2	

	Divisão da Ribeira Brava	Ribeira Brava	1	5	
	Divisão de Santana	Santana	1	3	
	Divisão de São Vicente	São Vicente	1	4	
	Divisão de Porto Santo	Esquadra do Aeroporto EIC Porto Santo	3	20	
Comando Regional dos Açores	Divisão de São Miguel	Esquadra do Aeroporto	10	36	98
		Ponta Delgada			
		Capelas			
		Vila Franca do Campo			
		Maia			
		Rabo de Peixe			
		Povoação			
		Furnas			
		Nordeste			
	Lagoa				
	Divisão de Santa Maria	Vila do Porto	1	7	
	Divisão de Terceira	Esquadra do Aeroporto	5	17	
		EIC			
		Angra do Heroísmo			
		Praia da Vitória			
	Divisão da Graciosa	Biscoitos	1	6	
		Santa Cruz da Graciosa			
	Divisão de São Jorge	Calheta	2	7	
		Velas			
	Divisão do Pico	EIC	4	10	
		São Roque do Pico			
		Madalena			
		Lajes do Pico			
	Divisão do Faial	Esquadra do Aeroporto	3	8	
		EIC			
		Horta			
	Divisão das Flores	EIC	3	7	
		Santa Cruz das Flores			
		Lajes das Flores			

Fonte: Elaboração própria/2016

APÊNDICE IV

1º Pedido formal para o estudo ao Diretor Nacional da PSP (janeiro de 2014)

EXMO. SENHOR DIRETOR NACIONAL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Miguel Oliveira Rodrigues, Agente n.ºs [REDACTED], pertencente ao efetivo do Comando Metropolitano de Lisboa e a prestar serviço na Divisão de Loures, 39.^a - Esquadra Sacavém e afeto ao Programa Escola Segura, vem mui respeitosamente solicitar a V.Ex.^a, se digne autorizá-lo ao desígnio abaixo exposto:

Com base no **Doutoramento em Educação** no qual me encontro inscrito com o n.º 21302585, na ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, neste ano letivo de 2013/14 [conforme autorização do Ex.º Sr.º Subintendente António Resende (14 OUT 2013) Comandante da PSP da Divisão de Loures que se anexa (**Anexo 1**) e Declaração de Matrícula (**Anexo 2**) do doutoramento 2013/14, solicito autorização para delinear a investigação da tese no âmbito que passo a expor.

A intenção desta petição, que de seguida se expõe, surge inicialmente no âmbito do serviço ministrado como elemento do Programa Escola Segura da PSP, e que serviu como fio condutor para a elaboração do Projeto de Investigação (aprovado por júri do Doutoramento), mas que, no entanto, dependo em todo do aval de V.^a Ex.^a, Superintendente Luís Peça Farinha - Diretor Nacional da PSP.

A observação direta, conhecimento interno e visão pessoal enquanto elemento da PSP há cerca de dez anos, e como já referido, os últimos cinco anos inserido no Programa Escola Segura, a qual comporta uma intervenção que engloba toda a comunidade escolar, não apenas no espaço escolar, mas também com os alunos e familiares em ambiente de casa e/ou bairro, torna-se como um dos fios condutores deste estudo. Esta visão possibilitou compreender que comportamentos inadequados e/ou desviantes, como o álcool e as drogas, o conflito, a violência, os roubos e furtos, o *bullying*, cada vez mais o *ciberbullying*, os menores em risco/perigo, faltas excessivas, atrasos constantes, absentismo/abandono escolar, falta de material necessário, impossibilidade ou ausência total de contactos com escola ou professores por parte de encarregados de educação, entre outros, e que assumem consequências negativas ao nível educativo como fraco desempenho académico, sendo, perante intervenções que fazem parte das funções das EPES, que determinamos, algumas vezes, casos de violência doméstica na sua forma de violência conjugal sobre a mulher, como uma das causas destes acontecimentos.

Estas aceções foram de todo o fio condutor para o intuito que pretendo aferir, propondo para tal o *estandarte* do Programa Escola Segura da PSP como âmago da

investigação deste doutoramento em Educação. A *ideia* foi lançada ao júri de candidatura ao doutoramento através da entrevista e Pré-projecto, pressupostos necessários à candidatura ao mesmo, sendo prontamente aceite, elogiado e enaltecido, apresentando-se segundo estes, como algo novo, pois as condições particulares que envolvem a realização deste trabalho e a ausência, de outros estudos, conferem a esta investigação um carácter único.

O estudo que se pretende realizar intitula-se “*A Violência Doméstica na Educação: Avaliação do Envolvimento Parental na Escola em mulheres vítimas de Violência Conjugal*” (**Anexo 3**), versa a problemática da violência conjugal sobre a mulher por parte do seu parceiro masculino, relacionando-a com o **Desempenho Parental na Escola** destas mulheres em relação ao seu filho(s).

O **Orientador** deste estudo é a **Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins**. Professora Catedrática na Universidade Lusófona do Porto. Doutorada em História; [CV (resumido) (**Anexo 4**)].

Cada vez mais se espera que o sucesso educativo seja sustentado em pesquisa, ou seja, na evidência, procurando fundamentar as suas opiniões, decisões, ações e interações baseados em factos reais e atualizados. Neste contexto, este estudo envolve-se na linha/grupo de investigação no âmbito da Educação, Identidades e Políticas Públicas, conforme missivas orientadoras deste doutoramento.

A importância deste estudo advém da necessidade de analisar no quadro institucional do sistema de ensino português a existência de uma relação entre as variáveis mulheres vítimas e não-vítimas de violência conjugal e o envolvimento parental na escola. O estudo apresenta um carácter inovador, uma vez que nunca foi realizado em Portugal, existindo atualmente uma inexistência das consequências do crime no âmbito da educação. Esta variável despoletou o interesse do conselho do Doutoramento, o que se consumou na atribuição de uma Bolsa de Investigação para este Projeto (**Anexo 5**). A referida bolsa atribuída pela Faculdade possui aspetos diferentes das demais Bolsas de Investigação, sendo que esta, iniciativa da ULHT, se cinge a pagar a totalidade das propinas do Doutoramento, sendo exclusiva para este Projeto que aqui apresento, e caso o autorize.

O programa do XIX Governo Constitucional, na área das políticas públicas e sociais, preconiza no combate à violência doméstica cinco áreas estratégicas, expostas no V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (V PNPCVDG, 2014-

2017)¹¹⁷, estruturado com base nas políticas nacionais e em articulação com orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado. O referido Plano, tal como os anteriores, prevê que sejam implementadas variadas medidas em torno das cinco áreas estratégicas de intervenção, e interessa-nos aqui enunciar a quinta área estratégica de intervenção (Investigar e Monitorizar). Este visa, com base em sete medidas, alargar o âmbito da investigação científica na área da violência doméstica e da violência de género, para assim obter um conhecimento mais aprofundado sobre as dimensões estruturais do fenómeno, incluindo grupos específicos de vítimas, para informar a intervenção técnica e a decisão política. Refere a promoção de estudos específicos sobre o fenómeno da violência doméstica e de género, em estreita articulação com universidades e centros de investigação, uma base que se assume em anteriores planos e proposto, com muita pertinência, no seguimento deste novo plano.

Após esta introdução, exponho o que se pretende realizar na sua conceção metodológica, e voltando a salientar, apenas será exequível perante autorização de V.^a Ex.^a.

Numa fase única, perante 2 grupos de amostra, utilizaremos o instrumento inquérito por questionário. Perante a revisão da literatura realizada, problemática e respetivas questões de investigação, o «Questionário de Envolvimento Parental na Escola, versão para pais (QEPE-VPa)» desenvolvido e validado por Ana Pereira (2002), mostrou-se o mais adequado. O mesmo possui 24 questões numa escala de Likert, com questões claras e de resposta rápida. O quadro seguinte explica como se pretende realizar as fases desta investigação, expondo-se na sua parte mais à direita, o *cunho* e *participação* da Instituição PSP.

Fases da investigação empírica

Instrumento - Inquérito por Questionário Questionário de Envolvimento Parental na Escola, versão para Pais - QEPE-VPa (Pereira, 2002)	
Grupo de mulheres não-vítimas	Grupo de mulheres vítimas
Pedido de autorização para aplicação de inquéritos/realização de estudos de investigação, em meio escolar, ao abrigo do Despacho N.º15847/2007 , publicado no DR 2. ^a série n.º 140 de 23 de julho. Direção-Geral da Educação (DGE) - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)	Pedido de autorização ao Ex.^a Diretor Nacional da PSP , para aceder através do SEI aos Auto de Notícia por Violência Doméstica a nível nacional realizados pela PSP. Aceder aos contactos das mulheres vítimas de Violência Conjugal
Pedido de autorização a direção de agrupamento e pedido de colaboração a professores com cargo de direção de turma	Contacto e pedido de autorização e colaboração de vítimas (encarregada de educação)

¹¹⁷ V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014 - 2017), Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, DR, n.º 253, I Série, de 31 de dezembro de 2013.

Pedido de autorização e colaboração de encarregados de educação de filhos do 1º e 2º ciclo. O total de inquiridas (não-vítimas) 400, depende do n.º de Vítimas. Este n.º por distrito depende de correlações estatísticas, sendo emanada de forma aleatória em áreas distintas do distrito/ilhas	Total de 400 vítimas. O total de vítimas por distrito depende de correlações estatísticas, sendo emanada de forma aleatória em áreas distintas do distrito/ilhas
Professor entrega aos alunos o pedido de autorização/colaboração e inquéritos para estes entregarem à mãe (inquiridas)	Resposta aos questionários por telefone, via correio-electrónico ou por carta (com reenvio pré-pago)
Alunos entregam os inquéritos respondidos ao professor que guarda em envelope fechado e entrega na direção de escola	
Envio via correio para investigador/Recolha presencial pelo investigador	
Análise de conteúdo em SPSS	Análise de conteúdo
Correlação de resultados - SPSS (Análise de conteúdo)	

Fonte: Elaboração própria/2014

População e a Amostra

O universo, apesar de compreender distintos grupos de inquiridos, depreende-se de agregável e sobre as quais se pretende generalizar, pois o campo de ação da amostra, no que respeita às mulheres vítimas de violência conjugal, reflete-se na população nacional (teórica). Neste sentido, o grupo das inquiridas *vítimas* são seleccionadas por amostragem onde se vai considerar a variável comuns de menor (es) terem assistido ao crime, entre outras possíveis ainda por definir. Esta variável, de menor ter assistido ao crime, é um dos itens que as forças de segurança possuem no Auto de Notícia padrão por Violência Doméstica, sendo então esse o fator que vai expor o número total da amostra.

De salientar que todas as questões éticas e sigilo serão mantidas, sendo as inquiridas contactadas devidamente informadas de todos os conteúdos da investigação, bem como a finalidade dos resultados, os quais possuem como objetivo último o de se conterem mais e novos dados no delinear das políticas públicas e socias de apoio às mesmas.

Importa reforçar que em 2012, com despacho positivo primeiro do Ex.º Sr.º Subintendente António Resende - Comandante da PSP da Divisão de Loures e posteriormente com autorização V.ª Ex.ª Superintendente Paulo Manuel Pereira Lucas, ao momento do pedido, Diretor Nacional Adjunto da Unidade Orgânica de Operações e Segurança, foi solicitado e aceite o acesso nos mesmos pressupostos (acesso aos contactos com as Vítimas através dos Auto de Notícia por Violência Doméstica da PSP para responderem a questionário, sendo por uma larga maioria aceite, sendo enaltecida a investigação e elogiada a participação da PSP no seu conteúdo). O âmbito da investigação há altura era para dissertação do mestrado em Serviço Social. A diferença com o pedido atual deve-se ao número da

amostra, a qual pelo âmbito de ser uma investigação de doutoramento possui uma amostra consideravelmente maior, mas com pressupostos em tudo idênticos.

Assim, e não podendo iniciar a investigação sem antes solicitar a autorização devida a V.^a Ex.^a, solicito-a desta forma. Caso seja aceite, também o interesse, apoio e orientação de V.^a Ex.^a serão igualmente auscultados para o delinear da mesma.

Solicita-se assim autorização para:

Poder, em fase própria (decorrer de 2014), contactar os Comandantes dos Comandos da PSP de todo o país para indicarem, com base nos Auto Notícia por Violência Doméstica (com as características/variáveis acima descritas) me concederem o contacto telefónico/e-mail da vítima (de momento as variáveis estão em construção, no entanto, *vítima feminina e menores presentes no crime* são os definidos).

Este contacto será delineado por telefone primeiramente a estes Comandantes, e caso demonstrem quererem participar, será enviado por e-mail profissional o comprovativo da Autorização de V.^a Ex.^a Diretor Nacional, caso autorize este pedido.

No entanto, caso o departamento da PSP que “trabalha” os dados desta temática (Violência Doméstica), seja o mais indicado para aceder a estes dados no âmbito que se propõem, solicitaria autorização para contactar o mesmo bem como o(s) contato(s) pertinente.

Benefícios para a PSP:

Segundo o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017) no qual o MAI se insere, na área estratégica de intervenção (Investigar e Monitorizar), a qual pretende alargar o âmbito da investigação científica na área da violência doméstica e da violência de género, promovendo estudos específicos sobre o fenómeno em estreita articulação com universidades e centros de investigação. Estes estudos são, no âmbito do estudo de avaliação destes Planos, enunciados, sendo, caso aprovado por V.^a Ex.^a, igualmente referida a participação da PSP nos desígnios propostos neste V PNPCVDG_2014-2017.

A investigação que se propõe, inserida no doutoramento em Educação, adquiriu neste Projeto uma avaliação de excelência, ganhando por isso uma Bolsa de Investigação, sendo que, apenas com a participação positiva da Instituição PSP se poderá operacionalizar. Os professores doutorados e investigadores de renome nacional e internacional que compõem o programa doutoral deste curso e que avaliaram o Projeto, sabem da importância máxima que a PSP terá no acesso aos dados, única forma de poder aceder aos mesmos.

Este desígnio, em caso positivo por parte da PSP, será seguramente prestigiante, reconhecido e aclamado por estes, pois perceberão que esta extraordinária Instituição se encontra na frente do problema, no apoio à procura de formas para a recolha de dados científicos que possibilitem o bem-estar destas vítimas, não apenas de um crime, mas de um problema social.

Será também, com todos os contornos preponderantes, por mim enaltecidos na tese o contributo distinto da Polícia de Segurança Pública na investigação.

Sendo V.^a Ex.^a conhecedor do âmago de uma investigação desta circunferência, percebe a necessidade de clarificar desde o primeiro momento os contornos e direções que se interpolam, sendo para tal de extrema utilidade a percepção da minha parte em compreender se este acesso é conseguido, pois a não autorização impugnará certamente a investigação e provavelmente o doutoramento.

Não querendo tornar ainda mais extenso este pedido, fica aqui a minha total disponibilidade para informar mais dados que V.^a Ex.^a ache pertinentes, bem como, caso o pretenda, informar o decorrer da investigação.

Com base no sentimento de que a Instituição Polícia de Segurança Pública me transmite, concretamente no assunto em que se baseia a investigação, espero que V.^a Ex.^a autorize este pressuposto, o qual penso que seria uma mais-valia e teria certamente um impacto prestigiante e audacioso para a Instituição que orgulhosamente represento, a Polícia de Segurança Pública.

Solicito, se possível, em **exposição escrita**, a autorização ou não para o solicitado neste documento, informando que seria importante possuir uma resposta no decorrer do mês de fevereiro, momento em que terei de transmitir ao conselho doutoral do curso se a PSP se inscreve positivamente no acesso aos dados da amostra, com base na autorização de V.^a Ex.^a.

Pede Deferimento

Sacavém, 23 de janeiro de 2014

Miguel Rodrigues

Agente n.ºs [REDACTED] da 39ª Esquadra - Sacavém

Orientadora (Professora Doutora)
Alcina Manuela de Oliveira Martins

APÊNDICE V

2º Pedido formal para o estudo ao Diretor Nacional da PSP (fevereiro de 2014)

EXMO. SENHOR DIRETOR NACIONAL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Miguel Oliveira Rodrigues, Agente n.ºs [REDACTED], pertencente ao efetivo do Comando Metropolitano de Lisboa e a prestar serviço na Divisão de Loures, 39.^a - Esquadra Sacavém e afeto ao Programa Escola Segura, vem mui respeitosamente solicitar a V.Ex.^a, se digne autorizá-lo ao desígnio abaixo exposto:

Com base no **Doutoramento em Educação** no qual me encontro inscrito com o n.º 21302585, na ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, neste ano letivo de 2013/14 [conforme autorização do Ex.º Sr.º Subintendente António Resende (14 OUT 2013) Comandante da PSP da Divisão de Loures que se anexa (**Anexo 1**)] e Declaração de Matrícula (**Anexo 2**) do doutoramento 2013/14, solicito autorização para delinear a investigação da tese no âmbito que passo a expor.

A intenção desta petição, que de seguida se expõe, surge inicialmente no âmbito do serviço ministrado como elemento do Programa Escola Segura da PSP, e que serviu como fio condutor para a elaboração do Projeto de Investigação (aprovado por júri do Doutoramento), mas que, no entanto, depende em todo do aval de V.^a Ex.^a, Superintendente Luís Peça Farinha - Diretor Nacional da PSP.

A observação direta, conhecimento interno e visão pessoal enquanto elemento da PSP há cerca de dez anos, e como já referido, os últimos cinco anos inserido no Programa Escola Segura, a qual comporta uma intervenção que engloba toda a comunidade escolar, não apenas no espaço escolar, mas também com os alunos e familiares em ambiente de casa e/ou bairro, torna-se como um dos fios condutores deste estudo. Esta visão possibilitou compreender que comportamentos inadequados e/ou desviantes, como o álcool e as drogas, o conflito, a violência, os roubos e furtos, o *bullying*, *ciberbullying*, os menores em risco/perigo, faltas excessivas, atrasos constantes, absentismo/abandono escolar, falta de material necessário, impossibilidade ou ausência total de contactos com escola ou professores por parte de encarregados de educação, entre outros, e que assumem consequências negativas ao nível educativo como fraco desempenho académico, sendo, perante intervenções que fazem parte das funções das EPES, que determinamos, algumas vezes, casos de violência doméstica na sua forma de violência conjugal sobre a mulher, como uma das causas destes acontecimentos.

Estas aceções foram de todo o fio condutor para o intuito que pretendo aferir, propondo para tal o *estandarte* do Programa Escola Segura da PSP como âmago da

investigação deste doutoramento em Educação. A *ideia* foi lançada ao júri de candidatura ao doutoramento através da entrevista e Pré-projecto, pressupostos necessários à candidatura ao mesmo, sendo prontamente aceite, elogiado e enaltecido, apresentando-se segundo estes, como algo novo, pois as condições particulares que envolvem a realização deste trabalho e a ausência, de outros estudos, conferem a esta investigação um carácter único.

O estudo que se pretende realizar intitula-se “*Violência Doméstica e Educação: Envolvimento Parental na Escola de mulheres vítimas de Violência Conjugal*” (**Anexo 3**), versa a problemática da violência conjugal sobre a mulher por parte do seu parceiro masculino, relacionando-a com o **envolvimento Parental na Escola** destas mulheres em relação ao seu filho(s).

O **Orientador** deste estudo é a **Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins**. Professora Catedrática na Universidade Lusófona do Porto. Doutorada em História; [CV (resumido) (**Anexo 4**)].

Cada vez mais se espera que o sucesso educativo seja sustentado em pesquisa, ou seja, na evidência, procurando fundamentar as suas opiniões, decisões, ações e interações baseados em factos reais e atualizados. Neste contexto, este estudo envolve-se na linha/grupo de investigação no âmbito da Educação, Identidades e Políticas Públicas, conforme missivas orientadoras deste doutoramento.

A importância deste estudo advém da necessidade de analisar no quadro institucional do sistema de ensino português a existência de uma relação entre as variáveis mulheres vítimas e não-vítimas de violência conjugal e o envolvimento parental na escola. O estudo apresenta um carácter inovador, uma vez que nunca foi realizado em Portugal, existindo atualmente uma inexistência das consequências do crime no âmbito da educação. Esta variável despoletou o interesse do conselho do Doutoramento, o que se consumou na atribuição de uma Bolsa de Investigação para este Projeto (**Anexo 5**). A referida bolsa atribuída pela Faculdade possui aspetos diferentes das demais Bolsas de Investigação, sendo que esta, iniciativa da ULHT, se cinge a que usufrua a totalidade das propinas do Doutoramento, e que pretendo envergar com o estudo que aqui apresento, e caso o autorize.

O programa do XIX Governo Constitucional, na área das políticas públicas e sociais, preconiza no combate à violência doméstica cinco áreas estratégicas, expostas no V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (V PNPCVDG, 2014-

2017)¹¹⁸, estruturado com base nas políticas nacionais e em articulação com orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado. O referido Plano, tal como os anteriores, prevê que sejam implementadas variadas medidas em torno das cinco áreas estratégicas de intervenção, e interessa-nos aqui enunciar a quinta área estratégica de intervenção (Investigar e Monitorizar). Este visa, com base em sete medidas, alargar o âmbito da investigação científica na área da violência doméstica e da violência de género, para assim obter um conhecimento mais aprofundado sobre as dimensões estruturais do fenómeno, incluindo grupos específicos de vítimas, para informar a intervenção técnica e a decisão política. Refere a promoção de estudos específicos sobre o fenómeno da violência doméstica e de género, em estreita articulação com universidades e centros de investigação, uma base que se assume em anteriores planos e proposto, com muita pertinência, no seguimento deste novo plano.

Após esta introdução, exponho o que se pretende realizar na sua conceção metodológica, e voltando a salientar, apenas será exequível perante autorização de V.^a Ex.^a.

Numa fase única, perante dois grupos de amostras, utilizaremos o instrumento inquérito por questionário estruturado. Perante a revisão da literatura realizada até ao momento, problemática e respetivas questões de investigação, pretende-se construir um questionário direcionado às vítimas e seus filhos, utilizando para tal dois grupos de questões, um que exponha a caracterização sociodemográfica da amostra e outra que indique/avalie o envolvimento parental na escola, na visão de ambos os grupos da amostra.

O quadro seguinte explica como se pretende realizar as fases desta investigação, expondo-se na sua parte mais à direita, o *cunho* e *participação* da Instituição PSP.

Fases da investigação empírica

Instrumento - Inquérito por Questionário	
Amostra	
Pedido de autorização ao Ex. ^a Diretor Nacional da PSP, para poder aceder às mulheres vítimas de Violência Doméstica a nível nacional, que denunciem o crime à PSP. Aceder às vítimas através de “Pedido de Consentimento Informado”	
Contacto com as vítimas que aceitaram participar, conforme “Pedido de consentimento informado”	
Total das vítimas que consentiram participar, conforme “Pedido de consentimento informado”, a nível nacional	
Resposta aos questionários por via correio-electrónico/telefone.	
Inserir dados - SPSS	
Análise de conteúdo	

¹¹⁸ V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014 - 2017), Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, DR, n.º 253, I Série, de 31 de dezembro de 2013.

População e a Amostra

O universo, apesar de compreender distintos grupos de inquiridas, depreende-se de agregável e sobre as quais se pretende generalizar, pois o campo de ação da amostra, no que respeita às mulheres vítimas de violência conjugal por parte do seu companheiro masculino, reflete-se na população nacional (teórica). Neste sentido, o grupo das inquiridas *mulheres vítimas* são selecionadas por amostragem onde se vai considerar a variável comuns de terem filho(s) que frequentem o 2º ou 3º ciclo do ensino básico.

De salientar que todas as questões éticas de confidencialidade, anonimato e sigilo serão mantidas em relação às vítimas que pretenderem participar, bem como a garantia de que os dados recolhidos serão apenas utilizados para esta investigação.

Procedimentos

Com base no documento que se anexa - **Pedido de Consentimento Informado às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica**, o qual seria enviado via email profissional a todas as Esquadras da PSP a nível nacional, de forma a ser fornecido aos Graduado de Serviço. Estes, gerindo da forma que acharem mais exequível, aquando se encontrarem a receber denúncia por mulher vítima de violência doméstica tendo o suspeito como seu companheiro do sexo masculino e filhos que frequentem o 2º ou 3º ciclo do ensino básico, lhes forneceriam/elucidavam perante as indicações expostas no “**Pedido de Consentimento Informado**”. Caso a vítima aceite, terá um **outro Documento (anexo no referido Pedido)** onde indica **nome (não obrigatório)** e **contacto (telefone ou email)**, por forma a ser posteriormente contactada por mim para responder ao mencionado inquérito por questionário.

Este “**Pedido de Consentimento Informado**”, caso aprovado por V.^a Ex.^a, seria **encaminhado por email PSP a todos os Comandantes das Esquadras da PSP** de âmbito nacional com uma breve **explicação da investigação**, o **Parecer de autorização** de V.^a Ex.^a, o referido “**Pedido de Consentimento Informado**” e **documento para se identificarem**, para ser exposto no Graduado de Serviço.

O **período temporal** em que o “**Pedido de Consentimento Informado**” estaria exposto nas Esquadras seria de **abril a dezembro de 2014**, com o intuito de se conseguir **20 “Consentimentos” por Comando**. Esperemos que o período seja suficiente, esperando que possa ser prolongado em virtude de conseguir a **amostra pretendida de 400**. Posteriormente

seria devolvido para mim pelos Comandantes de cada esquadra (digitalizado/PDF da forma que achem exequível) através do email PSP (morodrigues@psp.pt).

Assim, e não podendo iniciar a investigação sem antes solicitar a autorização devida a V.^a Ex.^a, solicito-a desta forma. Caso seja aceite, também o interesse, apoio e orientação de V.^a Ex.^a serão igualmente auscultados para o delinear da mesma.

Benefícios para a PSP:

Segundo o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (V PNPCVDG, 2014-2017) no qual o MAI se insere, na área estratégica de intervenção (Investigar e Monitorizar), a qual pretende alargar o âmbito da investigação científica na área da violência doméstica e da violência de género, promovendo estudos específicos sobre o fenómeno em estreita articulação com universidades e centros de investigação. Estes estudos são, no âmbito do estudo de avaliação destes Planos, enunciados, sendo, caso aprovado por V.^a Ex.^a, igualmente referida a participação da PSP nos desígnios propostos neste V PNPCVDG, 2014-2017.

A investigação que se propõe, inserida no doutoramento em Educação, adquiriu neste Projeto uma avaliação que originou o ganho de uma Bolsa de Investigação, sendo que, apenas com a participação positiva da Instituição PSP se poderá operacionalizar. Os professores doutorados e investigadores de renome nacional e internacional que compõem o programa doutoral deste curso e que avaliaram o Projeto, sabem da importância máxima que a PSP terá no acesso aos dados, única forma de poder aceder aos mesmos.

Este desígnio, em caso positivo por parte da PSP, será seguramente prestigiante, reconhecido e aclamado por estes, pois perceberão que esta extraordinária Instituição se encontra na frente do problema, no apoio à procura de formas para a recolha de dados científicos que possibilitem o bem-estar destas vítimas, não apenas de um crime, mas de um problema social.

Será também, com todos os contornos preponderantes, por mim enaltecidos na tese o contributo distinto da Polícia de Segurança Pública na investigação.

Sendo V.^a Ex.^a conhecedor do âmago de uma investigação desta circunferência, percebe a necessidade de clarificar desde o primeiro momento os contornos e direções que se interpolam, sendo para tal de extrema utilidade a percepção da minha parte em compreender se

este acesso é conseguido, pois a não autorização impugnará certamente a investigação e provavelmente o doutoramento.

Não querendo tornar ainda mais extenso este pedido, fica aqui a minha total disponibilidade para informar mais dados que V.^a Ex.^a ache pertinentes, bem como, caso o pretenda, informar o decorrer da investigação.

Com base no sentimento de que a Instituição Polícia de Segurança Pública me transmite, concretamente no assunto em que se baseia a investigação, espero que V.^a Ex.^a autorize este pressuposto, o qual penso que seria uma mais-valia e teria certamente um impacto prestigiante e audacioso para a Instituição que orgulhosamente represento, a Polícia de Segurança Pública.

Solicito, se possível, em **exposição escrita**, a autorização ou não para o solicitado neste documento, informando que seria importante possuir uma resposta no decorrer do mês de fevereiro, momento em que terei de transmitir ao conselho doutoral do curso se a PSP se inscreve positivamente no acesso aos dados da amostra, com base na autorização de V.^a Ex.^a.

Pede Deferimento

Sacavém, 26 de fevereiro de 2014

Miguel Rodrigues

Agente n.ºs [REDACTED] da 39.^a Esq.^a - Sacavém

Orientadora (Professora Doutora)

Alcina Manuela de Oliveira Martins

APÊNDICE VI

Documento - Procedimentos de recolha da amostra para o estudo a ser utilizado pelos elementos da PSP

Procedimentos de recolha da Amostra para o estudo:

“Violência Doméstica e Educação: Envolvimento parental na escola de mulheres vítimas de violência conjugal”

Após autorização e indicação do Exmo. Senhor Diretor Nacional Adjunto/ UORH, bem como a agora autorização e indicação do Exmo. Senhor Comandante do COMETLIS, e no âmbito da investigação a nível nacional denominada **“Violência Doméstica e Educação. Envolvimento parental na escola de mulheres vítimas de violência conjugal”**, conduzida pela minha pessoa, Miguel Rodrigues (Agente da PSP) inserida no Doutoramento em Educação da ULHT - Universidade de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, e tendo por âmbito a obtenção da participação num futuro inquérito por questionário de **mulheres vítimas de Violência Doméstica por parte do seu companheiro masculino**, e seus **filho(s)**, que será posteriormente por mim realizado.

Características da Amostra

Dentro da sua possibilidade, disponibilidade, e fatores envolventes do crime, solicita-se o seguinte ao **Graduado de Serviço/Elementos das EPAV's/Carro Patrulha/EIC**, aquando se deparar com uma **denúncia/procedimentos** de casos de **Violência Doméstica**, e com as **exclusivas características**:

- Que seja a **vítima do sexo feminino** e o **agressor/suspeito** seja seu **companheiro do sexo masculino**;
- Que a **vítima** tenha **filhos a estudar no 2º ou 3º ciclo** do ensino básico.

Perante estes factos:

- Ceder à mesma o **Anexo 1 - Consentimento Informado** (o qual contém toda a informação sobre o estudo, desde quem investiga e orienta, aos seus objetivos). O elemento policial deve optar pela forma que ache mais conveniente de passar a informação à vítima. Sugere-se que este forneça o referido consentimento e esta faz a leitura, caso pretenda participar. Outra sugestão passa por o Graduado Serviço explicar o narrado no mesmo.
- Se a vítima demonstrar intenção de participar, fornece à mesma o **Anexo 2 - Formulário para esta indicar os dados para contacto** (nome, não obrigatório, contacto de email/telefone).

Este **Anexo 2** (dados da vítima) deve seguir para a minha pessoa. Sugerem-se 3 opções:

- Contactam-me para proceder ao levantamento na sua Esquadra (Zona de Lisboa);
- Digitalizar e enviam-me por email;
- Enviar pelo correio interno desta Polícia.

O **período temporal** insere-se entre de **1 de abril a 31 de dezembro de 2014**, sendo contactados a **nível de Comando**, para o **caso de ser necessário prolongar o período**, após autorizações a solicitar.

Dados para envio: Agente Miguel Rodrigues n.º [REDACTED] da 39ª Esquadra Sacavém/Divisão de Loures/COMETLIS; telefone particular: 91 330 82 36; telefone da Esquadra de Sacavém: 21 994 82 60; email profissional: morodrigues@psp.pt.

Totalmente disponível para qualquer questão

Muito obrigado pela sua colaboração

Atenciosamente

Miguel Oliveira Rodrigues

Agente n.º [REDACTED] da 39.ª Esquadra - Sacavém / Divisão de Loures / COMETLIS

EPES _ Equipas do Programa Escola Segura

Miguel Oliveira Rodrigues

Agente | **Comando Metropolitano de Lisboa**
PIPP

39ª Esquadra
Polícia de Segurança Pública
Rua de Loriga, s/n
2685-010 Sacavém Portugal

☎ : N/A
☎ : +351 219 498 260
☎ : +351 219 498 269
@ : morodrigues@psp.pt



APÊNDICE VII

Documento - Termo de Consentimento Informado (Denominado de Anexo 1 no formato em que chegou às Esquadras)

Anexo 1 - Termo de Consentimento Informado

Pedido de Consentimento Informado à Mulher Vítima de Violência Doméstica

A investigação “**Violência Doméstica e Educação: Envolvimento Parental na Escola de mulheres vítimas de Violência Conjugal**”, conduzido por **Miguel Rodrigues (Agente da PSP)** (morodrigues@psp.pt - 913308236) insere-se no **Doutoramento em Educação** da **ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa**, sob a supervisão científica da **Professora Doutora Alcina Martins**.

Estamos a pedir-lhe para participar voluntariamente neste estudo. Todavia, tem a opção de não participar, ou a possibilidade de interromper a sua participação acaso se sinta desconfortável relativamente a algum aspeto da sua participação nesta investigação.

É **objetivo** deste estudo, no âmbito da violência conjugal sobre a mulher por parte do seu companheiro masculino, perceber o impacto causado no envolvimento parental na escola à mulher vítima deste crime. O envolvimento parental na escola é um conceito que engloba entre si as obrigações básicas da escola, comunicação escola-família, envolvimento em atividades na escola e envolvimento em atividades de aprendizagem em casa.

A participação neste estudo implica apenas a sua participação e do seu filho(s). Para tal devem ter as seguintes características:

- Deve ser você o encarregado de educação;
- Deve ser você quem por norma se envolva no processo escolar do seu filho(s);
- Que o seu filho(s) frequente o 2º ou 3º ciclo do ensino básico (5º, 6º, 7º, 8º ou 9º ano);
- Deve residir com o seu filho(s).

Será contactada pelo investigador, via email ou telefone, consoante o que indicar, para preencherem um inquérito constituído pelo seguinte instrumento:

- Questionário onde são colocadas algumas questões sobre a sua família/relação e escala que cumpre a observação do seu envolvimento parental na escola.

Após ter lido e aceite este consentimento informado, serão contactados para preencher o inquérito, e já devidamente preenchido, fica finalizada a vossa participação.

A vossa participação é da maior importância para o sucesso desta investigação cujo objetivo é aprofundar o conhecimento sobre o modo como se podem aperfeiçoar as medidas políticas de

apoio às mulheres vítimas deste crime, no que respeita aos apoios no âmbito da Educação, os quais são, até ao momento, desconhecidos no nosso país.

Chamamos a sua atenção para o facto de que a vossa participação neste estudo é de natureza **confidencial**, sendo assegurado o total **anonimato** dos participantes, e dada a **garantia de que os dados recolhidos serão apenas utilizados para esta investigação**.

Lisboa, abril de 2014
Muito obrigado pela sua colaboração

APÊNDICE VIII

Documento - Dados da Participante(s) (Denominado de Anexo 2 no formato em que chegou às Esquadras)

Anexo 2 - Dados da Participante

Eu, _____, ao ser informada do estudo “**Violência Doméstica e Educação: Envolvimento Parental na Escola de mulheres vítimas de Violência Conjugal**” autorizo que sejam disponibilizados os meus dados (contacto telefónico/email) ao responsável do estudo com o intuito de participar.

Telefone:_____ - Email:_____

APÊNDICE IX

Questionário Envolvimento Parental na Escola (Mãe)

Código

Questionário Envolvimento Parental na Escola (Mãe)**Apresentação do estudo e instruções**

Este estudo faz parte de uma investigação de Doutoramento em Educação a decorrer na **Universidade Lusófona de Lisboa**. Pretende-se estudar o **impacto** da **vitimação** da **mulher vítima de violência conjugal** no seu **envolvimento parental na escola** dos seus **filhos** e no **desempenho escolar destes**.

O **envolvimento parental na escola** é um conceito que **engloba** entre si as **obrigações básicas da escola, comunicação escola-família, envolvimento em atividades na escola e envolvimento em atividades de aprendizagem em casa**.

As suas **respostas** são totalmente **anónimas e confidenciais** e serão usadas exclusivamente para fins investigativos. Tratando-se da sua opinião, **não há respostas certas ou erradas**, todas serão corretas sempre que traduzam o seu ponto de vista sobre o assunto.

Numa primeira parte são colocadas questões sobre si, da sua família/relação, e, numa segunda parte encontra questões que cumprem a observação do seu envolvimento parental na escola do seu filho.

Se estiver de acordo com estes objetivos, pedimos-lhe o favor de preencher o questionário que se segue e enviar. **Este questionário deve respondido na íntegra e seguindo as indicações.**

Caracterização sociodemográfica (Mãe)**1. Idade** (atualmente)

Dia Mês Ano

Clique em “**Dia - Mês - Ano**” para abrir opções e escolher a sua “**Data de Nascimento**”

2. Estado civil (à data da denúncia do crime)☐ Solteira☐ Casada☐ União facto☐ Divorciada/separada☐ Viúva**3. Nacionalidade** (à data da denúncia do crime)☐ Portugal☐ Outro País da Europa☐ África☐ América☐ Ásia☐ Oceânia**4. Escolaridade** (Caso venha de outro País indique a escolaridade que lhe pareça semelhante) (atualmente)☐ Nenhum Nível de Instrução☐ 1º ciclo (4º ano) ou semelhante☐ 2º Ciclo (6º ano) ou semelhante☐ 3º Ciclo (9º ano) ou semelhante☐ Ensino secundário (12º ano) ou semelhante☐ Formação Superior

5. Situação profissional/empregabilidade (à data da denúncia do crime)			
<input type="radio"/> Des empregada	<input type="radio"/> Empregada	<input type="radio"/> Reformada	
<input type="radio"/> Trabalhadora-estudante	<input type="radio"/> Estudante	<input type="radio"/> Doméstica	
6. Caso tenha selecionado «Empregada» ou «Trabalhadora-estudante», indique o grupo de profissões que lhe pareça mais parecido com a sua (à data da denúncia do crime)			
<input type="radio"/> Profissões das Forças Armadas (Exemplo: Oficiais, Sargentos, Praças e outros deste âmbito) <input type="radio"/> Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (Ex: Dirigentes superiores da Administração Pública, de organizações especializadas, diretor e gestor de empresas) <input type="radio"/> Especialistas das atividades intelectuais e científicas (Ex: especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias, engenharia; arquiteta; médica, enfermeira; professora) <input type="radio"/> Técnicos e profissões de nível intermédio (Ex: técnica de farmácia, auxiliar de enfermagem, pessoal de ambulâncias, agente de seguros) <input type="radio"/> Pessoal administrativo (Ex: Empregadas de escritório, caixas, rececionista, empregada de armazém, carteira) <input type="radio"/> Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança (Ex: Cozinheira, empregada de mesa, cabeleireira, vendedora em loja, bombeira, polícia, segurança) <input type="radio"/> Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta (Ex: Floricultora, apicultora, pescadora, agricultora) <input type="radio"/> Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (Ex: Padeira, pasteleira, costureira, artesã de cestaria) <input type="radio"/> Operadores de instalações de máquinas (Ex: Operadora de máquinas de costura/lavandaria; motorista) <input type="radio"/> Trabalhadores não qualificados (Ex: Empregada limpeza, ajudante cozinha, repositora de produtos, vendedora ambulante)			
7. Remuneração familiar mensal (à data da denúncia do crime)			
<input type="radio"/> Abaixo do Salário Mínimo <input type="radio"/> Salário Mínimo <input type="radio"/> Acima do Salário Mínimo mas menos de 1000 € <input type="radio"/> De 1001 € a 2000 € <input type="radio"/> De 2001 € 3000 € <input type="radio"/> Mais de 3001 €			
8. Regime habitacional (à data da denúncia do crime)			
<input type="radio"/> Habitação própria	<input type="radio"/> Renda	<input type="radio"/> Familiares/amigos	<input type="radio"/> Social
9. Condição geográfica habitacional (à data da denúncia do crime)			
<input type="radio"/> Urbano	<input type="radio"/> Semiurbano	<input type="radio"/> Rural	
10. Religião (à data da denúncia do crime)			
<input type="radio"/> Sem religião	<input type="radio"/> Católica	<input type="radio"/> Protestante	<input type="radio"/> Outra cristã
<input type="radio"/> Judaica	<input type="radio"/> Muçulmana	<input type="radio"/> Outra não cristã	<input type="radio"/> Ortodoxa

11. Número de filhos (à data da denúncia do crime)			
<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3 ou mais	
12. Número de filho(s) que se encontra(m) a estudar (à data da denúncia do crime)			
<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3 ou mais	
13. Agregado familiar (atualmente)			
<input type="radio"/> Nuclear (pais e filhos) <input type="radio"/> Monoparental (você e filho(s)) <input type="radio"/> Reconstituída (você, outro companheiro que não pai do seu filho(s), e filho(s)) <input type="radio"/> Homoparentais (você, companheira do mesmo sexo, e filho(s))			
14. É dependente e/ou abusa de substâncias (à data da denúncia do crime)			
<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim, Álcool	<input type="radio"/> Sim, Drogas	<input type="radio"/> Sim, Álcool e Drogas
Caracterização da relação vítima/crime			
15. Caracterização da vitimação (pode escolher várias opções)			
<input type="radio"/> Física [O agressor usa a força física (ex: dar murros, dar pontapés, esfaquear, empurrar, morder, beliscar)] <input type="radio"/> Psicológica [O agressor usa intencionalmente o poder e a intimidação (ex: violência verbal, assédio e ameaças)] <input type="radio"/> Social [O agressor atua promovendo o seu isolamento em relação à família, amigos, vizinhos (ex: Impedi-la de sair de casa e/ou de contactar com outras pessoas)] <input type="radio"/> Económica [O agressor age no sentido de a tornar/manter dependente economicamente, assumindo um total controlo sobre os recursos financeiros (ex: Impedi-la necessidades básicas, tais como, comida ou vestuário)] <input type="radio"/> Sexual [O agressor força o ato sexual, ou a tentativa de ato sexual, avanços ou comentários sexuais indesejados, assim como quaisquer outros contactos e interações de natureza sexual contra a sua vontade] <input type="radio"/> Todas as formas [Física, psicológica, social, económica, sexual]			
16. Consequências da vitimação (A consequência que mais vezes aconteceu ou acontece)			
<input type="radio"/> Sem lesões	<input type="radio"/> Ferimentos ligeiros	<input type="radio"/> Ferimentos graves	
17. Há quanto tempo ocorreu a primeira situação de violência doméstica de que foi vítima deste agressor antes de denunciar?			
<input type="radio"/> Primeira vez	<input type="radio"/> Alguns meses	<input type="radio"/> 1 a 5 anos	
<input type="radio"/> 6 a 10 anos	<input type="radio"/> 11 a 20 anos	<input type="radio"/> 21 ou mais anos	
18. Excluindo a presente queixa, já havia apresentado anteriormente alguma queixa à Polícia contra o mesmo agressor, por situação de violência doméstica?			
<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não		

Caracterização da relação vítima/agressor**19. Há quanto tempo têm ou teve uma relação com o agressor**

☐ Alguns meses
 ☐ 1 a 5 anos
 ☐ 6 a 10 anos
 ☐ 11 a 20 anos
 ☐ 21 ou mais anos

20. Que tipo de relação mantém atualmente com o agressor?

☐ Nenhuma relação
 ☐ Muito má
 ☐ Mais má que boa
 ☐ Razoável
 ☐ Boa
 ☐ Muito boa

21. À data do crime residia com agressor? (incluindo com o filho por si referenciado para este estudo)

☐ Sim
 ☐ Não

22. Depois do crime/denúncia ficou a residir com o agressor? (incluindo com o filho por si referenciado para este estudo)

☐ Sim
 ☐ Não

23. Depende, ou dependia, economicamente do agressor?

☐ Sim
 ☐ Não

Caracterização da dependência de substâncias e posse de armas pelo agressor**24. É dependente e/ou abusa de substâncias?** (à data da denúncia do crime)

☐ Não
 ☐ Sim, Álcool
 ☐ Sim, Drogas
 ☐ Sim, Álcool e Drogas

25. Possui, costuma utilizar, ou têm fácil acesso a armas? [armas de fogo (ex: pistola); armas brancas (ex: facas); outro tipo de armas (ex: gás-pimenta, armas elétricas, bastão extensível)] (à data da denúncia do crime)

☐ Não
 ☐ Arma de fogo
 ☐ Arma branca
 ☐ Arma de fogo e arma branca
 ☐ Outro tipo de armas
 ☐ Arma de fogo, arma branca e outro tipo de armas

Caracterização da relação filho/agressor

Todas as questões seguintes são relativas ao «filho(a)» por si referenciado para este estudo

26. O agressor é o pai deste seu filho? (O filho por si selecionado para este estudo)

☐ Sim
 ☐ Não

27. Com que frequência o seu filho está com o agressor atualmente?

☐ Nunca
 ☐ Raramente
 ☐ Alguns dias por mês
 ☐ Diariamente

Caracterização da relação filho/crime**28. Perante o crime de que você é/foi vítima, o seu filho:**

☐ Não presença/presenciava
 ☐ Presença/presenciava (têm/tinha consciência ou conhecimento)
 ☐ Presença/presenciava e também é/era vítima

29. Caso o seu filho presencie, tenha consciência ou conhecimento, e/ou também seja vítima, como costuma ser a intervenção dele?
<input type="radio"/> Não intervém <input type="radio"/> Intervém (defende-a/defende-se)
30. Perante a denúncia do crime, este seu filho(a) foi sinalizado à CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens)?
<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Caracterização da relação filho/crime/escola
31. Independentemente do seu filho presenciar ou não, tenha consciência ou conhecimento, seja ou não vítima também, como avalia o comportamento dele no quotidiano (dia a dia) depois do crime ter ocorrido?
<input type="radio"/> Semelhante <input type="radio"/> Mais deprimido/isolado (Exemplo: fica mais tempo sozinho; não interage/brinca tanto com os colegas; baixa autoestima; mais ansioso; sente medo) <input type="radio"/> Mais agressivo/hostil (Exemplo: comportamentos pioraram; mais indisciplinado; desobediente; desrespeitoso; mais desafiante; comportamentos delinquentes)
32. Independentemente do seu filho presenciar ou não, tenha consciência ou conhecimento, seja ou não vítima também, como avalia o comportamento dele na escola depois do crime ter ocorrido?
<input type="radio"/> Semelhante <input type="radio"/> Mais deprimido/isolado (Exemplo: fica mais tempo sozinho; não interage/brinca tanto com os colegas; baixa autoestima; mais ansioso; sente medo) <input type="radio"/> Mais agressivo/hostil (Exemplo: comportamentos pioraram; mais indisciplinado; desobediente; desrespeitoso; mais desafiante; comportamentos delinquentes)
33. O seu filho já reprovou na escola?
<input type="radio"/> Nunca <input type="radio"/> Só depois de haver violência doméstica <input type="radio"/> Antes e depois de haver violência doméstica
Caracterização do estado do processo-crime (Tribunal)
34. Situação Processo-crime (Queixa de Violência Doméstica) (atualmente)
<input type="radio"/> Processo a decorrer <input type="radio"/> Arquivado (sem o agressor ter sido acusado) <input type="radio"/> Suspensão provisória do Processo (com aplicação de determinadas obrigações e regras de conduta ao agressor) <input type="radio"/> Agressor condenado com pena de prisão efetiva <input type="radio"/> Agressor condenado com pena de prisão suspensa [Imposição de regras de conduta e sujeição a deveres (ex impedido de a contactar; proibido de usar e possuir armas; obrigação de frequentar programas específicos de prevenção da Violência Doméstica, ou sujeitar-se a tratamento de desintoxicação de álcool ou de drogas; inibição do exercício das responsabilidades parentais)]

35. Questionário de Envolvimento Parental na Escola [Versão para Pais (Ana Pereira, 2002)]				
Instruções				
Em baixo encontra-se um conjunto de afirmações relativas ao seu envolvimento com a escola/professor do(a) seu(sua) filho(a). Constitui-se por 24 afirmações , sendo que para cada uma existe uma escala com 4 hipóteses : « Nada Verdade », « Pouco Verdade », « Verdade » e « Muito Verdade », devendo assinalar a opção que ache correta. Não há respostas certas ou erradas, mas sim respostas que representam o modo como se envolve com a escola do(a) seu(sua) filho(a). É importante que responda a todas as questões.				
40.1 Dou ideias para organizar atividades na escola (Exemplo: festas, atividades desportivas, jogos)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.2 Procuo saber o que é que o meu filho necessita de aprender, para o poder ajudar em casa	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.3 Quando há qualquer problema com o meu filho na escola, procuro informar o professor	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.4 Procuo que o meu filho realize atividades que o ajudam na aprendizagem (Ex: encorajo o meu filho a ler)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.5 Ajudo frequentemente o meu filho nos trabalhos para casa	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.6 Procuo participar na resolução de problemas da escola (Ex: dando ideias para resolver problemas de indisciplina e violência)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.7 Vou às reuniões para pais convocadas pelo professor	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.8 Se o professor me convidar, estou disposta a participar em atividades na sala de aula (Ex: ler histórias às crianças, falar-lhes sobre a minha profissão, ajudar o professor a preparar materiais)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
39.9 Procuo fazer com o meu filho atividades que não são pedidas pelo professor, mas que sei que o ajudam nas aprendizagens (Ex: leio-lhe histórias, vou com ele a uma biblioteca)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.10 Quando sei que se vão realizar certas atividades na turma (Ex: visitas de estudo, festas, jogos), ofereço ajuda	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.11 Costumo falar e dar opiniões nas reuniões de pais	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.12 Gostaria de trabalhar voluntariamente (ou trabalho) em atividades na escola (Ex: pintar a escola, arranjar o recreio e o jardim, vigiar os recreios)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.13 Dou ideias para organizar atividades na turma (Ex: visitas de estudo, festas, jogos)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.14 Procuo informar-me sobre o regulamento e as normas de funcionamento da escola	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.15 Converso com o meu filho acerca do que se passa na escola	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.16 Vou às atividades para pais organizadas pela escola	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.17 Costumo pedir informações ao professor sobre os progressos/dificuldades do meu filho	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.18 Tenho por hábito procurar informações do professor na caderneta do meu filho	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.19 Tenho por hábito verificar se o meu filho fez os trabalhos para casa	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.20 Procuo informar-me sobre o projeto educativo e plano anual de atividades da escola	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.21 Tento ensinar o meu filho a planear e a organizar melhor o seu tempo	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.22 Quando há qualquer problema na escola com outros colegas, procuro informar o professor	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.23 Quando sei que vão realizar certas atividades na escola (Ex: festas, atividades desportivas, jogos), ofereço ajuda	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
40.24 Procuo informar-me acerca das datas dos testes de avaliação, para poder ajudar o meu filho a estudar	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade

APÊNDICE X

Questionário Envolvimento Parental na Escola (Filho)

Código

Questionário Envolvimento Parental na Escola (Filho)				
Apresentação do estudo e instruções				
<p>Este estudo faz parte de uma investigação de Doutoramento em Educação a decorrer na Universidade Lusófona de Lisboa.</p> <p>Pretendemos perceber como a tua mãe se envolve nos assuntos que dizem respeito aos teus estudos.</p> <p>As tuas respostas são totalmente anónimas e confidenciais, ou seja, ninguém vai saber o que respondeste. O que importa é que sejas sincero nas tuas respostas, por isso não há respostas certas ou erradas, todas serão corretas.</p> <p>Numa primeira parte encontras algumas questões sobre a ti e do teu percurso escolar, e, numa segunda parte encontras questões que vão observar como a tua mãe se envolve nos assuntos que dizem respeito aos teus estudos.</p> <p>É importante que respondas a todas as questões.</p>				
A tua caracterização pessoal e escolar				
1. Sexo				
		<input type="radio"/> Masculino	<input type="radio"/> Feminino	
2. Idade				
<div style="text-align: center;"> <input type="text"/> Dia - <input type="text"/> Mês - <input type="text"/> Ano </div> <p>Clica em “Dia - Mês - Ano” para abrir as opções e escolheres a tua “Data de Nascimento”</p>				
3. Estás em que ano?				
<input type="radio"/> 5º ano		<input type="radio"/> 6º ano	<input type="radio"/> 7º ano	<input type="radio"/> 8º ano <input type="radio"/> 9º ano
4. Já reprovaste alguma vez?				
<input type="radio"/> Não		<input type="radio"/> Sim, 1 vez	<input type="radio"/> Sim, 2 vezes	<input type="radio"/> Sim, 3 ou mais vezes
5. Questionário de Envolvimento Parental na Escola				
Instruções				
<p>Em baixo encontras um conjunto de perguntas relativas à forma como a tua mãe se envolve nos assuntos que dizem respeito aos teus estudos, incluindo a relação que ela tem com a tua escola e com os teus professores.</p> <p>Para cada pergunta existem 4 hipótese, que são «Nada Verdade», «Pouco Verdade», «Verdade» e «Muito Verdade».</p> <p>Escolhe para cada pergunta apenas uma hipótese e é importante que respondas a todas. Não há respostas certas ou erradas, mas sim respostas que podem indicar o modo como a tua mãe se envolve com a tua escolaridade.</p>				
5.1 A tua mãe costuma dar ideias para organizar atividades na escola (Exemplo: festas, atividades desportivas, jogos)		<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade <input type="radio"/> Muito Verdade
5.2 A tua mãe procura saber o que é que necessitas de aprender, para te poder ajudar em casa		<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade <input type="radio"/> Muito Verdade
5.3 A tua mãe costuma informar os teus professores ou o teu diretor de turma quando tens algum problema na escola		<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade <input type="radio"/> Muito Verdade

5.4 A tua mãe procura que realizes atividades que te possam ajudar na aprendizagem (Ex: encoraja-te a ler)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.5 A tua mãe ajuda-te frequentemente nos trabalhos para casa	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.6 A tua mãe procura participar na resolução de problemas da escola (Ex: dando ideias para resolver problemas de indisciplina e violência)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.7 A tua mãe vai às reuniões para pais convocadas pelo teu diretor de turma	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.8 Se os teus professores convidarem a tua mãe, achas que ela está disposta a participar em atividades na sala de aula (Ex: ler histórias aos alunos, falar-lhes sobre a sua profissão, ajudar o professor a preparar materiais)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.9 A tua mãe procura fazer contigo atividades que não são pedidas pelos professores, mas que te podem ajudar nas aprendizagens (Ex: lê-te histórias, vai contigo a uma biblioteca)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.10 A tua mãe costuma oferecer ajuda quando sabe que se vão realizar certas atividades na tua turma (Ex: visitas de estudo, festas, jogos)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.11 A tua mãe costuma, ou achas que costuma, falar e dar opiniões nas reuniões de pais	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.12 A tua mãe trabalha, ou achas que gostaria de trabalhar, voluntariamente em atividades na escola (Ex: pintar a escola, arranjar o recreio e o jardim, vigiar os recreios)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.13 A tua mãe costuma, ou achas que costuma, dar ideias para organizar atividades na turma (Ex: visitas de estudo, festas, jogos)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.14 A tua mãe procura, ou achas que procura, informar-se sobre o regulamento e as normas de funcionamento da escola	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.15 A tua mãe costuma conversar contigo acerca do que se passa na escola	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.16 A tua mãe vai às atividades para pais organizadas pela escola	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.17 A tua mãe costuma, ou achas que costuma, pedir informações aos teus professores sobre os teus progressos ou dificuldades	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.18 A tua mãe tem por hábito, ou achas que tem por hábito, procurar informações dos professores na tua caderneta de aluno	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.19 A tua mãe tem por hábito verificar se fazes os trabalhos para casa	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.20 A tua mãe procura, ou achas que procura, informar-se sobre o projeto educativo e plano anual de atividades da tua escola	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.21 A tua mãe tenta ensinar-te a planear e a organizar melhor o teu tempo	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.22 A tua mãe procura, ou achas que procura, informar os teus professores ou o teu diretor de turma quando tens qualquer problema na escola com outros colegas	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.23 A tua mãe costuma, ou achas que costuma, oferecer ajuda quando sabe que vão realizar certas atividades na escola (Ex: festas, atividades desportivas, jogos)	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade
5.24 A tua mãe procura, ou achas que procura, informar-se acerca das datas dos teus testes de avaliação, para te poder ajudar a estudar	<input type="radio"/> Nada Verdade	<input type="radio"/> Pouco Verdade	<input type="radio"/> Verdade	<input type="radio"/> Muito Verdade

APÊNDICE XI

Tabela com as questões de avaliação do “Envolvimento Parental na Escola” (**Mãe e Filho(a)**)

Tabela com questões dos questionários “Envolvimento Parental na Escola” (mãe/filho(a))

Guião das questões do inquérito à mãe	Guião das questões do inquérito ao filho
1. Dou ideias para organizar atividades na escola (ex. festas, atividades desportivas, jogos)	1. A tua mãe costuma dar ideias para organizar atividades na escola (exemplo: festas, atividades desportivas, jogos)
2. Procuro saber o que é que o meu filho necessita de aprender, para o poder ajudar em casa	2. A tua mãe procura saber o que é que necessitas de aprender, para te poder ajudar em casa
3. Quando há qualquer problema com o meu filho na escola, procuro informar o professor	3. A tua mãe costuma informar os teus professores ou o teu diretor de turma quando tens algum problema na escola.
4. Procuro que o meu filho realize atividades que o ajudam na aprendizagem (ex. encorajo o meu filho a ler)	4. A tua mãe procura que realizes atividades que te possam ajudar na aprendizagem (ex: encoraja-te a ler)
5. Ajudo frequentemente o meu filho nos trabalhos para casa	5. A tua mãe ajuda-te frequentemente nos trabalhos para casa
6. Procuro participar na resolução de problemas da escola (ex. dando ideias para resolver problemas de indisciplina e violência)	6. A tua mãe procura participar na resolução de problemas da escola (ex: dando ideias para resolver problemas de indisciplina e violência)
7. Vou às reuniões para pais convocadas pelo professor	7. A tua mãe vai às reuniões para pais convocadas pelo teu diretor de turma
8. Se o professor me convidar, estou disposta a participar em atividades na sala de aula (ex. ler histórias às crianças, falar-lhes sobre a minha profissão, ajudar o professor a preparar materiais)	8. Se os teus professores convidarem a tua mãe, achas que ela está disposta a participar em atividades na sala de aula (ex: ler histórias aos alunos, falar-lhes sobre a minha profissão, ajudar o professor a preparar materiais)
9. Procuro fazer com o meu filho atividades que não são pedidas pelo professor, mas que sei que o ajudam nas aprendizagens (ex. leio-lhe histórias, vou com ele a uma biblioteca)	9. A tua mãe procura fazer contigo atividades que não são pedidas pelos professores, mas que te podem ajudar nas aprendizagens (ex: lê-te histórias, vai contigo a uma biblioteca)
10. Quando sei que se vão realizar certas atividades na turma (ex. visitas de estudo, festas, jogos), ofereço ajuda	10. A tua mãe costuma oferecer ajuda quando sabe que se vão realizar certas atividades na tua turma (ex: visitas de estudo, festas, jogos)
11. Costumo falar e dar opiniões nas reuniões de pais	11. A tua mãe costuma, ou achas que costuma, falar e dar opiniões nas reuniões de pais
12. Gostaria de trabalhar voluntariamente (ou trabalho) em atividades na escola (ex. pintar a escola, arranjar o recreio e o jardim, vigiar os recreios)	12. A tua mãe trabalha, ou achas que gostaria de trabalhar, voluntariamente em atividades na escola (ex: pintar a escola, arranjar o recreio e o jardim, vigiar os recreios)

13. Dou ideias para organizar atividades na turma (ex. visitas de estudo, festas, jogos)	13. A tua mãe costuma dar ideias para organizar atividades na turma (ex: visitas de estudo, festas, jogos)
14. Procuro informar-me sobre o regulamento e as normas de funcionamento da escola	14. A tua mãe procura, ou achas que procura, informar-se sobre o regulamento e as normas de funcionamento da escola
15. Converso com o meu filho acerca do que se passa na escola	15. A tua mãe costuma conversar contigo acerca do que se passa na escola
16. Vou às atividades para pais organizadas pela escola	16. A tua mãe vai às atividades para pais organizadas pela escola
17. Costumo pedir informações ao professor sobre os progressos/dificuldades do meu filho	17. A tua mãe costuma, ou achas que costuma, pedir informações aos teus professores sobre os teus progressos ou dificuldades
18. Tenho por hábito procurar informações do professor na caderneta do meu filho	18. A tua mãe tem por hábito, ou achas que tem por hábito, procurar informações dos professores na tua caderneta de aluno
19. Tenho por hábito verificar se o meu filho fez os trabalhos para casa	19. A tua mãe tem por hábito verificar se fazes os trabalhos para casa
20. Procuro informar-me sobre o projeto educativo e o plano anual de atividades da escola	20. A tua mãe procura, ou achas que procura, informar-se sobre o projeto educativo e plano anual de atividades da tua escola
21. Tento ensinar o meu filho a planear e a organizar melhor o seu tempo	21. A tua mãe tenta ensinar-te a planear e a organizar melhor o teu tempo
22. Quando há qualquer problema na escola com outros colegas, procuro informar o professor	22. A tua mãe procura, ou achas que procura, informar os teus professores ou o teu diretor de turma quando tens qualquer problema na escola com outros colegas
23. Quando sei que vão realizar certas atividades na escola (ex. festas, atividades desportivas, jogos), ofereço ajuda	23. A tua mãe costuma, ou achas que costuma, oferecer ajuda quando sabe que vão realizar certas atividades na escola (ex: festas, atividades desportivas, jogos)
24. Procuro informar-me acerca das datas dos testes de avaliação, para poder ajudar o meu filho a estudar	24. A tua mãe procura, ou achas que procura, informar-se acerca das datas dos teus testes de avaliação, para te poder ajudar a estudar

Fonte: Elaboração própria/2016, com base no «QEPE-VPa» e literatura referida no ponto 3.7.3 do Capítulo III

APÊNDICE XII

Tabelas com as pontuações das subescalas AEV - AAC - CEF - AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características sociodemográficas e intrafamiliares da vítima

Tabela com as pontuações da subescala AEV do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características sociodemográficas e intrafamiliares da vítima

Variável	Subescala AEV - Mãe/Vítima				Subescala AEV - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Grupos Etários (anos)				0,048				0,024
27 - 29 (n=11)	17,36	3,11	12,00-24,00		12,91	3,42	7,00-17,00	
30 - 39 (n=211)	16,23	3,46	6,00-24,00		11,56	4,08	6,00-20,00	
40 - 49 (n=128)	14,18	4,11	6,00-24,00		9,89	4,28	6,00-24,00	
Estado Civil				<0,001				0,001
Solteira (n=27)	15,81	3,86	6,00-24,00		11,19	3,75	6,00-17,00	
Casada (n=181)	16,88	3,80	7,00-24,00		11,51	4,19	6,00-24,00	
União de facto (n=97)	13,79	3,74	6,00-17,00		10,81	4,01	6,00-19,00	
Divorciada/separada (n=42)	17,99	3,06	11,00-24,00		12,15	4,61	6,00-24,00	
Viúva (n=3)	16,00	1,00	15,00-17,00		7,01	0,00	7,00-7,00	
Nacionalidade				0,001				<0,001
Portugal (n=314)	17,98	4,01	13,00-24,00		12,30	5,17	6,00-19,00	
Outro País da Europa (n=12)	13,75	4,16	6,00-22,00		8,50	3,23	6,00-15,00	
Africana (n=14)	14,14	2,38	11,00-18,00		8,50	3,32	6,00-17,00	
América (n=10)	16,81	3,66	6,00-24,00		11,50	4,11	6,00-24,00	
Escolaridade				<0,001				<0,001
1º Ciclo (n=10)	14,90	3,03	10,00-18,00		8,40	2,17	6,00-12,00	
2º Ciclo (n=59)	15,42	4,18	7,00-24,00		9,15	3,59	6,00-24,00	
3º Ciclo (n=117)	16,13	3,41	6,00-24,00		11,32	4,10	6,00-21,00	
Ensino Secundário ou semelhante (n=132)	17,31	3,66	6,00-24,00		11,61	4,10	6,00-23,00	
Formação Superior (n=32)	18,41	3,17	12,00-24,00		14,74	3,21	6,00-21,00	
Situação Profissional				0,036				0,038
Desempregada (n=55)	14,71	4,02	8,00-24,00		10,13	4,63	6,00-24,00	
Empregada (n=223)	16,65	3,70	6,00-24,00		11,42	4,09	6,00-21,00	
Trabalhadora-Estudante (n=26)	17,89	3,01	12,00-24,00		12,35	3,62	6,00-18,00	
Doméstica (n=46)	16,91	3,64	10,00-24,00		10,76	4,09	6,00-23,00	
Profissão				<0,001				<0,001
Profissões das forças armadas (n=7)	17,71	4,23	12,00-22,00		15,00	2,71	11,00-18,00	
Cargos superiores (n=2)	18,35	2,30	14,00-23,00		16,60	3,07	6,00-21,00	
Especialistas das atividades intelectuais e científicas (n=20)	24,00	0,00	24,00-24,00		17,50	0,71	17,00-18,00	
Técnicos e profissões de nível intermédio (n=28)	15,93	3,64	9,00-22,00		10,32	3,42	6,00-17,00	
Pessoal administrativo (n=60)	17,33	3,16	12,00-24,00		12,18	3,90	6,00-21,00	
Trabalhadoras dos serviços pessoais, proteção e segurança (n=45)	17,07	3,71	6,00-24,00		10,87	4,22	6,00-19,00	
Agricultura, florestas e/ou pesca (n=11)	13,55	4,99	7,00-23,00		9,98	3,27	6,00-15,00	
Trabalhadores qualificados da indústria e artífices (n=10)	17,60	4,20	12,00-24,00		12,00	4,34	6,00-20,00	
Operadores de instalações de máquinas (n=2)	16,14	3,76	6,00-24,00		10,30	3,65	6,00-18,00	
Trabalhadores não qualificados (n=64)	13,50	6,36	9,00-18,00		10,00	4,24	7,00-13,00	
Remuneração familiar mensal				<0,001				<0,001
Abaixo do salário mínimo (n=4)	15,25	2,17	12,00-17,00		8,25	3,86	6,00-14,00	
Salário mínimo (n=118)	16,03	3,51	6,00-24,00		10,48	3,80	6,00-21,00	
Acima do salário mínimo mas inferior a 1000€ (n=116)	16,40	3,54	6,00-24,00		10,96	4,07	6,00-24,00	
1001€-2000€ (n=97)	17,28	3,87	7,00-24,00		12,09	4,16	6,00-32,00	
2001€-3000€ (n=15)	19,33	4,37	12,00-24,00		16,00	3,74	9,00-23,00	
Regime Habitacional				0,001				0,001
Própria (n=95)	17,44	4,40	7,00-24,00		12,32	4,50	6,00-24,00	
Renda (n=105)	16,23	3,51	6,00-24,00		11,28	4,01	6,00-21,00	
Familiares/amigos (n=96)	16,83	3,02	6,00-24,00		10,97	3,91	6,00-21,00	
Social (n=54)	15,59	3,64	8,00-24,00		10,14	3,90	6,00-18,00	
Condição geográfica habitacional				0,001				0,001
Urbano (n=178)	16,88	3,84	6,00-24,00		11,57	4,27	6,00-24,00	
Semiurbano (n=133)	15,57	3,44	8,00-24,00		10,13	4,12	6,00-21,00	
Rural (n=39)	12,68	3,97	6,00-18,00		08,64	3,67	6,00-18,00	
Religião				0,001				0,001
Ateu (n=11)	18,18	3,95	12,00-24,00		9,08	3,32	6,00-17,00	
Católica (n=303)	16,77	3,63	6,00-24,00		11,53	4,19	6,00-24,00	
Outra cristã (n=11)	17,00	3,74	13,00-24,00		12,45	3,69	7,00-18,00	
Muçulmana (n=12)	13,58	2,47	1,00-18,00		6,00	0,00	6,00-6,00	
Outra não Cristã (n=2)	15,00	4,24	12,00-18,00		9,81	2,82	6,00-14,00	

Variável	Subescala AEV - Mãe/Vítima				Subescala AEV - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Ortodoxa (n=11)	13,37	4,13	6,00-22,00		8,45	3,39	6,00-15,00	
Filhos				0,026				<0,001
1 (n=103)	18,28	3,39	10,00-24,00		13,79	3,94	6,00-21,00	
2 (n=151)	16,68	3,42	8,00-24,00		11,33	3,98	6,00-21,00	
3+ (n=96)	15,85	4,33	6,00-24,00		10,07	4,33	6,00-24,00	
Filhos a estudar				0,044				0,042
1 (n=182)	17,99	3,55	7,00-24,00		12,84	4,09	6,00-21,00	
2 (n=147)	16,49	3,82	6,00-24,00		11,03	4,25	6,00-24,00	
3+ (n=21)	15,24	4,44	10,00-20,00		10,29	3,94	6,00-20,00	
Agregado familiar atual				0,022				0,040
Nuclear (pais e filhos) (n=147)	12,08	4,16	8,00-16,00		09,91	4,18	9,00-11,00	
Monoparental (n=135)	17,28	3,41	6,00-24,00		12,42	4,04	6,00-21,00	
Reconstruída (n=67)	16,49	3,29	6,00-20,00		11,44	4,39	6,00-20,00	
Monoparental (n=1)	12,00	-	12,00-12,00		11,00	-	11,00-11,00	
Dependência de substâncias				0,031				0,047
Não (n=345)	16,63	3,68	6,00-24,00		11,31	4,11	6,00-24,00	
Sim, álcool (n=4)	14,25	5,04	7,00-20,00		11,15	5,03	6,00-21,00	
Sim, drogas (n=1)	13,00	-	13,00-13,00		6,00	-	6,00-6,00	

AEV, Atividades na escola e voluntariado; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes

Tabela com as pontuações da subescala AAC do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características sociodemográficas e intrafamiliares da vítima

Variável	Subescala AAC - Mãe/Vítima				Subescala AAC - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Grupos Etários (anos)				0,038				0,073
27 - 29 (n=11)	29,91	1,81	27,00-32,00		24,09	3,18	18,00-29,00	
30 - 39 (n=211)	29,09	2,41	23,00-32,00		23,32	4,85	9,00-43,00	
40 - 49 (n=128)	27,59	3,03	19,00-32,00		21,89	5,18	10,00-32,00	
Estado Civil				<0,001				0,001
Solteira (n=27)	29,44	2,76	23,00-32,00		23,25	6,35	13,00-43,00	
Casada (n=181)	29,19	2,70	19,00-32,00		23,04	4,94	10,00-32,00	
União de facto (n=97)	23,95	2,72	19,00-31,00		22,53	4,84	9,00-32,00	
Divorciada/separada (n=42)	29,98	2,41	23,00-32,00		23,97	4,45	13,00-32,00	
Viúva (n=3)	29,33	2,52	27,00-32,00		21,00	1,00	20,00-22,00	
Nacionalidade				0,001				<0,001
Portugal (n=314)	29,66	2,36	26,00-32,00		23,62	3,71	18,00-29,00	
Outro País da Europa (n=12)	27,58	2,61	24,00-31,00		20,50	4,25	13,00-27,00	
Africana (n=14)	26,57	2,44	22,00-32,00		18,29	5,28	9,00-29,00	
América (n=10)	29,25	2,63	19,00-32,00		23,22	4,89	10,00-43,00	
Escolaridade				<0,001				<0,001
1º Ciclo (n=10)	27,20	2,62	22,00-31,00		19,20	4,21	12,00-23,00	
2º Ciclo (n=59)	27,80	3,23	19,00-32,00		20,46	5,19	10,00-32,00	
3º Ciclo (n=117)	28,83	2,40	23,00-32,00		22,54	5,13	9,00-32,00	
Ensino Secundário ou semelhante (n=132)	29,64	2,50	23,00-32,00		23,70	4,26	10,00-32,00	
Formação Superior (n=32)	30,71	1,15	27,00-32,00		26,94	3,14	21,00-32,00	
Situação Profissional				0,035				0,040
Desempregada (n=55)	28,00	2,72	22,00-32,00		21,12	5,01	9,00-32,00	
Empregada (n=223)	29,28	2,69	19,00-32,00		23,11	5,05	9,00-32,00	
Trabalhadora-Estudante (n=26)	29,69	2,07	23,00-32,00		23,65	3,46	15,00-31,00	
Doméstica (n=46)	28,87	2,65	22,00-32,00		22,80	4,58	12,00-32,00	
Profissão (se Empregada ou Trabalhadora-estudante)				<0,001				<0,001
Profissões das forças armadas (n=7)	30,57	1,27	29,00-32,00		26,14	2,61	23,00-31,00	
Cargos superiores (n=2)	31,05	1,10	29,00-32,00		27,75	2,73	21,00-32,00	
Especialistas das atividades intelectuais e científicas (n=20)	32,00	0,00	32,00-32,00		28,50	2,12	27,00-30,00	
Técnicos e profissões de nível intermédio (n=28)	29,14	2,86	22,00-32,00		23,07	5,01	13,00-31,00	
Pessoal administrativo (n=60)	29,72	2,48	23,00-32,00		28,85	4,06	13,00-31,00	
Trabalhadoras dos serviços pessoais, proteção e segurança (n=45)	29,40	2,27	24,00-32,00		21,96	4,88	13,00-30,00	

Variável	Subescala AAC - Mãe/Vítima				Subescala AAC - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Agricultura, florestas e/ou pesca (n=11)	27,18	4,17	19,00-32,00		22,25	5,59	11,00-28,00	
Trabalhadores qualificados da indústria e artífices (n=10)	29,40	2,41	25,00-32,00		22,80	5,53	10,00-29,00	
Operadores de instalações de máquinas (n=2)	28,71	2,63	22,00-32,00		21,84	5,16	9,00-43,00	
Trabalhadores não qualificados (n=64)	25,50	3,54	23,00-28,00		20,00	7,07	10,00-25,00	
Remuneração familiar mensal				<0,001				<0,001
Abaixo do salário mínimo (n=4)	27,25	1,26	26,00-29,00		17,00	6,16	10,00-25,00	
Salário mínimo (n=118)	28,69	2,69	22,00-32,00		21,85	5,06	10,00-43,00	
Acima do salário mínimo mas inferior a 1000€ (n=116)	28,84	2,60	22,00-32,00		22,66	4,59	9,00-32,00	
1001€-2000€ (n=97)	29,61	2,70	19,00-32,00		23,98	4,63	11,00-32,00	
2001€-3000€ (n=15)	31,27	1,22	29,00-32,00		28,40	3,02	21,00-32,00	
Regime Habitacional				0,003				0,001
Própria (n=95)	29,48	2,91	19,00-32,00		24,24	4,96	10,00-32,00	
Renda (n=105)	29,55	2,44	22,00-32,00		23,21	4,49	12,00-32,00	
Familiares/amigos (n=96)	28,95	2,31	22,00-32,00		22,55	4,29	13,00-30,00	
Social (n=54)	27,74	2,86	22,00-32,00		20,78	6,10	9,00-43,00	
Condição geográfica habitacional				0,001				0,001
Urbano (n=178)	29,34	2,53	22,00-32,00		23,00	5,22	9,00-43,00	
Semiurbano (n=133)	27,89	2,73	22,00-32,00		21,87	4,70	12,00-31,00	
Rural (n=39)	25,62	3,02	19,00-32,00		19,82	4,66	11,00-29,00	
Religião				0,001				0,001
Ateu (n=11)	29,27	2,45	25,00-32,00		26,36	6,47	17,00-43,00	
Católica (n=303)	29,26	2,63	19,00-32,00		23,14	4,73	10,00-32,00	
Outra cristã (n=11)	28,00	2,19	26,00-32,00		21,55	5,87	10,00-30,00	
Muçulmana (n=12)	26,33	2,77	22,00-32,00		11,00	2,83	9,00-13,00	
Outra não Cristã (n=2)	27,00	1,41	26,00-28,00		19,67	4,79	12,00-29,00	
Ortodoxa (n=11)	27,55	2,73	24,00-31,00		21,09	3,91	13,00-27,00	
Filhos				0,004				<0,001
1 (n=103)	29,98	2,26	23,00-32,00		25,32	3,81	14,00-31,00	
2 (n=151)	29,21	2,46	22,00-32,00		23,21	5,02	9,00-43,00	
3+ (n=96)	28,23	3,15	19,00-32,00		21,01	5,36	10,00-32,00	
Filhos a estudar				0,048				0,044
1 (n=182)	29,92	2,59	19,00-32,00		24,21	4,67	13,00-43,00	
2 (n=147)	28,97	2,68	22,00-32,00		22,88	5,15	13,00-43,00	
3+ (n=21)	26,95	3,06	22,00-32,00		19,95	5,17	10,00-30,00	
Agregado Familiar				0,032				0,035
Nuclear (pais e filhos) (n=147)	27,09	2,87	19,00-32,00		19,89	5,08	10,00-21,00	
Monoparental (n=135)	30,25	2,47	22,00-32,00		23,75	4,63	13,00-31,00	
Reconstruída (n=67)	29,15	2,60	24,00-32,00		23,11	5,01	10,00-43,00	
Monoparental (n=1)	31,00	-	31,00-31,00		22,00	-	22,00-22,00	
Dependência de substâncias				0,025				0,049
Não (n=345)	29,13	2,61	22,00-32,00		23,00	4,85	9,00-43,00	
Sim, álcool (n=4)	25,75	5,56	19,00-32,00		19,10	7,15	11,00-32,00	
Sim, drogas (n=1)	23,00	-	23,00-23,00		10,00	-	10,00-10,00	

AAC, Atividades de aprendizagem em casa; M, Média; DP, Desvio- padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; "Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala CEF do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características sociodemográficas e intrafamiliares da vítima

Variável	Subescala CEF - Mãe/Vítima				Subescala CEF - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Grupos Etários (anos)				0,007				0,014
27 - 29 (n=11)	22,45	0,69	21,00-23,00		19,00	3,16	15,00-24,00	
30 - 39 (n=211)	22,18	1,21	18,00-24,00		18,61	2,92	10,00-24,00	
40 - 49 (n=128)	21,00	1,54	17,00-24,00		17,06	3,31	9,00-24,00	
Estado Civil				<0,001				0,001
Solteira (n=27)	22,48	1,34	19,00-24,00		17,96	3,23	13,00-24,00	
Casada (n=181)	22,31	1,38	17,00-24,00		18,39	3,20	9,00-24,00	
União de facto (n=97)	21,00	1,26	17,00-23,00		18,08	2,98	10,00-24,00	
Divorciada/separada (n=42)	23,10	1,32	19,00-24,00		19,41	3,09	10,00-24,00	
Viúva (n=3)	22,67	1,54	22,00-24,00		17,67	1,53	1,600-19,00	

Variável	Subescala CEF - Mãe/Vítima				Subescala CEF - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Nacionalidade				0,002				<0,001
Portugal (n=314)	23,00	1,26	21,00-24,00		18,57	2,86	15,00-22,00	
Outro País da Europa (n=12)	22,25	1,06	20,00-24,00		16,25	2,38	12,00-20,00	
Africana (n=14)	21,36	1,16	19,00-23,00		15,43	3,50	10,00-24,00	
América (n=10)	22,31	1,34	17,00-24,00		18,47	3,04	9,00-24,00	
Escolaridade				<0,001				<0,001
1º Ciclo (n=10)	20,80	1,48	18,00-23,00		15,00	3,68	9,00-19,00	
2º Ciclo (n=59)	21,80	1,56	17,00-24,00		16,81	3,24	9,00-24,00	
3º Ciclo (n=117)	22,24	1,18	19,00-24,00		18,11	2,90	10,00-24,00	
Ensino Secundário ou semelhante (n=132)	22,51	1,26	18,00-24,00		18,85	2,81	12,00-24,00	
Formação Superior (n=32)	22,81	1,06	21,00-24,00		20,16	2,68	15,00-24,00	
Situação Profissional				0,037				0,039
Desempregada (n=55)	22,08	1,29	19,00-24,00		17,03	3,36	9,00-24,00	
Empregada (n=223)	22,28	1,31	18,00-24,00		18,40	3,02	9,00-24,00	
Trabalhadora-Estudante (n=26)	22,65	1,23	20,00-24,00		18,65	2,46	14,00-22,00	
Doméstica (n=46)	22,17	1,52	17,00-24,00		17,83	3,42	9,00-24,00	
Profissão				<0,001				<0,001
Profissões das forças armadas (n=7)	23,00	1,41	21,00-24,00		18,43	1,72	16,00-21,00	
Cargos superiores (n=2)	22,90	0,91	21,00-24,00		20,90	2,27	16,00-24,00	
Especialistas das atividades intelectuais e científicas (n=20)	24,00	0,00	24,00-24,00		23,50	0,71	23,00-24,00	
Técnicos e profissões de nível intermédio (n=28)	22,00	1,19	19,00-24,00		18,50	3,20	12,00-24,00	
Pessoal administrativo (n=60)	22,65	1,20	19,00-24,0		18,50	2,90	10,00-24,00	
Trabalhadoras dos serviços pessoais, proteção e segurança (n=45)	22,13	1,29	18,00-24,00		18,02	3,03	13,00-24,00	
Agricultura, florestas e/ou pesca (n=11)	21,82	1,60	19,00-24,00		17,81	3,52	11,00-21,00	
Trabalhadores qualificados da indústria e artífices (n=10)	22,10	1,60	18,00-23,00		18,30	3,77	9,00-23,00	
Operadores de instalações de máquinas (n=2)	22,11	1,32	19,00-24,00		17,82	2,57	11,00-24,00	
Trabalhadores não qualificados (n=64)	21,50	2,12	20,00-23,00		18,00	2,83	16,00-20,00	
Remuneração familiar mensal				<0,001				<0,001
Abaixo do salário mínimo (n=4)	21,75	0,50	21,00-22,00		14,50	2,38	12,00-17,00	
Salário mínimo (n=118)	22,11	1,22	18,00-24,00		17,53	2,94	9,00-24,00	
Acima do salário mínimo mas inferior a 1000€ (n=116)	22,16	1,43	17,00-24,00		18,19	3,06	9,00-24,00	
1001€-2000€ (n=97)	22,50	1,33	18,00-24,00		18,94	3,01	11,00-24,00	
2001€-3000€ (n=15)	23,13	1,06	21,00-24,00		21,40	2,26	16,00-24,00	
Regime Habitacional				0,003				0,001
Própria (n=95)	22,58	1,32	19,00-24,00		19,15	3,18	9,00-24,00	
Renda (n=105)	22,33	1,14	18,00-24,00		18,41	3,15	9,00-24,00	
Famíliares/amigos (n=96)	22,15	1,37	17,00-24,00		17,92	2,51	1,00-23,00	
Social (n=54)	21,87	1,52	18,00-24,00		17,07	3,42	10,00-24,00	
Condição geográfica habitacional				0,001				0,001
Urbano (n=178)	22,46	1,27	18,00-24,00		18,24	3,25	9,00-24,00	
Semiurbano (n=133)	21,11	1,34	18,00-24,00		18,32	2,99	10,00-24,00	
Rural (n=39)	20,03	1,50	17,00-22,00		15,18	2,88	11,00-21,00	
Religião				0,001				0,001
Ateu (n=11)	22,45	1,13	21,00-24,00		18,81	2,52	15,00-21,00	
Católica (n=303)	22,32	1,34	17,00-24,00		18,47	3,04	9,00-24,00	
Outra cristã (n=11)	22,45	1,29	20,00-24,00		17,55	3,30	12,00-22,00	
Muçulmana (n=12)	21,25	1,22	19,00-23,00		13,50	3,54	11,00-16,00	
Outra não Cristã (n=2)	21,00	1,41	20,00-22,00		15,58	3,78	10,00-24,00	
Ortodoxa (n=11)	22,18	1,08	20,00-24,00		16,64	2,06	13,00-20,00	
Filhos				0,008				0,001
1 (n=103)	23,51	1,19	18,00-24,00		19,04	2,66	12,00-24,00	
2 (n=151)	22,36	1,23	18,00-24,00		18,38	3,03	9,00-24,00	
3+ (n=96)	21,91	1,54	17,00-24,00		16,27	3,40	9,00-22,00	
Filhos a estudar				0,048				0,042
1 (n=182)	23,54	1,30	19,00-24,00		18,78	3,04	12,00-24,00	
2 (n=147)	22,17	1,35	18,00-24,00		18,51	3,04	9,00-24,00	
3+ (n=21)	22,10	1,48	19,00-24,00		16,90	3,39	12,00-24,00	
Agregado Familiar				0,024				0,037
Nuclear (pais e filhos) (n=147)	21,45	1,46	18,00-23,00		18,54	3,34	10,00-20,00	
Monoparental (n=135)	22,40	1,21	18,00-24,00		18,89	2,84	10,00-23,00	
Reconstruída (n=67)	22,22	1,29	18,00-24,00		18,84	2,99	9,00-24,00	
Monoparental (n=1)	23,00	-	23,00-23,00		20,00	-	20,00-20,00	
Dependência de substâncias				0,011				0,030
Não (n=345)	22,28	1,33	17,00-24,00		18,32	3,05	9,00-24,00	
Sim, álcool (n=4)	20,25	1,71	20,00-22,00		15,14	4,18	11,00-24,00	

Variável	Subescala CEF - Mãe/Vítima				Subescala CEF - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Sim, drogas (n=1)	18,00	-	18,00-18,00		12,00	-	12,00-12,00	

CEF, Comunicação escola-família; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características sociodemográficas e intrafamiliares da vítima

Variável	Subescala AERP- Mãe/Vítima				Subescala AERP - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Grupos Etários (anos)				0,036				0,046
27 - 29 (n=11)	12,09	1,04	10,00-13,00		10,18	2,89	6,00-14,00	
30 - 39 (n=211)	12,00	1,72	7,00-16,00		9,44	2,46	4,00-15,00	
40 - 49 (n=128)	11,14	1,92	7,00-16,00		9,02	2,55	4,00-16,00	
Estado Civil				<0,001				0,001
Solteira (n=27)	11,56	1,65	7,00-14,00		9,44	2,50	6,00-15,00	
Casada (n=181)	12,04	1,87	7,00-16,00		9,48	2,52	4,00-16,00	
União de facto (n=97)	10,12	1,75	7,00-12,00		9,03	2,45	4,00-15,00	
Divorciada/separada (n=42)	12,59	1,58	10,00-16,00		10,10	2,65	6,00-16,00	
Viúva (n=3)	11,67	0,58	11,00-12,00		7,67	1,53	6,00-9,00	
Nacionalidade				0,002				<0,001
Portugal (n=314)	12,57	1,96	10,00-15,00		9,98	2,49	6,00-13,00	
Outro País da Europa (n=12)	10,92	2,27	7,00-15,00		7,33	2,15	5,00-12,00	
Africana (n=14)	11,07	1,38	9,00-13,00		7,71	1,94	6,00-13,00	
América (n=10)	11,96	1,77	7,00-16,00		9,52	2,49	4,00-16,00	
Escolaridade				<0,001				<0,001
1º Ciclo (n=10)	11,40	1,51	9,00-14,00		7,80	1,69	6,00-11,00	
2º Ciclo (n=59)	11,27	1,94	7,00-16,00		8,53	2,34	4,00-15,00	
3º Ciclo (n=117)	11,68	1,73	7,00-16,00		9,25	2,36	5,00-15,00	
Ensino Secundário ou semelhante (n=132)	12,23	1,74	7,00-16,00		9,56	2,55	4,00-16,00	
Formação Superior (n=32)	12,66	1,56	10,00-16,00		11,16	2,36	6,00-15,00	
Situação Profissional				0,036				0,047
Desempregada (n=55)	11,14	1,98	8,00-16,00		8,06	2,56	4,00-14,00	
Empregada (n=223)	11,96	1,85	7,00-16,00		9,45	2,46	4,00-15,00	
Trabalhadora-Estudante (n=26)	12,35	1,26	10,00-15,00		9,58	2,40	6,00-14,00	
Doméstica (n=46)	11,67	1,46	9,00-16,00		9,41	2,60	4,00-16,00	
Profissão				<0,001				<0,001
Profissões das forças armadas (n=7)	12,00	1,41	11,00-14,00		10,29	2,22	7,00-13,00	
Cargos superiores (n=2)	12,50	1,13	13,00-14,00		13,00	2,02	14,00-14,00	
Especialistas das atividades intelectuais e científicas (n=20)	13,50	0,71	13,00-14,00		14,00	2,00	14,00-14,00	
Técnicos e profissões de nível intermédio (n=28)	13,15	1,60	11,00-16,00		11,65	2,16	6,00-15,00	
Pessoal administrativo (n=60)	11,86	1,30	10,00-15,00		9,61	2,44	6,00-15,00	
Trabalhadoras dos serviços pessoais, proteção e segurança (n=45)	12,33	1,75	8,00-16,00		9,48	2,34	4,00-15,00	
Agricultura, florestas e/ou pesca (n=11)	11,18	2,04	8,00-14,00		9,25	2,04	5,00-12,00	
Trabalhadores qualificados da indústria e artífices (n=10)	12,30	2,06	8,00-14,00		10,00	2,31	4,00-12,00	
Operadores de instalações de máquinas (n=2)	11,60	1,69	7,00-16,00		8,64	2,32	5,00-14,00	
Trabalhadores não qualificados (n=64)	11,00	5,66	7,00-14,00		9,50	2,12	8,00-11,00	
Remuneração familiar mensal				<0,001				<0,001
Abaixo do salário mínimo (n=4)	10,50	0,58	10,00-11,00		6,50	2,08	4,00-9,00	
Salário mínimo (n=118)	11,64	1,62	7,00-16,00		8,81	2,37	4,00-15,00	
Acima do salário mínimo mas inferior a 1000€ (n=116)	11,76	1,70	7,00-16,00		9,30	2,37	4,00-15,00	
1001€-2000€ (n=97)	12,27	1,94	8,00-16,00		9,92	2,53	5,00-15,00	
2001€-3000€ (n=15)	13,07	2,09	9,00-16,00		11,73	2,34	7,00-16,00	
Regime Habitacional				0,003				0,001
Própria (n=95)	12,04	2,11	7,00-16,00		10,06	2,53	4,00-16,00	
Renda (n=105)	11,99	1,64	7,00-16,00		9,46	2,41	4,00-15,00	
Familiares/amigos (n=96)	11,93	1,64	7,00-16,00		9,14	2,43	4,00-15,00	
Social (n=54)	11,41	1,67	8,00-16,00		8,44	2,46	4,00-14,00	

Variável	Subescala AERP- Mãe/Vítima				Subescala AERP - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Condição geográfica habitacional				0,001				0,001
Urbano (n=178)	12,06	1,83	7,00-16,00		9,43	2,57	4,00-16,00	
Semiurbano (n=133)	10,80	1,65	8,00-16,00		9,29	2,52	4,00-15,00	
Rural (n=39)	09,54	2,01	7,00-15,00		7,41	2,17	4,00-14,00	
Religião				0,001				0,001
Ateu (n=11)	12,55	1,75	10,00-16,00		9,45	2,02	7,00-12,00	
Católica (n=303)	11,96	1,77	7,00-16,00		9,56	2,46	4,00-16,00	
Outra cristã (n=11)	12,09	1,87	10,00-15,00		8,36	3,35	4,00-13,00	
Muçulmana (n=12)	10,92	1,44	9,00-13,00		6,50	0,71	6,00-7,00	
Outra não Cristã (n=2)	11,50	2,12	10,00-13,00		7,83	2,17	5,00-13,00	
Ortodoxa (n=11)	10,55	1,97	7,00-14,00		7,55	2,11	5,00-12,00	
Filhos				0,002				0,023
1 (n=103)	12,32	1,45	8,00-16,00		10,79	2,45	5,00-14,00	
2 (n=151)	11,91	1,89	7,00-16,00		11,44	1,88	7,00-16,00	
3+ (n=96))	11,44	1,88	7,00-16,00		8,90	2,65	4,00-16,00	
Filhos a estudar				0,044				0,043
1 (n=182)	12,65	1,63	7,00-16,00		10,66	2,47	4,00-15,00	
2 (n=147)	11,78	1,95	7,00-16,00		9,39	2,54	4,00-16,00	
3+ (n=21)	11,43	1,80	9,00-15,00		7,76	2,53	4,00-13,00	
Agregado Familiar				0,026				0,041
Nuclear (pais e filhos) (n=147)	10,20	2,01	7,00-12,00		8,89	2,51	5,00-14,00	
Monoparental (n=135)	11,98	1,56	7,00-15,00		9,77	2,60	5,00-14,00	
Reconstruída (n=67)	11,88	1,73	7,00-16,00		9,66	2,48	4,00-15,00	
Monoparental (n=1)	11,00	-	11,00-11,00		9,00	-	9,00-9,00	
Dependência de substâncias				0,009				0,035
Não (n=345)	11,90	1,77	7,00-16,00		9,39	2,47	4,00-15,00	
Sim, álcool (n=4)	10,50	2,70	8,00-14,00		9,05	3,38	5,00-16,00	
Sim, drogas (n=1)	6,00	-	6,00-6,00		4,00	-	4,00-4,00	

AERP, Atividades na escola e reuniões de pais; M, Média; DP, Desvio- padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

APÊNDICE XIII

Tabelas com as pontuações das subescalas AEV - AAC - CEF - AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação vítima/crime

Tabela com as pontuações da subescala AEV do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação vítima/crime

Variável	Subescala AEV - Mãe/Vítima				Subescala AEV - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Tipo de vitimação								
Física				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=21)	16,79	3,05	6,00-24,00		12,48	4,10	6,00-24,00	
Sim (n=329)	14,16	2,78	6,00-20,00		10,12	4,19	6,00-23,00	
Psicológica				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=171)	16,95	3,50	9,00-24,00		12,70	4,27	6,00-24,00	
Sim (n=179)	13,88	3,79	6,00-24,00		10,35	4,10	6,00-23,00	
Social				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=220)	16,72	3,57	8,00-24,00		13,20	4,07	6,00-24,00	
Sim (n=130)	14,17	3,80	6,00-24,00		11,04	3,24	6,00-23,00	
Económica				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=253)	17,95	3,40	12,00-24,00		13,29	4,72	6,00-24,00	
Sim (n=97)	15,14	3,72	6,00-24,00		11,17	4,09	6,00-23,00	
Sexual				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=333)	16,67	3,74	6,00-24,00		11,30	4,15	6,00-24,00	
Sim (n=17)	13,97	3,18	6,00-20,00		9,29	4,36	6,00-18,00	
Todos os tipos de vitimação				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=343)	16,68	3,72	11,00-24,00		11,33	4,15	6,00-24,00	
Sim (n=7)	12,29	2,75	6,00-16,00		9,16	3,56	6,00-17,00	
Consequências da vitimação				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Sem lesões (n=70)	17,99	3,72	9,00-24,00		12,86	4,24	6,00-24,00	
Ferimentos ligeiros (n=182)	16,24	3,47	6,00-24,00		10,91	4,14	6,00-21,00	
Ferimentos graves (n=98)	15,31	3,74	6,00-24,00		9,90	3,47	6,00-20,00	
Tempo 1ª situação de violência doméstica antes de denunciar				0,005 ^a				0,008 ^a
Primeira vez (n=20)	18,05	3,80	10,00-24,00		13,50	4,62	6,00-19,00	
Alguns meses (n=55)	17,40	3,47	10,00-24,00		12,16	4,00	6,00-20,00	
1 - 5 anos (n=96)	16,96	4,15	9,00-24,00		10,32	3,88	6,00-18,00	
6 - 10 anos (n=138)	16,75	3,48	9,00-24,00		10,03	3,83	6,00-19,00	
11 - 20 anos (n=28)	15,15	3,69	8,00-24,00		10,00	4,37	6,00-19,00	
21 + anos (n=13)	14,23	3,21	6,00-24,00		9,92	4,65	6,00-18,00	
Queixas anteriores à polícia				<0,001 ^b				<0,001 ^b
Não (n=297)	16,87	3,76	6,00-24,00		11,51	4,15	6,00-24,00	
Sim (n=53)	13,26	3,17	6,00-22,00		10,00	4,01	6,00-19,00	

AEV, Atividades na escola e voluntariado; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bTeste U Mann-Whitney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AAC do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação vítima/crime

Variável	Subescala AAC - Mãe/Vítima				Subescala AAC - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Tipos de vitimação								
Física				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=21)	29,30	2,39	23,00-32,00		23,97	5,53	10,00-43,00	
Sim (n=329)	26,57	2,92	19,00-32,00		21,06	4,27	9,00-32,00	
Psicológica				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=171)	29,69	2,23	23,00-32,00		24,72	4,71	10,00-43,00	
Sim (n=179)	26,06	2,79	19,00-32,00		22,13	5,01	9,00-32,00	
Social				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=171)	29,43	2,30	23,00-32,00		24,03	4,74	10,00-43,00	
Sim (n=179)	27,74	2,85	19,00-32,00		21,83	4,18	9,00-32,00	
Económica				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=171)	29,90	2,07	24,00-32,00		24,67	3,40	18,00-32,00	
Sim (n=179)	26,20	2,70	19,00-32,00		21,82	5,02	9,00-43,00	
Sexual				<0,001 ^a				<0,001 ^a
Não (n=333)	29,08	2,69	19,00-32,00		22,98	4,94	9,00-43,00	
Sim (n=17)	26,24	2,33	19,00-30,00		20,12	4,31	10,00-29,00	

Variável	Subescala AAC - Mãe/Vítima				Subescala AAC - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Todos os tipos de vitimação				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=343)	29,10	2,67	25,00-32,00		23,02	4,90	9,00-43,00	
Sim (n=7)	24,17	2,78	19,00-30,00		17,07	5,05	10,00-26,00	
Consequências da vitimação				<0,001^a				<0,001^a
Sem lesões (n=70)	29,97	2,23	22,00-32,00		24,84	3,92	15,00-32,00	
Ferimentos ligeiros (n=182)	29,04	2,40	22,00-32,00		22,71	4,78	11,00-32,00	
Ferimentos graves (n=98)	27,77	2,89	19,00-32,00		19,99	5,57	9,00-43,00	
Tempo 1ª situação de violência doméstica antes de denunciar				0,003^a				0,012^a
Primeira vez (n=20)	30,05	2,52	24,00-32,00		25,25	4,39	15,00-31,00	
Alguns meses (n=55)	29,56	2,29	22,00-32,00		23,74	4,50	13,00-43,00	
1 - 5 anos (n=96)	28,96	3,14	23,00-32,00		22,82	4,83	12,00-30,00	
6 - 10 anos (n=138)	27,93	2,60	21,00-32,00		22,16	5,14	9,00-31,00	
11 - 20 anos (n=28)	26,79	2,79	19,00-32,00		21,00	4,84	10,00-32,00	
21 + anos (n=13)	25,31	3,01	19,00-32,00		20,62	5,17	12,00-32,00	
Queixas anteriores à polícia				<0,001^b				<0,001^b
Não (n=297)	29,23	2,65	19,00-32,00		23,31	4,72	10,00-43,00	
Sim (n=53)	28,03	2,67	19,00-32,00		20,07	5,65	10,00-31,00	

AAC, Atividades de aprendizagem em casa; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras; ^bTeste U Mann-Whitney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala CEF do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação vítima/crime

Variável	Subescala CEF - Mãe/Vítima				Subescala CEF - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Tipos de vitimação								
Física				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=21)	23,03	3,14	10,00-43,00		20,28	2,75	10,00-24,00	
Sim (n=329)	20,66	3,17	9,00-32,00		17,01	3,30	9,00-24,00	
Psicológica				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=171)	22,46	1,10	19,00-24,00		20,23	2,84	10,00-24,00	
Sim (n=179)	21,01	1,40	17,00-24,00		17,08	3,21	9,00-24,00	
Social				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=171)	22,44	1,13	19,00-24,00		20,21	2,90	10,00-24,00	
Sim (n=179)	20,38	1,43	17,00-24,00		18,03	3,31	9,00-24,00	
Económica				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=171)	22,16	1,51	19,00-24,00		18,33	3,31	10,00-24,00	
Sim (n=179)	21,23	1,13	19,00-24,00		17,21	2,90	9,00-24,00	
Sexual				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=333)	22,29	1,34	17,00-24,00		18,28	3,09	9,00-24,00	
Sim (n=17)	19,06	1,14	17,00-21,00		16,94	3,49	9,00-22,00	
Todos os tipos de vitimação				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=343)	22,29	1,33	17,00-24,00		18,32	3,07	9,00-24,00	
Sim (n=7)	18,00	1,63	17,00-20,00		15,02	3,95	10,00-22,00	
Consequências da vitimação				<0,001^a				0,001^a
Sem lesões (n=70)	22,67	1,26	18,00-24,00		19,47	2,65	10,00-24,00	
Ferimentos ligeiros (n=182)	22,20	1,27	18,00-24,00		18,11	3,06	9,00-24,00	
Ferimentos graves (n=98)	21,17	1,37	17,00-24,00		16,69	3,28	9,00-24,00	
Tempo 1ª situação de violência doméstica antes de denunciar				0,004^a				0,010^a
Primeira vez (n=20)	22,60	1,23	20,00-24,00		19,95	2,74	14,00-23,00	
Alguns meses (n=55)	22,51	1,27	18,00-24,00		18,60	2,81	10,00-24,00	
1 - 5 anos (n=96)	21,93	1,52	18,00-24,00		17,89	3,42	10,00-23,00	
6 - 10 anos (n=138)	20,15	1,38	17,00-24,00		18,13	3,08	9,00-24,00	
11 - 20 anos (n=28)	19,23	1,29	17,00-24,00		17,55	3,31	9,00-24,00	
21 + anos (n=13)	18,85	1,41	17,00-24,00		16,46	3,06	12,00-24,00	
Queixas anteriores à polícia				<0,001^b				<0,001^b
Não (n=297)	22,32	1,31	17,00-24,00		18,60	2,90	10,00-24,00	
Sim (n=53)	21,02	1,41	17,00-24,00		16,12	3,57	10,00-24,00	

CEF, Comunicação escola-família; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independente; ^bTeste U Mann-Whitney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação vítima/crime

Variável	Subescala AERP - Mãe/Vítima				Subescala AERP - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Tipos de vitimação								
Física				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=21)	11,92	1,70	7,00-16,00		11,40	2,49	4,00-16,00	
Sim (n=329)	08,67	1,89	7,00-16,00		9,00	2,52	4,00-15,00	
Psicológica				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=171)	12,02	1,63	7,00-16,00		11,40	2,46	4,00-16,00	
Sim (n=179)	10,85	1,85	7,00-16,00		9,17	2,53	4,00-15,00	
Social				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=171)	11,97	1,65	9,00-16,00		10,32	2,47	4,00-16,00	
Sim (n=179)	9,96	1,87	7,00-16,00		9,03	2,54	4,00-15,00	
Económica				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=171)	12,62	2,01	10,00-16,00		10,52	2,54	6,00-16,00	
Sim (n=179)	11,08	1,77	7,00-16,00		9,03	2,49	4,00-15,00	
Sexual				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=333)	11,92	1,80	7,00-16,00		9,40	2,49	4,00-16,00	
Sim (n=17)	8,58	1,54	7,00-12,00		6,17	2,85	4,00-14,00	
Todos os tipos de vitimação				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=343)	11,92	1,80	7,00-16,00		9,41	2,49	4,00-16,00	
Sim (n=7)	8,42	0,58	7,00-10,00		7,08	2,88	4,00-12,00	
Consequências da vitimação				<0,001^a				<0,001^a
Sem lesões (n=70)	12,56	1,80	9,00-16,00		10,40	2,27	6,00-16,00	
Ferimentos ligeiros (n=182)	11,68	1,61	7,00-16,00		9,19	2,49	4,00-15,00	
Ferimentos graves (n=98)	9,76	1,83	7,00-16,00		8,98	2,51	4,00-15,00	
Tempo 1ª situação de violência doméstica antes de denunciar				0,004^a				0,009^a
Primeira vez (n=20)	12,85	1,76	10,00-16,00		10,70	2,77	5,00-15,00	
Alguns meses (n=55)	11,99	1,71	9,00-16,00		9,63	2,26	5,00-15,00	
1 - 5 anos (n=96)	11,75	2,07	7,00-16,00		9,82	2,25	5,00-15,00	
6 - 10 anos (n=138)	11,73	1,74	7,00-16,00		9,01	2,54	4,00-15,00	
11 - 20 anos (n=28)	10,86	1,72	7,00-16,00		8,98	2,53	4,00-15,00	
21 + anos (n=13)	9,31	2,11	7,00-16,00		8,23	3,17	5,00-16,00	
Queixas anteriores à polícia				<0,001^b				<0,001^b
Não (n=297)	11,97	1,84	9,00-16,00		9,61	2,48	4,00-16,00	
Sim (n=53)	10,52	1,46	7,00-16,00		8,02	2,26	4,00-14,00	

AERP, Atividades na escola e reuniões de pais; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independente; ^bTeste U Mann-Whitney para duas amostras independentes.

APÊNDICE XIV

Tabelas com as pontuações das subescalas AEV - AAC - CEF - AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados da caracterização da relação vítima/agressor

Tabela com as pontuações da subescala AEV do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados da caracterização da relação vítima/agressor

Variável	Subescala AEV - Mãe/Vítima				Subescala AEV - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Tempo relação vítima/agressor				0,029^a				0,003^a
Alguns meses (n=10)	17,50	3,63	12,00-24,00		11,92	3,98	6,00-21,00	
1 - 5 anos (n=52)	17,12	3,59	8,00-24,00		11,44	3,63	6,00-17,00	
6 - 10 anos (n=68)	15,20	4,10	6,00-20,00		11,04	4,21	6,00-20,00	
11 - 20 anos (n=206)	16,08	3,05	11,00-24,00		10,50	4,14	6,00-18,00	
21 + anos (n=14)	14,60	4,24	6,00-24,00		9,96	4,48	6,00-24,00	
Relação atual vítima/agressor				0,036^a				0,028^a
Nenhuma (n=59)	16,37	3,69	6,00-24,00		11,19	3,94	6,00-19,00	
Muito má (n=89)	15,31	4,17	7,00-24,00		9,52	4,05	6,00-16,00	
Mais má do que boa (n=30)	16,37	3,63	8,00-22,00		10,97	3,76	6,00-18,00	
Razoável (n=86)	16,83	3,34	9,00-24,00		11,63	4,37	6,00-23,00	
Boa (n=73)	17,25	3,65	8,00-24,00		11,98	4,39	6,00-21,00	
Muito boa (n=13)	18,31	4,01	11,00-24,00		13,65	4,24	6,00-23,00	
Coabitação à data do crime				0,041^b				0,043^b
Não (n=9)	16,22	2,91	12,00-24,00		11,29	4,17	6,00-24,00	
Sim (n=341)	15,64	3,74	6,00-20,00		10,17	3,64	6,00-18,00	
Coabitação pós-crime/denúncia				0,041^b				0,042^b
Não (n=165)	16,66	3,40	6,00-24,00		11,47	4,10	6,00-21,00	
Sim (n=185)	14,60	3,99	6,00-20,00		10,04	4,20	6,00-21,00	
Dependência económica				0,038^b				0,033^b
Não (n=241)	16,80	3,60	6,00-24,00		11,40	4,09	6,00-21,00	
Sim (n=109)	15,26	3,95	8,00-24,00		9,11	4,30	6,00-21,00	

AEV, Atividades na escola e voluntariado; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independente; ^bTeste U Mann-Withney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AAC do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados da caracterização da relação vítima/agressor

Variável	Subescala AAC - Mãe/Vítima				Subescala AAC - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Tempo relação vítima/agressor				0,026^a				0,005^a
Alguns meses (n=10)	29,14	2,77	24,00-32,00		23,94	4,70	9,00-43,00	
1 - 5 anos (n=52)	29,39	2,48	22,00-32,00		23,47	5,71	14,00-32,00	
6 - 10 anos (n=68)	29,70	2,63	26,00-32,00		22,73	4,39	14,00-31,00	
11 - 20 anos (n=206)	28,81	2,52	24,00-32,00		22,40	4,50	13,00-29,00	
21 + anos (n=14)	27,29	3,17	19,00-32,00		20,91	5,52	10,00-32,00	
Relação atual vítima/agressor				0,031^a				0,026^a
Nenhuma (n=59)	29,44	2,31	24,00-32,00		22,80	4,23	12,00-29,00	
Muito má (n=89)	27,73	2,82	19,00-32,00		21,44	4,41	9,00-28,00	
Mais má do que boa (n=30)	29,00	2,98	22,00-32,00		22,62	4,69	9,00-32,00	
Razoável (n=86)	29,20	2,59	22,00-32,00		23,41	5,28	10,00-32,00	
Boa (n=73)	29,14	2,69	22,00-32,00		23,74	5,90	13,00-43,00	
Muito boa (n=13)	30,54	2,56	24,00-32,00		23,97	5,54	14,00-32,00	
Coabitação à data do crime				0,037^b				0,035^b
Não (n=9)	29,44	1,94	26,00-32,00		22,94	4,98	9,00-43,00	
Sim (n=341)	27,08	2,69	19,00-30,00		21,47	3,71	9,00-29,00	
Coabitação pós-crime/denúncia				0,044^b				0,047^b
Não (n=165)	29,33	2,44	22,00-32,00		22,89	4,91	10,00-43,00	
Sim (n=185)	28,08	2,85	19,00-30,00		21,07	5,02	9,00-32,00	
Dependência económica				0,024^b				0,035^b
Não (n=241)	29,29	2,62	19,00-32,00		23,00	5,01	9,00-43,00	
Sim (n=109)	27,65	2,74	19,00-32,00		21,07	4,83	12,00-32,00	

AAC, Atividades de aprendizagem em casa; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independente; ^bTeste U Mann-Withney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala CEF do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados da caracterização da relação vítima/agressor

Variável	Subescala CEF - Mãe/Vítima				Subescala CEF - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Tempo relação vítima/agressor				0,025^a				0,002^a
Alguns meses (n=10)	22,50	1,87	18,00-24,00		18,88	2,80	11,00-24,00	
1 - 5 anos (n=52)	22,37	1,30	18,00-24,00		18,54	3,37	13,00-24,00	
6 - 10 anos (n=68)	22,50	0,85	21,00-24,00		18,16	2,98	10,00-24,00	
11 - 20 anos (n=206)	22,35	1,09	19,00-24,00		17,90	2,93	13,00-2,00	
21 + anos (n=14)	20,87	1,50	17,00-24,00		16,81	3,61	9,00-24,00	
Relação atual vítima/agressor				0,039^a				0,022^a
Nenhuma (n=59)	22,36	1,70	19,00-24,00		18,20	2,43	12,00-22,00	
Muito má (n=89)	10,26	1,24	18,00-24,00		15,93	2,95	9,00-20,00	
Mais má do que boa (n=30)	22,15	1,43	18,00-24,00		18,15	2,67	9,00-24,00	
Razoável (n=86)	22,33	1,35	18,00-24,00		18,39	3,47	10,00-24,00	
Boa (n=73)	22,46	1,05	20,00-24,00		18,73	3,51	9,00-24,00	
Muito boa (n=13)	22,80	1,63	17,00-24,00		18,95	4,17	10,00-24,00	
Coabitação à data do crime				0,039^b				0,037^b
Não (n=9)	22,67	1,00	21,00-24,00		18,31	3,11	9,00-24,00	
Sim (n=341)	20,27	1,34	17,00-22,00		15,78	2,80	9,00-21,00	
Coabitação pós-crime/denúncia				0,040^b				0,042^b
Não (n=165)	22,31	1,20	18,00-24,00		18,26	2,91	9,00-24,00	
Sim (n=185)	21,25	1,44	17,00-24,00		17,08	3,28	9,00-24,00	
Dependência económica				0,026^b				0,033^b
Não (n=241)	22,34	1,28	18,00-24,00		18,35	2,96	9,00-24,00	
Sim (n=109)	21,15	1,43	17,00-24,00		16,02	3,41	9,00-24,00	

CEF, comunicação escola-família; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independente; ^bTeste U Mann-Withney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados da caracterização da relação vítima/agressor

Variável	Subescala AERP - Mãe/Vítima				Subescala AERP - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Tempo relação vítima/agressor				0,022^a				0,001^a
Alguns meses (n=10)	12,71	2,09	9,00-16,00		9,69	2,33	4,00-15,00	
1 - 5 anos (n=52)	12,07	1,76	8,00-16,00		9,51	3,31	5,00-15,00	
6 - 10 anos (n=68)	11,70	2,31	7,00-16,00		9,13	2,51	5,00-14,00	
11 - 20 anos (n=206)	11,75	1,51	9,00-16,00		9,70	2,63	6,00-14,00	
21 + anos (n=14)	10,37	1,84	7,00-16,00		8,81	2,76	4,00-16,00	
Relação atual vítima/agressor				0,032^a				0,025^a
Nenhuma (n=59)	11,88	1,70	7,00-16,00		9,27	2,52	5,00-15,00	
Muito má (n=89)	11,59	1,91	7,00-16,00		8,12	2,33	4,00-14,00	
Mais má do que boa (n=30)	11,97	1,77	9,00-16,00		9,16	2,29	4,00-14,00	
Razoável (n=86)	11,91	1,60	8,00-16,00		9,53	2,74	4,00-15,00	
Boa (n=73)	12,24	1,77	9,00-16,00		9,84	2,66	4,00-16,00	
Muito boa (n=13)	12,46	2,57	9,00-16,00		10,54	3,02	5,00-16,00	
Coabitação à data do crime				0,40^b				0,044^b
Não (n=9)	12,44	2,07	10,00-16,00		9,37	2,51	4,00-16,00	
Sim (n=341)	9,89	1,78	7,00-16,00		8,56	2,30	4,00-14,00	
Coabitação pós-crime/denúncia				0,041^b				0,042^b
Não (n=165)	11,92	1,60	7,00-16,00		9,38	2,49	4,00-15,00	
Sim (n=185)	9,89	1,95	7,00-16,00		8,01	2,52	4,00-15,00	
Dependência económica				0,025^b				0,037^b
Não (n=241)	11,99	1,79	7,00-16,00		9,39	2,48	4,00-15,00	
Sim (n=109)	9,71	1,79	7,00-16,00		8,34	2,58	4,00-15,00	

AERP, Atividades na escola e reuniões de pais; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independente; ^bTeste U Mann-Withney para duas amostras independentes.

APÊNDICE XV

Tabelas com as pontuações das subescalas AEV - AAC - CEF - AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com o estado do processo-crime

Tabela com as pontuações das subescalas AEV, AAC, CEF e AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com o estado do processo-crime

Variável	Subescalas EPE - Mãe/Vítima				Subescalas EPE - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
AEV								
Processo-Crime				0,040				0,032
Processo a decorrer (n=54)	12,16	1,29	8,00-18,00		10,88	3,99	6,00-19,00	
Arquivado (n=200)	15,41	3,70	6,00-22,00		11,09	3,98	6,00-21,00	
Suspensão provisória do processo (n=59)	16,98	3,22	8,00-24,00		11,90	4,29	6,00-24,00	
Condenado com prisão (n=5)	16,67	3,94	6,00-24,00		9,75	3,93	6,00-18,00	
Condenado com prisão suspensa (n=32)	16,13	3,17	11,00-22,00		10,60	4,44	6,00-17,00	
AAC								
Processo-Crime				0,038				0,027
Processo a decorrer (n=54)	26,10	2,17	19,00-31,00		22,59	6,22	10,00-43,00	
Arquivado (n=200)	27,97	2,81	19,00-32,00		23,30	4,86	9,00-32,00	
Suspensão provisória do processo (n=59)	29,56	2,49	23,00-32,00		23,71	4,29	15,00-32,00	
Condenado com prisão (n=5)	29,13	2,23	25,00-32,00		19,60	5,37	13,00-28,00	
Condenado com prisão suspensa (n=32)	28,40	2,62	22,00-32,00		21,65	4,95	10,00-32,00	
CEF								
Processo-Crime				0,048				0,012
Processo a decorrer (n=54)	21,03	1,29	17,00-24,00		18,50	2,73	13,00-24,00	
Arquivado (n=200)	21,17	1,26	17,00-24,00		17,59	3,06	11,00-24,00	
Suspensão provisória do processo (n=59)	22,60	1,14	21,00-24,00		18,75	3,16	9,00-24,00	
Agressor condenado com prisão (n=5)	22,41	1,31	18,00-24,00		16,40	4,45	10,00-22,00	
Condenado com prisão suspensa (n=32)	22,09	1,37	17,00-24,00		17,40	3,06	9,00-22,00	
AERP								
Processo-Crime				0,035				0,025
Processo a decorrer (n=54)	9,20	1,10	7,00-13,00		9,03	2,63	4,00-15,00	
Arquivado (n=200)	10,44	1,46	9,00-13,00		9,28	2,52	5,00-15,00	
Suspensão provisória do processo (n=59)	12,22	1,42	8,00-15,00		9,93	2,49	5,00-16,00	
Condenado com prisão (n=5)	11,92	1,94	7,00-16,00		6,80	3,11	4,00-11,00	
Condenado com prisão suspensa (n=32)	11,07	1,74	7,00-16,00		8,68	2,09	4,00-13,00	

EPE, Envolvimento Parental na Escola; AEV, Atividades na escola e voluntariado; AAC, Atividades de aprendizagem em casa; CEF, comunicação escola-família; AERP, Atividades na escola e reuniões de pais; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

APÊNDICE XVI

Tabelas com as pontuações das subescalas AEV - AAC - CEF - AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor do agressor

Tabela com as pontuações da subescala AEV do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor do agressor

Variável	Subescala AEV - Mãe/Vítima				Subescala AEV - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Dependência de substâncias				<0,001				<0,001
Não (n=173)	17,79	3,41	10,00-24,00		12,77	4,17	6,00-24,00	
Sim, álcool (n=128)	15,34	3,80	6,00-23,00		9,74	3,60	6,00-19,00	
Sim, drogas (n=16)	16,12	3,25	10,00-24,00		10,88	3,62	6,00-18,00	
Sim, álcool e drogas (n=33)	14,44	3,41	8,00-20,00		9,69	3,26	6,00-16,00	
Posse/utilização de armas				0,040				0,028
Não (n=260)	16,74	3,64	6,00-24,00		12,12	0,94	11,00-18,00	
Arma de fogo (n=61)	14,20	4,26	6,00-22,00		10,21	3,67	6,00-18,00	
Arma branca (n=15)	16,11	3,73	7,00-24,00		11,87	4,63	6,00-18,00	
Arma de fogo e arma branca (n=2)	12,50	2,12	12,00-15,00		10,00	2,83	8,00-12,00	
Outro tipo de armas (n=2)	16,77	2,77	12,00-18,00		12,56	6,21	6,00-23,00	
Todas as opções com arma (n=9)	14,07	4,30	11,00-24,00		10,08	4,18	6,00-24,00	

AEV, Atividades na escola e voluntariado; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; "Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AAC do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor do agressor

Variável	Subescala AAC - Mãe/Vítima				Subescala AAC - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Dependência de substâncias				<0,001				<0,001
Não (n=173)	29,90	2,23	24,00-32,00		24,76	4,01	13,00-32,00	
Sim, álcool (n=128)	28,19	2,90	19,00-32,00		21,16	5,06	9,00-31,00	
Sim, drogas (n=16)	28,97	2,69	23,00-32,00		21,72	5,67	12,00-43,00	
Sim, álcool e drogas (n=33)	26,81	2,40	24,00-32,00		19,88	4,75	10,00-29,00	
Posse/utilização de armas				0,038				0,029
Não (n=260)	29,20	2,59	22,00-32,00		28,05	1,96	26,00-32,00	
Arma de fogo (n=61)	26,47	2,42	19,00-30,00		20,18	5,24	10,00-43,00	
Arma branca (n=15)	28,19	3,10	19,00-32,00		21,67	5,23	13,00-29,00	
Arma de fogo e arma branca (n=2)	28,50	0,71	22,00-30,00		22,00	1,41	21,00-23,00	
Outro tipo de armas (n=2)	28,33	2,04	25,00-30,00		23,56	6,13	13,00-32,00	
Todas as opções com arma (n=9)	27,01	2,26	25,00-32,00		21,04	4,85	9,00-32,00	

AAC, Atividades de aprendizagem em casa; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; "Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala CEF do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor do agressor

Variável	Subescala CEF - Mãe/Vítima				Subescala CEF - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Dependência de substâncias				<0,001				<0,001
Não (n=173)	22,58	1,19	19,00-24,00		19,35	2,76	10,00-24,00	
Sim, álcool (n=128)	21,93	1,41	17,00-24,00		17,32	3,21	9,00-24,00	
Sim, drogas (n=16)	22,12	1,32	19,00-24,00		17,24	2,61	12,00-24,00	
Sim, álcool e drogas (n=33)	20,00	1,51	18,00-24,00		16,31	2,73	12,00-21,00	
Posse/utilização de armas				0,036				0,032
Não (n=260)	22,33	1,28	18,00-24,00		21,85	1,02	21,00-24,00	
Arma de fogo (n=61)	21,07	1,22	17,00-24,00		16,52	2,99	9,00-23,00	
Arma branca (n=15)	22,07	1,50	17,00-24,00		17,93	3,28	13,00-23,00	
Arma de fogo e arma branca (n=2)	22,50	0,71	17,00-24,00		17,00	1,41	16,00-18,00	
Outro tipo de armas (n=2)	21,95	1,65	20,00-23,00		18,22	4,35	10,00-24,00	
Todas as opções com arma (n=9)	21,12	1,39	20,00-24,00		17,41	3,08	9,00-24,00	

CEF, Comunicação escola-família; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da dependência de substâncias e a posse de armas pelo agressor do agressor

Variável	Subescala AERP - Mãe/Vítima				Subescala AERP - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Dependência de substâncias				<0,001				<0,001
Não (n=173)	12,38	1,82	9,00-16,00		10,21	2,40	5,00-16,00	
Sim, álcool (n=128)	11,38	1,75	7,00-15,00		8,55	2,35	4,00-15,00	
Sim, drogas (n=16)	11,67	1,43	9,00-14,00		9,06	2,14	5,00-13,00	
Sim, álcool e drogas (n=33)	10,38	0,81	10,00-13,00		7,56	2,48	4,00-15,00	
Posse/utilização de armas				0,040				0,030
Não (n=260)	12,05	1,79	7,00-16,00		12,12	2,45	9,00-16,00	
Arma de fogo (n=61)	10,20	1,74	7,00-12,00		9,03	2,27	4,00-14,00	
Arma branca (n=15)	11,18	1,67	7,00-15,00		9,93	2,66	7,00-15,00	
Arma de fogo e arma branca (n=2)	10,50	0,71	11,00-12,00		9,50	0,71	9,00-10,00	
Outro tipo de armas (n=2)	11,57	1,06	9,00-13,00		9,67	3,74	4,00-16,00	
Todas as opções com arma (n=9)	11,58	1,99	10,00-16,00		9,28	2,50	4,00-15,00	

AERP, Atividades na escola e reuniões de pais; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

APÊNDICE XVII

Tabelas com as pontuações das subescalas AEV - AAC - CEF - AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características pessoais e escolares do filho

Tabela com as pontuações da subescala AEV do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características pessoais e escolares do filho

Variável	Subescala AEV - Mãe/Vítima				Subescala AEV - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P ^a	M	DP	Min-Máx	P ^a
Sexo				0,001^b				<0,001^b
Masculino (n=175)	16,05	3,90	6,00-24,00		10,52	3,99	6,00-23,00	
Feminino (n=175)	17,21	3,43	8,00-24,00		12,07	4,18	6,00-24,00	
Grupos Etários (anos)				<0,001^b				<0,001^b
11-15 (n=279)	17,15	3,56	6,00-24,00		11,97	4,11	6,00-24,00	
16-18 (n=71)	14,59	3,63	6,00-22,00		8,65	3,12	6,00-18,00	
Escolaridade				0,001^a				0,001^a
5º Ano (n=14)	18,94	3,34	12,00-24,00		13,96	3,75	7,00-19,00	
6º Ano (n=73)	16,61	3,32	8,00-24,00		11,54	4,25	6,00-24,00	
7º Ano (n=92)	16,12	3,63	6,00-24,00		11,67	4,22	6,00-20,00	
8º Ano (n=70)	15,00	3,63	6,00-21,00		11,00	3,75	6,00-21,00	
9º Ano (n=101)	14,54	4,17	6,00-21,00		9,94	4,36	6,00-23,00	
Retenções				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=153)	18,41	3,31	11,00-24,00		13,89	3,70	6,00-24,00	
Sim, 1 vez (n=126)	15,74	3,33	8,00-24,00		10,04	3,52	6,00-20,00	
Sim, 2 vezes (n=59)	14,83	4,71	7,00-21,00		8,20	2,38	6,00-17,00	
Sim, 3 ou mais vezes (n=12)	14,07	3,12	6,00-22,00		6,67	1,23	6,00-9,00	

AEV, Atividades na escola e voluntariado; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bTeste U Mann-Whitney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AAC do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características pessoais e escolares do filho

Variável	Subescala AAC - Mãe/Vítima				Subescala AAC - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Sexo				0,001^b				<0,001^b
Masculino (n=175)	28,70	2,80	19,00-32,00		21,65	5,38	9,00-43,00	
Feminino (n=175)	29,47	2,48	22,00-32,00		24,22	4,12	14,00-32,00	
Grupos Etários (anos)				<0,001^b				<0,001^b
11-15 (n=279)	29,51	2,43	22,00-32,00		23,96	4,47	9,00-43,00	
16-18 (n=71)	27,44	2,94	19,00-32,00		18,90	4,70	10,00-29,00	
Escolaridade				0,001^a				0,001^a
5º Ano (n=14)	29,88	2,41	23,00-32,00		23,71	3,12	17,00-29,00	
6º Ano (n=73)	29,33	6,64	23,00-32,00		23,46	4,64	9,00-32,00	
7º Ano (n=92)	29,09	2,39	22,00-32,00		22,84	5,39	14,00-43,00	
8º Ano (n=70)	28,12	2,51	22,00-31,00		22,11	4,65	12,00-31,00	
9º Ano (n=101)	27,84	3,08	19,00-31,00		21,44	4,33	10,00-32,00	
Retenções				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=153)	30,33	2,18	24,00-32,00		26,44	2,84	17,00-32,00	
Sim, 1 vez (n=126)	28,59	2,61	22,00-32,00		21,81	3,82	14,00-43,00	
Sim, 2 vezes (n=59)	27,17	3,62	19,00-31,00		18,24	4,09	9,00-28,00	
Sim, 3 ou mais vezes (n=12)	26,34	2,21	22,00-31,00		13,17	2,17	10,00-16,00	

AAC, Atividades de aprendizagem em casa; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bTeste U Mann-Whitney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala CEF do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características pessoais e escolares do filho

Variável	Subescala CEF - Mãe/Vítima				Subescala CEF - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Sexo				0,001^b				<0,001^b
Masculino (n=175)	22,10	1,41	17,00-24,00		17,49	3,28	9,00-24,00	
Feminino (n=175)	22,46	1,23	18,00-24,00		19,05	2,72	12,00-24,00	
Grupos Etários (anos)				<0,001^b				<0,001^b
11-15 (n=279)	22,47	1,23	18,00-24,00		18,95	2,76	10,00-24,00	
16-18 (n=71)	21,54	1,45	17,00-24,00		15,61	2,94	9,00-22,00	
Escolaridade				0,001^a				0,001^a
5º Ano (n=14)	23,07	1,09	20,00-24,00		19,90	2,18	15,00-22,00	
6º Ano (n=73)	22,30	1,31	18,00-24,00		18,55	2,80	10,00-24,00	
7º Ano (n=92)	22,19	1,31	18,00-24,00		18,15	3,12	10,00-24,00	
8º Ano (n=70)	23,06	1,29	17,00-24,00		18,00	2,99	12,00-24,00	
9º Ano (n=101)	20,10	1,43	17,00-21,00		18,00	3,54	9,00-24,00	
Retenções				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=153)	22,69	1,15	19,00-24,00		20,70	1,83	15,00-24,00	
Sim, 1 vez (n=126)	22,17	1,28	17,00-24,00		17,34	1,92	13,00-22,00	
Sim, 2 vezes (n=59)	21,42	1,78	18,00-24,00		15,27	2,22	10,00-22,00	
Sim, 3 ou mais vezes (n=12)	21,00	1,39	18,00-24,00		11,75	2,18	9,00-16,00	

CEF, Comunicação escola-família; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bTeste U Mann-Whitney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características pessoais e escolares do filho

Variável	Subescala AERP - Mãe/Vítima				Subescala ARP - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P ^a	M	DP	Min-Máx	P ^a
Sexo				0,001^b				<0,001^b
Masculino (n=175)	11,62	1,74	7,00-16,00		8,85	2,39	4,00-16,00	
Feminino (n=175)	12,18	1,80	8,00-16,00		9,91	2,51	5,00-15,00	
Grupos Etários (anos)				<0,001^b				<0,001^b
11-15 (n=279)	12,09	1,79	7,00-16,00		9,86	2,43	5,00-16,00	
16-18 (n=71)	11,14	1,59	7,00-15,00		7,46	1,80	4,00-13,00	
Escolaridade				0,001^a				0,001^a
5º Ano (n=14)	12,37	0,92	11,00-14,00		10,79	2,46	6,00-13,00	
6º Ano (n=73)	11,90	1,87	9,00-16,00		9,51	2,43	4,00-15,00	
7º Ano (n=92)	11,53	1,83	7,00-16,00		9,44	2,46	5,00-14,00	
8º Ano (n=70)	10,75	1,68	7,00-14,00		9,41	2,47	5,00-15,00	
9º Ano (n=101)	10,95	1,89	7,00-14,00		9,00	2,66	4,00-16,00	
Retenções				<0,001^a				<0,001^a
Não (n=153)	12,83	1,73	8,00-16,00		11,29	1,96	6,00-16,00	
Sim, 1 vez (n=126)	11,31	1,41	7,00-15,00		8,30	1,69	5,00-13,00	
Sim, 2 vezes (n=59)	11,25	2,05	8,00-15,00		7,51	1,51	5,00-13,00	
Sim, 3 ou mais vezes (n=12)	10,18	1,47	7,00-14,00		5,50	1,51	4,00-8,00	

AERP, Atividades na escola e reuniões de pais; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bTeste U Mann-Whitney para duas amostras independentes.

APÊNDICE XVIII

Tabelas com as pontuações das subescalas AEV - AAC - CEF - AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/agressor

Tabela com as pontuações da subescala AEV do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/agressor

Variável	Subescala AEV - Mãe/Vítima				Subescala AEV - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Agressor pai deste filho				0,020^b				0,040^b
Não (n=80)	15,00	3,38	6,00-20,00		9,95	4,18	6,00-20,00	
Sim (n=270)	16,85	3,80	6,00-24,00		11,45	4,15	6,00-24,00	
Frequência de contacto filho/agressor				0,001^a				0,001^a
Nunca (n=51)	18,18	3,12	9,00-24,00		13,14	4,59	6,00-23,00	
Raramente (m=71)	16,57	3,98	7,00-24,00		11,41	4,01	6,00-21,00	
Alguns dias por mês (n=46)	16,26	3,28	6,00-24,00		10,45	4,14	6,00-24,00	
Diariamente (n=182)	15,10	3,57	6,00-24,00		10,05	3,66	6,00-19,00	

AEV, Atividades na escola e voluntariado; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bU Mann-Withney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AAC do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/agressor

Variável	Subescala AAC - Mãe/Vítima				Subescala AAC - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Agressor pai deste filho				0,010^b				0,032^b
Não (n=80)	27,64	2,68	19,00-32,00		21,15	4,65	9,00-32,00	
Sim (n=270)	29,21	2,67	19,00-32,00		23,00	5,05	9,00-43,00	
Frequência de contacto filho/agressor				0,001^a				0,001^a
Nunca (n=51)	30,40	1,98	22,00-32,00		24,50	4,61	10,00-32,00	
Raramente (m=71)	29,11	2,52	23,00-32,00		22,85	5,02	9,00-32,00	
Alguns dias por mês (n=46)	28,85	2,86	19,00-32,00		22,63	4,87	13,00-32,00	
Diariamente (n=182)	27,02	2,38	24,00-32,00		21,45	3,98	13,00-43,00	

AAC, Atividades de aprendizagem em casa; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bU Mann-Withney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala CEF do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/agressor

Variável	Subescala CEF - Mãe/Vítima				Subescala CEF - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Agressor pai deste filho				0,008^b				0,043^b
Não (n=80)	21,32	1,24	15,00-24,00		17,14	3,01	9,00-24,00	
Sim (n=270)	22,30	1,36	17,00-24,00		18,32	3,14	9,00-24,00	
Frequência de contacto filho/agressor				0,001^a				0,001^a
Nunca (n=51)	22,70	1,08	19,00-24,00		18,98	3,19	9,00-24,00	
Raramente (m=71)	22,24	1,44	17,00-24,00		18,25	2,93	11,00-24,00	
Alguns dias por mês (n=46)	21,20	1,21	19,00-24,00		17,75	3,26	9,00-24,00	
Diariamente (n=182)	20,04	1,24	18,00-24,00		16,85	2,62	10,00-22,00	

CEF, Comunicação escola-família; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bU Mann-Withney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/agressor

Variável	Subescala AERP - Mãe/Vítima				Subescala AERP - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Agressor pai deste filho				0,011^b				0,023^b
Não (n=80)	10,75	1,68	7,00-16,00		8,22	2,60	5,00-15,00	
Sim (n=270)	11,95	1,82	7,00-16,00		9,48	2,48	4,00-16,00	
Frequência de contacto filho/agressor				0,001^a				0,001^a
Nunca (n=51)	12,80	1,50	10,00-16,00		10,15	2,90	5,00-16,00	
Raramente (n=71)	11,87	1,94	7,00-16,00		9,54	2,51	5,00-15,00	
Alguns dias por mês (n=46)	11,17	1,56	7,00-16,00		9,05	2,47	4,00-15,00	
Diariamente (n=182)	11,20	1,50	7,00-15,00		8,03	2,08	4,00-12,00	

AERP, Atividades na escola e reuniões de pais; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bU Mann-Whitney para duas amostras independentes.

APÊNDICE XIX

Tabelas com as pontuações das subescalas AEV - AAC - CEF - AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime

Tabela com as pontuações da subescala AEV do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime

Variável	Subescala AEV - Mãe/Vítima				Subescala AEV - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Papel do filho perante o crime				<0,001^a				<0,001^a
Não presencia/presenciava (n=120)	18,00	3,42	8,00-24,00		13,54	3,68	6,00-24,00	
Presencia/presenciava (n=120)	16,02	3,56	6,00-24,00		10,13	4,17	6,00-23,00	
Presencia/presenciava e era vítima (n=110)	14,81	3,77	7,00-24,00		9,13	3,60	6,00-19,00	
Intervenção do filho (presenciando/consciência/conhecimento e/ou vítima)				<0,001^b				<0,001^b
Não Intervém (n=161)	17,31	3,66	8,00-24,00		12,35	4,12	6,00-24,00	
Intervém (defende-a/defende-se) (n=189)	15,05	3,67	6,00-24,00		10,40	3,97	6,00-23,00	
Sinalização/Intervenção CPCJ (correlação com 65,7% da amostra total - assume 100% dos casos presencia/vítima)				<0,001^b				<0,001^b
Sim (por presenciar/vítima) (n=105)	17,14	3,55	6,00-24,00		11,96	4,10	6,00-24,00	
Não (mas presencia/vítima) (n=125)	15,03	3,88	6,00-24,00		9,49	3,97	6,00-23,00	

AEV, Atividades na escola e voluntariado; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bU Mann-Whitney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AAC do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime

Variável	Subescala AAC - Mãe/Vítima				Subescala AAC - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Papel do filho perante o crime				<0,001^a				<0,001^a
Não presencia/presenciava (n=120)	30,09	2,30	24,00-32,00		26,12	2,97	15,00-32,00	
Presencia/presenciava (n=120)	28,64	2,59	22,00-32,00		21,28	5,18	9,00-32,00	
Presencia/presenciava e era vítima (n=110)	26,50	2,82	19,00-32,00		20,26	4,75	12,00-43,00	
Intervenção do filho (presenciando/consciência/conhecimento e/ou vítima)				0,001^b				<0,001^b
Não Intervém (n=161)	25,59	2,48	22,00-32,00		24,45	4,48	9,00-32,00	
Intervém (defende-a/defende-se) (n=189)	25,06	2,76	19,00-32,00		21,64	4,98	10,00-43,00	
Sinalização/Intervenção CPCJ (correlação com 65,7% da amostra total - assume 100% dos casos presencia/vítima)				0,001^b				<0,001^b
Sim (por presenciar/vítima) (n=105)	29,50	2,42	22,00-32,00		23,95	4,46	9,00-43,00	
Não (mas presencia/vítima) (n=125)	27,68	2,78	19,00-32,00		20,62	5,36	9,00-43,00	

AAC, Atividades de aprendizagem em casa; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bU Mann-Whitney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala CEF do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime

Variável	Subescala CEF - Mãe/Vítima				Subescala CEF - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Papel do filho perante o crime				<0,001^a				<0,001^a
Não presença/presenciava (n=120)	22,57	1,19	19,00-24,00		20,51	1,90	14,00-24,00	
Presença/presenciava (n=120)	21,97	1,38	17,00-24,00		17,05	3,24	9,00-24,00	
Presença/presenciava e era vítima (n=110)	21,07	1,36	18,00-24,00		16,15	2,66	9,00-24,00	
Intervenção do filho (presenciando/consciência/conhecimento e/ou vítima)				<0,001^b				<0,001^b
Não Intervém (n=161)	22,46	1,27	18,00-24,00		19,44	2,74	12,00-24,00	
Intervém (defende-a/defende-se) (n=189)	21,12	1,36	17,00-24,00		17,27	3,05	9,00-24,00	
Sinalização/Intervenção CPCJ (correlação com 65,7% da amostra total - assume 100% dos casos presença/vítima)				<0,001^b				<0,001^b
Sim (por presenciar/vítima) (n=105)	22,46	1,21	18,00-24,00		18,94	2,74	10,00-24,00	
Não (mas presença/vítima) (n=125)	21,08	1,39	17,00-24,00		16,46	3,26	9,00-24,00	

CEF, Comunicação escola-família; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bU Mann-Whitney para duas amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime

Variável	Subescala AERP - Mãe/Vítima				Subescala AERP - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Papel do filho perante o crime				<0,001^a				<0,001^a
Não presença/presenciava (n=120)	12,69	1,74	8,00-16,00		11,11	1,97	6,00-15,00	
Presença/presenciava (n=120)	11,51	1,52	7,00-15,00		8,58	2,37	4,00-16,00	
Presença/presenciava e era vítima (n=110)	10,47	1,81	7,00-16,00		8,05	2,16	4,00-14,00	
Intervenção do filho (presenciando/consciência/conhecimento e/ou vítima)				<0,001^b				<0,001^b
Não Intervém (n=161)	12,32	1,80	8,00-16,00		10,22	2,40	4,00-15,00	
Intervém (defende-a/defende-se) (n=189)	10,55	1,71	7,00-16,00		8,66	2,37	4,00-16,00	
Sinalização/Intervenção CPCJ (correlação com 65,7% da amostra total - assume 100% dos casos presença/vítima)				<0,001^b				<0,001^b
Sim (por presenciar/vítima) (n=105)	12,08	1,78	7,00-16,00		9,85	2,42	5,00-16,00	
Não (mas presença/vítima) (n=125)	10,61	1,73	7,00-16,00		8,03	2,38	4,00-16,00	

AERP, Atividades na escola e reuniões de pais; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^aTeste de Kruskal-Wallis para amostras independentes; ^bU Mann-Whitney para duas amostras independentes.

APÊNDICE XX

Tabelas com as pontuações das subescalas AEV - AAC - CEF - AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime/escola

Tabela com as pontuações da subescala AEV do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime/escola

Variável	Subescala AEV - Mãe/Vítima				Subescala AEU - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Comportamento quotidiano pós-crime				<0,001				<0,001
Semelhante (n=57)	18,02	3,94	8,00-24,00		13,33	3,81	6,00-23,00	
Mais deprimido/isolado (n=226)	16,81	3,53	7,00-24,00		11,46	4,20	6,00-24,00	
Mais agressivo/hostil (n=67)	14,85	3,52	6,00-24,00		9,03	3,16	6,00-19,00	
Comportamento escolar pós-crime				<0,001				<0,001
Semelhante (n=90)	17,78	3,79	8,00-24,00		13,57	4,05	6,00-24,00	
Mais deprimido/isolado (n=126)	16,48	3,67	7,00-24,00		10,85	3,95	6,00-21,00	
Mais agressivo/hostil (n=134)	16,00	3,56	6,00-24,00		10,19	3,83	6,00-23,00	
Retenções na escola/crime				<0,001				<0,001
Nunca (n=153)	18,41	3,31	11,00-24,00		13,88	3,70	6,00-24,00	
Após haver violência doméstica (n=171)	13,61	3,54	6,00-18,00		7,32	1,64	6,00-11,00	
Antes/após violência doméstica (n=26)	15,43	3,29	6,00-24,00		9,43	3,23	6,00-19,00	

AEV, Atividades na escola e voluntariado; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^a Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AAC do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime/escola

Variável	Subescala AAC - Mãe/Vítima				Subescala AAC - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Comportamento quotidiano pós-crime				<0,001				<0,001
Semelhante (n=57)	29,67	2,75	22,00-32,00		24,93	4,60	12,00-32,00	
Mais deprimido/isolado (n=226)	29,29	2,58	19,00-32,00		23,24	4,52	10,00-32,00	
Mais agressivo/hostil (n=67)	27,91	2,61	22,00-32,00		20,19	5,55	9,00-43,00	
Comportamento escolar pós-crime				0,001				<0,001
Semelhante (n=90)	29,80	2,54	23,00-32,00		25,72	3,88	12,00-32,00	
Mais deprimido/isolado (n=126)	29,12	2,60	23,00-32,00		22,43	4,58	10,00-32,00	
Mais agressivo/hostil (n=134)	28,58	2,73	22,00-32,00		21,54	5,21	9,00-43,00	
Retenções na escola/crime				<0,001				<0,001
Nunca (n=153)	26,33	2,14	23,00-30,00		26,44	2,84	17,00-32,00	
Após haver violência doméstica (n=171)	26,28	2,50	22,00-32,00		16,22	4,23	10,00-23,00	
Antes/após violência doméstica (n=26)	28,31	2,18	24,00-32,00		20,60	4,29	9,00-43,00	

AAC, Atividades de aprendizagem em casa; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^a Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala CEF do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime/escola

Variável	Subescala CEF - Mãe/Vítima				Subescala CEF - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P
Comportamento quotidiano pós-crime				<0,001				<0,001
Semelhante (n=57)	22,54	1,38	19,00-24,00		19,51	2,92	12,00-24,00	
Mais deprimido/isolado (n=226)	22,39	1,14	18,00-24,00		18,57	2,86	10,00-24,00	
Mais agressivo/hostil (n=67)	21,67	1,70	17,00-24,00		16,21	3,15	9,00-24,00	
Comportamento escolar pós-crime				<0,001				<0,001
Semelhante (n=90)	22,50	1,34	19,00-24,00		20,26	2,47	12,00-24,00	
Mais deprimido/isolado (n=126)	22,35	1,14	18,00-24,00		17,94	2,73	1,00-24,00	
Mais agressivo/hostil (n=134)	22,06	1,46	17,00-24,00		17,24	3,22	9,00-24,00	
Retenções na escola/crime				<0,001				<0,001
Nunca (n=153)	22,69	1,15	19,00-24,00		20,70	1,83	15,00-24,00	
Após haver violência doméstica (n=171)	21,44	1,73	18,00-24,00		13,50	2,57	10,00-18,00	
Antes/após violência doméstica (n=26)	22,01	1,33	17,00-24,00		16,74	2,32	9,00-11,00	

CEF, Comunicação escola-família; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^a Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

Tabela com as pontuações da subescala AERP do EPE, de mãe e filho, de acordo com dados das características da relação filho/crime/escola

Variável	Subescala AERP - Mãe/Vítima				Subescala AERP - Filho			
	M	DP	Min-Máx	P	M	DP	Min-Máx	P ^a
Comportamento quotidiano pós-crime				<0,001				<0,001
Semelhante (n=57)	12,54	1,87	9,00-16,00		10,53	2,32	5,00-16,00	
Mais deprimido/isolado (n=226)	11,95	1,76	7,00-16,00		9,52	2,48	4,00-15,00	
Mais agressivo/hostil (n=67)	11,18	1,59	7,00-15,00		7,93	2,07	4,00-15,00	
Comportamento escolar pós-crime				<0,001				<0,001
Semelhante (n=90)	17,79	1,86	8,00-16,00		11,06	2,45	5,00-15,00	
Mais deprimido/isolado (n=126)	11,66	1,65	8,00-16,00		8,96	2,34	4,00-14,00	
Mais agressivo/hostil (n=134)	11,53	1,67	7,00-16,00		8,64	2,24	4,00-16,00	
Retenções na escola/crime				<0,001				<0,001
Nunca (n=153)	12,83	1,73	8,00-16,00		11,29	1,96	6,00-16,00	
Após haver violência doméstica (n=171)	10,50	1,76	7,00-15,00		6,44	1,58	4,00-9,00	
Antes/após violência doméstica (n=26)	11,24	1,42	7,00-15,00		8,04	1,70	4,00-13,00	

AERP, Atividades na escola e reuniões de pais; M, Média; DP, Desvio-padrão; Min, mínimo; Máx, máximo; P, p-value; ^a Teste de Kruskal-Wallis para amostras independentes.

ANEXO I

Declaração da Autora «QEPE-VPa» - Autorização da autora do Questionário de Envolvimento Parental na Escola, Versão Pais «QEPE-VPa», Ana Isabel Leite de Freitas Pereira, para utilização neste estudo (setembro de 2015).



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Faculdade de Psicologia

Autorizo a utilização do "Questionário de Envolvimento Parental na Escola, Versão Pais (QEPE-VPa _ Ana Isabel Leite de Freitas Pereira)", na Investigação para a Tese do Doutoramento em Educação da ULHT de Lisboa, intitulada *VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E EDUCAÇÃO: Envolvimento parental na escola de mulheres vítimas de violência conjugal* do aluno Miguel Oliveira Rodrigues e orientada pela Professora Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins.

Lisboa, 21 de Setembro, de 2015

Ana Isabel Pereira

Professora Auxiliar

Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

ANEXO II

Versão original do Questionário de Envolvimento Parental na Escola - Versão Pais (QEPE-VPa) - (Pereira, 2002; Pereira et al., 2008)



Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade de Coimbra



Escola Superior de Educação João de Deus

Código criança:

QUESTIONÁRIO DE ENVOLVIMENTO PARENTAL NA ESCOLA
VERSÃO PARA PAIS
(A.I.F. Pereira, 2002)

Instruções: Em baixo encontra-se um conjunto de afirmações relativas ao seu envolvimento com a escola/professor do(a) seu(sua) filho(a). Para cada uma das afirmações existe uma escala de 1 a 4. Assinale o círculo **4** se é **Muito Verdade**, o círculo **3** se é **Verdade**, o círculo **2** se é **Pouco Verdade** e o círculo **1** se é **Nada Verdade**. Não há respostas certas ou erradas, mas sim respostas que representam o modo como se envolve com a escola do(a) seu(sua) filho(a). É importante que responda a todas as questões.

	Verdade Nada	Pouco Verdade	Verdade	Muito Verdade
1. Dou ideias para organizar actividades na escola (ex. festas, actividades desportivas, jogos).....	1	2	3	4
2. Procuo saber o que é que o meu filho necessita de aprender, para o poder ajudar em casa.....	1	2	3	4
3. Quando há qualquer problema com o meu filho na escola, procuro informar o professor.....	1	2	3	4
4. Procuo que o meu filho realize actividades que o ajudam na aprendizagem (ex. encorajo o meu filho a ler).....	1	2	3	4
5. Ajudo frequentemente o meu filho nos trabalhos para casa.....	1	2	3	4
6. Procuo participar na resolução de problemas da escola (ex. dando ideias para resolver problemas de indisciplina e violência).....	1	2	3	4
7. Vou às reuniões para pais convocadas pelo professor.....	1	2	3	4
8. Se o professor me convidar, estou disposto(a) a participar em actividades na sala de aula (ex. ler histórias às crianças, falar-lhes sobre a minha profissão, ajudar o professor a preparar materiais).....	1	2	3	4
9. Procuo fazer com o meu filho actividades que não são pedidas pelo professor, mas que sei que o ajudam nas aprendizagens (ex. leio-lhe histórias, vou com ele a uma biblioteca).....	1	2	3	4
10. Quando sei que se vão realizar certas actividades na turma (ex. visitas de estudo, festas, jogos), ofereço ajuda.....	1	2	3	4
11. Costumo falar e dar opiniões nas reuniões de pais.....	1	2	3	4

	Nada Verdade	Pouco Verdade	Verdade	Muito Verdade
12. Gostaria de trabalhar voluntariamente (ou trabalho) em actividades na escola (ex. pintar a escola, arranjar o recreio e o jardim, vigiar os recreios).....	1	2	3	4
13. Dou ideias para organizar actividades na turma (ex. visitas de estudo, festas, jogos)	1	2	3	4
14. Procuro informar-me sobre o regulamento e as normas de funcionamento da escola	1	2	3	4
15. Converso com o meu filho acerca do que se passa na escola.....	1	2	3	4
16. Vou às actividades para pais organizadas pela escola.....	1	2	3	4
17. Costumo pedir informações ao professor sobre os progressos/dificuldades do meu filho.....	1	2	3	4
18. Tenho por hábito procurar informações do professor na caderneta do meu filho.....	1	2	3	4
19. Tenho por hábito verificar se o meu filho fez os trabalhos para casa.....	1	2	3	4
20. Procuro informar-me sobre o projecto educativo e o plano anual de actividades da escola.....	1	2	3	4
21. Tento ensinar o meu filho a planear e a organizar melhor o seu tempo.....	1	2	3	4
22. Quando há qualquer problema na escola com outros colegas, procuro informar o professor.....	1	2	3	4
23. Quando sei que se vão realizar certas actividades na escola (ex. festas, actividades desportivas, jogos), ofereço ajuda.....	1	2	3	4
24. Procuro informar-me acerca das datas dos testes de avaliação, para poder ajudar o meu filho a estudar.....	1	2	3	4

ANEXO III

Declaração da PSP - Autorização para iniciar estudo, com “parceria” da PSP na recolha da amostra (conforme condições do pedido formulado em Apêndice V), datado de 5 de março de 2014



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIREÇÃO NACIONAL
RECURSOS HUMANOS
DF - DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO

Data: 2014-02-28

Processo: DF2014DNL00003F05

Número: 336/SEVC/2014

Classificador: 000.05.03

PARECER 1. Concordo c/o proposto 2. A consideração de V. Ex. 4/1/2014 	DESPACHO 5/3/2014 Diretor Nacional-Adjunto / UORH José Ferreira de Oliveira Superintendente
---	--

INFORMAÇÃO/PROPOSTA

Assunto: Pedido de autorização - Inquérito sobre violência doméstica

Foi remetido à Secção de Estudos, Verificação e Certificação, do Departamento de Formação da DN/PSP, para apreciação, pedido de autorização de realização de inquérito sobre violência doméstica, apresentado pelo Sr. Agente Miguel Oliveira Rodrigues, do COMETLIS, enquanto aluno bolseiro de doutoramento em educação a realizar na Universidade Lusófona.

Na sequência da análise do pedido, conclui-se que:

- 1) O requerente solicita que lhe sejam fornecidos contactos das vítimas denunciante de violência doméstica, nas esquadras da PSP, a fim de as inquirir via telemóvel ou e-mail;
- 2) Foi solicitado parecer ao DO e DIP;
- 3) Os pareceres emitidos foram desfavoráveis;
- 4) Contactado o requerente na sequência dos pareceres, reformulou o pedido, tendo apresentado uma memória descritiva sobre os objetivos do estudo e um documento de consentimento informado que cada uma das vítimas será confrontada no momento da apresentação da queixa e caso pretenda participar no estudo, assinará tal documento, dando consentimento para fornecimento do seu contacto telefone/e-mail a fim de posteriormente ser contactada pelo investigador.

Face ao exposto, salvo melhor opinião, entendemos que estão ultrapassadas as questões levantadas pelo DO e DIP, pelo que se **propõe que seja autorizado dentro dos novos moldes propostos.**

Secção Estudos, Verificação e Certificação

Alberto da Costa Ribeiro Peixoto
Téc. Superior

ANEXO IV

Declaração da PSP - Indicação de que apenas o investigador poderá contactar/inquirir as vítimas que assinaram o “Termo de Consentimento Informado”, recolhido pela PSP (*Declaração Ética* - 1 de dezembro de 2014)



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIREÇÃO NACIONAL
RECURSOS HUMANOS
DF - DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO

DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos declara-se que o Sr. Agente Miguel Oliveira Rodrigues, M/151376, do COMETLIS, foi autorizado, a 05/03/2014, a realizar uma investigação científica sobre violência doméstica, conducente à obtenção do grau de doutor em educação através da Universidade Lusófona.

Mais se informa que a investigação assenta na realização de inquéritos a vítimas de violência doméstica que previamente assinaram o consentimento informado para participação no estudo.

Apenas o investigador poderá realizar os inquéritos às vítimas.

O Diretor Nacional Adjunto --UORH



José Ferreira de Oliveira
Superintendente

Lisboa, 01 de dezembro de 2014.